

XXVI REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA

Outubro de 1996 USP Ribeirão Preto SP



**RESUMOS DE
COMUNICAÇÕES
CIENTÍFICAS**

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA

XXVI REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA

23 A 27 DE OUTUBRO DE 1996

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, RIBEIRÃO PRETO**

RESUMOS DE COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA - SBP

SECRETARIA EXECUTIVA

Eliane Cristina Almeida Lima
Adriana Almeida Balthazar
Luciana Rodrigues Paiva

INFORMÁTICA

Adriano Puntel Gosuen
Cláudia Yazlle

PROJETO GRÁFICO DE CAPA E CARTAZ

Andrea R. Castello Branco
Marcelo Ortega Júdice

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

Marcus Vinícius Mota de Araújo

FINANCIAMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Financiadora de Estudos e Projetos
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

APOIO

Universidade de São Paulo
Universidade de Brasília

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. Resumos de
Comunicações Científicas. XXVI Reunião Anual de Psicologia. Ribeirão Preto, SP: SBP, 1996 (xyz pp)

1. PSICOLOGIA



A XXVI Reunião Anual de Psicologia é dedicada a Fred S. Keller,
por sua contribuição ao desenvolvimento da Psicologia no Brasil

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA

(Sucessora da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto)

Fundada em 25.09.1971, declarada de

Utilidade Pública Municipal pela Lei 2920/74 e 6623/93

OBJETIVOS DA SOCIEDADE

Promover o desenvolvimento científico e técnico em Psicologia.
Incentivar a investigação, o ensino e a aplicação da Psicologia.
Defender a ciência e os cientistas em Psicologia, bem como os psicólogos que trabalham na aplicação dos conhecimentos da Psicologia.
Congregar e integrar os psicólogos e outros especialistas em áreas afins.

DIRETORIA

Maria Angela Guimarães Feitosa (Presidente)

William Barbosa Gomes (Vice-Presidente)

Telma Vitoria (Secretária Geral)

Dircenêa De Lázari Corrêa (Secretária)

Ileno Izídio da Costa (Secretário)

Mara I. Campos de Carvalho (1a. Tesoureira)

Rosana Maria Tristão (2a. Tesoureira)

CONSELHO

André Jacquemin

Carlos Alberto Bezerra Tomaz*

Carolina Martuscelli Bori

Deisy das Graças de Souza

Isaías Pessotti*

José Aparecido da Silva

José Lino de Oliveira Bueno

Luiz Marcellino de Oliveira

Maria Clotilde Rossetti Ferreira*

Reinier Johannes Antonius Rozestraten

Ricardo Gorayeb*

Edna Maria Marturano

Célia Maria Lana da Costa Zannon

Márcia Regina Bonagamba Rubiano

Maria Amélia Matos

Olavo de Faria Galvão

* Membros que não estão em exercício no biênio

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dra. Carolina Martuscelli Bori
Dra. Deisy das Graças de Souza
Dra. Maria Angela Guimarães Feitosa
Dra. Maria Clotilde Rossetti Ferreira
Dra. Mariza Japur
Dr. William Barbosa Gomes

CONSULTORES AD HOC

Dr. Almir Del Prette	Dra. Márcia Regina Bonagamba Rubiano
Dr. Álvaro Pacheco Duran	Dr. Marco Antonio de Castro Figueiredo
Dra. Ana Tereza de A. Ramos Cerqueira	Dra. Maria Amélia Matos
Dra. Anamaria Ribeiro Coutinho	Dra. Maria Auxiliadora Dessen
Dr. Antonio Bento Morais	Dra. Maria Bernadete A. C. de Assis
Dr. Antônio de Freitas Ribeiro	Dra. Maria das Graças Torres da Paz
Dr. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos	Dra. Maria Helena Fávero
Dr. Bartholomeu T. Tróccoli	Dra. Maria Isabel Pedrosa
Dra. Carolina Lamprea	Dra. Maria Lúcia de Faria Moro
Dra. Cecília Guarnieri Batista	Dra. Maria Lucia Seidl de Moura
Dra. Célia Maria Lana da Costa Zannon	Dra. Maria Lúcia Tiellet Nunes
Dra. Elenice A. de Moraes Ferrari	Dra. Maria Quintal Freitas
Dra. Elenice Seixas Hanna	Dra. Maria Stella Alcântara Gil
Dra. Eliane Mauerberg de Castro	Dra. Marília Dela Coleta
Dr. Emannuel Zaguri Tourinho	Dr. Nilton Pinto Ribeiro Filho
Dra. Eucia Beatriz Lopes Petean	Dra. Rachel Kerbauy
Dra. Eunice Soariano de Alencar	Dra. Raquel Guzzo
Dr. Gerson Américo Janczura	Dr. Ricardo Gorayeb
Dra. Henriette Tognetti Morato	Dra. Rosalina Carvalho da Silva
Dr. Isaiás Pessotti	Dr. Sadao Omote
Dr. Jairo Eduardo Borges Andrade	Dr. Sérgio Fukusima
Dr. Jorge M. de Oliveira Castro Neto	Dr. Sérgio Leite
Dr. José Gonçalves Medeiros	Dra. Sonia Regina Loureiro
Dra. Jurema Alcides Cunha	Dra. Thereza Pontual de Lemos Mettel
Dr. Lincoln da Silva Gimenes	Dr. Wanderley Codo
Dr. Lorismário Ernesto Simonassi	Dra. Zilda Aparecida Del Prette
Dr. Luiz Marcellino de Oliveira	

SUMÁRIO

MINI-CONFERÊNCIAS

- 3 A Perspectiva Cognitivista e seu Impacto na Compreensão de Processos Micro-organizacionais
- 3 Narrando a Paixão de uma Experiência de Ensinar: A Contribuição da Discriminação Condicional para os Problemas de Ensino
- 3 Sociogênese e Sistemas Dinâmicos: Campos da Ação e do Símbolo
- 4 Nós (os/as) Ecologistas
- 4 Psicoterapia Breve Psicodinâmica: Estado da Arte
- 4 Reflexões Teóricas e Metodológicas sobre a Psicologia Comunitária
- 4 Metodologia Storica e Scienze Umane. Um Esempio: Analisi Storica dei Diari di Viaggio: Tra Osservazione ed Interpretazione della Realtá
- 5 Os Arquivos Helena Antipoff e a História da Psicologia no Brasil
- 5 Novas Possibilidades de Interação pela Comunicação Eletrônica e a Investigação Psicológica
- 5 Psicologia Organizacional e a Sociedade Civil
- 5 Observar minha Consciência em Investigações Psicológicas Científicas
- 6 A Importância de Fatores Psicológicos e Sociais como Determinantes da Morte

CONFERÊNCIAS

- 9 Impasses e Perspectivas do Trabalho no Final do Século

MESAS REDONDAS

- 13 Formação e Exercício Profissional da Psicologia: A Interface Conselhos-Universidades
- 14 Modelos Conceituais para o Ensino da Pessoa com Deficiência
- 15 O Qualitativo e o Quantitativo em Pesquisa Psicológica
- 16 Social e Sociabilidade: Contribuições Interdisciplinares
- 17 Aspectos Teóricos e Práticos de uma Abordagem Preventiva da Adoção

SIMPÓSIOS

- 21 A Dinâmica Familiar em Situações de Crise: Ganhando e Perdendo Novos Membros
- 22 Quem é o Brasileiro? Dez Anos Depois
- 22 Mundo Social da Criança: Comportamentos Pró-Sociais, seus Mediadores e Contextos de Emergência
- 23 Conhecimento e Atitudes em Relação à Matemática: Dos Alunos aos Professores
- 25 A Pesquisa na Formação de Alunos de Graduação e Pós-Graduação: Investimento, Retorno e Trajetória
- 25 Resiliência e Vulnerabilidade: Escola, Família, Políticas Públicas e Desenvolvimento Psicológico
- 26 Aplicação da Pesquisa sobre Controle de Estímulo à Avaliação e Ensino de Indivíduos com Problemas de Desenvolvimento ou Aprendizagem
- 27 Ações Preventivas em Educação Especial
- 28 Família: Desenvolvimento, Saúde e Educação

- 29 Mediação do Conhecimento e Cidadania: Uma Análise Psicológica do Contexto Escolar
- 30 O Estudo de Sujeitos com Condições Atípicas de Desenvolvimento, na Abordagem Histórico-Cultural

CURSOS

- 35 Gestalt Terapia com Crianças
- 35 Psicologia Aplicada à Saúde
- 35 Criatividade nas Organizações
- 35 Estratégias de Diagnóstico e Avaliação Organizacional
- 36 Família e Casal: Diagnóstico e Terapia
- 36 Orientação Vocacional - Apresentação de uma Metodologia
- 36 Identidade e Trabalho

MINI-CURSOS

- 39 Tratamento Comportamental de Problemas na Infância
- 39 Sobre a Morte e o Morrer
- 39 Interação Adulto-Criança e a Construção do Conhecimento: A Relação Assimétrica na Pesquisa e na Sala de Aula
- 39 Introdução à Terapia Cognitiva
- 39 Sistemas Especialistas de Multimídia para Avaliação e Intervenção em Educação Especial
- 40 O Procedimento da Programação Individualizada de Ensino na Educação Especial
- 40 Psicologia Hospitalar: Uma Realidade a se Conhecer
- 40 Stimulus Control Topography and Discrimination Learning
- 40 Agressão na Natureza
- 41 Introdução a Path Analysis

COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

- 45 Análise Experimental do Comportamento
- 67 Psicobiologia e Neurociências
- 71 Psicologia Clínica
- 83 Psicologia Cognitiva
- 89 Psicologia do Desenvolvimento
- 103 Psicologia Escolar e da Educação
- 117 Psicologia da Família e Comunitária
- 127 Formação em Psicologia
- 135 História da Psicologia
- 139 Metodologia de Pesquisa e Instrumentação
- 145 Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 157 Percepção e Psicofísica
- 163 Psicologia da Saúde
- 179 Psicologia Social
- 193 Técnica do Exame Psicológico

ÍNDICE DE AUTORES

ÍNDICE DE CÓDIGOS UTILIZADOS

CÓDIGOS DE LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

ANF A	Faculdade de Filosofia, Bloco A, Anfiteatro
ANF B	Faculdade de Filosofia, Bloco B, Anfiteatro
ANF H	Faculdade de Filosofia, Bloco H, Anfiteatro
ANFLL	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, Anfiteatro Lucien Lison
FILO 1	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 1o andar, Sala 1
FILO 2	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 1o andar, Sala 2
FILO 3	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 1o andar, Sala 3
FILO 4	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 1o andar, Sala 4
FILO 5	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 1o andar, Sala 5
FILO 6	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 1o andar, Sala 6
FILO 8	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 2o andar, Sala 8
FILO 9	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 2o andar, Sala 9
FILO 10	Faculdade de Filosofia, Bloco Didático, 2o andar, Sala E
PSICOD	Faculdade de Filosofia, Sala de Psicodrama

CÓDIGOS DE CATEGORIAS DE ATIVIDADES

CONF	Conferência
CUR	Curso
ENC	Encontro
EXP	Exposição
LANC	Lançamento de Livro
MnCONF	Mini-Conferência
MnCUR	Mini-Curso
MR	Mesa Redonda
SIMP	Simpósio
WORK	Workshop

CÓDIGOS DE CATEGORIAS DE COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

AEC	Análise Experimental do Comportamento
BIO	Psicobiologia e Neurociências
CLIN	Psicologia Clínica
COG	Psicologia Cognitiva
DES	Psicologia do Desenvolvimento
ESC	Psicologia Escolar e da Educação
FAM	Psicologia da Família e Comunitária
FORM	Formação em Psicologia
HIST	História da Psicologia
METD	Metodologia de Pesquisa e Instrumentação
ORG	Psicologia Organizacional e do Trabalho
PERC	Percepção e Psicofísica
SAU	Psicologia da Saúde
SOC	Psicologia Social
TEP	Técnica do Exame Psicológico

MINI CONFERÊNCIAS

MnCONF 1.01

A PERSPECTIVA COGNITIVISTA E SEU IMPACTO NA COMPREENSÃO DE PROCESSOS MICROORGANIZACIONAIS. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Universidade Federal da Bahia.

A Psicologia Organizacional - especialmente a área voltada para a compreensão do comportamento humano em contexto de trabalho, tem sofrido impacto significativo da verdadeira "revolução cognitivista" que, em diferentes domínios da Psicologia e de outras ciências - Linguística, Neurociências, Antropologia, Epistemologia - marca os estudos comportamentais, mais fortemente a partir dos anos setenta. Fenômenos clássicos sobre comportamento organizacional, a exemplo de motivação no trabalho, atitudes e liderança, têm sido analisados sob perspectiva cognitivista, com ênfase na compreensão dos processos que explicam como os indivíduos constroem, em parte, suas realidades e a estas respondem. A área, como um todo, tem sofrido profunda reformulação terminológica embora, como assinam Lord e Mahler (1991), as estratégias de pesquisas não tenham se alterado significativamente. Por outro lado, os estudos com base cognitivista nos diversos temas afetos ao contexto de trabalho, cumprem o papel de demonstrar que processos cognitivos, já descritos e analisados, estão em jogo, contribuindo pouco para o avanço no conhecimento em tais processos em si. (Llgen e Klein, 1988). Nesta comunicação descreve-se o impacto das abordagens cognitivistas no domínio do comportamento organizacional. Mais especificamente, são analisadas duas questões centrais na abordagem cognitivista, identificando as suas implicações para a compreensão de processos microorganizacionais: (a) as diferentes arquiteturas cognitivas - simbólicas e conexionistas - e suas implicações sobre o processamento de informações; (b) o papel do conhecimento prévio (schema, frame) na determinação do processo de informações. Para cada questão, são tomados processos micro-organizacionais investigados, buscando elucidar o tipo de contribuição trazida pela abordagem cognitivista. Neste particular, toma-se, como exemplo elucidativo, a nova perspectiva de estudo de atitudes no trabalho dentro do enfoque sóciocognitivista desenvolvido por Pratkanis (1989). Exploram-se, finalmente, os desafios que se colocam para os pesquisadores organizacionais contribuição, no sentido de tornar o intercâmbio com as ciências da cognição mais fecundo para ambas partes.

-oOo-

MnCONF 1.02

NARRANDO A PAIXÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINAR: A CONTRIBUIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL PARA OS PROBLEMAS DE ENSINO. José Gonçalves Medeiros, Universidade Federal de Santa Catarina.

A mini-conferência versará sobre a experiência do autor em sua atividade de ensino, onde desenvolve na disciplina "*Psicologia da Aprendizagem*", uma estratégia na qual os alunos (4a. fase) realizam atividades práticas com crianças (ou adultos) com problemas na área de leitura e escrita. Para isso, está sendo utilizado um plano de ensino que, vinculado teoria e prática, apresenta os seguintes propósitos: a) instalar o comportamento de leitura e escrita como estratégia de ensino para a consecução dos objetivos da disciplina; b) replicar, ainda que parcialmente, o programa de ensino individualizado, relatado por de Rose (1989) e Melchiori (1992). Os resultados obtidos tem sido significativos pois as crianças tem aprendido as palavras-treino ensinadas além de apresentar, na maior parte dos casos, leitura generalizada. Os alunos vem demonstrando motivação com o procedimento e aprenden-

do os conceitos básicos da área. Os trabalhos realizados vem sendo apresentados em congressos e encontros de psicologia, (reuniões da SBPC, reuniões da SBP e encontros regionais), com o objetivo de encontrar outros interlocutores que, com suas abordagens teóricas possam vir contribuir no estabelecimentos de práticas transformadoras e comprometidas com a realidade social e política dos país. O que está nos motivando a continuar com o trabalho (de ensino) tem sido a possibilidade de desenvolver uma prática, cujo problema é também o foco de outros projetos em andamento (pesquisa). Tais práticas, além de produzir conhecimento acerca dos procedimentos de discriminação condicional, levam também os sujeitos envolvidos a se beneficiarem do procedimento (extensão). Estabelece-se, a nosso ver, uma clara vinculação entre as três áreas de atuação dos educadores, concretizando o que se denomina de *indissociabilidade* entre ensino, pesquisa e extensão que, muitas vezes, tem servido apenas como palavra de ordem dos movimentos por melhores condição de ensino.

-oOo-

MnCONF 1.03

SOCIOGÊNESE E SISTEMAS DINÂMICOS: CAMPOS DA AÇÃO E DO SÍMBOLO. Maria C. D. P. Lyra. Universidade Federal de Pernambuco.

As duas principais contribuições que decorrem da concepção de sistemas dinâmicos podem ser resumidas como: 1) os sistemas de desenvolvimento o são inerentemente; 2) o novo emerge dos padrões dinâmicos do sistema, como resultado da natureza auto-organizadora das restrições individuais e ambientais. Estas novas formas ou organizações, que aparecem como resultado dos padrões dinâmicos do sistema, não precisam ser planejadas com antecedência, nem precisam estar presentes como estruturas ao nível do indivíduo ou ao nível do ambiente. A perspectiva de sistemas dinâmicos introduz a necessidade de aceitar a emergência do novo como resultado indeterministicamente da mudança. No entanto, focalizando a dinâmica do mundo social, surge uma questão: qual é a natureza dessas características auto-organizadoras? Que restrições mútuas resultam na criação de novas formas? De uma perspectiva sistêmica sociogenética, é preciso explicar a dinâmica responsável pelo funcionamento de processos psicológicos inter- e intra-individuais como fases relacionadas do mesmo fenômeno de desenvolvimento. A perspectiva de sistemas dinâmicos deverá incluir tanto o campo dinâmico da ação quanto o campo dinâmico semiótico. Diferentemente da análise do campo se ações, o campo semiótico requer, pelo menos em maior grau, a inclusão de uma certa medida de intencionalidade ou direcionalidade como elemento necessário para a análise e compreensão de suas características dinâmicas. A internalização dos processos psicológicos necessita o uso de recursos semióticos como constituintes desses processo, e não apenas como interpretações, como ocorre em relação ao campo de ações. A dificuldade de separar esta direcionalidade pré-existente (inerente ao campo semiótico) daquela que emerge da dinâmica do sistema requer um nível de conceituação diferente da que se aplica ao campo de ações. O domínio semiótico, que caracteriza a integração dos processos psicológicos, requer uma redefinição de algumas das características fundamentais da perspectiva de sistemas dinâmicos que leve em consideração este grau de direcionalidade como integrando a dinâmica emergente do sistema de relações sociais. CNPq

-oOo-

MnCONF 1.04

NÓS (OS/AS) ECOLOGISTAS. *Marcos Reigota*, International Academy of the Environment, Genebra.

A partir de oito cenários (nós), construídos com relatos de profissionais e militantes ecologistas, procuro evidenciar os confrontos, dificuldades, experiências cotidianas e a intimidade de um pequeno grupo, transnacional, que constrói e vive a "globalização". Confrontados na vida profissional e a pessoal com: a velocidade do tempo, e das relações sociais e afetivas, o oportunismo, o encontro e o conflito de culturas, a AIDS, o avanço da informática/comunicação e o distanciamento pessoal, assim como, entre outras coisas, a falta dos direitos humanos. A questão principal desse estudo é: com essa elite transnacional vive o amor, a amizade, os relacionamentos afetivos universais e ecológicos? Os cenários (nós) foram construídos a partir dos ecologistas que tenho encontrado ao longo de minha carreira e os seus/suas: marido/mulher, namorados(as), companheiros(as), partners. Por exigência ética, buscando preservar a privacidade e o anonimato dos meus informantes, amigos e colegas, recorro às possibilidades literárias. Clarice Lispector, Fernando Pessoa e J. L. Borges servem de inspiração e orientação. A fundamentação teórica se baseia em estudos recentes sobre globalização e Intimidade (A. Giddens, Octavio Paz), Pós-modernidade (G. Vattimo), Ecologia e Intersubjetividade (F. Guattari), assim como na perspectiva Cultural Antropofágica (O. de Andrade) e nas Teorias das representações Sociais.

-oOo-

MnCONF 1.05

PSICOTERAPIA BREVE PSICO-DINÂMICA: ESTADO DA ARTE. *Elisa Medici Pizão Yoshida*, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

As psicoterapias breves (PBs) surgem formalmente com a colocação em prática do princípio da flexibilidade de Franz Alexander. De acordo com ele, o terapeuta deve adaptar a técnica às necessidades do paciente. Surgiram diferentes propostas, algumas já consideradas clássicas. Como exemplo, as de: Malan, Sifneos, Mann e Davanloo. Todos eles, respaldados em pesquisas, introduziram mudanças na frequência das sessões, na substituição do divã pela posição face a face, no número de sessões, etc. Mas acima de tudo, propuseram um controle e manipulação da relação transferencial de forma a atingir os objetivos relativos a cada caso. Preocuparam-se basicamente em definir critérios de indicação e de contra-indicação. A segunda geração de pesquisadores ocupou-se em expandir os limites de aplicação das PBs e conferir maior especificidade às técnicas. Atualmente, a terceira geração ocupa-se, basicamente, com o que foi chamado por Lester Luborsky de "pequena revolução na pesquisa e na prática". Ou seja, a criação de Manuais de Psicoterapias com os pressupostos dos princípios terapêuticos, guias concretos para aplicação da técnica e instrumentos de medidas para estimar o grau em que a técnica foi efetivamente empregada. Outra importante contribuição é a tendência crescente em adotar uma bateria estandardizada de medidas para a seleção de pacientes e a avaliação de mudanças nos processos terapêuticos, de forma a garantir a comparabilidade das diferentes técnicas e a realização de estudos metapsicológicos. Gostaríamos de propor para os pesquisadores brasileiros a criação ou adaptação de Manuais para a nossa realidade, assim como a adoção de medidas estandardizadas, para que nossas pesquisas se alinhem com a tendência internacional atual.

-oOo-

MnCONF 1.06

REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA. *Ronald J. J. Arendt*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A partir das conclusões do grupo de "Comunidade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida" do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP, ocorrido em maio de 1996, pretende-se analisar o caminho conceitual percorrido pelos psicólogos comunitários em sua prática teórica, desde a emergência da assim chamada "crise" da Psicologia Social. Naquele momento, aproximadamente há vinte e cinco anos atrás, a crítica iniciada sobre o psicólogo social experimental fundado em uma prática metodológica empírico-analítica, em contraste com o psicólogo comunitário dos dias de hoje, atento às metodologias qualitativas das ciências sociais. Entretanto, se o primeiro, embora quase totalmente apolítico, estava excessivamente convicto da clareza do objeto de sua disciplina, o segundo está extremamente sensível aos aspectos sociais, históricos, antropológicos e políticos do contexto em estudo, mas sem muita clareza quanto ao objeto de sua disciplina. Alguns psicólogos contemporâneos chegam mesmo a destituir a Psicologia de seu objeto e a produzir uma sociologia, Antropologia ou Política da Psicologia. Da análise dos pressupostos teóricos e metodológicos imbuídos nestas práticas sugerir-se-á um retorno a questões eminentemente psicológicas, enriquecidas com os referenciais da Sociologia, Antropologia ou Política. No contexto de uma efetiva inter e transdisciplinaridade, este trabalho propõe, com base nas reflexões efetuadas, reavaliar o objeto da Psicologia - e, em decorrência, o objeto da Psicologia Social e Comunitária, tendo como fio condutor uma tentativa de melhor precisar o que seria o "olhar" do psicólogo. Serão discutidos exemplos de pesquisas efetuadas na Psicologia Experimental norte-americana na área da cognição e na Psicologia Comunitária, através dos quais se procurará melhor caracterizar as análises efetuadas.

-oOo-

MnCONF 1.07

METODOLOGIA STORICA E SCIENZE UMANE. UM ESEMPIO: ANALISI STORICA DEI DIARI DI VIAGGIO: TRA OSSERVAZIONE ED INTERPRETAZIONE DELLA REALTÁ. *Anna Unali*. Università La Sapienza, Roma, Itália.

Na conferência serão abordados as possibilidades de colaboração entre Historiografia e Ciências Humanas, do ponto de vista metodológico. Notadamente, serão apresentados alguns exemplos desta colaboração no que diz respeito a pesquisas por mim desenvolvidas acerca de relatos dos séculos XV e XVI elaborados por autores portugueses, espanhóis e italianos, referentes ao descobrimento e reconhecimento de territórios da África e dos Novos Mundos, tais como Pero Vaz de Caminha, Diego Alvarez Chanca e Alvise de Cadamosto. Modelos interpretativos elaborados no âmbito das Ciências Humanas, tais como Psicologia, Sociologia, Antropologia, oferecem importantes recursos para a compreensão das relações sociais e comerciais com a alteridade, cujo estabelecimento é objeto de importantes relatos elaborados pelos autores acima indicados.

-oOo-

MnCONF 2.01

OS ARQUIVOS HELENA ANTIPOFF E A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL. *Regina Helena de Freitas Campos.* Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

O uso de fontes primárias na pesquisa em História da Psicologia é uma tendência recente. Estas fontes têm trazido novas informações não só sobre os processos de elaboração e de evolução dos conceitos e debates em Psicologia, como sobre as relações entre teorias psicológicas e contexto sócio-cultural. O trabalho de organização dos arquivos que pertenceram à psicóloga e educadora Helena Antipoff (1892-1974) que estamos desenvolvendo tem nos revelado novas perspectivas e possibilidades de construção da historiografia da Psicologia científica, especialmente no Brasil. As evidências disponíveis indicam que: 1) as matrizes de pensamento que orientaram a evolução da ciência psicológica no país no período mais recente já vinham sendo exploradas anteriormente; 2) essas matrizes foram grandemente influenciadas pelo contexto sócio-cultural, notadamente pelas demandas dos sistemas de saúde e educação públicos. Apoio: CNPq.

-oOo-

MnCONF 2.02

NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO PELA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA E A INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA. *Maria Lúcia Seidl de Moura,* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O impacto que o uso difundido do computador vem tendo nos modos de interação, nas formas de comunicação e na organização do pensamento do ser contemporâneo não pode ser desconsiderado ou minimizado. Além de todas as possibilidades de uso local, com ferramentas cada vez mais amigáveis e acessíveis a não especialistas, a comunicação eletrônica em rede se torna cada vez mais presente, com consequências imprevisíveis. A tecnologia do cyberspace está levando a transformações nas noções de comunidade, de relações sociais e de self e nas oportunidades de construção compartilhada de conhecimento. As possibilidades de investigação são vastas e exigem esforços multidisciplinares. Na Psicologia, diversas áreas têm material para estudo, entre elas a de Desenvolvimento Cognitivo. A abordagem sócio-interacionista pode apoiar essas investigações. Estudos têm sido feitos nesse sentido sob a coordenação da autora. Foram estudadas as condições contextuais facilitadoras da criação de espaços de mudança cognitiva em projetos educacionais que incluem o computador como ferramenta e a natureza específica da linguagem na comunicação eletrônica. Os resultados permitem concluir que os alunos são capazes de troca cooperativa. Esta cooperação pode ser ampliada para incluir parceiros distantes, ligados via rede. A comunicação em rede é um novo meio que deve ser entendido de uma forma sui generis. Permite uma postura dinâmica e interativa através da qual o indivíduo se posiciona diante de diferentes acontecimentos e situações, promovendo a liberdade de criação. Além disso, favorece a troca, a negociação de significações que, por sua vez, são a base da construção cooperativa do conhecimento. A linguagem das mensagens da comunicação em rede tem natureza e aspectos estruturais próprios. Novas possibilidades de investigação serão discutidas.

-oOo-

MnCONF 2.03

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E A SOCIEDADE CIVIL. *Peter Spink.* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Após um longo período de dominação conceitual, a Psicologia Industrial foi posta de lado por psicólogos em diversos países, em prol de uma configuração de campo mais ampla: a Psicologia Organizacional e do Trabalho. A mudança do foco restrito das empresas para o âmbito de organizações chamou atenção para a variedade de formas de agregação e ação existentes (entidades e agências de gestão pública, de serviços, entidades filantrópicas, movimentos sociais, sindicatos, clubes, partidos e associações comunitárias), e também para o fenômeno social de organização enquanto presença constante e como processo dinâmico. Ao focalizar o trabalho enquanto categoria de análise, abre-se não somente o estudo de suas consequências como também dos processos de significação através dos quais certas atividades viram trabalho e outras adquirem outros nomes no dicionário da ação do dia a dia. Sem dúvida, um universo distante da Psicologia restrita da descrição da tarefa, da análise do cargo, da seleção e do treinamento. A arena que abrange as questões e práticas sociais é marcada pela interação e intervenção de muitas destas organizações - seja de forma cooperativa, de parceria, ou em relações de conflito. A complexidade crescente da esfera pública tem aumentado a importância da reflexão sobre a sociedade civil enquanto construto teórico e sobre as organizações enquanto espaço de atuação profissional de psicólogos engajados em questões sociais. O que são organizações da sociedade civil do ponto de vista da Psicologia Organizacional? Quais são algumas das suas características distintas e como ajudá-las a se fortalecer? A apresentação discutirá estas e outras temas deste campo em formação, buscando criar uma agenda de tópicos para reflexão, pesquisa e ação.

-oOo-

MnCONF 2.04

OBSERVAR MINHA CONSCIÊNCIA EM INVESTIGAÇÕES PSICOLÓGICAS CIENTÍFICAS. *Arno Engelmann.* Universidade de São Paulo.

Em Psicologia científica há, na minha acepção duas consciências: a imediata, início de qualquer observação e a mediata de outros, o que se supõe estar por trás do comportamento observável em animais conscientes, humanos ou não-humanos. Normalmente, a consciência mediata de outros é uma parte a ser inferida, tal como a aprendizagem, a motivação, a memória, etc. Porém, em algumas situações que ocorrem em seres humanos, junto com essa inferência pode ocorrer outra inferência, aquela que supõe uma semelhança entre a consciência imediata do observador e a consciência suposta na outra pessoa. Esta última suposição, conhecida como hipótese fenomênica, permite testar teorias em outras pessoas com base na auto-observação do investigador. Entretanto, esta suposição é puramente inferencial e, como tal, sujeita a melhoras com o tempo, ou ao simples abandono. Em toda pesquisa experimental com a hipótese fenomênica, há dois fatores que merecem particular atenção: a adequação das instruções para obter dos sujeitos os tipos de acontecimentos conscientes que se deseja observar, e o uso de relatos verbais que possam convenientemente traduzir o que se passa na consciência do sujeito. Podemos citar alguns exemplos tirados de nossas pesquisas: (1) a existência de acontecimentos conscientes passivos e ativos; (2) a existência da gestalt "eu puro-aparência" na consciência reflexiva e talvez, na consciência primária; (3) a existência de níveis de organização da percepção.

-oOo-

MnCONF 2.05

A IMPORTÂNCIA DE FATORES PSICOLÓGICOS E SOCIAIS COMO DETERMINANTES DA MORTE. Wilma da Costa Torres. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Todas as vidas, assim como todas as mortes, envolvem a interação de processos psicológicos, sociais e culturais, além dos biológicos. Entretanto, o conceito de "morte psicológica" suscita desconfiança uma vez que nosso cientificismo nos leva a enfatizar os fatores orgânicos e a acreditar que somente as lesões importam na determinação da morte. O esquecimento de que os fatores psicológicos e sociais permeiam a maneira como vivemos, de que doença adoecemos e de que maneira morremos é um dos fatores, dentre outros, que concorre para a percepção da morte como um evento desnecessário e inoportuno. Presença de fatores psicológicos e sociais na alteração do meio psico-biológico deve ser

reconhecida não apenas nas doenças psicossomáticas, mas também no fato de que muitas doenças indubitavelmente orgânicas costumam coincidir com momentos de crise e ainda em outras circunstâncias, como no caso das mortes súbitas - como acidentes, suicídio, etc. -, em relação às quais o inoportuno da inoportunidade é ainda maior, e em muitos casos de morte por causas naturais, sobretudo naquelas em que a etiologia médica parece obscura. Portanto, o conceito de "morte psicológica" exige o desenvolvimento de estudos e pesquisas que contribuam para uma melhor avaliação das variáveis psicológicas na determinação da doença e da morte. Estes estudos, entretanto, estão apenas começando (Weissman, 1972), podendo-se destacar como um marco inicial a introdução por Shineidman (1969) do conceito de "autopsia psicológica" como um instrumento de complementação da autópsia somática. Apoio FUIB.

-oOo-

CONFERÊNCIAS

CONF 2.03

IMPASSES E PERSPECTIVAS DO TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO. *Wanderley Codo* - Laboratório de Psicologia do Trabalho - Universidade de Brasília.

Quem quiser compreender qualquer sociedade, deve prestar atenção em três pontos fundamentais: como se produz, como se organizam as trocas entre os produtores e que relações sociais se definem, ou seja, o arcabouço político ideológico que regula a sociedade. Esta conferência busca discutir estes três eixos de construção da sociabilidade através de seus três modos contemporâneos de aparecimento e crise: as relações de troca no capitalismo e o rompimento observado através da falência do acordo de Bretton Wood, a polarização política entre capitalismo e a reorganização política mundial a partir da queda do muro de Berlim e, por últi-

mo, o padrão Taylor Fordista de organização do trabalho e a sua crise, dando lugar a novas tecnologias e, paripassu, o repensar do conjunto das técnicas e políticas que organizam o trabalho na sociedade deste final de século. Durante a evolução do trabalho, o Homem vem sofrendo "perdas" sucessivas neste seu processo de construção de si mesmo. A cada uma destas perdas deve se contrapor uma forma de reapropriação. Qualquer sociedade se estrutura a partir da troca entre os seus membros, da produção de seus meios e da reprodução de relações sociais em suas instituições. O século que se fecha monta-se sob o tripé: relações de troca internacionalizadas através da paridade da moeda, divisão taylor - fordista do trabalho e dualismo paranóico socialismo/capitalismo. Os três ícones que escolhemos como parâmetros de análise foram: o acordo de Bretton Wood, o taylorismo e o muro de Berlim. De tão sólido, este tripé desmanchou-se no ar.

MESAS REDONDAS

MR 2.01**FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA: A INTERFACE CONSELHOS-UNIVERSIDADES.****MR 2.01.1**

OS CONSELHOS DE PSICOLOGIA, A FORMAÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL. Adriano Furtado de Holanda. Conselho Regional de Psicologia - 1ª Região.

Este trabalho visa expor algumas reflexões sobre as funções dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e a formação dos psicólogos. Sabemos que existe uma fronteira relativamente extensa que separa o que é do campo da Formação - e se associa às Entidades Formadoras (Faculdades e Universidades) e que se constitui num campo denominado de "Docente" - e o que é do âmbito da Fiscalização e da Orientação - como funções primárias dos Conselhos de Psicologia e, portanto, no terreno do "Exercício Profissional". A reflexão que se propõe a reavaliar estas questões, assinalando que não há significativa distinção entre o que é exercício profissional e o que é formação profissional. Dentro da atual perspectiva da ciência, de atuar na interdisciplinariedade, não se julga cabível delimitar campos estreitos de ação de entidades que, direta ou indiretamente, utilizam-se de prerrogativas semelhantes. Numa perspectiva dialética, o que se percebe é um continuum atribuições entre a Formação e o exercício Profissional. Os Conselhos de Psicologia e as Formadoras devem estabelecer critérios conjuntos de ação, sendo que muitas das delimitações do campo docente podem, e devem ser encarados (jurídica e formalmente) como campos de interface, adentrando no terreno do exercício Profissional e, portanto, da esfera de atuação dos Conselhos, como é o caso da Supervisão de Estágio em Formação de Psicólogos, por exemplo. Outra reflexão importante diz respeito a um redimensionamento das "atribuições" dos Conselhos, segundo a legislação vigente, que aponta para a orientação, a fiscalização e a disciplina do exercício profissional. Neste âmbito, faz-se necessário rediscutir o sentido destas atribuições à luz da atualidade e à luz da interface de atuação profissional.

-oOo-

MR 2.01.2

O QUE OS CONSELHOS DE PSICOLOGIA DEVEM ESPERAR DAS UNIVERSIDADES. Ana Lúcia Francisco, Universidade Católica de Pernambuco.

A autora pretende, a partir de sua experiência como docente e como Conselheira regional e federal, atuando, enquanto conselheira, de forma mais direta em Comissão e Câmara de Educação e Formação Profissional, abordar a estreita relação e interdependência entre a Formação Acadêmica e o Exercício Profissional. Para tanto, a temática será inicialmente tratada do ponto de vista das Funções dos Conselheiros Federal e Regional em face à realidade e às demandas com as quais estas Autarquias lidam em seu cotidiano. De forma mais específica, discutiremos as questões que envolvem diretamente o exercício profissional em seus aspectos relacionados à formação, apresentando dados de pesquisas realizadas que nos apontam para inúmeras direções: algumas práticas emergentes na Psicologia, quer elas se realizem em novos espaços ou em espaços chamados tradicionais, as orientações que são mais frequentemente buscadas pelos profissionais e estudantes, as denúncias de caráter ético que mais comumente ocorrem, entre outros. Por outro lado, os aspectos que dizem respeito à formação acadêmica do psicólogo nos parece de extrema rele-

vância, para que através da análise desses referenciais, na relação com aqueles próprios do exercício profissional, tenhamos subsídios para que a questão - o que os Conselhos de Psicologia devem esperar das Universidades - possa ser aprofundada. Esperamos que as reflexões trazidas possam contribuir para que, em um trabalho coletivo, possamos diminuir a distância, ainda existente, entre a Psicologia enquanto Ciência e Profissão.

-oOo-

MR 2.01.3

O QUE AS UNIVERSIDADES DEVEM ESPERAR DOS CONSELHOS DE PSICOLOGIA. Mariza Monteiro Borges. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Esta apresentação tem como objetivo trazer a esta mesa a reflexão sobre as possíveis interações entre os Conselho Federal e Regionais de Psicologia e as universidades. Partindo da explicitação das competências legais de cada um destes órgãos, de seus objetivos e de seus papéis sociais e políticos, tentar-se-á encontrar os pontos de inserção entre suas diferentes competências e, a partir daí, levantar as possibilidades de ação conjunta. Neste sentido, a reflexão a ser desenvolvida apontará no sentido das possibilidades de parcerias entre os Conselhos e as universidades. Estas possibilidades serão analisadas a partir de uma das duas vertentes: os Conselhos e as universidades. Os Conselhos, enquanto órgãos fiscalizadores e normativos do exercício profissional, poderiam oferecer às universidades informações preciosas para o estudo e pesquisa nas áreas de formação profissional, estruturação curricular, planejamento de ensino, acompanhamento de egressos, análise de mercado profissional, delineamento de cenários de atuação profissional e levantamento de necessidades de formação continuada dos profissionais. As universidades, por sua vez, enquanto instituições voltadas para a produção do conhecimento e para a formação profissional, poderiam responder às demandas de produção de conhecimento em todos aqueles aspectos citados, além da produção de conhecimento específico do campo da psicologia. A parceria entre Conselhos e universidades poderia, ainda, concretizar-se na forma de cursos de extensão, especialização e aperfeiçoamento visando o aprimoramento do profissional psicólogo e, conseqüentemente, a ampliação do leque de oportunidades de mercado para aquele profissional. Entende-se que tais atuações conjuntas poderiam ampliar tanto a relevância social das instituições participantes, como as suas possibilidades de intervir nos processos políticos relativos à formação e ao exercício profissional.

-oOo-

MR 2.01.4

EM BUSCA DE PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS DE PSICOLOGIA E AS UNIVERSIDADES. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Universidade Federal da Bahia

O quadro de problemas que cercam a formação e o exercício profissional do psicólogo no país é bem conhecido. Ao longo das últimas duas décadas acumulou-se um corpo significativo de estudos e reflexões (das universidades e dos órgãos de representação da categoria) que ora mapeiam as dificuldades, ora apontam formas alternativas de enfrentá-las. Dentre muitas outras, uma das barreiras que dificultam mudanças significativas neste qua-

dro é a inexistente ou precária articulação entre o sistema de formação profissional e o sistema de acompanhamento e 'controle' do exercício profissional. Ou, em outras palavras, a falta de vínculos claros, duradouros e institucionalmente estabelecidos entre as Universidades e os Conselhos. Na presente comunicação, após uma rápida caracterização dos principais problemas e dilemas que cercam a formação e o exercício profissional do psicólogo, duas principais estratégias possíveis de articulação entre essas duas instâncias da profissão são discutidas. Estas duas estratégias fixam linhas de intercâmbio e trocas indispensáveis para se pensar e enfrentar os problemas da profissão no Brasil. A geração de informações sobre o exercício profissional pelos Conselhos, como elemento retroalimentador para a formação. É indispensável que os Conselhos de Psicologia acompanhem as transformações em curso no exercício profissional e, em especial, os problemas associados à qualidade dos serviços prestados à sociedade. Tal acompanhamento deve gerar informações confiáveis que devem ser tomados como insumos básicos para se repensar o sistema de formação, ampliando as exigências de qualidade e o atualizando frente aos rumos da profissão e da produção científica. Os Conselhos podem, efetivamente, através de pesquisas ou da sistematização dos problemas éticos que analisa, fornecer parâmetros indicativos básicos da qualidade da formação. A construção e implementação de um sistema de 'especialização' para a profissão. A prática profissional vem, crescentemente, diversificando-se ampliando a demanda de uma formação complementar em nível pós-graduado. Assim, a concessão do título de especialista ao psicólogo, forneceria melhor visibilidade social do seu trabalho e, logicamente, maior controle da sociedade sobre, este trabalho, meta importante para os Conselhos. As universidades poderiam não só contribuir na construção de um sistema de especialização apropriado à nossa realidade, como assumir a liderança efetiva na sua implementação.

-oOo-

MR 2.02.**MODELOS CONCEITUAIS PARA O ENSINO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA****MR 2.02.1**

MODELOS CONCEITUAIS PARA O ENSINO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL: A CONTRIBUIÇÃO DE UM CURRÍCULO FUNCIONAL. *Maria Amelia Almeida*, Universidade Federal de São Carlos.

Os modelos conceituais para o ensino de pessoas com deficiência mental, no Brasil, variam desde os programas mais rígidos de modificação de comportamento, totalmente controlados pelo professor, até aos programas mais flexíveis em que o aluno traça a sua própria caminhada para o aprendizado das habilidades necessárias para a sua vida e o professor orienta de acordo com seu ritmo de aprendizagem. Além de mais, soluções tecnológicas sofisticadas, têm sido propostas. Porém, nunca devemos perder de vista que um dos grandes objetivos da Educação Especial deveria ser o de facilitar a integração das pessoas com deficiência com seu meio físico e social, tornando-as mais independentes e produtivas e consequentemente mais aceitas pela sociedade. Logo, qualquer planejamento de ensino em Educação Especial deveria estar baseado em uma abordagem ecológica funcional, que é definida como aquela que facilita o desenvolvimento das habilidades essenciais do indivíduo, permitindo sua participação nos ambientes integrados, levando em consideração as relações recí-

procas entre o indivíduo e seu meio social. Deve-se, também, oportunizar ao indivíduo com deficiência mental, uma situação de aprendizagem que seja motivadora e funcional.

-oOo-

MR 2.02.2

MODELOS CONCEITUAIS PARA O ENSINO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA. *Maria Cecília Carareto Ferreira*, Universidade Metodista de Piracicaba.

O processo pedagógico da educação especial está fundamentado na concepção de déficit, a qual limita o desenvolvimento, restringindo sua promoção, ao treino de um conjunto de habilidades elementares não adquiridas, que se tornam objeto da educação, na perspectiva de se criar condições para comportamentos humanos complexos, aos quais dificilmente se chega. Nesta abordagem, o desenvolvimento se identifica com aprendizagem e é visto como regido por suas leis com caráter universal, invariáveis, segundo uma ordem natural; é uma perspectiva ambientalista, que busca a adaptação nesta relação homem-meio. Queremos contrapor, neste momento, que a relação homem-meio é uma relação interdependente e interativa com o mundo da cultura, e é neste contexto que as ações humanas e os processos mentais superiores se dão. Desta forma estamos colocando o desenvolvimento da pessoa como um processo de transformações qualitativas que emergem no plano intersubjetivo, passando para o plano intrasubjetivo. Este processo ocorre nas relações concretas que são de natureza prática ou verbal, durante as atividades sócio-históricamente definidas. Nesta concepção ressalta-se a importante função mediadora do outro e dos mecanismos semióticos. Comprometer-se pois, com o desenvolvimento da pessoa deficiente a partir de uma situação de ensino, pressupõe, entre outros aspectos, analisarmos em quais atividades a pessoa está inserida, como estas atividades estão constituídas, quais as relações concretas que por elas passam e como estas atividades mudam ao longo da vida do sujeito.

-oOo-

MR 2.02.3

O MODELO CONCEITUAL DE PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO E ENSINO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. *Fernando C. Capovilla*, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Segundo dados da APA, a maioria absoluta dos psicólogos considera-se cognitiva. A psicologia cognitiva compreende três áreas: a psicologia cognitiva experimental, as ciências cognitivas, e a neuropsicologia cognitiva, tendo todas como abordagem subjacente o processamento de informação. A partir de experimentação com pessoas normais, a primeira elabora e testa modelos de processamento cognitivo; a partir de simulação computadorizada a segunda testa tais fluxogramas; e a terceira fornece elaboração e teste ulteriores a partir do exame do efeito de lesões cerebrais sobre o funcionamento do sistema. Este dá-se conforme dois princípios. O da capacidade central explica o efeito da dificuldade das tarefas e permite compreender conceitualmente a deficiência mental. O da modularidade, subordinado àquele, explica o efeito da similaridade entre tarefas e permite compreender as múltiplas dissociações entre déficits nos variados quadros de lesão cerebral nas alexias e afasias. Baseada neste, a teoria de duplo processo identifica dois processamentos funcionalmente independentes: linguístico e não-linguístico (visuo-es-

pacial). O linguístico pode ser visual ou fônico. O visual é usado na língua de sinais para surdos e na semantografia Bliss para paralisados cerebrais; e o fônico, nas ortografias alfabéticas. Segundo a teoria de duplo processo aplicada à leitura-escrita em ortografias alfabéticas, esta começa logográfica, passa a ser fonológica, e depois lexical. Na logográfica a criança trata a palavra como desenho. Na fonológica, ela decodifica e codifica fonologicamente, segmento a segmento de modo lento. Na lexical ela resgata a pronúncia de modo visual automático. Leitores competentes usam ambas as rotas: a lexical para palavras reais apenas, usualmente curtas e de alta frequência; e a fonológica para itens regulares grafo-fonemicamente, quer sejam pseudo-palavras ou palavras reais usualmente longas e de baixa frequência na língua. A lesão pode afetar diferencialmente uma ou outra, ou mesmo ambas as rotas, resultando em diferentes quadros. A exposição abordará diferentes quadros de deficiências como dislexias adquiridas e do desenvolvimento, afasias, anartria, surdez, paralisia cerebral, retardo mental, distrofia muscular progressiva, esclerose lateral amiotrófica, mal de Huntington, mal de Parkinson. Soluções tecnológicas sofisticadas baseadas na teoria serão propostas para todas elas. CNPq.

-oOo-

MR 2.02.4

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. *Júlio César Coelho de Rose*, Universidade Federal de São Carlos.

De acordo com a perspectiva da Análise do Comportamento, a aprendizagem é entendida como resultante da interação entre três grandes classes de variáveis: variáveis biológicas (incluindo a bagagem genética e história maturacional do organismo), história prévia de interações com o ambiente (incluindo-se aí, com especial destaque, o ambiente social) e as contingências de reforçamento existentes no momento em que se realiza a aprendizagem. Estas contingências de reforçamento envolvem a relação entre as ações do indivíduo, a situação ambiental que antecede estas ações e as mudanças no ambiente que delas resultam. Qualquer uma destas classes de variáveis pode resultar em dificuldades de aprendizagem: ou seja, as pessoas podem ter dificuldades para aprender em virtude de deficiências genéticas ou maturacionais, em virtude de uma história de interações com o ambiente que não tenha estabelecido condições adequadas para determinadas aprendizagens, ou devido a um arranjo instrucional que não estabeleça contingências adequadas face ao repertório que o indivíduo traz para a situação de ensino. Deficiências em qualquer destas classes de variáveis podem ser remediadas através de condições favoráveis em termos das outras classes. Por exemplo, um indivíduo com deficiências de origem biológica, pode ter sua capacidade de aprendizagem aumentada através de uma intervenção precoce que arranje uma história favorável de interações com o ambiente, e por arranjos instrucionais com contingências de reforçamento apropriadas. A Análise do Comportamento investiga a interação entre estas classes de variáveis e seus efeitos sobre o comportamento e procura, com base neste conhecimento, gerar uma tecnologia de ensino. O objetivo desta tecnologia de ensino é possibilitar a promoção da aprendizagem, através de arranjos instrucionais que permitam o crescimento cognitivo de qualquer indivíduo, respeitando suas potencialidades e limitações

-oOo-

MR 2.03.

O QUALITATIVO E O QUANTITATIVO EM PESQUISA PSICOLÓGICA

MR 2.03.1

O QUALITATIVO E O QUANTITATIVO EM PESQUISA PSICOLÓGICA. *Sérgio L. de C. Fernandes*. Mestrado em Psicologia - Universidade Gama Filho.

Com ajuda de análise lógica, e prestando atenção aos fundamentos da Matemática, pode-se compreender que há um sentido importante em que o "quantitativo" reduz-se, em última instância, ao "qualitativo", mas não vice-versa. Nossa noção de "quantidade" é a noção de "qualidade repetida". Quantidade é "repetição"; repetição de qualidade gera séries temporais. A quantidade composta, "velocidade", quando aplicada a processos cognitivos (percepção etc.) pode explicar porque certas qualidades nos parecem irredutíveis a outras. Contudo, a noção de "quantidade pura", ou "enquanto tal", não corresponde a nada inteligível, e serve apenas como maneira de falar. As consequências dos resultados acima para a Metodologia da Ciência são diversas, e extremamente importantes. Toda medida e toda observação são essencialmente qualitativas, sendo o que se chama de "quantitativo" um modo instrumentalmente útil, em certos contextos, de se tratar a qualidade. Além disso, o chamado "método fenomenológico" não só em pesquisas ditas "qualitativas", mas também em pesquisas laboratoriais, não é um "método" alternativo, mas um recurso indispensável de coleta e descrição de dados psicológicos, desde que usado na terceira pessoa, e não introspectivamente. Ainda outra consequência importante da análise das noções de "qualitativo" e "quantitativo" é a de que a "interação" é parte essencial, não só nas pesquisas ditas "participantes", mas também nas chamadas de "propriamente experimentais".

-oOo-

MR 2.03.2

O QUALITATIVO E O QUANTITATIVO EM PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL. *Maria Vittoria Pardal Civiletti*. Universidade de Gama Filho.

Este trabalho tem como objetivo discutir a contribuição de diferentes técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas na construção de um conhecimento sobre a educação infantil no Brasil. Reflete uma trajetória de 15 anos de pesquisas sobre o tema. O primeiro estudo investigou os efeitos da influência das condições de atendimento das creches no desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças (Pardal et al., 1985). Foram utilizados questionários para as creches e escalas para medir o desenvolvimento infantil. O segundo trabalho abordou as origens históricas das instituições de cuidado à criança de 0 a 6 anos no Brasil (Civiletti, 1988), valendo-se de análise documental. De 1988 a 1995 realizou-se uma linha de pesquisa no Mestrado de Psicologia da Universidade de Gama Filho que visava investigar formas novas de funcionamento para a creche e a pré-escola que incentivassem a interação entre crianças e contribuíssem para a construção de um saber específico para o atendimento da criança pequena nessas instituições. Desta vez, privilegiou-se a experimentação ecológica no design da pesquisa. As situações experimentais foram filmadas em ambiente natural e analisadas micro-geneticamente. De 1988 a 1992 a linha abarcou três sub-projetos que exploraram os efeitos do tipo de objeto que se oferecia à criança (Civiletti, 1992), a arrumação do espaço disponível (Moreira, 1992) e o efeito do

contato de crianças de diferentes idades (Freire, 1992). Com o intuito de aprofundar o estudo da importância da relação criança-educadora e da forma mais adequada de fomentá-la, foram desenvolvidas duas outras pesquisas. A primeira reavaliou qualitativamente as interações criança-educadora das pesquisas anteriores (Cunha, 1993), enquanto a segunda traduziu e validou uma escala que mede a sensibilidade do professor (Prada, 1995). A linha de pesquisa vem atualmente contribuindo num projeto de pesquisa participante junto às creches comunitárias do município de Niterói, cujo objetivo é a melhoria da qualidade pedagógica do atendimento e a capacitação dos educadores. Acreditamos que a pluralidade de técnicas utilizadas nestes estudos contribuirá com evidências empíricas e reflexões teóricas férteis para a formulação de propostas educacionais para a educação infantil, que ajudem a construir uma sociedade mais justa e democrática.

-oOo-

MR 2.03.3

A CONTROVÉRSIA QUALIDADE X QUANTIDADE NOS ESTUDOS SOBRE INTELIGÊNCIA HUMANA. *Eliane Gerk Pinto Carneiro.* Universidade Gama Filho.

No campo de estudos sobre a inteligência humana dois grandes focos de controvérsias, entre outros menores, tem mantido aceso um debate que já dura mais de um século: a antinomia inatismo x ambientalismo e a polêmica qualidade x quantidade na observação da capacidade intelectual. Historicamente a inteligência tem sido estudada segundo duas abordagens: uma quantitativa ou estatística e outra qualitativa. A primeira concentrou-se na análise das diferenças individuais e visou basicamente a medida. A última orientou-se no sentido da descoberta de leis gerais do comportamento inteligente, refletindo uma tradição fundamentada nos estudos de lógica e epistemologia. Ambas derivaram-se de Binet, tendo uma constituído a corrente psicométrica e outra a corrente psicogenética de estudos sobre a inteligência. Se dividirmos as correntes teóricas sobre a inteligência de acordo com a ênfase no quantitativo ou no qualitativo, a Psicometria emergirá como uma espécie de opositora às demais, por ser centralizada na medida. Entretanto, uma análise mais acurada revelará que os estudos piagetianos e as pesquisas cognitivas necessitam da contribuição da Psicometria. Resta analisar, mais cuidadosamente, a perspectiva de Howard Gardner, esta sim revelando uma metodologia de investigação claramente qualitativa, além de inovadora. Pretende-se discutir aqui esta oposição qualidade x quantidade através destas diferentes abordagens ao estudo da inteligência e demonstrar a riqueza que a integração entre elas pode revelar.

-oOo-

MR 2.03.4

O QUALITATIVO E O QUANTITATIVO EM PESQUISA PSICOLÓGICA. *Pedrinho Guareschi.* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O debate metodológico travado entre pesquisadores que lidam com investigações de cunho qualitativo e quantitativo era muito generalizado há alguns anos e vai tomando, hoje, dimensões novas e mais aprofundadas. A presente intervenção quer ser uma contribuição que possa ajudar a iluminar a referida problemática. A partir de noções, ou definições, de conceitos e construtos empregados em teorias psicológicas e psicossociais, e de exemplos tirados de investigações existentes no meio acadêmico, procura-

se identificar determinados pressupostos metafísicos e epistemológicos existentes tanto nas definições dos conceitos como nas metodologias das pesquisas. Tais pressupostos não são, em geral, levados em consideração pelos autores, mas trazem limitações e reducionismo importantes para as diferentes produções científicas. Quer-se evidenciar que por detrás da discussão entre o quantitativo e o qualitativo estão posturas e cosmovisões diferenciadas sobre o que é o ser humano, o que é o social, o que é a sociedade, o que é realidade, o que é ação e o que é mudança. Sem uma discussão dos pressupostos filosóficos subjacentes às diversas teorias e conceitos empregados pelos pesquisadores, será muito difícil progredir no debate referente ao qualitativo e ao quantitativo em pesquisa psicológica.

-oOo-

MR 2.04.

SOCIAL E SOCIABILIDADE: CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES

MR 2.04.1

PERSPECTIVA PSICOBiolÓGICA - ONTOGÊNESE E VIDA SOCIAL. *Maria Isabel Pedrosa,* Universidade Federal de Pernambuco.

"O ser humano é biologicamente social". Esta afirmação, examinada superficialmente, pode encaminhar o leitor, erroneamente, à consideração inatista do desenvolvimento humano. Explicitando, contudo, as concepções de vida social e da ontogênese humana, que levam a esta afirmativa, depara-se com a impossibilidade de opor biologia e cultura como fatores determinantes da especificidade humana. A constituição do sujeito e a emergência e construção de significados compartilhados somente são concebidos na interação social, entendida esta como um processo de co-regulação.

-oOo-

MR 2.04.2

SOCIABILIDADE NA ALQUIMIA DE ISAAC NEWTON: A CHAVE. *Amélia Império Hamburger.* Universidade de São Paulo.

O manuscrito "*Clavis*", juntamente com outros manuscritos alquímicos pertencentes a I. Newton, foram analisados, em profundidade, por Betty Jo Dobbs, química e historiadora, dando ensejo a interpretação original e estimulantes. Na defesa de suas teses sobre o complexo processo de criação, por Newton, do conceito fundamental da teoria da matéria - a *força gravitacional de atração* entre os corpos - Dobbs encontra no "*Clavis*", a chave do conceito newtoniano. Considerando misterioso e "metafísico" em épocas posteriores, o conceito de força, na teoria da matéria, em física, sempre está associado às interações específicas inerentes à natureza dos fenômenos considerados. Introduzindo a metáfora em questão, tem sentido falar na "sociabilidade" características da situação estudada. O método de Dobbs repousa na habilidade de articular, nos trabalhos de Newton que se realizam dentro das várias doutrinas filosóficas praticadas no século XVII, o que chama de *compreensão racional*. Em sua rigorosa análise Dobbs indica certos princípios epistemológicos de Newton que delineiam o caminho para o sincretismo racionalizador, entre eles: a natureza é conforme si mesma em suas manifestações; princípios ativos são responsáveis pelas transformações, em plantas, ani-

mais, minerais, ou mesmo nos significados. "Aos olhos de Newton todo conhecimento verdadeiro era um só, e todas as suas variantes elaborações eram, em última análise, conciliáveis". A formação, em delicadas experiências, da estrela proveniente da aglutinação do antinômio metálico na presença do ferro - a Stella Regulus - com suas linhas que irradiam de um ponto central, vem a ter, segundo Dobbs, grande importância para a interpretação de Newton, que lhes atribui qualidades de atração. Trabalhosa e exótica elaboração do uso dos conceitos de *sociabilidade*, *mediação*, *coesão*, *individuação*, *regulação*, palavras-chave, segundo Dobbs, a passagem da alquimia à química. Esses conceitos, discutidos na psicologia atual, apareciam como metáforas das interações entre os homens, entre os homens e a natureza cósmica (dos planetas) e da terra (dos metais e seus compostos) - e de suas regras semânticas. Num contexto movediço confrontam-se e se complementam "a matéria e o espírito", em experiências sem buscas de causas imediatas. Reconhecida a possibilidade de acontecer na natureza, passa-se da alquimia, da teologia, do neo platonismo, do epicurismo, à filosofia natural e suas leis, como método racional: "...foi na resolução desse conflito (a separação entre o corpo e o espírito) que o novo conceito de força nasceu na (formulação) de Newton". A compreensão da origem da "força" nos mostra um aspecto estético da racionalidade científica. Além disso, o estudo das transformações na atribuição de significado a certas palavras faz compreender, mais profundamente, a simultaneidade, no espaço de significação, do pensamento (interior, razão) e da ação (exterior, experiência e/ou história), como em Bakhtin, Wallon e Vygotsky.

-oOo-

MR 2.04.3

O SOCIAL E A SOCIABILIDADE NA PERSPECTIVA SÓCIO-INTERACIONISTA CONSTRUTIVISTA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

O social e a sociabilidade humana têm sua origem na imaturidade, sobretudo motora, característica do bebê em seus primeiros meses de vida. Seu acesso ao mundo e, portanto, sua sobrevivência dependem da mediação de outros membros mais competentes da espécie. Assim, desde sua concepção, o bebê humano é inserido por estes outros em um mundo semiótico próprio daquele grupo social num dado momento histórico. Nas interações estabelecidas com ele, seus comportamentos são interpretados conforme os papéis que lhe são atribuídos a cada momento e contexto, por aqueles que com ele interagem, assumindo papéis complementares: por ex. de mãe cuidadosa que alimenta seu bebê faminto ou de mãe cansada e irritada que ralha com o bebê "birrento". Nessas interações são construídos os conhecimentos, a linguagem e a própria individualidade dos vários parceiros em interação. Nesse processo, entretanto, o indivíduo não é passivo, nem harmônicas são as interações. A rede de significações em que são capturados os indivíduos em interação sempre diferem, favorecendo conflitos a serem ou não superados através de negociações, num processo contínuo de transformação de cada elemento envolvido. Nesta mesa-redonda procurar-se-á discutir as divergências e convergências entre esta e outras visões do desenvolvimento humano, particularmente a abordagem sistêmica proposta tanto pela Teoria de Apego como por Bronfenbrenner (1979). FAPESP e CNPq.

-oOo-

MR 2.04.4

QUESTÕES SOBRE O SOCIAL/PSICOLÓGICO E UM OLHAR PARA A PSICOTERAPIA. Álvaro Pacheco Duran, Universidade Estadual de Campinas.

Teoricamente, o trabalho toma com o ponto de referência a centralidade do social para a constituição/desenvolvimento do psicológico. Este é entendido como processo e resultado de significação cujo desenvolvimento exige a intermediação da linguagem, sendo, portanto, de natureza social. Considerando o simbólico como habitat humano, a sociabilidade seria uma necessidade evolutiva. Como polemização, o trabalho procurará discutir a inserção do construtivismo terapêutico na perspectiva teórica de referência, abordando primeiro, algumas de suas características distintivas como aporte teórico-epistemológico na área da psicoterapia e, segundo, tomando para consideração a questão fundamental da relação entre social e psicológico. Tal questão será discutida com respeito à oposição epistemológica objetivismo/construtivismo e enfocando, principalmente, a função do social na gênese do psicológico. A discussão a ser realizada deverá indicar que a compatibilidade dessas posições depende de uma leitura da perspectiva teórica de referência que evite a antagonização entre social e psicológico e que evite a afirmação de unidirecionalidade na influência de um termo sobre o outro.

-oOo-

MR 2.05.

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS DE UMA ABORDAGEM PREVENTIVA DA ADOÇÃO

MR 2.05.1

A INTERDISCIPLINA E A COOPERAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL. Sylvia Nabinger. Juizado de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A adoção internacional não poderá em nenhum caso ser considerada como uma solução aos problemas da infância desassistida do Brasil, ou em nenhum país que sofre de inadequação entre os recursos disponíveis e os problemas ligados à infância. Em efeito, a única consideração que deve fundamentar a filiação adotiva e a saída de uma criança para outra região do mundo é o interesse superior da mesma. A A.I. representa, em definitivo, uma solução individual para algumas crianças, como também uma resposta a demanda de alguns pais adotivos. A adotabilidade não pode ser reconhecida unicamente do ponto de vista jurídico, mas sim como um conceito muito mais amplo que integra um complexo conjunto de elementos psicossociais, onde a capacidade afetiva para enfrentar a mudança brutal do deslocamento transcultural deverá ser levada em conta. Nesse itinerário, os intermediários fazem a passagem de uma história a outra, de uma mãe a outra, ocupando um papel que é responsável também pelo sucesso ou fracasso da adoção. Portanto, o processo adotivo deverá ser enquadrado, imperativamente, por um serviço especializado onde o juiz da infância será aquele que irá garantir o interesse superior da criança. A mediação dos procedimentos pela equipes pluridisciplinares de profissionais competentes e especializados tanto no país de origem da criança como no de acolhida nos parece fundamental para que a A.I. deixe de ser uma aventura e torne-se um risco, o qual poderá ser previsto e calculado. O êxito desse tipo de filiação repousa, essencialmente, na capacidade de elaboração psíquica dos que intervêm no processo incluindo aos terceiros obrigatórios, que são os profissionais, como preconizam os art. 10 e 11 da Convenção de Haia, datada de 1993.

-oOo-

MR 2.05.2

A PESQUISA SOBRE ADOÇÃO COMO UM FATOR PREVENTIVO. *Lidia Natália Dobrianskyj Weber.* Universidade Federal do Paraná.

Apesar de os órfãos ou crianças abandonadas existirem desde os primórdios da humanidade, o tema adoção aparece mais ligado "ao coração" do que à "razão". Especialmente no Brasil, a adoção ainda é fortemente carregada de preconceitos sociais. No círculo acadêmico existe uma produção científica bastante limitada sobre o assunto. Por esta falta de estudos sistemáticos, o que ocorre é os casos em que houve dificuldades no processo adotivo, acabam sendo generalizados devido às informações sobre o assunto virem da mídia e do "boca-a-boca" do dia-a-dia. São estigmatizados até pela generalização de casos clínicos dramáticos que colocam "a perda dos pais biológicos como irreparável e determinante" de todos os problemas nas famílias adotivas. Após anos de trabalho de pesquisas sistemáticas com crianças institucionalizadas, famílias adotivas e preconceitos da população sobre a adoção, os resultados têm mostrado que, mesmo com um tema tão impregnado de emoção a pesquisa traz um universo riquíssimo de informações que possibilita deciframos alguns enigmas que envolvem histórias desse tipo de relação afetiva. Através da correta divulgação dos dados encontrados, a pesquisa (também nessa área) é capaz de trazer contribuições importantes do ponto de vista acadêmico, além de estabelecer e delimitar modelos de ação para trabalhos sociais: desmistificação dos preconceitos, preparação e acompanhamento de famílias adotivas.

-oOo-

MR 2.05.3

OPERADORES DA ADOÇÃO - A FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR E A TROCA INTERDISCIPLINAR PARA UMA ATUAÇÃO PREVENTIVA. *Maria Antonieta Pisano Motta.* Instituto de Estudos Interdisciplinares de Direito de Família - São Paulo.

Em se tratando de fato legal, de consequências emocionais importantes, o instituto da adoção deve ser objeto de preocupação e estudo, interdisciplinares, que integrem na ideologia e na prática todos os profissionais envolvidos no desenrolar do processo. Eles têm a importante tarefa de esclarecer, preparar e acompanhar os postulantes à adoção, numa coreografia coerente, coordenada e humanista. Os operadores do processo adotivo nos revelam um interesse genuíno bem estar do menor e na defesa de seu maior interesse. Revela também, sensibilidade em relação aos problemas e sofrimentos que atingem aos componentes dos três vértices do triângulo adotivo. Entretanto, nem sempre estão devidamente instrumentalizados, quer por uma formação profissional multidisciplinar, quer por uma disponibilidade à troca de conhecimentos e informações entre os representantes das diferentes áreas de atuação. Para tanto, a compreensão dos aspectos psicológicos,

legais e sociais da adoção é a tarefa inalienável dos operadores da adoção, pertençam eles a qualquer das profissões implicadas. A equipe bem integrada é funcional e tem melhores condições de evitar a cristalização e a exacerbção de conflitos, assim como o desgaste dos vínculos positivos presentes. A troca interdisciplinar tem, demais, a propriedade de aproximar os profissionais das diferentes disciplinas e mobilizar a possibilidade de uma compreensão melhor do trabalho de cada um, resultando no respeito, na valorização e cooperação mútuas indispensáveis nas equipes que pretendam dar o melhor atendimento possível aos seres humanos, cujas vidas delas dependem.

-oOo-

MR 2.05.4

QUESTÕES IMBRICADAS NA PREPARAÇÃO DOS TRÊS VÉRTICES DO TRIÂNGULO ADOTIVO. *Marlize Maldonado Vargas.* Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

A palavra adoção costuma aparecer no nosso meio cultural, diretamente relacionada a pais estereis e crianças que sofreram abandono. Ao falar de triângulo adotivo, atenta-se para a importância da mãe biológica, como primeiro vértice, no processo que culmina com a adaptação da criança em sua nova família. Freston & Freston (1992) apontam a intercessão do fator econômico com o familiar como determinante da adoção e levantam o perfil desta mãe, como típico dos excluídos (abandonados) pelo sistema social. As marcas da culpa que ela pode imprimir no ser que gerou seriam mais brandas, se fosse preparada para a adoção ao invés de "sair" de cena abandonando sua cria. A prática da adoção fechada, além de evitar qualquer contato, tende a negar a importância da mãe biológica no processo. A criança vem de um espaço fragmentado (uma "barriga") e passa a ser "do coração". E, no intervalo entre uma e outra situação, abre-se um imenso vazio. A vida numa instituição de abrigo costuma oferecer só o desamparo como experiência, não oferecendo suporte para a criança lidar com a dor da separação e da perda. É fundamental que a criança seja preparada (refiro-me à adoção tardia) para tecer outros laços afetivos. Como terceiro vértice, os postulantes à adoção trazem consigo uma "carga" de problemas não "digeridos" em relação à esterilidade, preconceito do meio circulante em relação à prática, potencializado na medida em que a filiação adotiva se afasta do modelo que procura imitar a filiação biológica (prática comum na "adoção à brasileira"). O ambiente dos juizados, a situação de avaliação para cadastro e a figura do poder legal constituído, por serem persecutórios, representam alguns dos elementos que interferem no trabalho com os postulantes. A preparação para a adoção, uma necessidade apontada pelas famílias/sujeitos da pesquisa que realizei, deve ser feita por um profissional que represente e integre todo o conhecimento de uma equipe interdisciplinar.

-oOo-

SIMPÓSIOS

SIMP 1.01**A DINÂMICA FAMILIAR EM SITUAÇÕES DE CRISE: GANHANDO E PERDENDO NOVOS MEMBROS.****SIMP 1.01.1**

A FAMÍLIA DIANTE DE PERDAS E LUTOS. *Maria Helena Pereira Franco Bromberg* - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O impacto sofrido pela família diante da ameaça e mesmo da concretização de uma perda significativa vem sendo timidamente estudado nos últimos tempos. Neste trabalho, serão apresentados alguns aspectos acerca de como a família é atingida, a partir de uma visão do ciclo vital. Esses aspectos envolvem a avaliação das necessidades familiares, suas condições relacionais prévias à perda, recursos adaptativos e necessidades de intervenção psicológica (aconselhamento ou psicoterapia). Foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de estudos-de-caso, com famílias paulistas que procuraram ajuda psicológica a partir da queixa de um de seus membros, o paciente identificado. Estas famílias foram atendidas com utilização de técnicas de psicoterapia familiar breve, ecossistemicamente. Como recurso terapêutico básico, rituais foram utilizados, de acordo com o recomendado pela literatura para estes casos. Como conclusões, verificou-se que famílias super-ritualizadas não fazem uso terapêutico dos rituais, pois eles servem para manter a situação que se procura mudar. São portanto, recursos úteis no caso de famílias não ritualizadas previamente, particularmente aquelas sujeitas à formação de luto patológico, ou seja, casos de morte violenta, perdas ambivalentes, morte de filhos. A partir deste estudo inicial, outros campos foram abertos e contamos agora com o LELu - Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto, na PUC-SP, que oferece a possibilidade de pesquisar o luto, com suas diversas implicações, tanto terapêuticas quanto preventivas e profiláticas, com abrangência sobre as relações familiares e também sobre treinamento de profissionais que trabalham diretamente no enfrentamento da morte, como equipes de saúde, por exemplo. Resultados obtidos até o momento serão apresentados, principalmente no que se refere à primeira pesquisa quantitativa para levantamento de fatores de risco para luto patológico com população brasileira.

-oOo-

SIMP 1.01.2

O NASCIMENTO PSICOLÓGICO DA FAMÍLIA. *Cristiana Mercadante Esper Berthoud*. Departamento de Psicologia - Universidade de Taubaté - SP.

Na trajetória do Ciclo Vital da Família, as fases iniciais se caracterizam pela união do novo casal e em especial pelo nascimento do primeiro filho, quando emocionalmente o casal se constitui enquanto família. É uma fase crítica, na qual a configuração diádica sofre profundas adaptações no processo de transformação para uma configuração triádica. Como em todas as situações de transição, a crise estabelecida pode tanto se tornar uma oportunidade de crescimento, como também pode ser vivida como uma situação traumática e, por vezes, intransponível. De qualquer forma, são vivências que marcam indelevelmente a vida familiar e que irão repercutir na dinâmica psicológica que então se estabelece. Com o objetivo de trabalharmos em prevenção de saúde mental da família como um todo, acreditamos que a atuação psicológica deva se focalizar no atendimento psicoprofilático da família emergente, e é exatamente sobre esta proposta de intervenção que pre-

tendemos desenvolver uma análise mais aprofundada neste Simpósio, discutindo em especial dados de pesquisas realizadas no Brasil. Dos dados de pesquisas realizadas com gestantes; "famílias grávidas" e famílias de diversos extratos sociais, e ainda da análise de serviços de atendimento em saúde e saúde mental realizados no país, podemos constatar tanto o despreparo e insegurança vividas pelas famílias em fases fundamentais de seu desenvolvimento emocional, como ainda a escassez de serviços psicológicos que atendam adequadamente esta demanda. Portanto, enfatizamos como proposta fundamental neste evento, debatermos tanto as questões polêmicas que circundam o tema, como também analisarmos as propostas de intervenção nas diversas fases do Ciclo Vital da família.

-oOo-

SIMP 1.01.3

UMA OLHADELA NA CAIXA DE PANDORA: PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS DE FILHOS E PAIS ADOTIVOS. *Lidia Natalia Dobrianskyj Weber** Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

Apesar de pais e filhos adotivos existirem desde o início dos tempos, o tema adoção foi sempre um pouco obscuro, tratado e/ou desconversado somente na intimidade das famílias. Até algum tempo atrás poucos estudos sistemáticos sobre este assunto tinham sido realizados (especialmente no Brasil) e isto trouxe como consequência a generalização de casos dramáticos e a formação de preconceitos e estereótipos. Foram realizadas pesquisas com o objetivo de investigar o contexto familiar de pais e filhos adotivos, principalmente o seu universo afetivo-emocional. Os sujeitos foram 108 pais adotivos de todo o Brasil e 56 filhos adotivos com idade superior a 12 anos, e os dados foram coletados através de dois questionários, cada um com 40 questões fechadas e 20 questões discursivas, além de diversas entrevistas livres com pais e filhos adotivos. Os resultados mostram que a principal motivação para se adotar uma criança é a impossibilidade de gerar filhos biológicos. Desta forma, a adoção acaba por desvelar com cruel franqueza uma incapacidade íntima e dolorosa do casal, forçando-o de certa forma a esquivar-se de falar sobre sua situação de família adotiva. A maioria dos adotantes deseja adotar bebês com até 3 meses de idade e com as mesmas características básicas que as suas, tentando com isso camuflar as relações adotivas e imitar uma família biológica. Os filhos adotivos, quando conhecem desde pequenos a sua condição, encaram a família adotiva como sua "verdadeira família", embora achem importante saber a sua história passada, as suas raízes, por mais doloroso que isso possa ser. O trabalho revela que, embora as contingências sejam diferentes, a essência da família adotiva e da família biológica é a mesma: o amor precisa ser construído. Assim, as condições de preparação e acompanhamento de todo o processo são essenciais. A esperança foi o último bem da Caixa de Pandora e acredito que, com as bases bem estabelecidas, todos podem se bons pais e bons filhos, tanto biológicos quanto adotivos.

*Bolsa PICDT/CAPEs (Doutorado em Psicologia Experimental, USP)

-oOo-

SIMP 1.01.4

FAMÍLIAS TARDIAS, FAMÍLIAS COM IDOSOS E FAMÍLIAS COM IDOSO ASILADO. *Maria Renata Machado V. P. Coelho Borrego*. Departamento de Psicologia - UNESP/Bauru. A questão da velhice tem sido analisada com certa dificuldade,

por se tratar de área de pesquisa relativamente recente e pela ampla gama de mitos a ela relacionados. Consideramos que a última fase da vida apresenta problemas indiscutíveis como as limitações físicas e a proximidade da morte, ao mesmo tempo que já vemos estudos relacionados ao potencial da velhice e meia-idade, como específicos a essas fases do desenvolvimento. A abordagem sistêmica propicia a análise do desenvolvimento através do ciclo de vida familiar, favorecendo um importante foco de estudo da velhice nos moldes atuais. Entendendo-se a família trigeracionalmente, colocamos no idoso o "teste da realidade" em relação ao que é comunicado e vivido pela família nas gerações posteriores. O entendimento do ciclo da vida através da presença dos velhos nas famílias, poderia levá-las à compreensão de sua história e do caminho trilhado até o momento presente. Pelos mesmos fatos citados, pode-se considerar a falta de espaço concedida ao idoso nas famílias modernas e a falta de comunicação entre as gerações, como uma forma de negação da velhice e do passado. Os idosos asilados apresentam ampla gama de referencial de análise, que passa pela própria questão da institucionalização, que inclui a visão social da velhice, a estrutura familiar reduzida e os fatores individuais incapacitantes da velhice. No momento, nosso interesse se volta para a progressiva jornada de exclusão que culmina no asilamento, pela vida intra-muros dos idosos e pelo afastamento progressivo frequente das famílias dos asilados, gerando um fenômeno de "morte em vida". A tentativa de se trabalhar com uma visão de velhice menos estigmatizada, se faz através de atividades-classe, na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento do Curso de Psicologia e trataremos aqui da análise de dados da atividade-classe: "Eu aos 75 anos."

-oOo-

SIMP 1.02**QUEM É O BRASILEIRO? DEZ ANOS DEPOIS****SIMP 1.02.1**

"QUEM É O BRASILEIRO": SUAS EXPLICAÇÕES E SEU SENTIDO DE CONTROLE SOBRE OS FATOS DA VIDA. *José Augusto Dela Coleta e Marília Ferreira Dela Coleta* - Universidade Federal de Uberlândia.

Nesta comunicação são apresentados resultados de dezenas de estudos, com milhares de sujeitos brasileiros, de diferentes níveis socio-econômico-culturais, envolvendo diversos aspectos do constructo locus de controle e dos processos de atribuição de causalidade a situações relativas a estudo, saúde, casamento, desemprego, acidentes de trabalho e de trânsito, eventos vitimadores em geral. Os resultados destes estudos apresentam uma enorme quantidade de informações bastante úteis para explicar a conduta do brasileiro e que indicam principalmente: a menor valorização do esforço em relação à capacidade como determinante do sucesso e fracasso em tarefas de realização; a identificação do fenômeno do otimismo ingênuo; as conexões entre as explicações causais e emoções experimentadas; o papel mediador da atribuição na adaptação e reação ao infortúnio; as divergências atribucionais entre diferentes níveis hierárquicos de uma organização, bem como entre sujeitos masculinos e femininos no relacionamento conjugal e sexual; a significativa presença de explicações místicas para fenômenos naturais e fatos comuns; os processos atribucionais em amostras de baixo nível cultural; a predominância de maiores níveis de internalidade no locus de controle de sujeitos masculinos, adultos, mais velhos, de níveis sócio-econômico-culturais

mais altos; a relação significativa entre internalidade e rendimento acadêmico, comportamentos preventivos e de controle da saúde, satisfação conjugal e otimismo.

-oOo-

SIMP 1.03**O MUNDO SOCIAL DA CRIANÇA: COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS, SEUS MEDIADORES E CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA****SIMP 1.03.1**

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA E SEUS CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA. *Alysson Massote Carvalho*, Universidade Federal de Minas Gerais.

Na sociedade urbana industrializada verifica-se que um número crescente de crianças passa grande parte do seu dia em instituições de cuidado infantil, onde são colocadas em situações de intensa convivência umas com as outras. Este tipo de arranjo ambiental (creches, pré-escolas, orfanatos, etc), onde as crianças passam grande parte dos seus primeiros anos de vida, certamente repercute nas formas pelas quais elas interagem entre si. Neste trabalho propôs-se discutir a influência destes diferentes tipos de design ambiental sobre o desenvolvimento social da criança, em particular, no que se refere aos comportamentos pró-sociais. A partir de observações realizadas em diversas instituições de cuidado infantil, verificou-se que vários fatores influenciam a topografia das interações pró-sociais entre crianças. O tipo de estruturação das atividades repercutiu diretamente na frequência e características das interações: a) em instituições caracterizadas por uma elevada carga de atividades estruturadas, os comportamentos pró-sociais manifestavam-se principalmente através de brincadeiras de faz-de-conta e com uma frequência reduzida; b) naquelas instituições pobres quanto a estruturação de suas atividades e com grande tempo de ociosidade, a música constituiu-se em elemento mediador das interações pró-sociais entre as crianças. O nível de fatores de risco dos ambientes foi outra variável importante. Ambientes com um número maior de fatores de risco estimulavam interações sociais preventivas (contato com animais peçonhentos, lixo, etc) e de socorro (quebra de aparelho de recreação, quedas, etc). Concluindo, verificou-se que os diversos tipos de arranjos ambientais influenciam não somente a emergência dos comportamentos pró-sociais como também sua manifestação diferencial entre as crianças (conteúdo, forma). Estes resultados são importantes na medida em que constituem referência para a organização dos espaços de convivência entre as crianças facilitando, inclusive, a otimização das interações sociais entre elas.

-oOo-

SIMP 1.03.2

O DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS NA CRIANÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS FATORES E DOS PROCESSOS SUBJACENTES. *Vera Silvia Raad Bussab*, Universidade de São Paulo.

Muitos estudos sobre o desenvolvimento infantil têm demonstrado que parece fazer parte da natureza humana uma predisposição para concretizar esse desenvolvimento através da interação social e do vínculo, o que confere um especial interesse para a com-

preensão do modo de criação ao qual nossas crianças estão expostas, em termos do contexto sócio-afetivo. Desde o nascimento a criança apresenta uma alta prioridade para a interação social, reconhecimento individual, formação progressiva de vinculações, comportamento lúdico e exploratório, bem como uma tendência básica para compartilhamento e empatia (Bussab, 1990). No presente trabalho, analisaremos a emergência de comportamentos pró-sociais na criança pequena, avaliando a importância de diversos fatores. Conforme revisão feita por Lordelo e Carvalho (1989), sob este rótulo têm sido estudados comportamentos tradicionalmente denominados altruístas, sendo de especial interesse os casos em que a criança apresenta, em relação à outra, padrões que mimetizam o comportamento adulto de cuidados e proteção. A empatia tem sido considerada como um processo mediador do comportamento pró-social (Hoffman, 1981). Investigações sobre a origem da empatia têm levado a uma série de contestações interessantes sobre as características do desenvolvimento humano (Zahn-Waxler, Radke e Yarrow, 1990). Por exemplo, as ocorrências de sincronias interacionais e de igualações faciais no recém-nascido já são, ao meu ver, sugestivas da possibilidade de algum contágio emocional primário. Interessa-nos chamar a atenção para a idéia de a empatia poder ser mais do que mediadora de comportamentos pró-sociais, e para a possibilidade de ela ser mediadora de parcelas significativas da própria interação social e do desenvolvimento subsequente. Dentro do panorama geral aqui apresentado, a ontogênese dos comportamentos pró-sociais deve ser entendida como parte integrante do desenvolvimento global do indivíduo. Sendo assim, pretende-se apresentar uma revisão dos trabalhos de literatura e dos estudos feitos dentro da linha de pesquisa que venho realizando, com o objetivo de fazer um levantamento crítico dos vários fatores que têm sido identificados como importantes na determinação dos comportamentos pró-sociais. Dentro desse contexto serão considerados fatores relacionados às experiências prévias de socialização e ligação afetiva, assim como aqueles ligados ao ambiente imediato. Atenção especial será conferida aos resultados contraditórios, aparentemente sugestivos das complexidade dos processos ontogenéticos subjacentes

-oOo-

SIMP 1.03.3

INTERAÇÕES SOCIAIS ENTRE CRIANÇAS: EFEITOS FACILITADORES DE MÚSICA AMBIENTE NO CONTEXTO ESCOLAR. *Maria Regina C. de Souza Godeli*, Universidade de São Paulo.

De acordo com uma série de observações que vimos realizando, pudemos constatar que alguns aspectos do comportamento de crianças de idade escolar e pré-escolar podem sofrer alterações em função da presença de música ambiente apresentada durante o recreio e mesmo em sala de aula. Dentre essas, merecem ser destacadas aquelas alterações que dizem respeito ao comportamento pró-social. Já há algum tempo, diferentes autores vêm sugerindo que a música, em várias instâncias, pode ter uma influência facilitadora para as interações sociais. Mais recentemente, investigações experimentais mais específicas, focalizando as influências da introdução de atividades musicais na escola, têm demonstrado que a participação nessas atividades pode contribuir para o desenvolvimento da empatia entre as crianças. Nos trabalhos em que temos utilizado observação direta do comportamento infantil, pudemos verificar que a mera presença da música de fundo no ambiente da escola pode influenciar o comporta-

mento social das crianças, aguçando a atenção e facilitando a interação entre elas (Marquetti e Godeli, 1994; Godeli et al., 1995; Godeli, 1995; Godeli et al., 1996). A aplicação dessa propriedade da música pode ter implicações pedagógicas pois, ao favorecer determinados tipos de relação, a música pode abrir caminho para uma estimulação propiciadora para a aprendizagem, através, por exemplo, da utilização da ajuda mútua entre criança-criança no contexto de ensino, ou talvez até mesmo, no sentido de fornecer pistas ainda inusitadas para possibilidades latentes até então pouco ou nada exploradas.

-oOo-

SIMP 1.03.4

O MUNDO SOCIAL DA CRIANÇA: A BRINCADEIRA DE FAZ-DE-CONTA COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO SOCIAL. *Terezinha Vieira*, Universidade Federal de Minas Gerais.

A brincadeira de faz-de-conta pode ser entendida como espaço de apropriação cultural nos limites do qual a criança se comporta para além de sua idade. Nas reconstruções e ressignificações do jogo a criança tanto pode estar exibindo comportamentos pró-sociais, como outros, de natureza agonística, ambas as categorias embutidas nos papéis sociais e ou sugeridas nos brinquedos industrializados com que o adulto a presenteia. Considerando a importância da ajuda mútua, da cooperação para o desenvolvimento, em princípio, de um ponto de vista educacional, caberia valorizar a ocorrência de comportamentos pró-sociais na expectativa de que estes pudessem ser reelaborados na situação lúdica, inclusive, conforme sua especificidade, ajudando a própria organização dessa atividade. Isto, possivelmente daria mais potência ao jogo como fonte de aprendizagem e desenvolvimento. Alguns trabalhos de intervenção que desenvolvemos num internato que abriga 16 meninas abandonadas entre quatro e onze anos apontaram nessa direção: privilegiando-se a ajuda de crianças mais velhas às mais novas em situação lúdico-acadêmicas e numa sistemática de trabalho autogerido pelas crianças, sob mediação de um adulto, pudemos observar que emergiam atividades sócio-dramáticas com nível de elaboração muito superior às que ocorriam anteriormente. A conclusão é de que uma estrutura de relações sociais que favoreça comportamentos cooperativos e de ajuda, aliada a organizações espaço-temporais que oportunizem à criança brincar livremente e recuperar tais comportamentos para e no jogo, pode ser uma condição especialmente propícia à educação coletiva de crianças pequenas.

-oOo-

SIMP 1.04

CONHECIMENTO E ATITUDES EM RELAÇÃO À MATEMÁTICA: DOS ALUNOS AOS PROFESSORES

SIMP 1.04.1

O CONCEITO DE PROBABILIDADE EM CRIANÇAS E AS CARACTERÍSTICAS DA TAREFA. *Alina Galvão Spinillo*. Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Estudos sobre probabilidade se caracterizam por utilizar tarefas envolvendo um paradigma de escolha e precisões numéricas, sendo o desempenho das crianças interpretado em termos de habilidades (ou inabilidades) cognitivas. O presente estudo explorou a compreensão da criança sobre probabilidade, considerando que: (a) a emergência de tais noções decorre também das características da tarefa; e (b) estimativas são relevantes para investigar as

noções iniciais antes que a criança domine os aspectos numéricos. Duas tarefas foram apresentadas a 30 crianças de 6 anos: Tarefa 1 (julgamento) - julgar qual a 'carinha' que um boneco teria ao receber um conjunto de bolinhas com um dado nível de chance; Tarefa 2 (construção) - construir um arranjo de bolinhas com base em um determinado nível de chance. Em ambas as tarefas os níveis de chance eram os mesmos, variando quanto ao esforço cognitivo requerido em cada situação (julgar ou construir). As crianças estimaram a probabilidade de chance com êxito, saindo-se melhor na tarefa de julgamento do que na de construção. Estratégias, critérios e dificuldades específicas a cada tipo de tarefa foram observados. Os resultados sugerem que a compreensão que uma criança apresenta sobre um conceito está relacionada às características da tarefa (e.g., representações que suscita, esforços cognitivos requeridos para sua solução, aspectos numéricos); e que já aos 6 anos as crianças possuem noções sobre probabilidade, atentando para o papel desempenhado pelos casos favoráveis e desfavoráveis ao estimar o nível de chance de um evento. Estimar surge como habilidade cognitiva relevante para investigar as concepções iniciais sobre probabilidade e a natureza da tarefa é uma variável que deve ser considerada. (CNPq).

-oOo-

SIMP 1.04.2

O ENTENDIMENTO INTUITIVO DA DIVISÃO PELA CRIANÇA. *Jane Correa.* Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pesquisa sobre a relação entre a experiência inicial da criança ao partilhar e o seu conhecimento intuitivo de divisão (Correa e Bryant, 1994; Correa, 1995) indica que esta experiência inicial da criança não é suficiente para que ela entenda as relações entre o número de divisores e o tamanho do quociente em tarefas não-computacionais de divisão partitiva. A maioria das crianças de 5 anos, idade em que na literatura as crianças são reputadas como tendo considerável entendimento da experiência de partilha, não foi capaz de estimar com sucesso o valor relativo dos quocientes em tarefas de divisão não-computacionais em que dois conjuntos de balas seriam igualmente divididos entre dois grupos com diferente número de bonecos em cada grupo. Considerável diferença foi observada nas respostas dadas pelas crianças de 6 anos. Estas crianças mostraram razoável entendimento da relação inversa entre divisor e quociente nestas tarefas, tanto no julgamento do valor relativo dos quocientes, como também nas justificativas dadas. Por outro lado, em relação às habilidades de cálculo, a percentagem de crianças de 6 e 7 anos que resolveram a versão computacional destas tarefas foi consideravelmente menor que a percentagem de crianças da mesma idade que resolveram nossas tarefas não-computacionais. Tais resultados favorecem nossa hipótese de que crianças mais novas seriam capazes de raciocinar sobre as relações elementares entre o número de divisores e o número de quociente no processo de divisão, apesar de acharem difícil a solução destes problemas por vias computacionais. Estes resultados encorajam o uso de tarefas não-computacionais não somente em pesquisas sobre o desenvolvimento dos conceitos aritméticos na criança mas, também, no ensino de aritmética na escola elementar, com o objetivo de promover a construção, por parte das crianças pequenas, de um "senso aritmético" através da intuição dos efeitos de uma dada operação sobre uma certa quantidade.

-oOo-

SIMP 1.04.3

ATITUDES DE ESTUDANTES DE 1o. E 2o. GRAU COM RELAÇÃO À MATEMÁTICA. *Márcia Regina Ferreira de Brito.* Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

São poucos os estudos a respeito das atitudes com relação à matemática desenvolvidos em escolas públicas ou particulares no Brasil, em contraste com as inúmeras pesquisas realizadas em outros países sobre este tema, que avaliam o impacto das influências sociais nas atitudes. Baseada no modelo de educação como um processo de interação social, onde as atitudes desempenham um papel fundamental, a presente pesquisa tem como objetivos verificar a existência e ocorrência de atitudes em relação à matemática e a direção (positiva e negativa) que estas assumem, buscando estabelecer relações entre essas atitudes e alguns fatores selecionados. Os sujeitos foram 2007 estudantes de 1o. e 2o. graus de escolas públicas e urbanas da região de Campinas. Os instrumentos usados foram a escala de atitudes em relação à matemática proposta por Aiken e Dreger (Shaw e Wright, 1967), e um questionário. Os resultados analisados (ANOVA) mostram diferenças significativas nas atitudes em relação à matemática quando os sujeitos são agrupados de acordo com a escola, série, grau, idade, sexo, desempenho, auto-percepção do desempenho, ajuda nas tarefas de matemática, compreensão dos problemas e das explicações do professor e a preferência por disciplina. Quando os grupos são analisados (ANCOVA) de acordo com duas possibilidades, apenas os agrupamentos escola x idade e escola x grau apresentam diferenças significativas. O estudo fornece ainda uma ampla revisão da literatura sobre atitudes em relação à matemática e, na conclusão, tenta esboçar um "perfil" do estudante com atitudes favoráveis em relação a essa disciplina.

-oOo-

SIMP 1.04.4

OPERAÇÕES TRANSFORMANDO REFERENTES: SOLUÇÕES DOS PROFESSORES. *Sandra Magina.* Programa de Estudos Pós-Graduados em Ensino de Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Quando se considera que um dos objetivos importantes do desenvolvimento numérico na escola é propor abordagens matemáticas para situações-problema válidas para os alunos, as dificuldades dos próprios professores em relação à matemática torna-se um sério obstáculo para o ensino, de forma que este seja de fato propiciador deste desenvolvimento. O objetivo desta investigação foi explorar o conhecimento e as dificuldades que professores de matemática apresentam ao resolverem problemas matemáticos envolvendo a divisão e a multiplicação (estruturas multiplicativas). Os sujeitos foram 40 professores da cidade de São Paulo, divididos em dois grupos, em função de diferentes níveis de instrução em matemática (magistério e licenciados em matemática). A análise dos dados focalizou a natureza das dificuldades apresentadas e as inúmeras formas de resolução utilizadas pelos professores, verificando-se diferenças no desempenho entre os dois grupos quanto a alguns desses aspectos. Os resultados são discutidos focalizando a própria formação de professores e a relação entre o conhecimento que o professor possui e sua prática de ensino.

-oOo-

SIMP 1.07.**A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: INVESTIMENTO, RETORNO E TRAJETÓRIA****SIMP 1.07.2**

BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO. *William B. Gomes*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Uma das características do Curso Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS é a sua integração com o Curso de Graduação em Psicologia. Um elo importante nesta relação é o programa de bolsa de iniciação científica (BIC). O bolsista faz parte de uma equipe da qual também participam estudantes de doutorado e de mestrado. Na prática, acompanha e colabora com o desenvolvimento de vários projetos, sendo responsável por um determinado subprojeto. A proposta do subprojeto pode ser uma sugestão do bolsista, sempre consistente com a linha de pesquisa da sua equipe. A estratégia tem se mostrado eficaz como fator motivacional e como incentivo ao desenvolvimento de um compromisso pessoal com as tarefas e os propósitos de pesquisa. O bolsista não vê sua tarefa como restrita à coleta de dados. Ao contrário, é um colaborador importante sendo co-autor de projetos e das publicações decorrentes. Como resultado, torna-se conhecedor de uma temática específica e de uma determinada metodologia de pesquisa. O bolsista também participa de supervisões de apoio ao seu desenvolvimento global que inclui a familiarização com diferentes métodos e técnicas de pesquisa, e a discussão de opções curriculares e profissionais. Esta visão ampliada de pesquisa e horizontes profissionais transfere-se para as disciplinas e estágios do curso. Atualmente, o BIC é bem recebido nos locais de estágio, inclusive com a expectativa de que empregue seus conhecimentos no desenvolvimento de projetos de pesquisa da própria instituição. Boa parte destes bolsistas continua sua formação em Cursos de Pós-graduação apresentando excelente desempenho. O programa de BIC tem sido uma das principais contribuições das agências de pesquisa para a formação de novos pesquisadores e de profissionais competentes. CNPq, FAPERGS, PROPESP/UFRGS.

-oOo-

SIMP 1.07.3

AValiação PRELIMINAR DA FORMAÇÃO CIENTÍFICA EM UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO: INICIAÇÃO OU FORMAÇÃO? *Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil*, Universidade Federal de São Carlos.

O investimento na formação do profissional-pesquisador ultrapassou a posição de meta ou objetivo curricular para alcançar o posto de alvo de investigação. Trabalhos recentes, alguns em desenvolvimento, vêm apontando a necessidade de análise sistemática dos vários aspectos das atividades de formação científica, principalmente aquelas chamadas de iniciação científica. * A prática da formação de pesquisadores tem mostrado que a inserção do aluno na atividade de pesquisa pode ocorrer por duas vias principais: no fluxo da grade de disciplinas dos cursos de graduação e nas atividades de pesquisa extra-curriculares, algumas vezes incentivadas por programas institucionais (as bolsas de iniciação científica). Pergunta-se no entanto, da efetividade desses meios e, mais, dos aspectos dessas atividades que maximizariam

a formação científica do aluno. Esperando trazer alguma contribuição para o debate, serão apresentadas análises preliminares considerando duas perspectivas de avaliação da formação científica inicial. Do ponto de vista dos alunos, será discutida parte dos dados coletados junto aos alunos dos programas de pós-graduação da UFSCar. Das respostas a um questionário foram analisadas aquelas relativas à participação em atividades de iniciação científica e a influência por eles percebida nas suas atividades posteriores. Do ponto de vista dos docentes, acredita-se que os projetos visando potencializar a formação científica dos futuros profissionais e suas respectivas atividades de implementação podem ser tomados como indicadores das características que estes docentes atribuem à atividade acadêmica enquanto condição de formação científica. Serão considerados então, o projeto de implantação de um curso de graduação em psicologia, os planos de curso das turmas existentes e a proporção de engajamento dos alunos em atividades de pesquisa extra-curricular. *Vide GT "O papel da iniciação científica para a formação em pesquisa na Pós-Graduação" - V e VI ANPEPP.

-oOo-

SIMP 1.08**RESILIÊNCIA E VULNERABILIDADE: ESCOLA, FAMÍLIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO.****SIMP 1.08.1**

INFLUÊNCIA DA ESCOLA PARA O FORTALECIMENTO DE CRIANÇAS RESILIENTES. *Sílvia Helena Koller*. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As escolas têm influência significativa no desenvolvimento de crianças e adolescentes. As crianças permanecem na escola durante muitas horas do dia e as experiências proporcionadas neste ambiente podem afetá-las de múltiplas formas. Tais experiências contribuem ao expor as crianças a fatores de risco ou a fatores protetivos, colocando em cheque a sua resiliência e vulnerabilidade. A literatura identifica três tipos de resiliência, que podem ser fortalecidas na escola: a acadêmica, a emocional e a social. Com relação à resiliência acadêmica, a escola pode facilitar o aumento e fortalecimento de habilidades de resolução de problemas e a aprendizagem de novas estratégias. Pode ainda, capacitar professores para auxiliar estudantes com dificuldades. A resiliência emocional pode ser adquirida através de experiências que comprovam auto-estima e auto-eficácia, oportunizando o sucesso e a capacitação no desenvolvimento de competência social. Quanto à resiliência social, a escola tem um importante papel, propiciando relações de amizade, grupos de trabalho, grupos esportivos, entre outros. No entanto, a resiliência social aparecerá principalmente, quando uma criança desenvolve um senso de pertinência a seu grupo, o que aumenta sua motivação para a tarefa e a melhoria no desempenho. Para crianças em situação de risco social ou pessoal, a escola é fundamental para apoiá-las e protegê-las contra a violência doméstica e o stress de suas casas e de outros ambientes não-escolares. Tendo em vista que em nossa realidade, muitas escolas têm se preocupado apenas em avaliar os resultados acadêmicos e o desempenho das crianças, serão discutidas alternativas identificadas em pesquisas sobre como avaliar fatores de proteção e identificar fatores de risco. Programa de avaliação de escolas devem ser desenvolvidos para auxiliar em estratégias de fortalecimento da resiliência.

-oOo-

SIMP 1.08.2

RESILIÊNCIA PSICOSSOCIAL: FATORES DE PROTEÇÃO E VULNERABILIDADE. *Cláudio S. Hutz.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tradicionalmente a pesquisa em psicologia tem focado o estudo das causas da psicopatologia, do desajustamento, do fracasso de vulnerabilidade dos indivíduos. Por outro lado, a pesquisa sobre resiliência, desenvolvida nos últimos anos, enfatiza a saúde, investigando fatores que protegem o indivíduo do *stress*. O presente trabalho pretende demonstrar que esta mudança de orientação reflete mais do que um olhar para o outro extremo do contínuo e produz a possibilidade de desenvolver novos modelos em psicologia do desenvolvimento e em especial, novas técnicas de intervenção na escola e na comunidade. Discute-se a necessidade de investigar processos de proteção ao *stress* utilizados pelo indivíduo em um contexto sócio-cultural e não apenas variáveis ou fatores descontextualizados. Finalmente, quatro processos básicos serão discutidos: 1) redução do impacto do risco, 2) redução de reações negativas encadeadas, 3) estabelecimento e manutenção da auto-estima e da auto-eficácia, e 4) abertura para novas experiências. Esta exposição irá também abordar problemas conceituais e metodológicos na área e apontar prioridades de pesquisa, com ênfase na nossa realidade.

-oOo-

SIMP 1.08.3

FAMÍLIA: RISCO OU PROTEÇÃO PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA. *Raul Aragão Martins.* Universidade Estadual de São Paulo, São José do Rio Preto.

A literatura identifica a família como um fator de proteção para o desenvolvimento psicológico e social das crianças. Estudos realizados com crianças e adolescentes em situação de rua, no Brasil, têm demonstrado que uma das principais causas da saída de casa está ligada a problemas de relacionamento entre estas e suas famílias. Tais problemas incluem relatos sobre famílias desestruturadas, uso de drogas e álcool pelos pais, exploração do trabalho infantil, e abuso físico e sexual. Embora a rua apresente vários riscos para estas crianças, algumas afirmam que não desejam voltar para as suas casas. Muitas crianças referem gostar da rua, pois esta lhes propicia liberdade, evitação do abuso e da exploração familiar, intolerância à miséria afetiva e econômica. Estas famílias caracterizam-se mais como fatores de risco do que como fatores protetivos, conforme proposto na literatura. Além de identificar porquê estas crianças saem para rua, pesquisadores estão atendo para o significado desta atitude, localizando e ouvindo as famílias destas crianças. Apesar das dificuldades de encontrá-las, alguns relatos obtidos com mães revelam a inexistência de uma correlação direta sobre os motivos da saída para a rua com as causas mencionadas pela criança. Em geral, esses relatos vem acompanhados de culpabilização da criança, proteção ao abusador e fuga de qualquer responsabilidade. Os irmãos das crianças que permanecem em casa relatam que continuam a ser submetidos a abuso e exploração. Poderiam estes achados sugerir que a criança que vai para a rua é mais resiliente e se lança aos desafios da rua para continuar se desenvolvendo?

-oOo-

SIMP 1.08.4

RESILIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Cenise Monte Vicente.* Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Resiliência é o termo que tem sido utilizado na literatura para denominar a capacidade humana de suportar estresses acumulados, principalmente na infância e na adolescência, sem prejuízos para o desenvolvimento. Os diversos fatores e mecanismos presentes nas histórias de vida de indivíduos resilientes têm sido pesquisados desde as definições iniciais de Rutter, em 1985. O conceito de resiliência precisa, no entanto, ser ampliado, abrangendo a resiliência coletiva de grupos, instituições, comunidades ou povos que demonstram capacidade de enfrentar adversidades, superar dificuldades e "crescer" apesar de todas as situações de risco a que são expostos. Devido às inúmeras situações adversas que crianças e adolescentes enfrentam em vários países, a discussão sobre a promoção de resiliência começa a ocupar especialistas em políticas públicas e pesquisadores. Políticas públicas básicas, como saúde e educação, e políticas de proteção definidas, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, podem se utilizar deste conceito, buscando gerar idéias que focalizem mais em entender as respostas sadias e adaptativas de pessoas às circunstâncias estressantes, do que em identificar fatores de risco e a etiologia de problemas de comportamento. Com relação à pesquisa, o conceito de resiliência apresenta implicações sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes que devem ser melhor exploradas, sendo que para tal devem ser apoiadas iniciativas específicas a estudos sobre o tema, especialmente estudos longitudinais com populações diversas ou em situação de risco. Tais pesquisas poderão subsidiar programas de intervenção e prevenção delineados especificamente para promover fatores protetivos e contribuir para a resiliência.

-oOo-

SIMP 1.09

APLICAÇÃO DA PESQUISA SOBRE CONTROLE DE ESTÍMULO À AVALIAÇÃO E ENSINO DE INDIVÍDUOS COM PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO OU APRENDIZAGEM

SIMP 1.09.1

EFEITOS DO EMPREGO DE FIGURAS REDUNDANTES E NÃO REDUNDANTES SOBRE A APRENDIZAGEM DE LEITURA DE PALAVRAS. *Deisy das Graças de Souza.* Universidade Federal de São Carlos.

Embora figuras sejam amplamente apresentadas em livros para o ensino de leitores iniciantes, a literatura sugere que a apresentação de figuras pode dificultar, em vez de facilitar, a aprendizagem de leitura. Uma variável importante nestes estudos parece ser, no entanto, o grau em que as figuras tornam o texto redundante. Esta apresentação descreverá pesquisas comparando o efeito de figuras que tornam o texto redundante (isto é, as respostas do indivíduo podem ficar inteiramente sob controle da figura, independente do texto) com figuras que fornecem pistas parciais sem, no entanto, tornarem o texto redundante. Estas pesquisas inserem-se em um programa mais amplo que busca analisar e promover a aprendizagem de leitura de crianças de classe social baixa e que apresentam dificuldades de aprendizagem. Os resultados mostraram que a apresentação de figuras que tornam o texto redundante requer maior número de tentativas para aquisição da leitura e produz menor grau de acertos. Tais prejuízos não se verificam quando as figuras não tornam o texto redundante, nem quando o texto não é acompanhado por figuras. A discussão focaliza o papel de variáveis envolvidas nos procedimentos e as implicações para a efetividade do ensino, especialmente com populações que reque-

rem condições especiais para a aprendizagem de leitura. FAPESP e CNPq

-oOo-

SIMP 1.09.2

O PAPEL DA ORALIZAÇÃO NO ENSINO DA LEITURA.

Maria Amelia Matos, Universidade de São Paulo e *Maria Martha Hubner*, Universidade Mackenzie.

Procedimentos baseados em equivalência de estímulos têm se mostrado eficazes para promover a aquisição de leitura com compreensão, e também a aprendizagem de leitura generalizada. Esta apresentação descreverá uma série de estudos que investigam o efeito de diferentes tipos de oralização (o aprendiz repete a palavra dita pelo experimentador) e de diferentes momentos de sua inserção durante o processo da emergência de relações equivalentes na leitura. Os resultados mostram que quando a oralização (simples, escondida, ou com construção por anagrama) é introduzida após os testes das relações de equivalência, o grau de leitura generalizada evidenciado apresenta grande variabilidade entre sujeitos, qualquer que seja o tipo de oralização treinado. Contudo, quando o treino de oralização ocorre simultaneamente ao treino das relações pré-requisito para a emergência de equivalência, o grau de leitura generalizada é bastante elevado, para todos os sujeitos, e sua variabilidade é reduzida.

-oOo-

SIMP 1.09.3

AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL E NEUROPSICOLÓGICA DE PESSOAS COM LINGUAGEM LIMITADA.

William J. McIlvane, Shriver Center for Mental Retardation (Waltham, Mass., EUA).

Esta apresentação fará uma revisão de metodologia que pode ser usada para conduzir testes neuropsicológicos de indivíduos com linguagem limitada, especificamente aqueles portadores de autismo e retardo mental, que não são testáveis com instrumentos padronizados. A apresentação será baseada em pesquisa realizada no Shriver Center for Mental Retardation e no Massachusetts General Hospital, com ênfase em esforços recentes para desenvolver uma tecnologia de avaliação e ensino que seja abrangente e bem integrada. Dados obtidos com aproximadamente 150 participantes serão revistos para descrever a abrangência e as limitações desta tecnologia.

-oOo-

SIMP 1.09.4

ANÁLISE DE VARIÁVEIS DE CONTROLE DE ESTÍMULO RELEVANTES PARA A ATENÇÃO SUPER SELETIVA.

William V. Dube, Shriver Center for Mental Retardation (Waltham, Mass., EUA).

Quando são submetidos a procedimentos de ensino de discriminações com arranjos de estímulos com múltiplos elementos (p. ex., palavras impressas compostas por várias letras), indivíduos com problemas de desenvolvimento, tais como retardo mental ou autismo, podem, em comparação com indivíduos com desenvolvimento normal, aprender a respeito de um número mais restrito de elementos. Esta apresentação descreverá pesquisas conduzidas com portadores de retardo mental, mostrando que variáveis de

reforço podem afetar os elementos específicos que vêm a exercer controle de estímulo. Também serão descritos estudos preliminares a respeito de métodos remediativos para alargar a faixa de estímulos que se tornam efetivos no controle discriminativo.

-oOo-

SIMP 1.10

AÇÕES PREVENTIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

SIMP 1.10.1

ATENDIMENTO À CRIANÇA DE RISCO E/OU PORTADORA DE DEFICIÊNCIA EM CRECHES: ANÁLISE DO RELATO VERBAL DE COORDENADORES E RECREADORES.

Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A ação preventiva dos atrasos e distúrbios do desenvolvimento, uma das tarefas prioritárias em Educação Especial, depende da identificação precoce dos chamados indivíduos de risco, a qual pode ocorrer em três locais por excelência: maternidade, posto de saúde e a creche. Esta última, em que pesem suas propostas compromissadas com as necessidades educacionais da população infantil, tem, entretanto, falhado em promover o desenvolvimento integral da população atendida, principalmente se neste contingente figuram crianças de risco para a excepcionalidade. Com o objetivo geral de capacitar o pessoal de creche para identificar crianças de risco e promover atendimento adequado às suas necessidades educacionais, o presente projeto de pesquisa foi delineado. Um dos primeiros elementos investigados foi o relato verbal de pessoal de creche sobre diversos aspectos relacionados à sua prática profissional, ao cotidiano da creche, e sua atitude para com o atendimento de crianças de risco e/ou crianças portadoras de deficiência. Um total de trinta e quatro entrevistas semiplanificadas foram realizadas individualmente com 24 sujeitos, os quais trabalhavam em duas creches para população de baixa renda como recreadores, técnicos ou coordenadores. As entrevistas foram gravadas em áudio-tape, transcritas *verbatim*, e o texto foi posteriormente submetido ao entrevistado para completar informações ou clarificar pontos obscuros. Uma análise do conteúdo dessas entrevistas revelou que: a) Nos treinamentos recebidos na própria creche pela entidade mantenedora havia uma clara defasagem entre as teorias veiculadas e a realidade das condições gerais da creche; b) A função educacional da creche era reconhecida pelos sujeitos somente para as crianças de 5 a 6 anos; c) Há desconhecimento entre o cotidiano da creche e os planejamentos realizados mensalmente com a coordenação da creche; d) As crianças que apresentam atrasos em seu desenvolvimento raramente recebem atendimento sistemático e planejado; e) A maior parte dos sujeitos considerou que a creche não tem condições de prover atendimento de crianças especiais na creche por falta de pessoal especializado. CNPq, SEESP e UERJ

-oOo-

SIMP 1.10.2

COMO PREVENIR A DEFICIÊNCIA MENTAL EM SAÚDE PÚBLICA. *Sônia R. F. Enumo* Universidade Federal do Espírito Santo.

As ações governamentais que visam a promoção da saúde da população repercutem na qualidade de vida das pessoas e, por conseguinte, nas gestantes e filhos gerados neste ambiente. Uma for-

ma de contribuir com a administração pública, para a redução da incidência de 10% para 3% de deficientes mentais na população, seria através da produção de um conhecimento sistematizado sobre ações de prevenção da Deficiência Mental (DM) e seus efeitos, passíveis de realização no âmbito municipal, principalmente. Visando a sistematizar as várias ações de prevenção (AP) indicadas pela literatura da área, utilizamos a classificação de LEAVELL e CLARK (1965): "Prevenção Primária- promoção de saúde e proteção específica" e "Secundária- diagnóstico precoce e tratamento imediato". As AP e seus efeitos foram separadas pelo "nível de prevenção" e "tempo" em que ocorrem (pré, peri e neonatal), resultando em oito quadros. Classificando agora essas AP segundo os possíveis informantes, foram construídos seis roteiros de entrevista, totalizando 433 questões, abertas e fechadas, a serem levantadas em seis locais: Secretaria de Saúde- 83 AP, Centro de Saúde- 138 AP, Maternidade- 209 AP (atendimentos Pré-natal- 120 AP, Perinatal- 15 AP, Neonatal- 49 AP e Berçário- 28 AP). Os roteiros foram organizados em duas partes: 1ª) Resultados Gerais, Conclusões, Sugestões, Fontes de Referências; 2ª) Roteiro de Entrevista (identificação, organização do local, resultados quantitativos, questões de entrevista, complementações ao roteiro). A identificação das AP segundo seu nível de prevenção permite o cálculo percentual dos dados, indicando o tipo de prevenção mais defasado, com sugestões de intervenção multidisciplinar. Esta proposta metodológica foi aplicada em Campinas/SP e em Vitória/ES, identificando e analisando a atuação dos órgãos de saúde pública: Secretaria Municipal de Saúde, um Centro de Saúde e atendimentos pré, peri e neonatal de maternidades, no campo da prevenção da DM. Financiamento: CAPES/PICD; CNPq/IC.

-oOo-

SIMP 1.10.3

PROGRAMA EDUCACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA INFÂNCIA. *Francisco de Paula Nunes Sobrinho*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Desde a década de 50, os acidentes são considerados a maior causa de óbitos em crianças na cidade do Rio de Janeiro. Mais grave ainda é que não dispomos das estatísticas sobre crianças convivendo com as seqüelas produzidas por esses acidentes. Esse contingente infantil é constituído de deficientes físicos, deficientes sensoriais, portadores de distúrbios de conduta e outras excepcionalidades. Em termos comportamentais, o acidente é multicausal, de conseqüências indesejáveis, produzido por resposta inapropriada ou desadaptativa. Essa conseqüência aversiva não é planejada, excluindo-se o fator acaso. O fatores de risco são probabilísticos e apresentam-se sob a forma de série de eventos passíveis de investigação. Não se tem notícias, entretanto, de estudos sobre "árvores de eventos", enquanto metodologia indicada para a identificação de riscos e posterior aplicação de ações preventivas no ambiente infantil. A partir dessa perspectiva, está sendo desenvolvido um projeto cujos objetivos concentram-se no desenvolvimento de habilidades de reconhecimento de situações de risco, sua remoção quando possível e desenvolvimento de habilidades de convivência com situações que não podem ser removidas de imediato. Trata-se de programa educacional preventivo indicado para pais, professores e profissionais que trabalham diretamente com a criança. Essa ação preventiva pretende apontar fatores contribuintes de risco no ambiente doméstico, na escola, no trânsito, nos veículos e via pública. A primeira etapa do projeto constou de pesquisa descritiva, com o levantamento de dados sobre acidentes na infância, conforme prontuário-

os dos três últimos anos, apresentados em três hospitais de grande volume de atendimento diário. Assinala-se que ações de prevenção, baseadas em dados estatísticos, são os únicos procedimentos capazes de reduzir o número de acidentes. Com base nesse levantamento inicial, estão sendo elaborados textos didáticos de caráter preventivo, destacando-se os acidentes que ocorrem em maior frequência. Finalmente, será produzido um *videotape* cujo roteiro terá como base os dados obtidos através da pesquisa inicial nos hospitais. MEC/UFRJ/UERJ/PETROBRÁS

-oOo-

SIMP 2.01

FAMÍLIA: DESENVOLVIMENTO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

SIMP 2.01.1

FAMÍLIA, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO. Gláucia R. S. Diniz, Universidade de Brasília.

Usando as relações de gênero como ponto de partida, discutir-se-á o papel do homem e da mulher nas diversas fases do ciclo de vida familiar. Gênero é uma categoria de análise que tem muito a contribuir para o entendimento das interações entre papéis na vida adulta. As questões de gênero estão subjacentes ao comportamento de homens e mulheres e funcionam como o princípio organizador das relações familiares e sociais. Vivemos um momento de profunda mudança na vida familiar. Pressões econômicas, a necessidade social e psicológica de desenvolver uma identidade própria, são alguns dos fatores que têm impulsionado as mulheres para assumirem um papel mais ativo fora de casa, não só no mercado de trabalho, mas também na sociedade em geral. As mulheres estão lidando com demandas que limitam seu envolvimento com papéis familiares, ao passo que os homens estão desenvolvendo outras prioridades além do trabalho, dentre elas, estão ampliando sua participação na família. Mostraremos como este fenômeno de expansão dos papéis de gênero provoca uma reorganização da dinâmica familiar. Abordaremos também questões de classe social, acesso à educação e ao trabalho como outros fatores que afetam fundamentalmente o desenvolvimento da família e sua inserção no contexto social. A interrelação entre papéis de gênero, trabalho e a vida conjugal e familiar merecerá atenção especial. O objetivo é apreender, da forma mais abrangente possível, este contexto onde homens e mulheres estão tentando lidar com vários desafios, dentre eles, a sobrecarga de papéis, a falta de modelos de conduta, além de pressões e sanções do meio social. Concluiremos com uma análise das perspectivas futuras de homens e mulheres nas famílias brasileiras, tendo em vista as políticas sociais dirigidas a eles.

-oOo-

SIMP 2.01.2

FAMÍLIAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XX, OS VALORES E AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA. *Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves*, Universidade de São Paulo.

Os objetivos dessa apresentação estão em mostrar a evolução nas formas de criar e educar a criança, durante o século XX, no Brasil, tomando por base um conjunto de estudos que vêm sendo levados a efeito, pelo grupo de pesquisa, cujo Projeto Integrado é "Família e Socialização - Processos, Modelos e Momentos no contato entre gerações". Por outro lado, busca-se evidenciar as alterações pelas quais passa, nesse século, a família enquanto responsável pela socialização (em especial da criança). Ao mesmo tempo, torna-se importante analisar as perspectivas que se deli-

neiam para o século XXI quanto aos valores, as práticas de cuidado e educação, as formas de relação e o desenvolvimento social e emocional de crianças e adolescentes, numa sociedade essencialmente urbana, fundada em padrões de consumo intenso, aliado a um sistema econômico gerador de dificuldades para a convivência familiar

-oOo-

SIMP 2.01.3

DESENVOLVIMENTO FAMILIAR: TRANSIÇÃO DE SISTEMA TRIÁDICO PARA POLIÁDICO. Maria Auxiliadora Dessen. Universidade de Brasília

Esta apresentação visa discutir o processo de desenvolvimento familiar, enfocando a família como um sistema e, conseqüentemente, a interdependência entre os seus vários subsistemas componentes, como destaque para os genitores-crianças. As transições, quer sejam elas normativas (entrada na escola, puberdade, casamento) ou não normativas (doenças, divórcio, mudanças) constituem-se em um desafio para o sistema inteiro. Assim, será dada ênfase à transição de um sistema triádico para poliádico, decorrente do nascimento de uma segunda criança, uma vez que o processo de expansão familiar após o nascimento desta é diferente daquele do início da formação da família. Nesta ocasião, as famílias têm que integrar o novo membro, buscar um novo equilíbrio, negociando posições entre eles, até que haja diferenciação em dois subsistemas: genitores e crianças. As tarefas decorrentes deste processo consistem, por exemplo, em distribuição de atenção dos genitores às crianças, envolvimento do pai, transmissão de regras sociais, manipulação da rivalidade entre irmãos, equilíbrio de interesse entre genitores e entre crianças. A reorganização da família nesta fase específica do seu desenvolvimento será discutida como um processo de desenvolvimento "normal", em que as situações de "crises", freqüentemente atribuídas a fatores pessoais e contextuais, serão tratadas numa perspectiva de interações e relações mutáveis em um sistema que se expande. Finalmente, este período de expansão será exemplificado com dados de pesquisas realizadas com o objetivo de verificar o impacto do nascimento de um bebê no comportamento da criança primogênita e nas interações e relações genitoras-primogênito e primogênito-bebê.

-oOo-

SIMP 2.01.4

FAMÍLIA NO BRASIL: INDICADORES SOCIAIS E CRISE. Marco Antônio Fetter, UNISINOS.

O objetivo primeiro dessa apresentação está em 'desenhar' um quadro da Família no Brasil, nas duas últimas décadas. Trabalhar-se-á fazendo a análise dos indicadores sociais, com dados advindos dos censamentos e dos levantamentos processados pela UNICEF. O objetivo segundo prevê a discussão da crise da 'crise da família' no Brasil e no mundo contemporâneo, e na identificação dos seus possíveis significados e implicações frente às alterações que se observa na estrutura e nas relações do grupo de convívio denominado 'Família'. Finalmente, visar-se-á questionar as perspectivas que se apresentam como possíveis, e mesmo as desejáveis, para a Família no século XXI.

-oOo-

SIMP 2.02

MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO E CIDADANIA: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DO CONTEXTO ESCOLAR.

SIMP 2.02.1

A IMPORTÂNCIA DO OUTRO NA TRANSMISSÃO E APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO E NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE SI E DO MUNDO. Sandra Francesca Conte de Almeida, Universidade de Brasília.

Pretende-se abordar o papel do outro social (o "socius", na expressão de Wallon), enquanto função insubstituível no processo de formação da personalidade e na aquisição do conhecimento, porquanto função instituidora da consciência de si e do mundo e estruturadora das funções psicológicas superiores. Tanto no contexto das primeiras relações afetivo-sociais estabelecidas pela criança, no seio da família quanto no contexto escolar, o outro é fonte permanente de identificações e de modelos que, (re)significados e internalizados pela criança, constituirão a base e o núcleo do eu e de seus ideais, os quais, por sua vez, orientarão os seus modos particulares de inserção na cultura. A importância das relações afetivas e dos padrões de interação social da criança, com a família e com a escola, será analisada, buscando-se compreender o papel que esse outro exerce na formação pessoal, social e cívica do ser em desenvolvimento. Será enfocada, de forma mais específica, o papel do professor enquanto outro significativo na construção da subjetividade da criança e procurar-se-á demonstrar que ele desempenha, mesmo quando por omissão, um papel preponderante na formação da personalidade dos alunos, a partir dos modelos de relações interpessoais estabelecidos, dos conteúdos selecionados e transmitidos e dos valores éticos, morais, políticos e sociais presentes, de forma explícita ou oculta, nas formas de mediação do conhecimento. Parece, portanto, desejável que os professores, na condição de substitutos dos ímages parentais, donde sua posição privilegiada face aos alunos, tomem consciência do poder do fascínio e de sedução que podem exercer sobre as crianças, a partir do tipo de vínculo relacional que com elas estabelecem. A formação integral da personalidade e a educação para o exercício pleno da cidadania devem constituir o objetivo de toda ação educativa. Esse objetivo, para ser alcançado, exige dos professores e da escola alguns princípios, ações e atitudes, os quais procuraremos explicitar e analisar, no decorrer da exposição.

-oOo-

SIMP 2.02.2

DE QUE PROFESSOR NECESSITAMOS? DESAFIOS PARA A SUA FORMAÇÃO. Albertina Mitjáns Martínez, Universidade de Havana, Cuba.

Analisar-se-á como a ideologia, as cosmovisões, as motivações e as aspirações dos professores mediatizam sua ação educativa e fundamenta-se, a partir do ponto de vista psicológico, o papel do professor na formação da cidadania do aluno. A partir destes pressupostos, discutir-se-á quais as qualidades e as ações desejáveis do professor e como estas podem ser desenvolvidas no seu processo de formação. Analisar-se-á as principais limitações do sistema de formação de professores e apresentar-se-á algumas estratégias para seu aperfeiçoamento, sempre enfocando o processo educativo como um processo de formação integral.

-oOo-

SIMP 2.02.3

A SUBJETIVIDADE SOCIAL E SUA EXPRESSÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO. *Fernando González Rey*, Universidade de Havana, Cuba.

A aprendizagem, com frequência, tem sido estudada em função das operações lógicas e cognitivas que supõem seus resultados, em termos de conhecimento. Esquece-se, facilmente, que tanto o aluno quanto o professor são portadores de um conjunto de crenças e representações que, soterradas na configuração da subjetividade social, condicionam muitos dos fatores que intervêm em sua comunicação. A inadequada comunicação entre o professor e o aluno está na base de um conjunto de emoções, geradas dentro do próprio processo, que podem dar lugar ao aparecimento da insegurança, da baixa auto-estima e da dependência do aluno frente ao processo de construção do conhecimento. Os estados emocionais assinalados se convertem em barreiras para a aprendizagem, inibindo as operações mentais do aluno e, simultaneamente, impedindo o desenvolvimento de emoções positivas associadas ao processo de aprender, que permitem o desenvolvimento posterior de interesses para a atividade e garantem o desenvolvimento da personalidade no curso da mesma. A forma em que diferentes elementos e processos constitutivos da subjetividade social se expressam, na sala de aula, assim como suas consequências para a aprendizagem, para a instituição escolar e para o desenvolvimento da cidadania serão abordados na exposição do tema.

-oOo-

SIMP 2.02.4

A IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E DAS REPRESENTAÇÕES DA TECNO-CIÊNCIA NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO DA CIDADANIA. *Maria Helena Fávero*, Universidade de Brasília.

Se, de um lado, os índices oficiais de analfabetismo continuam assustadores, no Brasil, apesar de já estarmos entrando no século XXI, e apesar dos discursos oficiais sobre modernidade e progresso, por outro lado, uma análise da mediação das diferentes áreas do conhecimento, que se faz em sala de aula (forma), assim como do conteúdo mediado (conceitos), não nos torna menos assustados. A matemática se apresenta baseada em regras, em detrimento dos conceitos; a nossa língua se apresenta como um conjunto de regras e de exceções às regras, em detrimento da compreensão e produção textual; a história é apresentada como uma sucessão de fatos de outras épocas, em detrimento de uma análise sócio-cultural, e assim por diante. Se a pobreza dessas informações não bastasse, uma determinada concepção sobre conhecimento, sobre a ciência e a tecnologia, e sobre a interação entre estas e a sociedade, permeia a mediação em sala de aula, de modo que se perpetua uma representação da técnico-ciência como onisciente, onipotente, pronta ao serviço da "felicidade do homem". O que está em jogo, como diz Castoriadis, é um dos nós do imaginário ocidental moderno, o imaginário de um domínio racional e de uma racionalidade artificializada, que se tornou não somente im-pessoal (não-individual), como também in-humana, isto é, "objetiva". A questão que se coloca é, portanto, qual o objetivo da escola, qual a formação que ela pretende para seus alunos, visando que sociedade? Na verdade, a questão é ainda mais ampla: ela diz respeito à formação das representações e das vontades do homem moderno.

-oOo-

SIMP 2.03

O ESTUDO DE SUJEITOS COM CONDIÇÕES ATÍPICAS DE DESENVOLVIMENTO, NA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

SIMP 2.03.1

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM DEFICIENTES MENTAIS. *Mônica de Carvalho Magalhães Kassar* - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Historicamente, a deficiência mental recebeu dois diferentes tratamentos: Inicialmente, institucionalizou-se os indivíduos deficientes a fim de proteger a sociedade de seus "defeitos" e "anomalias". Posteriormente, intencionando proteger os próprios deficientes da sociedade, ofereceu-se uma conveniente educação especializada. Dessa forma, o discurso acadêmico sobre integração/segregação social desses indivíduos tem causado impacto no país, nas últimas duas décadas, estando presente tanto nos programas especializados das instituições educacionais, quanto nas políticas governamentais. Neste cenário, muitas questões emergem provocando uma revisão de aspectos relativos à deficiência mental. Entre estes aspectos, temos enfocado o processo de constituição do sujeito e a construção social da própria deficiência. Desse modo, propomo-nos a analisar os caminhos pelos quais os indivíduos deficientes mentais constituem sua subjetividade. Para o desenvolvimento desse trabalho, estabelecemos contato contínuo com jovens deficientes mentais que frequentam instituições especializadas. As entrevistas e contatos contínuos foram gravados em fitas de vídeo e áudio, e os dados analisados tomando como referencial a abordagem histórico-cultural sobre o desenvolvimento do indivíduo. A partir desse material, podemos perceber que a constituição da subjetividade dos deficientes mentais está marcada pelas (im)possibilidades e (não) significados apresentados e atribuídos socialmente.

-oOo-

SIMP 2.03.2

PROCESSOS LINGÜÍSTICO-COGNITIVOS NA ATIVIDADE DE BRINCAR DA CRIANÇA SURDA. *M. Cecília Rafael de Góes* - PUCCAMP e UNICAMP.

Neste trabalho, buscamos relacionar as proposições de L.S. Vygotsky sobre a organização sócio-psicológica de crianças com deficiência e a discussão do autor sobre o papel do brincar na infância. Articulando essas duas análises teóricas, delineia-se uma perspectiva muito produtiva para abordar o estudo de processos linguísticos e cognitivos em casos de deficiência. De um lado, estão os argumentos de que a investigação psicológica e o planejamento educacional devem privilegiar a consideração dos "talentos" e a plasticidade da criança, focalizando as possibilidades de construção de funções psicológicas superiores. De outro lado, a discussão sobre o brincar aponta para o papel fundante dessa esfera de atividade em relação ao pensamento abstrato, na medida em que as ações no plano imaginário libertam a criança das forças determinantes do campo perceptual e refinam o próprio processo de significação do mundo. Assim sendo, o estudo do brincar em crianças com deficiência pode nos oferecer importantes indicadores de suas possibilidades de funcionamento complexo. Como ilustração dessa perspectiva de estudo, vamos nos reportar a uma investigação que estamos realizando sobre a linguagem de crianças surdas durante brincadeiras de faz de conta. Trata-se de sujeitos que estão envolvidos num projeto educacional (em fase de implantação) que busca propiciar a aprendizagem

tanto da língua portuguesa quanto da língua brasileira de sinais. Nossos resultados sobre modos de elaboração imaginária contrariam a alegação de que esse tipo de sujeito apresenta aderência a um "pensamento concreto", que seria inerente à condição de surdez e/ou ao uso de sinais.

Bolsa de pesquisa CNPq; Auxílio FAEP/Unicamp.

-oOo-

SIMP 2.03.3

A CONTRIBUIÇÃO DE L. S. VYGOTSKY PARA A DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO NO CAMPO DA MEDICINA. *Jairo Werner* - UFF-UERJ-IPHEM.

Quando confrontado com dificuldades inerentes à investigação do comportamento humano, o conhecimento médico estabelece a possibilidade do indeterminismo etiológico e privilegia as descrições clínicas e diretrizes diagnósticas, considerando os comportamentos como necessariamente condicionados por mecanismos orgânicos e funcionais. A Medicina, coerente com os fundamentos da racionalidade científica moderna, assume duas concepções hegemônicas de homem e de mundo, a mecanicista e a organicista. E, assim, busca estabelecer o tipo de ordem subjacente à organização e ao método das disciplinas científicas, bem como das diferentes esferas da vida e das instituições sociais. Além de disciplina do "natural", a Medicina é instituidora, legitimadora e organizadora da realidade social, à medida em que tematiza a vida e o sofrimento humanos e estabelece categorias como normal e patológico, equilíbrio e desvio. Vygotsky, a partir de outro paradigma - o histórico-cultural - oferece à Medicina importantes contribuições, no que se refere às suas teses gerais sobre a construção do psiquismo humano e aos seus trabalhos orientados para questões concernentes à deficiência e ao funcionamento atípico. As bases conceituais e metodológicas oferecidas por Vygotsky

são particularmente promissoras para a análise crítica de concepções e procedimentos diagnósticos nas áreas de psiquiatria e neurologia. Nessa apresentação, apontaremos algumas de suas contribuições e faremos um breve relato de nossa investigação, sobre o diagnóstico de "Transtornos Hipercinéticos" na infância.

-oOo-

SIMP 2.03.4

O FUNCIONAMENTO INTELECTUAL DE SUJEITOS COM SÍNDROME DE DOWN EM NÍVEIS AVANÇADOS DE ESCOLARIDADE. *Elizabeth Tunes* - Universidade de Brasília.

Ao longo de, aproximadamente, dois anos, fizemos o atendimento psicopedagógico a duas jovens com Síndrome de Down. Uma delas, com vinte anos ao início do trabalho, já havia concluído a oitava série. A outra, então com 18 anos, cursava a 6a. série. Utilizando o método construtivo e através de experimentos de ensino, realizamos com as jovens diversas atividades, tais como agrupamento de figuras geométricas e de figuras de objetos, produção de textos, compra e venda simulada etc. O desempenho delas nas atividades forneceu-nos indícios de que apresentavam problemas no pensamento categorial e que sua aprendizagem parece dar-se de um modo predominantemente incidental, o que é próprio do pensamento por conceitos cotidianos. Apesar de estarem em níveis avançados de escolaridade, pudemos verificar que o ensino de ciências, devido ao modo como se estrutura, não teve repercussões esperadas no sentido de desenvolver o pensamento categorial. Para que isto ocorra, acreditamos ser necessário que o ensino do conhecimento formal permita a orientação do pensamento para o poder de síntese da palavra, o que nos parece ser possível quando se opera, simultaneamente, com mais de um sistema conceitual referente aos mesmos exemplares.

-oOo-

CURSOS

CUR 1.01**GESTALT TERAPIA COM CRIANÇAS.** *Luciana Aguiar*

A gestalt terapia vem obtendo gradativamente acentuado destaque no cenário da Psicologia Clínica e se impondo, particularmente, como um meio efetivo de trabalho psicoterapêutico com crianças. Sob o ponto de vista desta abordagem, a criança é percebida enquanto um ser uno e singular que possui a capacidade de auto regular-se em sua interação com o mundo, desde o momento em que nasce, buscando a partir de seus recursos internos iniciais, satisfazer suas necessidades físicas, cognitivas e emocionais. É nessa interação com o mundo que a criança se constrói enquanto pessoa, em uma sucessão de ajustamentos criativos que fazem com que ela seja, ao mesmo tempo, um ser determinante e determinado em relação ao meio. Um desenvolvimento saudável é aquele que se caracteriza por um processo de auto-regulação satisfatório que possibilita uma progressiva inserção da criança no mundo com a concomitante ampliação de seus recursos para lidar com as vicissitudes e complexidades do mesmo. A família se configura, fundamentalmente, no meio por excelência onde a criança ensaiará seus primeiros passos nesta relação e, por isso, reveste-se de profunda importância na compreensão diagnóstica da criança que, sob as mais variadas formas de sintomas, apresenta dificuldades para se auto regular satisfatoriamente. Sob tal ponto de vista, a finalidade da psicoterapia seria, a de restaurar a capacidade plena de auto regulação da criança, dentro de seu contexto familiar e social, bem como a de capacitar esta família a construir formas mais saudáveis de relação entre seus membros. Para isso, utilizamos o método fenomenológico que se caracteriza, basicamente, por intervenções de cunho descritivo e experiencial através do uso de técnicas gestálticas específicas na exploração dos recursos lúdicos oferecidos a criança como forma de facilitar a expressão de seu mundo interno. Tais intervenções visam, fundamentalmente, ampliar a consciência da criança acerca de sua forma de ser e estar no mundo, capacitando-a a novas escolhas e a construção de recursos mais efetivos para lidar com as inúmeras situações que a vida lhe oferece. Na medida em que a criança mostra que encontra-se apta para caminhar sozinha, apresentando um sólido auto-suporte, amparado por uma profunda auto-estima e uma real capacidade de nutrir-se emocionalmente, o processo terapêutico chega ao fim.

-oOo-

CUR 1.02**PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE.** *Suely Sales Guimarães e Eliane Maria Fleury Seidl*, Universidade de Brasília.

Psicologia da Saúde é um campo de estudos relativamente novo, de crescimento rápido e grande demanda dentro da Psicologia. O trabalho do profissional nesta área inclui (a) o estudo da relação entre variáveis psicológicas e o processo de manutenção da saúde, o adoecer e a reação à doença e (b) o desenvolvimento de técnicas interventivas promotoras da saúde e auxiliares na superação de doenças e aquisição de comportamentos novos, compatíveis com o processo de recuperação. O modelo biopsicossocial fundamenta o estudo dessas questões e implica o pressuposto básico de que o processo de saúde e doença é mediado por fatores biológicos, psicológicos e sociais, em oposição ao reducionista modelo biomédico, segundo o qual as doenças originam-se em processos somáticos anormais. O trabalho do psicólogo está gradualmente mais reconhecido e procurado pelas diferentes áreas de saúde, resultando na sua inserção em equipes interdisciplinares, em consultorias no processo de diagnóstico e tratamento, e em

vários programas de atenção primária, secundária e terciária. A nível primário, o psicólogo atua prevenindo o desenvolvimento de comportamentos e hábitos prejudiciais à saúde, ou substituindo-os por práticas saudáveis quando já instalados. São exemplos, a atuação do psicólogo junto a populações de risco, em ambulatorios pediátricos ensinando prevenção a mães de crianças no primeiro ano de vida, e prevenindo a gravidez precoce e a contaminação da AIDS entre adolescentes. Em níveis secundário e terciário, o psicólogo ensina manejo do *stress* para executivos, manejo da dor para pacientes crônicos, apoia o processo de recuperação após mutilações cirúrgicas e acidentais, e promove a modificação de comportamentos e reinserção do paciente em seu ambiente de origem após o desenvolvimento de uma doença crônica. As atividades de prática e pesquisa, que buscam associar as necessidades da área aos objetivos dos estudos e geração de tecnologia de intervenção, são as responsáveis pela crescente demanda social pelo conhecimento e serviços prestados pelos psicólogos da área de saúde

-oOo-

CUR 1.03**CRIATIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES.** *Eunice Maria Lima Soriano de Alencar*. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Manter-se em um processo permanente de inovação é algo indispensável à sobrevivência das organizações neste final de milênio, dadas as características de mudança, complexidade, incerteza, turbulência e competição, que caracterizam o ambiente de trabalho e a sociedade maior. Este cenário exige um novo perfil de profissional marcado sobretudo por uma significativa habilidade de solucionar problemas e solucioná-los de forma criativa. Ele é também facilitado por uma cultura organizacional que valoriza a competência, responsabilidade e ação, e que estimula o desenvolvimento e implementação de idéias criativas. No curso, serão abordados os principais aspectos que têm sido discutidos com relação à criatividade nas organizações. Serão apresentadas as distintas condições do ambiente de trabalho que podem contribuir para promover a criatividade ou inibir a sua expressão. Serão também discutidos o modelo de inovação proposto pela pesquisadora que ministrará o curso, bem como o seu modelo para desenvolvimento da criatividade nas organizações. O programa do curso inclui os seguintes tópicos: O papel decisivo da criatividade nas organizações modernas. As relações entre criatividade e inovação. Fatores que inibem a introdução de inovações. Fatores de ordem sócio-cultural que afetam o comportamento criativo no ambiente das organizações. Barreiras à criatividade no ambiente de trabalho. Características de uma clima nas organizações que favorece o comportamento criativo. O perfil de uma organização criativa.

-oOo-

CUR 1.04**ESTRATÉGIAS DE DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO ORGANIZACIONAL.** *Antônio Virgílio Bittencourt Bastos*, Universidade Federal da Bahia e *Maria da Graça Torres da Paz*, Universidade de Brasília.

O processo de reconversão industrial em curso tem tido profundo impacto nas organizações, gerando a necessidade de novas arquiteturas organizacionais e novos processos de gestão. Tais mudan-

cas, inseridas em alterações mais globais de cunho econômico, social, cultural e tecnológico têm também, alterado fortemente o perfil necessário de trabalhadores, inclusive de profissionais com formação superior. A atuação do psicólogo organizacional reflete tais mudanças em múltiplas dimensões (Bastos, 1993; Zanelli, 1994), impondo-se, dentre várias outras, a necessidade de que a habilidade de diagnosticar ou avaliar contextos organizacionais seja crescentemente dominada pelo profissional. Tais considerações embasam a proposta deste curso cujos objetivos consistem em: Analisar o conceito de arquitetura organizacional em seus elementos e processos constituintes, destacando como ações diagnósticas se inserem na constituição de sistemas de trabalho de alto desempenho; Discutir o conceito e analisar as principais estratégias de mudança organizacional planejada, discriminando as suas metas, focos de intervenção, instrumentos e metodologias de diagnósticos; Caracterizar o processo diagnóstico, identificando seus inputs, componentes organizacionais alvo e outputs, de forma a caracterizar o processo decisório nele envolvido e como este é afetado pela estratégia de mudança e pelas características organizacionais; Caracterizar as ferramentas básicas para avaliação diagnóstica de problemas organizacionais dentro das principais estratégias de mudança organizacional, priorizando-se aquelas que tomam o subsistema social/humano como foco central da intervenção. O conteúdo programático do curso envolve os seguintes tópicos: 1) Novas tendências na atuação do psicólogo organizacional e o espaço das ações de diagnóstico e avaliação de contextos de trabalho; 2) Organizações: diferentes modelos. Arquiteturas organizacionais emergentes; 3) Estratégias de mudança organizacional planejada: conceitos básicos e diferentes níveis de intervenção; 4) O processo de diagnóstico organizacional: modelo geral e diferentes níveis de diagnóstico; 5) Coleta e Análise de informações diagnósticas: planejamento da coleta de dados, construção de instrumentos, métodos de coleta, técnicas de análise e 6) Feedback das informações

-oOo-

CUR 1.05

FAMÍLIA E CASAL: DIAGNÓSTICO E TERAPIA. *Terezinha Féres-Carneiro*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A questão da saúde e da doença emocional na família e no casal é discutida a partir das investigações de diversos autores (Ackerman, 1969; Jackson, 1971; Minuchin, 1977; Féres-Carneiro, 1985). O diagnóstico conjugal e familiar e suas diferentes modalidades de realização são discutidas. É dada uma ênfase particular à EFE - Entrevista, Familiar Estruturada (Féres-Carneiro, 1981). São apresentadas e discutidas as etapas de construção da EFE até a sua versão final; sua aplicabilidade como método de diagnóstico psicológico; suas normas de aplicação e suas escalas de avaliação. O estudo experimental para o estabelecimento da fidedignidade e da validade da EFE é descrito e discutido. Em seguida são apresentados casos clínicos de diagnóstico familiar através da EFE, ilustrando uma dinâmica familiar dificultadora e uma dinâmica familiar facilitadora de saúde emocional. Finalmente um breve histórico do desenvolvimento da terapia familiar e de casal é apresentado, ressaltando-se as postulações teórico-técnicas de alguns autores das abordagens sistêmicas (Haley, 1976; Minuchin, 1981; e Watzlawick, 1981); das abordagens psicanalíticas (Pincus & Dare, 1978; Ruffiot, 1981; e Eiguer, 1984) e de autores que propõem a possibilidade de articulação das diferentes abordagens (Lemaire, 1984; Nicolló, 1988; e Féres-Carneiro, 1989).

-oOo-

CUR 1.07

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: APRESENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA. *Iône Vasques*, Laboratório de Psicologia do Trabalho - Universidade de Brasília.

Este trabalho visa apresentar uma nova abordagem em orientação vocacional a partir dos conceitos de espontaneidade (E) e criatividade (C), teoria dos papéis e "acting out", fundamentados na Teoria Psicodramática (Moreno, 1978). Tem como objetivo: (1) demonstrar que a abordagem psicodramática pode contribuir na emergência e na conscientização e escolhas profissionais e (2) ressaltar que a aplicação desta abordagem em orientação vocacional leva o orientando à interiorização de um auto-conhecimento que vai além do reconhecimento de suas habilidades e aptidões. A abordagem psicodramática, considerada aqui como método clínico, busca o maior comprometimento do adolescente no processo de orientação vocacional, através de uma ação participativa e atuante do indivíduo e do grupo durante todo o processo. O trabalho se desenvolve em grupo, numa média de 8 sessões de 2 horas de duração, com periodicidade semanal e utilizando técnicas e jogos dramáticos. Por ser uma abordagem essencialmente grupal e de ação, o psicodrama, favorece o compartilhar do mundo interior de cada um dos participantes através da interação do grupo. A troca de experiências e o apoio mútuo, acrescidos do uso constante de "role-playing" permitem, pelo lúdico, o aprofundamento dos conflitos e das emoções, resultando "insights" significativos. Os resultados do processo são obtidos através do autoconhecimento e do embasamento do processo decisório de escolha profissional, facilitado pelas experiências vivenciadas, compartilhadas e elaboradas em grupo.

-oOo-

CUR 1.08

IDENTIDADE E TRABALHO. *Wanderley Codo* - Laboratório de Psicologia do Trabalho, Universidade de Brasília.

O objetivo deste curso é o de discutir a categoria trabalho de maneira ampla, ou seja, não apenas o emprego ou o salário como um meio de sobrevivência, mas como uma forma de constituição de identidade, um modo de reconhecimento de si, de construção das diferenças e igualdades entre o sujeito e o outro. Em primeiro lugar, apresentar-se-á uma perspectiva 'dialética', baseada principalmente nas investigações de Ciampa (1991), cotejada com o trabalho de Giannotti (1983). Em seguida, baseado em Marx, será abordado o trabalho como categoria central do processo de 'humanização' (Codo, 1984, 1987, 1994), principalmente a contradição afeto x trabalho de uma perspectiva histórica. Sob este ponto de vista, será abordada a questão dos modos diferentes de construção da individualidade através de distintos modos de organização do trabalho, principalmente no sistema chamado de 'comunidades primitivas', 'escravismo', 'feudalismo' e 'capitalismo', procurando mostrar os nexos entre a organização social do trabalho e as formas de construção da identidade. Particular atenção será dedicada aos conflitos de identidade provocados pela crise nas relações de produção, onde modos diferentes e contraditórios tendem a colocar em cheque o modo de reconhecimento de si das pessoas, e o sujeito entra em cheque. Particularmente, será abordada a crise deste final de século, no seus aspectos políticos, econômicos e suas consequências para as relações entre saúde mental e trabalho.

-oOo-

MINI CURSOS

MnCUR 1.01

TRATAMENTO COMPORTAMENTAL DE PROBLEMAS NA INFÂNCIA. *Luc M. A. Vandenberghe*, Universidade Federal de Minas Gerais.

A abordagem apresentada neste curso é a Análise Clínica do Comportamento, definida como a aplicação do behaviorismo radical na psicologia clínica ambulatorial. Será mostrado como achados analítico-comportamentais podem ser frutiferamente aplicados na prática do terapeuta de família, estreitando assim o hiato entre a Análise do Comportamento e a Terapia Familiar. O problema da agressividade infantil de oposição violenta aos pais ("transtorno desafiador de oposição") é escolhido para exemplificar esta proposta. As características deste problema, a anamnese típica e a prognose de criminalidade na adolescência e de sérios problemas psicossociais serão brevemente comentados. Neste contexto os elementos que a análise comportamental oferece para uma abordagem fecunda serão expostos em detalhes. Este transtorno e seus determinantes serão então analisados utilizando o modelo de contingência triplíce. Aspectos técnicos da análise funcional serão discutidos usando exemplos da prática clínica. A opção para intervir nos padrões de interação da família (ao invés de tratar o comportamento da criança como variável isolada) será defendida. Serão expostas intervenções relacionados com a motivação e o envolvimento construtivo dos participantes na terapia. Finalmente será exemplificada a relevância da pesquisa sobre o controle do comportamento por regras e a sua interação com o controle por contingências. Concluiremos com uma reflexão sobre as implicações dos conceitos de "contingência" e "controle por regras" no tratamento de problemas na infância.

-oOo-

MnCUR 1.03

SOBRE A MORTE E O MORRER. *Wilma da Costa Torres* - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A temática da morte na moderna sociedade ocidental é marcada pela interdição e o silêncio, os quais se fazem sentir em todos os segmentos da sociedade e também na maioria dos cursos de psicologia. O presente curso, portanto, visa atender à demanda de estudantes e profissionais de psicologia e, em especial, àqueles voltados para a área hospitalar. Tem como objetivos: (a) fornecer dados sobre relevantes contribuições da Tanatologia; (b) possibilitar a indagação e a reflexão sobre aspectos teóricos e empíricos na área e suas implicações para a psicologia hospitalar; (c) promover a troca de experiências. O conteúdo programático envolve os seguintes temas: (a) confronto pessoal com o tema da morte; (b) vivências hospitalares: principais dificuldades implícitas no trabalho interdisciplinar; (c) desafios: fatores que contribuíram para a explosão da ética nos últimos anos e suas implicações para a questão da morte e do morrer. Todos os tópicos serão objeto de dupla abordagem: (a) teórica, envolvendo a reflexão e discussão dos temas propostos e (b) experiencial, envolvendo a realização de exercícios de vivência com o emprego de técnicas de role-playing.

-oOo-

MnCUR 1.04

INTERAÇÃO ADULTO-CRIANÇA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO. *Eny Toschi*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e *Alina Galvão Spinillo*, Universidade Federal de Pernambuco.

O curso aborda uma análise do papel do adulto na sua interação com a criança, focalizando duas situações distintas em que em

que o adulto e a criança compartilham e negociam significados: o contexto da pesquisa de intervenção e o contexto de sala de aula. Apesar das diferenças entre estes dois processos de interação, aspectos semelhantes os caracterizam: a relação assimétrica entre o adulto (instrutor/professor) e a criança (aprendiz/aluno), e o fato de ambas as situações terem por objetivo propiciar oportunidades para construção de conhecimentos específicos. 1. O contexto da pesquisa de intervenção: focaliza-se o processo de interação adulto-criança em pesquisas de intervenção onde o adulto interage com a criança de maneira a guiá-la intelectualmente em direção ao domínio de habilidades cognitivas mais elaboradas. A transmissão de conhecimento em uma situação desta natureza é analisada e discutida em função dos seguintes aspectos: a) o papel desempenhado pelo adulto (experimentador); b) a interpretação que a criança (sujeito) atribui à situação, e suas possibilidades cognitivas; e c) as especificidades do objeto de conhecimento. 2. O contexto de sala de aula: focaliza-se a intervenção pedagógica do adulto (P x A) no contexto natural de sala de aula, comparando-a com outros caminhos de construção do conhecimento, na interação que se estabelece no trabalho cooperativo (A x A) e no debate científico (classe x A). As possibilidades e limites que uma situação de intervenção representa para a construção de conhecimentos e de habilidades específicas relacionadas a determinados conceitos e a aquisição de conceitos matemáticos e lingüísticos por crianças é considerada para ilustrar os processos de interação desenvolvidos entre os participantes.

-oOo-

MnCUR 1.05

INTRODUÇÃO À TERAPIA COGNITIVA. *Luiz Fernando de Lara Campos*, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Universidade São Francisco; *Makilim Nunes Baptista*, Universidade Paulista.

A Terapia Cognitiva constitui uma das principais propostas psicoterápicas existentes, principalmente em razão de sua brevidade e eficácia. Seu modelo teórico postula que a maioria dos problemas psicológicos são relacionados a estados cognitivos e emocionais irracionais, os quais são gerados ou mantidos por crenças ou esquemas cognitivos irracionais. Deste modo, sua metodologia de atuação terapêutica se baseia na proposta de que a alteração das crenças e esquemas cognitivos irracionais para padrões racionais alteram significativamente as estratégias de processamento dos eventos internos e o comportamento dos indivíduos, de modo que este passa a ser adaptado e racional, o que levaria ao aumento do bem-estar geral. Serão discutidas as origens de crenças e esquemas cognitivos irracionais, as implicações entre crença e comportamento, as principais características e técnicas psicoterápicas e as principais estratégias de tratamento da depressão e da ansiedade.

-oOo-

MnCUR 1.06

SISTEMAS ESPECIALISTAS EM AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Fernando C. Capovilla*, Instituto Psicologia, Universidade de São Paulo.

O presente curso é de interesse a psicólogos, fonoaudiólogos, professores de educação especial e neurologistas que lidam com surdez, dislexias, afasias, paralisia cerebral, retardo mental, autismo, esclerose lateral amiotrófica, distrofia muscular progres-

siva, esclerose múltipla, anartria, glossectomia, laringectomia, mal de Parkinson e mal de Huntington. Na Parte 1 serão apresentadas novas versões em Windows de sistemas especialistas de multimídia para a avaliação de leitura e escrita, consciência fonológica, vocabulário receptivo-auditivo, vocabulário expressivo, raciocínio categorial, raciocínio sequencial, resolução de problemas aritméticos, habilidade visuo-espacial, compreensão auditiva, e memória. Todos eles são executáveis em microcomputadores AT 486 ou Pentium dotados de kit multimídia 4x. Permitem dois modos de operação: direta por toque sobre tela sensível; ou indireta, por varredura e seleção via dispositivos sensíveis ao toque, ao sopro, a movimentações grossas indiferenciadas, ao gemido, ou mesmo à direção do olhar. Assim, permitem avaliar habilidades de crianças até então não avaliáveis devido a comprometimento motor severo. Na Parte 2 serão apresentados sistemas para intervenção: educação, capacitação, comunicação, e capacitação. A demonstração da operação dos sistemas será feita ao vivo via notebook. Serão apresentados vídeos demonstrando uso educacional e clínico, além de dados inéditos, surpreendentes, e bastante encorajadores. Uma grande ênfase será dada à fundamentação teórica dos instrumentos de avaliação e intervenção à luz dos conceitos da abordagem de processamento de informação da psicologia cognitiva experimental. Serão discutidos tópicos como desenvolvimento e distúrbios de habilidades de comunicação verbal e não-verbal, e de leitura e escrita. Implicações para os trabalhos educacional e clínico (em surdez, dislexia, deficiência mental, e paralisia cerebral) do conhecimento acerca de processamento cognitivo de informação em sistemas de representação linguística visual e fônica, e não-linguística. Será discutido o uso dos sistemas para pesquisas básica e aplicada, e intervenções educacionais e clínicas. Referências bibliográficas para o aprofundamento dos conceitos apresentados serão fornecidas.

-oOo-

MnCUR 1.07

O PROCEDIMENTO DA PROGRAMAÇÃO INDIVIDUALIZADA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Maria da Piedade Resende da Costa.* Universidade Federal de São Carlos.

A literatura especializada aponta uma vasta produção do conhecimento sobre o tema ensino/aprendizagem. De um modo geral pode-se abstrair três grandes enfoques que tratam do processo ensino/aprendizagem: o humanístico, o cognitivista e o comportamentalista. Cada um desses enfoques teóricos tem influenciado diversas práticas educacionais através de aplicações de métodos, técnicas e procedimentos de ensino. Especificamente, no enfoque comportamental as mais conhecidas aplicações educacionais são: a instrução programada e o Sistema de Instrução Personalizada (PSI) (Keller, 1962; 1972; 1973 e Keller, Bori e Azzi, 1964). Segundo o próprio Keller (1982), o PSI tem sido aplicado em vários campos, além daquele de educação formal. No campo da Educação Especial o procedimento da programação individualizada de ensino tem sido uma opção para o trabalho com alunos portadores de deficiência. O presente curso pretende discutir a pertinência da aplicabilidade do procedimento da programação individualizada de ensino na Educação Especial, por atender o nível e o ritmo do aluno, através dos seguintes tópicos: 1) Breve histórico; 2) Aplicabilidade em várias áreas de ensino; 3) Aplicabilidade no campo da Educação Especial; e 4) Relatos sobre resultados da aplicabilidade de programas na Educação Especial.

-oOo-

MnCUR 1.08

PSICOLOGIA HOSPITALAR: UMA REALIDADE A SE CONHECER. *Patrícia L. Bellodi e Silvia R. Brescia* - Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O curso tem como objetivo divulgar a Psicologia Hospitalar entre estudantes de psicologia, psicólogos, graduados e outros profissionais da Saúde, trazendo conhecimentos atualizados sobre o atendimento psicológico num novo contexto - a Instituição Hospitalar. Discutirá, através de informações teóricas e práticas, questões relativas aos: aspectos institucionais do Hospital Geral (espaço físico e setting de atendimento; necessidades e desejos da equipe médica; aspectos psicológicos da internação, etc.); aspectos psicológicos do par médico-paciente (a formação médica; o paciente e sua biografia, etc.) e as possibilidades terapêuticas (avaliação psicológica, técnicas psicoterapêuticas individual e/ou grupal, etc.) no contexto hospitalar. Enfatizará o papel facilitador do psicólogo na relação médico-paciente, não mais centralizada na doença e sim na pessoa doente, que pode assim caminhar para a saúde assistida de forma global.

-oOo-

MnCUR 1.09

STIMULUS CONTROL TOPOGRAPHY AND DISCRIMINATION LEARNING. *William V. Dube*, Shriver Center for Mental Retardation, EUA.

Este mini-curso considerará a análise de escores de acurácia em procedimentos de aprendizagem discriminativa, tais como discriminação simultânea e sucessiva, além de escolha de acordo com o modelo. Topografia de controle de estímulo refere-se à forma de uma relação de controle estímulo-resposta. Por exemplo, respostas podem ser controladas por forma do estímulo, localização espacial, cor, e assim por diante. Tanto em situações experimentais quanto em situações de ensino, as contingências de reforçamento podem gerar e manter múltiplas topografias de controle de estímulo. Vamos rever parte da evidência experimental que comprova a existência de múltiplas topografias de controle de estímulo, e vamos discutir as implicações deste conceito para a análise de resultados de aprendizagem, com ênfase especial nos tipos de problemas encontrados com indivíduos que apresentam limitações no seu desenvolvimento. Os tópicos a serem tratados no curso incluirão a interpretação de escores assintóticos de acurácia em nível intermediário, e a emergência atrasada (delayed emergence) de equivalência de estímulos. A discussão incorporará conceitos advindos da análise experimental da escolha e do *momentum* comportamental.

-oOo-

MnCUR 1.10

AGRESSÃO NA NATUREZA. *Fernando Augusto Ramos Pontes e Celina Maria Colino Magalhães* - Depto. de Psicologia Experimental - Universidade Federal do Pará.

É impossível negar que a agressão faz parte do nosso cotidiano, a todo momento estamos sendo expostos, através dos meios de comunicação a cenas agressivas. Ao mesmo tempo reconhece-se que a agressão não é um fenômeno exclusivamente humano, está presente na natureza de várias espécies. Desde modo, a compreensão desse comportamento deve advir necessariamente de uma abordagem comparativa. A busca dos fatores que desencadeiam

a agressão tem sido preocupação de diversos autores. Existem aqueles que partilham a idéia da agressão como um instinto de combate, que o homem tem em comum com inúmeros outros organismos. Outros advogam ser a agressão um comportamento aprendido. Outros, ainda, advogam ser a agressão um comportamento reativo, isto é, dependente de condições situacionais particulares que provocam esse comportamento. No nosso entendimento discutir a origem do comportamento agressivo é apenas parte do problema. O desafio é saber separar os diferentes processos comportamentais envolvidos e os numerosos fatores interagentes que os influenciam. O objetivo deste curso é discutir a agressão sob o prisma da etologia. Serão analisados os vários conceitos de agressão; como a etologia estuda a agressão; a utilização do conceito de "comportamento agonístico" e de "conflito motivacional" enfatizando a ambivalência aproximação-afastamento e ainda estratégias sociais de combate (alianças) e os opo- nentes da agressão: apaziguamento e reconciliação.

-oOo-

MnCUR 1.11

INTRODUÇÃO A *PATH ANALYSIS*. Bartholomeu T. Tróccoli, Universidade de Brasília.

A *Path Analysis* (PA) foi inicialmente proposta por Sewall Wright, durante as décadas de 1920 e 1930. Entretanto, só foi descoberta pelos cientistas sociais durante a década de 1960, como parte fundamental dos estudos dos sistemas de modelos causais. Recentemente, um novo impulso foi dado a este tipo de análise de rela-

ções causais, graças ao surgimento de programas de computador, como LSREL e EQS, destinados à modelagem por equação estrutural (*Structural Equation Modeling* - SEM). Estes programas podem ser utilizados na realização de uma série de técnicas estatísticas multivariadas, entre as quais encontra-se a *Path Analysis*. A PA parte de modelos construídos de acordo com uma teoria proposta pelo pesquisador. Nestes modelos, geralmente representados por *path diagrams*, é expressa uma série de hipóteses sobre os tipos de relacionamentos causais existentes entre as variáveis descritas na teoria. A PA pode também ser compreendida como uma extensão da análise de regressão, para situações onde existe mais de uma variável dependente. Na análise de regressão propõe-se um modelo do tipo "X causa Y": na PA propõe-se o modelo "X causa Y e Y causa Z". A PA permite que o pesquisador teste um modelo de ordenamento causal entre um conjunto de variáveis. Este ordenamento causal representa um modelo teórico a ser testado a partir de dados correlacionais. Neste curso, examinaremos as características, vantagens e limitações da *Path Analysis*, com ênfase no uso real desta técnica de análise estatística. Procuraremos fornecer as informações necessárias para que se possa compreender, ou até mesmo realizar uma *Path Analysis*. Finalmente, visaremos despertar o interesse pela *Modelagem por Equações Estruturais* (também denominada de *Análise de Estruturas de Covariâncias*), da qual a *Path Analysis* é um caso especial. Este curso pressupõe um conhecimento elementar da Análise de Regressão.

-oOo-

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO

AEC 1.01

EFEITO DA MANIPULAÇÃO DO CONTEÚDO DAS INSTRUÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DE FORMULAR REGRAS. *Lorismário E. Simonassi, Cláudio I. de Oliveira, Sheila G. Murta, Cristiane S. Gosch, Maria Virgínia Carvalho, Keller C. Fernandes e Márcio Mujalli.* Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás.

Foram realizados dois experimentos com o objetivo de verificar o efeito da manipulação do conteúdo das instruções sobre o comportamento de formular regras com 60 sujeitos universitários distribuídos em uma de 6 condições. A tarefa foi sempre de colocar cartões em caixas (uma verde e outra vermelha). Nos dois experimentos na condição EXCLUSÃO, os sujeitos recebiam a seguinte instrução escrita: "Cartões com manchas na caixa verde e outros na caixa vermelha". Na condição SEM INSTRUÇÃO os sujeitos não recebiam qualquer instrução específica. Na condição PONTO A PONTO, os sujeitos do EXPERIMENTO I recebiam a seguinte instrução: "Cartões com manchas na caixa verde, cartões com asteriscos, linhas, letra B, IV, quadrado ou o gato na caixa vermelha". Na condição PONTO A PONTO os sujeitos do EXPERIMENTO II recebiam a seguinte instrução: "Cartões com manchas na caixa verde; cartões com asteriscos, linhas, quadrados ou IV na caixa vermelha. Para todas as condições a contingência programada foi: resposta de colocar cartões com manchas na caixa verde => certo; resposta de colocar cartões com asteriscos na caixa vermelha => certo; respostas de colocar cartões com linhas na caixa vermelha => certo; respostas de colocar cartões com a letra B na caixa vermelha => certo (exclusivo para Experimento I); respostas de colocar cartões com IV na caixa vermelha => certo; resposta de colocar cartões com o quadrado na caixa vermelha => certo; resposta de colocar cartões com o gato na caixa vermelha => certo (exclusivo para o experimento I) e respostas inversas a estas => errado. Após as tentativas 1, 3, 10, 28, 48, 68, 88, 108, 128 e 140 do Experimento I e as tentativas 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100 do Experimento II os sujeitos relatavam por escrito como faziam para solucionar o exercício. Registrou-se duas classes de respostas: 1- respostas de escolher (uma das duas caixas); 2- respostas de redigir (frase escrita pelo sujeito em uma folha de papel). Denominou-se formulação por exclusão a regra que não descrevia de forma específica todos os estímulos componentes da contingência programadas: "Cartões com manchas na caixa verde e outros na caixa vermelha". Denominou-se formulação ponto a ponto a regra especificadora dos estímulos da contingência programada: "Cartões com manchas na caixa verde e cartões com asteriscos, linhas, letra B (estímulo exclusivo para o Experimento I), IV, quadrado ou o gato na caixa vermelha (estímulo exclusivo para o Experimento I)". No Experimento I, na condição EXCLUSÃO ocorreram 6 formulações de regra por exclusão e nenhuma formulação de regra ponto a ponto. Na condição PONTO A PONTO ocorreram 4 formulações por exclusão e duas formulação de regra ponto a ponto. Na condição SEM INSTRUÇÃO ocorreram 2 formulações de regra por exclusão e nenhuma formulação de regra ponto a ponto. Para o Experimento II e na condição EXCLUSÃO ocorreram 7 formulações de regra por exclusão e uma formulação de regra ponto a ponto. Na condição PONTO A PONTO ocorreram 6 formulações por exclusão e uma formulação de regra ponto a ponto. Na condição SEM INSTRUÇÃO ocorreram 3 formulações de regra por exclusão e uma formulação de regra ponto a ponto. Verificou-se que, independentemente das instruções apresentadas os sujeitos formularam mais regras por exclusão. Estes resultados

parecem decorrer do fato de que as formulações de regras por exclusão têm um custo de resposta menor que formulações ponto a ponto. CNPq - 301.881.88/0

-oOo-

AEC 1.02

EFEITO DA MANIPULAÇÃO DA FREQUÊNCIA EM QUE SE PEDE RELATO SOBRE O COMPORTAMENTO DE FORMULAR REGRAS. *Lorismário E. Simonassi⁽¹⁾, Cláudio I. de Oliveira⁽²⁾, Cristiane S. Gosch⁽¹⁾, Elisa T. Sanabio⁽¹⁾ e Adriana C. Fróes⁽¹⁾.* Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás⁽¹⁾; Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília⁽²⁾.

Com o objetivo de verificar o efeito de diferentes frequências do pedido de relato sobre o comportamento de formular regras, 20 sujeitos universitários foram designados para uma de duas condições. Nas duas condições a tarefa realizada pelo sujeito foi de apontar para um número e figuras de caixas apresentadas em uma tela de computador. A tela apresentava um número (par ou ímpar) ao centro da parte superior e duas caixas, uma a esquerda (verde) e outra a direita (vermelha), na parte inferior. As contingências programadas para as duas condições foram: 1- Respostas de apontar primeiro para o número par e depois para a caixa verde => certo; Respostas de apontar primeiro para o número ímpar e depois para a caixa vermelha => certo; Respostas inversas a estas => errado. A cada vez que o sujeito apontava, o experimentador registrava seus acertos e erros. O critério de encerramento da sessão foi o cumprimento das 50 tentativas limites ou a formulação da regra. Em tentativas predeterminadas o experimentador pedia ao sujeito que relatasse como estava fazendo para resolver o exercício. As condições diferiam quanto às tentativas nas quais o relato foi pedido. Na condição Relato-Espaçado, os relatos foram solicitados nas tentativas 1, 3, 5, 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 45 e 50. Na condição Relato a Cada Tentativa os relatos foram pedidos tentativa a tentativa. Registrou-se, portanto, duas classes de respostas: 1- respostas de apontar (certo ou errado); 2- resposta de redigir. Com base na tríplice contingência programada (Sd = cartões com números; R = apontar; C = certo ou errado) foi formulada uma regra pelo experimentador que não era conhecida pelo sujeito: "Números pares na caixa verde e números ímpares na caixa vermelha". Verificou-se que o número de sujeitos que formularam a regra na condição Relato-Espaçado foi igual ao número de sujeitos na condição Relato a Cada Tentativa (seis sujeitos em ambas). Dos 6 sujeitos que formularam a regra na condição Relato-Espaçado, 4 fizeram-na até a Tentativa 15. Dos 6 sujeitos que formularam a regra na condição Relato a Cada Tentativa apenas um sujeitos formulou até a Tentativa 15. Verificou-se, portanto, que a frequência em que o relato foi pedido não afetou a quantidade de regras formuladas. Pode-se no entanto afirmar que pedir relato espaçadamente acelerou o aparecimento da regra. CNPq-301.881.88/0

-oOo-

AEC 1.03

EFEITO DO CONTEÚDO DE INSTRUÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DE FORMULAR REGRAS. *Lorismário E. Simonassi⁽¹⁾, Cláudio I. de Oliveira⁽²⁾ e Cristiane S. Gosch⁽¹⁾.* Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás⁽¹⁾; Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília⁽²⁾.

Com o objetivo de verificar o efeito da manipulação do conteúdo de instruções apresentadas para pedir relato, 20 sujeitos universitários foram designados para uma de duas condições. Nas duas condições a tarefa realizada pelos sujeitos foi de colocar cartões em caixas (uma verde e outra vermelha). Durante a realização da tarefa, nas tentativas 1, 3, 5, 10, 25, 40, 60, 90, 120, 160, 200, 240, 280, 320, 360, 400, 440, 480 e 520, os sujeitos receberam um cartão contendo uma instrução solicitando relato sobre o que faziam. Na condição Instrução-Específica a instrução apresentada para pedir relato foi: "Escreva nesta folha como você está distribuindo os cartões com números em relação às caixas verde e vermelha". Na condição Instrução-Genérica a instrução apresentada foi: "Escreva nesta folha como você está fazendo para resolver este exercício". Nas duas condições a contingência programada foi: respostas de colocar cartões com números pares na caixa verde => certo; respostas de colocar cartões com números ímpares na caixa vermelha => certo; respostas inversas foram consideradas erradas. Duas classes de respostas foram registradas: 1- respostas de escolher; 2- respostas de redigir. Admitiu-se que os sujeitos formulavam a regra quando especificavam o estímulo discriminativo (cartões com números pares ou ímpares) e a resposta colocada na caixa verde ou vermelha. A média de tentativas para a formulação da regra foi de 11 tentativas para a condição Instrução-Específica e 23 para a condição Instrução-Genérica. O teste de t de Student (McGuigan, 1976) para diferenças entre médias mostrou que a diferença não é estatisticamente significativa ($t = 0,874$; $p > 0,05$). Dos 8 sujeitos que formularam a regra na condição Instrução-Específica, 5 fizeram-no até a Tentativa 3. Seis sujeitos formularam a regra na condição Instrução-Genérica e apenas um sujeito o fez até a Tentativa 3. A análise das palavras redigidas pelos sujeitos indica que na condição Instrução-Específica foram redigidas, da Tentativa 1 à Tentativa 3, quarenta e nove palavras idênticas às palavras contidas na instrução específica. Tais palavras aparecem em um total de vinte e duas vezes para a condição Instrução-Genérica. A média de tentativas para a solução do problema na condição Instrução-Específica foi 102,6, na condição Instrução-Genérica foi de 99,6. O teste de t de Student (McGuigan, 1976) para diferenças entre médias mostrou que a diferença não é estatisticamente significativa ($t = 0,043$; $p > 0,05$). Verificou-se portanto que a instrução-específica teve o efeito de produzir maior frequência das palavras contidas na mesma e relacionadas à contingência programada que na instrução-genérica. Além disso a instrução-específica teve o efeito de acelerar a formulação da regra relativamente à instrução-genérica, o mesmo não ocorre quanto à solução do problema. CNPq 301.881.88/0

-oOo-

AEC 1.04

EFEITO DE PEDIR RELATO DURANTE OU APÓS A REALIZAÇÃO DA TAREFA SOBRE O COMPORTAMENTO DE FORMULAR REGRAS E SOLUCIONAR O PROBLEMA. Lorismário E. Simonassi(1), Cláudio I. de Oliveira(2), Cristiane S. Gosch(1), André V. da Silva(1), Alessandra V. de Sousa(1), Kellen C. Fernandes(1), Márcio Mujalli(1) e Christiane K. Bay(1). Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás(1); Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília(2).

Com o objetivo de verificar o efeito de pedir relato dos 3 termos componentes da tríple contingência durante ou após a exposição às contingências sobre o comportamento de formular regra e

solucionar o problema, 26 sujeitos universitários foram designados para uma de duas condições. Nas duas condições a tarefa realizada pelos sujeitos foi de apontar para figuras apresentadas em uma tela de computador. A tela apresentava um número ou uma letra ao centro da parte superior e duas caixas, uma a esquerda (verde) e outra a direita (vermelha), na parte inferior. As contingências programadas para as duas condições foram: 1- Respostas de apontar primeiro para o número par e depois para a caixa verde => certo; Respostas de apontar primeiro para o número ímpar e depois para a caixa vermelha => certo; Resposta de apontar primeiro para a letra maiúscula e depois para a caixa vermelha => certo; Resposta de apontar primeiro para a letra minúscula e depois para a caixa verde => certo. Respostas inversas a estas => errado. A cada vez que o sujeito apontava o experimentador registrava seus acertos e erros. O critério de encerramento da sessão foi a obtenção de 25 acertos consecutivos ou a utilização do limite de 250 tentativas. As condições diferiram quanto ao momento em que se pediu relato aos sujeitos. Na condição Relato Durante a Tarefa, nas tentativas 1, 2, 3, 4, 5, 10, 15, 25, 40, 55, 70, 85, 100, 115, 130, 145, 160, 175, 190, 205, 220, 235 e 250 o experimentador entregava ao sujeito um cartão solicitando o relato. Na condição Relato Após a Tarefa o experimentador pediu relato ao sujeito somente após o término da tarefa. Nas duas condições a sentença que pedia relato era: "Escreva nesta folha como você está fazendo para resolver este exercício". Registrou-se, portanto, duas classes de respostas: 1- respostas de apontar (certo ou errado); 2- resposta de redigir. Com base na tríple contingência programada (S_d = números ou letras; R = apontar; C = certo ou errado) foi formulada uma regra pelo experimentador que não era conhecida pelo sujeito: "Números pares e letras minúsculas na caixa verde. Números ímpares e letras maiúsculas na caixa vermelha". Verificou-se que o número de sujeitos que formularam a regra na condição Relato Durante a Tarefa foi 7. O número de sujeitos que formularam a regra na condição Relato Após a Tarefa foi 5. A média de tentativas para a solução do problema na condição Relato Durante a Tarefa foi 146,77 e na condição Relato Após a Tarefa foi 197,54. O teste t de Student (McGuigan, 1976) mostrou que a diferença não é estatisticamente significativa ($t = 1,502$; $p > 0,05$). Verificou-se, portanto, que relatar publicamente sobre o próprio comportamento durante a exposição às contingências programadas, não teve efeito de controlar significativamente mais formulações da regra que específica as contingências programadas ou acelerar a solução do problema relativamente a não relatar publicamente durante a realização da tarefa. CNPq-301.881.88/0

-oOo-

AEC 1.05

CONTEÚDO DE INSTRUÇÕES E SUA RELAÇÃO COM O CONTEÚDO DA FORMULAÇÃO DE REGRAS E A SOLUÇÃO DO PROBLEMA. Lorismário E. Simonassi(1), Antônio de Freitas Ribeiro(2), Cláudio I. de Oliveira(2), Cristiane S. Gosch(1), Kellen C. Fernandes(1), Márcio Mujalli(1), André V. da Silva(1), Alessandra V. de Sousa(1) e Valéria do Nascimento(1). Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás(1); Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília(2).

Com o objetivo de verificar o efeito de diferentes instruções sobre o comportamento de formular regras e solucionar problema, 30 sujeitos universitários foram designados para uma de duas

condições. Nas duas condições a tarefa realizada pelo sujeito foi de apontar para figuras em uma tela de computador. A tela apresentava uma letra ou um número e duas caixas, uma a esquerda (verde) e uma a direita (vermelha). A contingência programada para as duas condições foi: 1- Resposta de apontar primeiro para letra minúscula e depois para caixa verde => certo; 2- Resposta de apontar primeiro para a letra maiúscula e depois para a caixa vermelha => certo; Respostas de apontar primeiro para o número par e depois para a caixa verde => certo; 4- Resposta de apontar primeiro para o número ímpar depois para a caixa vermelha => certo; 5- Respostas inversas a estas => errado. O máximo de tentativas permitidas foi de 250 e considerou-se o problema solucionado quando ocorriam 25 acertos seguidos. Nas tentativas 1, 2, 3, 4, 5, 10, 15, 25, 40, 55, 70, 85, 100, 115, 130, 145, 160, 175, 190, 205, 220, 235 e 250 a tarefa de apontar foi interrompida para pedir ao sujeito que descrevesse a tarefa. Na condição Instrução-Específica a instrução apresentada para pedir o relato foi: "Escreva nesta folha como você está distribuindo os números e as letras em relação às caixas verde e vermelha". Na condição Instrução-Genérica a instrução apresentada foi: "Escreva nesta folha como você está fazendo para resolver este exercício". Duas classes de respostas foram registradas: 1- respostas de apontar (certo ou errado); 2- respostas de redigir. Verificou-se que na condição Instrução-Específica 12 sujeitos formularam a regra. Na condição Instrução-Genérica 9 sujeitos formularam a regra. A média de tentativas para a formulação da regra na condição Instrução-Específica foi 59,83 e na condição Instrução-Genérica foi 76,67. O teste de *t* de Student (McGuigan, 1976) mostrou que a diferença não é estatisticamente significativa ($t = 0,695$; $p > 0,05$). No entanto, observou-se que dos 12 sujeitos que formularam a regra na condição Instrução-Específica, 9 fizeram-no até a Tentativa 55, isso ocorre apenas para 4 dos 9 sujeitos que formularam a regra na condição Instrução-Genérica. Verificou-se nas redações dos sujeitos que na Tentativa 1 ocorreu, na condição Instrução-Específica, um total de 27 palavras idênticas às palavras contidas na instrução específica. Tais palavras apareceram em um total de 3 vezes para a condição Instrução-Genérica. O teste de *t* de Student (McGuigan, 1976) mostrou que a diferença é estatisticamente significativa entre as duas condições ($t = 3,077$; $p > 0,05$). A média de tentativas para a solução do problema na condição Instrução-Específica foi 120,067 e na condição Instrução-Genérica foi 159,067. O teste de *t* de Student (McGuigan, 1976) mostrou que a diferença não é estatisticamente significativa ($t = 1,290$; $p > 0,05$). Verificou-se, portanto, que a instrução-específica produziu maior quantidade de formulação da regra e acelerou seu aparecimento relativamente à instrução-genérica. Apesar dos efeitos citados, a instrução específica não acelerou a solução do problema relativamente a instrução genérica. CNPq- 301.881.88/0.

-oOo-

AEC 1.06

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UMA ANÁLISE EXPERIMENTAL DE COMPORTAMENTOS ENCOBERTOS. Verônica Bender Haydu, Josiane Cecília Luzia, Luciana Siqueira da Silva; Marcia Pires de Andrade, Universidade Estadual de Londrina. Fernando César Capovilla, Eliseu Coutinho Macedo; Marcelo Duduchi; Alessandra Seabra Capovilla. Universidade de São Paulo.

Avaliou-se a participação de processos verbais na resolução de problemas apresentados na forma de testes: Nomos v.3 e Raven Escala-Avançada. A tarefa em Nomos consiste em eduzir 48 re-

gras (cinco chances por etapa) com base na relação entre 15 linhas (traços) de diferentes comprimentos. As regras devem relacionar 13 linhas de informação (L) com linhas referentes modelo (M) e a linha imediatamente anterior (A), via operadores =, >, <, ≥, ≤, ≠, Ø (e.g. $M=L>A$). Setenta e dois sujeitos foram distribuídos em 18 grupos com quatro sujeitos em cada. Metade dos sujeitos realizou primeiro o Nomos e em seguida o teste Raven, e a outra metade em ordem inversa. Os sujeitos foram submetidos a uma de três possíveis condições de teste: verbalizada, silenciosa e com interferência, tanto para Nomos quanto para Raven. Foi avaliado o efeito do tipo de teste (Nomos e Raven), das condições de resolução dos testes, do grau de dificuldade da seqüência dos problemas em Nomos e da ordem de aplicação dos testes. O grau de dificuldade de educação das regras e a ordem de aplicação dos testes não afetaram o desempenho dos sujeitos. As condições de resolução dos problemas não afetaram a nota obtida pelos sujeitos nos testes Nomos e Raven, mas houve efeito sobre o tempo requerido para a resolução dos problemas. O tempo foi maior na condição verbalizada do que nas condições silenciosa e com interferência. Estes resultados sugerem que processos verbais parecem não ser totalmente estranhos à resolução dos problemas em Nomos e Raven, mas que a resolução destes pode envolver também processos não-lingüísticos. CNPq e CPG/UFL.

-oOo-

AEC 1.07

AS RELAÇÕES ENTRE AUTOCONTROLE E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL. Áurea Cândida da Silva Santos¹ e Emmanuel Zagury Tourinho. Mestrado em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará.

Em várias de suas obras, Skinner (1953; 1969; 1971; 1974) faz críticas ao princípio de autodeterminação do comportamento, mas discute a possibilidade do próprio indivíduo gerar estímulos que entrarão no controle de seu comportamento futuro. Esta possibilidade é admitida, por exemplo, quando Skinner analisa processos comportamentais por ele designados de "autocontrole" e "resolução de problemas". Ambos os processos são concebidos como envolvendo a manipulação de variáveis de modo a alterar a probabilidade de emissão do comportamento subsequente. Uma análise dos aspectos diferenciadores destes dois processos e da possível relação entre ambos, porém, indica que a manipulação de variáveis nem sempre significa uma participação consciente do sujeito na determinação de seu próprio comportamento. A partir desta problemática, buscou-se examinar como a relação entre autocontrole e resolução de problemas é teoricamente concebida no âmbito do Behaviorismo Radical, a fim de discutir o que significa manipulação de variáveis em cada caso. Verificou-se basicamente que: a) o processo de manipulação de variáveis com respeito ao qual pode-se falar de uma participação consciente do sujeito na determinação de seu comportamento é o autocontrole; b) a resolução de problemas pode envolver autocontrole apenas quando a situação problemática é caracterizada como conflitiva; c) quando a resolução de problemas está associada a autocontrole, essa relação é dependente de um grau de autoconhecimento. Tendo em vista estas observações, discute-se a relevância de se considerar a participação de estímulos verbais (regras) em instâncias de manipulação de variáveis como elemento a partir do qual se pode melhor examinar a relação entre autocontrole e resolução de problemas. Bolsista da CAPES.

-oOo-

AEC 1.08

COMPORTAMENTO DE ESCOLHA HUMANO COMO FUNÇÃO DO NÚMERO DE ALTERNATIVAS PARA REFORÇAMENTO. *Lorismário Simonassi¹, Lauro Nalini¹, Cristiane Gosch¹, André da Silva¹, Christiane Bay¹, Marcio Mujalli¹ e Weber Martins^{2,1}* Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás / ²Grupo **PIRENEUS** [Pesquisa em REdes NEUraIS], Escola de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Goiás.

Em Análise Experimental do Comportamento, "comportamento de escolha" tem sido definido como responder a um dentre dois estímulos simultaneamente disponíveis (Skinner, 1950). Estudos experimentais têm demonstrado que o escolher (infra-humano e humano) é sensível a variações nos parâmetros do reforço (frequência, magnitude e atraso) e a variáveis da programação da situação de escolha (atrasos e/ou razões sobre mudanças, arranjo dos *operanda*, limitações ao responder, etc.). O presente estudo buscou verificar a relação entre o escolher e o número de alternativas para reforçamento tornado acessível a partir da emissão da resposta de escolha. Seis universitários (3 homens e 3 mulheres, com idade entre 18 e 22 anos) foram submetidos a um esquema concorrente encadeado programado a partir da opção E01 do sistema computadorizado **LIBERTY 1.0** instalado num micro-computador Bull (Z-Station/486DX). O elo inicial (EI) dispunha simultaneamente dois estímulos, um círculo (C) e um triângulo (T). Uma única resposta (toque) em C ou em T dispunha os respectivos elos finais: EFC, com uma alternativa, ou EFT, com quatro alternativas para reforçamento. Nos EF, uma resposta em qualquer das alternativas poderia ter como consequência um ponto com valor de R\$ 0.10. Pontos ocorriam de acordo com esquemas probabilísticos mantidos iguais para cada alternativa, em ambos os EF. Uma única resposta num dos EF, reforçada ou não, redispunha o EI. Cada um dos seis sujeitos foi submetido a uma de seis condições (seqüências probabilísticas) obtidas a partir do balanceamento de três valores de probabilidade de reforço (0.10, 0.50 e 0.90), mais uma sessão com valor de probabilidade igual a 0 no início de cada condição, num total de 24 sessões experimentais. As sessões com 0.10, 0.50 e 0.90 foram programadas com 300, 60 e 34 tentativas respectivamente, o que garantiu densidade de reforço praticamente igual (30 2 pontos, R\$ 3.00 0.20 centavos) em todas as sessões do experimento. Na sessão inicial com valor 0, foram programadas 130 tentativas e os sujeitos receberam R\$ 3.00 pela participação. Comparadas as proporções médias relativas de respostas ao C e ao T para cada valor de probabilidade (p : 0 [$\bar{x}$ C= 0.3988, $\bar{x}$ T= 0.6012]; p : 0.10 [$\bar{x}$ C= 0.2552, $\bar{x}$ T= 0.7448]; p : 0.50 [$\bar{x}$ C= 0.2557, $\bar{x}$ T= 0.7443] e p : 0.90 [$\bar{x}$ C= 0.3482, $\bar{x}$ T= 0.6518]) observa-se claramente maior alocação de respostas ao estímulo associado ao maior número de alternativas para reforçamento (T). As diferenças observadas entre as proporções médias relativas de respostas são estatisticamente significativas para 0.10, 0.50 e 0.90 (respectivamente, t = -8.7306, t = -6.1742 e t = -4.4481, p < 0.01, gl = 10 para todos os índices), não ocorrendo o mesmo para o valor 0 (t = -1.9219). Os resultados obtidos sugerem fortemente que o número de alternativas para reforçamento, enquanto evento programado para ocorrer como consequência de respostas de escolha, pode afetar significativamente a preferência de sujeitos humanos. A relação parece ser particularmente verdadeira quando o responder nas alter-

nativas tornadas acessíveis pela escolha é reforçado. A preferência observada na condição de ausência de reforçamento sugere, para estudos ulteriores, a investigação da intrigante possibilidade de ser o número de alternativas, por si próprio, um evento reforçador. CNPq 301.881.88/0, VPG/VAD/UCG.

-oOo-

AEC 1.09

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE PUBLICAÇÕES SOBRE CONTROLE AVERSIVO. *Kleuton I. Brandão e Silva e Elenice S. Hanna.* Universidade de Brasília

Sidman (1989) afirma em seu livro "Coerção e suas Implicações" que tem havido um declínio na quantidade de estudos sobre o controle aversivo. O presente trabalho apresenta uma análise quantitativa para subsidiar a afirmação do autor. Foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando-se o *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* e vinte palavras-chave principais ou combinadas, no período de 1958 a 1995. As palavras-chave utilizadas foram derivadas de experimentos sobre controle aversivo, referindo-se a processos comportamentais (e.g., *escape*), aspectos metodológicos (e.g., *schedules of punishment*) e proposições teóricas (e.g., *Two-Factor*). A seleção dos artigos foi feita através dos índices por assunto do periódico; todos os artigos que constavam em pelo menos uma das palavras-chave daqueles índices foram considerados. Dos 3126 artigos publicados no periódico durante os 37 anos pesquisados, 620 tinham relação com controle aversivo. A curva das percentagens de artigos sobre controle aversivo publicados na revista mostra três períodos com características diferentes. No primeiro, de 1958 a 1973, ocorreram os maiores percentuais de publicações, tendo sido a percentagem de publicação média 27,5% (amplitude 18,5%-39,6%). A partir de 1974 até 1987, houve um declínio substancial nestas publicações, com tendência decrescente e percentual médio de 14,5% (amplitude 8%-20,6%). De 1988 até 1995, houve novamente uma queda na percentagem de publicações sobre o assunto com pequena flutuação (amplitude 1,4%-7,3%), sugerindo uma estabilização com média de 4,5% de publicações sobre controle aversivo. O declínio constatado no número e percentual de publicações sobre controle aversivo pode ser discutido a partir das controvérsias teóricas e restrições éticas vinculadas ao assunto.

-oOo-

AEC 1.10

DESAMPARO APRENDIDO EM RATOS ADULTOS EM FUNÇÃO DE EXPERIÊNCIAS AVERSIVAS NA INFÂNCIA *Marilza B. A. Mestre* e Maria Helena L. Hunziker**. Dep. de Psicologia Experimental - Universidade de São Paulo.*

Experiências prévias com eventos aversivos incontroláveis produzem dificuldade de aprendizagem de fuga (desamparo aprendido). O objetivo desse estudo foi verificar se o desamparo ocorre igualmente após experiências de incontrolabilidade na infância e na idade adulta. Os sujeitos foram 48 ratos machos, albinos, Wistar, distribuídos em grupos ($n=8$) de acordo com a idade no início do experimento: 3 grupos eram de animais infantis (27 a 29 dias) e 3 grupos de animais adultos (81 a 90 dias). Após serem submetidos à modelagem da resposta de pressão à barra (reforço água), os animais foram submetidos à fase de treino onde foram manipulados em trios CHE/CHI/NCH: os animais do grupo CHE foram expostos 3 sessões de choques (1,0 mA, 30s de duração

máxima) que podiam ser interrompidos pela resposta de pressão à barra; os do grupo CHI receberam os mesmos choques, porém sem a possibilidade de controlá-los; os do grupo NCH não receberam choques. Posteriormente, todos os sujeitos foram submetidos à sessão de teste estando com 97 a 99 dias de idade. Nessa sessão, eles foram expostos a 30 choques (1,0 mA, 10s de duração máxima), que podiam ser desligados imediatamente após a resposta de saltar numa *shuttlebox*. Os resultados mostraram que os animais submetidos previamente a choques incontroláveis (CHI) não aprenderam a resposta no teste, independentemente da fase de vida (infância ou idade adulta) em que esses choques ocorreram. A experiência com igual quantidade de choques, porém controláveis, não produziu esse efeito: os animais que aprenderam a resposta de fuga de pressão à barra no treino (CHE), aprenderam a resposta de fuga no teste da mesma maneira que os animais sem experiência prévia com choques (NCH). Esses resultados são consistentes com observações clínicas sobre a interferência das experiências ocorridas na infância sobre o comportamento de adultos. CNPq: Mestrado (*) e (**) Doutorado

-oOo-

AEC 1.11

DESAMPARO APRENDIDO E "IMUNIZAÇÃO" EM RATOS FÊMEAS UTILIZANDO-SE DIFERENTES RESPOSTAS NO TREINO E TESTE. *Yuristella Yano e Maria Helena L. Hunziker*
Departamento de Psicologia Experimental - IPUSP.

A exposição a eventos aversivos incontroláveis pode levar a uma posterior dificuldade de aprendizagem de fuga (desamparo aprendido). Esse efeito não ocorre se o sujeito for submetido a uma situação de aprendizagem antes da experiência com a incontrolabilidade ("imunização"). A natureza das respostas a serem aprendidas, e o grau de atividade motora requerida por elas, tem sido apontadas como variáveis que interferem nesses efeitos. Dois experimentos investigaram, com ratos fêmeas, o desamparo e a sua prevenção utilizando diferentes respostas de fuga: focinhar (baixa atividade motora) e saltar (alta atividade motora). No experimento 1, dois grupos (n=8) foram expostos a uma sessão de 60 choques incontroláveis e, 24h após, à aprendizagem de fuga com a resposta de focinhar (baixa atividade motora) ou saltar (alta atividade motora), sendo seu comportamento comparado ao de dois grupos ingênuos. Verificou-se igual desamparo aprendido com ambas as respostas de teste. No experimento 2, seis grupos foram submetidos a três sessões, com intervalo de 24h entre elas: no pré-treino, um par de grupos aprendeu a resposta de fuga focinhar, outro par recebeu iguais choques porém incontroláveis, e outro não recebeu choques; no treino, cada grupo do par foi submetido a uma sessão de 60 choques incontroláveis ou nenhum choque; no teste, todos os sujeitos foram submetidos à contingência de fuga com a resposta de saltar. Observou-se que os animais expostos apenas a choques incontroláveis não aprenderam a resposta no teste; contudo, esses choques, precedidos pela aprendizagem de fuga, não produziram esse déficit de aprendizagem. Esses resultados replicaram, com fêmeas, os efeitos de desamparo e "imunização", independentemente do grau de atividade motora requerido pelas respostas utilizadas. Esses dados fortalecem a análise de que a incontrolabilidade é uma variável crítica para o desamparo, e de que uma primeira experiência com controle leva à "imunização". CNPq

-oOo-

AEC 1.12

EFEITOS DO NÚMERO DE RESPOSTAS NA TAREFA SOBRE A DIMINUIÇÃO DA RESPOSTA AUXILIAR. *Jorge M. Oliveira-Castro, Domingos S. Coelho, Juliana B. Faria, Glaycilene S. Oliveira, Eduardo Schwarz, Carlos A. Medeiros, Wadar R. Lemes, Fabiana C. Brasileiro, Florice P. Moraes.* Universidade de Brasília.

Em experimentos anteriores, utilizando uma tarefa de pares associados na qual uma resposta auxiliar produzia o segundo componente do par, o aumento do número de respostas (4 e 8) que compunham o material a ser memorizado produziu um aumento no tempo total da resposta auxiliar estimado para a aprendizagem dos pares. No presente experimento, três diferentes valores de número de respostas foram adotados visando um exame mais detalhado dos possíveis efeitos desta variável. Nove alunos universitários participaram como sujeitos, recebendo créditos proporcionalmente ao tempo de participação. Uma tarefa de pares associados de símbolos-códigos arbitrários, realizada em um microcomputador, foi utilizada. Em cada tentativa desta tarefa: 1) um símbolo era apresentado na tela; 2) uma resposta auxiliar produzia o código correspondente ao símbolo; e 3) o sujeito digitava o código. Os sujeitos foram instruídos a memorizar os códigos. Cada sessão terminava quando o sujeito digitava os códigos corretamente para todos os símbolos sem emitir a resposta de auxílio ou após 24 blocos de tentativas, durante os quais todos os pares eram apresentados. A primeira sessão, igual para todos os sujeitos, teve como objetivo garantir familiaridade com a tarefa. Em três outras sessões, quatro pares de símbolos-códigos, que diferiam em termos do número de respostas (5, 10 ou 15) diferentes que compunham os códigos, foram utilizados. O tempo total de resposta auxiliar estimado para a memorização aumentou com o aumento do número de respostas de 5 para 10. Estes resultados sugerem uma relação direta, negativamente acelerada, entre tempo total de resposta auxiliar e número de respostas. Esta relação pode ter sido decorrente de um efeito de "ceiling" da média de reforço programado para cada resposta, imposto pelo procedimento adotado. CNPq

-oOo-

AEC 1.13

EFEITOS DA CORRELAÇÃO RESPOSTA/POSIÇÃO SOBRE A DIMINUIÇÃO DA RESPOSTA AUXILIAR. *Jorge M. Oliveira-Castro, Domingos S. Coelho, Juliana B. Faria, Glaycilene S. Oliveira, Eduardo Schwarz, Carlos A. Medeiros, Wadar R. Lemes, Fabiana C. Brasileiro, Florice P. Moraes.* Universidade de Brasília

Em experimentos anteriores, utilizando uma tarefa de pares associados na qual uma resposta auxiliar produzia o segundo componente do par, uma diminuição na correlação RP (razão entre a frequência de reforço programado para determinada resposta pela frequência total de reforço programado para respostas naquela posição) do material a ser memorizado produziu aumento no tempo total da resposta auxiliar estimado para a aprendizagem dos pares. No presente experimento, três diferentes valores de RP foram adotados visando um exame mais detalhado dos possíveis efeitos desta variável. Nove alunos universitários participaram como sujeitos, recebendo créditos proporcionalmente ao tempo de participação. Uma tarefa de pares associados de símbolos-có-

digos arbitrários, realizada em um microcomputador, foi utilizada. Em cada tentativa desta tarefa: 1) um símbolo era apresentado na tela; 2) uma resposta auxiliar produzia o código correspondente ao símbolo; e 3) o sujeito digitava o código. Os sujeitos foram instruídos a memorizar os códigos. Cada sessão terminava quando o sujeito digitava os códigos corretamente para todos os símbolos sem emitir a resposta de auxílio ou após 24 blocos de tentativas. A primeira sessão, igual para todos os sujeitos, teve como objetivo garantir familiaridade com a tarefa. Em três outras sessões, quatro pares de símbolos-códigos, que diferiam em termos de diferentes correlações RP (0,25, 0,45, 0,85) que compunham os códigos, foram utilizados. O tempo total de resposta auxiliar estimado para a memorização diminuiu com o aumento da correlação de 0,45 para 0,85. Não houve diferenças sistemáticas entre os valores de 0,25 e 0,45. Estes resultados sugerem que diferenças de correlação RP pequenas não apresentam efeitos sistemáticos no tempo total de resposta auxiliar estimado, pelo menos com pequenas amostras de sujeitos. (CNPq)

-oOo-

AEC 1.14

EFEITOS DE MUDANÇAS NO ESTÍMULO, NA RESPOSTA EXIGIDA OU NA COMBINAÇÃO DE ESTÍMULOS-RESPOSTAS SOBRE A DIMINUIÇÃO DA RESPOSTA AUXILIAR.

Jorge Mendes de Oliveira Castro, Eileen Pfeiffer Flores, Carlos Barbosa Alves de Souza, Domingos Sávio Coelho, Glaycilene Siebra de Oliveira e Eduardo Schwarz. Universidade de Brasília.

Experimentos anteriores de memorização de pares associados demonstraram que a duração de uma resposta de auxílio diminui como uma função semi-logarítmica do número de tentativas. A área desta função tem sido usada como medida de desempenho. Neste experimento, estudou-se a retenção e a transferência de aprendizagem dos pares associados de uma sessão para a seguinte, em quatro condições: (1) estímulos e respostas da segunda sessão idênticos aos da sessão anterior (linha de base) (2) estímulos e respostas da linha de base recombinações em novos pares (3) estímulos novos e respostas idênticas às da linha de base (4) estímulos idênticos aos da linha de base e novas respostas. Para testar o efeito destas manipulações, 16 sujeitos foram submetidos a quatro sessões experimentais de memorização de pares formados por símbolos e conjuntos de caracteres arbitrários. A medida de transferência utilizada foi: $\log(\text{área na linha de base} / \text{área na comparação})$. Os resultados indicaram que: (1) a transferência de aprendizagem da sessão de linha de base para a sessão de comparação é positiva, ou seja, a área é menor na comparação, nas quatro condições; (2) a transferência é significativamente maior na condição 1 que em todas as demais; (3) a transferência na condição 4 é significativamente menor que em todas as demais e (4) não há diferença significativa entre as condições 2 e 3. Estes resultados podem ser comparados com estudos mais antigos sobre transferência de aprendizagem e demonstram a possibilidade de se retomar a linha de pesquisa de ditos estudos com vários refinamentos teóricos e metodológicos. Apoio Financeiro: CNPq.

-oOo-

AEC 1.15

PARCELAMENTO DE UMA TAREFA COM DIFERENTES COMPLEXIDADES DISCRIMINATIVAS: EFEITOS SOBRE A DIMINUIÇÃO DA RESPOSTA AUXILIAR. *Jorge Mendes de Oliveira Castro, Carlos Barbosa Alves de Souza, Eileen Pfeiffer*

Flores, Domingos Sávio Coelho, Glaycilene Siebra de Oliveira e Eduardo Schwarz. Universidade de Brasília.

Observou-se, em estudos anteriores, que em uma tarefa de memorização de pares associados, a duração de uma resposta de auxílio diminuiu como uma função semi-logarítmica do número de tentativas, podendo a área desta função, i.e., o tempo total estimado de resposta auxiliar necessária para que a resposta auxiliar deixe de ocorrer (para cada resposta exigida na tarefa), ser utilizada como medida de desempenho. Também foi observado em estudos anteriores, com esta tarefa, que aumentos no número de respostas diferentes no conjunto, assim como associadas a cada símbolo ou a cada posição, produziram aumentos no valor da área, e podem ser interpretados como influenciando a complexidade discriminativa da tarefa. Este estudo teve como objetivo: 1) replicar os resultados sobre a complexidade discriminativa dos experimentos anteriores; e 2) verificar o efeito do parcelamento da tarefa sobre o desempenho, para diferentes complexidades discriminativas. Dezoito sujeitos foram submetidos a seis sessões experimentais de memorização de pares associados (símbolos e conjuntos de caracteres arbitrários), com três diferentes complexidades discriminativas (CD 1; CD 2; CD 3, representando complexidades discriminativas crescentes). Cada sujeito realizou uma sessão não-parcelada e uma sessão parcelada (constituída de duas etapas: primeiro o sujeito realizava a tarefa com metade dos pares de certa CD, depois de um intervalo, a tarefa se repetia com a outra metade) para cada CD. Os resultados indicaram que: 1) aumentos na CD resultaram em aumentos no valor de área; 2) o parcelamento da tarefa resultou em diminuição do valor de área; 3) somente para CD 2 houve uma diferença significativa entre os valores de área das sessões parceladas e não-parceladas. Estes resultados 1) replicam parcialmente resultados anteriores quanto aos efeitos, sobre o desempenho, de aumentos no número de respostas diferentes; 2) sugerem que parcelar este tipo de tarefa somente favorecerá o desempenho dos sujeitos em situações de complexidade discriminativa intermediária (CD 2); 3) sugerem modificações no conceito de complexidade discriminativa, o qual levaria em consideração a frequência de reforço programada para diferentes respostas na tarefa. Apoio financeiro: CNPq.

-oOo-

AEC 1.16

EFEITOS INTERACIONAIS DO TREINO DE IDENTIDADE, INSTRUÇÃO VERBAL E NOMEAÇÃO NA EMERGÊNCIA DE CLASSES EQUIVALENTES. *Sônia M. M. Neves, Luc M. A. Vandenberghe, Sheila P. Couto, Lúcia H. R. Oliveira, Guilherme M. O. Wood, Cheilon C. Camargo e Marília E. Arreguy.* Universidade Federal de Minas Gerais.

Estudos anteriores demonstraram o papel facilitador da nomeação na formação de classes equivalentes de estímulos. No entanto, os resultados obtidos com crianças de 4-5 anos sugerem que outras variáveis parecem interagir de acordo com o tipo de nomes dados aos estímulos. Uma história de treino de identidade e a apresentação de uma instrução verbal, explicitando a relação entre o estímulo modelo e o de comparação foram identificadas como variáveis atuantes na aprendizagem da relação condicional AB e subsequente formação e expansão de classes equivalentes, quando sujeitos usam nomes iguais para o estímulo modelo e comparação. O presente trabalho teve como objetivo investigar os efeitos da interação entre o treino de identidade, instrução verbal e uso de nomes iguais. Neste estudo foram sujeitos quatro crianças

de 5-6 anos, primeiramente expostas a um treino AB de escolha de acordo com o modelo, sendo que todos apresentaram desempenho inferior ao critério (85% de acerto). Na fase de linha de base os sujeitos 1 e 2 (grupo 1) foram então expostos a sessões de treino de identidade (AA e BB) até atingirem o critério de acerto em sessões de treino e teste. Aos outros sujeitos (3 e 4) do grupo 2, foi apresentada a instrução verbal, explicitando a relação entre estímulos modelo e comparação. No teste AB, após tais intervenções, apenas o sujeito 3 do grupo 2 foi capaz de estabelecer a relação arbitrária AB e, em seguida, apresentou a emergência de classes equivalentes e passou a dar nomes diferentes aos estímulos espontaneamente. Os sujeitos do grupo 1 e o sujeito 4 do grupo 2 foram então expostos ao treino de nomeação (dizer "omni" na presença de A1 e B1; "delta" na presença de A2 e B2 e "zebu" na presença de A3 e B3), até atingirem o critério. Nos testes de nomeação os sujeitos foram capazes de nomear 12 tentativas consecutivas com 100% de acerto, antes de serem novamente expostos ao teste AB, onde nenhum dos sujeitos atingiu o critério. Os sujeitos 2 e 4 foram novamente expostos a 8 e 7, sessões de treino AB, respectivamente, e em seguida ao teste AB, sem demonstrarem melhora no desempenho. Após a apresentação da instrução verbal aos sujeitos do grupo 1 e o treino de identidade para o sujeito 4 do grupo 2, todos foram capazes de estabelecer a relação AB durante o teste e em seguida obter sucesso nos testes de equivalência. Os dados do sujeito 3 demonstram que a instrução verbal apresentada no início do experimento pode ter um efeito facilitador no estabelecimento da relação AB, ressaltando assim o papel desta variável. Os dados dos outros sujeitos, no entanto, sugerem que a atuação conjunta da instrução verbal, nomeação e treino de identidade parecem ser efetivas na aprendizagem de relações condicionais arbitrárias e subsequente sucesso nos testes de equivalência, quando nomes iguais são dados aos estímulos. Os resultados deste estudo corroboram grande parte dos dados obtidos em outros experimentos, onde foi demonstrado que diferentes processos parecem estar envolvidos na emergência de classes equivalentes, dependendo do tipo de nomes dados aos estímulos. CNPq

-oOo-

AEC 1.17

EQUIVALÊNCIAS ESTABELECIDAS A PARTIR DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS E SIMPLES. Antonio de F. Ribeiro, Rogério L. de Souza, Cláudio Ivan de Oliveira, Guilherme C. Sazonov, Marília M. da Silva, Maria Inês G. Conceição, Maria Virgínia de Carvalho e Ana H. R. Guimarães. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia.

Com o objetivo de verificar se relações de equivalência dependem necessariamente de discriminações condicionais (contingências de 4 termos), comparou-se o desenvolvimento de classes de equivalência a partir de linhas de base estabelecidas pelo procedimento clássico de discriminações condicionais e pelo procedimento de discriminações simples (contingências de 3 termos). Treze crianças, de 3 a 6 anos de idade, foram submetidas aos 2 procedimentos. No procedimento de discriminações condicionais, 3 respostas com a mesma topografia (apontar para 1 de 3 sinais do silabário japonês Katakana) foram colocadas sob o controle condicional: inicialmente de 3 objetos tridimensionais "sem sentido" (relações objeto-sinal); e em seguida de 3 palavras sem sentido (relações palavra-sinal). No procedimento de discriminações simples, 3 respostas diferenciadas (gestos manuais de topografias distintas) foram colocadas sob o controle discriminativo: inicialmente de 3 objetos tridimensionais "sem sentido" (relações

objeto-gesto); e em seguida de 3 palavras sem sentido (relações palavra-gesto). Durante o treino, as relações objeto-sinal e objeto-gesto foram mais facilmente estabelecidas (totalizando 41 erros) que as relações palavra-sinal e palavra-gesto (totalizando 181 erros). Equivalência foi verificada pela sondagem da propriedade transitiva através de testes das relações palavra-objeto, não ensinadas diretamente. Para todas as 13 crianças, as linhas de base estabelecidas por discriminações condicionais e por discriminações simples deram origem, igualmente, a relações de equivalência, configurando 6 classes de equivalência com 3 membros cada. Formalmente as classes funcionais estabelecidas por discriminações simples eram também classes de equivalência. Os resultados mostraram que discriminações condicionais (contingências de 4 termos) não são necessárias para a formação de classes de equivalência. CNPq e CAPES.

-oOo-

AEC 1.18

APRENDIZAGEM DO CONCEITO DE PROPORÇÃO E O PARADIGMA DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS. Antonio Carlos G. dos Santos e Elenice S. Hanna. Universidade de Brasília.

Pesquisas recentes mostram que alunos de quinta série apresentam dificuldade na solução de problemas que requerem o conceito de proporção. O presente trabalho verificou se através do paradigma de equivalência de estímulos é possível estabelecer o conceito de proporção. Dez alunos de final de quinta série que demonstraram em pré-teste desempenho insuficiente na solução de problemas fracionários, foram treinados a escolher frações numéricas absolutas condicionalmente à presença de frações pictóricas (treino AB). Em seguida, foram treinados a escolher frações numéricas (relativas) condicionalmente às frações do conjunto B (treino BC). Escolhas foram feitas num computador 386-SX com um programa em linguagem Pascal. O numerador dos estímulos de comparação foi mantido constante para cinco sujeitos (GE1; o conjunto B foi 1/3, 1/4 e 1/5 e C foi 2/6, 2/8 e 2/10) e variou para cinco sujeitos (GE2; o conjunto B foi 3/9, 2/8 e 1/5 e C 4/12, 5/20 e 3/5). Todos os sujeitos aprenderam as relações treinadas e mostraram emergência de relações simétricas (BA/CB) e de transitividade/equivalência (AC/CA), formando três classes de frações (1/3, 1/4, 1/5) de três membros (ABC). No entanto, não houve expansão das classes formadas para a maioria dos sujeitos a partir de treinos adicionais entre novas frações equivalentes (e.g., 3/9, 3/12 e 3/15 para GE1 e 1/3, 4/16 e 5/25 para GE2) e as frações pictóricas das classes já estabelecidas. A generalização para novas classes de frações, avaliada ao longo do experimento, ocorreu com valores moderados e sem tendência sistemática para todos os sujeitos. Provas de múltipla escolha mostraram ganhos significativos para os sujeitos experimentais, mas não para 10 sujeitos controles. Os resultados dos treinos e testes foram, em geral, melhores para os sujeitos do GE1. Os relatos verbais da maioria dos sujeitos experimentais sobre como resolviam os problemas não corresponderam às descrições das contingências programadas. O paradigma utilizado no presente estudo foi superior ao modelo da escola tradicional no ensino de relações entre frações. Contudo, são necessários outros estudos sobre procedimentos que maximizem o desempenho generalizado. CNPq/UCG.

-oOo-

AEC 2.01

CONTROLE DE ESTÍMULOS SOBRE DEFECAÇÃO INDUZIDA POR ESQUEMA MÚLTIPLO. *Lincoln S. Gimenes; Ana Cristina A. Bezerra; Jane N. Dacanal; Luciana M. Campos e Alessandra M. Brandão.* Universidade de Brasília.

O controle da motilidade intestinal, como comportamento adjuntivo, foi anteriormente demonstrado ocorrer com esquemas simples e complexos de reforçamento. O objetivo do presente experimento foi verificar o controle adquirido pelos estímulos sinalizadores de um esquema múltiplo de reforçamento sobre a motilidade intestinal. Três ratos utilizados como sujeitos foram inicialmente expostos a um esquema múltiplo de reforçamento por alimento FI-64 seg/CRF, no qual os componentes se alternavam a cada cinco minutos durante uma sessão de 30 minutos. As sessões eram iniciadas com um dos dois componentes, havendo alternância diária quanto ao componente inicial. Após aproximadamente 30 sessões, nas quais foi observado o controle diferencial dos dois componentes sobre a motilidade intestinal, os sujeitos passaram a ser expostos, além das sessões diárias regulares, a uma sessão semanal de sondagem, na qual a barra era removida, mantendo-se a alternância dos estímulos sinalizadores dos dois componentes. Quanto ao controle da motilidade intestinal pelos diferentes componentes do esquema, os dados replicam os resultados observados em estudos anteriores (ocorrência de defecação durante o componente FI e ausência no componente CRF). Quanto ao controle dos estímulos sinalizadores, o mesmo parece evidente nas sessões de sondagens iniciadas pelo componente FI, para os três sujeitos. Nas sessões iniciadas pelo componente CRF, esse controle não pode ser observado. Embora os resultados sugiram que os estímulos sinalizadores dos componentes tenham adquirido certo controle sobre a motilidade intestinal, a sondagem usada pode não ter sido o melhor teste para se observar esse controle.

-oOo-

AEC 2.02

ATIVIDADES INDUZIDAS PELO ESQUEMA: UMA TENTATIVA DE ISOLAR A VARIÁVEL PRIVAÇÃO DE MOVIMENTO EM UM EXPERIMENTO COM RODA DE ATIVIDADES. *Marcelo Frota Benvenuti* - Laboratório de Psicologia Experimental Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Um problema nos trabalhos que investigam o correr na roda de atividades, em ratos, como uma possível atividade induzida por esquema de reforçamento diz respeito a privação de movimento a que os sujeitos experimentais estão submetidos, uma vez que estes são criados com limitações de movimento. No presente trabalho, quatro ratos, privados de alimento de forma a atingirem 80% de seus pesos *ad lib*, foram submetidos a sessões de 30 minutos nas quais estímulos alimentares foram dispensados de acordo com um esquema de tempo fixo de 30 segundos (FT 30-s). Posteriormente, estes sujeitos foram testados sob alimentação maciça (sessões de controle). Dois destes quatro ratos foram testados também em sessões de extinção de 30 minutos, que aconteciam imediatamente antes e imediatamente após cada sessão experimental ou de alimento maciço (grupo ext.). Uma roda de atividades esteve disponível durante todas as sessões, tendo sido registrado cada ¼ de volta na roda por sessão. Os resultados mostram que, para os sujeitos do grupo ext. a taxa do correr nas primeiras sessões experimentais foi bastante reduzida, tanto em comparação com os outros dois sujeitos quanto em comparação com as sessões de extinção que eram feitas no mesmo dia. Esta taxa, em ambos os

sujeitos, intensificou-se ao longo das sessões experimentais, chegando a ser consideravelmente maior do que nas sessões de extinção intercaladas a elas. Ao final das sessões experimentais, a taxa do correr de um destes sujeitos passou a ser semelhante a taxa do correr nas sessões em extinção. Durante as sessões com alimento maciço a taxa do correr, dos dois sujeitos, foi menor do que nas sessões de extinção intercaladas a elas. Em todas as sessões de extinção a taxa do correr foi estável, para ambos os sujeitos. Para os sujeitos que não tiveram as sessões em extinção intercaladas, a taxa do correr de um deles foi estável durante todas as sessões experimentais, tendo diminuído nas sessões de controle. O outro sujeito apresentou uma intensificação na taxa do correr em algumas das sessões experimentais, mas logo houve uma queda desta taxa. Para este último sujeito, nas sessões de alimento maciço, a taxa do correr novamente aumentou. Estes resultados deixam dúvidas quanto a uma possibilidade da taxa do correr mais elevada nas sessões experimentais ter se mantido supersticiosamente. Podem indicar, entretanto, o procedimento utilizado com os sujeitos do grupo ext., como uma alternativa metodológica para o controle utilizado em experimentos que discutem a possibilidade ou não da indução de correr em uma roda de atividades em ratos, tendo sido eficaz em isolar a variável privação de movimento do sujeito experimental.

-oOo-

AEC 2.03

EVENTO PRIVADO: FUNÇÕES E LIMITES DO CONCEITO *Emmanuel Zagury Tourinho.* Departamento de Psicologia Social e Escolar. Universidade Federal do Pará.

O conceito de "evento privado" é empregado por B. F. Skinner para apresentar a interpretação que o behaviorismo radical provê para problemas tradicionalmente analisados pela psicologia como "mentais", "interiores", ou "subjetivos". Sob o conceito de "evento privado", entretanto, abrigam-se fenômenos significativamente diferenciados. Partindo desta problemática, procurou-se analisar a validade deste recurso conceitual tal como ele aparece em diferentes obras de Skinner. A análise conduziu a duas considerações básicas. Por um lado, o conceito aparece como eficiente demarcador das fronteiras entre a proposta externalista do behaviorismo skinneriano para a análise do comportamento humano, por oposição ao internalismo característico do mentalismo/cognitivismo. Por outro lado, a limitada diferenciação dos fenômenos que passam a ser abordados com este conceito conduz a uma discussão sobre a natureza da privacidade que é caracterizada pela dificuldade em circunscrevê-la enquanto objeto de estudo de uma psicologia de orientação comportamental.

-oOo-

AEC 2.04

AQUISIÇÃO REPETIDA: DESEMPENHO EM ESQUEMA MÚLTIPLO AQUISIÇÃO/AQUISIÇÃO. *Laércia A. Vasconcelos e Lincoln S. Gimenes.* Universidade de Brasília.

O procedimento de aquisição repetida tem sido utilizado como uma linha de base sensível aos efeitos de agentes tóxicos e farmacológicos sobre a aprendizagem. Quando utilizado em esquemas múltiplos, o desempenho no componente de aquisição repetida é comparado com o desempenho no componente denominado "desempenho". O presente trabalho teve por objetivo testar um procedimento de aquisição repetida no qual dois componen-

tes de aquisição foram combinados em um esquema múltiplo. Esse procedimento possibilita a comparação das aquisições de acordo com os diferentes graus de complexidade das tarefas nos dois componentes. Três ratos foram expostos a um esquema múltiplo de reforçamento por alimento com dois componentes de aquisição de uma sequência de três respostas. No componente (1) reforço era contingente a uma de seis possíveis seqüências envolvendo uma resposta em cada uma das três barras disponíveis. No componente (2) reforço era contingente a uma seqüência de três respostas numa mesma barra, sendo que uma seqüência de três reforços requeria três respostas em cada uma das barras. A seqüência de nove respostas no componente (2) era determinada pela seqüência estabelecida para o componente (1). Dessa forma, numa matriz de nove respostas, um mesmo número de respostas era associado a cada uma das barras nos dois componentes. Cada sessão tinha a duração de 60 min. com os componentes se alternando a cada dez minutos. Os resultados mostram o desempenho típico observado em procedimentos de aquisição repetida, com uma diminuição dos erros ao longo de uma mesma sessão e ao longo das sessões. Comparação entre os componentes mostram uma aquisição mais rápida (diminuição no número de erros) para as seqüências do componente (2).

-oOo-

AEC 2.05

REPETIÇÃO VERSUS VARIAÇÃO EM ESQUEMA CONCORRENTE ENCADEADO: II. ESCOLHA ENTRE VARIAR E REPETIR O COMPORTAMENTO. *J. Abreu-Rodrigues, L. C. Bento, R. C. D'Ávila, Z. N. C. Delabrida, A. P. A. Dias, R. A. F. Matos, e R. F. Viegas.* Universidade de Brasília.

Estudo prévio realizado pela primeira autora indicou que o comportamento de escolha de pombos, em esquema concorrente encadeado, é determinado pelo critério de variabilidade em vigor nos elos terminais. Entretanto, uma vez que o intervalo entre reforços (IRI) diferiu sistematicamente nos elos terminais, a autora sugeriu a possibilidade de controle alternativo pela imediatividade do reforço. O presente trabalho consiste em uma tentativa de isolar o controle exercido por contingências de variabilidade, eliminando os possíveis efeitos diferenciais do IRI. Seis estudantes universitários foram expostos a um esquema concorrente encadeado. Durante os elos iniciais, respostas de pressionar duas teclas, de acordo com um esquema concorrente VI 60 s VI 60 s, produziam o início de um entre dois elos terminais. Cada esquema VI operava continuamente durante a sessão: quando um intervalo transcorria, o contador do número de reforços disponíveis era adicionado; quando ocorria a liberação reforço, o contador era subtraído. No elo terminal REPETIR, a apresentação de reforços dependia da emissão de uma seqüência específica de oito respostas (uma resposta na tecla esquerda seguida por sete respostas na tecla direita). No elo terminal VARIAR, cada seqüência de oito respostas era reforçada somente quando diferia da seqüência imediatamente anterior (condição Lag 1) ou das 25 últimas seqüências (condição Lag 25). Uma contingência VI 30 s foi superimposta às contingências de repetição e variação, de modo que o IRI no elo REPETIR foi acoplado ao IRI no elo VARIAR. O procedimento utilizado produziu freqüência de reforços, IRIs e número de seqüências por reforço semelhantes nos dois elos terminais. Quatro sujeitos escolheram indiscriminadamente os elos REPETIR e VARIAR e dois sujeitos escolheram predominantemente o elo VARIAR, a despeito do Lag em vigor. Esses resultados sugerem que o IRI foi, provavelmente, a principal fonte de controle

do comportamento de escolha no estudo anterior da primeira autora, mas não descartam, necessariamente, contingências de variabilidade como fator determinante. Considerando que (a) o arranjo dos esquemas concorrentes foi diferente nos dois estudos; (b) os reforços disponíveis nos elos iniciais eram acumulados de modo que, ao retornar aos elos iniciais, o sujeito poderia produzir reforço imediato (para otimizar o tempo gasto para obter reforço nos elos terminais, o sujeito deveria responder nos dois elos iniciais); (c) alguns relatos pós-experimentais revelaram preferência por uma determinada contingência, mesmo quando o sujeito distribuiu similarmente suas respostas nos elos iniciais; e (d) dois sujeitos preferiram sistematicamente variar o comportamento, é possível que o procedimento de escolha tenha sido um aspecto crítico. Sugere-se a replicação do experimento com a utilização de contingências de razão (ex.: FR 1) no arranjo da situação de escolha. CNPq (Processo nº 520258/95.9).

-oOo-

AEC 2.06

REPETIÇÃO VERSUS VARIAÇÃO EM ESQUEMA CONCORRENTE ENCADEADO: I. EFEITOS DO CRITÉRIO DE VARIABILIDADE. *J. Abreu-Rodrigues, L. C. Bento, R. C. D'Ávila, Z. N. C. Delabrida, A. P. A. Dias, R. A. F. Matos, C. V. Santos, e R. F. Viegas.* Universidade de Brasília.

O objetivo do presente trabalho consistiu em investigar, com sujeitos humanos, se contingências de repetição e variação produzem desempenhos diferenciados nos elos terminais de um esquema concorrente encadeado. Seis estudantes universitários foram expostos a um esquema concorrente encadeado. Durante os elos iniciais, respostas de pressionar duas teclas, de acordo com um esquema concorrente VI 60 s VI 60 s, produziam o início de um entre dois elos terminais. No elo terminal REPETIR, a apresentação de reforços dependia da emissão de uma seqüência específica de oito respostas (uma resposta na tecla esquerda seguida por sete respostas na tecla direita). No elo terminal VARIAR, a apresentação de reforços era contingente à emissão de seqüências variadas de respostas. Na condição Lag 1, para ser reforçada, a seqüência tinha que ser diferente da seqüência imediatamente anterior; na condição Lag 25, a seqüência era reforçada somente quando diferia das 25 últimas seqüências. A análise do desempenho nos elos terminais indica que (a) a porcentagem de seqüências corretas no elo VARIAR foi maior com Lag 1 do que com Lag 25 e, em ambos os casos, foi menor do que no elo REPETIR; (b) o número de seqüências diferentes emitidas em VARIAR foi maior do que em REPETIR, e dependeu do valor do Lag. A condição Lag 1 produziu um número menor de seqüências diferentes do que a condição Lag 25, mas a diferença no nível de variabilidade entre condições dependeu da ordem de ocorrência das mesmas; (c) a porcentagem de seqüências emitidas em função do número de mudanças possíveis entre esquerda e direita (0 a 7 mudanças) no elo VARIAR correspondeu a uma curva em forma de U invertido com Lag 25 e a uma curva mais achatada com Lag 1. Em ambas as condições, seqüências com mais de 5 mudanças foram infreqüentes. No elo REPETIR, a seqüência exigida (1 mudança) predominou; (d) no elo VARIAR, os sujeitos responderam indiferenciadamente nas teclas esquerda e direita, mas o número de seqüências iniciadas por respostas na esquerda foi maior do que na direita, em ambas as condições; (e) a taxa de respostas foi semelhante em REPETIR e VARIAR e através das condições. Os resultados indicam que contingências de repetição e variação produzem controle diferencial sobre o desempenho em esquemas

concorrentes encadeados. O nível de variabilidade obtido foi influenciado pelo critério Lag, pelo custo (número de mudanças) envolvido na emissão de cada sequência, pela ordem de ocorrência das condições experimentais e pela interação entre os desempenhos nos dois elos terminais. CNPq (Processo nº 520258/95.9).

-oOo-

AEC 2.07

QUANTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DE FREQUÊNCIA DE REFORÇOS SOBRE A ESCOLHA EM UM NOVO PROCEDIMENTO DE ESQUEMAS CONCORRENTES ENCADEADOS.

João Cláudio Todorov, Elenice Seixas Hanna, Carlos A. Medeiros, Cristiano Coelho e Diogo C. Seco. Universidade de Brasília.

Há controvérsias na literatura acerca da existência ou não de influência de valores absolutos dos diversos parâmetros do estímulo reforçador sobre o comportamento de escolha. O presente experimento buscou analisar a relação entre razão do comportamento (distribuição de respostas ou tempo) e a razão dos reforços obtidos com um novo procedimento de esquemas concorrentes encadeados. Seis pombos adultos, com experiência prévia em esquemas concorrentes foram expostos a esquemas concorrentes encadeados com esquemas de intervalo variável (VI) programados nos elos inicial e final. Ao procedimento tradicional de esquemas concorrentes encadeados com duas chaves principais foi acrescentado um disco central no elo terminal, que permanecia transluminado de azul e a primeira resposta nesta chave possibilitava o retorno ao elo inicial. As durações dos VIs de cada alternativa nas fases de escolha (elo inicial) e de reforçamento primário (elo terminal) foram variadas, mantendo-se constante o número total de reforços programados em cada elo em sete condições experimentais. Cada sujeito foi exposto a pelo menos cinco condições experimentais. Dentre os modelos matemáticos avaliados, aquele que estabelece a razão da soma de respostas ou tempo gasto nos dois elos como função da razão de reforços obtidos foi o que melhor se ajustou aos dados. A diferenciação entre o controle dos valores relativos dos reforços condicionados e dos reforços primários exercido sobre o desempenho de escolha não foi possível devido a quase total ausência de respostas na chave de retorno ao elo inicial, produzindo razões de reforços condicionados muito semelhantes às razões de reforços incondicionados. CNPq.

-oOo-

AEC 2.08

TREINO DE ESPAÇAMENTO ENTRE RESPOSTAS E AUTO-CONTROLE. Elenice Seixas Hanna, Michela R. Ribeiro e André Luís F. Moniz. Universidade de Brasília.

Em algumas situações da vida diária auto-controle tem sido sinônimo de esperar para responder ou mesmo de não responder. O presente estudo investigou os efeitos da aprendizagem de duas maneiras de espaçar as respostas sobre o auto-controle em pombos. Foram utilizados 4 pombos, mantidos à 80% do peso livre. Todos os sujeitos foram expostos a condições de linha de base (A), em esquemas concorrentes de tentativas discretas com duas alternativas diferindo nos valores dos atrasos e magnitudes de reforçamento. Estas condições foram intercaladas por duas condições de treino de espaçamento entre respostas (IRTs) maiores do que 8 s; na condição C um esquema de reforçamento diferencial de taxas altas (DHR) obedeceu o critério de IRTs menores do

que 1 s. Durante as condições B e C a luz da caixa acesa foi introduzida para sinalizar a disponibilidade de reforço, sendo esta sinalização gradualmente retirada no decorrer das sessões. No treino em DRL observou-se que a maioria das respostas emitidas não obedeceu o critério estabelecido para os IRTs. A introdução do sinal produziu um aumento substancial e rápido na proporção de respostas reforçadas, mas esta não foi mantida com a retirada gradual do sinal. Em DRH, a proporção de respostas reforçadas se manteve alta e independente da sinalização do reforçamento. Para os 4 sujeitos houve mudança temporária e não sistemática no desempenho de escolha após a exposição ao treino em DRL. O treino em DRH, entretanto, não afetou os desempenhos dos sujeitos na situação de escolha. Em geral, os resultados mostraram variabilidade entre os sujeitos e sugerem a inexistência de efeito sistemático dos treinos em DRL e DRH sobre auto-controle, pelo menos com os valores utilizados no presente estudo. O estabelecimento de controle pelo sinal e não pela contingência de espaçamento entre respostas durante as condições de treino sugere a necessidade de estudos adicionais com o planejamento de um procedimento de modelagem de espaçamento de respostas, já que o procedimento utilizado não produziu tal padrão de responder na ausência de dicas externas.

-oOo-

AEC 2.09

INTERAÇÃO ENTRE EFEITOS DE HISTÓRIA EM ESQUEMAS MÚLTIPLOS E DOS PARÂMETROS DE REFORÇAMENTO SOBRE O AUTO-CONTROLE. Elenice S. Hanna, Michela R. Ribeiro, André Luís F. Moniz e Alessandro C. de Oliveira. Universidade de Brasília.

Estudos anteriores sobre auto-controle em pombos mostraram que a exposição a diferentes atrasos ou magnitudes de reforçamento, arranjados em esquemas múltiplos, influenciam a escolha da recompensa maior e mais atrasada contra a menor mais imediata. O objetivo do presente estudo foi verificar uma possível interação entre o efeito desse tipo de exposição anterior e dos valores dos parâmetros de reforçamento utilizados na situação de escolha. Foram utilizados 4 pombos, com experiência prévia e mantidos a 80% do peso livre. O equipamento consistiu de 4 caixas de condicionamento operante para pombos, controladas por computador BBC, programado em uma versão do Basic. O delineamento de inversão ABACA, foi utilizado, sendo (A) a condição de linha de base em esquemas concorrentes com diferentes atrasos e magnitudes de reforçamento; (B) esquemas múltiplos com componentes diferindo nas magnitudes de reforçamento programadas; e (C) esquemas múltiplos com componentes diferindo nos atrasos de reforço. Cada sujeito foi exposto às condições ABACA duas vezes, modificando-se os valores dos parâmetros de reforço da situação de escolha da primeira para a segunda exposição ao conjunto de condições. Os resultados corroboram estudos anteriores: o efeito dos treinos sobre o comportamento de escolha foi temporário; a exposição ao esquema com apenas magnitudes de reforço diferentes produziu um aumento nas escolhas da alternativa de auto-controle. Esses resultados, entretanto, não foram influenciados pelos parâmetros dos reforços utilizados na situação de escolha. Os efeitos da exposição a diferentes atrasos sobre o auto-controle foram menos sistemáticos mas não permitem afirmações conclusivas sobre efeitos interativos com os valores dos parâmetros de reforço da situação de escolha. Dificuldades de interpretação dos resultados geradas pelo desenvolvimento de preferências exclusivas, características de esquemas de tentativas

discretas, indicam a necessidade de replicação do presente estudo com esquemas de operante livre. CNPq.

-oOo-

AEC 2.10

O PAPEL DA DESCRIÇÃO DOS ESTÍMULOS EM UMA TAREFA DE DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL ABSTRATA. *Tony Nelson e Olavo F. Galvão*. Universidade Federal do Pará.

Usualmente a resposta de escolha em tarefas de discriminação condicional é simples, como apontar. A presença de estímulos complexos em tarefas de discriminação condicional abstrata coloca em questão a complexidade da resposta de apontar propriedades: a nomeação. Este trabalho investiga o uso da descrição das propriedades dos estímulos como resposta, em comparação com o simples apontar, na aprendizagem de uma tarefa de pareamento ao modelo conceitual e na verbalização das propriedades relevantes ou estímulos discriminativos em quatro crianças de 1ª série. Na Fase 1, verificou-se a habilidade em dividir 13 blocos, segundo a propriedade indicada e verbalizá-la. Nas Fases 2 e 3, foram utilizados 48 "blocos lógicos", divididos em 4 subconjuntos que receberam rótulos, segundo o tamanho e a espessura: grandes/grossos; grandes/finos; pequenos/grossos; pequenos/finos. A Fase 2 era uma tarefa de discriminação condicional abstrata: em cada tentativa (total= 8 tentativas) um bloco modelo era separado pelo experimentador e o sujeito descrevia cada bloco que achasse ser "do mesmo tipo" do modelo, e um fantoche colocava os blocos ao lado do modelo, com consequências diferenciais para escolhas. As crianças resolveram as tarefas das Fases 1 e 2, mas nem sempre verbalizaram as propriedades relevantes para inclusão dos blocos nos subconjuntos. Na Fase 3, apresentava-se 4 modelos simultaneamente e a criança colocava, sem descrição, os blocos restantes na fila correspondente, com conseqüenciação igual à Fase 2. Os três sujeitos que resolveram a tarefa da Fase 3 verbalizaram uma ou as duas propriedades relevantes. Na Fase 4 (generalização), quatro objetos deveriam ser colocados nos subconjuntos correspondentes; dois sujeitos responderam corretamente e um deles verbalizou corretamente. Comparado a estudos anteriores, em que a resposta de escolha era pegar, demonstrou-se que a descrição dos blocos elevou a verbalização das propriedades. (CNPq)

-oOo-

AEC 2.11

INTERAÇÃO VERBAL E NOMEAÇÃO POR DUPLAS EM UMA TAREFA DE DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL ABSTRATA. *Márcia Oliveira* e Olavo F. Galvão*. Universidade Federal do Pará.

Engajamento e colaboração em tarefas são influenciados por diferenças individuais? Duplas com o mesmo nível escolar, ou duplas com diferente nível escolar melhoram seus desempenhos diferentemente quando interagem em resolução de tarefas? Em tarefas de formação de sub-conjuntos a presença de nomes em blocos idênticos em tamanho e espessura, ("TAB": grandes e grossos, "LIM": grandes e finos, "VEC": pequenos e finos, "TUS": pequenos e grossos) e diferentes na cor e/ou forma, aumentou o número de escolhas incorretas ao longo das tentativas. Este estudo teve como objetivo investigar a formação dos subconjuntos com nomes nos blocos por duplas com o mesmo nível escolar

(sem repetência), com mesmo nível escolar (com repetência) e com diferente nível escolar (sem repetência). As duplas com o mesmo nível escolar (sem repetência), apresentaram os melhores desempenhos, criando regras durante o jogo, verbalizando as propriedades relevantes dos blocos e/ou seu rótulo e generalizando no teste final. As duas outras duplas, não discriminaram as propriedades relevantes e nem generalizaram no teste final. Os dados não são conclusivos, mas a resolução de tarefas por duplas, aparentemente, elimina as dificuldades trazidas pelos signos verbais acrescidos aos blocos, confirmando que trabalhos resolvidos por duplas facilitam o aprendizado e melhoram o desempenho em tarefas. * Bolsista da CAPES (Mestrado).

-oOo-

AEC 2.12

EFEITOS DA NOMEAÇÃO E DA CORRESPONDÊNCIA VERBAL/NÃO VERBAL NO ESTABELECIMENTO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS. *Sônia M. M. Neves, Luc M. A. Vandenberghe, Ana Cristina Magalhães, Sheila P. Couto, Lúcia H. R. Oliveira e Guilherme M. O. Wood*. Universidade Federal de Minas Gerais.

Estudos na área de equivalência de estímulos sugerem que há um controle verbal no processo de formação destas classes. No entanto, análises detalhadas do comportamento verbal dos sujeitos durante experimentos mostraram que não necessariamente observa-se uma correspondência entre o comportamento verbal (dizer os nomes dos estímulos modelo e comparação) e o comportamento não verbal (escolher, apontando os comparações corretos). O objetivo deste estudo foi investigar se diferentes procedimentos de correspondência verbal / não verbal podem levar a resultados diversos no estabelecimento da escolha condicional A-B. Duas crianças de 4-5 anos foram primeiramente submetidas a sessões de linha de base múltipla de treino AB, depois a uma intervenção verbal especificando a relação entre modelos e comparações, e ao treino de nomeação (dizer "Omni" na presença de A1 e B1; "Delta" na presença de A2 e B2 e "Zeb" na presença de A3 e B3). Após cada uma destas intervenções, testes AB foram ministrados. Os resultados de todos os sujeitos, abaixo de 85% de acerto, demonstram que estas intervenções não foram efetivas. Em seguida, o sujeito 1 foi exposto a um treino onde o reforço era condicional à nomeação correta do modelo, à promessa (i. e. especificar na presença do modelo qual estímulo comparação será escolhido, nomeando-o antecipadamente) e a escolha corretas. O sujeito 2 foi exposto a um treino no qual o reforço era condicional à nomeação correta do modelo, ao cumprimento da promessa e independente do acerto da escolha. Isto quer dizer que no caso do primeiro sujeito a promessa era controlada pelo estímulo modelo e a escolha era controlada pela promessa. No caso do segundo sujeito a correspondência entre o modelo e a promessa não foi reforçada, mas somente a relação entre a promessa e a escolha. Somente o sujeito 1 estabeleceu relações arbitrárias, respondendo acima do critério de 85%. Estes dados sugerem que a nomeação como processo bidirecional, sendo controlado por um estímulo antecedente (o modelo) e controlando um outro comportamento (a escolha do estímulo comparação), é eficaz na formação de classes equivalentes. CNPq.

-oOo-

AEC 2.13

ASPECTOS MOTIVACIONAIS QUE LEVAM HOMENS E MULHERES A ADQUIRIREM LICENÇA PARA DIRIGIR. *Cereser, Rosenilse Fava; Moniz, Angela Coelho, Jundiá - SP.*

O objetivo deste trabalho é identificar o que motiva as pessoas a adquirirem licença para dirigir (C.N.H.). Motivação pode ser definida como um conjunto de fatores que despertam e influenciam internamente a conduta, os desejos, os interesses e as necessidades fisiológicas do indivíduo. Maslow desenvolveu uma escala hierárquica de necessidades classificando-as como: necessidades fisiológicas como por exemplo, o sentir fome, sono, moradia; necessidades de segurança que envolvem proteção contra o perigo ou privação; necessidades sociais no sentido de inclusão e integração em grupos; necessidades de estima mobilizadas pelo desejo de ser reconhecido, amado e auto-respeitado; necessidades de auto-realização abrangendo a utilização plena dos talentos individuais e realização do potencial. Neste trabalho foram entrevistadas 252 pessoas, um grupo contendo 146 homens e outro grupo contendo 106 mulheres. Os motivos foram classificados de acordo com a escala hierárquica acima descrita. Os resultados obtidos foram os seguintes: As necessidades fisiológicas não foram apontadas como motivo em nenhum dos grupos. A necessidade de segurança foi apontada como motivo por 30% das mulheres e por 8% dos homens, a necessidade de participação foi apontada por 15% das mulheres e 23% dos homens; a necessidade de estima foi apontada por 26% das mulheres e por 19% dos homens, enquanto a necessidade auto-realização foi apontada por 30% das mulheres e por 50% dos homens. Desta forma podemos concluir que as mulheres estudadas são motivadas à obtenção da C.N.H. pela necessidade de segurança e auto-realização, enquanto os homens buscam predominantemente atender à necessidade de auto-realização.

-oOo-

AEC 2.14

ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE MEDIDAS EDUCATIVAS E REFORÇAMENTO NEGATIVO NO USO DE CINTO DE SEGURANÇA EM BELÉM-PA. *Cezar R. A. Quaresma, Cláudia Aline S. Monteiro, Reinier J. A. Rozestraten.* Universidade Federal do Pará.

Neste estudo foi observada a variação na frequência do uso de cinto de segurança por motoristas e acompanhantes de carros de passeio em três etapas: (1) anterior à campanha educativa intensiva; (2) durante a campanha educativa intensiva; (3) durante a aplicação de multas contingente ao não uso de cinto. As variáveis, campanha educativa e aplicação de multas, foram observadas durante a implantação da Lei Municipal que torna obrigatório o uso do cinto de segurança no perímetro urbano. A hipótese preliminar foi de que a aplicação de multas (*punição*) contingente ao não uso do cinto de segurança (*comportamento punido*) levaria à diminuição da frequência deste não uso e, consequentemente, ao aumento da frequência do uso (*comportamento de esquiva*) muito mais do que o faria a campanha educativa intensiva. A amostra observada e analisada é de 11425 motoristas e 5826 acompanhantes de ambos os sexos. Foram realizadas 18 observações em 03 etapas, onde cada etapa constou de 3 períodos de observações diárias de 01 hora cada: manhã, tarde e noite. Os resultados mostraram que, o aumento da frequência, no uso do cinto, foi maior da segunda (65% motoristas; 45% acompanhantes) para terceira etapa (89% motoristas; 82% acompanhantes) do que da primeira (48% motoristas; 32% acompanhantes) para a

segunda. Isto sugeriu que, a utilização da punição, na modificação de comportamentos inadequados no trânsito, parece produzir resultados mais imediatos que a campanha educativa intensificada.

-oOo-

AEC 2.15

INFLUÊNCIA DE MEDIDAS EDUCATIVAS E PUNITIVAS NO USO DE CINTO EM TAXISTAS; ANÁLISE QUALITATIVA DO NÃO-USO EM DIVERSAS CATEGORIAS EM BELÉM - PA. *João Bosco de Assis Rocha e Tatiana C. de Montalvão.* Universidade Federal do Pará.

O presente estudo sobre o uso de cinto de segurança por taxistas em Belém do Pará, realizado em janeiro de 1996 em três etapas, num total de 18 observações de 1 hora, baseia-se numa amostra de 3.627 taxistas, obtida em dois locais de alto fluxo. As três etapas sequenciais qualitativamente distintas foram: 1) antes de campanha educativa intensiva e sem multa, 2) durante a campanha educativa intensiva e sem multas, 3) com aplicação da multa. As porcentagens dos usuários de cinto nestas etapas foram: 1) 48%, 2) 66% e 3) 93% respectivamente. Apesar da pesquisa comprovar a hipótese de que a esquiva pela ameaça da punição provocou um aumento substancial (27%) no uso do cinto deve-se salientar que as medidas de conscientização e educativas chegaram a levar 2/3 dos taxistas ao uso do cinto de segurança antes da punição entrar em vigor. A porcentagem final alcançada, iguala a dos países europeus. Em extensão ao estudo sobre o uso do cinto de segurança realizou-se um levantamento da opinião de uma amostra daqueles que não usavam o cinto no momento da coleta de dados (N:191). Com referência à pergunta "O que você acha do uso obrigatório do cinto de segurança?" 80% das respostas foram positivas, 17% foram negativas e 3% neutras. A maioria achou bom mas não estava usando. Com referência à pergunta "Por que não o está usando?" alegaram entre outros falta de familiaridade ou de costume, esquecimento, corrida de pouco tempo ou de pequena distância. As respostas sugerem uma nova pesquisa após decorrido maior lapso de tempo para uma melhor convivência com este acessório e seu uso obrigatório por lei municipal na cidade.

-oOo-

AEC 2.16

EFEITOS DA ORDEM DE TESTES EM DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS SEM CONSEQUÊNCIAS DIFERENCIAIS COM ESTÍMULOS ARBITRÁRIOS E FADING EM CRIANÇAS. *Sandra Maria Miranda Álvares, Grauben José Alves de Assis e Marcelo Quintino Galvão Baptista.* Departamento de Psicologia Experimental/Universidade Federal do Pará.

Humanos (adultos e crianças) formaram classes de estímulos equivalentes, a partir de treino de discriminações condicionais sem reforçamento explícito, com estímulos usuais e *fading*. Crianças submetidas a um treino consistente de estímulos arbitrários e *fading* falharam em responder às contingências programadas. O presente trabalho buscou verificar se a antecipação dos testes com um pareamento consistente de múltipla escolha, estímulos arbitrários e *fading* (remoção gradual da luminosidade das figuras, a partir das tentativas iniciais, até a apresentação das mesmas, com apenas o contorno, nas tentativas finais de cada bloco de treino) formariam classes de estímulos equivalentes mais prontamente. Sete crianças, de ambos os sexos, em idade pré-escolar, foram

submetidas ao treino das relações condicionais AB e AC, e logo após cada bloco de treino, aos testes de simetria BA e CA. Os sujeitos deveriam responder a figuras geométricas estranhas à sua cultura, através de um monitor de vídeo com tela sensível. Em cada tentativa, o modelo e o S+ reduziam a luminosidade e os sujeitos deveriam alcançar 97% de acertos por bloco de treino, para que fossem submetidos aos testes de simetria e equivalência, fase em que os estímulos permaneciam somente com o contorno. Os testes foram aplicados duas vezes, após um máximo de dez revisões de linha de base correspondente. Quatro sujeitos alcançaram o critério de aprendizagem com redução do número de tentativas no treino e foram submetidos aos testes; dois formaram relações de simetria. Parece que a antecipação dos testes conjugada ao *fading* é relevante para produzir um desempenho consistente. CAPES

-oOo-

AEC 2.17

ESTIMATIVA DE DESEMPENHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL. L. M. N. Souza, C. M. L. C. Zannon, J. M. Oliveira-Castro. Universidade de Brasília.

Tem sido objeto de preocupação da literatura o modo como as pessoas portadoras de deficiência física, como é o caso da paralisia cerebral, avaliam o seu próprio desempenho e estabelecem suas expectativas, bem como são avaliadas por pais e professores. As investigações têm demonstrado interesse pelo estudo do auto-conceito, e os resultados apresentados são divergentes, pois alguns estudos mostram comprometimento nesta área, e outros não. Esta pesquisa teve o objetivo de comparar a estimativa de desempenho de pessoas com e sem paralisia cerebral, e a dos respectivos pais quanto ao desempenho de seus filhos. Os sujeitos foram 32 crianças e adolescentes, sendo 16 com paralisia cerebral (8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino), combinados por idade e sexo, com 16 sem paralisia cerebral (8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino), entre as idades de 11 a 19 anos. Os dois grupos foram submetidos a um procedimento de *nível de aspiração*. Foram realizadas três tarefas diferentes: (1) Jogo de Dados; (2) Teste de Inteligência Não-Verbal (INV); e (3) Teste de Cubos (Escala de inteligência Wechsler para crianças, Wisc). Em seguida essas tarefas foram apresentadas aos pais, uma a uma, para que eles estimassem o desempenho de seus filhos. Os resultados mostraram maiores diferenças entre os grupos, na tarefa Cubos do Wisc. O grupo com paralisia cerebral superestimou o seu desempenho e gastou mais tempo para construir os desenhos-modelos da tarefa, embora não tenha ultrapassado o limite médio estipulado pelo teste, enquanto que o grupo sem paralisia cerebral subestimou o seu desempenho e gastou menos tempo. Não houve diferenças de estimativa e desempenho entre os grupos nas tarefas Jogo de Dados e INV. Os dois grupos avaliaram os seus desempenhos nas três tarefas como igual ao das outras pessoas da mesma faixa etária. Não foi encontrada diferença significativa entre os grupos, na estimativa dos pais quanto ao desempenho dos filhos em cada uma das tarefas. Por outro lado, os pais do grupo com paralisia cerebral tenderam a avaliar o desempenho global de seus filhos, como inferior, em relação às outras pessoas da mesma faixa etária, ao contrário dos pais do grupo sem paralisia cerebral, que tenderam a avaliar como acima. Os resultados confirmam dados da literatura: sujeitos que obtiveram desempenho acima da média tenderam a *subestimar* o próprio desempenho, enquanto que aqueles que obtiveram desempenho abaixo da média tenderam a *superestimar*. O procedimento de nível de as-

piração permitiu uma análise comportamental que mostrou a relação existente entre a estimativa de desempenho e o desempenho do sujeito em uma tarefa determinada, relação esta não encontrada nos estudos tradicionais sobre o auto-conceito. (*) *Dissertação de Mestrado sob a orientação de Célia M. L. C. Zannon e colaboração de Jorge M. O. Castro.*

-oOo-

AEC 3.01

EQUIVALÊNCIA NUMÉRICA E GENERALIZAÇÃO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. Lúcia Cristina Cavalcante da Silva, João dos Santos Carmo e Olavo de Faria Galvão. Universidade Federal do Pará.

Vários autores afirmam que o não estabelecimento de conceitos básicos seja uma das variáveis importantes para o alto índice de repetência em Matemática, nas séries fundamentais. A tecnologia do controle de estímulos foi aplicada ao ensino do conceito de número, com três crianças pré-escolares. Utilizou-se quatro classes de estímulos visuais: **A**- numerais impressos de 1 a 6; **B**- pontos semi-alinhados, em quantidade variando de 1 a 6; **C**- nome dos números impressos de 1 a 6; **D**- pontos dispersos, em quantidade variando de 1 a 6. O procedimento empregado foi o pareamento com o modelo, sendo o estímulo nodal a classe A. Treinou-se as relações condicionais AB e AC. Realizou-se testes para a verificação da formação de classes de equivalência das relações ABC. Introduziu-se a classe D na fase de teste de generalização. Todos os sujeitos formaram 6 classes de estímulos equivalentes de três membros cada e em testes de generalização estenderam as classe em mais um membro, sem treino adicional. Discutiu-se os resultados em termos de alguns parâmetros para o estabelecimento de classes de estímulos numéricos equivalentes, levantando questões quanto a natureza dos estímulos nodais, presença do comportamento de contar no repertório dos sujeitos, generalização, papel da nomeação, fontes de controle não previstas e tipo de erro. Projeto parcialmente financiado pelo CNPq.

-oOo-

AEC 3.02

LEITURA E ESCRITA GENERALIZADAS APÓS AQUISIÇÃO DO CONTROLE DE ESTÍMULOS POR UNIDADES TEXTUAIS MÍNIMAS EM INDIVÍDUOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. Adriana B. Pereira, Marília A. Nery, Márcio Mujalli, André Vasconcelos; Cristiane Gosh; Bianca Badan; Elisa T. Sanábio, Liliana R. O. Barreto. Universidade Católica de Goiás.

Este estudo replicou, com quatro crianças, diagnosticadas como deficientes mentais leve, de 10 a 15 anos, resultados de estudos anteriores que empregaram o paradigma de equivalência de estímulos e os procedimentos de escolha de acordo com o modelo e exclusão com pré escolares, crianças com história de fracasso escolar e adultos analfabetos para o ensino de leitura. Neste estudo os repertórios de leitura e escrita foram concebidos como um conjunto de relações independentes que passam a ser interdependentes se as relações entre os estímulos forem uma relação de equivalência. Pesquisas na área de equivalência de estímulos demonstraram que com o ensino de algumas relações outras podem emergir sem treino direto. Sendo assim é possível obter desempenhos novos e um melhor detalhamento de como os estímulos passam a controlar diferentemente as resposta. O delineamento experimental teve o sujeito como seu próprio controle

e os procedimentos empregados envolveram uma avaliação de todas as relações que compõem o repertório de leitura e escrita, realizada antes e depois do ensino da leitura. O ensino da leitura constituiu-se de uma sequência de 25 unidades divididas em ensino e teste. Os resultados replicaram estudos anteriores nos quais os sujeitos aprenderam a ler as palavras ensinadas e, em níveis diferentes, leram palavras novas. Apresentaram melhora também na escrita. Este estudo replica a eficiência dos procedimentos de discriminação condicional entre palavras impressas e ditadas para ensino de leitura em indivíduos com necessidades especiais e confirma o pressuposto de que repertórios diferentes se interliguem, de modo que o ensino de um repertório (leitura) resulte em progressos neste repertório e também no outro (escrita).

-oOo-

AEC 3.03

APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA VIA DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL EM CRIANÇAS COM FRACASSO ESCOLAR. *Adriana B. Pereira; Almerinda V. Dumont; Janaina T. da Silva; Kellen C. Fernandes; José da Rocha; Valéria do Nascimento; Christiane Bay.* LAEC - Universidade Católica de Goiás.

Recentes estudos da análise do comportamento demonstram que o repertório de leitura e escrita generalizada podem ser estabelecidos através do treino de discriminações condicionais entre palavras ditadas e palavras impressas. O objetivo do presente estudo consistiu em replicar o estudo de Pereira, Souza e de Rose (1995), sem que fossem reforçadas quaisquer sondas de leitura (palavras impressas como modelo diante do qual o sujeito devia nomeá-lo) e verificar: 1) a emergência de leitura das palavras incluídas nas discriminações condicionais; 2) a generalização de leitura para palavras novas; 3) a emergência de ditado em ambos os tipos de palavras. Participaram do estudo quatro sujeitos, alunos de primeira série primária de uma escola particular da cidade de Goiânia. Todos eles foram encaminhados ao estudo pela professora por estarem cursando a mesma série pela segunda vez e apresentarem dificuldades de aprendizagem. Depois de terem seus repertórios de leitura e escrita caracterizados, os sujeitos foram submetidos ao Programa de ensino de habilidades de leitura, baseado na aquisição de relações de pareamento com o modelo, entre palavras ditadas (modelos) e palavras escritas (comparações) e a sucessivas avaliações de palavras envolvidas no treino e de palavras novas. Habilidades de escrita (ditado manuscrito e de composição), não ensinadas diretamente, foram testadas antes, no meio e ao final do estudo, sendo que todos os sujeitos faziam cópia durante todos os passos de ensino do Programa. Como o delineamento experimental utilizado tem o sujeito como seu próprio controle, após o término do Programa, os sujeitos tiveram seus repertórios novamente caracterizados para se verificar o quanto foi adquirido com os procedimentos empregados. Os sujeitos aprenderam a ler as palavras ensinadas e, em níveis diferentes, leram palavras novas. Apresentaram melhora também na escrita. Relatos não sistemáticos mostraram que a generalização se estendeu para outras situações (não experimentais). Este estudo replica os de de Rose, Souza, de Rose e Rossito (1989, 1992) e Pereira, Souza e de Rose (1995), demonstrando a possibilidade de que repertórios diferentes se interliguem, de modo que o ensino de um repertório (leitura) resulte em progressos neste repertório e também no outro (escrita).

-oOo-

AEC 3.04

UMA ANÁLISE DE PADRÕES DE DESEMPENHO DE ALUNOS COM HISTÓRIA DE FRACASSO ESCOLAR NA AQUISIÇÃO DE LEITURA. *Deisy G. de Souza, Elenice S. Hanna, & Julio C. de Rose.* Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília.

Este trabalho apresenta uma reanálise de dados de vários estudos prévios realizados por esta mesma equipe, com aproximadamente 20 alunos de Ciclo Básico com história de fracasso escolar, visando ensinar leitura. Os estudos empregaram um mesmo procedimento geral para ensino sem erro (exclusão) de discriminações condicionais entre palavras ditadas e palavras impressas. Variações em detalhes do procedimento envolveram presença ou ausência de consequências para o desempenho durante tentativas de sondas e testes e o emprego ou não de um procedimento de cópia das palavras selecionadas nas tentativas de exclusão. Tais variações resultaram em diferenças no grau de leitura generalizada (leitura de palavras novas, não diretamente ensinadas), mas não no desempenho diretamente ensinado. Os sujeitos aprenderam todas as palavras ensinadas (51, distribuídas em 15 unidades de ensino), atingindo um critério de 100% de acertos no pós-teste e no teste de retenção em uma unidade, antes de prosseguir para a unidade subsequente. O pós-teste era realizado imediatamente após o procedimento de ensino. O teste de retenção era realizado no início da sessão seguinte àquela em que o sujeito atingia o critério no pós-teste. Foram observados três padrões gerais de desempenho: 1) 100 % de acertos no primeiro pós-teste e na retenção; 2) fracasso nos pós-testes, com um aumento gradual de acertos em testes sucessivos, até atingir o critério (aquisição gradual); 3) acertos nos pós-testes, seguidos de repetidos fracassos na retenção. O padrão 1 foi frequente. O padrão 2 ocorreu com baixa frequência e houve variação inter-sujeitos quanto às unidades em que apresentaram o padrão de aquisição gradual. O padrão 3 ocorreu com maior frequência quando os sujeitos não apresentavam leitura generalizada (isto é, não havia controle discriminativo por unidades textuais menores que as palavras) e as ocorrências foram mais frequentes nas unidades finais do programa (quando a linha de base cumulativa incluía um número cada vez maior de palavras). Fracassos na retenção sugerem que o controle textual provavelmente é exercido pela palavra inteira (e não por unidades mínimas), o que dificulta a recombinação de unidades e a retenção nas fases iniciais de aquisição do comportamento textual. CNPq (Proc. 500 619/90-5; 500 679/90-8); FAPESP (Proc.90/3435-4).

-oOo-

AEC 3.05

O PAPEL DE FIGURAS NA APRENDIZAGEM DO RECONHECIMENTO DE PALAVRAS. *Ana Cristina Vanícúla e Paula Albuquerque* - Universidade Federal de São Carlos.

A literatura sugere que o emprego de figuras pode dificultar a aquisição de leitura, quando a figura corresponde à palavra impressa. Este estudo investigou o efeito da apresentação simultânea de três figuras, juntamente com uma única palavra impressa, no ensino do reconhecimento de palavras e procurou replicar outros dois procedimentos relatados na literatura: um que emprega figura e palavra correspondente, e outro que emprega apenas a palavra impressa. Cada procedimento foi empregado com quatro alunos de Ciclo Básico que não haviam aprendido a ler em classe. Um delineamento de linha de base múltipla entre sujeitos controlou efeitos da exposição simultânea à escola. Todos os sujeitos foram submetidos a um programa para ensino de 51 pala-

avras, distribuídas em 8 unidades. Os três procedimentos empregaram as mesmas palavras, ensinadas na mesma sequência. Nos três, uma palavra era apresentada no alto da página; no Procedimento 1 três figuras eram apresentadas na parte inferior da página; no Procedimento 2 apenas a figura correspondente à palavra era apresentada; e no Procedimento 3, não havia figuras. A tarefa dos sujeitos consistia em dizer qual era a palavra impressa. Nos dois primeiros procedimentos era dito que a palavra era o nome de uma das figuras ou da figura; no terceiro o experimentador dava o modelo de resposta correta nas duas primeiras tentativas com cada palavra. Havia um procedimento de correção para erros. Todos os sujeitos aprenderam a ler todas as palavras ensinadas, somente depois de submetidos ao programa. Medidas de pré e pós-teste mostraram efeitos muito semelhantes para os três procedimentos. Medidas de efeitos após cada unidade de ensino são mais similares às obtidas na literatura e replicam estudos anteriores que mostraram menor eficiência do procedimento que emprega a figura correspondente à palavra, no ensino de comportamento textual. CNPq; FAPESP (Proc.95/0684-7; 95/0683-0).

-oOo-

AEC 3.06

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE NOVAS ESTRATÉGIAS PARA A EMERGÊNCIA DE CLASSES DE ESTÍMULOS EQUIVALENTES. *Cacilda B. Amorim*, Yara Nico*, Marcos A. de Medeiros**, Bianca Alfano*, Luiz Guilherme Guerra*, Paula Debert**, Sandra Troitino Rodriguez**.* Laboratório de Psicologia Experimental - PUC-SP.

A presente pesquisa investiga a possibilidade de emergência de classes de estímulos equivalentes através da utilização de material baseado em instrução programada individualizada, delineado para aplicação em grupo. Um primeiro estudo foi realizado para definir as características gerais do material e reconhecer possíveis problemas. Vinte estudantes de primeiro ano do curso de psicologia foram submetidos ao programa. Os sujeitos receberam instruções escritas sobre as tarefas esperadas a cada página do material. O material constituiu em quatro cadernos com tarefas de resposta de observação ao modelo, pareamento com o modelo e recebimento de feedback, a serem cumpridas pelos sujeitos de acordo com o ritmo do seu desempenho. Os sujeitos foram divididos em quatro grupos experimentais, baseados na sequência de apresentação das relações testadas e na localização dos testes nos cadernos. Três conjuntos de estímulos, com três estímulos cada, foram usados durante o treino. Foram treinadas as relações B->A e C->A. Foram testadas as relações treinadas e as relações emergentes de reflexividade, simetria, transitividade e equivalência. O programa foi aplicado em 2 sessões com 10 sujeitos cada. Seis sujeitos completaram o programa sem nenhum erro. Quatorze sujeitos cometeram pelo menos 1 erro. Destes, 9 não completaram o programa. Sete sujeitos foram excluídos após o primeiro treino a que foram submetidos.

Os resultados sugerem que as instruções foram longas e complexas, que os passos 2 e 3 do treino devem ser re-elaborados, e que um maior número de passos de treino pode garantir um melhor desempenho. A formação de classes equivalentes por sujeitos que apresentaram testes positivos para as relações emergentes e suas correspondentes simetrias sugere que, apesar dos problemas identificados, este programa pode levar grupos de sujeitos a formar classes de estímulos equivalentes. *IC-CNPq **IC-CEPE

-oOo-

AEC 3.07

EFEITOS DO PROCEDIMENTO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS SOBRE O QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA (QI) DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. *José G. Medeiros e Sônia A. de Oliveira.* Dep. de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho replica parcialmente o trabalho de de Rose e col. (1993), estando voltado para a área da aprendizagem que lida com a aquisição do comportamento textual, isto é, o comportamento de leitura e escrita e as consequências desta aquisição sobre o quociente de inteligência de crianças de classes sociais menos favorecidas. O objetivo da pesquisa foi verificar os efeitos que a aquisição de um repertório mínimo em leitura e escrita produz sobre o quociente de inteligência (Q.I.). Seis crianças, de oito a doze anos de idade, cursando a primeira série do I grau, com história de fracasso escolar, portanto repetentes, participaram do projeto. Três delas formaram o *Grupo Controle* (GC) e as outras três formaram o *Grupo Experimental* (GE). Ambos os grupos foram submetidos à aplicação do teste de inteligência WISC no início e final do procedimento. O E formulava oralmente as questões aos Ss e anotava suas respostas na folha de registro. O Grupo Experimental foi submetido a um programa de ensino que consistiu do treino em discriminações condicionais, onde os estímulos modelos eram palavras faladas e os estímulos de comparação eram palavras impressas. As tentativas corretas foram reforçadas por expressões tipo *muito bem, correto*. Foram ensinadas, em média, 30 palavras novas para cada criança. Constatou-se um aumento no Q.I. de execução do GE (14, 8 e 17 pontos) maior do que no GC (10, -11 e 1 pontos). Além de ler as palavras ensinadas, demonstraram também leitura generalizada. No teste de equivalência todas as crianças conseguiram formar novas relações, isto é, conseguiram ler com compreensão as palavras quando apresentadas juntamente com suas respectivas figuras e vice-versa. O aumento comparativamente maior no Q.I. de execução (14, 8 e 17 pontos) do GE quando comparado com o Q.I. verbal (12, -2 e 1 pontos) indica que o procedimento interferiu positivamente no desenvolvimento do raciocínio abstrato. A relação positiva entre o percentual de leitura generalizada e um Q.I. mais elevado nas provas de execução parece indicar que a generalização seja um elemento importante nesta relação. Os resultados são ainda discutidos em termos da alcance metodológico e social do procedimento.

-oOo-

AEC 3.08

DIFICULDADES DE PRONUNCIAR AS PALAVRAS CORRETAMENTE: A CONTRIBUIÇÃO DE UM PROCEDIMENTO DE ENSINO. *José G. Medeiros e Ceres M. Teixeira.* Dep. de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho abordou as dificuldades de fala de um garoto de 10 anos que cursava a 3ª série, com rendimento escolar bom em todas as disciplinas, exceto em português. Com receio de falar errado e ser ridicularizado pelos colegas, permanecia praticamente mudo dentro da sala de aula. Com o objetivo de ensinar a pronúncia correta a partir de modelos orais, associados com palavras impressas, o seguinte procedimento foi desenvolvido: um programa de discriminações condicionais, onde os modelos foram palavras faladas e os estímulos de comparação foram palavras impressas. As discriminações foram ensinadas por exclusão, com o E ditando a palavra cuja pronúncia era incorreta e solici-

tando ao S para apontá-la e lê-la; em seguida solicitava ao S para apontar e ler a outra palavra, cuja pronúncia já era correta. Os pré e pós-testes incluíam palavras-treino e palavras de generalização. Nos testes de retenção, as palavras-treino e as palavras de generalização eram apresentadas por escrito, uma a uma, solicitando-se ao S que apontasse e lesse o que estava escrito. No início do procedimento, as respostas corretas foram reforçadas socialmente, com expressões tipo muito bem, correto, legal, isso mesmo, etc. Na metade do treino em diante, além do reforço social, as respostas corretas foram também reforçadas com fichas coloridas que, ao final da sessão, eram trocadas por tempo de acesso a um jogo de vídeo-game. O sujeito apresentou um elevado percentual de palavras pronunciadas corretamente, embora, tenha ocorrido, no início do procedimento, alternâncias frequentes de acertos e erros, caracterizando um típico processo de variabilidade comportamental; após a retirada do "reforçamento das respostas incorretas" e da introdução das fichas, a variabilidade se tornou menos acentuada, assim como o percentual de pronúncia correta no início da apresentação de novas palavras passou a ser mais elevado que o percentual dos conjuntos anteriores. No teste final, o sujeito apresentou 80% de palavras pronunciadas corretamente, maior portanto que os 56% apresentados no teste inicial. A explicação da mudança na forma de pronunciar as palavras pode ser atribuída ao procedimento de exclusão que proporciona um elevado percentual de acertos, à mudança na natureza do reforçamento e provavelmente à alteração de sua autoconfiança na pronúncia correta das palavras, tanto em sala de aula quanto em sua residência.

-oOo-

AEC 3.09

APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA COM A UTILIZAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO DE DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL. José G. Medeiros Marcelo dos Santos e Elisênia Cardoso de Souza. Lab. de Linguagem e Comp. Verbal, Dep. de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho surgiu a partir atividades práticas desenvolvidas na disciplina Psicologia da Aprendizagem. Tendo como propósito a vinculação entre *teoria e prática*, foram propostos os seguintes objetivos para o presente trabalho: a) instalar o comportamento de leitura e escrita como estratégia de ensino para a consecução dos objetivos da disciplina; b) replicar, ainda que parcialmente, o programa de ensino individualizado relatado por de Rose (1989) e Melchiori (1992). Neste sentido, procurou-se dar condições à uma criança de 7 anos, do sexo masculino, aluno de uma escola pública, com o propósito de desenvolver, pela primeira vez, o seu repertório de leitura. O procedimento consistiu num programa de discriminações condicionais, onde os *modelos* foram palavras faladas e os *estímulos de comparação* foram palavras impressas. As discriminações foram ensinadas por *exclusão*, onde a palavra nova era sempre apresentada junto com uma palavra conhecida. Após cada sessão de ensino o sujeito era testado para verificar se conseguia ler oralmente as palavras ensinadas e palavras novas, envolvendo recombinação das sílabas das palavras ensinadas (palavras de generalização). Testes de equivalência também foram realizados para verificar se o sujeito relacionava a palavra impressa com o desenho correspondente e vice-versa. O sujeito apresentou um elevado percentual de leitura correta, não apresentando qualquer erro nas exclusões. Nos pré e pós-testes das palavras-treino apresentou 100 por cento de acertos a partir da terceira exclusão. Em relação à leitura generalizada pas-

sou, também, a ler todas as palavras a partir da sexta exclusão com 100 por cento de acerto. As relações corretas estabelecidas nos testes de equivalência indicam que a leitura era feita com compreensão, além de reter a leitura correta de quase todas as palavras, já no teste 1, com 94 por cento de acertos. Contudo, no teste 2, a retenção foi completa com 100 por cento de leitura correta de todas as palavras que lhe foram apresentadas. Os dados são discutidos não apenas em termos do procedimento constituir-se num efetivo instrumento de intervenção na realidade escolar, como também, de prover aos estudantes de psicologia, condições concretas de lidar com problemas de natureza prática e de relevância social.

-oOo-

AEC 3.10

UM PROCEDIMENTO DE APRENDIZAGEM SEM ERROS.

José G. Medeiros, Alexandra Antonakopoulou, Ana Cláudia Righetto e Karina Amorim. Dep. de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Este estudo teve como propósito instalar o comportamento de leitura e escrita numa criança do pré-escolar que demonstrava não ter condições de acompanhar o restante da turma nas atividades escolares. O trabalho constituiu-se num dos quesitos práticos da disciplina de Psicologia da Aprendizagem do currículo do Curso de Psicologia da UFSC. Tendo como propósito a vinculação entre *teoria e prática*, foram propostos os seguintes objetivos: a) instalar o comportamento de leitura e escrita como estratégia de ensino para a consecução dos objetivos da disciplina; b) replicar, ainda que parcialmente, o programa de ensino individualizado relatado por de Rose (1989) e Melchiori (1992). O sujeito foi uma criança do sexo masculino, com seis anos de idade, matriculado na pré-escola do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Apesar de não apresentar fracasso escolar anterior, demonstrava atraso de leitura e escrita em relação ao desempenho da turma. O procedimento consistiu num programa de discriminações condicionais, onde os *modelos* foram palavras faladas e os *estímulos de comparação* foram palavras impressas. As discriminações foram ensinadas por *exclusão*, onde a palavra nova era sempre apresentada junto com uma palavra conhecida. Após cada sessão de ensino o sujeito era testado para verificar se conseguia ler oralmente as palavras ensinadas e palavras novas, envolvendo recombinação das sílabas das palavras ensinadas (palavras de generalização). Testes de equivalência também foram realizados para verificar se o sujeito relacionava a palavra impressa com o desenho correspondente e vice-versa. No início, o sujeito apresentou dificuldades na leitura das palavras novas. No decorrer do procedimento, passou gradativamente a responder ao que lhe era solicitado. Ao término de quatro meses, o sujeito demonstrou ter aprendido as palavras que lhe foram apresentadas com um percentual de leitura correta da ordem de 100 por cento, bem como, das palavras de generalização, obtidas através de combinações das sílabas das palavras-treino. Os resultados são discutidos em termos das características do procedimento que proporciona elevado percentual de acertos ao mesmo tempo em que não contingência os erros. É discutida também a estratégia de utilização de palavras pertencentes ao universo vocabular da criança, vinculando o processo de aprendizagem à sua realidade.

-oOo-

AEC 3.11

CARACTERIZAÇÃO DOS REPERTÓRIOS DE LEITURA E DE ESCRITA DE ALUNOS DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO AO LONGO DE UM ANO LETIVO. *Mônica Lúcia Fonseca, Maria Goretti da Fonseca, Ana Cláudia P. Bortolozzi, Deisy das Graças de Souza, Júlio C. C. de Rose.* Universidade Federal de São Carlos. *Elenice Seixas Hanna.* Universidade de Brasília.

A utilização de procedimentos construídos com base no paradigma de equivalência de estímulos pode ser útil para avaliar os repertórios de leitura e de escrita de crianças que estão no processo de alfabetização, tanto para monitorar a aprendizagem, quanto para decidir sobre o que ensinar. Este estudo teve como objetivos: a) descrever os repertórios de leitura e de escrita de aprendizes iniciantes pela medida de seus desempenhos em diferentes relações verbais; b) identificar mudanças ocorridas nos repertórios destes alunos, ao longo de um ano letivo. Foram medidas, em 18 tarefas, as seguintes relações: nomeação de figuras; nomeação de palavras (comportamento textual); ditado; cópia; e seleção de estímulos em tarefas de escolha de acordo com o modelo (*matching-to-sample*), com três tipos de pareamentos, de identidade, arbitrário auditivo-visual e arbitrário visual-visual. Estas tarefas empregaram palavras constituídas de sílabas simples (consoante/vogal) e também sílabas e vogais isoladas. Os alunos que apresentaram 100% de acertos na leitura de palavras impressas foram submetidos a tarefas adicionais (cópia, ditado e leitura) com palavras com dificuldades da língua e com uma sentença. Aplicados a 78 alunos do Ciclo Básico de Alfabetização, os procedimentos possibilitaram caracterizar o perfil individual de cada aluno, segundo seu desempenho, nas diferentes relações verbais, em dois momentos do ano letivo. Todos os sujeitos acertaram as tarefas de seleção e de nomeação que envolviam figuras, mas não as tarefas que envolviam palavras impressas. A maioria dos sujeitos fez cópia com altos índices de acertos, principalmente, quando a resposta requerida era manuscrita. Ficou evidenciada uma alta correlação entre leitura e ditado, mas esses desempenhos não se correlacionaram com o de cópia. Quanto à avaliação dos repertórios do meio para o final do ano letivo, o progresso observado, para a maioria dos alunos, foi pequeno para a maior parte das tarefas. Nos casos em que houve progresso, foi possível identificar com clareza as relações aprendidas no período. Os procedimentos permitiram uma avaliação bastante precisa e completa das diferentes relações comportamentais, o que pode constituir uma base importante para o planejamento e a avaliação do ensino de leitura e de escrita, tanto em situação de pesquisa como em situação de ensino. CNPq e CAPES.

-oOo-

AEC 3.12

O EFEITOS POSITIVOS DA APLICAÇÃO DE UM MÉTODO NÃO TRADICIONAL DE ENSINO, UTILIZADO COM UMA CRIANÇA DE 1ª SÉRIE PRIMÁRIA, COM DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DE LEITURA. *José G. Medeiros, Ana Paula Jacomino e Gabriela Amorim.* Universidade Federal de Santa Catarina.

O trabalho em questão visou a aprendizagem de leitura por meio de um procedimento de discriminação sem erros (exclusão) e surgiu a partir das atividades práticas desenvolvidas na disciplina Psicologia da Aprendizagem do curso de Psicologia. Tendo como propósito a vinculação entre *teoria e prática*, foram propostos os

seguintes objetivos para o presente trabalho: a) instalar o comportamento de leitura e escrita como estratégia de ensino para a consecução dos objetivos da disciplina; b) replicar, ainda que parcialmente, o programa de ensino individualizado relatado por de Rose (1989) e Melchiori (1992). O procedimento combinou passos de exclusão com testes de equivalência e generalização. Nas tentativas de exclusão duas palavras impressas foram apresentadas simultaneamente ao sujeito: uma palavra que já havia sido ensinada e uma outra que o sujeito aprendia a identificar através da exclusão da palavra já conhecida. A tarefa do sujeito era identificar a palavra falada pelo experimentador excluindo a palavra já conhecida. Na fase de equivalência o sujeito relacionava a palavra ao desenho e vice versa, ou seja, procurava-se verificar se estava lendo com compreensão. A leitura de palavras generalizadas que, neste trabalho, alcançou 100% de acertos, mostrou que houve aprendizagem por parte do sujeito, o que demonstra que o método de aprendizagem sem erro foi eficaz. Houve rapidez na aprendizagem de leitura em todas as etapas das quais o sujeito participou, demonstrando que este método não tradicional de ensino-aprendizagem apresenta-se bastante eficaz. Os fatores explicativos do comportamento de leitura e escrita podem ser atribuídos à utilização do procedimento de exclusão que proporcionou um elevado percentual de acertos, ao reforço social apresentado ao sujeito após cada resposta correta e que provavelmente contribuiu para o aumento de sua auto-estima e auto-confiança e à utilização de palavras pertencentes ao seu universo vocabular, vinculando o processo de aprendizagem com a sua realidade.

-oOo-

AEC 3.13

CONDIÇÕES QUE FACILITAM A APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA EM CRIANÇAS COM HISTÓRIA DE FRACASSO ESCOLAR. *José G. Medeiros, Edna Bittelbrum, Michelle Domit, Mônica D. Gonçalves e Sônia S. Caetano.* Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho surgiu a partir das atividades práticas desenvolvidas em *psicologia da aprendizagem*, tendo como propósito a vinculação entre *teoria e prática*, foram propostos os seguintes objetivos: a) instalar o comportamento de leitura e escrita como estratégia de ensino para a consecução dos objetivos da disciplina; b) replicar, ainda que parcialmente, o programa de ensino individualizado relatado por de Rose (1989) e Melchiori (1992). Participaram deste trabalho dois sujeitos, gêmeos univitelinos, do sexo feminino, com sete anos de idade, de classe economicamente baixa e frequentando a 1ª série do primeiro grau. O procedimento consistiu num programa de discriminações condicionais, onde os *modelos* foram palavras faladas e os *estímulos de comparação* foram palavras impressas. As discriminações foram ensinadas por *exclusão*, onde a palavra nova era sempre apresentada junto com uma palavra conhecida. Após cada sessão de ensino o sujeito era testado para verificar se conseguia ler oralmente as palavras ensinadas e palavras novas, envolvendo recombinação das sílabas das palavras ensinadas (palavras de generalização). Testes de equivalência também foram realizados para verificar se o sujeito relacionava a palavra impressa com o desenho correspondente e vice-versa. Além do reforço social, dado a cada resposta correta, foi também fornecida uma ficha de plástico colorida que, ao final de cada sessão, era trocada por material escolar e depois por tempo de acesso a jogos educativos. O percentual de leitura correta foi de 100%, para ambos os sujeitos, tanto nas

fases de treino, quanto nos pós-testes de todas as fases do procedimento. Nos testes de equivalência os sujeitos apresentaram 100% de acertos em todos eles. Os resultados dos testes de retenção de leitura das palavras demonstram um aumento na porcentagem de leitura correta do teste 1 para o 2, para ambos os sujeitos, tanto nas palavras-treino, quanto nas de generalização. Os resultados são discutidos em termos das possibilidades desta forma de trabalho constituir-se numa estratégia para intervir na realidade escolar, especificamente com aquelas crianças que apresentam dificuldades no processo de aquisição inicial de leitura.

-oOo-

AEC 3.14

AQUISIÇÃO DE LEITURA E ESCRITA POR UM SUJEITO ADULTO COM HISTÓRIA DE FRACASSO ESCOLAR E SOCIAL. José Gonçalves Medeiros, Giseli Monteiro e Karina Zaccaron da Silva. Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho surgiu a partir das atividades práticas desenvolvidas na disciplina de Psicologia da Aprendizagem do currículo do Curso de Psicologia da UFSC. Tendo como propósito a vinculação entre *teoria e prática*, foram propostos os seguintes objetivos para o presente trabalho: a) instalar o comportamento de leitura e escrita com estratégia de ensino para a consecução dos objetivos da disciplina; b) replicar, ainda que parcialmente, o programa de ensino individualizado relatado por de Rose (1989) e Melchiori (1992). Diante da estrutura escolar que vem reproduzindo os valores e interesses da classe dominante e apontando os alunos como responsáveis pelos seus próprios "fracassos", vários trabalhos tem se mostrado bastante promissores no sentido de apontar que o fracasso escolar deriva fundamentalmente de variáveis intra-escolares e parcialmente de variáveis extra-escolares. O procedimento consisti num programa de discriminações condicionais, onde os *modelos* foram palavras faladas e os *estímulos de comparação* foram palavras impressas. As discriminações foram ensinadas por *exclusão*, onde a palavra nova era sempre apresentada junto com uma palavra conhecida. Após cada sessão de ensino o sujeito era testado para verificar se conseguia ler oralmente as palavras ensinadas e palavras novas, envolvendo recombinação das sílabas das palavras ensinadas (palavra de generalização). Teste de equivalência também foram realizados para verificar se o sujeito relacionava a palavra impressa com o desenho correspondente e vice-versa. O sujeito apresentou um elevado percentual de leitura com compreensão, tanto das palavras ensinadas, como das palavras de generalização, além de escrever manualmente algumas das palavras e ler algumas frases montadas pelas experimentadoras. Os fatores explicativos do comportamento de leitura e escrita podem ser atribuídos à utilização do procedimento de exclusão que proporciona um elevado percentual de acertos, ao reforço social apresentado ao sujeito após cada resposta correta e que provavelmente contribuiu para o aumento de sua auto-estima e auto-confiança e à utilização de palavras pertencentes ao seu universo vocabular, vinculando o processo de aprendizagem com a sua realidade.

-oOo-

AEC 3.15

DESENVOLVIMENTO DE CONTROLE POR UNIDADES MÍNIMAS I: AVALIAÇÃO EM TESTES DE PAREAMENTO COM O MODELO. Alessandra de Mesquita Rocha e Elenice S. Hanna. Universidade de Brasília

Skinner (1957) propõe que quando uma relação estímulo-resposta é estabelecida, não apenas o estímulo como um todo exerce controle sobre a resposta, mas também partes do mesmo; deste modo, novas respostas podem surgir através da recombinação de operantes mínimos que já existiam no repertório do sujeito. Esse controle por partes menores do estímulo é denominado de controle por unidades mínimas. O presente trabalho teve por objetivo investigar o efeito de treinos utilizando quatro diferentes formas de configurar estímulos compostos por quatro elementos sobre desenvolvimento de controle por unidades mínimas. Nove grafemas de um pseudo-alfabeto foram associados a nove fonemas da língua portuguesa. Palavras sem sentido foram criadas a partir da combinação de quatro grafemas/fonemas. Cada palavra foi associada a um desenho que sugeria semelhanças com formas animais. Seis sujeitos alfabetizados e seis não-alfabetizados foram expostos a treinos de relações condicionais entre palavras ditadas e desenhos e entre palavras ditadas e impressas; e a testes de equivalência nos quais eram avaliadas a leitura com compreensão de palavras treinadas e de palavras novas, criadas a partir da recombinação das palavras treinadas. O desempenho dos sujeitos alfabetizados e não-alfabetizados foi semelhante. Os resultados mostraram emergência de leitura com compreensão das palavras treinadas para a maioria dos sujeitos com as quatro configurações de estímulos. Os escores nos testes de leitura com compreensão das palavras de generalização, que evidenciaram o desenvolvimento de controle por unidades mínimas, em geral, foram baixos e variáveis e mostram pouca influência da forma de composição das palavras treinadas. Maiores escores foram obtidos com as duas últimas configurações de estímulos às quais os sujeitos foram expostos, sugerindo que a quantidade de treino é uma variável importante para o estabelecimento de desempenhos generalizados. CNPq.

-oOo-

AEC 3.16

DESENVOLVIMENTO DE CONTROLE POR UNIDADES MÍNIMAS II: AVALIAÇÃO EM TESTES DE LEITURA ORAL. Alessandra de Mesquita Rocha e Elenice S. Hanna. Universidade de Brasília

O presente trabalho teve por objetivo investigar o efeito da exposição a procedimentos de escolha de acordo com o modelo utilizando quatro diferentes formas de configurar estímulos compostos por quatro elementos sobre desenvolvimento de controle por unidades mínimas, avaliado a partir de desempenhos de leitura oral. Nove grafemas de um pseudo-alfabeto foram associados a nove fonemas da língua portuguesa. Palavras sem sentido de treino e generalização foram criadas a partir da combinação de quatro grafemas/fonemas. Cada palavra foi associada a um desenho que sugeria semelhanças com formas animais. As palavras de generalização consistiram em recombinações das palavras de treino de acordo com os seguintes critérios: *troca de uma letra na primeira sílaba* de uma das palavras de treino; *troca de uma letra na segunda sílaba* de uma das palavras de treino; *inversão* das sílabas de uma palavra de treino, de forma que a primeira sílaba passasse a ser a segunda e vice-versa; *recombinação* de duas sílabas de palavras de treino diferentes e *combinação de grafemas/fonemas* de diferentes palavras de treino formando sílabas novas. Seis sujeitos alfabetizados e seis não-alfabetizados foram expostos a treinos de relações condicionais entre palavras ditadas e desenhos e entre palavras ditadas e impressas e a testes de leitura oral de palavras treinadas e de palavras de generalização com

cada uma das quatro configurações de estímulos. Os resultados mostraram altas porcentagens de acerto na leitura oral das palavras treinadas. Os escores em leitura oral totalmente correta de palavras de generalização foram baixos, todavia a análise de acertos parciais revela que todos os sujeitos leram corretamente ao menos parte de muitas das palavras de generalização. A análise dos acertos por tipo de palavra de generalização indicou que maiores porcentagens de acerto ocorreram para as palavras do tipo *troca de letra na primeira sílaba* e menores porcentagens para as palavras do tipo *combinação de grafemas/fonemas*. Esses resultados corroboram os de outros estudos e sugerem que o cuidado na composição das palavras de generalização pode facilitar a evidência do desenvolvimento de controle por unidades mínimas. CNPq.

-oOo-

AEC 3.17

EFEITOS DE REVERSÃO TOTAL OU PARCIAL SOBRE A APRENDIZAGEM DE DISCRIMINAÇÃO CONCORRENTE EM RATOS. *Maria de Jesus Dutra dos Reis e Júlio César C. de Rose.* Universidade Federal de São Carlos (Brasil). *William V. Dube,* E.K. Shriver Center (USA).

O treino em repetidas reversões de discriminação concorrente tem se mostrado um procedimento eficaz na formação de classes funcionais de estímulos. O objetivo do presente trabalho foi investigar o efeito de diferentes tipos de reversões (Total e Parcial) sobre as sucessivas aquisições, em uma replicação não sistemática dos estudos descritos por Nakagawa (1992). Para tanto, foram utilizados 20 ratos albinos 'Sprague Dawley', mantidos a 80 % de seu peso livre. Os sujeitos foram treinados sob discriminação concorrente (2,2), em procedimento "go/no-go", com apresentações sucessivas de estímulos auditivos; dois estímulos eram treinados como positivos (S+) e os outros dois como negativos (S-). Após atingir o critério de aprendizagem, os sujeitos permaneceram sob a mesma condição por 12 sessões extra-treino ("overtraining"). Dez dos sujeitos receberam, então, reversão total das contingências, ou seja, todos os S+ agora eram S- e todos os S- eram S+. Os sujeitos restantes foram submetidos a reversão parcial das relações, ou seja, um S- era então S+ e um S+ agora era S-. Sucessivas reversões foram realizadas. Os sujeitos adquiriram rapidamente a discriminação original (média variando de 3 a 5 sessões). Nenhuma diferença foi observada entre os diferentes grupos experimentais durante a primeira reversão ou nas seguintes, não replicando assim os resultados de Nakagawa; análises dos resultados parecem indicar que a ausência de contingências programadas sob o responder durante S- pode ser uma das variáveis responsáveis por esta diferença. CNPq.

-oOo-

AEC 3.18

SUCCESSIVE DISCRIMINATION AND REVERSAL OF COMPLEX AUDITORY DISCRIMINATION IN RATS. *William J. McIlvane e William V. Dube.* E. K. Shriver Center for Mental Retardation and Northeastern University (Massachusetts, USA).

Seventeen rats albino 'Sprague dawley' were exposed to a go/no-go discrimination procedure that presented complex auditory discriminations (e.g., spoken English words) as positive stimuli and negative stimuli. In initial training, all animals reliably discriminated the stimuli, that is, they pressed a response lever

consistently in the presence of the positive stimuli and much less often in the presence of the negative stimuli. Thereafter, the reinforcement contingencies were reversed. The positive stimuli became negative and the negative stimuli became positive. All rats acquired the reversal discriminations. Several rats were then exposed to two or more additional contingency reversals, and all discriminations were mastered reliably. Overall, the results show that albino rats have greater capacity for acquiring and reversing auditory discriminations than has been reported previously. We will discuss the relevance of these findings to functional classes of stimuli issues.

-oOo-

AEC 3.19

CONDITIONAL DISCRIMINATION OF LOCATION IN MONKEYS: SEARCH FOR THE EMERGENCE OF SYMMETRIC RELATIONS. *Olavo F. Galvão, Paulo Robert, Marlene Monteiro,* Universidade Federal do Pará. *Romário S. Barros,* Universidade de São Paulo.

Experimenters have been balancing location of stimuli in order to guarantee subject's discrimination of relevant stimulus' features. This is indication of the relevance of location as controlling stimulus. Therefore, location itself could constitute an adequate stimulus for the study of equivalence relations in humans and other species. Two monkeys, one "Atelles paniscus" and one "Cebus apella", were trained to respond to three conditional discriminations of location in a matching-to-sample zero-delay procedure using banana pellets as reinforcers for responses to the correct comparisons. The stimuli used were white lights projected from the rear of 1 (sample) or 3 (comparisons) transparent circular plexiglas response keys. Location was the stimulus variable. After criterion of learning being reached they were tested for symmetry and did not show it. The experimental contingencies may have permitted the discrimination of three sequences of two response instead of three conditional discriminations of location. These findings also suggest that stimulus location itself deserves to be investigated as a relevant variable in the establishment of conditional discriminations.

-oOo-

AEC 3.20

EFEITOS DE REVERSÃO TOTAL OU PARCIAL SOBRE A APRENDIZAGEM DE DISCRIMINAÇÃO CONCORRENTE SOB ESQUEMAS EM VR/DRL COM RATOS. *Maria de Jesus Dutra dos Reis e Júlio César C. de Rose,* Universidade Federal de São Carlos (Brasil). *William V. Dube,* E.K. Shriver Center (USA).

O treino em repetidas reversões de discriminação concorrente tem se mostrado um procedimento eficaz na formação de classes funcionais de estímulos. O presente trabalho investigou o efeito de diferentes tipos de reversão do treino de discriminação concorrente onde nenhum dos componentes estava em extinção. Foram utilizados 15 ratos albinos 'Sprague dawley'. Os sujeitos foram treinados sob discriminação concorrente (2,2), com apresentações sucessivas de estímulos auditivos; dois estímulos eram apresentados sob esquema em Razão Variável (VR 15) e os outros dois em esquema de reforçamento diferencial em taxas baixas (DRL 5 s). Após atingir o critério de aprendizagem, os sujeitos permaneceram sob as mesmas condições por 20 sessões extras.

Os sujeitos foram divididos em 3 grupos: controle, total e parcial. Aqueles nos grupos total e parcial tinham longa história experimental em repetidas reversões (totais e parciais, respectivamente) em procedimento "go/no-go", com os mesmos estímulos aqui apresentados. Os sujeitos do grupo controle não tinham história prévia neste procedimento. Dois sujeitos do grupo controle foram submetidos a reversão total, ou seja, os estímulos em VR 15 agora sinalizavam DRL 5 s e vice-versa; os outros três receberam reversão parcial, ou seja, um estímulo sob VR sinalizava agora componentes em DRL e um estímulo sob DRL sinalizava VR. Os sujeitos dos grupos total e parcial continuaram recebendo rever-

são total e parcial, respectivamente. Sessões com sondas foram introduzidas em diversos momentos do treino para testar possível formação de classes de estímulos em função da história prévia dos sujeitos; nenhum resultado sistemático, contudo, foi observada durante estas condições de sonda. Os sujeitos sob reversão reverteram mais rapidamente que aqueles em reversão parcial, em todos os grupos. Algumas características do desempenho dos sujeitos sobre reversão parcial parecem indicar possível de formação de classes funcionais de estímulos durante treino. CNPq.

-oOo-

PSICOBIOLOGIA E NEUROCIÊNCIAS

BIO 1.01

ASSOCIAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVOCACÃO E RECONHECIMENTO E LESÕES EM HEMISFÉRIOS CEREBRAIS DE PACIENTES DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL. José Neander Silva Abreu. Hospital Sarah-Salvador.

Pacientes de acidente vascular cerebral (AVC) que iniciam atendimento no programa de reabilitação do hospital Sarah-Salvador são avaliados quanto às funções cognitivas, incluindo as mnêmicas. As associações de localização de lesão e déficits de memória auxiliam a compreensão das dificuldades do paciente. Este trabalho tem por objetivo avaliar resultados em prova de evocação, relacionando-os com a localização hemisférica de lesões provocadas por AVC. Cinquenta pacientes, 25 com lesões em hemisfério direito ((HD), 10 homens e 15 mulheres (M idade: 54,8a) e 25 em hemisfério esquerdo ((HE), 14 homens, 11 mulheres (M idade: 54,9a) foram avaliados através da prova *Evocação da Batterie d'Évaluation Cognitive (B.E.C. 96)*, constituída pelos subtestes: *evocação e reconhecimento*. Os paciente foram avaliados uma única vez. A prova consta de seis figuras que são apresentadas e nomeadas pelos pacientes por duas vezes, e entre 5-10 minutos após, solicita-se a *evocação* (recordação espontânea dos nomes das figuras), e o reconhecimento das figuras visualizadas entre um total de trinta. Os resultados foram comparados entre os grupos tanto para a prova como para os subtestes. Diferenças significativas entre os grupos foram observadas tanto na prova ($p < 0,05$) como no subteste evocação ($p < 0,05$). Na pontuação da prova, os escores foram superiores em pacientes com lesões em HD ($M=9,6$ $sd=2,2$ vs $M=7,6$ $sd=3,1$). Achado semelhante foi observado no subteste evocação ($M=4,0$, $sd=1,7$ vs $M=2,8$, $sd=2,1$, para HD e HE respectivamente). No entanto, no subteste reconhecimento não foram observadas diferenças significativas entre os grupos ($M=5,6$, $sd=0,8$ vs $M=5,1$, $sd=1,9$, para HD e HE respectivamente). Estes resultados concordam com as características clínicas de maiores dificuldades para evocação verbal em pacientes com lesões no hemisfério esquerdo. Associação das Pioneiras Sociais.

-oOo-

BIO 1.02

A NATUREZA OPIÓIDE DO DESAMPARO APRENDIDO PODE DEPENDER DOS PARÂMETROS EXPERIMENTAIS UTILIZADOS. Nancy Airolti Teixeira, Dárcio Gomes Pereira e Alexandre Herculano Hermeni. Departamento de Farmacologia, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas e Centro de Engenharia Biomédica, Universidade Estadual de Campinas.

A natureza opióide do desamparo aprendido - um fenômeno associado à analgesia opióide induzida por estresse (AIE) já foi proposta. Considerando que o envolvimento opióide da AIE é muito sensível à alterações nos parâmetros experimentais, tentamos verificar sua ocorrência em nossa condições. Fêmeas Wistar adultas foram treinadas recebendo 60 choques inescapáveis nas patas de 1 mA (CHI - $N = 106$, de programação pareada a um grupo escapável) ou confinadas na caixa de choques pelo mesmo período que o grupo CHI (CFD, $N=84$). Vinte e quatro horas após os ratos foram testados numa caixa de vai e vem ou no teste de *tail-flick*. Foram usados para verificar o envolvimento opióide, o antagonista naltrexona (0 ou 8 mg/kg, i.p.) e a indução prévia de tolerância cruzada à morfina (por administração crônica de 0 ou 10 mg/kg, s.c. por 13 dias). A aplicação da análise de variância

revelou que apenas os animais do grupo CHI demonstraram hipotalgesia e déficit de fuga na sessão de teste. Tal déficit foi resistente a procedimentos feitos antes da sessão de treino que, entretanto, foram capazes de prevenir a hipotalgesia. Por outro lado o desamparo aprendido pode ser revertido se os tratamentos fossem instalados antes da sessão de teste. Concluímos que a indução do efeito de interferência sobre a fuga, em nossas condições, esta associado à AIE-opiíde mas não é mediado por opiídes. Sua expressão entretanto é opiíde-dependente. Estes resultados sugerem que o envolvimento opiíde no desamparo aprendido pode também depender dos parâmetros experimentais utilizados. FAPESP, Proc. nº 92/3816-3 e 92/3839-3.

-oOo-

BIO 1.03

EFEITO DA FLUOXETINA CRÔNICA E AGUDA NO LABIRINTO EM CRUZ ELEVADO. C. R. R. Alves, E. M. M. Santarém e M. T. A. Silva. Dep. de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da USP.

Em conjunto, os dados da literatura indicam que a serotonina facilita a ansiedade, e que a inibição da atividade serotoninérgica produz efeitos ansiolíticos em animais. O objetivo deste trabalho foi verificar o efeito da fluoxetina, um inibidor seletivo da recaptação de serotonina, sobre a ansiedade avaliada pelo modelo do labirinto em cruz elevado. A fluoxetina (5.0 mg/kg) i.p. foi administrada crônica e agudamente em ratos privados de alimento a 80% do peso *ad lib*. No experimento crônico, ao fim de 22 dias de tratamento, cada animal do grupo FLX ($N=12$) ou VEIC ($N=12$) foi exposto por 5 min ao labirinto. Observou-se que a média do tempo de permanência nos braços abertos foi significativamente menor no grupo FLX ($x \pm SE = 81.6 \pm 14.5$) em relação ao VEIC ($x \pm SE = 126.1 \pm 13.7$), $t = 2.23$, $p < .05$; e que o número de entradas nos braços abertos também foi menor no grupo FLX ($x \pm SE = 4.5 \pm 0.80$) do que no grupo VEIC ($x \pm SE = 8.8 \pm 1.0$), $t = 3.22$, $p < .05$. A latência para sair do compartimento central não foi afetada pela droga. No experimento agudo, os ratos foram injetados com 5.0mg/kg i.p. de FLX ($N=12$) ou VEIC ($N=12$) uma hora antes da exposição ao labirinto, que foi feita nas mesmas condições do experimento crônico. Não houve diferença significativa entre o tempo de permanência nos braços abertos entre FLX ($x \pm SE = 57.1 \pm 16.2$) e VEIC ($x \pm SE = 85.5 \pm 14.8$), ou entre o número de entradas nos braços abertos, número de entradas nos braços fechados, ou latência. Os resultados sugerem um efeito ansiogênico da fluoxetina crônica. FAPESP, CNPq

-oOo-

BIO 1.04

CORRELATOS COMPORTAMENTAIS E NEURAIS DE LESÕES NO COMPLEXO PALEOESTRIAL EM POMBOS (C. LIVIA). M. S. S. Toyoda, M. A. Cruz-Höfling e E. A. M. Ferrari. Lab. de Sistemas Neurais e Comportamento, Dep. de Fisiologia e Biofísica e Centro de Microscopia Eletrônica, IB, UNICAMP, Campinas, SP.

O presente trabalho analisa a função do Complexo Paleoestrial na organização do comportamento de pombos em situação de locomoção e escolha alimentar. As questões colocadas orientam-se por estudos neuroanatômicos e histoquímicos que fundamentam comparações funcionais entre o Complexo Paleoestrial (CP) de aves e os Núcleos da Base de mamíferos. Os sujeitos foram atri-

buídos a quatro grupos, segundo a lesão unilateral do CP, simulada (SHAM) ou neuroquímica (1 μ l de ácido ibotênico; EXP) e com a recuperação pós-lesão de 7 ou 15 dias. A câmara experimental tinha parede frontal com espelho unidirecional e, numa das paredes laterais, dois comedouros: o da direita tinha areia e o da esquerda, alimento coberto com areia. A observação da locomoção e escolha de comedouro ocorreu em sessões PRÉ e PÓS-lesão, havendo reversão de posição dos comedouros a cada quatro sessões na condição PÓS. Os cérebros foram analisados por microscopia eletrônica e óptica, sendo usado controles normais e com um dia de lesão. Constatou-se, mesmo após 24 h da lesão, fragmentação da bainha de mielina, edema de mitocôndrias e desorganização das organelas cito e axoplasmáticas, e também a presença de neurônios, astrócitos e axônios vacuolizados e edemaciados. As latências de locomoção mostraram diferenças significativas entre os grupos na condição de reversão ($p < 0,05$). Para todos os grupos, na condição PÓS, a porcentagem de escolha correta teve aumentos superiores a 10% em relação à condição PRÉ. As alterações ultraestruturais no CP, agudas e tardias, correlacionaram-se com alterações posturais pós-lesão (tremor, inversão da pata contralateral e base alargada) que não interferiram na aprendizagem de escolha alimentar. Os aumentos de latência de locomoção observados na situação de reversão são interpretados como indicativos da participação do CP na organização do comportamento motor em aves. CAPES.

-oOo-

BIO 1.05

EFEITOS DA ADMINISTRAÇÃO AGUDA DE IMIPRAMINA SOBRE O DESAMPARO APRENDIDO EM RATOS MACHOS E FÊMEAS. *Amauri Gouveia Jr. e Maria Helena L. Hunziker.*

Depto. de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo. O desamparo aprendido corresponde à dificuldade em aprender uma resposta de fuga em decorrência da experiência prévia com choques incontroláveis. Esse efeito vem sendo proposto como um modelo animal de depressão. O objetivo desse experimento foi verificar os efeitos da imipramina (droga antidepressiva) sobre o desamparo aprendido em ratos machos e fêmeas. Foram utilizados 160 ratos Wistar, distribuídos em 20 grupos ($n=8$) conforme sexo (machos e fêmeas), tratamento (choque- CHI ou não choque-NCH) e dose de imipramina (0; 4; 8; 16 ou 32 mg/Kg). Os grupos foram manipulados aos pares, em função do tratamento. Todos os animais foram submetidos a duas sessões (treino e teste), com 24 horas de intervalo entre elas. Treino: os animais dos grupos CHI receberam 60 choques incontroláveis, de 1 mA, 10s, ministrados a intervalos médios de 60s (amplitude 20-100s). Os sujeitos dos grupos NCH foram simultaneamente colocados na caixa experimental adjacente sem receber choques. Cerca de 24 h após o treino, cada sujeito recebeu injeção i.p. de veículo (0 mg/Kg) ou imipramina (4, 8, 16 ou 32 mg/Kg), sendo 30 min após essa injeção submetidos à sessão de teste: na shuttlebox, os animais receberam 30 choques, de 1mA, ministrados a intervalos médios de 60s (amplitude de 20-100s). Cada choque correspondia

a uma tentativa, sendo que se o sujeito saltasse de um compartimento ao outro da caixa, o choque era desligado imediatamente. Caso essa resposta de fuga não ocorresse em 10s, o choque era desligado e a tentativa considerada falha. O tempo decorrido entre o início e o término do choque foi considerado como a latência da resposta. Constatou-se que animais submetidos aos choques incontroláveis apresentaram maior taxa de falhas e maior latência ao longo das tentativas que os animais não expostos a esses choques, apenas nas doses de imipramina de 8 e 16mg/Kg (machos), e de 8, 16 e 32mg/Kg (fêmeas) houve inibição do desamparo aprendido. Os resultados obtidos indicam que: 1) o desamparo aprendido ocorre em machos e fêmeas; 2) a administração aguda da imipramina é eficaz para inibir a ocorrência do fenômeno, sendo esse efeito dose-dependente; 3) esse efeito da droga é função do sexo, sendo a inibição do desamparo mais acentuada nas fêmeas. CNPq

-oOo-

BIO 1.06

UM MODELO BIOCOMPORTAMENTAL DE PHENYLKETONURIA (PKU) EM CAMUNDONGOS. *William V. Dube, Pippa S. Loupe e Charissa A. Dyer, E. K. Shriver Center for Mental Retardation (USA). Maria de Jesus Dutra dos Reis, Universidade Federal de São Carlos (Brasil).*

Estudos com camundongos HPH5.1, espécie geneticamente mutante homozigota, tem demonstrado que estes exibem muitas das características biológicas observadas em sujeitos humanos com PKU (particularmente hipomielinização). O presente trabalho representa um esforço inicial no sentido de estender o modelo biológico comparativo, desenvolvendo testes comportamentais que possam avaliar aspectos relacionados com processos de aprendizagem. Para tanto, três testes foram desenvolvidos em labirintos modificados. O primeiro deles envolvia tarefa de discriminação entre diferentes luminosidades (claro/escuro); o segundo observava a alternância espacial espontânea e o terceiro examinava o desenvolvimento de 'comportamento vantajoso' (advantageous learning). Foram utilizados um total de 64 diferentes sujeitos, sendo que nos diversos experimentos eles foram divididos entre dois grupos experimentais [mutantes (homozigotos) X normais (heterozigotos)], distribuídos em igual número por sexo (machos X fêmeas). Nenhuma diferença significativa foi observada entre os grupos nos dois primeiros conjuntos de testes. No terceiro teste, os sujeitos eram colocados, antes da operação de privação, numa situação de exploração de labirinto, onde era apresentada uma fonte de água. Quando privados, os sujeitos do Grupo Homozigoto apresentaram menos evidência de "comportamento vantajoso" que sujeitos do Grupo Heterozigoto (achar a fonte de água). Os dados replicam alguns resultados previamente descritos na literatura. Será discutida a relevância destas descobertas para questões de saúde relacionadas com o PKU.

-oOo-

PSICOLOGIA CLÍNICA

CLIN 1.01

ESTUDO DE PROCESSO PSICOTERÁPICO: TENDÊNCIAS ATUAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO DE PROBLEMAS. *Maria Leonor Espinosa Enéas.* Universidade Mackenzie.

As questões referentes ao processo psicoterápico têm ganhado espaço crescente na literatura internacional sobre psicoterapia breve psicodinâmica nos últimos anos. Esta tendência substituiu estudos anteriores voltados para os critérios psicodiagnósticos e para a indicação de pacientes. Atualmente os estudos examinam a eficácia da psicoterapia e visam compreender o desenrolar do processo. Em consonância com este movimento são examinadas diversas situações específicas na busca de uma ampliação do campo da psicoterapia breve e da circunscrição de procedimentos adequados para tais casos. Esta apresentação destaca os principais trabalhos sobre processo terapêutico, considerando sua natureza e tema, e aponta as questões surgidas deste empenho, circunscrevendo um campo de pesquisa muito rico e ainda em desenvolvimento. Ilustra com estudos realizados em nosso meio, voltados para questões que nos são mais relevantes. Destaca ainda as semelhanças e diferenças entre os contextos de produção das práticas e das pesquisas. CAPES.

-oOo-

CLIN 1.02

QUADRO DE ANÁLISE PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES GRUPOTERÁPICAS. *Luciana Silva Ramos; Vera Resende.* CPA, UNESP Bauru - SP.

Este método de avaliação e análise, surgiu do Projeto de "Grupoterapias Infantis e Pré-Adolescentes com Orientação de Pais", integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade que se encontra em andamento no CPA/UNESP (Bauru - SP). Visando sistematizar processualmente os atendimentos de grupoterapias (de grande demanda) em função do tempo e melhor visualização e programação destes, este quadro foi criado com base em conceitos básicos de Grupoterapia e Psicanálise. Dentre os 25 conteúdos básicos analisados por este Quadro temos: Mecanismos de defesa; Funções do ego e seu funcionamento estrutural; Transferência e contratransferência; Desempenho de papéis; Psicossomatismos; Projeções e identificações; Auto-imagem; Ansiedade; Livre associação e catarse; Pulsões; Limites; Adaptação à frustrações; Manipulações; Introversão X extroversão; Humor; Isolamento X participação; Fugas da realidade; Inteligência e criatividade; Agressividade X passividade; Linguagem e comunicação e memória; Pensamento e raciocínio; Sentidos e percepção; dentre outros. As 25 categorias citadas acima, são organizadas em uma folha grande, num quadro de Categorias X Número/nome de cada integrante do grupo, resultando em anotações referentes aos conteúdos observados em sessão. Essas informações devem ser feitas logo após cada sessão para que não haja perda de conteúdos. Observamos que estes conteúdos emergidos nas sessões, retratam bem a sistêmica familiar do sujeito, seu mecanismo de funcionamento egóico e relacional; ficou mais fácil intervir em cada caso e nas relações grupais; pudemos preparar as sessões subsequentes com maior segurança; nos tem sido de muita utilidade na realização de relatórios / sessão e diagnósticos processuais pode adequar-se também à psicoterapias individuais. Apesar de seu caráter experimental, sujeito ainda a simplificações, objetivações e adequações pudemos obter ainda muitas contribuições, podendo a longo prazo, utilizarmos destes registros para análises mais complexas.

-oOo-

CLIN 1.03

GRUPOTERAPIAS INFANTIS E PRÉ-ADOLESCENTES COM ORIENTAÇÃO DE PAIS. *Luciana Silva Ramos e Vera Resende.* CPA, UNESP Bauru - SP.

Este projeto faz parte de um programa integrado do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, que se encontra em andamento no Centro de Psicologia Aplicada/UNESP (Bauru - SP). Por constatarmos que nossa demanda infantil tem aumentado muito nos últimos anos, em sua maioria por conta de uma problemática familiar maior e/ou devido uma inabilidade dos pais em educar seus filhos, objetivamos testar uma estratégia de atuação abrangente, que seja eficaz na psicoterapia emergencial e preventiva, através de um contínuo apoio e orientação aos pais (terapêutico e/ou em grupos) além do atendimento grupoterápico aos filhos. A triagem diagnóstica constou de entrevista, anamnese, observação lúdica e testes como: CAT, Fábula de Duss e HTP; acrescida de uma paralela orientação terapêutica aos pais, antes e depois da entrevista devolutiva. Foram triadas 58 crianças, havendo 13 desistências, 9 encaminhamentos para áreas afins como Psicologia Escolar, Psicomotricidade, Fonoaudiologia, etc. Destes 58 casos, selecionamos para as grupoterapias 33, em função de idade e tipo de problemática envolvida, sendo que dentre estes, 03 eram acompanhados também em Fonoaudiologia e outros 03, apesar de termos sanado as queixas iniciais no decorrer da triagem, permaneceram em atendimento, enquanto suporte e apoio devido a problemática familiar. Formamos 09 grupos com pacientes de 05 a 14 anos. Dentre as queixas ou motivos mais comuns, observamos: falta de limites, timidez, psicossomatizações, regressões, diminuída auto-estima, fobias, perfeccionismo, rigidez egóica, "culpa", má elaboração de perdas ou separação dos pais, dentre outras. Concluímos que esta estratégia tem sido eficaz, pois observamos que houve aumento na credibilidade destes quanto ao trabalho do psicólogo, possibilitamos maior confiança e redução de ansiedades, desconstruímos "falsas demandas" e prevenimos outras possíveis "queixas psicologizantes", considerando a importância de uma psicoterapia mais sistêmica que possa atender não só filhos, comumente estigmatizados, frente estas problemáticas familiares.

-oOo-

CLIN 1.04

CRISE OU CRISE DA ADOLESCÊNCIA? AS DIFERENÇAS ENTRE A DEMANDA POR PSICOTERAPIA E POR ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM CLÍNICA-ESCOLA. *Manoel Antônio dos Santos e Elisabete Cristina do Carmo Beltrame* Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

Este trabalho tem por finalidade precisar as diferenças encontradas entre a clientela que busca atendimento psicoterápico e a que procura orientação profissional na Clínica Psicológica do Centro de Psicologia Aplicada da FFCLRP-USP, objetivando um conhecimento mais específico das características da demanda, com vistas ao aprimoramento do processo de triagem. A amostra foi composta da totalidade de clientes adolescentes triados no ano de 1995 (N=51) e os dados, coletados a partir das respostas a um roteiro de entrevista semi-estruturado em uso no serviço. As informações obtidas foram agrupadas em torno dos motivos de consulta,

expectativas quanto ao atendimento e de algumas variáveis demográficas e culturais da população (nível de escolaridade e nível profissional dos pais, rendimento e configuração familiar). Os resultados evidenciam que, à exceção da *configuração familiar*, os clientes que compõem as duas sub-amostras apresentam perfis claramente distintos entre si. Os clientes situados na faixa etária de 13 a 15 anos procuram ajuda psicológica para a resolução de um conjunto de problemas afetivo-emocionais e/ou dificuldades de adaptação à escola e de aprendizagem escolar, e comparam-se à clínica devido a uma demanda que expressa, aparentemente, uma solicitação dos pais, mais do que do próprio adolescente. Já os clientes de 16 a 18 anos apresentam uma solicitação de atendimento muito específica e bem delineada, em termos de uma orientação no processo de escolha da carreira, o que os leva a recorrerem de maneira espontânea ao serviço. Consoante com a diversidade das *queixas* observadas para o grupo 1, ou com a sua especificidade, no caso do grupo 2, as expectativas apresentadas quanto ao resultado do atendimento variam desde aquelas bastante vagas, genéricas e que traduzem um anseio por respostas imediatas que caracterizam o grupo 1, até as mais definidas e realistas, mas não menos imediatistas símbolo 45 V "Symbol" 1s 9 manifestadas pelos adolescentes que buscam orientação profissional. Os grupos se diferenciam do ponto de vista do status sócio-econômico da família: o grupo 2 é constituído majoritariamente de adolescentes oriundos de famílias de classe média, com tendência a um maior poder aquisitivo, cujos pais apresentam melhor padrão educacional e exercem atividades profissionais de maior prestígio social. As diferenças sexuais são menos marcantes: o sexo feminino prevalece em ambos os grupos, contudo a proporção relativa de mulheres é maior no segundo grupo (75,9%), quando comparada com a do primeiro (59,1%). Esse dado difere do que se observa na clientela infantil, de acordo com os dados fornecidos pela literatura (ou seja, predomínio do sexo masculino), sugerindo uma especificidade da demanda adolescente e uma maior preocupação atual do sexo feminino com relação ao futuro profissional, provavelmente associada ao fenômeno de inserção ascendente da mulher no mercado de trabalho. Assim, a problemática mais comum apresentada pelo jovem na atualidade parece variar de acordo com o período da adolescência que ele atravessa, com a etapa pós-pubertária incidindo mais fortemente sobre a área afetiva e o ajustamento social e escolar, e a etapa mais tardia contribuindo para a manifestação de conflitos psicológicos que se expressam sobretudo na área do ajustamento em relação aos papéis sociais e ocupacionais esperados para o ingresso na vida adulta.

-oOo-

CLIN 1.05

ADERÊNCIA AO TRATAMENTO NA ADOLESCÊNCIA: AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA EM UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO NA UNIVERSIDADE. Manoel Antônio dos Santos e Elisabete Cristina Carnio Beltrame. Dep. de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

A avaliação de serviços públicos de atenção psicológica à clientela adolescente requer a sistematização de dados empíricos, obtidos a partir do conhecimento da realidade da demanda em nosso meio, em termos de suas características demográficas, da prevalência dos problemas emocionais e comportamentais na população, bem como dos índices de aderência ao atendimento.

O objetivo da presente investigação é avaliar, de modo sistemático, o atendimento oferecido pela clínica-escola do curso de Psicologia da FFCLRP-USP, a partir da investigação de uma amostra de 51 adolescentes de 13 a 18 anos, de ambos os sexos, que recorreram ao serviço no período de janeiro a dezembro de 1995. Foram examinados os dados colhidos junto aos clientes e pais, a partir de um roteiro elaborado com o objetivo de investigar a problemática apresentada como justificativa para a busca do atendimento, aplicado durante uma situação de entrevista individual. Para tanto, procedeu-se ao levantamento dos prontuários dos casos atendidos, através de análise de arquivo, com o objetivo de coletar os dados referentes: ao perfil psicossocial da clientela, às variáveis relacionadas à procura do atendimento (tipo de procura e motivo de consulta) e às variáveis relacionadas ao atendimento proporcionado (intervalo decorrido entre a inscrição e a triagem, tempo de espera para o início do atendimento, conduta adotada após a triagem, duração do atendimento, número de faltas e condição do cliente ao término do atendimento). Em seguida, a amostra foi subdividida em três grupos: clientes que aderiram ao atendimento (A), casos que o interromperam prematuramente (I), e encaminhamentos para serviços ou profissionais externos (E). Os dados foram, então, agrupados segundo as categorias de análise obtidas para cada uma das variáveis referidas e, posteriormente, tabulados de acordo com as frequências encontradas para os três grupos estudados. Constatou-se: 23 (45,1%) casos de aderência ao atendimento, 25 (49,0%) casos de interrupção precoce e três encaminhamentos para serviços ou profissionais externos. Os resultados permitem evidenciar semelhanças entre os grupos A e I quanto às variáveis: faixa etária, constituição familiar (predomínio de famílias estruturadas em ambas as sub-amostras), intervalo decorrido entre a inscrição e a triagem (até três meses), tempo de espera para início do atendimento (prevalência de um a três meses), tipo de procura (espontânea), motivo de consulta (predomínio de queixas relacionadas à classe de comportamento cognitivo, traduzindo dificuldades de ajustamento escolar ou de decisão quanto à escolha profissional), bem como conduta após a triagem. Por outro lado, as únicas diferenças observadas foram quanto à procedência (maior percentual de clientes oriundos de outros municípios, no grupo I) e duração do atendimento (prevalece o intervalo de uma a três sessões para o grupo I, com maior proporção de faltas, e de 8 a 12 sessões para o grupo A). Concluindo, é importante considerar outros aspectos próprios à dinâmica institucional (atendimento a cargo de alunos em formação profissional, rotatividade dos responsáveis pela assistência em função dos estágios, etc.), que podem estar influenciando nos índices de aderência mais do que as características sócio-demográficas do usuário e de outras variáveis relativas à procura e ao atendimento proporcionado pela instituição.

-oOo-

CLIN 1.06

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO CLÍNICA COMPORTAMENTAL EM UM GRUPO DE FILHOS DE PAIS SEPARADOS. Carmen Garcia de Almeida Moraes, Edwyrge Ferreira de Mattos Silveiras, Universidade de São Paulo. Silvia Cristiane Murari, Fabiana Costa Oliveira e Ednéia Aparecida Peres, Universidade Estadual de Londrina.

Estudos realizados sobre a influência da separação conjugal têm mostrado que esta costuma acarretar mudanças de comportamento nos filhos, podendo alterar o curso do seu desenvolvimento. A presente pesquisa teve como objetivos avaliar o repertório

comportamental de filhos de pais separados, bem como verificar a eficácia da intervenção junto aos grupos. Os sujeitos da pesquisa foram oito crianças com idades variando entre sete e doze anos, assim distribuídas: Grupo I (G.I. - Intervenção) formação formado por uma menina e três meninos e Grupo II (G.II. - Controle) formado por uma menina e três meninos, os quais foram recrutados através de meios de comunicação e escolas. Todos os sujeitos foram avaliados inicialmente e ao término do trabalho do grupo de apoio a eles, através de dois instrumentos para identificação de comportamentos-problema (Walker e CBL). As avaliações pré-intervenção dois grupos apontaram dificuldades de relacionamento, impulsividade, dispersividade, agressividades, queixas somáticas, ansiedade, depressão e isolamento. As intervenções grupais foram realizadas na Clínica Psicológica da UEL e se constituíram de dezesseis encontros semanais e três de seguimento, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos cada. Para a intervenção foram utilizadas dentre outras, estratégias lúdicas de desenho, pintura, bem como técnicas de relaxamento e resolução de problemas. As avaliações pós-intervenção revelaram que os sujeitos do G.I. apresentaram uma redução nos escores relacionados ao isolamento e queixas somáticas e melhoras de relacionamento interpessoal, enquanto os sujeitos do G.II. apresentaram uma redução nos dois escores acima apontados, que pode ser considerada uma recuperação espontânea, conforme foi apontado por Schmidt - Denter (1995). CNPq, PIBIC e CPG/UEL.

-oOo-

CLIN 1.07

INTERVENÇÃO GRUPAL: UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES AFETIVAS NO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL. Carmen Garcia de Almeida Moraes, Gislaire Aparecida Andrade, Adriana Nogueira Dias, Marcos Roberto Garcia, Érika Patrícia Scândalo Baleeiro. Universidade Estadual de Londrina.

A procura de ajuda profissional por um grande número de pessoas com dificuldades de relacionamento afetivo e as consequências psicossociais por eles experimentadas, levou a formação de grupos de apoio, com o objetivo de avaliar as dificuldades apresentadas, analisá-las funcionalmente, bem como verificar a eficácia de estratégias de intervenção. O recrutamento foi realizado através de meios de comunicação. Dos 42 sujeitos triados foram selecionados 30 e distribuídos em quatro grupos. Em cada grupo foram realizados dezesseis encontros e três seguimentos com duração aproximada de uma hora e trinta minutos cada um, os quais aconteceram no período de abril de 1994 à dezembro de 1995, tendo a participação de dezoito sujeitos (média de cinco por grupo de ambos os sexos), com idades variando entre dezoito e quarenta e dois anos. Nesses encontros realizados na Clínica Psicológica da UEL foram aplicados instrumentos de avaliação das dificuldades apresentadas inicialmente e ao término da coleta de dados. Foram também avaliados semanalmente o desempenho dos participantes e dos terapeutas. Nos encontros grupais eram realizadas análises funcionais das dificuldades e utilizadas técnicas de dinâmica de grupo e relaxamento. As avaliações pré-intervenção apontaram dificuldades quanto à auto-estima, de relacionamento interpessoal e expressividade emocional. As avaliações semanais e pós-intervenção revelaram que os objetivos foram atingidos, na medida em que os sujeitos apresentaram modificações comportamentais no que se relaciona ao auto-conhecimento, auto-estima, expressão de sentimentos e emoções, sendo que estes fatores contribuíram para o seu ajustamento afetivo, familiar e profissional.

-oOo-

CLIN 1.08

A PRÁTICA EM MUSICOTERAPIA: BUSCANDO CAMINHOS PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE. Núria P. Machado, Maria Alice Rodrigues - PPGE Universidade Federal de São Carlos e Therezinha Vieira - Universidade Federal de Minas Gerais.

A literatura em musicoterapia registra seus efeitos positivos sobre vários problemas psicológicos. Mas a área carece de estudos que investiguem melhor o que determina tal êxito. Neste sentido parece importante analisar a mediação terapêutica: a forma como o terapeuta interage com seus pacientes por meio da música. Para analisar esta questão, orientamo-nos pela psicologia sócio-histórica e consideramos um trabalho de intervenção musicoterápica junto a um grupo de cinco crianças de zona rural, encaminhadas pela escola a uma clínica particular de Curitiba, com queixa de desatenção e baixo rendimento escolar. Os instrumentos musicais usados na intervenção foram: de percussão, melódicos, aparelho de som, mini-gravador, microfone sem fio; papéis, cartolinas, canetas. A intervenção se deu por 12 sessões de 50 minutos cada, semanais, e apoiou-se em um conjunto de atividades musicais organizadas ao longo de dois trabalhos anteriores e a partir de uma proposta original de Du. Corneau para trabalho com crianças com problemas de atenção. Os eventos das sessões foram registrados cursivamente, privilegiando-se para a análise qualitativa, a sequência de procedimentos musicoterápicos introduzidos na sessão, formas de condução das atividades pelo terapeuta e reações das crianças frente às mesmas; formação de subgrupos de crianças. Os resultados principais indicaram: as atividades musicais já organizadas foram adaptadas e transformadas durante o trabalho, em função de indícios de rejeição de atividades. Os ajustes mostraram que a mediação terapêutica requeria sensibilidade ao outro, flexibilidade para mudar e habilidade para improvisar. Várias classes de comportamento exibidas pelo terapeuta indicavam também interface com as de outros educadores. No transcorrer das sessões o terapeuta tendia a descentralizar sua atuação enquanto se organizavam subgrupos de crianças. Teoricamente, o conceito de mediação vem se destacando como promissor para se compreender o êxito da presente intervenção, atestado pelo desaparecimento da queixa na escola e na família. O trabalho tem interesse para a formação do musicoterapeuta.

-oOo-

CLIN 1.09

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COMPREENSÃO DO SENTIDO DAS PALAVRAS E DO SILÊNCIO EM PSICOTERAPIA EXISTENCIAL-FENOMENOLÓGICA. Shirley Martins de Macêdo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Amatuzzi (1995), considerando o processo psicoterapêutico em torno da palavra, acredita que a psicoterapia, enquanto hermenêutica existencial, possibilita compreender o sentido pleno da comunicação de um cliente. Ressalta que a *fala autêntica*, pela qual o cliente cria novos significados e leva adiante um diálogo genuíno, pode emergir de uma *fala secundária* ou do *silêncio*. A fala secundária, constituída de significados puramente semânticos e destituída de poder mobilizador, pode apontar para um significado antes ignorado, enquanto que o silêncio pode ser rompido e cumprido pela fala autêntica. Para apreender o sentido de ambas as comunicações, o psicoterapeuta deve possuir uma escuta ampla, voltada para a relação e para o pré-verbal, pois um ato plenamente hermenêutico é produto de um encontro, entre psicoterapeuta e cliente, para além do meramente semântico. Diante deste enfoque teórico, procurou-se compreender um caso

clínico entre um estagiário de psicoterapia existencial-fenomenológica e um cliente que se comunicava basicamente pelo silêncio e que desistiu de continuar os atendimentos. A partir dos relatos escritos pelo estagiário após cada uma das quatro sessões realizadas, efetuou-se uma análise fenomenológica, destacando-se trechos de sua comunicação com o cliente. Considerou-se alguns trechos como momentos significativos porque possivelmente apontam para a desistência do cliente, indicando, principalmente, que: a) o estagiário parece não ter se aberto ao contato autêntico, não se dispondo à relação e não permitindo a plena compreensão do sentido das palavras e do silêncio do cliente; b) consequentemente, a fala do cliente não cumpriu o seu significado simbólico, já que a escuta psicoterapêutica esteve restrita aos meros significados verbalizados enquanto fala secundária; c) não ocorrendo um diálogo genuíno, o cliente não realizou o caminho do silêncio em direção à fala, pois não teve oportunidade de romper e cumprir o seu silêncio. Concluiu-se que o não desenvolvimento do processo deste cliente pôde estar relacionado a uma escuta não construtiva e a um ato meramente hermenêutico do estagiário, visto que este último se deteve apenas nos significados semânticos da comunicação do cliente. (CAPES).

-oOo-

CLIN 1.10**NÍVEL MOTIVACIONAL E DURAÇÃO DE PSICOTERAPIA BREVE: ANÁLISE DOCUMENTAL EM CLÍNICA ESCOLA.**

Luciana Carneiro Jensen, Universidade de Mackenzie e Maria Leonor Espinosa Enéas. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Pesquisa documental que analisa duração e faltas nos processos psicoterápicos breves de adultos realizados na clínica psicológica da Universidade Mackenzie em 1995 através dos registros dos prontuários. Investiga a capacidade preditiva da motivação do paciente para a conclusão da terapia. Emprega o critério motivacional de Sifneos que avalia categorias de manifestações comportamentais através de descrições prototípicas. De 78 atendimentos, com 54 mulheres e 24 homens entre 18 e 60 anos, 54 são concluídos e 24 interrompidos. Os concluídos têm entre 3 e 16 sessões (Moda=12) com maior número de faltas entre a 7ª e 9ª sessões, enquanto os interrompidos têm entre 1 e 12 sessões (Moda=7), com faltas em maior número entre a 4ª e 6ª sessões. A leitura das três sessões iniciais da terapia orienta a avaliação do nível motivacional que verifica 58 pacientes pouco motivados e 20 motivados. A análise estatística revela não haver diferença significativa entre os indivíduos que concluem e os que interrompem a terapia quanto ao nível motivacional ($X^2=0,42$; 1 g.l.; n.sig=0,05). Conclui da pouca aplicabilidade do uso deste tipo de critério no contexto institucional e da importância do terapeuta conduzir uma revisão do processo psicoterápico por volta da 6ª sessão, o que pode motivar o paciente e favorecer a conclusão do processo. CAPES

-oOo-

CLIN 1.11**EVOLUÇÃO DO PERFIL DA CLIENTELA E AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM AMBULATÓRIO DE PSICOLOGIA.**

Maria Leonor E. Enéas, Ana Lúcia Gatti, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Maria de Fátima Schincariol. Hospital Geral de São Paulo.

Estuda as variações ocorridas nos atendimentos realizados pelo Setor de Psicologia do ambulatório do Hospital Geral de São Paulo

entre 1993 e 1995, visando caracterizar a população bem como levantar variáveis importantes para a adequação do serviço oferecido. Verifica as alterações no número de atendimentos e seu desfecho, e o sexo, estado civil, idade, posto e queixas dos pacientes, usando n.sig=0,05. O número total de atendimentos no período é 304, e observa-se um crescimento significativo na busca do serviço ($X^2=15,96$; 2 g.l.), devido especialmente a um aumento dos indivíduos do sexo masculino ($X^2=17,03$; 2 g.l.), solteiros ($X^2=16,53$; 2 g.l.) e soldados ($X^2=17,31$; 2 g.l.). Não se verifica alteração quanto à média da idade dos pacientes. O serviço é buscado especialmente por dependentes dos militares, pensionistas e militares do serviço ativo (42,11%, 18,42% e 14,14%, respectivamente), havendo diferença significativa na incidência dos tipos de queixa, sendo depressão a mais referida. Quanto ao desfecho, considerado como concluído, interrompido ou orientação, há diferença significativa no número de orientações realizadas no ano de 1995 ($X^2=36,05$; 2 g.l.), assim como também uma redução no número de sessões realizadas com cada um dos pacientes. Conclui que o aumento da procura do serviço por soldados resulta em uma mudança no tipo de atendimento oferecido, verificado no incremento observado no número de orientações realizadas no período estudado e ainda da necessidade de atentar para as demandas específicas, incluindo-se aí o tipo preponderante de queixa que vem sendo apresentada, no sentido de adequar o serviço oferecido. CAPES.

-oOo-

CLIN 1.12**O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO MODALIDADE DE ATENDIMENTO EM INSTITUIÇÃO: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS.** *Henriette Tognetti Penha Morato; Aline Straub; Ana Cristina Albuquerque; Ana Letícia Nunes; Angela Beatriz Jardim; Anna Cristina Hülle-Coser; Lígia Galvão; Lucia Barbanti; Maria Beatriz Soares; Marina Halpern; Rogério Lerner; Simone Ramalho; Uri Lam, USP - SP.*

O Serviço de Aconselhamento Psicológico e o Laboratório da Família, da Sexualidade e do Gênero, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo- IPUSP, a convite do Tribunal Regional do Trabalho-2ª Região, criaram e implantaram nessa instituição o Serviço de Plantão Psicológico em setembro de 1995, oferecendo atendimentos individuais e familiares aos funcionários e seus dependentes, por estagiários voluntários do quinto ano do Curso de Psicologia da USP. Este projeto visa investigar e avaliar essa prática do Plantão Psicológico (atendimento de saúde mental em instituição judiciária), buscando contemplar suas dimensões enquanto um serviço de atendimento psicológico (população que o procura; problemas que lhe são propostos; encaminhamento dos casos atendidos; resultados obtidos) e as implicações decorrentes dessa prática clínica institucional para a formação do profissional de Psicologia (estágio supervisionado extracurricular para quintanistas de Psicologia na proposta de Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa). Os resultados apresentados são parciais e referem-se à caracterização da população e principais queixas em 72 casos, bem como à análise de depoimentos de 10 alunos/estagiários. Contudo, os dados sugerem que tal tipo de atendimento é eficaz no âmbito de serviço psicológico institucional e que alunos de Psicologia, ainda em fase formativa, podem, supervisionados, desenvolver uma prática psicológica mais abrangente de serviço útil à comunidade.

-oOo-

CLIN 1.13

REAValiação DOS CRITÉRIOS DE INDICAÇÃO E CONTRA-INDICAÇÃO EM PSICOTERAPIA BREVE PSICODINÂMICA. *Joaquim Gonçalves Coelho Filho.* Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Universidade São Marcos.

O movimento das psicoterapias breves sempre foi marcada pela falta de consenso quanto aos tipos de pacientes que se beneficiariam ou não delas. A grande maioria dos teóricos tem como restrição a processos breves os casos de psicoses, doenças afetivas, adições, sintomas obsessivo-compulsivos e a organização borderline. Diante destas restrições, examina o resultado de processos terapêuticos breves de adultos com distúrbio graves de personalidade. De uma amostra original de 24 sujeitos classificados como adaptados não-eficazes severos (Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada/EDAO), foram identificados 18 sujeitos (14 M e 4 H) com distúrbios do Eixo II, segundo o diagnóstico diferencial do DSM-IV, através de 3 juízes que analisaram individualmente as 3 primeiras sessões gravadas em áudio de cada processo. Da amostra final, 22,2% pertenciam ao agrupamento A (psicóticos em fase não-aguda) do Eixo II, 55,6% ao agrupamento B (distúrbios de personalidade muito rigidamente estruturados) e 22,2% ao agrupamento C (neuroses graves). Observa-se que 100% dos Ss do agrupamento A abandonaram o processo terapêutico, enquanto 60% do agrupamento B e 50% do agrupamento C concluíram o processo. Observa-se, ainda, que dos concluintes dos agrupamentos B e C, 50% dos Ss em cada um desses agrupamentos apresentaram aquisição de melhoras adaptativas. Conclui-se que os pacientes com distúrbios psicóticos são de difícil adaptação, incorrendo em abandono e que os distúrbios de personalidade rigidamente estruturados e de neuroses graves podem superar as dificuldades iniciais de vinculação ao processo, chegando a obter benefícios, mesmo em processos breves. CAPES.

-oOo-

CLIN 1.14

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA PSICOTERAPIA BREVE INFANTIL. *Tereza Iochico Hatae Mito.* Universidade Paulista e Universidade São Marcos.

O processo psicoterápico com crianças envolve questões mais complexas do que o trabalho com adultos, tanto por se tratar de seres em desenvolvimento quanto por sua relação de dependência com os pais. Esta dependência exige a inclusão dos pais no processo de psicoterapia breve infantil de orientação psicanalítica, que tem sido praticada como uma necessidade para viabilizar uma intervenção mais efetiva. Os resultados satisfatórios obtidos têm levado a um estudo mais aprofundado deste procedimento, na busca de seu melhor delineamento. Ilustra com análise das sessões de 6 crianças e seus pais atendidos em psicoterapia breve, focalizando sua especificidade: a relação com os pais.

-oOo-

CLIN 1.15

ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DE UM DEPOIMENTO A RESPEITO DE "MOMENTO DE COMUNICAÇÃO INTENSA ENTRE TERAPEUTA E CLIENTE". *Cleidemar Estevam de O. Teani.*

Esta pesquisa está inserida em um projeto de dissertação de mestrado. Partiu do interesse da pesquisadora em focalizar um fenômeno que observa em sua prática clínica trabalhando na Abor-

dagem Centrada na Pessoa, e que parece também estar presente na prática de outros profissionais. A intenção da dissertação é descrever "Momentos de comunicação intensa entre terapeuta e cliente", tendo como base uma análise fenomenológica de depoimentos de psicoterapeutas. O trabalho que é executado junto a cada psicoterapeuta que colabora com o projeto é em si uma pesquisa; e é um destes trabalhos que se pretende aqui apresentar. Pediu-se ao colaborador o seguinte: "Me conte um momento de comunicação intensa entre terapeuta e cliente, vivido por você enquanto psicoterapeuta". Partiu-se da concepção de pesquisa fenomenológica aplicada à psicologia onde vislumbra-se a possibilidade de acessar o fenômeno em questão analisando fenomenologicamente o depoimento de pessoas que o viveram e tiveram a intenção de descrevê-lo. A análise do depoimento seguiu estes passos: a) fez-se uma leitura de todo o texto buscando captar o significado global nele contido; b) dividiu-se o texto em unidades de significado; c) buscou-se encontrar o significado presente em cada unidade; e d) fez-se uma síntese relacionando os significados encontrados. Ao seguir estes passos tinha-se sempre a intenção da pesquisa. A análise deste depoimento permitiu concluir que o momento de comunicação intensa vivido por este psicoterapeuta com seu cliente se deu pelo terapeuta ter percebido, através de uma reação em si, o que estava se passando com o cliente naquele momento, a experiência imediata do cliente, e ter expressado ao cliente isto que estava sentindo.

-oOo-

CLIN 1.16

CHECKLIST PARA FEEDBACK DE ENTREVISTA CLÍNICA: MÉTODO DE ELABORAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO FORMATO FINAL. *Maura Alves Nunes Gangora - Universidade Estadual de Londrina e Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras.* Universidade de São Paulo.

A necessidade de elaboração do presente instrumento para avaliar o desempenho de alunos em entrevista clínica, surgiu da própria experiência docente na área e da carência, na literatura, de formas semelhantes de avaliação. O instrumento aqui proposto apresenta-se com o formato de checklist e tem por objetivo auxiliar nos procedimentos de feedback em programas de ensino da entrevista clínica. Como parte de sua elaboração foi desenvolvida uma pesquisa com 60 alunos de graduação em Psicologia, da Universidade Estadual de Londrina, os quais pertenciam a quatro turmas de diferentes períodos de matrícula, sendo que todos eles frequentavam um curso prático cujo programa tratava do ensino da entrevista clínica. As habilidades que compõem os seus itens foram extraídas de duas fontes: a literatura sobre o assunto e os feedbacks mais frequentemente apresentados aos alunos nesse programa. Para a primeira turma, os feedbacks foram apresentados de forma livre; em seguida, foi elaborada uma primeira versão do checklist, com 32 itens, a qual foi testada nas demais turmas e reformulada para a forma atual, com 36 itens. Entre as alterações procedidas na fase de teste, a mais relevante foi a inclusão de um maior número de itens referentes à coleta de dados, uma vez que os alunos demonstraram grande dificuldade nos mesmos: seu número passou de cinco na primeira versão, para oito, na segunda. Da pesquisa junto aos alunos e do trabalho de elaboração, resultou um instrumento composto por 36 itens, sendo que 28 deles incluem habilidades relativas ao processo de entrevistar, e, oito, se referem ao conteúdo ou coleta de dados a serem obtidos na entrevista clínica. A pontuação de seus itens é feita através de uma escala de três pontos, descrita pelos termos: adequado, regular e inadequado. Os principais resultados da apli-

cação do checklist foram: a) reduzir o tempo do treinamento pela operacionalização e delimitação dos feedbacks e, b) permitir a comparação entre diferentes procedimentos de ensino da entrevista clínica. Portanto, poderá ser de auxílio tanto no ensino quanto na pesquisa da área. CAPES

-oOo-

CLIN 1.17

A ENTREVISTA DE TRIAGEM-DIAGNÓSTICA (ET-D) COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE E DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA. *Manoel Antônio dos Santos.* Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

A tarefa do psicólogo clínico durante a consulta inicial é levantar hipóteses sobre o comportamento, os sentimentos e possíveis áreas problemáticas do paciente, fundamentando seu trabalho na coleta criteriosa de informações necessárias para um julgamento clínico balizado. Uma vez coletados os dados, o segundo passo envolve especulações sobre o significado dessas informações e o planejamento de estratégias que ajudarão o paciente a conduzir a busca de soluções para os problemas emocionais e/ou comportamentais. Este trabalho tem por finalidade apresentar um modelo de *Entrevista de Triagem-Diagnóstica (ET-D)*, que vem sendo regularmente empregada na admissão de clientes adolescentes e adultos em um serviço público de atendimento psicoterapêutico. A ET-D consiste de um roteiro de entrevista padronizada, elaborado com o objetivo de investigar, de maneira pormenorizada, o motivo de procura do atendimento, os fatores históricos e desencadeantes da problemática, e as suas repercussões para a vida do paciente. O modelo de entrevista foi estruturado em três eixos nodais (*diagnóstico, indicação terapêutica e motivação para o tratamento*), organizados em torno dos seguintes tópicos: 1) Identificação do caso. 2) Organização familiar. 3) Avaliação da dinâmica familiar. 4) Problemática atual do cliente. 5) Compreensão psicodinâmica dos determinantes atuais e históricos da problemática. 6) Relação êxito/fracasso vivenciada nas diversas áreas adaptativas. 7) Aspectos interacionais observados durante a entrevista. 8) Impressão diagnóstica (diagnóstico clínico e psicodinâmico). 9) Prognóstico. 10) Diagnóstico da motivação e das aptidões do cliente para a psicoterapia. 11) Diagnóstico das condições concretas de vida do cliente. 12) Adequação do caso aos critérios de elegibilidade do serviço. 13) Indicação terapêutica. A discussão a respeito do valor clínico do procedimento basear-se-á no estudo de casos atendidos na Clínica Psicológica do Centro de Psicologia Aplicada, durante os anos de 1995 e 1996. As entrevistas foram conduzidas por alunos do curso de graduação em Psicologia, como parte de seu treinamento clínico em avaliação psicológica. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra. Em um segundo momento, todo o material transcrito foi estruturado segundo as 13 partes que compõem a ET-D, e cada caso foi, então, avaliado por uma equipe coordenada por dois psicólogos com experiência clínica na área. Para fins de validação dos resultados, as conclusões obtidas foram posteriormente cotejadas com os dados oriundos da avaliação psicológica dos clientes, realizada de maneira independente, mediante o uso de instrumentos específicos. Essa comparação evidenciou semelhanças entre o perfil psicológico projetado a partir da ET-D e o perfil obtido através da avaliação psicodiagnóstica. De um modo geral, o modelo adotado revelou ser valioso no contexto da entrevista inicial que antecede à

prática psicoterapêutica, à medida que tem permitido, em um breve intervalo de tempo (não mais do que duas horas), extrair inferências com um nível satisfatório de adequação, seja no que concerne à dinâmica intrapsíquica do paciente, seja no que diz respeito à estrutura e funcionamento da organização familiar.

-oOo-

CLIN 1.18

O FAZ-DE-CONTA COMO ESTRATÉGIA AUXILIAR NO TRATAMENTO FISIOTERÁPICO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL. *Lucia Martins Barbatto, PPGE Universidade Federal de São Carlos e Therezinha Vieira Universidade Federal de Minas Gerais.*

Observações assistemáticas na clínica fisioterápica nos levaram a hipotetizar efeitos facilitadores do faz-de-conta no tratamento de crianças com PC, como se segue: a resistência aos exercícios deveria decair quando estes fossem contextualizados por uma história ou brincadeira. Para investigar esta hipótese trabalhamos com três crianças hemiplégicas espásticas entre quatro e cinco anos e meio. A intervenção fisioterápica se deu conforme o método Bobath, nas dependências de uma fisioterapia em P. Prudente. As sessões foram de aproximadamente 45 minutos, semanais, ao longo de seis meses. Os materiais foram aqueles normalmente usados nestas ocasiões como bolas, bastões, etc. Na intervenção trabalhamos com o procedimento de linha de base múltipla, introduzindo o faz-de-conta em momentos diferentes do tratamento de cada criança. As sessões foram vídeo-gravadas. As análises qualitativas destas vídeo-gravações nos permitiram identificar duas classes mais gerais de Resistência-esquivar-se ou fugir dos exercícios. E, também, mudanças nas verbalizações, de auto-referência, de negativas para positivas, depois do faz-de-conta. A comparação da frequência de Resistência inter-sujeitos nas condições sem e com faz-de-conta mostrou uma queda abrupta da primeira para a segunda condição para as três crianças e nas duas modalidades de Resistência. O faz-de-conta parece, pois, ter gerado maior envolvimento, levado as crianças a melhor suportar a dor, favorecendo seu auto-controle como proposto pela psicologia sócio-histórica. Parece ainda tê-las levado a uma nova relação com o seu próprio corpo. Concluímos pela sua relevância na fisioterapia infantil.

-oOo-

CLIN 1.19

MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTO DE CRIANÇA COM DISTÚRBO DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE, COM A PARTICIPAÇÃO DOS FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO. *Carla Reiner Monteiro e José Gonçalves Medeiros.* Universidade Federal de Santa Catarina.

Embora existam muitos estudos de modificação de comportamento com crianças excepcionais, são poucos os que envolvem os familiares na participação deste processo. Assim, o presente estudo teve por objetivo modificar o comportamento de uma criança com distúrbio de atenção com hiperatividade, juntamente com a participação de seus familiares. Um membro da família participou do processo e os comportamentos modificados foram as condutas básicas, acadêmicas e sociais. O sujeito foi uma criança do sexo feminino, com 11 anos de idade. Prematura de oito meses, teve anóxia ao nascer. Toma remédios desde pequena, com apresentação de crises convulsivas. Foi avaliada como tendo distúrbio de

atenção com hiperatividade (DHDA). Frequentou o ensino formal por apenas dois meses e como não respondiam às condições acadêmicas e agredia as demais crianças, foi retirada da escola por sugestão da direção. Foram usados procedimentos de reforçamento para comportamentos desejáveis e de extinção para comportamentos indesejáveis. Os reforçadores utilizados foram: atenção social e fichas coloridas que eram trocadas por brinquedos. As condutas básicas de auto-cuidado foram trabalhadas na residência da criança e reforçadas por um membro da família, que foi orientado para essa finalidade. As demais condutas básicas foram ensinadas pela experimentadora. Os pré-requisitos para alfabetização ensinados foram aqueles propostos por Leite (1984), em seu trabalho denominado Instrumento de Avaliação de Repertório Comportamental (IAR). Os treinos destes pré-requisitos foram realizados pela experimentadora. Os resultados indicam que ocorreu modificação das condutas acadêmicas da criança com elevado índice de acertos no treino dos pré-requisitos, em um pequeno número de sessões, o que lhe proporcionou um repertório acadêmico básico, possibilitando-lhe iniciar-se no processo de aquisição de leitura. Os resultados são discutidos em termos da aplicabilidade do procedimento de discriminação condicional para ensinar pré-requisitos a crianças com problemas comportamentais na escola e na família.

-oOo-

CLIN 1.20

AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE MENTAL: CAPS E NAPS. *Flávia Passos Soares.* Instituto de Psiquiatria - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho apresenta dados comparativos provenientes de uma pesquisa realizada no período de 94/95 em duas unidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (CAPS do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e o NAPS do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba/Niterói) avaliando a prática existente segundo a ótica de seus usuários, familiares e técnicos. Estes serviços são elenco de uma nova visão de assistência em saúde mental mais humana, provendo com atendimento diário e preferencialmente em grupo, maior expressão e ressocialização dos clientes. O trabalho foi realizado através de pesquisa participante com a utilização de questionários, entrevistas e registros de campo. As questões qualitativas foram codificadas pelos padrões de resposta e sofreram análise estatística. O desenho da pesquisa é um estudo de casos múltiplos comparativo com estratégia mista (estudo a nível local e de avaliação da qualidade dos serviços). Os serviços buscam suprir a demanda de seus usuários utilizando estratégias de ação diversas. De acordo com a hipótese inicial a proposta NAPS, originária do modelo italiano de Basaglia, na prática do RJ revelou maior implicação da comunidade e preocupação em viabilizar a ressocialização dos clientes, estendendo o serviço para além de seu papel clínico. O CAPS, derivado do modelo de Hospital-Dia dos EUA e UK, apresenta um tratamento diferenciado, sem no entanto se comprometer formalmente com a questão social da clientela. Problemas crônicos da área de saúde foram detectados, tais como ausência da regionalização da assistência, falta de verbas e profissionais e as dificuldades inerentes à viabilização de projetos na comunidade. A devolução dos resultados para as unidades foi feita através de uma reflexão com todo o grupo pesquisado sobre os problemas detectados, iniciando um processo de formulação de planos de ação para uma aproximação da situação desejada através da promoção de mudanças e reivindicação de melhorias. Seu caráter político se apresenta no incentivo a práticas comunitárias e mu-

dança cultural da exclusão e preconceito, vitalizando o movimento de conquista dos direitos e participação social, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento da assistência em saúde mental e integrando-se às propostas de âmbito nacional afinadas com a Desinstitucionalização Psiquiátrica. FAPERJ

-oOo-

CLIN 1.21

INSTITUIÇÕES DE SAÚDE MENTAL E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO. UMA LEITURA PSICOSSOCIAL. *Jacyara C. Rochael Nasciutti.* Instituto de Psicologia, Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. EICOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Este trabalho busca analisar, a partir de uma experiência de intervenção, as dificuldades institucionais de diferentes ordens, com as quais tem se esbarrado as propostas de mudanças no modelo assistencial em saúde mental. O objetivo central é o de se pensar institucionalmente o processo de desinstitucionalização e formas de intervenção nas instituições e comunidades, visando incluir as Representações Sociais no processo mesmo da desinstitucionalização da doença mental, contribuindo para os estudos e projetos na área, através de uma perspectiva psicossociológica, cuja relevância se faz sentir nos discursos dos profissionais e estudiosos do assunto, mas cujo campo de pesquisa e de ação encontra-se pouco explorado.

-oOo-

CLIN 1.22

PERFIL DOS ALCOOLISTAS DO NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA SOBRE ALCOOLISMO (NEPA-FAPEMIG). *M. Bandeira, H. Dias, W. C. Paiva.* Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei; *M. R. Q. Dumont, L. R. Lara, R. M. B. Lara, M. F. Moreira E. L. M. Stefani.* Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG)- Barbacena.

O objetivo deste trabalho é descrever as características dos alcoolistas que procuram a assistência do Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre o Alcoolismo (NEPA), no hospital FHEMIG de Barbacena, e compará-las com as de outras regiões do país, visando a identificação dos grupos de risco. Trata-se de um centro integrado por equipe multidisciplinar, que atende tipicamente uma clientela de classe social baixa. Método: Os instrumentos de medida utilizados foram os questionários de avaliação da severidade do alcoolismo, ADS e SADD, e um questionário de avaliação psicossocial elaborado para este fim, contendo 8 perguntas relativas a variáveis socio-demográficas e 25 perguntas relativas a variáveis clínicas. Os questionários foram aplicados em 79 pacientes, de março de 1994 à maio de 1995, através de entrevistas realizadas pela equipe do NEPA. Resultados: No que se refere às variáveis socio-demográficas, os resultados mostram que a grande maioria dos pacientes é do sexo masculino (83,54%), com faixa etária predominante entre 30 e 39 anos de idade (46,83%). Há uma proporção equivalente de pacientes casados e (40,51%) e solteiros (39,24%). O nível de escolaridade da maioria dos pacientes é o primeiro grau incompleto (59,96%). A avaliação profissional mostrou que 31,64% está desempregada e a maioria (68,34%) vive de pensão, biscate, trabalha por conta própria ou está aposentado. A maioria dos pacientes é de religião católica (87,34%). Com relação às características do alcoolismo, foi observado que o início da ingestão de álcool ocorreu principalmen-

te entre as idades de 10 à 21 anos (88,61%) e se tornou um problema de alcoolismo após 24 anos de idade (65,82%). A maioria da amostra é de pacientes tabagistas (82,28%), que fumam de 11 à 20 cigarros por dia (40,51%). A grande maioria dos pacientes possui pelo menos um antecedente familiar alcoolista (86,08%). Segundo a classificação do SADD, há uma predominância (68,35%) de bebedores com alta dependência. A classificação do ADS também indica uma predominância (60,76%) de bebedores com substancial ou severa dependência. Em geral (53,16%) os pacientes bebem diariamente, totalizando de 1.000 à 5.000 ml de bebida por semana. Conclusão: Estes resultados, em geral, confirmam as características do perfil dos alcoolistas de outras regiões do país (Borini e Silva, 1989; Cardim e Azevedo, 1991, 1995; Hochgraf et al., 1990; Santana e Almeida Filho, 1987). Alguns aspectos se destacam na presente amostra, tais como uma predominância mais acentuada do sexo masculino e da presença de antecedentes familiares de alcoolismo, assim como uma baixa frequência de separados e divorciados. Diferenças culturais entre as regiões do país de onde as amostras foram retiradas poderiam explicar estas particularidades.

-oOo-

CLIN 1.23

INVESTIGAÇÃO DA HIPÓTESE DA SINISTRALIDADE COMO UM FATOR FACILITADOR PARA O DESENVOLVIMENTO DE DISTÚRBIOS PSIQUIÁTRICOS. *Karina Z. da Silva, Giseli Monteiro, Alexandra Kehig, Ariane Biseto e Karina Amorim.* Universidade Federal de Santa Catarina. *Carlos Roberto de O. Nunes e Eduardo José Legal.* Universidade de São Paulo.

Vários estudos apontam para a existência de uma relação entre esquizofrenia, autismo, epilepsia com psicose, humor disfórico e psicopatias riminais com reincidência, com a tendência à sinistralidade (predominância do hemisfério direito do cérebro), de modo que na população de pacientes psiquiátricos parece existir uma proporção de indivíduos com lateralidade predominantemente sinistra acima do ocorrido na população normal, cujos índices apresentam a incidência de 10% de sujeitos canhotos; tal fato é interpretado como resultado das dificuldades extras que estas pessoas passam em se adaptar a uma sociedade cujos instrumentos e objetos são adequados aos destros. O presente estudo pretende averiguar a incidência de indivíduos canhotos entre pacientes psiquiátricos internados no Hospital Colônia Sant'Ana (São José, SC). Foram utilizados 40 indivíduos com diagnósticos de esquizofrenia, e com história de mais de uma internação. Para a determinação do coeficiente de lateralidade foi utilizado o inventário de Edimburg, que permite o reconhecimento das predominâncias de lateralidade ocular, visual, manual e dos membros inferiores. O presente estudo não confirmou a hipótese de maior tendência à sinistralidade entre esquizofrênicos do que seria esperado na população normal, uma vez que exatamente 10% dos sujeitos avaliados podiam ser considerados sinistros, sendo esta a mesma proporção existente na população normal, encontrada em estudos anteriores. A hipótese de que as pessoas com tendências à sinistralidade teriam maior dificuldade em se adaptar a uma sociedade construída para destros, e conseqüentemente seriam mais susceptíveis ao *stress* e ao desenvolvimento de doenças mentais, é parcialmente refutada neste estudo, uma vez que não foram encontradas diferenças na proporção de indivíduos canhotos esquizofrênicos em relação ao esperado na população sem história de internamento em instituições psiquiátricas.

-oOo-

CLIN 1.24

JULGAMENTO DE INTENSIDADE E RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES FACIAIS DE EMOÇÕES EM PACIENTES DEPRESSIVOS. *Fabiane Satler, Janaina Augustin, Gerusa T. Mengarda, Juliana S. Szeneszi, Anayce Claudino dos Santos e Luíza Amorim.* Universidade Federal de Santa Catarina. *Eduardo J. Legal e Carlos de O. Nunes* Universidade de São Paulo.

As relações interpessoais são mediadas tanto por fatores verbais quanto não verbais. Dentre os meios de comunicação não verbais as expressões faciais desempenham uma fonte fundamental de mensagens emocionais. Estas são utilizadas pelos indivíduos envolvidos numa interação como sinalizadoras de motivação para o contato em decurso. O estado afetivo dos indivíduos envolvidos na interação pode afetar a representação subjetiva das emoções transmitidas durante a comunicação. Assim, pacientes depressivos devem mostrar diferenças quanto ao julgamento de intensidade de expressões faciais quando comparados a indivíduos normais. Participaram do experimento 40 indivíduos, os quais foram divididos em dois grupos (16 pacientes depressivos e 24 sem histórico de depressão), ambos julgaram, individualmente cinco fotos de um modelo feminino posando as expressões de raiva, alegria, tristeza, surpresa e neutra, expostas uma a uma pelo período de sete segundos. Pediu-se aos sujeitos para reconhecerem as expressões e cotá-las dentro de uma escala de intensidade variando de 1 (pouca expressividade da emoção facial apresentada na foto) a 7 (muita expressividade). Constatou-se não haver diferenças significantes entre os indivíduos sem histórico de depressão e depressivos tanto no reconhecimento quanto no julgamento de intensidade das expressões faciais apresentadas, no entanto os indivíduos depressivos solicitaram mais tempo de exposição das fotos para efetuar seus julgamentos. Não foi computado o tempo de latência para a efetuação do julgamento, apenas a solicitação. De um modo geral, indivíduos depressivos e não depressivos reconhecem expressões faciais com a mesma eficácia diferindo apenas quanto ao tempo necessário para percebê-las. Estes dados levam-nos a concluir que numa situação real estes não consigam discriminar as emoções transmitidas numa comunicação interpessoal onde os sinais são veiculados de forma muito rápida. Tal incapacidade pode resultar numa pobre qualidade nos relacionamentos interpessoais, evidenciados em pacientes depressivos.

-oOo-

CLIN 1.25

PERSPECTIVA EXPERIENCIAL DA INDECISÃO PROFISSIONAL EM ADOLESCENTES. *Mauro de Oliveira Magalhães, Maria Célia P. Lassance e William B. Gomes.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pesquisas recentes em aconselhamento de escolha profissional vem questionando a hegemonia de abordagens que enfatizam o uso de estratégias racionais e sistemáticas em tomadas de decisão vocacional. Para estas pesquisas, há uma lógica própria em estilos intuitivos de decisão que são distintos dos métodos racionais de tomada de decisão. Assim, sugerem o uso de pesquisas compreensivas para a obtenção de descrições que esclareçam a perspectiva experiencial do ato de decisão no desenvolvimento vocacional. Participaram do estudo 12 adolescentes, seis do sexo masculino e seis do sexo feminino, com idade entre 17 e 20 anos, que estavam sendo atendidos pelo Serviço de Orientação Profissional da UFRGS. O instrumento constituiu-se de um roteiro tó-

pico flexível para entrevistas individuais. As entrevistas duraram cerca de 75 minutos, foram gravadas em audiotape e transcritas integralmente. Os procedimentos de análise e síntese foram orientados pelos três passos que constituem a reflexividade fenomenológica: descrição, redução e interpretação. A descrição organizou os depoimentos dos entrevistados em tipologias existenciais que identificavam e diferenciavam os processos de indecisão e de decisão profissional. A redução concentrou-se na indecisão vocacional e apontou para dois empecilhos à atividade exploratória vocacional: 1) indisponibilidade atitudinal para o comportamento exploratório vocacional; e 2) dificuldades afetivo-emocionais relacionados ao contexto de vida. A interpretação fenomenológica entendeu a indecisão vocacional como uma indisposição para explorar autoconceito e alternativas ocupacionais. Estes aspectos foram identificados na formulação pobre ou inexistente de perspectivas de futuro relevantes vocacionalmente e na ausência de uma atitude antecipatória e planejada. Faltava a estes jovens uma consciência autônoma da necessidade de decidir. Característica *camaleônica* de personalidade e perturbações afetivas no contexto familiar confundiram ou substituíram capacidades de observação e avaliação de aspectos pessoais e ambientais. Concluiu-se que o ato da escolha vocacional é um esforço de integração de sentimentos, crenças e informações ocupacionais que incluem recursos intuitivos e racionais. O modo de combinar estes recursos reflete interrupções no desenvolvimento psicológico que não podem ser contornadas com a racionalidade. Deste modo, o orientador vocacional deve preservar a unicidade de uma decisão, integrando-a ao todo de um indivíduo que é sujeito e agente do seu desenvolvimento. CNPq/CAPES/FAPERGS.

-oOo-

CLIN 1.26

JULGAMENTO DE INTENSIDADE E RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES FACIAIS DE EMOÇÕES EM PACIENTES DEPRESSIVOS. *Analyce C. dos Santos, Fabiane Satler, Gerusa T. Mengarda, Janaina Augustin, Juliana S. Szenészi e Luiza M. Amorim.* Universidade Federal de Santa Catarina. *Eduardo J. Legal e Carlos de O. Nunes.* Universidade de São Paulo.

As relações interpessoais são mediadas tanto por fatores verbais quanto não verbais. Dentre os meios de comunicação não verbais, as expressões faciais desempenham uma fonte fundamental de mensagens emocionais. Estas são utilizadas pelos indivíduos envolvidos numa interação como sinalizadoras da motivação para o contato em decurso. O estado afetivo dos indivíduos envolvidos na interação pode afetar a representação subjetiva das emoções transmitidas durante a comunicação. Assim, pacientes depressivos devem mostrar diferenças quanto ao julgamento de intensidade de expressões faciais quando comparados a indivíduos não depressivos.

A presente pesquisa contou com uma amostra de 16 indivíduos depressivos e 24 sem histórico de depressão, totalizando 40 indivíduos, predominantemente do sexo feminino. Estes, julgaram individualmente, 5 fotos de um modelo feminino posando as expressões de raiva, alegria, tristeza, surpresa e neutra; expostas uma a uma pelo período de 7 segundos. Pediu-se aos sujeitos para reconhecerem as expressões e contá-las dentro de uma escala de intensidade, variando de 1 a 7. Constatou-se não haver diferenças significativas entre os indivíduos depressivos e não depressivos, tanto no reconhecimento quanto no julgamento das expressões faciais apresentadas. No entanto, os indivíduos depressivos solicitaram mais tempo de exposição das fotos para

efetuar seus julgamentos. Não foi computado o tempo de latência para a efetuação do julgamento, apenas a solicitação. De um modo geral, indivíduos depressivos e não depressivos reconhecem expressões faciais com a mesma eficácia, diferindo apenas quanto ao tempo necessário para percebê-las. Estes dados levam-nos a sugerir que, numa situação real, indivíduos depressivos possam ter dificuldades na discriminação de emoções transmitidas numa comunicação interpessoal, onde os sinais são veiculados de forma muito rápida. A pobre qualidade nos relacionamentos interpessoais de indivíduos depressivos pode estar relacionada com tal dificuldade.

-oOo-

CLIN 1.27

PSICOTERAPIAS ALTERNATIVAS: UMA QUESTÃO CONTROVERSIAL EM PSICOLOGIA *Fábio Dal Molin, Gustavo Gauer, Mariane L. de Souza e William B. Gomes.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem manifestando sua preocupação com a proliferação de modelos alternativos de psicoterapia e com o envolvimento de psicólogos nestas práticas. Em dezembro de 1994, o CFP decidiu proibir a vinculação de práticas alternativas ao título de psicólogo. Por outro lado, há estudos que vislumbram nos movimentos alternativos o surgimento de novos paradigmas psicoterapêuticos. Diante da controvérsia decidiu-se saber: 1) quais argumentos levam um leigo ou mesmo alguém graduado em psicologia a tornar-se terapeuta alternativo, e 2) qual a formação necessária para habilitar-se ao exercício destas práticas. Para tanto, entrevistou-se dez terapeutas alternativos; dos quais cinco eram graduados em psicologia e um era estudante de psicologia. As práticas representadas foram: terapia de abordagem holística, terapia de abordagem psicossomática, terapia de florais e grupo espírita de auto-ajuda. As entrevistas orientavam-se por protocolos tópicos previamente elaborados, mas de execução flexível, e foram gravadas em audiotape sendo depois transcritas. Os depoimentos foram analisados e sintetizados através de critérios qualitativos, em três etapas: descrição qualitativa - demarcação de temas nativos, análise indutiva, transformação de temas nativos em temas analíticos, e análise lógica - descrição interpretativa do confronto entre temas nativos e analíticos. Os resultados indicaram que estes profissionais assumiram as práticas alternativas movidos pela decepção com o modo de pensar racional-positivista da formação acadêmica, e pela transformação pessoal experimentada como pacientes destes tratamentos. Mostraram-se preocupados com a formação e o reconhecimento profissional e, também, com o esclarecimento e transparência de suas técnicas. A formação parece ser uma preocupação séria destes profissionais. Algumas práticas, como por exemplo a Terapia de Regressão de Vivências Passadas exigem a formação em psicologia. Aqueles que se definiram como trabalhando numa abordagem psicossomática registraram-se como massoterapeutas, mesmo que não usem apenas massagens em seus tratamentos. Estes terapeutas apresentaram, ainda, alguma forma de crença religiosa ou mística. Na discussão, apóia-se a decisão do CFP, argumenta-se que é prematuro definir estas técnicas como constituindo um novo paradigma, defende-se a pesquisa do processo e eficácia destas terapêuticas e reconhece-se a disposição destes profissionais em colaborar com a pesquisa. CNPq/FAPERGS.

-oOo-

PSICOLOGIA COGNITIVA

COG 1.01

MODELOS INTERATIVOS DE CATEGORIZAÇÃO DIFUSA MULTIDIMENSIONAL: CONSTRUÇÃO DE SOFTWARE. Milton José Penchel Madeira e Josué Hickmann. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Confeccionou-se um software aplicado à Psicologia Cognitiva sob a abordagem de Processamento de Informação, tendo em vista o desenvolvimento de instrumentos para estudos da formação de conceitos mentais. O Software "FACES Estilizadas", escrito em linguagem Quick Basic, versão 2.0, foi elaborado para a montagem do instrumento de mesmo nome utilizado na pesquisa de testagem de modelos de categorização difusa numa tarefa de classificação a dupla escolha. O software está disposto para 4 línguas (Português, Inglês, Francês e Espanhol) e contém 4 módulos: a) Construção de Categorias; b) Escolha dos Itens Classificatórios; c) Diagramação dos Formulários; d) Geração e Impressão do Instrumento. O sistema plota faces estilizadas (Madeira, 1990), com 4 dimensões ternárias: testa, olhos, nariz e queixo, construindo 2 categorias contrastivas e simétricas que compõem um dossiê com 33 cartões do instrumento de categorização difusa a dupla escolha. Apresenta o software como principais vantagens: a) transformar em linguagem computacional as concepções teórico-metodológicas sobre o instrumento; b) aumento da rapidez e eficácia nos cálculos necessários nos diversos passos do processo de construção do instrumento da pesquisa.

-oOo-

COG 1.02

MODELOS INTERATIVOS DE CATEGORIZAÇÃO DIFUSA MULTIDIMENSIONAL: TESTAGEM DE INSTRUMENTOS. Milton José Penchel Madeira e Luísa Regina Pericolo Erwig. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O presente trabalho insere-se no estudo da formação de conceitos mentais considerados como categorias difusas, tendo sido levado a cabo no âmbito da Psicologia Cognitiva sob abordagem de Processamento da Informação. O objetivo principal da pesquisa foi o de verificar e testar as estratégias cognitivas de categorização difusa a dupla escolha. Para tanto foi necessário verificar a eficácia preditiva de 4 modelos prototípicos e 3 modelos não-prototípicos de categorização sobre o como as pessoas procedem quando se deparam com esse tipo de tarefa de classificação. Um objetivo secundário foi o de testar a consistência interna de um novo instrumento de categorização, que teve como base o instrumento construído anteriormente por Madeira (1990), tendo sido este produzido através do Software de apoio "FACES Estilizadas". O instrumento de base consiste em faces estilizadas (Madeira, 1990), com 4 dimensões ternárias: testa, olhos, nariz e queixo, e o instrumento de coleta de dados consiste em 33 lâminas contendo cada uma, no terço superior da folha, duas categorias contrastivas e simétricas de cinco faces de referência cada, e, no terço inferior central, uma face a classificar, por vez. Coletou-se os dados individualmente em 70 adultos gaúchos. Os resultados, via análise de regressão múltipla, demonstram uma preponderância, em termos de eficácia preditiva, da estratégia cognitiva não-prototípica de categorização por comparação referente ao modelo não-prototípico de "matching" direto entre as faces a categorizar e as 2 categorias de referência, não usando portanto muito a abstração como os modelos prototípicos preconizam. PIBIC/PUCRS/CNPq.

-oOo-

COG 1.03

A CIÊNCIA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. Maria Helena Fávero, Regina Maria Mello, Jorge Luis V. Almeida e Sanmya Jesus Salomão, Universidade de Brasília.

Dando continuidade a trabalhos anteriores desenvolvidos junto a professores de 1º e 2º graus sobre suas concepções a respeito de conhecimento (Fávero, 1993), o presente trabalho objetivou investigar as concepções que os universitários têm sobre ciência. Participaram 364 universitários, sendo 138 do sexo masculino e 222 do sexo feminino. Os dados foram coletados com questionários semi-estruturados, nos quais os sujeitos deveriam responder espontaneamente a partir de quatro palavras e/ou expressões: ciência; comprovado cientificamente; ciência, tecnologia e sociedade; e atividade prática e, em seguida, priorizar as respostas dadas. Para realização de uma análise estatística os sujeitos, de 24 cursos universitários, foram categorizados em 6 áreas de conhecimento. Os resultados mostraram que não existem diferenças significativas em relação a representação social da ciência entre as diferentes áreas de conhecimento estudadas. Os resultados obtidos apontam para uma diferença em relação às prioridades quando analisados nas diferentes áreas. Não foram encontradas diferenças entre os universitários do início e do final de curso. Os dados sugerem que existem algumas representações que poderiam ser consideradas como núcleo e outras periféricas, e estas últimas são as que diferem em relação às áreas de conhecimento.

-oOo-

COG 1.04

ORDENAÇÃO DE ARRANJOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE CHANCE POR CRIANÇAS. Alina Galvão Spinillo, Valéria Leite Quintas, Silvana Pimentel e Ana Paula Medeiros. Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

O conceito de probabilidade é considerado uma aquisição característica do pensamento operacional formal. No entanto, estudos na área apontam que, dependendo dos procedimentos metodológicos utilizados (tipo de tarefa, contexto, paradigma experimental) as crianças demonstram possuir noções relevantes sobre a probabilidade, sendo capazes de estabelecer relações essenciais que estão envolvidas neste conceito. A presente investigação objetiva examinar procedimentos metodológicos alternativos que permitam compreender melhor essas noções iniciais e facilitar a emergência das mesmas. Para tal, criou-se uma situação experimental em que as crianças de 7-8 anos eram solicitadas a estimar o nível de chance de ocorrência de um dado evento em três arranjos de fichas de duas cores. Após estimar a chance, pedida-se que a criança ordenasse (ordem crescente) os três conjuntos de fichas de acordo com o nível de chance que apresentavam. Justificativas eram solicitadas após cada ordenação. Os sujeitos eram 40 crianças de classe média, alunas de 1ª e 2ª séries do 1º grau. Tanto o número de acertos como os tipos de justificativas apontam para a capacidade de ordenar corretamente os arranjos, de estabelecer relações entre as variáveis dentro de um mesmo arranjo e de comparar os arranjos entre si de forma a realizar a ordenação entre eles. Conclui-se que crianças desta idade já apresentam uma compreensão acerca da probabilidade mais elaborada do que sugerem os estudos clássicos da literatura em que o paradigma experimental usualmente adotado não permite a emergência dessas habilidades. Este resultado contribui para uma melhor compreensão da lógica da criança e de suas possibilidades

cognitivas, bem como apresenta implicações metodológicas importantes para a pesquisa em psicologia. (CNPq).

-oOo-

COG 1.05

ESTIMANDO PROBABILIDADE EM SITUAÇÃO DE JOGO.

Alina Galvão Spinillo, Anna Luiza de A. R. Martins e Fabíola Mônica da Silva Gonçalves. Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Estudos sobre probabilidade apontam para as dificuldades que crianças apresentam como decorrentes apenas de limitações lógicas. Estas dificuldades, entretanto, podem decorrer também das características das tarefas apresentadas (quantificações numéricas, um paradigma de escolha). Se a criança fosse solicitada a resolver uma tarefa de probabilidade em que pudesse estimar (ao invés de realizar quantificações numéricas) e se o paradigma experimental envolvesse uma situação em que atuasse diretamente sobre o material (ao invés de julgar apenas) seria possível a emergência de noções mais sofisticadas sobre probabilidade? Para examinar esta possibilidade, foi desenvolvida uma investigação onde a criança era solicitada a estimar a probabilidade de ocorrência de um evento em uma situação de jogo, podendo interferir na composição de um dado arranjo de fichas de forma que pudesse alterar o nível de chance que um boneco teria ao receber aquele arranjo em um sorteio. A chance poderia ser aumentada, diminuída ou tornada equivalente. A tarefa, aplicada a 40 crianças de classe média, alunas de 1ª e 2ª série (7 e 8 anos), consistia em compor arranjos de fichas, de forma que um 'Boneco Malvado' tivesse menos chance do que um 'Boneco Bonzinho' (e vice-versa); e de forma que o 'Boneco Bonzinho' e seu amigo tivessem o mesmo nível de chance quando jogando juntos. Os dados foram analisados em função de diversos aspectos: número de acertos, tipo de arranjo construído pela criança e justificativas oferecidas. Os resultados indicam que as crianças desta faixa etária possuem noções sobre o conceito de probabilidade, mostrando um bom desempenho quando solicitadas a estimar o nível de chance em situação de brincadeira. Implicações metodológicas para a pesquisa em Psicologia podem ser extraídas a partir dos dados, bem como uma maior compreensão da lógica da criança nesta faixa etária.

-oOo-

COG 1.06

A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO OU DESCONHECIMENTO DOS ESTÍMULOS SOBRE A PRODUÇÃO DE RESPOSTAS CRIATIVAS, NUM TESTE DE USOS INCOMUNS. *Adriana R. Ortigosa, Ana Paula J. Franco, Cristina Maria C. Machado e Antônio Jayro F. M. Fagundes.* Universidade de Guarulhos.

Pretende-se verificar se o conhecimento ou desconhecimento prévio de objetos corriqueiros, funcionando como estímulos num Teste de Usos Incomuns (Guilford, 1967), influencia a ocorrência de respostas criativas, em termos de Fluência, Flexibilidade e Originalidade; e se a ordem de apresentação dos estímulos interfere no desempenho. Participaram do estudo 32 garotas (14 a 17 anos) de instituição paulista com cursos pré-profissionalizantes para adolescentes de baixa renda. Escolaridade: 8ºS 1ºG a 3ºS 2ºG. Formavam 2 subgrupos naturais e independentes. Um examinou os objetos Conhecidos e, depois, os Desconhecidos (CD); e o outro, na ordem inversa (DC). Para a escolha dos estímulos, recorreu-se a 40 juízes e aplicou-se 2 pré-testes, que também ser-

viram para testar o método. Dentre os objetos tidos pelos Juízes como desconhecidos, foram descartados os que os sujeitos preliminares informaram conhecer. Os estímulos Desconhecidos (Porta-Calculadora e Separador de Gemas) e os Conhecidos (Disco Fonográfico e Escova de Cabelos) foram apresentados um a um a cada subgrupo que deveria, individualmente e por escrito, indicar o maior número possível de utilizações incomuns para eles, se já os conheciam ou não e qual o nome de tais objetos, com limite de tempo (total = 14 min). Os resultados indicam que, independente da ordem de apresentação, os sujeitos foram mais Fluents quando os objetos eram Conhecidos; e Flexíveis e Originais quando Desconhecidos. Concluiu-se que o conhecimento ou desconhecimento prévio dos estímulos afeta a produção de respostas criativas num Teste de Usos Incomuns. Torna-se, pois, Variável Relevante a ser controlada nas aplicações do Teste e considerada na interpretação dos resultados dos Testes que não controlaram esta variável. Sugere-se, igualmente, que, nas práticas para estimulação criativa, se usem estímulos conhecidos dos sujeitos para incrementar Fluência e desconhecidos para Flexibilidade e Originalidade.

-oOo-

COG 1.07

AS RELAÇÕES ENTRE A UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM LOGO E OS PROCESSOS COGNITIVOS E METACOGNITIVOS. UMA META-ANÁLISE. *Rodolfo de Castro Ribas Júnior.* Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pesquisas com a linguagem Logo têm produzido resultados complexos e contraditórios. Há, portanto, divergências acerca dos reais benefícios da utilização dessa linguagem. Foi conduzida uma meta-análise com o objetivo de sumariar e analisar resultados de pesquisa sobre as relações entre a utilização do Logo e os processos cognitivos e metacognitivos. 122 artigos foram examinados total ou parcialmente, 21 puderam ser selecionados para a meta-análise. Determinados aspectos dos artigos selecionados foram sistematicamente levantados. Foi calculada ou estimada uma magnitude do efeito (effect size) para cada variável investigada nestes artigos. Basicamente, a magnitude do efeito foi calculada como uma diferença média padronizada e corrigida, levando-se em conta os resultados obtidos pelos grupos experimental e de controle ao final do tratamento (final status). Verificou-se que a utilização do Logo resultou em ganhos cognitivos e metacognitivos significativos, com uma magnitude de efeito média de 0.55 (símbolo f^2 "Symbol" ≈ 9). Tais ganhos foram inversamente proporcionais à escolaridade dos participantes. Os resultados sugerem também que a forma de instrução do Logo tem influência sobre os resultados obtidos. Adicionalmente, constatou-se que a utilização do Logo produziu ganhos educacionais significativos.

-oOo-

COG 1.08

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR ADOLESCENTES MARGINALIZADOS EM INTERAÇÃO COM A LINGUAGEM LOGO. *Paulo Vinicius B. Silva.* Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná.

O estudo acompanha a interação de adolescentes marginalizados com a linguagem LOGO. O histórico de "fracasso" escolar é peculiar aos adolescentes em situação de marginalidade social e pessoal. A linguagem LOGO é uma linguagem de programação desenvolvida para uso educacional. Suas características aponta-

das na literatura - incorporação do erro ao processo de aprendizagem, e incrementação nas atividades reflexivas - permitiram formular a hipótese de que a interação com esta linguagem poderia revelar ganhos qualitativos no processo de elaboração cognitiva dos sujeitos. Foram selecionados aleatoriamente 5 sujeitos, com idade entre 14 e 17 anos, alunos de uma instituição estadual, localizada na cidade de Curitiba, onde cursavam As séries iniciais do 1 grau. As sessões foram individuais, acompanhadas pelo pesquisador, pautado no método clínico piagetiano. As produções foram gravadas em disquete e as interações com o pesquisador em vídeo. A descrição realizada foi das verbalizações dos sujeitos após execuções de "erros" e "acertos" na programação, e das estratégias cognitivas utilizadas por cada sujeito na interação com a linguagem. A análise das verbalizações revelou um processo de modificações nos conceitos e condutas frente aos "erros" e a presença de condutas positivas frente aos "acertos". A análise das estratégias revelou níveis sucessivos de coordenação sobre a linguagem executadas pelos sujeitos, particularmente nos domínios da aritmética e da geometria. CAPES.

-oOo-

COG 1.09

DESCRIÇÃO DO EMPREGO DE DIFERENTES FORMULAÇÕES VERBAIS EM SUJEITOS DE OITO A VINTE ANOS DE IDADE: INFERÊNCIAS SOBRE A ABSTRAÇÃO HUMANA. Paulo Francisco de Castro. Universidade Mackenzie e Universidade São Francisco. Maria Martha Costa Hübner. Universidade Mackenzie.

O objetivo do presente trabalho foi descrever como sujeitos de diferentes faixas etárias empregam termos de diferentes níveis de elaboração (frases conotativas e denotativas, substantivos abstratos e concretos, adjetivos de valor intelectual e afetivo). A relevância social pretendida, está em poder contribuir para a compreensão das diferenças observadas na elaboração verbal concreta e abstrata de alunos e, ao mesmo tempo, indicar possíveis implicações para o ensino. Do ponto de vista científico-conceitual, o presente estudo pretendeu comparar as formulações teóricas de Piaget e Skinner sobre a abstração, verificando a amplitude e aplicação dos conceitos de ambos os autores na análise dos dados obtidos com os sujeitos da presente pesquisa. Foram estudados 48 sujeitos, distribuídos em seis grupos, com oito sujeitos em cada um, correspondendo a seis faixas de idade, entre 8 e 20 anos. Cada faixa de idade compreendia um período de dois anos e em cada uma havia uma igual distribuição de homens e mulheres. Os sujeitos foram submetidos a uma entrevista estruturada de quatro questões, que foram previamente avaliadas por 15 juízes, quanto à adequação das questões para a análise do uso de formulações concretas e abstratas. As questões requeriam uma auto-descrição, uma descrição sobre as últimas férias, sobre o amor e sobre as etapas para se resolver um problema cotidiano. A análise dos dados indicou que, em todas as faixas de idade, há uma predominância do emprego de substantivos concretos sobre os abstratos, de adjetivos de valor afetivo sobre os de valor intelectual e de denotação sobre a conotação. Além disso, não se observou, a partir dos dez anos de idade, um aumento contínuo no emprego de frases conotativas, bem como o emprego de substantivos e adjetivos abstratos, revelando que não há, nesta amostra, uma relação direta entre a idade dos sujeitos e a formulação concreta ou abstrata das respostas, uma vez que ambas as formulações se aprimoram com o desenvolvimento dos sujeitos

-oOo-

COG 1.10

PRÁTICAS DE LEITURA E O CONHECIMENTO DE PROFESSORES ACERCA DA CAPACIDADE DE COMPREENSÃO DE LEITURA. Tânia Maria Santana de Rose. Departamento de Psicologia. Universidade Federal de São Carlos.

Um dos interesses da pesquisa sobre a formação de professores tem sido o entendimento dos processos cognitivos envolvidos no desenvolvimento do conhecimento sobre os tópicos que são alvo de seu ensino. Pressupõe-se que os professores já possuem um conjunto de conhecimentos organizados de formas particulares e que, ao entrarem em contato com novas informações as processam ativamente através de filtros provenientes do conhecimento prévio. O presente estudo teve como objetivos: (a) identificar relações entre práticas usuais de leitura de textos conduzidas por professores e as maneiras destes professores considerarem os níveis de compreensão envolvidos na leitura de textos; e, (b) a partir da apresentação aos professores de informações sobre algumas das estratégias cognitivas utilizadas por bons leitores, examinar como estas informações interagiram com as práticas e idéias prévias dos professores relativas a compreensão de leitura de seus alunos. Os dados consistiram de relatos de duas professoras de 4a série sobre as práticas de leitura e de relatos referentes ao uso feito por elas das informações sobre as estratégias de compreensão. A coleta dos dados se deu em uma série de reuniões, nas quais a pesquisadora entrevistava as professoras e, ao mesmo tempo, fornecia informações teóricas. Os resultados indicam que, quanto a textos narrativos, as duas professoras se distinguem quanto ao nível de compreensão requerido aos alunos e quanto à percepção do papel do leitor e de seu conhecimento prévio no processo de elaboração de significados. Quanto a textos informativos, verificou-se que as duas professoras compartilhavam de uma mesma expectativa em relação aos níveis de compreensão de leitura a serem apresentados pelos alunos. Os resultados indicam que o entendimento das informações teóricas pelas professoras variou em função das suas idéias prévias sobre a compreensão de seus alunos. Estudos desta natureza podem vir a contribuir para o esclarecimento de condições necessárias para a transformação do conhecimento de professores.

-oOo-

COG 1.11

COMPREENSÃO DE LEITURA: ANÁLISE DE CONDIÇÕES DE ENSINO. Tânia Maria Santana de Rose. Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.

Investigações sobre os recursos cognitivos envolvidos na compreensão de leitura possibilitaram a identificação de um conjunto de estratégias utilizadas por bons leitores. Os estudos tem evidenciado que bons leitores estabelecem relações entre o seu conhecimento prévio sobre o assunto tratado no texto e as informações nele apresentadas; usam o conhecimento sobre os elementos estruturais dos textos para identificar as idéias centrais; usam o conhecimento sobre o conteúdo tratado no texto ou o conhecimento sobre a estrutura do texto para monitorar a própria compreensão e como base para a elaboração de inferências. Estudos envolvendo o ensino de tais estratégias tem mostrado substanciais melhoras na capacidade de entendimento de textos de leitores de primeiro, segundo e terceiros graus. O presente estudo teve como objetivo analisar se as condições oferecidas a um grupo de alunos de quarta série, em situações de leitura de textos, favorecem o desenvolvimento de estratégias cognitivas associadas ao

aprimoramento da compreensão de leitura. As informações utilizadas como base para esta análise foram obtidas a partir de relatos fornecidos por duas professoras, em uma série de reuniões, nas quais as professoras eram solicitadas a descreverem como conduziam as situações de leitura de textos narrativos e informativos e como os alunos se desempenhavam em tais situações. A análise realizada evidenciou que a condição de apresentação de perguntas sobre os textos lidos é a mais característica e, praticamente, a única dirigida para o entendimento de textos. Além disso, a maioria dos alunos apresentavam dificuldades para compreenderem os textos, principalmente, os informativos. A análise demonstra que as condições oferecidas não favorecem o desenvolvimento de estratégias necessárias ao aprimoramento da capacidade de compreensão. Análises de situações de leitura tendo como foco o desenvolvimento de estratégias cognitivas podem vir a subsidiar a inserção de novas diretrizes para o trabalho com textos em sala de aula.

-oOo-

COG 1.12

A LEITURA DE LIVROS DE HISTÓRIAS INFANTIS E O RECONTAR HISTÓRIAS: ESTUDO DO DESEMPENHO DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. Maria Angélica do Carmo Zanotto, UFSCAR.

Recontar histórias é uma oportunidade para o desenvolvimento do esquema de histórias em crianças pré-escolares. Em nosso meio, são escassos os estudos que buscam caracterizar o desempenho de recontar histórias dessa faixa etária. No trabalho, objetivamos descrever e analisar em que medida verificou-se no desempenho verbal de pré-escolares, ao recontar histórias, a inclusão dos ele-

mentos estruturais da gramática de histórias de Stein e Glenn. Onze crianças de seis anos de idade, da rede pré-escolar municipal de São Carlos, foram solicitadas, em julho e dezembro, a recontar a história de dois diferentes livros de histórias infantis e optaram por desenvolver a tarefa com a leitura prévia do livro pela pesquisadora. Foi oferecida ajuda, por meio de perguntas e orientação para o recontar, aos sujeitos que solicitaram ou demonstraram dificuldades em iniciar e/ou desenvolver a tarefa. As gravações em áudio do desempenho de recontar dos sujeitos foram transcritas e dispostas em protocolo, constituindo os dados do trabalho. As histórias dos livros foram analisadas de acordo com a gramática de Stein e Glenn e os protocolos foram comparados às histórias analisadas. A análise dos dados foi feita em relação: 1) à ausência ou presença de ajuda durante o recontar e 2) inclusão dos elementos da gramática de histórias e a forma (completa/incompleta) como foram incluídos. Os principais resultados encontrados foram: 1) os sujeitos apresentaram três categorias de desempenho - recontar sem ajuda, com pouca e com muita ajuda; 2) entre os sujeitos que recontaram sem ajuda, houve a inclusão de mais elementos da história e de forma mais completa; 3) para os sujeitos que recontaram com ajuda, houve a inclusão dos elementos de forma incompleta, diferente ou omissão de elementos; 4) houve diferenças significativas em relação às médias de porcentagem de inclusão dos elementos da história entre os grupos sem e com ajuda. Concluímos que: 1) recontar com ajuda e com a leitura prévia do livro permitiu que as crianças incluíssem mais elementos das histórias do que o apontado pela literatura para esta faixa etária; 2) o nível de ajuda exigido durante o recontar pode ser tomado como um indicador do domínio de um esquema de histórias pela criança. CAPES.

-oOo-

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

DES 1.01

CRENÇAS MATERNAS SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA CO-CONSTRUTIVISTA. *Claudia Melo e Ângela Branco.* Universidade de Brasília.

O objetivo foi investigar as crenças apresentadas por mães sobre a educação e o desenvolvimento de crianças de 0-6 anos. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com mães de um contexto de baixa renda no Distrito Federal, a partir de uma perspectiva co-construtivista (Valsiner, 1987, 1994). O estudo procurou resgatar o aspecto dinâmico e transacional do conceito de crença através da utilização da noção de "orientação para crença" (OC), enfatizando, assim, o aspecto de co-construção e desenvolvimento. De um total de 15 mães entrevistadas, seis foram selecionadas com o objetivo de analisar suas crenças com relação a questões tais como: concepção de criança e desenvolvimento, maternidade, criação e educação de filhos, disciplina, saúde da criança, gênero, trabalho da mulher e educação dos filhos, e rede de apoio social, destacando-se a participação do pai e da avó. À luz dos conceitos co-construtivistas de cultura pessoal, cultura coletiva, negociação e canalização cultural, e de elementos da teoria de ciclo de vida familiar em contexto de baixa renda, a análise das OC revelou que o processo educativo é pautado pela experiência e vivência da mãe em seus mais diversos papéis, revelando o encontro entre subjetividade da mulher e a educação de filhos. Ao se focalizar a maternidade, as mulheres se posicionaram com sua bagagem relacional com todos os filhos, e revelaram um vasto conjunto de indicadores e hipóteses acerca dos processos de desenvolvimento e educação da criança, organizados segundo os temas propostos e construídos ao longo do projeto. Foi ressaltado que a imagem de homem veiculada entre as mulheres é de desobrigação e dispensabilidade em contraste com a imagem de mulher, por um lado passiva e vulnerável, porém figura de poder e autoridade na família. O caráter exploratório transformou o estudo em uma primeira instância de análise, fornecendo indicadores e hipóteses para estudos posteriores concernente à compreensão do sistema de crenças de um indivíduo ao longo de seu desenvolvimento.

-oOo-

DES 1.02

INTERAÇÕES PRECOSES MÃE-BEBÊ: A GÊNESE DE ZONAS DE CONSTRUÇÃO. *Adriana Ferreira Paes Ribas** Universidade Federal do Rio de Janeiro e *Maria Lúcia Seidl de Moura.* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o estabelecimento de Zonas de Construção (ZC) nas interações precoces mãe-bebê. Uma díade mãe-bebê foi observada em sua residência em quatro períodos de desenvolvimento do bebê: 2, 10, 15 e 21 semanas. Os dados foram colhidos durante as atividades diárias da mãe com o bebê, sem interferência deliberada do observador. Foram realizados vídeos de 30 minutos em cada uma das visitas, que foram analisados em intervalos de 30 segundos. Foi utilizado o método de registro por intervalos, sendo registradas as ocorrências de interação, tentativas de interação não efetivadas e de atividades da mãe e do bebê, nos intervalos. Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente em termos da identificação de episódios de interação. Foi realizada uma análise comparativa de determinadas características destes episódios (e.g. sincronia e reciprocidade) nos quatro períodos de observação. Os resultados mostraram a presença de interações desde a primeira observação

e um aumento no nível de complexidade destas nas observações subsequentes. Diversos aspectos das interações puderam ser compreendidos em termos da noção de ZC, tais como: o processo de comunicação entre mãe-bebê, a construção do conhecimento, por parte do bebê, acerca dos objetos, pessoas e eventos do mundo e a capacidade dos parceiros de regulação mútua dos seus comportamentos. *Apoio financeiro CAPES.

-oOo-

DES 1.03

A INFLUÊNCIA DAS VARIÁVEIS SEXO, ESCOLARIDADE E EXPERIÊNCIA DE PATERNIDADE NA CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL INICIAL. *Maria Lúcia Seidl de Moura, Adriana P. Ribas, Alexandra D. Cyrillo, Cátia dos S. Barcelos, Guilherme de Carvalho, Karla da Costa, Soraya C. M. Oliveira e Thais M. Roloff.* Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fundamentado na abordagem teórica de L. S. Vygotsky e autores contemporâneos por ela influenciados, o trabalho faz parte de uma linha de pesquisas sobre interação social e desenvolvimento. Um de seus pressupostos é de que as Zonas de Desenvolvimento Proximal têm como gênese as interações adulto - criança em etapas iniciais do desenvolvimento. Hipotetiza-se que estas interações são influenciadas pela forma como a criança e seu desenvolvimento são percebidos pelo adulto. Busca-se, então, estudar esta concepção e sua relação com algumas variáveis. Objetivo- Examinar a relação entre as variáveis sexo, paternidade, e nível de escolaridade e a concepção das competências de bebês recém-nascidos, no intuito de fornecer subsídios para a compreensão das trocas recíprocas entre adulto e bebê e da gênese de ZDPs. Metodologia- A amostra é constituída por 193 sujeitos, homens e mulheres, com e sem filhos, de nível de instrução primário, secundário e superior, a partir de 18 anos de idade: instrumento- questionário composto de 35 itens, apresentando índice de fidedignidade de 0,86 (Guttman split-half) desenvolvido em estudo anterior; variáveis- sexo, idade, grau de instrução e paternidade; Análise dos dados- Foi utilizada a Análise da Variância Fatorial. Resultados- Efeitos significativos da variáveis sexo ($F=20,117$ $p < 0,05$), e escolaridade ($F=9,657$ $p < 0,05$) foram observados. A variável ter ou não filhos não parece afetar a concepção de adultos sobre bebês recém nascidos. Os resultados são discutidos em relação a práticas sócio-culturais que podem afetar essa concepção. Dando continuidade à busca de compreensão da gênese de ZDPs, em estudo em andamento está sendo investigada a relação entre a forma como são percebidas as competências do bebê recém nascido e os padrões de interação mãe-bebê. UERJ e FAPERJ.

-oOo-

DES 1.04

MOMENTOS NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE BEBÊS À CRECHE. *H. O. Salgado, K. S. Amorim e M. C. Rossetti-Ferreira.* Universidade de São Paulo.

Partindo-se da concepção de que "o desenvolvimento é um processo de construção social que se dá nas e através das múltiplas interações que um indivíduo estabelece, desde o seu nascimento, com outras pessoas, em especial com aquelas que possuem um maior vínculo afetivo" (Rossetti-Ferreira, Vitória e Amorim, 1995), o processo de adaptação de bebês à creche vai, portanto, se dar em um contexto interativo, acabando por envolver uma

série de desestruturas e conseqüentes reestruturas na criança e em suas relações com as pessoas que a cercam. Há muito, estuda-se os diversos movimentos que o indivíduo faz para se "adaptar" às mudanças necessárias da vida. No caso de bebês, esse movimento é sempre mediado pelos adultos com quem estabelece relações afetivas. No decorrer do processo de adaptação, as figuras familiares de apego vão dar lugar à outras figuras de apego como, por exemplo, das educadoras. Dessa forma, está se estudando, através de uma análise longitudinal, como se dá a adaptação de bebês em seus vários aspectos: observações de saúde e comportamento; a modificação de reações frente às mudanças de ambiente, de pessoas novas e à separação dos pais; como se dá a formação de novos vínculos dentro da creche e a importância dessas mudanças para sua adaptação. Os sujeitos desse estudo são dois bebês do sexo feminino (6 e 9 meses), suas respectivas mães e educadoras. Todos acompanhados durante um ano. Os dados estão sendo analisados a partir da entrevista de matrícula, entrevista com educadores e técnicos, entrevistas com mães, gravações em vídeo e fichas de observação de saúde e de comportamento das crianças. Verificou-se através da análise dos dados de saúde e comportamento que, com o decorrer da adaptação, aqueles momentos cujas mudanças eram bem visíveis, vão se tornando mais discretos. FAPESP e CNPq.

-oOo-

DES 1.05

INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA EM CRIANÇAS QUE APRESENTAM PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO. Alice Maggi. Universidade de Caxias do Sul. Cesar A. Piccinini, Glades H. Nascimento e Ivana Blos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O presente estudo investigou a interação mãe-criança e criança-estranha em um grupo de crianças com problemas de comportamento (grupo clínico) e outro sem problemas (grupo não-clínico). A amostra foi constituída de 30 díades mãe-criança representando igualmente os dois grupos. As crianças eram de ambos os sexos, com idade entre 4a4m a 5a6m, recrutadas em serviços de atendimento psicológico e em pré-escolas de Porto Alegre. Utilizou-se um delineamento fatorial 2x3, envolvendo a variável grupo (clínico, não clínico), e três contextos interativos de brinquedo livre (mãe-criança-1, criança-pessoa estranha e mãe-criança-2). Para avaliação do padrão de interação, foi utilizada uma sessão de observação, através da qual se examinaram as seqüências de comportamentos antecedentes e conseqüentes das díades, por meio de uma matriz de contingência. Os resultados da análise de variância mostraram algumas diferenças significativas entre o grupo clínico e não-clínico nos padrões de interação mãe-criança. As mães do grupo clínico expressaram mais comandos, iniciaram menos contato e responderam menos ao contato. Os resultados mostraram ainda que, comparadas com as do grupo não-clínico, as crianças do grupo clínico mostraram-se mais obedientes, iniciando e respondendo menos ao contato. Quanto à interação criança-estranha, ocorreu diferença entre os grupos apenas na categoria estranha pergunta, que foi mais freqüente no grupo clínico. O fato de se ter encontrado diversas diferenças na interação mãe-criança entre os grupos clínico e não-clínico e, por outro lado, semelhanças entre os grupos quanto à interação criança-estranha, sugere que a interação mãe-criança no grupo clínico apresenta particularidades que devem ser melhor exploradas. CNPq.

-oOo-

DES 1.06

ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE MÃES DE CRIANÇAS COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO LONGITUDINAL. Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo e Luciana Aparecida Sylvestre. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara- UNESP.

Nos primeiros anos de vida, as relações pais-crianças caracterizam-se pela assimetria entre as competências de cada um dos membros da díade, ou seja, os pais podem selecionar e designar os comportamentos esperados numa determinada situação/tarefa, direcionando parte do processo de socialização infantil. Este trabalho teve por objetivo descrever e avaliar estratégias de ensino utilizadas por mães de crianças portadoras de atraso de desenvolvimento, em situações de rotina diária (refeição e banho). Foram filmados cinco pares mãe-criança em cinco etapas, por um período de doze meses com intervalos de três meses entre as observações. A idade das crianças variou entre 12 e 18 meses no início do estudo. Considerou-se para análise as seguintes categorias: incentivos para realização tarefa/atividade, incentivos ao comportamento verbal/motor, apreciação positiva e negativa, instrução verbal, apresentação de modelos e ajuda física. Os resultados revelam que esta amostra usa com alta freqüência incentivos para a criança emitir comportamentos verbais independentes da realização da tarefa e numa porcentagem menor o fornecimento de modelo. Estratégias como incentivo para realização da tarefa, ajuda física e apreciação positiva parecem depender das características individuais das díades, enquanto que apreciação negativa e instrução verbal constituem-se em recursos muito pouco utilizados. A análise evolutiva permite verificar que as mães (M1 e M5) cujas crianças se tornaram independentes para a realização da tarefa, no final do estudo, demonstram maiores porcentagens nas seguintes estratégias de ensino: incentivos dirigidos especificamente à realização da tarefa, apresentação de modelos, ajuda física e conseqüência positiva frente aos comportamentos emitidos pela criança e menores porcentagens em incentivos a outras atividades e comportamentos verbais. Estes resultados revelam que as fraquezas da coordenação entre o verbal e a ação estão na base das dificuldades encontradas e fortalecem a superioridade do modelo agente e, principalmente, da própria ação. CNPq.

-oOo-

DES 1.07

CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GLOBALE E DE LINGUAGEM ATRAVÉS DAS ESCALAS BAYLEY DE DESENVOLVIMENTO E PLS-3 E SUA RELAÇÃO COM AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA. Rosana Maria Tristão e Maria Ângela Guimarães Feitosa, Universidade de Brasília.

O grupo de crianças portadoras de síndrome de Down (SD) é citado na literatura como apresentando atraso de desenvolvimento maior na área de linguagem do que em outras áreas. Neste estudo, parte de uma pesquisa mais abrangente, verificou-se a relação de distúrbio de linguagem e desenvolvimento global com a incidência de perda auditiva nesta população, nos primeiros anos de vida. Foram estudadas 51 crianças com idade entre 6 e 47 meses. Destas, 22 eram portadoras de SD. Como controle foram selecionados um grupo composto por 13 crianças normais, e outro por 16 crianças com deficiência mental devida a etiologias outras que não SD. Nenhum dos sujeitos tinha indicação diagnóstica preliminar de perda auditiva. O nível de desenvolvi-

mento global foi avaliado através das Escalas Bayley de Desenvolvimento (segunda edição) e o de linguagem através da escala PLS-3. A condição auditiva foi avaliada através de audiometria e exame otoscópico. Os resultados indicaram, no grupo SD: níveis inferiores no desenvolvimento da linguagem do que no desenvolvimento geral, limiar e auditivos mais elevados, e maior número de achados patológicos de ouvido externo e médio. As necessidades de monitoramento clínico mais intenso, intervenção terapêutica para restauração da audição, e conseqüente melhoramento da qualidade do desenvolvimento neste grupo São discutidos. CNPq, CORDE e CAPES.

-oOo-

DES 1.08

A CONSTITUIÇÃO DAS PRIMEIRAS PALAVRAS DA CRIANÇA: APONTAMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO OUTRO. Maria Nazaré da Cruz. Universidade Federal de Uberlândia.

A partir de uma perspectiva histórico-cultural, temos considerado que a imersão da criança em um universo humano, cultural e simbólico implica que suas ações e produções são sempre inseridas pelo outro em um sistema de significações sociais. Considerando, ainda, que este processo ocupa um lugar central no desenvolvimento da criança - compreendido como um processo de conversão das relações sociais mediadas semioticamente em funções mentais - e que, de acordo com Vygotsky, a significação de ações e vocalizações da criança primeiro existe para outros e apenas depois para a criança, problematizamos, neste trabalho, a questão de como se opera a participação do adulto no processo de produção de sentidos das palavras da criança e como esta participação se relaciona à configuração/constituição da palavra para a própria criança. O trabalho de coleta de dados foi realizado em uma creche pública, através do registro em vídeo de momentos da rotina de um grupo de crianças de 9 a 18 meses. O processo de recorte, transcrição e análise dos episódios orientou-se pelos princípios da análise microgenética. Destacamos, do conjunto de episódios, duas situações de interação adulto-criança, em momentos de banho e troca, nas quais o adulto responde às falas da criança. Nossa análise destas situações tem indicado que há um modo de olhar, relacionado ao lugar social do adulto e à posição que ele ocupa na dinâmica interativa, determinando a interpretação que faz das palavras da criança. De uma perspectiva bakhtiniana, pode-se dizer que suas respostas à fala da criança articulam outras situações, outros discursos e outras vozes. Assim, ao responder à fala da criança, o adulto a circunscreve a partir de um dado contexto significativo que determina sua compreensão/interpretação e, portanto, o próprio sentido desta fala. CNPq e FAPESP.

-oOo-

DES 1.09

ESTUDO MICROGENÉTICO DE EPISÓDIOS DE METACOMUNICAÇÃO EM CRIANÇAS PEQUENAS: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA. Angela Branco, Cyntia Parro, Viridiana Costa e Ana Paula Queiroga. Universidade de Brasília.

A metacomunicação entre seres humanos (Bateson, 1972; Bonica, 1993) refere-se à dimensão relacional das interações e indica qualidade do "frame" interativo, constituindo a base para a interpretação dos conteúdos da comunicação. Através da observação de

seqüências de interações entre crianças de três anos de idade em contexto semi-estruturado, gravadas em vídeo, critérios e procedimentos específicos para uma análise microgenética dos episódios de metacomunicação foram desenvolvidos com o objetivo de identificar os múltiplos aspectos do fenômeno metacomunicativo. Dados referentes a duas sessões experimentais (de 32 e 27 minutos, respectivamente), envolvendo a participação de dois grupos de crianças previamente submetidas à experiências em diferentes contextos de interdependência, são apresentados com o objetivo de ilustrar a metodologia proposta. A análise das diferentes formas de transição entre "frames" interativos levou ao estabelecimento de categorias específicas de episódios de metacomunicação (como por exemplo "iniciação", "oscilação", etc), bem como possibilitou a identificação de várias estratégias metacomunicativas, verbais e não-verbais, empregadas pelas crianças. O estabelecimento e discussão do valor funcional de cada estratégia são apresentados e considerados como parte essencial do processo de investigação sob uma ótica co-construtivista. Conceitos como convergência e divergência de orientação para objetivos são aqui utilizados como instrumentos necessários à caracterização dos "frames" interativos. CNPq

-oOo-

DES 1.10

PRONOME PESSOAL: A DICOTOMIA LOCUTOR VS INTERLOCUTOR COMO UMA QUESTÃO EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM. Glória Maria M. de Carvalho. Universidade Federal de Pernambuco.

Este trabalho teve como principal objetivo suspender a naturalidade com que a dicotomia locutor vs interlocutor tem sido projetada sobre a fala da criança no que toca a produção dos significantes eu, tu/você. Na literatura sobre a aquisição do pronome pessoal, destacam-se estudos sobre o "erro de reversão" os quais focalizam as constantes trocas entre os pronomes eu e tu observadas na fala da criança, por volta dos 2 anos, trocas estas que têm sido interpretadas com referência às noções de locutor e de interlocutor. Entretanto, sobressai-se, nos resultados desses estudos, uma falta de consistência no que concerne ao aparecimento do tipo de erro abordado. Assim, com base numa análise das investigações citadas, chegou-se à proposta de que os pronomes pessoais não seriam, inicialmente, produzidos com referência a dicotomias sistematizadas na formalização lingüística. Para uma verificação de tal proposta, os dados foram obtidos através de registro longitudinal em áudio (semanal) e em vídeo (quinzenal) de diálogos espontâneos entre duas díades Mãe/filho, ao longo de dois anos, estando cada criança com a idade de 1 ano e 6 meses no início das gravações. A partir do acompanhamento dos erros do pronome, no "corpus" obtido, dois tipos foram, basicamente, destacados: 1) As "inversões" já referidas e 2) O aparecimento do pronome numa posição, gramaticalmente impossível, na cadeia verbal. Quanto ao primeiro tipo, a análise dos dados apontou para um espelhamento, na fala da criança, de palavras ou cadeias proferidas pela mãe (de acordo com a concepção de Cláudia Lemos); no segundo caso, a posição "incorreta" dos significantes eu, tu/você foi atribuída ao cruzamento de cadeias - as quais foram proferidas, em diferentes momentos da gravação, tanto pela mãe como pela criança - colocando-se, portanto, em questão a análise da aquisição do pronome pessoal a partir de dicotomias pré-estabelecidas.

-oOo-

DES 1.11

O POTENCIAL DAS DIFERENTES LINGUAGENS EXPRESSIVAS DAS ARTES PLÁSTICAS NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DA CRIANÇA DE DOIS A SETE ANOS. Tamara S. Valente, Ana Lorena O. Bruel, Andrea B. Gouveia. Universidade Federal do Paraná.

O presente estudo teve dois objetivos: o primeiro deles buscava conhecer se havia influência da prática artística no desenvolvimento psicológico da criança em idade pré escolar e o segundo procurava estabelecer se o espaço escolar poderia contribuir para esse desenvolvimento. A atividade artística tomou, neste estudo, a concepção de práxis plástica (VALENTE, 1991) que está comprometida com a construção da autonomia pela criança. A práxis plástica implica na expressão e construção simbólica da criança através das linguagens expressivas das artes plásticas e visa a ampliar o seu universo pré-conceitual. Neste estudo as linguagens expressivas utilizadas foram o desenho com lápis de cor, desenho com giz de cera, recorte e colagem, pintura, modelagem em argila e construção em sucata. O estudo contou com as seguintes bases teóricas: a Epistemologia Genética de JEAN PIAGET (1978), especificamente as contribuições do autor quanto às funções semióticas e ao desenho; a teoria acerca das linguagens expressivas das artes plásticas de FAYGA OSTROWER (1984) e da teoria referente à autonomia de CORNELIUS CASTORIADIS (1986). Optou-se por um estudo exploratório com delineamento de estudo de caso, sendo que a etapa de intervenção realizou-se numa escola da rede municipal de ensino de Curitiba e contou com a participação de vinte e oito crianças, com idades entre cinco e sete anos. As atividades propostas aconteceram pela expressão da simbologia "espontânea", assim denominada por fazer parte do repertório simbólico da criança, o que indica a presença de esquemas representativos disponíveis, e da simbologia "estimulada", que constituiu-se dos símbolos retirados dos livros de literatura infantil. Para a construção desses novos símbolos acredita-se que a criança teve que produzir novos esquemas ou coordenar os já existentes ao realizar as tarefas propostas, ampliando e reorganizando a sua estrutura cognitiva. A representação gráfica foi o aspecto mais concreto e visível do processo e permitiu perceber o dinamismo dos esquemas representativos e as características próprias da assimilação reprodutiva, da assimilação generalizadora e da assimilação reconhecadora. A escola tem um papel muito importante nesse processo pois, o professor, ao propor a práxis plástica em sala de aula, promove a acomodação de esquemas representativos e, conseqüentemente, o desenvolvimento cognitivo do seu aluno. CNPq; FUNPAR.

-oOo-

DES 1.12

INTERAÇÕES NO CONTEXTO SÓCIO-EDUCATIVO DE CRECHE. Alice Beatriz B. Izique Bastos. Universidade São Judas Tadeu).

A pesquisa teve como objetivos principais compreender as interações em crianças de 18 a 28 meses no contexto sócio-educativo de creche e seu significado para o desenvolvimento. A metodologia privilegiou a observação em contexto natural, com o auxílio da câmera de vídeo, registro de falas e utilização de sujeitos focais num total de 12 crianças. O processo de análise dos dados apoiou-se basicamente no referencial teórico de H. Wallon e nos procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas realizadas pelo CRESAS (Centre de Recherche de l'Education Spécialisée et de l'Adaptation Scolaire). As interações foram dis-

cutidas e analisadas a partir de três grandes conjuntos: interação criança-adulto, criança-objeto e criança-criança. O adulto, além de ser percebido como intermediário dos conflitos e das disputas entre as crianças é também constantemente solicitado a partilhar das explorações e das novas descobertas. A interação das crianças com os objetos foi constante e intensa, mostrando que a ação esteve associada à nomeação, identificação, diferenciação, e às conquistas da percepção espacial, condição fundamental para a emergência da representação simbólica. A interação criança-criança, pôde ser observada nas brincadeiras, nos jogos simbólicos e nas tentativas de diálogo das crianças maiores, evidenciando o papel da linguagem. Os resultados confirmam a fundamental importância das interações, contextualizadas no espaço educativo da creche, uma vez que partilhar do cotidiano da creche, das múltiplas possibilidades de interações com outras crianças, com as educadoras, com os objetos, com o espaço e com a própria rotina, pode ser uma experiência singular e enriquecedora para a construção da pessoa, da consciência de si e do outro.

-oOo-

DES 1.13

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE REDE DE RELAÇÕES ENTRE CRIANÇAS. Celina M.C. Magalhães; Ângela Elias; Catarina Malcher; Helma Leite; Roberta Cabral e Tony Nelson. Universidade Federal do Pará.

A tendência constatada nos últimos 20 anos tem sido a de atribuir à interação social um papel importante no desenvolvimento da criança enquanto via de formação de relações sociais, produto considerado um sistema comportamental de imensa significância adaptativa para os seres humanos. Partindo do pressuposto que as relações cotidianas em grupo têm um efeito cumulativo no desenvolvimento do comportamento social, o objetivo da presente pesquisa foi descrever a rede de relações de um grupo de crianças, observando quem são os parceiros com quem interage e que atividades fazem juntos. Os sujeitos foram 22 crianças (9 meninas e 13 meninos) com idade média de 43 meses, que pertenciam a uma mesma turma de uma creche particular. Foram feitas 10 sessões de observação em sala de aula. A técnica de registro utilizada foi *scan-sample*, que consistiu no registro instantâneo da atividade realizada por cada indivíduo do grupo em intervalos de cinco minutos. Utilizou-se como equipamento folhas de registro padronizada, máquina fotográfica e cronômetro. No geral foram feitos 3.050 *scans*, sendo em média 15 *scans* de cada criança por sessão. O registro consistia de anotar com quem a criança interagiu e em que atividade estava engajada. Os resultados indicam: uma nítida preferência em interagir com parceiros do mesmo sexo; nem todas as interações de preferência foram recíprocas; das quatro formas de interações observadas (conversar, brincar, afeto, briga) conversar foi a mais freqüente. O comportamento das cuidadoras (pagens) é um fator relevante, que pode ter contribuído para um maior agrupamento das crianças com outras do mesmo sexo, comparando com relatos de pesquisas. Estes resultados são de crucial importância para estudos posteriores sobre interações agressivas, alianças e reconciliações.

-oOo-

DES 1.14

RECONCILIAÇÃO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. Celina Maria Colino Magalhães. Universidade Federal do Pará.

Encontros agonísticos entre pré-escolares usualmente têm sido observados como terminando com uma criança ganhando e a ou-

tra perdendo. Embora se tenha um razoável número de estudos prevendo esse resultado, pouco é conhecido acerca da natureza das interações após a resolução do conflito. Pesquisas com primatas não-humanos mostram que os adversários encontram-se mais próximos um do outro, após o término do incidente agressivo. Essa aproximação tem sido denominada de reconciliação e teria a função de reatamento das relações. O objetivo desta pesquisa foi observar incidentes agressivos entre pré-escolares, verificando se os adversários reconciliam-se após estes incidentes. Os sujeitos foram 18 crianças (9 meninos e 9 meninas), com idades entre 18 e 30, meses pertencentes a uma mesma classe de uma creche pública, situada na zona Oeste de São Paulo, que atendia uma população de baixa renda. Foram feitas oito sessões de filmagens, de dez minutos, para cada criança, sendo quatro sessões em sala e quatro em pátio, utilizando a técnica de sujeito focal. Na análise das fitas foram transcritos todos os episódios de interação entre as crianças, selecionando-se depois as interações agressivas iniciadas pelo sujeito focal. Foram registrados 216 episódios agressivos, sendo que somente em 13 ocorreram reconciliações, o que corresponde a 6% do total dos episódios. Encontrou-se uma maior frequência de agressores iniciando contato com suas vítimas (8 episódios) após uma interação agressiva, do que o inverso. Entre as estratégias utilizadas, para restabelecer a interação, "oferecer ajuda" e "brincar junto" foram empregadas tanto pelo agressor quanto pela vítima houve uma tendência dos episódios agressivos reconciliados serem compostos por díades mistas (um menino e uma menina), sendo que nestas díades os meninos foram responsáveis pela iniciação da agressão, assim como pelas reconciliações. Atribui-se à pequena faixa etária das crianças o fator responsável pelos poucos episódios reconciliados.

-oOo-

DES 1.15

AMIZADE ENTRE CRIANÇAS PEQUENAS - ANÁLISE DA INTERAÇÃO DE PARES INFANTIS PREFERENCIAIS DENTRO DO GRUPO NA CRECHE. *Débora C. Piotto e Márcia R. B. Rubiano.* Departamento de Psicologia e Educação, F.F.C.L.R.P.-USP.

A amizade entre crianças pequenas vem sendo identificada pela preferência a certos parceiros dentre outros disponíveis e por uma maior frequência interacional com os mesmos. Na literatura existem evidências de diferença entre crianças com maior ou menor grau de relacionamento como maior complexificação dos comportamentos, maior presença do faz-de-conta e maior elaboração do conceito de amizade. Outras pesquisas não encontraram tal diferença e outras ainda demonstram-na apenas em relação à duração de episódios compartilhados. Neste sentido o objetivo deste trabalho é verificar se há diferença entre as interações dos pares considerados preferenciais e as dos demais. Para isto, foram filmadas, entre novembro e dezembro de 93, 5 sessões de 20 min. do maternal de uma Creche, composto por duas turmas, num total de 14 crianças, 8 meninos e 6 meninas, com idades entre 23 e 32 meses, em situações de atividade livre. Além disso, foram entrevistadas as 4 educadoras responsáveis por este grupo para o levantamento de crianças amigas, sendo obtidas 14 parcerias privilegiadas. A observação dos vídeos foi feita em dois momentos: 1) observação global das sessões para evidenciar e compreender as atividades desenvolvidas e 2) registro do estado social e da atividade de cada criança. A análise dos dados com base na frequência de associação mostrou que 50% dos parceiros privilegiados associaram-se acima da média do grupo, 43% obtiveram

uma frequência associativa igual à média e 7% associaram-se abaixo da mesma. Para as demais parcerias, estes valores foram iguais a 5%, 46% e 49% respectivamente. Com base na duração da associação, 57% das parcerias privilegiadas mantiveram uma sequência associativa contra 23% das demais parcerias. Em relação à estabilidade de associação entre as sessões, 43% dos pares preferenciais e 12% dos outros foram estáveis. Nas parcerias preferenciais encontrou-se também maior ocorrência de atividades envolvendo faz-de-conta, representando esta atividade 50% do total, enquanto para os demais pares este valor foi 10%. Estes resultados parecem evidenciar diferenças entre parceiros privilegiados e os demais pares dentro do grupo. CNPq e FAPESP.

-oOo-

DES 1.16

SUB-PROJETO 4: BUSCA DE APROXIMAÇÃO SOCIAL EM DUPLAS. *Sandra Aparecida Luque, Silvia Helena Gallo Tenan e Márcia Regina Bonagamba Rubiano.* Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.

A literatura aponta que crianças menores de 3a são bastante competentes na relação social com pares. Porém, nesse período as interações são muito dependentes do contexto para se desenvolverem. Este estudo tem como objetivo analisar como uma criança aborda socialmente a outra quando em dupla. Foram analisadas 12 duplas de crianças com idades variando de 1a9m a 2a6m, sendo 03 meninas e 07 meninos, arranjados em 2 duplas femininas, 03 masculinas e 07 mistas. As crianças foram observadas em uma sala com 02 zonas circunscritas, 01 intermediária, na presença do adulto e com brinquedos variados distribuídos em todas as zonas. Foram analisadas 12 sessões com duração média de 17 minutos, sendo os episódios sociais recortados levando-se em consideração o início (busca) e o término (não houve resposta do parceiro ou a cadeia interacional foi interrompida), as estratégias para buscar aproximação do outro (a- entrar na atividade do outro e b- envolver o outro na própria atividade), a proximidade no momento da busca e a orientação postural e/ou visual da criança alvo. Observou-se 50 buscas, sendo que 60% delas resultaram em episódios compartilhados. Houve diferença entre os pares quanto ao sucesso em relação às buscas, sendo que 07 deles compartilharam em pelo menos 80% delas, enquanto que os demais no máximo 57% das tentativas. Na grande maioria dos pares ambas as crianças buscam aproximação social do parceiro, não havendo diferença relevante no número de buscas apresentado por elas. Em relação às estratégias utilizadas, observou-se um predomínio da estratégia em que o emissor tenta envolver o outro na própria atividade, porém, a estratégia em que o emissor tenta entrar na atividade do outro foi mais eficaz para desencadear episódio interativo. A maioria das buscas que resultaram em compartilhamentos se deu quando as crianças estavam próximas e a criança alvo não estava orientada para o emissor.

-oOo-

DES 1.17

ABORDAGEM SOCIAL ENTRE CRIANÇAS DE 2 A 3 ANOS EM GRUPO. *Regiane Sedenho de Moraes, Raquel Gonçalves Ribeiro e Márcia Regina Bonagamba Rubiano.* Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Muitos estudos têm mostrado que crianças abaixo de três anos são capazes de compartilhar brincadeiras. O presente trabalho analisou as formas de abordagem social utilizadas para iniciar

episódios interativos por crianças familiarizadas entre si, em grupo na creche. Foram sujeitos dois grupos maternos compostos por 12 e 13 crianças, com idade semelhante e respectivas monitoras. Registrou-se em videoteipe sessões de 20 minutos, em períodos de atividade livre, em sala estruturada com divisórias de madeira e objetos disponíveis. Foram analisadas quatro sessões para a creche 1 e três para a creche 2. Os episódios interativos foram recortados considerando o início - criança dirige comportamento a outra com a qual não estava interagindo - e o término - parceiro não respondeu ou a cadeia interacional foi interrompida, i.é, o comportamento de um parceiro não se mostra mais regulado pelo do outro. Dentro dos episódios, identificou-se o alvo e o emissor do comportamento de aproximação social, a forma de abordagem, os antecedentes e consequentes da iniciativa social. A análise por creche, considerando o conjunto das sessões, mostrou que as crianças: abordaram mais o parceiro quando sozinho (74% e 67%) do que quando associado com outro(s); tentaram entrar na atividade dele (82% e 74%) mais do que tentaram atraí-lo para a própria atividade e geralmente obtiveram resposta, tendo compartilhado atividades em 52 e 63% dos episódios. Os dados obtidos permitem evidenciar a rede de relações dos grupos. A semelhança entre os grupos sugere ser esta a forma característica de abordagem entre crianças desta faixa etária, em situação coletiva como a analisada. FAPESP / CNPq.

-oOo-

DES 1.18

O VIÉS ETNOCÊNTRICO: UMA TENTATIVA DE ANALISAR ALGUMAS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL A PARTIR DE UM ESTUDO DE CRIANÇAS DO INTERIOR DO PIAUÍ. *Elaine Pedreira Rabinovich.* Instituto de Psicologia/USP Centro de Estudos do Crescimento e Desenvolvimento Humano.

Esta comunicação pretende, a partir de um estudo (apresentado na XXIV Reunião Anual de Psicologia) com 22 crianças de 0-3 anos da zona do Cocal, Piauí, suas famílias e suas casas, questionar a validade da utilização de premissas e resultados de estudos descontextualizados. Para isto, descreve alguns aspectos do desenvolvimento a partir das práticas sócio-simbólicas dos cuidados parentais. A criança estava inserida dentro de um contexto eco-sócio-histórico de uma "sociedade relacional" onde o centro estava no grupo e não no indivíduo. Um sistema de cuidados fornecido por uma rede de *caregivers*, inclusive outras crianças, possibilitava o afastamento materno, necessário para a coleta de coco do babaçu, importante para a sobrevivência de todo o grupo familiar. Concomitantemente, a sobrevivência da criança era garantida por um sistema múltiplo de aleitamento - a pedido, antecipado, com horário - e pela introdução de um mingau (gomoso) desde o nascimento, a fim de preservar as "forças" (nutricional e comportamental) maternas. O afastamento diurno parental era suprido pelos cuidados noturnos, permanecendo a criança no quarto dos pais até ter "entendimento" (5/6 anos). O controle esfinteriano era adquirido por "ensinagem": a criança evacuava e urinava no chão de terra sem qualquer reprimenda e adquiria, precocemente, este controle devido à ligação entre o funcionamento visceral e o visual. O "não" era dirigido aos poucos objetos que não podiam ser tocados e que não tinham um papel mediador entre mãe/adultos e criança, sendo esta função realizada por contatos corporais. A autonomia não era um valor educacional devido à norma cultural de aceitar as leis da natureza e a "autoridade" paternalista, sendo visto como induzindo à insubordinação. Concluímos que diferentes conceitos sociais de natureza

humana significam diferentes contextos de desenvolvimento e que a inserção de estudos sobre desenvolvimento dentro de contextos que o incluem pode auxiliar a lidar com o viés etnocêntrico e com o centralismo psicológico. FAPESP.

-oOo-

DES 2.01

BRINQUEDO, BRINCADEIRA E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA - UM ESTUDO EM PORTO ALEGRE. *C. T. Reppold, C. L. Santos, A. S. Silva, M. R. Silva, P. B. Alves e S. Koller.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pesquisas sobre a importância do brinquedo e de brincadeiras no desenvolvimento infantil não têm privilegiado o brincar de crianças que utilizam o espaço da rua para gerar renda. Este estudo tem por objetivo apresentar dados referentes à observação de atividades e entrevistas com crianças trabalhadoras na rua para ilustrar aspectos relevantes do desenvolvimento neste contexto específico. Foram observadas 15 crianças trabalhadoras de rua (11, 4), de 9 a 12 anos de idade, na cidade de Porto Alegre. Foram registrados e categorizados 203 comportamentos inferidos como brincadeiras. A análise destes comportamentos demonstra que: a) 33% das crianças brincam com seu corpo (fazem caretas, produzem sons); b) brincam com objetos não idealizados como brinquedos (papel, elástico, canudo, copo plástico), que são de acesso fácil e constante no contexto da rua; c) brincam de faz-de-conta, com objetos de trabalho e com objetos naturais presentes no contexto. Foram entrevistadas 19 crianças (11, 8) sobre o brincar e outras atividades diárias. Os dados revelam que: a) brincar é, para elas, divertimento, felicidade, descanso, e liberdade; b) desejam brinquedos industrializados (roller, video-games, carinhos com controle remoto); e os de atividade motora ampla (bicicleta, bola); c) brincam no espaço público (42% na rua, 47% em praças - 5, 4) e no privado (52,6% em casa - 4, 6); d) brincam com seus amigos (68% - 9, 4) e com seus irmãos em casa (42% - 4, 4); e) os meninos revelam preferência por estudar, trabalhar e brincar, e as meninas por estudar, brincar e depois trabalhar. Este estudo mostrou que as crianças trabalhadoras na rua, expressam que brincar e trabalhar são duas atividades diferentes, com momentos, espaços e companhias distintas. No entanto, pela comparação entre a observação e a entrevista, as crianças demonstram que utilizam o espaço da rua para brincar, aproveitando os objetos naturais e não-brinquedos da rua, embora verbalizem desejo por brinquedos industrializados. PET-CAPE/PROEXT/FAPERGS/CAPES.

-oOo-

DES 2.02

O COTIDIANO E A RUA - ATIVIDADES DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE. *M. R. Silva, A. S. Silva, C. L. Santos, C. T. Reppold, P. B. Alves e S. Koller.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este estudo tem como objetivo investigar o cotidiano de crianças em situação de rua, como elas lidam com as dificuldades diárias e como interagem com seus pares e com os adultos. Visando apreender de forma sistemática este recorte da realidade, foi desenvolvido um estudo observacional seguido de uma entrevista, com quinze crianças de 9 a 12 anos de idade, sendo onze meninos e quatro meninas em situação de rua de Porto Alegre. Foram realizados registros cursivos literais dos comportamentos emitidos pelas crianças na rua. A análise destes registros produziu 29 cate-

gorias de padrões de comportamentos. Algumas frequências revelam que: a) 100% das crianças apresentam atividades corporais (toques e gestos), motoras (correr e andar), de observação do contexto (olhar lojas, transeuntes, restaurantes) e de interação com objetos classificados como "não-brinquedos" (dinheiro, plástico, elástico, papel); b) 86,6% das crianças interagem verbalmente com adultos em um contexto de trabalho (pedir dinheiro, oferecer graxa); c) 73,3% interagem com adultos, fora de um contexto de trabalho; d) 60% das crianças interagiram com objetos presentes no espaço da rua (postes, latas de lixo); e) 33,3% das crianças se alimentaram durante a observação; f) 33,3% apresentou interação com um objeto de trabalho, independente da ação de trabalhar (caixa de engraxate, flanela, balde). Os dados evidenciam que a população observada está em constante movimento e atento para o contexto em que se encontra, tanto pela variedade e quantidade de estímulos quanto pela busca de trabalho. O adulto é presença constante, enquanto interlocutor e como fonte propiciadora de dinheiro. As crianças utilizam o espaço da rua para suprir suas necessidades imediatas de alimentação, diversão e subsistência. Revelam, ainda, ter no próprio corpo um veículo propulsor e mediador de atividades lúdicas. PET-CAPEs; PROREXT; FAPERGS e CAPEs.

-oOo-

DES 2.03

CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O DESEJO DE PRIVACIDADE. *Márcia Silveira da Silva e Sílvia Koller.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudos anteriores perguntaram para crianças em situação de rua da Colômbia sobre o que elas gostariam de pedir se pudessem ter seus desejos atendidos. As respostas mais frequentes revelaram desejo por objetos de consumo e bens materiais. No entanto, observou-se que este questionamento não explorava a motivação para estas escolhas. Este estudo visou, então, perguntar para 53 crianças e adolescentes em situação de rua, de ambos os sexos, com idades entre 10 e 17 anos: "Se você pudesse pedir algo, quais seriam seus três desejos?" e "Por quê?". As escolhas obtidas foram: casa e objetos de consumo (37); família (23); trabalho (15); escola e cuidados pessoais (11); ajuda (8); brinquedos (7); animais de estimação (4) e outros (5). As justificativas para estas escolhas envolveram: benefício próprio (52); desejo de privacidade / intimidade/cuidado afetivo (48); status idealizado (36); benefício para o outro (13); e benefício para si e para outros (10). Tais escolhas foram categorizadas em julgamentos que demonstraram que as crianças não estão apenas preocupadas em adquirir objetos (37, 25), mas em obter benefícios pessoais relacionados a seu bem-estar psicológico (privacidade) (20, 9), compartilhar estes benefícios com amigos (10, 10) ou com familiares idealizados (5, 4), desfrutar de uma posição social (14, 17) e promover reformas sociais (4, 4). As informações obtidas neste estudo foram comunicadas às instituições, no sentido de sugerir a colocação de espaços privados (armários, prateleiras) para cada uma das crianças, intervenção que foi bem aceita por todos. PIBIC/CNPq.

-oOo-

DES 2.04

COMO CRIANÇAS DE NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO MÉDIO E EM SITUAÇÃO DE RUA DESENHAM UNS AOS OUTROS? *Aline Silva, Lilian Weber, Mariana Raimundo, Denise Bandeira e Sílvia Koller.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O objetivo deste estudo foi o de investigar, através do desenho da figura humana, como as crianças representam a si mesmas e a um outro grupo. Foram testadas 39 crianças em situação de rua e 148 crianças que frequentavam uma escola particular. A idade das crianças de rua foi de 9 a 16 e as de escola de 6 a 10 anos. Foi utilizado o Teste da Figura Humana. Os testes das crianças de rua foram feitos na rua e/ou instituições e os de crianças de escola, nas salas de aula. Foi solicitado às crianças que primeiro desenhasssem a si mesmas e depois a uma criança do outro grupo. Os desenhos foram avaliados por dois juízes cegos para as características das crianças que executaram os desenhos. Foi realizado um levantamento de categorias para descrever o desenho analisado. O nível de concordância entre os juízes foi de 96%. Os desenhos foram divididos em quatro grupos: G1, criança de rua/desenho de si mesmo; G2, criança de rua/desenho de criança rica; G3, criança de escola/desenho de si mesmo; G4, criança de escola/desenho de criança de rua. As categorias observadas nos desenhos foram: expressão facial, presença/ausência de sapatos, de mãos, e de roupas, aparência geral (sujo/limpo), postura, cenário, acessórios e objetos nas mãos. A comparação entre os desenhos revela muitos aspectos estereotipados. As crianças de rua foram representadas pelas de escola como sujas, negras, mal vestidas e sem sapatos, com roupas rasgadas, carregando drogas nas mãos e pedindo esmolas em esquinas, às vezes sentados ou deitados. As crianças de escola foram representadas pelas de rua como bem-vestidas e calçadas, limpas, de pé e carregando sacos de dinheiro nas mãos. Quando desenham a si mesmas, as crianças de ambos os grupos fazem desenhos de figuras humanas alegres, vestidas, limpas, com sapatos, sem objetos nas mãos, de pé e de frente e com acessórios. Estes resultados revelam a discrepância entre como as crianças em situação de rua se vêem ou gostariam de ser vistas e como os outros os vêem. PROREXT e PET/CAPEs

-oOo-

DES 2.05

A VISÃO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA SOBRE SUA SITUAÇÃO DE VIDA. *Mateus Kuschick, Caroline Reppold, Deise Dani, Denise Bandeira, Marcela Raffaelli e Sílvia Koller.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Discussões sobre "crianças e adolescentes em situação de rua" vêm tomando grandes proporções na iniciativa social e no meio acadêmico nos últimos anos. Este trabalho visa investigar a visão dos meninos de/na rua a respeito de sua situação de vida e as estratégias que estes utilizam para enfrentar as dificuldades cotidianas desde a saída de casa até a condição atual. Foram entrevistados 58 sujeitos na cidade de Porto Alegre (34 e 24), de 11 a 17 anos. A entrevista semi-estruturada abrangia os tópicos: "vida na rua", "atividade do dia", "atividade da noite" e "eventos de vida". A análise do conteúdo das respostas sobre o viver na rua revelou que os meninos têm mais opiniões negativas (71%) com relação à vida na rua do que as meninas (58%); os meninos revelam receber menos ajuda (72%) do que as meninas (84%), seja da família ou de pessoas na rua. Dentre as atividades diárias, os meninos destacaram "ficar em instituições" (75%), "estudar" (41%), "vagar pela rua" (22%) e "trabalhar" (19%). As meninas referiram "ficar em instituições" (58%), "lazer" e "estudar" (37%) e "vagar pela rua" (32%). Dentre as atividades da noite, os meninos revelaram utilizar-se mais do espaço da rua para "dormir" (60%), enquanto as meninas procuram as instituições (47%) e a família (21%) para abrigo noturno. Mesmo assim, as meninas sentem-se menos seguras nessas condições (57%). Com relação aos even-

tos de vida, os meninos relatam sofrer mais acidentes (68%, 53%), utilizar drogas (81%, 63%), sentir mais fome (66%, 48%), roubar (50%, 37%) e sofrer abuso físico pela polícia (66%, 32%) do que as meninas. Os dados revelam que os meninos recebem menos ajuda, transgridem mais as regras sociais e avaliam sua situação como crítica. Esses achados reforçam a posição de que cada sexo encontra estratégias de ação diferentes quando se deparam com problemas de mesma natureza e estão expostos a situações de risco diferentes. CNPq/FAPERGS; PET/CAPE e PROPESP/UFRGS.

-oOo-

DES 2.06

REPRESENTAÇÕES SOBRE A NATUREZA ENTRE AS CRIANÇAS. *Leticia Simioni e Clarince S. Kawasaki*. Departamento de Psicologia e Educação, FFCCL-RP/USP.

Vários programas de Educação Ambiental têm sido realizados no sentido de alertar e dar informações à população sobre os problemas do meio ambiente. Esses programas, via de regra, não têm levado em consideração as características do público-alvo, no que diz respeito à crenças e representações, apesar deste ser um aspecto de suma importância. Com o intuito de conhecer quais são estas características, foi realizado um projeto-piloto, no qual foram investigadas quais são as representações que as crianças em idade escolar possuem a respeito da natureza e da relação homem/natureza. Foram entrevistadas 55 crianças de terceira e quarta séries, em um colégio particular de Ribeirão Preto (Colégio Santa Úrsula, localizado na região central). O estudo destas entrevistas permitiu que o instrumento de investigação (roteiro de entrevistas) sofresse modificações para melhor atender ao público-alvo escolhido. Além disso, foram notadas algumas tendências relevantes nas respostas das crianças, que influenciaram na alteração do instrumento, entre as quais o antropomorfismo na definição de natureza, e um evidente antropocentrismo. Diante destas tendências, deu-se início a uma nova etapa da pesquisa, desta vez em uma escola pública (E.E.P.S.G. Santos Dumont), onde, de posse de um roteiro de entrevistas mais abrangente, foi possível estudar mais a fundo estas questões. Foram entrevistadas 25 crianças de primeira a quarta série, entre 7 e 10 anos. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado e as respostas foram anotadas na íntegra. Posteriormente, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa destas respostas. Feito isso, pôde-se perceber que o enfoque antropocêntrico da questão ambiental é realmente o mais evidente, confirmando a tendência da pesquisa-piloto, aparecendo na grande maioria das respostas das crianças, assim como o enfoque naturalista da natureza. A natureza aparece sendo vista também de forma idealizada e distante do mundo delas, como um lugar, melhor e mais bonito. O homem aparece como a nota dissonante, como o vilão que destrói e perturba essa "floresta bonita" que é a natureza. Contraditoriamente, essas mesmas crianças, em sua grande maioria, quando inquiridas a respeito, respondem que o homem é parte integrante dela. CNPq.

-oOo-

DES 2.07

CONFLITO INFANTIL ENTRE MENTIR E MANTER UMA PROMESSA. *Maria da Graça Borges Dias, Renata Bahia Vanderlei e Marcelle Santos*. Universidade Federal de Pernambuco.

Segundo Piaget, crianças mais novas consideram a obrigação moral como obediência à autoridade. Nesta visão, heteronomia envolve julgamento inconsistente, crenças morais desintegradas

que são influenciadas facilmente pelo exterior; fatores moralmente irrelevantes (incluindo autoridade exterior). Em contraste, autonomia reflete uma internalização, conjunto de crenças morais internamente consistentes (equilibradas) e mais resistentes à influências externas. O interesse do estudo foi o de investigar como as crianças de 6 a 12 anos de escolas particulares e orfanatos respondem à contra-sugestões, quando mudam suas respostas, como justificam suas mudanças e como manejam o dilema posto na história e o dilema pessoal [concordar ou não com a pressão implícita ou explícita do entrevistador (E) adulto]. Tinha-se 2 condições com 3 histórias que envolviam dilemas morais do tipo: (a) mentir para os pais, companheiros ou professora e com isso manter a promessa, ou (b) dizer a verdade mas quebrar a confiança de um amigo ou irmão. Na condição 'fraca', depois da criança fazer sua escolha, o E dizia apenas uma contra-sugestão, por exemplo, 'E sobre o fato que João poderia ser mentiroso para as outras crianças?' Na condição 'forte' várias contra-sugestões eram feitas. Os resultados mostram que a escolha inicial da maioria das crianças foi a de cumprir a promessa. Houve apenas 6 mudanças da primeira escolha, 3 na condição forte e 3 na fraca. As outras 36 crianças continuaram com o mesmo tipo de resposta independentemente do E ter sido menos ou mais incisivo em suas contra-argumentações. As crianças do presente estudo foram menos influenciadas do que as crianças norte americanas do estudo de Saltzstein e Millery-Killen (1995), e suas escolhas e justificativas foram mais semelhantes a dos adultos do trabalho citado. Uma explicação poderia ser em termos de relações sociais entre professores e crianças. No Brasil, o professor parece desenvolver uma relação mais aberta e amigável com os alunos do que nos Estados Unidos.

-oOo-

DES 2.08

COMO CONTROLAR AS EMOÇÕES: ESTUDO ENTRE CRIANÇAS BRASILEIRAS E NORUEGUESAS. *Maria da Graça Dias e Adriana Fontes Melo*. Universidade Federal de Pernambuco.

Diversos autores (ver por exemplo Lazarus, 1991, Lazarus & Folkman, 1984) argumentam que a adaptação humana e o bem-estar não se relacionam diretamente às frequências absolutas de respostas emocionais, porém ao conceito das pessoas de como controlar suas emoções. O foco de controle nesse caso é a emoção, mais do que a situação. O presente estudo objetivou verificar os conceitos de 102 crianças brasileiras e 305 norueguesas com idades entre 8 e 12 anos, todas de NSE médio, sobre as estratégias para o controle das emoções de felicidade, raiva, medo/ansiedade e tristeza. As respostas foram diferenciadas em 14 categorias. A análise dos resultados mostra que não há diferença considerável de sexo, idade e NSE, o que não ocorre ao compararmos os países. As norueguesas parecem usar mais as categorias que enfocam o comportamento da pessoa em relação a si própria, enquanto as brasileiras, enfocam mais a brincadeira e a interação social. No aspecto cognitivo, ambas as amostras usam esta categoria com a mesma frequência, entretanto as brasileiras enfocam mais a própria emoção e as norueguesas as técnicas cognitivas. O estudo mostra que é possível diferenciar entre várias categorias de respostas às questões sobre o controle da emoção e que crianças entre 8 a 12 anos de idade podem conceber uma variedade de estratégias para produzir e parar emoções. As diferenças entre tipos de cultura são discutidas na explicação dos resultados.

-oOo-

DES 2.09

REAÇÕES DE CRIANÇAS AO NASCIMENTO DO IRMÃO: UMA PERSPECTIVA PROFISSIONAL. *M. Auxiliadora Dessen e Mônica C. L. Chapman.* Universidade de Brasília.

O nascimento do irmão tem sido associado a mudanças no mundo social da criança, especialmente do primogênito, em diferentes contextos culturais (Kreppner, 1988; Mendelson, 1990). As crianças são descritas, neste período, como mais agressivas, apresentando alterações nos hábitos de *toalete*, na alimentação e no sono (Dessen, 1992; Field & Reite, 1984). Assim, este estudo teve como objetivos identificar e descrever as reações de crianças ao nascimento do irmão sob a perspectiva de profissionais das áreas de Pediatria e Psicologia, com vistas à caracterização do quadro denominado "Reações ao Nascimento do Irmão". Foram enviados 254 questionários para profissionais com consultórios localizados no plano piloto e cidades satélites do Distrito Federal (pediatras = 129 e psicólogos = 125), que incluíam questões relativas às alterações comportamentais e fisiológicas de crianças associadas ao nascimento. Foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas com aqueles que mencionaram um maior número de crianças atendidas com queixas referentes a esta situação. Apenas 26 questionários foram respondidos, sendo que 19 profissionais (pediatras = 07 e psicólogos = 12) afirmaram ter recebido queixas de mães a este respeito, e mais da metade atende atualmente casos desta natureza. Seis pediatras foram procurados entre o 1º e o 3º mês de vida do bebê, enquanto oito psicólogos foram procurados depois que o irmão completou o 1º ano. A maioria dos pediatras relatou não encaminhar os casos para profissionais da área de Psicologia. As alterações descritas referem-se à perda de apetite, ao controle dos esfíncteres, ao aumento na frequência de choro e de solicitação para dormir com os pais e à sociabilidade. A conduta adotada pelos profissionais foi a de orientar os pais para dispensar mais atenção à criança e para promover o seu envolvimento nos eventos relacionados à chegada do irmão. Os resultados são consistentes com os obtidos no estudo de Dessen (1992), realizado com famílias brasileiras, havendo coerência no relato de mães e profissionais sobre as reações apresentadas pelas crianças. A tendência sistemática nas alterações fisiológicas e comportamentais relatadas aponta para a necessidade de se verificar a ocorrência do "quadro" de reações ao nascimento do irmão em diferentes localidades do país, e de estabelecer condutas terapêuticas mais eficazes a serem adotadas pelos profissionais. IC/CNPq.

-oOo-

DES 210

CONHECIMENTO GENITAL E CONSTÂNCIA DE GÊNERO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. *A. S. Antoniazzi e C. S. Hutz.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudiosos da aprendizagem social e da teoria cognitivo-evolutiva têm-se dedicado ao estudo da conservação de gênero há várias décadas obtendo resultados controversos. As maiores divergências dizem respeito à idade para o estabelecimento da constância de gênero. Estudos recentes têm enfatizado a importância do conhecimento genital para o entendimento da conservação de gênero. O presente estudo avalia as bases do desenvolvimento da constância de gênero em crianças pré-escolares e a implicação do conhecimento genital para o estabelecimento dos conceitos relativos à conservação do gênero. Foram avaliadas 90 crianças, metade de cada sexo, com idades entre 3 e 5 anos, utilizando-se uma

entrevista semi-estruturada acompanhada de estímulos pictóricos (fotos de bebês despidos, com roupa apropriada ao seu sexo e com roupa do sexo oposto). Os achados mostram que 78,9% das crianças conservaram gênero através de transformações perceptuais e 32,4% forneceram justificativas coerentes para a manutenção do gênero frente a modificações superficiais. Não foi observada associação entre o conhecimento genital e a constância de gênero, embora 56,7% das crianças apresentasse conhecimento genital. Os resultados parecem indicar que divergências na literatura sobre o desenvolvimento da constância de gênero podem estar ocorrendo devido às diferentes definições utilizadas na operacionalização da conservação de gênero. CNPq/CAPES.

-oOo-

DES 2.11

EFEITO DO SEXO DO SUJEITO E DO PROTAGONISTA NO JULGAMENTO MORAL DE UM ATO DE ESTUPRO. *Claudio Hutz, Jovana Serra, Alice Silveira, Carlos Nunes e Márcia Anton.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O objetivo do presente trabalho foi investigar diferenças sexuais na avaliação de episódios de estupro praticadas por personagens do sexo masculino e feminino, com base no modelo de desenvolvimento moral proposto por Turiel. A amostra foi constituída por 76 estudantes universitários de ambos os sexos. Foi utilizado um cenário que envolvia manter relações heterossexuais com um indivíduo que não tinha condições de consentir. Foram obtidas respostas avaliativas da ação do protagonista. As respostas foram também classificadas como indicando julgamentos da ação como transgressão moral, sócio-convencional, não-transgressão, ou como incoerentes, com base no modelo de Turiel. Os resultados mostraram que a ação do protagonista foi considerada como mais errada pelos sujeitos do sexo feminino que pelos sujeitos do sexo masculino. Porém, a percepção do grau de prejuízo causado à vítima foi influenciada pelo sexo do transgressor. Os sujeitos consideraram que a vítima do sexo feminino sofreu um prejuízo maior do que a vítima do sexo masculino. Foram observadas diferenças significativas com relação ao grau de punição que sujeitos do sexo masculino e feminino aplicariam ao transgressor. Finalmente, observou-se que 79% das mulheres consideraram a ação do protagonista masculino como sendo uma transgressão moral, mas apenas 40% dos homens emitiram este tipo de julgamento. Quando o protagonista era do sexo feminino, apenas cerca de 30% dos sujeitos de ambos os sexos classificaram o estupro como transgressão moral. Estes resultados indicam que o modelo de Turiel não é adequado para avaliar transgressões contextualizadas e que homens e mulheres raciocinam moralmente de forma diferente. (CNPq, FAPERGS).

-oOo-

DES 2.12

ROTINA DE VIDA DO ADOLESCENTE. *I. L. Carvalho, R. L. Farret, T. L. M. Chaves e I. A. Günther.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

A vida social e a ocupação do tempo livre determinam a probabilidade de o adolescente se tornar, ou não, um adulto responsável. A escolha de estilos de vida de alto ou baixo risco repercute na saúde e na qualidade de vida do adolescente (Dryfoos, 1990). A presente pesquisa teve como objetivo conhecer a rotina de vida

do adolescente no Distrito Federal, buscando identificar, dentre outras coisas, possíveis fatores de risco e sua relação com faixa etária, sexo e zona habitacional. Para tanto aplicou-se um questionário em 287 adolescentes (122 do sexo masculino e 165 do sexo feminino) com idade entre 10 e 19 anos, na área de alimentação e cinema de quatro shopping-centers. Os dados obtidos foram categorizados e analisados pelo programa SPSS. Foram encontrados os seguintes resultados: Os respondentes residiam em diferentes áreas geográficas do Plano Piloto, Cidades Satélite e entorno, com escolaridade variando entre a 1ª série do 1º grau e universidade. As atividades preferidas durante a semana foram: praticar esportes, estudar e conversar com amigos. Durante o fim de semana as atividades preferidas foram: sair, namorar e praticar esportes. O local da casa preferido foi o quarto, apontado com frequência superior para aqueles sujeitos que não dividiam o quarto com outra pessoa. Quase todos os sujeitos afirmaram possuir turma de amigos. Os resultados contrariam o que afirma a literatura, quando defende que os amigos com os quais o adolescente se relaciona são, em geral, do mesmo sexo e da mesma idade. Conclui-se, que os estilos de vida dos adolescentes, grandemente influenciados pela turma de amigos, não mudam somente de acordo com a idade, mas principalmente de acordo com o nível de maturação (precoce ou tardia) física e psicológica. CNPq.

-oOo-

DES 2.13

ADOLESCENTES FRENTE A POSSIBILIDADE DE GRAVIDEZ: A REAÇÃO DELAS E DELES. *Maria Helena Fávero; Fabiana Marques da Silva e Tatiana Lionço.* Universidade de Brasília.

Na literatura especializada sobre a questão da gravidez na adolescência, encontra-se pouco dados referentes ao parceiro da adolescente que engravida. Em estudos anteriores (Fávero e Mello, 1993; Mello, 1995) ficou evidente a importância de se considerar este parceiro e de se estudar as concepções, de um e de outro, sobre os gêneros masculino e feminino, e sua articulação com a questão da gravidez e da maternidade. Com esse intuito, submetemos 20 sujeitos, sendo 10 estudantes da 8ª série do 1º grau (5 do sexo masculino e 5 do feminino) numa faixa etária de 14 a 15 anos e 10 estudantes da 3ª ano do 2º grau (5 do sexo masculino e 5 do feminino) numa faixa etária de 17 a 19 anos, a uma entrevista clínica semi-estruturada, segundo 6 eixos principais: "Se você ficasse grávida", ou "se sua namorada ficasse grávida", qual seria: 1/reação das famílias; 2/reação do parceiro; 3/reação da namorada; 4/reação dos amigos; 5/a própria reação; 6/concepções sobre a prevenção e contracepção. Após a transcrição, as entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo obtendo-se os seguintes resultados gerais: gravidez durante a adolescência é considerada por todos os sujeitos como precoce, sendo vista como um corte no desenvolvimento da adolescente; a família é vista como maior fonte de problemas a ser enfrentado no caso de uma gravidez; segundo as meninas, de um modo geral, os rapazes assumem uma gravidez, que é vista, tanto por elas quanto por eles, como uma questão exclusivamente feminina. Constatou-se também que a questão de assumir ou não a gravidez da namorada está para o rapaz diretamente relacionada à sua capacidade de assumir ou não o papel provedor. Por outro lado, assumir ou não uma gravidez, no caso da menina, está tanto na concepção dos rapazes com das meninas diretamente relacionada à capacidade dela de se doar inteiramente à criança, tanto durante a gravidez,

como após o seu nascimento. Evidencia-se, portanto, para os trabalhos que pretendem uma intervenção psicológica, a importância da relação entre identidade e gênero, que tem por base valores morais articulados à concepção de maternidade, que permeia as tomadas de decisões desde o uso de contraceptivo até o modo de enfrentamento de uma gravidez. CNPq e PET (Programa Especial de Treinamento)

-oOo-

DES 2.14

A ADOLESCENTE GRÁVIDA: A EXPERIÊNCIA DE ANTECIPAR O MUNDO ADULTO. *Regina Maria Mello e Maria Helena Fávero,* Universidade de Brasília.

Procurando uma mudança de foco, nos estudos sobre a gravidez na adolescência, este estudo foi realizado com o objetivo de examinar as concepções da própria adolescente sobre a sua gravidez. O estudo foi desenvolvido com 10 adolescentes, sendo cinco adolescentes gestantes e cinco mães adolescentes. A coleta dos dados foi feita através de entrevistas semi-estruturadas, segundo alguns eixos: a ocorrência da gravidez; a reação da adolescente frente a descoberta da gravidez; as reações da família e do namorado; a história escolar da adolescente; a concepção da adolescente sobre a sua gravidez; o apoio social da família, do namorado e dos amigos; os projetos de vida antes e depois da gravidez e a relação com o namorado antes e depois da gravidez. As entrevistas foram analisadas a partir de uma análise do conteúdo do discurso das adolescentes. Nossos resultados apontam para a precocidade da gravidez, segundo a própria adolescente, mas apontam também para o significado moral desta gravidez no nosso contexto sócio-cultural. Os resultados sugerem a existência de diferentes fases emocionais durante a gravidez e evidenciam uma história escolar problemática antecedente à gravidez. Em termos de intervenção psicológica este estudo sugere a intervenção no meio escolar, sobretudo na quinta série, em termos de prevenção, e a intervenção junto à família e ao companheiro visando à ampliação da rede de apoio social para a adolescente gestante.

-oOo-

DES 2.15

UMA TENTATIVA DE DEFINIR VELHICE EMPIRICAMENTE. *A. P. Cupertino, A. A. Lara e H. Günther.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

As projeções estatísticas vêm apontando para o envelhecimento da população, aspecto que poderá, num futuro próximo, levar a um aumento do número de idosos nas sociedades. Além do mais, o número de idosos numa sociedade pode interferir no comportamento e na compreensão da sociedade frente ao grupo do idoso e até mesmo na própria experiência de ser velho (Albert & Cattel, 1994). O presente estudo tem por objetivo identificar como os residentes do Distrito Federal avaliam a velhice e delimitam o início e fim de cada fase do desenvolvimento. Incluiu-se ainda uma variação metodológica no sentido de perguntar ora pelo ano de nascimento, ora pela idade. Um total de 651 pessoas foram entrevistadas em três shopping-centers da cidade e em uma faculdade particular de teologia. O instrumento continha o diferencial semântico (Pereira, 1986) composto de quatro fatores (avaliação, potência, atividade e julgamento moral). Foram incluídas questões a respeito da faixa etária que marca o início e o fim de cada

etapa do desenvolvimento humano. Numa escala de 6 pontos, a média dos quatro fatores esteve próxima a quatro. A idade média atribuída para o ingresso na velhice foi de 58.6 anos com desvio padrão de 10.1, variando entre 25 anos até 110 anos. Os respondentes abordados nos shoppings situados na região central da cidade fizeram uma avaliação mais positiva da velhice. A idade do sujeito mostrou uma correlação positiva com a idade atribuída ao início da infância, juventude, idade adulta e velhice. Entre as perguntas sobre sua própria idade, bem como de pais e filhos, a

proporção de respostas nulas foi maior no questionário que solicitava informação do "ano de nascimento" (1.68%) em comparação ao questionário utilizando a forma "idade" (0.57%). Conclui-se apontando para a importância de outros estudos da concepção de envelhecimento numa sociedade em transformação. CNPq.

-oOo-

**PSICOLOGIA ESCOLAR
E DA EDUCAÇÃO**

ESC 1.01

OS EFEITOS DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA VISUAL EM CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA. *Claudia de Quadros Ramos.* Mestrado em Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Quando nos referimos a crianças deficientes visuais, logo nos vem em mente as crianças cegas. Poucas vezes incluímos nessa categoria as crianças que apresentam baixa visão, ou visão subnormal ("é aquela que possui um comprometimento de seu funcionamento visual mesmo após tratamento e/ou correção de erros refracionais comuns, mas que utiliza ou é potencialmente capaz de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa.") Estas crianças igualmente deficientes visuais, constituem uma população que necessita de considerável atendimento específico. A proposta central desta pesquisa foi avaliar a eficácia do Programa para Desenvolver a Eficiência Visual proposto por Barraga & Morris (1985) na visão residual de crianças portadoras de deficiência múltipla. Participaram do estudo três sujeitos do sexo feminino com 8, 9, 15 anos de idade, com patologias específicas, associadas a deficiência mental leve e uma delas com deficiência mental e auditiva, que freqüentavam a Unidade Social de Atendimento de uma instituição filantrópica, destinada ao abrigo e atendimento de indivíduos portadores de deficiência visual. O estudo foi conduzido durante 7 meses, com 4 sessões semanais de 30 minutos com cada sujeito, onde no início e no término aplicou-se a Escala de Eficiência Visual e no início a Escala de Maturidade Mental Columbia para crianças. Os sujeitos foram submetidos ao treinamento com adaptações do Programa para Desenvolver a Eficiência Visual de acordo com seu nível de habilidade visual. As sessões foram gravadas em vídeo-tape e depois registrada a freqüência de acertos, erros ou omissões de cada item trabalhado. Os sujeitos apresentaram na Escala de Maturidade Mental Columbia 26, 8 e 9 pontos indicando um índice de maturidade de 4, 3 e 3 anos respectivamente. No início os resultados da Escala de Eficiência Visual foram de 30, 28 e 25 pontos correspondentes a habilidades de tarefas visuais da Função E, e no término foram de 36, 31 e 31, respectivamente, correspondendo a habilidades de tarefas visuais da Função F. Nos resultados da acuidade visual os sujeitos apresentaram no início OD: +11E 1,5/200; OE: + 11E 2,5/200, no término OD: 10/100; OE: 20/200 no sujeito 1; OD: 0,1 vultos; OE: amaurose, no início OD: 1/200 OE: amaurose, no término do sujeito 2; OD: 1 metro; OE: 70 cm no sujeito 3 sem alterações. O programa revelou-se eficaz, pois os sujeitos apresentaram aumentos tanto quantitativos quanto qualitativos nas tarefas visuais trabalhadas e na acuidade visual. O Programa para Desenvolver a Eficiência Visual demonstrou ser proveitoso para crianças portadoras de deficiências múltiplas, sugerindo que o programa pode ser aplicado a essa população tanto a nível clínico como pedagógico. Bolsista CNPq.

-oOo-

ESC 1.02

PROMOVENDO AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM FUNCIONAL EM CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL: O EFEITO DE UM TREINAMENTO DE MÃE EM PROCEDIMENTOS DE ENSINO NATURALÍSTICO. *Ana Cristina Barros da Cunha.* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A linguagem tem papel fundamental no percurso de desenvolvimento de um indivíduo, uma vez que é um relevante instrumento de mediação do homem com seu meio social. Atrasos de lingua-

gem podem ser atribuídos à atrasos no desenvolvimento ou, no caso da deficiência visual, à privação de experiências sensoriais e à interferência da deficiência na percepção das relações entre eventos e objetos. O desenvolvimento de linguagem de crianças portadoras de deficiência visual não tem sido alvo de investigações extensivas, inexistindo programas de intervenção em linguagem destinados à crianças deficientes visuais com atrasos de linguagem. O objetivo do presente estudo foi verificar a eficácia do treinamento de uma mãe para utilizar técnicas de ensino naturalístico (*Millieu Teaching Model*) de favorecimento de linguagem funcional. Participaram como sujeitos uma menina de 3 anos e sua mãe, de 28 anos de idade que residiam numa favela da periferia da cidade do Rio de Janeiro. A criança emitia apenas sons vocais para se comunicar e freqüentava desde os 9 meses de idade uma clínica de atendimento a indivíduos portadores de deficiência múltipla, onde foi realizado o estudo. Baseado em um delineamento experimental de linha de base múltipla por resposta, o estudo teve 12 meses de duração dividido em 5 fases (Linha de base, Treinamento, Intervenção, Generalização e Follow up), onde foram realizadas sessões livres e estruturadas na sala de ludoterapia da clínica ou, nas fases de Generalização e Follow up, na residência do sujeito. Na fase de Intervenção (treinamento da mãe em sessões de *role playing*) foi introduzido o treinamento da mãe a usar os procedimentos de ensino naturalístico (Modelo, Mando-Modelo e Espera), visando favorecer aquisição de linguagem na filha. Os resultados vistos na fase de Treinamento (sessões de observação da mãe utilizando as técnicas aprendidas) mostraram que o treinamento da mãe teve efeito no desenvolvimento de linguagem da criança, uma vez que, logo no início do estudo, a freqüência de emissões verbais produzidas por sessão aumentou de 11 para 49, e a criança passou a produzir, até o fim do estudo, sentenças de até 7 palavras. O efeito de duração do treinamento foi visto nas sessões de Follow up, conduzidas 3 meses depois da última fase de treinamento, onde pode-se observar a mãe utilizando, de maneira adequada, os procedimentos de ensino naturalístico em situação experimental e em situações do seu dia-a-dia com a criança.

-oOo-

ESC 1.03

SEXUALIDADE EM DEFICIENTES MENTAIS. *Andréa Alves, Ana Luiza Buchiniani, Claudia de Jesus e Terezinha Yukimitsu.* Universidade São Judas Tadeu.

O estado de retardo mental refere-se ao funcionamento intelectual abaixo da média, que se origina durante o período do desenvolvimento e está associado ao prejuízo do comportamento adaptativo, sem que à noção de idade mental corresponda a noção de idade cronológica. Atualmente o quadro diagnóstico de retardo mental considera tanto o fator clínico como o fator relacional. Mediante a dificuldade e a complexidade em se tratar sobre a sexualidade no deficiente mental, o presente trabalho teve por objetivo abordar aspectos referentes à sexualidade do portador de deficiência mental e relacionar o tipo de orientação dada a estes pelos pais e profissionais. Participaram pais e profissionais que trabalham com portadores de D.M., cuja idade variou de 8 a 38 anos; 16 eram do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Foram elaborados 2 tipos de questionário, um destinado aos pais e outro aos profissionais, os quais foram entregues pelas pesquisadoras em escolas públicas e particulares. Os resultados mostraram que a categoria mais freqüente (75 por cento) apresentada pelos profissionais foi a de considerar a sexualidade com carac-

terísticas semelhantes à de indivíduos normais e a dos pais, distorções de resposta (73,1 por cento). A segunda categoria com maior frequência apresentada pelos pais, foi a de abstenções de respostas, com 34,1 por cento, referente ao aparecimento do comportamento masturbatório dos sujeitos; 32 por cento dos pais e 40 por cento dos profissionais relataram que orientam normalmente acerca da sexualidade do D.M. Mas os pais e os profissionais divergem em relação ao tipo de orientação dada aos sujeitos sobre sua sexualidade. A sexualidade de portadores de deficiência mental é ainda hoje mal trabalhada, devido à dificuldade de compreensão das características da deficiência e ao estigma relacionado a ela.

-oOo-

ESC 1.04

TREINO DE RESPOSTAS DE INTERAÇÃO SOCIAL A JOVENS COM COMPORTAMENTOS SUGESTIVOS DE AUTISMO. *Leila M. do Amaral Campos Almeida, Edilaine A. Presotto, Karen Roberta Gimenes e Maria Vera Lúcia Barbosa.* Universidade Metodista de Piracicaba.

Dadas as condições de que um grande número de crianças autistas apresentam problemas de comunicação, parece fundamental que intervenções que visem alterar os efeitos do autismo levem em conta as decorrências desse problema e atuem sobre ele. Nesse sentido foi objetivo desse estudo ensinar comportamentos de interação social a jovens diagnosticados autistas e ensinar professoras e mães a promover a utilização funcional destes itens na escola e na casa. Foram sujeitos dois jovens diagnosticados autistas, de 11 e 18 anos, suas mães e professoras. Foram ensinados, ao sujeito J., o comportamento de contato visual e, ao sujeito F., os comportamentos de acenar "oi", acenar "tchau", fazer sinal com dedo polegar para cima ("positivo") e para baixo ("negativo"), movimentar a cabeça para frente e para trás ("sim") e para os lados ("não"), mandar beijo e fazer "vem cá" com a mão. O programa envolveu respectivamente: a) treino de contato olho-a-olho com o pesquisador e treino de imitação motora dos comportamentos, em situação estruturada; e, b) treino funcional destes comportamentos na escola, pela professora, e na casa, pela mãe. Os procedimentos utilizados foram: imitação, fornecimento de dicas e de ajuda, e de modelagem. Após 9 sessões J. apresentou 100% de respostas de contato olho-a-olho e após 20 sessões F. imitou corretamente 100% dos comportamentos. O acompanhamento às professoras e mães registra os comportamentos utilizados funcionalmente na escola e casa. O sucesso obtido parece estar relacionado com as condições de sua aplicação: a) análise acurada dos reforçadores; b) alta densidade de reforçamento; c) reforçamento de mudanças graduais nos comportamentos, fornecendo informações objetivas sobre o desempenho dos jovens, à professora e à mãe. CNPq.

-oOo-

ESC 1.05

EFEITOS DE UM TREINAMENTO DE CRIATIVIDADE NO DESEMPENHO ESCOLAR E NAS HABILIDADES CRIATIVAS DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. *Mônica Souza Neves-Pereira e Eunice Maria Lima Soriano de Alencar,* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

O presente estudo investigou os efeitos de um treinamento de criatividade em uma amostra de 29 crianças com dificuldades de

aprendizagem, em duas medidas específicas, a saber: (1) desempenho escolar e (2) medidas de pensamento criativo. As crianças, sujeitos deste estudo, eram atendidas pelo Serviço de Psicopedagogia da Fundação Educacional do DF, onde foram selecionadas pela primeira autora e divididas em dois grupos: o experimental, com 15 sujeitos, e o de controle, com 14 sujeitos. A coleta de dados incluiu três etapas distintas, que foram: (1) aplicação de dois testes da Bateria Torrance de Pensamento Criativo aos sujeitos da amostra, nas modalidades pré e pós-testes; (2) desenvolvimento de um treinamento de criatividade, com duração de 3 meses, do qual participaram os sujeitos do grupo experimental; (3) aplicação do Questionário de Avaliação de Desempenho Escolar e Comportamento do Aluno em Sala de Aula, após o término do treinamento, aos professores dos sujeitos participantes do projeto de pesquisa. A partir de uma Análise de Regressão Logística, observaram-se ganhos significativos por parte do grupo experimental, em uma medida de pensamento criativo (originalidade verbal), e tendências à significância em outras duas medidas (fluência verbal e originalidade figurativa). Quanto ao desempenho escolar, evidenciou-se, a partir do teste "t" de Student, ganhos significativos para o grupo experimental, quando comparado ao grupo de controle, ao longo do semestre anterior ao treinamento e durante o semestre de duração do mesmo. O presente estudo sugere alternativas para a prática clínica e institucional da psicopedagogia, onde se inserem conteúdos da psicologia da criatividade, que mostraram eficácia na promoção de ganhos acadêmicos e em habilidades de pensamento criativo para as crianças portadoras de dificuldades no processo de aprendizagem.

-oOo-

ESC 1.06

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM SOB O FOCO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS PROFESSOR-ALUNO. *Claisy M. Marinho Araújo.* Fundação Educacional do Distrito Federal. *Sandra Francesca Conte de Almeida.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, no contexto escolar, inúmeras variáveis interferem no desempenho do aluno, gerando níveis distintos de produção escolar. Quando esse desempenho distancia-se das expectativas e representações socialmente compartilhadas de sucesso escolar, os envolvidos no processo inquietam-se em busca de alternativas que tentem superar as dificuldades apresentadas. Geralmente, o foco de análise dessas dificuldades recai sobre os indivíduos envolvidos na ação pedagógica: o aluno ou o professor. Este trabalho sugere a mudança de foco da análise das dificuldades que surgem durante o ato pedagógico de aprender e ensinar: a ênfase recai sobre as relações interpessoais que se estabelecem nesse contexto, especialmente as relações entre professor e aluno, entendidas como núcleo do processo de ensino-aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem têm, assim, sua natureza analisada sob uma abordagem teórica e metodológica que privilegia a importância das interações e relações sociais, na transformação qualitativa dos mecanismos psicológicos e na apropriação do saber dos agentes do processo educativo. Procedeu-se a um estudo de caso de uma criança de nove anos, com dificuldades de aprendizagem, aluno do ensino fundamental da rede pública do DF, quando em relação com sua professora. Utilizou-se a metodologia de estudo das interações, com abordagem etnográfica, elegendo-se como unidade de análise a relação professor-aluno. As conclusões da pesquisa apontam para a influência da inter e intrasubjetividade das relações

interpessoais entre professor e aluno como promotoras do sucesso ou do fracasso escolar. Os desdobramentos da pesquisa sugerem ações interligadas entre Psicologia e Educação na busca de fomentos à conscientização de papéis, funções e responsabilidades dos sujeitos em relação, e ao desenvolvimento e formação de competências ao nível das práticas educativas. CAPES e CNPq.

-oOo-

ESC 1.07

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DE CLASSES DE COMPORTAMENTOS FAVORECEDORAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS COMPORTAMENTAIS "INTERVIR PROFISSIONALMENTE" E "PRODUZIR CONHECIMENTO". Ana Lucia Cortegoso. Doutorado em Psicologia da Educação - PUC-SP.

Intervir profissionalmente e produzir conhecimento são comportamentos (complexos) cuja integração, um terceiro processo comportamental, justifica-se pela urgência em reduzir a defasagem entre conhecimento produzido e necessidades sociais atendidas e pelo acúmulo de conhecimento sobre conduta humana já disponível. Integração que depende, por sua vez, de produção de conhecimento sobre esse conjunto de comportamentos interrelacionados. Desde a identificação de necessidade social relativa ao atendimento educacional de crianças e jovens até implementação de uma agência destinada a oferecer tal atendimento num contexto de atuação profissional, foram identificadas e descritas classes comportamentais relativas à administração de relações entre intervir e produzir conhecimento, como componentes das mais gerais "propor", "planejar", "implantar" e "implementar" a agência, usualmente utilizadas para identificar "etapas" de intervenções profissionais. Por meio de registro contínuo dos procedimentos utilizados na situação profissional e dos produtos gerados em cada uma dessas "etapas" da intervenção profissional, foram obtidas informações que possibilitaram identificar comportamentos (em termos de relações ambiente-ações). As classes identificadas foram posteriormente sistematizadas e complementadas quanto a suas descrições. Identificar e descrever necessidades sociais foram duas classes (ainda gerais) de comportamentos identificadas como parte da mais geral "propor a agência"; 32 classes de comportamentos específicas e 25 classes de comportamentos denominadas preliminares, (não específicas da classe examinada mas favorecedoras de integração entre intervir profissionalmente e produzir conhecimento) foram identificadas a partir da classe "planejar"; sete classes de respostas (específicas), sete classes de comportamentos "preliminares" e quatro classes de comportamentos relativas à ampliação da abrangência da atuação profissional e produção de conhecimento foram identificadas a partir da classe "implantar"; cinco classes gerais de comportamentos ao administrar a implementação da agência foram identificadas, sendo as condições a que ficaram expostos os usuários da agência e a equipe profissional, parte da descrição destas classes. A identificação das classes comportamentais e sua descrição em termos de ações e condições ambientais (antecedentes e subseqüentes), embora com lacunas, permitiu identificar propriedades (variáveis, dimensões de variáveis e mesmo valores de dimensões de variáveis) que parecem críticos para uma integração entre os processos de intervenção profissional e produção de conhecimento.

-oOo-

ESC 1.08

CONTINGÊNCIAS DE ENSINO EM SITUAÇÕES DE RECREAÇÃO DIRIGIDA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PROCESSOS AO ADMINISTRAR AGÊNCIA DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E JOVENS. Ana Lucia Cortegoso. Programa de Doutorado em Psicologia da Educação - PUC-SP; Bolsista CNPq.

A administração de uma agência educacional implica fundamentalmente em lidar com condutas humanas e com conhecimento sobre condutas humanas, examinando e avaliando contingências comportamentais existentes, tanto quanto estabelecendo contingências capazes de gerar condutas que aproximem a atuação da agência do atendimento às necessidades sociais que lhe deram origem. Comportamentos de agentes educativos em situações de ensino são, nessa ótica, importante fonte de informação - para esclarecer aspectos do processo ensino-aprendizagem (quando tomado como objeto de estudo) e indicar lacunas do conhecimento. São ainda, matéria prima do trabalho do administrador, na condição de profissional. Observar, escutar, perguntar e organizar informações relativas a contingências de ensino presentes em situações de recreação dirigida foram classes de comportamentos envolvidas tanto com produção de conhecimento quanto de intervenção profissional ao administrar agência de atendimento onde tais situações ocorriam. A partir do exame de sessões de ensino gravadas, foram identificadas classes de comportamentos e propriedades de classes de comportamentos (variáveis e valores de variáveis) de agente educativo relacionadas a diferentes condutas de aprendizes, que correspondem, em si mesmas, contribuição como conhecimento sobre contingências no ensino. A análise comportamental de classes de comportamentos evidenciadas pelo agente educativo, tais como "apresentar sistematicamente instruções claras e completas", "garantir conseqüências diferenciadas para diferentes comportamentos dos aprendizes" e "comportar-se sob controle de características de aprendizes ao ensinar" realizada como parte do trabalho, possibilitou tanto localizar variáveis e valores de variáveis potencialmente relevantes para determinar os efeitos observados das condutas do agente sobre a aprendizagem dos alunos quanto tornar evidentes lacunas a serem preenchidas acerca de variáveis controladoras dessas mesmas classes. Uma linguagem mais precisa para falar da atuação de agentes educativos emergiu dos exames a que foram submetidas suas condutas, em substituição a formulações genéricas que mais relacionadas vaidade (ou à culpa) do que à compreensão do que seja, de verdade, ensinar. No âmbito da intervenção profissional, a identificação de contingências no ensino possibilitou ao administrador atuar junto ao agente educativo cujo comportamento foi examinado, ao apresentar e examinar conjuntamente observações e considerações sobre seu desempenho e instituir novas contingências institucionais favorecedoras de condutas desejáveis no ensino, assim como junto a outros agentes educativos da instituição.

-oOo-

ESC 1.09

EFEITOS DE UM PROCEDIMENTO DE RESPOSTA CONSTRUÍDA SOBRE A REDE DE RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA EM CRIANÇAS COM HISTÓRIA DE FRACASSO ESCOLAR. Ana Lúcia Rossito Aiello e Júlio Cesar de Rose. Universidade Federal de São Carlos.

Estudos recentes sugerem que os desempenhos de leitura e escrita estão interligados em uma rede de relações cujos estímulos

controladores fazem parte de uma classe de estímulos equivalentes. Um aspecto importante da noção de rede de relações é a interdependência entre os vários desempenhos: quando uma das relações é explicitamente ensinada, outras relações, não diretamente ensinadas podem emergir das relações já dominadas pelo sujeito. Treinando escrita com uma versão não automatizada do procedimento de pareamento arbitrário de resposta construída com atraso, usando um delineamento de linha-de-base múltipla para duplas de sujeito e tendo como sujeitos seis crianças com história de fracasso escolar foram investigadas três questões: se o treino da relação figura resposta de composição (usando sílabas ou letras) produziria as demais relações da rede de equivalência; se este treino produziria leitura e escrita de palavras formadas por recombinação de sílabas e comparar duas condições de treino de composição de palavras - usando sílabas e letras - na aquisição e emergência das relações da rede de equivalência. Os resultados indicam que o procedimento foi eficaz para ensinar respostas de composição e houve emergência ou fortalecimento das relações da rede para todos os sujeitos, principalmente se estas envolviam palavras treinadas. Quando leitura e escrita de palavras formadas por recombinação de sílabas apareceram, as porcentagens de acerto foram baixas. Este estudo confirma a noção de rede envolvida em leitura e escrita, demonstra como o treino de resposta construída leva à aquisição desta rede por crianças com história de fracasso escolar e exemplifica como procedimentos derivados de equivalência podem ser aplicados em situações de ensino.

-oOo-

ESC 1.10

APRENDENDO A LER: HÁ PRÉ REQUISITOS INDISPENSÁVEIS? *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* Departamento de Psicologia, UNESP-Bauru e *Ligia Maria de Castro Marcondes Machado* Instituto de Psicologia, USP-SP.

Pré requisitos são repertórios comportamentais que possibilitam ou facilitam a aquisição de comportamentos mais complexos. Este estudo pretende analisar se a defasagem ou ausência de comportamentos considerados como pré requisitos influenciam a aprendizagem da leitura e escrita. Para avaliar os pré requisitos comumente considerados para essa aprendizagem foram utilizados: Teste de Prontidão para a Leitura e Instrumento de Avaliação de Repertório (IAR). Para o ensino da leitura optou-se por trabalhar com um programa em que os comportamentos são claramente definidos e medidos ao longo do mesmo. Foi usado o programa de ensino em leitura baseado em discriminação sem erros e equivalência de estímulos, desenvolvido por De Rose, Souza e Rossito (1991). O repertório de entrada do sujeito no programa foi avaliado pela ARELE (Avaliação do Repertório de Entrada em Leitura e Escrita). Participaram deste estudo 21 sujeitos que apresentavam história de fracasso escolar. A análise dos resultados foi feita a partir da identificação dos subtestes (dos instrumentos utilizados para avaliar pré requisitos) que geraram menor porcentagem de acertos - Análise e Síntese e Discriminação Auditiva. Os desempenhos dos sujeitos nestes subtestes foram comparados com seus respectivos desempenhos, em leitura e escrita generalizada, avaliados no Passo 25 do programa de ensino. Foram comparados, também, os resultados obtidos na ARELE. Nos subtestes analisados, observou-se que os sujeitos que apresentaram desempenho ruim, apresentaram desempenhos bom, médio e zerado na leitura e escrita das palavras de generalização do treino de leitura (Passo 25). Conclui-se, portanto, que os instrumentos utilizados não possibilitam prever o desempenho do sujeito na aprendizagem de leitura e escrita generalizada. Os re-

sultados obtidos na ARELE mostram que, sujeitos que obtiveram bons resultados, também foram bem no Passo 25 e que, sujeitos com desempenho ruim na ARELE, também apresentaram bons resultados no Passo 25, mostrando a eficiência do programa de ensino de leitura utilizado. Tais resultados reforçam a idéia de que, em vez de testar, é mais importante investir em tentativas para entender o comportamento de ler e a partir daí melhorar os procedimentos de ensino.

-oOo-

ESC 1.11

COMPORTAMENTO DE CUIDADO ENTRE CRIANÇAS: UM ESTUDO LONGITUDINAL EM DIFERENTES AMBIENTES INSTITUCIONAIS. *Alysson Massote Carvalho.* Universidade Federal de Minas Gerais. *Vera Silvia Raad Bussab.* Universidade de São Paulo.

A partir de um referencial etológico, este estudo teve como objetivo investigar a ontogênese de uma modalidade de comportamento pró-social, o comportamento de cuidado, entre crianças oriundas de diversos ambientes. Para isto foram selecionados 30 sujeitos, provenientes de três instituições de cuidado infantil, distribuídos igualmente quanto ao sexo e na faixa etária de 2 anos. Essas crianças foram acompanhadas por dois anos através de sessões observacionais com registro em vídeo, utilizando-se a técnica de observação do sujeito focal. Como instrumentos de análise estatística foram utilizadas a técnica CHAID (Detetor Automático de Interação Baseado em Qui-Quadrado) e a Análise de Variância para medidas repetidas. Os principais resultados indicam: a) sujeitos do sexo feminino cuidam significativamente mais de outras crianças que aqueles do sexo masculino; b) na faixa etária investigada (2 a 4 anos) não foi possível distinguir uma tendência clara de aumento ou diminuição do cuidar em função da idade; c) crianças mais novas (2 anos) são significativamente alvos de cuidado enquanto que entre as mais velhas (4 anos) predomina a postura de agentes de cuidado; d) as variações qualitativas do comportamento de cuidado são influenciadas pelas características dos ambientes institucionais. Concluindo, verifica-se que a faixa etária investigada (2 a 4 anos) é um período de transição no qual o perfil do comportamento de cuidado ainda está sendo delineado. Além disso, a predominância do sexo feminino pode estar indicando uma influência da espécie sobre o comportamento de cuidado e as influências ambientais, por sua vez, podem estar sinalizando que este tipo de comportamento é também situacionalmente dependente. CAPES

-oOo-

ESC 1.12

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS PARA O RECONHECIMENTO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS ESCRITAS, ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO COM FIGURAS: UM ESTUDO COM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA. *T. R. Garbin, C. A. Dainese, O. R. Silva, N. H. C. Nepomuceno e R. Mardegam.* Departamento de Psicologia e Departamento de Informática - Universidade Metodista De Piracicaba - UNIMEP.

O presente estudo tem por objetivo desenvolver software para facilitar a identificação do significado de palavras escritas por crianças portadoras de deficiência auditiva, através da associação com figuras. Os software consiste de aplicativos em multimídia, desenvolvidos a partir do Toolbook. Nesse software são explorados os recursos visuais (imagens, formas, cores, localização es-

pacial e movimento) necessários para os sujeitos identificarem palavras, letras e figuras, de acordo com a necessidade das atividades propostas. As sessões experimentais são realizadas com três sujeitos portadores de deficiência auditiva, do sexo masculino, com idade cronológica de 11 anos, não alfabetizados e que não utilizam linguagem de sinais. Estas sessões, realizadas individualmente, têm duração de uma hora, ocorrem duas vezes por semana, onde são utilizados os aplicativos construídos. Através do software são apresentados no monitor uma palavra modelo e um conjunto de letras e sílabas. O sujeito deve selecionar as letras ou sílabas que compõem a palavra de acordo com ordem predeterminada. A seleção correta dos elementos resulta no aparecimento de uma imagem correspondente à palavra, dando significado a esta. As respostas apresentadas pelo sujeito durante o experimento são armazenadas pelo software, permitindo que o desempenho de cada sessão seja analisado. De acordo com os resultados, são planejadas novas atividades com grau de complexidade compatível com o rendimento do sujeito. Observa-se que em torno de 80% das palavras escritas apresentadas foram associadas com seus significados. Através dos dados obtidos nos experimentos verificamos que os sujeitos estão relacionando as palavras escritas com os respectivos significados. Podemos concluir que o controle dos recursos visuais permite facilitar a motivação, atenção, memorização, discriminação, associação e generalização, processos necessários para ocorrer o aprendizado do significado das palavras escritas. Pesquisa financiada pelo FAP (Fundo de Apoio a Pesquisa) - UNIMEP.

-oOo-

ESC 1.13

ENSINO DE RECONHECIMENTO DE FIGURAS DE SISTEMA COMPUTADORIZADO DE COMUNICAÇÃO PARA PARALISADO CEREBRAL: DADOS PRELIMINARES. *D. Nunes, I. Araújo e A. B. Bernat*, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *D. Nogueira e L. Nunes*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E. Macedo e F. Capovilla*, Universidade de São Paulo.

Cerca de uma dentre duzentas pessoas é incapaz de se comunicar através da fala devido a deficiências sensoriais, motoras ou de processamento. Para algumas delas, a única forma viável de comunicação consiste em sistemas alternativos baseados em sinais pictográficos, ideográficos e arbitrários. No presente estudo, foi iniciado um programa para ensino do uso de um sistema computadorizado de comunicação, com recursos de multimídia - o ImagoAnaVox - por um rapaz com paralisia cerebral atetóide que era incapaz de vocalizar. Este sujeito de 13 anos de idade, aluno de escola especial, apresentava idade mental de 5 anos (Teste Colúmbia). O ImagoAnaVox, dotado de símbolos icônicos e vocálicos, voz digitalizada, animação gráfica e tela sensível ao toque, foi personalizado para o sujeito. A primeira etapa desse programa teve como objetivo ensinar o sujeito a reconhecer os símbolos icônicos do sistema, os quais possuem diferentes graus de transparência. O Imagoanavox compreende 37 categorias (pessoas, verbos, animais, alimentos, locais, objetos, etc.) as quais foram apresentadas ao sujeito em 27 sessões. As cinco primeiras e as cinco últimas sessões, com duração média de 30 minutos, formaram respectivamente a linha de base (ou pré-teste) e o pós-teste do estudo. Cinquenta e sete itens, selecionados em função da distribuição dos mesmos no sistema e por serem os mais usuais, foram apresentados nessas sessões de pré e pós teste. Nessas sessões, o experimentador verbalizava duas vezes o nome do item a ser apontado pelo sujeito em uma única tentativa. Este não recebia feedback do experimentador nem do computador, uma vez

que a placa de som permanecia desativada. Durante o treinamento, composto de 17 sessões, todos os 1283 itens das 37 categorias foram apresentados. O experimentador verbalizava duas vezes o nome do item em cada uma das duas tentativas. O sujeito recebia feedback imediato do experimentador e do computador (placa de som ativada). As percentagens médias gerais de acerto foram 26% e 36% respectivamente no pré-teste e pós-teste. Esta diferença foi considerada significativa (t Student = 4, 6) ($p < .05$). As categorias nas quais o treinamento teve mais efeito foram escola/trabalho, lugares, animais e partes do corpo (CNPq e UERJ).

-oOo-

ESC 1.14

O ATENDIMENTO À CRIANÇA PEQUENA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI. *M.V.P. Civiletti*, Universidade Federal Fluminense e Universidade Gama Filho. *A. Borba, V. Vasconcellos, A. P. Lanter, A. Gilio, L. Pessoa, M. Nunes, V. F. Gonçalves, T. Amaral*. Universidade Federal Fluminense.

O Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa, Extensão e Estudo da Criança de 0 a 6 anos da Universidade Federal Fluminense vem, desde 1988, prestando assessoria pedagógica a creches que atendem a população de baixa renda no Município de Niterói. Tendo como eixo central a preocupação com as políticas públicas de atendimento à população de 0 a 6 anos e a formação do educador que atende essas crianças, o NMPE sentiu a necessidade de mapear a situação do atendimento a esta faixa etária por instituições não governamentais em virtude da indisponibilidade destes dados. A criação de um banco de dados destas instituições visa criar subsídios para assessoria e capacitação de professores. Foram visitadas 21 creches, sendo 15 filantrópicas, atendendo a 1.494 crianças e 6 comunitárias, atendendo a 275 crianças. Para todas foi preenchido um questionário de avaliação quantitativa, que investigou as condições das instalações das creches e o nível de escolaridade e condições trabalhistas dos profissionais (tipo de vínculo, carga horária, salário, tempo de serviço) e um relatório qualitativo que versou sobre a concepção de educação adotada. As creches filantrópicas são em geral mais antigas que as comunitárias. Possuem de 4 a 49 anos, tendo uma média de 20 anos. Já as comunitárias têm de 2 a 12 anos, com uma média de 5 anos de existência. Embora atendam ao mesmo público - famílias com renda de até um salário mínimo, cujas mães são predominantemente empregadas domésticas, as creches filantrópicas contam com melhores recursos humanos e materiais do que as comunitárias, devido ao fato de estarem predominantemente ligadas a ordens religiosas. Em contrapartida, o trabalho pedagógico nelas executado prioriza a obediência, valorizando a transmissão de 'valores morais', com características restritivas e autoritárias. Já as creches comunitárias, por sua própria origem de luta e mobilização popular, são menos autoritárias e mais abertas ao novo, embora 50% de seus educadores não possuam sequer o 1º grau completo e 37% não receba remuneração pelo trabalho executado. Em função do perfil levantado, optou-se por iniciar a assessoria pedagógica pelas creches comunitárias. Esta opção justifica-se em função da precariedade do trabalho pedagógico nelas encontrado aliado a um pedido explícito de ajuda, além da possibilidade do estabelecimento de um convênio com a Prefeitura. Consideramos que a criação de um banco de dados mostrou-se extremamente útil para o planejamento de ações efetivas visando a melhoria das condições de atendimento à criança de baixa renda.

-oOo-

ESC 1.15

O CENTRO PER BAMBINI E PER LE FAMIGLIE: DA IMPLANTAÇÃO À AVALIAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS. *Célia Vettore*, Universidade Federal de Uberlândia.

O "Centro per bambini e per le famiglie", trata de um serviço sócio-educativo surgido na Europa, em especial na Itália, no início da década de 90, com o objetivo de atender simultaneamente as crianças e suas famílias, de forma a oferecer aos pais subsídios para a tarefa de criação de seus filhos e aos filhos, maiores oportunidades de relacionamento com seus pares e outros adultos, ampliando a rede de interlocutores sociais. A fim de verificar a realidade de tais instituições e a eficácia de seus serviços, foi conduzida uma pesquisa com cinco sujeitos responsáveis pela implantação dos centros na região italiana de Emilia-Romagna, a saber: um professor universitário, idealizador e gestor de um centro; uma psicóloga, responsável pela formação e treinamento dos operadores; uma educadora, pertencente à comissão ligada à infância na Comunidade Européia; uma operadora; um pedagogo, responsável pela administração de um dos centros pesquisados. O procedimento constou de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os sujeitos e da análise da literatura relacionada ao tema em questão. Os resultados indicaram: (a) adequação da proposta à realidade local; (b) despreparo dos operadores para o exercício de sua função; (c) atuação restrita do profissional da Psicologia dentro da instituição. Com base na análise dos resultados, é possível concluir que, a despeito da importância e pertinência do serviço, é evidente a necessidade de uma maior atenção à formação dos operadores. Tais dados devem ser considerados, pois os centros podem ser uma alternativa interessante também para países em desenvolvimento com o Brasil.

-oOo-

ESC 2.01

CONCEITO DE APRENDIZAGEM EM ARQUITETURA: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS. *Eliana Martins Silva Rosado, Altemir José Gonçalves Barbosa, Marcos de Toledo Benassi*.

A maneira particular através da qual uma relação ensino-aprendizagem se concretiza no cotidiano traz as marcas de complexo conjunto de variáveis, dentre as quais pode-se destacar as concepções que aluno e professor têm do que seja ensinar-aprender. Tais representações sociais podem ser vistas como modelos implícitos dentro dos quais articulam-se expectativas de papéis, modos de interagir, etc. Tais construções mentais modulam as ações dos indivíduos, trazendo consequências para a relação. O objetivo do presente trabalho foi caracterizar o modelo implícito de ensino-aprendizagem em Arquitetura presente no discurso de professores e alunos da amostra, evidenciando-se os papéis de aluno, professor e da relação a ser estabelecida entre eles. Oito professores e 50 alunos de um curso de Arquitetura de universidade paulista responderam um questionário contendo seis questões abertas, três delas referentes ao objetivo deste estudo e aqui consideradas. O instrumento foi aplicado durante evento da faculdade acerca da formação do arquiteto. A análise de conteúdo das respostas oferecidas, ainda em curso, já permitiu evidenciar algumas tendências: a) no conjunto, os sujeitos tendem a conceber o processo de aprendizagem como de responsabilidade primordial do aluno, dando menor relevância ao professor, relacionamento professor-aluno e condições ambientais; b) a ênfase na ação e em pré-requisitos desse aluno na aprendizagem acabam restringindo o potencial grau de interferência do professor no processo. Se na

prática o "aprender" quase que independe do "ensinar", uma aproximação do questionamento vivido principalmente pelos professores, quanto ao que venha a ser formar um arquiteto assume o status de problemática a ser melhor investigada não só por arquitetos, mas também por psicólogos escolares. CNPq.

-oOo-

ESC 2.02

COMPREENSÃO DE LEITURA EM PÓS-GRADUANDOS EM DIFERENTES SUPORTES: COMPUTADOR E PAPEL. *Altemir José Gonçalves Barbosa, Cláudia Maria de Lima e Melanie Lerner Grinkraut*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O presente estudo objetivou verificar possíveis diferenças de compreensão de leitura em dois suportes distintos: computador e papel. Os sujeitos foram seis estudantes de pós-graduações de uma universidade paulista. Os sujeitos leram e completaram dois textos preparados sob a forma de cloze, alternando-se os suportes. Foi estipulado um tempo de vinte minutos para as respostas dos sujeitos em ambas as situações. Após análise quantitativa e qualitativa dos dados, concluiu-se que houve variação de grau de compreensão entre os sujeitos. Esta variação pareceu estar muito mais relacionada às características do sujeito leitor que ao suporte. Já que não foram encontradas diferenças estatisticamente significantes entre os suportes e textos ao se aplicar as provas de qui-quadrado, correlação de postos Sperman e Teste U de Mann-Whitney. CNPq/ CAPES.

-oOo-

ESC 2.03

A POSTURA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. *Ana Lúcia Dias Gonçalves, Carmo Alessandra Sbompato de Campos, Cláudia Ramonda, Dulce Cassia Montagneri, Márcia Mendes Mattos, Mônica Barbosa Vasconcellos, Nina Francis Zarella, Simone Souza de Moura*. Universidade São Judas Tadeu.

Existem três modelos básicos para definir a autoridade e o poder do professor em relação ao aluno que são: autoritário, democrático e permissivo. No modelo democrático, o professor é facilitador de desempenho dos alunos, promovendo a participação responsável, a liberdade e expressão de idéias. No modelo autoritário, o professor é caracterizado como informador, controlador e classificador do produto do aluno, não há presença de diálogo e sim a imposição do conhecimento. O modelo permissivo, caracteriza-se pela total liberdade de expressão de idéias, o professor deixa que o aluno exponha suas vivências, não acrescentando conteúdos que extrapole a experiência sócio-cultural do aluno. O objetivo geral da pesquisa, foi levantar qual modelo de professor universitário prevalece na opinião dos alunos das áreas de exatas e de humanas. **Sujeito:** Participaram 45 estudantes sendo 22 do curso de engenharia e 23 do curso de comunicação social. **Material:** Foi utilizado um questionário com três questões abertas que solicitavam a conceituação de cada tipo de modelo: autoritário, democrático e permissivo e, três questões fechadas para enumerar a quantidade de professores que se enquadravam nestes modelos. Aplicou-se também, uma escala de diferencial semântico para caracterizar os modelos na opinião dos alunos. **Procedimentos:** O material foi aplicado coletivamente nas salas de 2º e 5º anos de engenharia e 2º e 4º anos de comunicação social. Os resultados evidenciaram que tanto para os alunos de comunicação social como para os de engenharia, no conceito de professor autoritário, prevaleceram características negativas como: teórico,

inflexível, fechado ao diálogo e despreparado. No tipo democrático prevaleceram características positivas como: tolerante, flexível e reflexivo. No tipo permissivo, observou-se uma oscilação entre aspectos positivos e negativos, destacando-se respectivamente os seguintes adjetivos: flexível, aberto ao diálogo, carismático, teórico e, despreparado, passivo, lento e não observador. Concluiu-se que independente da área de atuação, exatas ou humanas, o modelo de professor está relacionado com o aspecto pessoal de cada um, da interação professor/aluno e da percepção individual desta relação.

-oOo-

ESC 2.04

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E A AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA DE PSICOLOGIA NO 2º GRAU. Deise Francisco, Lociamara Kroeff, Alessandra Schneider. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Psicologia comporta uma multiplicidade de escolas psicológicas e de posturas epistemológicas. Tal diversidade coloca o docente de 2º grau desta disciplina frente a grandes problemas na seleção de conteúdos: o que selecionar como conteúdo relevante, quais critérios utilizar (o que seria interessante para o aluno, útil para seu cotidiano, ou para sua cultura geral) e para qual clientela se destina tal seleção. O objetivo deste estudo é, frente a esta problemática, discutir como se dá a seleção de conteúdos e relacioná-la com a escolha de métodos avaliativos pelo docente da disciplina de Psicologia no 2º grau. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e observações em sala de aula de 11 professores de Psicologia da rede pública de ensino de Porto Alegre. A entrevista contemplava questões sobre a formação profissional, os parâmetros utilizados para eleger os conteúdos e a forma de avaliação, as dificuldades com a disciplina. O referencial teórico utilizado discute questões sobre conhecimento, produção deste e dos saberes escolares (Forquin, 1990). Através da análise de conteúdo das entrevistas chegamos aos resultados: há um sentimento de solidão profissional, ocasionado pela escassez de professores da disciplina; há falta de bibliografia específica o que leva o professor a sentir-se como o único responsável pela seleção dos conteúdos; os conteúdos são escolhidos conforme a formação profissional, a filosofia da escola. A avaliação é intimamente relacionada com a epistemologia subjacente ao trabalho docente. Por exemplo: o docente que aplica prova descritiva ou objetiva concebe a memorização como um critério avaliativo importante e ministra aulas expositivas, o que utiliza auto-avaliação concebe que o aluno é o que pode perceber sua aprendizagem e avaliá-la, trabalha em grupos. Esta relação é atravessada pela filosofia da escola, da função que a disciplina exerce no meio escolar, entre outros determinantes. MEC/UFRGS.

-oOo-

ESC 2.05

COMO PAIS DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA ENTENDEM A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM. Cristina F. Corsini, Érika Costa, Nely Aparecida Guernelli Nucci e Patrícia Waltz Schelini. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Um variado conjunto de representações, de conceitos pode ser edificado quando o assunto é dificuldade de aprendizagem. O olhar sobre essa dificuldade é necessariamente multiforme. Mas um tipo de representação é particularmente interessante: aquela que os pais constroem. O objetivo deste trabalho foi o de analisar, sob a perspectiva dos pais, o conceito de dificuldade de aprendizagem,

bem como suas percepções e posturas frente a essa dificuldade. Com este propósito foi realizada uma pesquisa com 58 pais de crianças que frequentavam a 3ª série do 1º grau de uma escola estadual de Campinas. O questionário utilizado como instrumento era composto por questões abertas e fechadas que forneceram informações sobre: a identificação do sujeito e da criança, a percepção da presença da dificuldade de aprendizagem e a maneira pela qual foi identificada, as atitudes tomadas em relação à dificuldade e a definição de dificuldade de aprendizagem. As respostas foram analisadas, categorizadas e tratadas estatisticamente. Os resultados permitiram perceber que a grande maioria dos pais (82,4%) entendem a dificuldade de aprendizagem como resultado de dificuldades particulares de cada aluno, atribuindo a este a responsabilidade desta dificuldade (42,9%). Percebeu-se, também, na maioria das respostas que esta dificuldade foi notada pelos pais (66,6%), através da observação do desempenho escolar da criança (52,6%). As atitudes tomadas em relação a esta dificuldade partiram da família (80%) e da escola (20%), sendo que a expectativa dos pais em relação à criança com dificuldade de aprendizagem está associada à melhoria das condições de ensino (66,7%). Foi possível concluir que a responsabilidade da dificuldade tende a ser, sob a perspectiva dos pais, atribuída ao aluno, sugerindo a importância de planejar um programa de intervenção que vise conscientizá-los a respeito do fato de que essa dificuldade não é causada apenas pelo aluno, envolvendo uma participação da escola e da família. CNPq e CAPES.

-oOo-

ESC 2.06

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE 1º GRAU SOBRE ALUNOS QUE APRENDEM MECANICAMENTE E SIGNIFICATIVAMENTE. José Augusto da Silva Pontes Neto Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar - Universidade Estadual Paulista-UNESP-Campus de Assis.

O estudo objetivou verificar, de acordo com a percepção de professores de 1º Grau, se alunos aprendiam mecanicamente ou significativamente, quais as características dos alunos que aprendiam mecanicamente e as dos que aprendiam significativamente, e que futuro estaria reservado aos alunos que aprendiam de um ou de outro modo. Atuaram como sujeitos 24 professores que lecionavam em três escolas da rede pública do Estado de São Paulo. Desses professores, 15 eram do sexo feminino e 09 do sexo masculino, com tempo de serviço variando de 01 a 23 anos, aproximadamente. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas individuais, em que o pesquisador apresentava e discutia as noções de aprendizagem mecânica e de aprendizagem significativa e verificava se tais noções estavam suficientemente claras para o professor. A este, então, solicitava-se que verbalizasse sobre a dimensão mecânica-significativa da aprendizagem dos seus alunos. A seguir, o professor descrevia os alunos que aprendiam de uma ou de outra maneira e predizia o futuro acadêmico dos que aprendiam mecanicamente e dos que aprendiam significativamente. As entrevistas foram gravadas e transcritas e os dados, assim obtidos, indicaram, entre outros aspectos, que a maior parte dos professores, em questão, percebia que seus alunos aprendiam mais mecanicamente do que significativamente, que as características atribuídas aos alunos que aprendiam significativamente eram mais positivas do que as atribuídas aos outros alunos, e que um futuro bastante sombrio aguardava aqueles que aprendiam mecanicamente.

-oOo-

ESC 2.07

O ENSINO DA HISTÓRIA DO 1º GRAU: SEUS CONCEITOS, A COMPREENSÃO DA CRIANÇA E O PAPEL DA ESCOLA. Telma Avelar, Érica Pires, Ana Karenina Arraes, Cecília Azevedo, Karin Melo e Silvana Melo. Universidade Federal de Pernambuco.

O processo de construção do conhecimento pela criança acontece, inicialmente, de uma forma espontânea, antes da mesma receber da instituição escolar sua formalização. No entanto, cabe à escola um papel decisivo nesse processo. Contribuir para o esclarecimento, a reconstrução e organização de tal conhecimento é tarefa que a escola não pode deixar de cumprir. Ensinar História vai além da simples identificação e localização de fatos históricos. Como ciência, o seu ensino deve prover ao aluno as condições básicas para que ele se aproprie de seus conceitos fundamentais e possa, então, articular as informações recebidas, favorecendo a sua criticidade da realidade. Neste sentido, ao estudar na escola determinados conteúdos, o aluno precisa, compreender alguns conceitos básicos. Por exemplo: como a criança pode entender os aspectos históricos da "Abolição da escravidão" sem que ela compreenda o que significa "escravidão"? Considerando o exposto acima, o presente trabalho pretende avaliar a compreensão da criança sobre alguns conteúdos de História trabalhados na disciplina Estudos Sociais, e evidenciar possíveis dificuldades no processo de ensino e aprendizagem desta disciplina. Foram sujeitos desta investigação 80 crianças, alunos da 1ª à 4ª série do 1º grau de uma escola pública na cidade do Recife. As crianças foram entrevistadas sobre os conteúdos selecionados, antes (pré-teste) e depois (pós-teste) dos mesmos serem trabalhados em sala de aula. De acordo com a análise das respostas das crianças, referentes à compreensão dos conceitos de Escravidão e escravo, pode-se dizer que estes conceitos se fundamentam em elementos básicos, dos quais se salientam três: trabalho, ausência de liberdade+trabalho, sofrimento+ser negro (respectivamente, 46%, 10% e 11,5%). Diante disto, verifica-se que a maioria das crianças concentra suas respostas em um dos elementos acima (trabalho), aliado a um alto percentual de respostas "Não sei" (26%), mesmo após as aulas. Tais resultados evidenciam dificuldades na compreensão dos conceitos enfocados, levando-se a um questionamento sobre o papel da escola, com sua prática pedagógica na construção dos mesmos. CNPq.

-oOo-

ESC 2.08

EFEITOS DOS NÍVEIS PROFISSIONAL E DE ESCOLARIDADE DE PAIS NA COMPREENSÃO DE VOCABULÁRIO AVALIADA PELO TESTE DE VOCABULÁRIO POR IMAGENS PEABODY. F. Capovilla e A. Capovilla, Universidade de São Paulo. L. Nunes, D. Nogueira e A. Ribeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. I. Araújo, D. Nunes e A. B. Bernat, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Medidas de inteligência e de desempenho acadêmico incluem freqüentemente a extensão de vocabulário receptivo-auditivo. O Teste de Vocabulário por Imagens Peabody (Dunn & Dunn, 1981) tem sido largamente utilizado para avaliação rápida e objetiva do vocabulário receptivo-auditivo de sujeitos de 2 a 18 anos. Em um amplo estudo de adaptação e normatização deste instrumento junto à população de estudantes do Rio de Janeiro, foram investigados igualmente os efeitos dos níveis profissional e de escolaridade dos pais sobre o desempenho dos sujeitos no teste. A amostra incluía 687 alunos da classe de alfabetização à 8ª série do Colé-

gio de Aplicação da UERJ, cujas idades variavam entre 6 anos e 5 meses e 18 anos e 7 meses. Na aplicação coletiva, cada aluno recebeu um caderno de 130 folhas medindo 7x 9 cm, contendo quatro figuras cada uma. O aluno era solicitado a assinalar com o lápis a figura correspondente à palavra falada pelo examinador. A freqüência de acertos em 125 itens do teste (os 5 primeiros eram de treino) correspondia à pontuação individual no teste. As análises estatísticas revelaram correlação positiva significativa do nível de escolaridade do sujeito com a) o nível profissional médio dos pais (Pearson $r = .19$, $p < .0001$), b) o nível de escolaridade médio dos pais (Pearson $r = .16$, $p < .0001$), c) o nível econômico-cultural paterno (Pearson $r = .28$, $p < .0001$), mas não materno, d) o nível de escolaridade paterno (Pearson $r = .16$, $p < .003$), mas não materno. Tais correlações foram devidas possivelmente ao vestibular na 5ª série e à evasão escolar. Para verificar se estas variáveis tinham efeito sobre o desempenho do sujeito no teste foi subtraído o efeito da variável correlacionada (nível de escolaridade do sujeito) por meio de uma análise de covariância. Esta ANCOVA revelou que: a) o efeito dos níveis econômico-cultural médio e paterno e nível de escolaridade paterno sobre o desempenho do sujeito no teste não foi significativo, mas b) o efeito do nível de escolaridade materno sobre o desempenho do sujeito no teste mostrou-se significativo ($F[7,539] = 2.06$, $p = .046$). Assim aparentemente, o nível paterno serve para manter a criança na escola, mas é o nível de escolaridade materno que contribui para o vocabulário da criança. (CNPq, UERJ).

-oOo-

ESC 2.09

EFEITOS DA IDADE E DA ESCOLARIDADE NA COMPREENSÃO DE VOCABULÁRIO AVALIADA PELO TESTE DE VOCABULÁRIO POR IMAGENS PEABODY. L. Nunes, D. Nogueira e A. Ribeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. F. Capovilla e A. Capovilla, Universidade de São Paulo. I. Araújo, D. Nunes e A. B. Bernat, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A extensão do vocabulário constitui importante medida da inteligência e do desempenho acadêmico. O Teste de Vocabulário por Imagens Peabody (Dunn & Dunn, 1981) tem sido usado em muitos países para avaliar de forma rápida e objetiva o vocabulário receptivo-auditivo de sujeitos de 2 a 18 anos. O objetivo do estudo foi adaptar e normatizar este instrumento junto à população de estudantes do Rio de Janeiro, indicando os efeitos de idade e de escolaridade no desempenho no teste. Os sujeitos do estudo foram 687 alunos da classe de alfabetização à 8ª série do Colégio de Aplicação da UERJ, cujas idades variavam entre 6 anos e 5 meses e 18 anos e 7 meses. Esta população provinha de 99 bairros do Grande Rio e de 5 níveis sócioeconômicos diferentes. Na aplicação coletiva, cada aluno recebia um caderno composto por 130 folhas medindo 7x9 cm, contendo quatro figuras cada. As folhas eram também apresentadas em tamanho maior, através de retroprojetor, e o aluno era solicitado a olhar a transparência e a folha idêntica do caderno e assinalar com o lápis a figura correspondente à palavra falada pelo examinador. A freqüência de acertos em 125 itens do teste (os 5 primeiros eram de treino) correspondia à pontuação individual no teste. A análise de variância revelou efeito significativo da faixa etária dos sujeitos sobre sua pontuação ($F[12,655] = 181.26$, $p < .0001$). Análises da significância das diferenças entre os pares de idade realizadas pelo teste de Bonferroni revelaram que a pontuação não cresceu significativamente ($p > .05$) entre 6 e 7 anos, mas aumentou significativamente ($p < .001$) entre sete e oito, entre oito e nove,

entre nove e dez, e entre dez e onze anos. A partir daí, as pontuações entre um ano e o seguinte não mais cresceram significativamente ($p > .05$). A análise de variância revelou igualmente efeito significativo do nível de escolaridade sobre a pontuação ($F[8,671] = 372.78, p < .0001$). Análises da significância das diferenças entre pares de séries através do teste de Bonferroni indicaram que a pontuação cresceu significativamente ($p < .0001$) de uma série à série seguinte, em todas as séries, exceto da segunda à terceira e da sétima à oitava série. Portanto, a tradução brasileira do teste parece ser bastante discriminativa da progressão do vocabulário em função do nível de escolaridade. (CNPq, UERJ).

-oOo-

ESC 2.10

A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM POLICIAIS E PROFESSORES. *K. Alves, E. Costa, C. Ferreira, E. Reis, A. W. Pagotti E S. Pagotti.* Universidade Federal de Uberlândia.

Uma das funções da educação é a preparação moral dos alunos, o que objetiva também a construção da cidadania. Uma das funções da polícia é a manutenção da ordem moral. O presente estudo orienta-se para uma busca exploratória sobre julgamento moral e o respeito às normas sociais em professores e policiais militares da cidade de Uberlândia. Foram sujeitos deste estudo 30 policiais e 30 professores do primeiro grau da rede estadual de ensino, que responderam individualmente ao questionário S.R.O.M. (Medida Objetiva de Reflexão Social) de J. Gibbs, adaptado por Biaggio (1987). Este instrumento é constituído por dois dilemas morais, sendo o primeiro composto por 10 questões de múltipla escolha e o segundo por 6 questões. Os sujeitos são classificados de acordo com os seis estágios de julgamento moral. O 1º estágio: obediência às ordens para evitar punição. No estágio 2 o correto é o que dá prazer. O estágio 3 enfatiza a afetividade e a boa intenção. No estágio 4, o comportamento certo consiste em cumprir o dever, mostrando respeito pela autoridade e mantendo a ordem. No estágio 5, as leis deverão ser obedecidas como parte de um contrato entre cidadão e sociedade. O estágio 6 critica a moralidade, a justiça moral e sabe fazer exceções. Os resultados deste estudo revelam que nenhum professor se apresentou nos estágios 1 e 2, sendo que 24 sujeitos (80%) estão no estágio 3 e 6 sujeitos (20%) no estágio 4. Nenhum militar se apresentou no estágio 1, sendo que 4 sujeitos (13,33%) estão no estágio 2, 17 sujeitos (56,67%) no estágio 3 e no estágio 4, 9 sujeitos (30%). Pode-se concluir que os professores expressaram mais respostas para a problemática de vida, moralidade, afetividade e contrato, enquanto os militares expressaram as problemáticas de regras, punição e autoridade. Isto permite refletir sobre o processo de orientação e treino profissional no desenvolvimento do julgamento moral, visto que os estágios estão aquém do esperado para os profissionais ligados à educação e a ordem futura. CNPq.

-oOo-

ESC 2.11

AS INFLUÊNCIAS DA IDADE, SEXO E CLASSE SOCIAL NA OCORRÊNCIA DO ERRO EDUCACIONAL FUNDAMENTAL. *Heloisa Moulin de Alencar e Antonio Carlos Ortega* Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento - Universidade Federal do Espírito Santo; *Alessandro Fazolo Cezário, José Carlos Gomes e Rodrigo Bissoli Miranda* - Universidade Federal do Espírito Santo.

O presente trabalho teve por objetivo investigar a influência da idade, sexo e classe social na caracterização do "erro educacional fundamental", que consiste na convicção de que a criança não faz mais do que a sua obrigação quando se comporta bem, nada merecendo por isso, mas que deve ser repreendida e mesmo castigada, quando se comporta mal. Participaram como sujeitos 120 crianças: 40 escolares de classe alta, 40 de classe média e 40 de classe baixa, que freqüentavam a pré-escola (IC=5-6 anos) e a 4ª série do 1º grau (IC= 10-11 anos). Foram utilizadas seis histórias: duas do domínio moral, duas do domínio Pró-social e duas do domínio acadêmico. Estas histórias representam adesão às normas ou sucesso e transgressão das mesmas ou fracasso e foram ilustradas através de três cartões que descrevem: o domínio envolvido, a ação de adesão/sucesso e a ação de transgressão/fracasso. Os resultados obtidos através da ANOVA permitiram verificar que houve diferença significativa (nível de significância de 5%) nas respostas orientadas para o "EEF" em relação: 1- A idade no domínio Pró-social e acadêmico, sendo que: (a) as crianças com idade entre 5-6 anos cometeram o "EEF" e (b) os escolares com idade entre 10-11 anos tenderam a dar respostas contrárias ao referido "erro". 2-O sexo no domínio acadêmico -as crianças do sexo masculino apresentaram o "EEF" com mais freqüência. Dessa forma concluímos que apesar das crianças cometerem o "EEF" desde cedo (IC=5-6 anos), o mesmo não tende a se acentuar com a idade. No que concerne a variável sexo observamos que exerce influência significativa apenas no domínio acadêmico. Quanto a classe social verificamos que não influenciou a proporção de respostas para o "EEF".

-oOo-

ESC 2.12

ACERTO NAS CONTAS DE ADIÇÃO: COMPREENSÃO OU SÓ REPRODUÇÃO DAS REGRAS ENSINADAS? *Elisabete Maranhão de Miranda, João Marcelo Costa Ferreira e Patrícia Oliveira Lira.* Universidade Federal de Pernambuco.

Para que o ensino dos procedimentos de cálculo escrito (algoritmos) promova uma aprendizagem afetiva, o professor deve explicar as propriedades envolvidas a cada passo da resolução, desenvolvendo no aluno a compreensão do como e do porquê fazer. Deve levá-lo a refletir sobre a associação entre os procedimentos de cálculo orais e escritos, possibilitando-lhes a compreensão de que envolvem os mesmos princípios lógico-matemáticos e a sistematização de estratégias mais econômicas e eficientes, que requerem o domínio das convenções de notação do sistema de numeração decimal. Tem-se observado crianças que compreendem aqueles princípios, mas erram ao resolver as contas por escrito, e outras que acertam sem, no entanto, compreendê-las. Este trabalho tem por objetivo investigar a compreensão de alunos de 1ª. série, de uma escola particular do Recife, dos procedimentos formais da operação de adição com reserva, o "vai um". Avaliaram-se, individualmente, 29 crianças através da resolução de cinco contas de adição, pedindo-se que armassem, efetuassem e explicassem a sua estratégia, por que a usaram e qual o valor do "um" da reserva, nas contas em que o procedimento estava correto. As respostas estão sendo analisadas, para identificação de indicadores que permitam a elaboração de uma escala de classificação adequada, que revele o grau de compreensão dos algoritmos pelos alunos e possa contribuir para elaboração de um instrumento eficiente para avaliação desta compreensão. Até o momento, os dados têm mostrado que a maioria das crianças reproduz as regras ensinadas, algumas de modo incompleto, outras

sem saber o porquê, outras explicam o porquê, demonstrando mais uma simples repetição do que compreensão dos procedimentos. Espera-se, ao concluir essa análise, poder contribuir para a prática de professores das séries iniciais ao trabalharem os algoritmos de adição com seus alunos. CNPq, PIBIC, UFPE e FACEPE.

-oOo-

ESC 2.13

A ESCRITA DE HISTÓRIA POR CRIANÇAS. *Maria Helena Dubeux, Ivane Pedrosa, Adriana Teixeira, Ana Cristina Melo, Andréa Santos e Patrícia Marques.* Universidade Federal de Pernambuco.

Este estudo se fundamenta numa perspectiva teórica construtivista e tem como objetivo analisar a prática do professor quanto ao ensino de escrita de textos, visando contribuir para a ampliação da discussão teórico-prática acerca da aprendizagem da língua escrita pela criança na escola. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma intervenção pedagógica em turmas de alfabetização à 4ª série do 1º grau de duas escolas públicas estaduais da cidade de Recife. Esta, constou do acompanhamento de 04 professoras da escola A - experimental, durante dois anos e 04 da escola B - controle, durante um ano. Para isso, foi adotada a seguinte metodologia: a) reuniões quinzenais de orientação, onde se procurou discutir questões relativas ao processo de aquisição da língua escrita pela criança, focalizando-se esta enquanto objeto de interação social; b) observação semanal da prática das professoras, registrando-se por escrito a dinâmica da sala de aula, que de forma imediata, subsidiava as orientações; c) avaliação semestral dos alunos em tarefa de produção de texto, escrita de história. Para a verificação dos efeitos da intervenção, foram analisadas as histórias escritas pelos alunos, com o objetivo de se identificar e comparar os níveis de desempenhos dos mesmos, entre as escolas e o próprio efeito do tempo da intervenção. As produções escritas foram classificadas como *não histórias* e *histórias* sendo estas últimas incompletas ou completas. Os resultados encontrados mostraram que, além do efeito do tempo de escolaridade e da idade sobre a capacidade de elaboração de textos, o desempenho dos alunos, em todas as séries, foi superior na escala experimental, após dois anos de intervenção, constatando-se assim, um efeitos da sua duração. PIBIC e CNPq.

-oOo-

ESC 2.14

A CONSTITUIÇÃO TEMÁTICA DE TEXTOS INFANTIS: EXAMINANDO ASPECTOS DA RELAÇÃO ESCRITOR/LEITOR. *Terezinha Maia Martincowski e Maria Cecília Rafael de Góes.*

A leitura das produções infantis, no contexto escolar assim como no âmbito da pesquisa, apresenta fortes marcas normativas. O presente estudo procura analisar aspectos menos rígidos de exame de qualidade, com o objetivo de expandir o conhecimento sobre as elaborações infantis pertinentes a textos de diversos tipos. Para atender a esses propósitos foi realizado um estudo sobre diferentes tipos de textos (3 Narrativos e 2 Fatuais), produzidos dentro do próprio contexto escolar, ao longo de um período letivo, por seis alunos de 1ª e 3ª série do 1º Grau, pertencentes a uma escola pública de Campinas, SP. As análises referem-se a aspectos da Constituição Temática e complementarmente a Coesão. Constatou-se, quanto a Coesão, que as produções das crian-

ças assumiram tanto caráter pessoal quanto impessoal e que elas foram capazes de produzir vários tipos de textos. Quanto à Constituição Temática, o apoio em experiências vividas ou a participação como personagem na temática do texto facilitou a construção da narrativa ou relato. As diferenças entre textos de 1ª e 3ª séries foram detectadas através do desdobramento, contextualização e extensão. Porém, alguns tipos e temáticas de textos possibilitaram uma aproximação na produção dessas duas séries. Identificou-se, também, a utilização de formas alternativas, diferentes das indicações de pesquisas. Pode-se concluir que estas crianças se utilizaram de interessantes recursos sem deixar de atender as especificidades de cada tipo de texto. CNPq.

-oOo-

ESC 2.15

UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE E O CERTIFICADO SUBSEQUENTE: OPINIÕES DE ALUNOS E EX-ALUNOS. *Regina Maria Prado Leite Erbolato.* Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

As Universidades da Terceira Idade talvez representem as melhores ofertas de educação continuada para a população de indivíduos alfabetizados de meia e terceira idades, em geral aposentados. Uma questão central envolve o termo 'universidade': o ingresso nessas instituições, nos moldes tradicionais, tem por meta a habilitação profissional de alto nível. No entanto, as Universidades da Terceira Idade caracterizam-se por: clientela com diferentes níveis de escolaridade, ausência de processo seletivo e de avaliações, e não cumprimento de carga horária rígida. Além disso, seus certificados têm validade apenas comprobatória. Em paralelo, estudos apontam efeitos negativos da aposentadoria e pesquisas sobre indicadores do envelhecimento bem-sucedido destacam a importância da manutenção de uma vida ativa/produzida e da continuidade de papéis ocupacionais. Diante desse quadro, os objetivos desta pesquisa foram: a) verificar a importância atribuída pelos alunos às características dessas universidades não tradicionais; b) identificar os projetos de vida decorrentes da participação em tais cursos; c) comparar possíveis diferenças entre grupos. Para tanto, foram sorteados 24 sujeitos de 46 a 80 anos, equitativamente distribuídos em conjuntos de: recém-ingressantes, alunos atuais e egressos, e as entrevistas (individuais) gravadas e submetidas à análise de conteúdo e estatística. Os resultados demonstraram que, apesar de algumas diferenças entre os subgrupos conforme a variável estudada, a maioria dos sujeitos julgou irrelevante o reconhecimento oficial do curso em questão e do certificado recebido, embora dados qualitativos sugiram que o uso do termo 'universidade' possa ser mal interpretado e frustrar expectativas. Os objetivos para ingresso em uma Universidade da Terceira Idade consistiram sobretudo em aprender, e não em começar ou continuar a vida profissional. Os planos futuros relatados foram predominantemente auto-dirigidos, focalizando três atividades principais: estudar, viajar e cuidar da própria saúde. Uma hipótese a ser levantada é que essas Universidades ora se apresentam como um espaço educativo onde indivíduos de meia e terceira idades procuram construir um novo papel social desvinculado de um conhecimento com fins de habilitação ou especialização profissional. CNPq.

-oOo-

ESC 2.16

BARREIRAS À EXPRESSÃO DA CRIATIVIDADE ENTRE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO. Eunice Maria Lima Soriano de Alencar, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Muitos são os bloqueios que dificultam ao indivíduo tirar proveito de seu potencial para criar. Embora seja este um dos aspectos mais abordados pelos teóricos da Psicologia da Criatividade, os estudos empíricos a este respeito se restringem sobremaneira às barreiras existentes no ambiente de trabalho, tendo sido desenvolvidos vários instrumentos para identificar tal aspecto nas organizações. Como ponto de partida para construir uma escala sobre barreiras pessoais à expressão da criatividade, desenvolveu-se o presente estudo. Este teve como objetivo identificar estas barreiras em uma amostra de 184 profissionais da área de educação que atuavam tanto no ensino regular como no especial. A estes profissionais, solicitou-se para completar a sentença *Eu seria mais criativo se...* durante seminários sobre criatividade conduzidos pela primeira autora em três cidades brasileiras. Uma análise das respostas apontou para cinco categorias, a saber: (1) emocionais; (2) sócio-culturais; (3) motivacionais/ personalidade; (4) de disponibilidade de tempo; e (5) intelectuais. As barreiras apresentadas por um maior número de sujeitos foram as de natureza emocional, bem como as de ordem sócio-cultural. Os resultados obtidos chamam a atenção para vários fatores relativos à dimensão emocional bem como sócio-cultural, que dificultam ao indivíduo expressar e realizar o seu potencial criativo. Eles refletem a influência de forças adversas na cultura ocidental que dificultam ao indivíduo desenvolver e expressar o seu potencial criador. Por outro lado, os bloqueios emocionais são também frutos de uma aprendizagem que começa muito cedo na vida de cada indivíduo, a partir de práticas comuns na escola, que cultivam o medo do erro, a crítica destrutiva, a hostilidade para com a pessoa que questiona e que diverge, minando a confiança da pessoa em si mesma e gerando sentimentos de insegurança e inferioridade. CNPq.

-oOo-

ESC 2.17

AValiação DO NÍVEL DE CRIATIVIDADE PESSOAL, DE COLEGAS E PROFESSORES POR PARTE DE UNIVERSITÁRIOS. Eunice Maria Lima Soriano de Alencar, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

A maior parte das pesquisas sobre avaliação do nível de habilidades criativas de estudantes têm utilizado professores e colegas para proceder tal avaliação. Entretanto nossas observações em programas de criatividade indicaram que os estudantes fazem julgamentos sobre a sua própria criatividade que influenciam e orientam o seu comportamento e ações. Em estudos anteriores de nossa autoria, foi também observado que os professores do ensino fundamental tendem a considerar a maior parte de seus alunos como pouco criativos. O presente estudo visa completar estes dados. Ele foi desenvolvido com o objetivo de investigar a avaliação de estudantes universitários sobre o seu próprio nível de criatividade, o de seus colegas e professores, bem como a relação entre os resultados em medidas de pensamento criativo e a avaliação do seu próprio nível de criatividade. Participaram do estudo 428 estudantes de uma universidade pública e outra particular, que avaliaram o nível de sua criatividade pessoal, de seus colegas e professores em uma escala de sete pontos, após completar os

Testes Torrance de Pensamento Criativo (Forma A, verbal). Os resultados indicaram que os estudantes se consideraram e aos seus colegas como significativamente mais criativos do que os seus professores, embora não tenham se avaliado como mais criativos do que os seus colegas. Foi também observado que a maior parte dos estudantes avaliaram os seus professores universitários como apresentando níveis baixos de criatividade. Relações significativas foram observadas entre diferentes medidas de pensamento criativo e o seu próprio nível de criatividade como avaliado pelos estudantes. Os resultados sugerem que os professores universitários estão mal equipados em prover condições favoráveis à expressão da criatividade, e possivelmente por esta razão são considerados pouco criativos. Eles também dão apoio à validade concorrente dos Testes Torrance de Pensamento Criativo. CNPq e FAPDF.

-oOo-

ESC 2.18

HABILIDADES SOCIAIS EM SALA DE AULA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. Almir Del Prette, Zilda A. P. Del Prette, Alinne Cristina Torres e Ângela Cristina Pontes - Universidade Federal de São Carlos.

Estudos prévios têm mostrado uma tendência dos professores em se perceberem como socialmente habilidosos em situações cotidianas e em valorizarem estratégias didáticas interativas em sala de aula, mesmo admitindo que elas são pouco utilizadas. Tais estudos deixam em aberto a relação entre auto-relato e desempenho e entre habilidades interpessoais cotidianas e habilidades interpessoais/profissionais. Reportando-se ao caráter situacional das Habilidades Sociais e a uma de suas dimensões (os componentes moleculares), o presente trabalho teve o objetivo de elaborar um procedimento de análise do padrão molecular interpessoal de professores em sala de aula e, adicionalmente, de examinar a possível relação entre esse padrão e a auto-avaliação de desempenho em interações cotidianas (IHS). Foram selecionados, de um grupo de voluntários a um Programa de Desenvolvimento Interpessoal-Profissional, dois professores que apresentaram, respectivamente, escores no IHS acima e abaixo da média do grupo. O desempenho de sala de aula foi filmado e, em seguida avaliado e descrito em oito segmentos de dois minutos a cada dez, por dois observadores treinados e "calibrados" em termos de fidedignidade. A análise focalizou três classes e respectivas subclasses de componentes moleculares: não verbais (contato visual, postura, gestos, expressão facial, sorriso, meneios de cabeça, movimentação e distância-proximidade), paralinguísticos (volume, timbre, fluidez, entonação, velocidade clareza, pausa e chavões) e mistos (autoridade/liderança, humor-formalidade, entusiasmo-apatia, controle de ansiedade e afetividade). O professor com maior escore no IHS foi avaliado no polo positivo ou intermediário em todas as subclasses e o professor com menor escore, no polo negativo ou intermediário. Esses dados, juntamente com o padrão descrito, mostraram que: a) o procedimento de análise produz informações relevantes para a avaliação e o treinamento em componentes moleculares de habilidades interpessoais/profissionais; b) os resultados no IHS possuem alguma validade preditiva sobre tais componentes, apoiando a hipótese de relação entre habilidades sociais cotidianas e de sala de aula, pelo menos em tais componentes. Discute-se o caráter exploratório do estudo, suas implicações conceituais e metodológicas e suas limitações em termos de generabilidade das conclusões. CNPq/FAPESP.

-oOo-

ESC 2.19

ESTRATÉGIAS INTERATIVAS EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DAS CLASSES DE AÇÕES DO PROFESSOR. *Zilda A. P. Del Prette, Almir Del Prette e Fabíola Álvares Garcia* Universidade Federal de São Carlos.

As perspectivas construtivista e sócio-interacionista têm recolocado, sob novo ângulo, os papéis do professor e dos alunos em sala de aula, identificando um processo de construção conjunta de contextos interativos de ensino e aprendizagem, caracterizados simultânea e articuladamente por uma estrutura de conteúdo e por uma estrutura de participação (Coll, 1996). Essa perspectiva enfatiza a atuação do professor como parceiro e como mediador de interações sociais educativas embora os componentes dessa competência interpessoal-profissional ainda não estejam suficientemente estabelecidos. A preocupação com essa competência está na base do presente trabalho, que teve o objetivo de caracterizar classes e subclasses de ações do professor associadas às configurações interativas professor-aluno (IPA), professor-classe (IPC), aluno-aluno e aluno-agentes externos (IAA e IAE, res-

pectivamente). Foram examinadas filmagens de sala de aula de dois professores que relataram, contrariamente à tendência geral identificada em estudos prévios, uma maior utilização de estratégias IAA e IAE, buscando-se caracterizar as classes de ações relacionadas à construção/elaboração/transmissão de conteúdos, à organização da atividade e ao estabelecimento de condições interativas para a participação dos alunos. Os dados permitiram identificar um padrão de condições interativas estabelecidas pelo professor em cada uma das configurações examinadas bem como sobreposições entre as classes relacionadas ao conteúdo e à organização, com maior densidade de ações organizativas na configurações IAA e uma maior densidade de classes de estruturação de conteúdo nas configurações IPA e IPC. A configuração IAE não foi verificada no material examinado. Discute-se as implicações desses resultados para o estabelecimento de objetivos de formação continuada de professores e para uma resignificação da questão da competência do professor sob uma perspectiva construtivista e sócio-interacionista. CNPq/FAPESP.

-oOo-

PSICOLOGIA DA FAMÍLIA E COMUNITÁRIA

FAM 1.01

CRIANÇAS COM DIFICULDADES ESCOLARES: RECURSOS E ADVERSIDADES NA FAMÍLIA. *Edna M. Marturano, Maristela V. Alves, Margaret R. Santa Maria.* Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

O atendimento psicológico a crianças que apresentam problemas sócio-emocionais associados a dificuldades escolares requer o envolvimento da família no processo de ajuda, visando a mobilização de recursos e à atenuação de adversidades no ambiente familiar. Com o objetivo de identificar recursos e adversidades no contexto familiar de crianças referidas para atendimento psicológico em razão de dificuldades escolares, foram analisados os prontuários de 70 crianças com idade entre 8 e 12 anos, atendidas em um Serviço de Psicopedagogia. A proposta de análise era assinalar, em cada prontuário, os relatos de circunstâncias consideradas pela literatura seja como recursos ou obstáculos ao desenvolvimento nessa faixa etária. Recursos e adversidades foram identificados em áreas como práticas educativas, crenças, relacionamento entre pais e filhos, envolvimento com a escolaridade e eventos da vida. Dois classificadores analisando o mesmo prontuário obtiveram acordo na caracterização de 82% dos relatos de recursos e 75% dos relatos de adversidades. Os resultados evidenciaram recursos facilitadores da aprendizagem escolar (atenção à escolaridade, material educacional, suporte para realização da lição, lazer), incidindo sobre 44% da amostra; por outro lado, apenas 4% dos pais externam crenças positivas em relação à criança, enquanto 34% verbalizam algum tipo de expectativa desfavorável; paralelamente, a superproteção aparece em 34% dos relatos e a promoção da independência, em 10%. Adversidades crônicas (temperamento difícil de um ou de ambos os pais, conflitos do casal, consumo de álcool / droga), aparecem em 66% dos relatos, e eventos desestabilizadores (separação dos pais, recasamento, abandono), em 50% deles. Em seu conjunto os resultados indicam um potencial apreciável de recursos, bem como condições desfavoráveis, porém passíveis de mudança, nas áreas de crenças e práticas educativas. Assim, o levantamento feito permitiu a identificação de condições que podem, mediante informação adequada, ser rearranjadas pela família em favor da criança. CNPq

-oOo-

FAM 1.02

RELAÇÕES FAMILIARES DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA. *Caroline Reppold, Mateus Kuschick, Deise Dani, Denise Bandeira, Marcela Raffaelli e Silvia Koller.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A família assume um importante papel na construção da realidade e do contexto social. Para uma convivência harmônica entre os membros do núcleo familiar tem-se como padrão que as relações entre estes devem ser estruturadas e baseadas na aceitação das diferenças. Estudos anteriores revelam que uma das causas da saída para rua relaciona-se com o enfraquecimento dos vínculos afetivos com a família, bem como com a dificuldade da família em manter economicamente estas crianças. Este estudo tem como objetivo investigar as relações familiares dos(as) meninos(as) de rua. Analisou-se os aspectos que diferem significativamente sobre os motivos da saída para a rua, entre meninos e meninas. Cinquenta e oito sujeitos (34 e 24) da cidade de Porto Alegre, de 11 a 17 anos, foram entrevistados (forma semi-estruturada) sobre a trajetória da família, história pregressa, fatores que influenciaram na saída de casa e atuais relações com a família. Foram criadas categorias a partir das respostas, que revelam

que a maioria dos sujeitos mantém vínculos familiares (94%), sendo que 69% das meninas mantiveram contato no último mês e 41% dos meninos. As meninas relataram alta frequência de morte materna (26%) e os meninos de morte paterna (34%). Dentre os motivos que os levaram à rua, destacam-se **brigas** (31%, 52%), **busca de liberdade** (16%, 26%) e **abuso físico e/ou sexual** (19%, 16%). Entre as meninas, 56% revelaram que seus familiares têm uma opinião negativa sobre a sua situação de vida, enquanto que apenas 32% dos meninos deram a mesma resposta. Dezesesseis por cento dos meninos e 5% das meninas afirmaram contribuir na renda familiar. Para fazê-lo, os meninos revelam maior envolvimento com trabalho, roubo e esmola do que as meninas. Estes achados confirmam a necessidade do fortalecimento dos vínculos afetivos e econômicos destas famílias, para evitar a migração de seus filhos para rua. PET/CAPES; CNPq/FAPERGS e PROPESP/UFRGS.

-oOo-

FAM 1.03

TRABALHANDO E CUIDANDO DOS PARENTES IDOSOS. *Lisa Barham,* Canadian Aging Research Network (CARNET).

O número de pessoas que trabalham fora de casa e, ao mesmo tempo, têm que cuidar de parentes idosos é cada vez maior. Apesar disso, pouco se sabe como estas pessoas fazem para conciliar as responsabilidades relativas à família e ao emprego. CARNET, uma rede de pesquisadores de diversas universidades canadenses, realizou, através de um extenso questionário, uma pesquisa na qual uma parte das perguntas visava determinar como as responsabilidades de cuidar de dependentes (parentes idosos ou crianças) influem no bem-estar do empregado, no seu desempenho no trabalho e em outros aspectos da sua vida pessoal. Este estudo compara respostas de canadenses regularmente empregados e atualmente sem dependentes com respostas de empregados com dependentes (N = 5.121), usando um grande número de escalas: estresse; satisfação no emprego; equilíbrio entre as demandas da família e do trabalho; perda de oportunidades de progressão na carreira e prejuízos pessoais (redução no tempo disponível para lazer, sono, atividades sociais, aperfeiçoamento pessoal, etc.). Os resultados obtidos mostram que os trabalhadores com parentes idosos que requerem maiores cuidados sofrem maior estresse, têm maior probabilidade de apresentar ausências longas ao trabalho (3 dias ou mais) e geralmente apresentam algum prejuízo profissional (perda de promoções, por exemplo) e pessoal (redução de atividades sociais, lazer, etc.). Os resultados obtidos indicam que o uso de horários de trabalho flexíveis por empregados com dependentes idosos é similar ao feito por trabalhadores que têm crianças sob seu cuidado. Contudo, as respostas indicam que pessoas com dependentes idosos preferem arranjos de horários de trabalho e mecanismos de apoio que são diferentes daqueles procurados por pessoas cujos dependentes são crianças. O estudo conclui que é preciso um melhor conhecimento das similaridades e diferenças entre empregados com dependentes idosos e empregados com crianças para melhorar as estruturas de apoio no local de trabalho para estes dois grupos.

-oOo-

FAM 1.04

VELHICE E HISTÓRIAS DE VIDA: UM PROCEDIMENTO PARA MONTAGEM DE UM ROTEIRO DE ENTREVISTA. *Zélia M. M. Biasoli-Alves, Regina H. Lima Caldana e Patricia Vendramim.* Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

A velhice é vista, nas sociedades industrializadas, de forma bastante negativa: considerado como "não produtivo" o idoso deixa de ter valor e passa a ser um peso. Ao mesmo tempo, o letramento, a imprensa e as inovações tecnológicas retiram ao velho o papel de transmissor da história de seu grupo pela via oral, reservando-lhe somente o espaço dos esquecidos. Nesse contexto torna-se importante estudar a concepção que o velho tem de si mesmo e da velhice, e o quanto nela estão assimiladas a visão da sociedade e dos que o circundam. Para este estudo optou-se pela utilização da "história de vida" complementada pela investigação mais detalhada de tópicos relacionados à velhice. Esta complementação exige um delineamento prévio dos tópicos a serem abordados pelo pesquisador, que podem ser construídos tanto a partir da literatura quanto de entrevistas exploratórias. Com este objetivo, foram realizadas histórias de vida com cinco pessoas com idade entre 65 e 75 anos; as entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas de forma a evidenciar as temáticas ligadas à velhice que são trazidas à tona de forma espontânea pelos entrevistados. A partir da análise dessas entrevistas foi possível identificar temas que podem se constituir em núcleos de interesse para a investigação: I) O retrospecto da vida, com avaliações da infância, do tempo de juventude, da vida profissional e familiar; II) Os relacionamentos afetivos e profissionais ao longo da vida; III) Saúde e doença na velhice; e IV) As perdas e a morte. O desenvolvimento destas entrevistas mostrou também que um recurso auxiliar bastante rico são as fotografias, que, evocativas para os idosos, lhes permitem contrapor sua condição atual à situação nelas retratadas.

-oOo-

FAM 1.05

MUDANÇAS NA FAMÍLIA ASSOCIADAS AO NASCIMENTO DO SEGUNDO FILHO: UM RELATO DE MÃES. *Maria Auxiliadora Dessen & Thereza P. de L. Mettel.* Universidade de Brasília.

Estudos recentes sugerem que o nascimento de um irmão constitui-se em um período complexo de adaptação familiar, com um alto potencial para alterar as interações e relações entre os membros da família (Kreppner, 1988; 1991). Muitas são as variáveis envolvidas na compreensão das mudanças no ambiente familiar durante este período de transição. Com o objetivo de identificar as variáveis relevantes, em se tratando de famílias brasileiras de classe média, que pudessem subsidiar futuras investigações sobre este período significativo para a vida familiar, foram realizadas 19 entrevistas semi-estruturadas com as mães de 5 famílias brasilienses. As famílias, compostas de pai, mãe no 6º ou 7º mês de gravidez, e primogênito com idade entre um ano e 3 meses e 6 anos e 11 meses, foram entrevistadas no 3º ou 2º mês antes do nascimento e nos 1º, 3º e 6º meses após o nascimento do bebê. Todas as entrevistas foram gravadas, totalizando 17 h. e 55' de gravação. As famílias tiveram a sua rotina alterada, especialmente no 1º mês após o nascimento do bebê; a sua rede de apoio foi ampliada, caracterizando-se pela ajuda de parentes próximos; e o pai foi gradualmente se engajando e/ou intensificando a sua participação nas atividades domésticas e de cuidados dispensados aos filhos. A preparação para o nascimento foi feita tanto pelo pai quanto pela mãe e os primogênitos apresentaram alterações de comportamento desde o início da gravidez materna. As práticas de socialização empregadas pelos genitores durante este período; a descrição dos comportamentos do primogênito considerados adequados e inadequados e aqueles emitidos em situações que

geram frustração, bem como os sentimentos e expectativas dos genitores em relação ao primogênito, foram também relatados. Os resultados indicam que as mães estão se respaldando em orientações de especialistas, principalmente de pediatras, e de manuais e revistas para enfrentar as mudanças ocorridas neste período de transição familiar. Este estudo possibilitou a identificação de variáveis relevantes para investigações futuras; dentre elas a necessidade de caracterizar o quadro denominado de reações ao nascimento de um irmão.

-oOo-

FAM 1.06

UM ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS SOBRE ADOÇÃO. *Marlizete Maldonado Vargas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Lidia Natalia Dobrianskyj Weber.* Universidade Federal do Paraná.

Os poucos pesquisadores brasileiros que estudam as famílias adotivas referem-se à escassa bibliografia existente no Brasil enfatizando que a maioria dos trabalhos são casos clínicos de adotivos que chegam ao consultório psicológico ou psiquiátrico. Isto tem ocasionado um viés e uma generalização de que a adoção está associada ao fracasso ou a problemas. O presente estudo teve o objetivo de analisar a produção internacional sobre o tema "Adoção". Foi realizado um levantamento dos artigos de periódicos indexados no Psychological Abstracts nos anos de 1990 a 1993 (o último ano completo constante na biblioteca de Psicologia da USP até maio de 1996). Neste período foram encontradas 178 publicações distribuídas em 89 periódicos, sendo que 13% destes detém 49% dos artigos. Os trabalhos são provenientes de 16 países, a maior parte contendo 6 a 10 páginas (34%) e estando divididos em artigos de um único autor (52%) e com dois ou mais autores (48%). A maioria absoluta dos trabalhos foi realizada nos Estados Unidos (70%), distribuída de maneira equivalente em diferentes universidades. Dos trabalhos que trazem a identificação do local de origem do trabalho, constatou-se que a maioria absoluta foi realizada em departamentos de Serviço Social (35%), seguidos pelos departamentos relacionados à Criança e à família (21%) e por departamentos de Medicina ou Psiquiatria (13%); é interessante ressaltar que somente 4% dos estudos foram realizados em departamentos de Psicologia. A análise dos resumos revelou uma grande variação em relação à abordagem teórica, ao enfoque de pesquisa e aos subtemas relacionados com a adoção, observando-se porém, uma baixa frequência relativa de casos clínicos sobre crianças e/ou famílias adotivas. Os trabalhos mais frequentes têm sido 1) a comparação de grupos de adotivos e não adotivos ou de grupos com diferentes tipos de adoção, 2) estudos teóricos ou de revisão sobre o assunto e 3) adoções de crianças com necessidades especiais (adoções tardias, inter-raciais e de crianças com algum problema de desenvolvimento), demonstrando um forte interesse no esclarecimento das características de crianças adotadas e da necessidade de serviços de prevenção e aconselhamento para famílias adotivas. CNPq e CAPES/PICDT.

-oOo-

FAM 1.07

ADOÇÃO: QUANDO O CORAÇÃO BUSCA UMA PERSPECTIVA HUMANA DE VIDA. *Luciana de Ávila Almeida e Dirceenê De Lázari Corrêa.* Universidade de Franca (UNIFRAN).

O estudo bibliográfico do tema Adoção nos permite classificar a Adoção como Clássica, que atende a demanda emocional dos pais,

ou Moderna, que atende a demanda da criança. Nem sempre está claro para os pais a verdadeira razão que os levam a adotar uma criança. Frequentemente crianças adotadas apresentam problemas de ajustamento e, quando seus pais adotivos buscam atendimento psicológico para "os problemas da criança", as sessões de orientação de pais oferecem oportunidades para esclarecê-los quanto às dúvidas referentes à demanda emocional da adoção, além das práticas educativas da criança. O presente trabalho teve por objetivo atender uma criança adotada, inscrita na clínica-escola UNICAP, da UNIFRAN, devido a "problemas de comportamento". O atendimento foi realizado durante o estágio supervisionado de Ludoterapia Centrada na Criança. A criança atendida era um menino (E), com 4 anos de idade no início do atendimento, adotado logo ao nascer pelo casal. A ludoterapia de E e as orientações de seus pais adotivos foram baseadas nos princípios da Abordagem Centrada na Pessoa. Foram realizados e analisados dados das 18 sessões de ludoterapia com E e dos 3 encontros com os pais adotivos, que foram gravados em fitas cassetes e, após os atendimentos, registrados resumidamente. Concluiu-se que no decorrer do processo terapêutico E pode reorganizar suas percepções quanto a seu nascimento e adoção; intensificar em seus relacionamentos os sentimentos de gratidão. Examinando as razões da adoção, tratava-se de uma adoção clássica, prevalecendo os interesses sociais e religiosos do casal.

-oOo-

FAM 1.08

UM ESTUDO COMPARATIVO DAS ADOÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS REALIZADAS NO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE CURITIBA. Lídia Natalia Dobrianskyj Weber e Claudia Susana E. S. Rodrigues Maffessoni. Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

A adoção no Brasil é geralmente compreendida como uma alternativa para quem não pode gerar filhos biológicos, enquanto que, em países mais desenvolvidos, supõe-se a existência de uma consciência maior acerca da chamada "cultura da adoção", que visa encontrar uma família substituta para crianças destituídas de sua família de origem. Esta pesquisa comparou o perfil e as motivações dos adotantes nacionais e internacionais e as características das crianças desejadas e daquelas efetivamente adotadas. Os dados foram coletados em uma amostra aleatória dos processos de adoção (N=181) ocorridos no Juizado de Curitiba entre 1990 e 1995. Os resultados revelaram que a maioria dos adotantes brasileiros são casados, brancos, têm idade entre 31 e 35 anos e possuem 3º grau; a maioria dos estrangeiros são casados, brancos, têm idade entre 36 e 40 anos e possuem 2º grau. Em relação aos filhos, 15% dos brasileiros e 24% dos estrangeiros têm filhos adotivos e 8% dos brasileiros e 15% dos estrangeiros têm filhos biológicos; o motivo mais frequente para a adoção foi a impossibilidade de ter filhos naturais. Embora os brasileiros não mostrassem preferência pelo sexo da criança (49%), sua preferência era imperativa em relação a um bebê de cor branca (72%), com idade máxima de 6 meses (67%). Por outro lado, poucos estrangeiros exigiam um bebê de até 6 meses (9%) e de cor branca (13%); a maioria também não tinha preferência pelo sexo da criança (73%) e aceitava crianças com mais de 4 anos (41%) e mostrava-se indiferente à cor da pele (37%) ou aceitava crianças morenas mas não negras (44%). Os brasileiros efetivamente adotaram bebês com idade até 6 meses (71%), do sexo masculino (55%) e de cor branca (67%); os estrangeiros adotaram, em sua maioria, crianças com mais de 5 anos (38%; 29% tinha até 6 meses de idade), do sexo

masculino, (59%) e de cor branca (44%) e parda (44%). Concluiu-se que: 1) Os brasileiros que procuram as agências de adoção apresentam maiores exigências em relação à criança e acabam adotando os bebês que desejam; 2) Os estrangeiros são mais flexíveis quanto a idade e cor do filho desejado e adotam crianças denominadas de "inadotáveis" aqui no Brasil (maiores de dois anos e mulatas); 3) A motivação que leva à adoção, tanto dos brasileiros como dos estrangeiros, está vinculada com a impossibilidade de gerar filhos, mas diferentes fatores (preparação para a adoção, leis sobre adoção, variáveis culturais, etc.) determinam que as adoções tardias e inter-raciais ocorram quase que exclusivamente com os estrangeiros. CAPES e CNPq.

-oOo-

FAM 1.09

"PREMATURIDADE: UMA CONDIÇÃO DE VIDA" O APEGO ENTRE A FAMÍLIA E O BEBÊ PREMATURO INTERNADO EM U.T.I. NEONATAL. A. C. Argeu, R. D. Filizzola, P. F. Zen, C. M. E. Berthoud. Departamento De Psicologia Da Universidade De Taubaté - Taubaté - S.P.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento do apego entre a família e o bebê prematuro internado em U.T.I. neonatal, considerando - se em especial as consequências da internação na dinâmica familiar e as dificuldades de interação com o bebê em incubadora. Participaram como sujeitos doze casais cujos bebês se encontravam internados em hospitais públicos e particulares de três cidades do Vale do Paraíba. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semi - estruturada de dados complementares foram obtidos de entrevistas não - estruturadas realizadas com os médicos - pediatras e equipe de enfermagem. Os resultados demonstraram que a frequência da visita e o tempo de permanência dos pais junto ao bebê durante visitas, interfere tanto no reestabelecimento deste, como no vínculo afetivo entre a família e o seu novo membro. Foram destacados fatores emocionais tais como: ansiedade, magoa e desespero, como as principais dificuldades para a aproximação dos pais, especialmente nos primeiros dias de internação. Progressivamente, esta fase é superada e as tentativas de vinculação ao bebê tendem a aumentar 62,5% dos pais mantêm contato verbal e apenas 6% restringe - se a contato visual. De modo geral, a dinâmica familiar e o comportamento dos seus membros oscilam de acordo com as notícias sobre a saúde e evolução do bebê, criando uma rotina de expectativas permeada pelo sentimento de impotência. Conclui-se que, a separação física imposta pela incubadora dificulta o processo de vinculação entre família e o bebê mas, especialmente quando ajudada por uma equipe de saúde preparada para dar suporte e orientação, a família consegue superar as dificuldades iniciais e apego começa a se desenvolver. Finalizando, os autores discutem a importância do acompanhamento familiar nestas circunstâncias.

-oOo-

FAM 1.10

ESTIMULAÇÃO PRECOCE NO MEIO LÍQUIDO EM CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS: O PAPEL DA FAMÍLIA. Maurício Corte Real da Silva. Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor.

O presente trabalho realiza uma reflexão teórica do ensino da natação para crianças portadoras de necessidades especiais. O tra-

balho de estimulação precoce em crianças portadoras de necessidades especiais no meio líquido, com a família atuando diretamente no processo, está sendo desenvolvido na Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor. O principal objetivo é a participação direta da família no processo de reabilitação, o que possibilita a continuidade do trabalho proposto fora de um ambiente hospitalar estruturado. O trabalho realizado inicia-se por discussões teóricas que procuram demonstrar a importância da estimulação começar o mais breve possível, pois o cérebro de uma criança está em desenvolvimento e este é o momento favorável para que seja efetuada a elaboração de estratégias de adaptação de suas deficiências. Diversas são as possibilidades de estimulação precoce, e as atividades aquáticas fazem parte deste leque de opções, proporcionando benefícios orgânicos, tais como a redução da espasticidade no momento do atendimento; e emocionais, como a melhora da interação mãe/filho. O papel da família no processo de reabilitação foi inicialmente abordado, nesta experiência, por teorias da sociologia segundo as quais o menor subsistema social é o subsistema mãe/filho. Do ponto de vista da psicologia, a família desempenha um papel fundamental, pois é responsável por suprir todas as necessidades da criança nos primeiros anos de vida. O programa de hidroterapia consiste no atendimento de pacientes portadores de patologias do aparelho locomotor, orientando e treinando pais e/ou familiares quanto às atividades a serem realizadas, facilitando a continuidade do tratamento fora do ambiente hospitalar e enfocando também a reintegração social desses pacientes através de atividades esportivas e de lazer. A partir desta experiência e da reflexão teórica realizada, é sugerida uma forma de intervenção em um meio prazeroso, a água. A participação direta da família (a mãe e/ou substituta) nesta atividade de reabilitação proporciona uma maior interação entre mãe e filho através do treinamento para a continuidade desta estimulação fora de um ambiente estruturado, já que a família sabe o que está sendo oferecido a seu filho e como fazê-lo.

-oOo-

FAM 1.11

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO ACONSELHAMENTO GENÉTICO (A.G.) ATRAVÉS DO ESTUDO PROSPECTIVO DO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS. E. B. L. Petean. Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências Letras. J. M. Pina Neto. Departamento de Genética, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, RP.

O nascimento de uma criança portadora de deficiência é um evento traumático e desestruturador do equilíbrio familiar. É imprescindível que os profissionais que atuam junto aos pais no processo de A.G. estejam tecnicamente preparados e conheçam todos os fatores psicossociais envolvidos nesse processo. Este trabalho teve por objetivo obter dados que subsidiassem estes profissionais quanto a: percepção que as famílias têm sobre a anomalia do filho; sentimentos vivenciados em função do recebimento da notícia; explicações atribuídas ao fato; fases emocionais por que passam durante o processo de A.G. e o efeito deste sobre suas crenças, sentimentos, percepções e estrutura familiar. Participaram deste estudo 10 casais encaminhados para o serviço de A.G. do H.C. da FMRP, para definição de diagnóstico e orientação, entrevistados antes do primeiro atendimento e após a alta, utilizando-se dois roteiros semi-estruturados. Os dados foram analisados qualitativamente evidenciando-se entre outros pontos que: os pais possuem percepção negativa sobre o filho; dão explicações base-

adas em credências, concepções religiosas para a causa da deficiência; ao receberem a notícia a reação mais frequente é de choque e que sentimentos de negação, raiva, culpa são vivenciados por eles. Após o A.G., a percepção dos pais sobre o filho é mais realista e positiva; as explicações são mais fundamentadas nas informações científicas; diminuiu o sentimento de culpa. Pode-se concluir que o A.G. propicia o esclarecimento de dúvidas e ajuda no processo de reestruturação dos casais. Frente aos resultados, sugerimos a realização de um curso durante a formação médica sobre os aspectos psicossociais da família de portadores de deficiência e supervisão sistemática destes profissionais.

-oOo-

FAM 1.12

RELAÇÃO MATERNO-FILIAL EM CASAIS ADOLESCENTES. Edna Kahhale, Isabel C. Odierna, Eliane Bio, M. A. Galetta, M. Neder e M. Zugaib. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Hospital das Clínicas de Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - SP.

O presente trabalho é o produto de uma das atividades do "Programa de Assistência e Educação à Adolescente Grávida" (PIAEGA) do Ambulatório de Obstetrícia do H.C. da F.M.U.S.P., que presta assistência pré-natal, além de ensino e pesquisa. Uma das dificuldades enfrentadas no trabalho com gestantes adolescentes é o desenvolvimento da maternagem e a constituição do casal adolescente como um núcleo familiar. Este trabalho descreve o desenvolvimento da relação materno-filial durante o período gestacional. Foram entrevistadas 91 gestantes, que frequentaram o PIAEGA de 1991 a 1994. Nas entrevistas investigava-se dados sociais, psicológicos e corporais: escolaridade, condições de habitação e de trabalho; núcleo familiar, relacionamento afetivo do casal, desenvolvimento da adolescência e da gravidez; percepções corporais da adolescência e da gravidez. As gestantes entrevistadas encontravam-se na faixa etária de 12 a 18 anos, sendo 65% na faixa de 16/17 anos e 23% na faixa de 14/15 anos. Quanto ao número de gestações, 75,8% eram primigestas. Quanto ao planejamento familiar, 21% delas planejaram e desejaram a gravidez, 26,6% não planejaram mas desejavam e 43,6% não planejaram nem desejaram. 90,1% tinham um parceiro estável. Em 77,8% houve uma aceitação da gravidez da companheira e 71,6% tinham "condições" econômicas de assumir a paternidade. Das gestantes no 2º e 3º trimestres de gestação, 85,5% percebiam os movimentos fetais, destas 72,9% interpretavam tais movimentos como uma forma de comunicação; 31% como algo incômodo/doloroso ou não atribuíam um significado a estes movimentos. Das gestantes que interpretavam os movimentos fetais como uma comunicação: 55,9% conversavam e/ou faziam massagem na barriga ao se comunicarem com o feto e 46,5% destas gestantes não desejaram/planejaram esta gravidez, somente 23,3% delas o fizeram. Das gestantes que interpretavam os movimentos fetais como algo incômodo/doloroso: 36,7% conversavam, 54,5% faziam massagem na barriga ao se comunicarem com ele e 72,7% não desejaram/planejaram a gravidez. Do total geral das gestantes, 13,2% não apresentavam nenhuma forma de interação com o feto. Os companheiros interagiam com o feto através de conversas (29,7%) e de toques na barriga (45,8%) e 16% não apresentavam nenhuma interação. As adolescentes (59,5%) gostavam desta interação, sendo que 10,7% ficavam com ciúmes do feto em relação ao parceiro. Conclui-se que o desenvolvimento da relação materno-filial nestas adolescentes é precário e o planejamento da gravidez não é o único determinante do tipo de interação do casal

com o bebê. O feto aparece como algo distante, pois a massagem na barriga, como forma predominante de interação materno/paterno-filial tanto pode indicar interação com o feto, como "carinho" que a gestante e/ou companheiro fazem como uma forma de interação do casal.

-oOo-

FAM 1.13

A PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL. *Fernanda Silva Destri, Rita de Cassia Sobreira Lopes, Tiago Petry e Patricia Costa.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Teorias clássicas sobre adolescência caracterizaram a adolescência como um período de rupturas e de desenvolvimento da autonomia. No entanto, a literatura recente tem buscado redefinir o conceito de autonomia como um duplo processo de desenvolvimento da individualidade e da vinculação (Grotevant e Cooper, 1986). Neste trabalho busca-se aprofundar estes conceitos, a partir da investigação sobre a percepção dos adolescentes acerca do tipo de participação que os pais têm ou deveriam ter na escolha profissional. Foi desenvolvido um estudo com 209 estudantes de segundo grau, na faixa etária de 16 a 19 anos, de uma escola pública de Porto Alegre, no mês anterior ao exame do Vestibular. Os estudantes foram questionados quanto às suas concepções sobre profissão e sobre a participação dos pais na escolha profissional. No presente trabalho são apresentadas as idéias dos adolescentes referentes à participação dos pais na escolha profissional, tanto a *ideal* (que os pais deveriam ter) quanto a *real* (que os pais estão tendo). Análise de conteúdo indica que as respostas quanto ao tipo de participação que os pais deveriam ter e que estão tendo concentraram-se principalmente em "apoio" e "nenhuma participação". Foram observadas diferenças significativas na percepção sobre a participação *real* (maior frequência de "nenhuma") e *ideal* (maior frequência de "apoio") dos pais. Foram observadas ainda diferenças significativas quanto à participação da *mãe* (mais "apoio") e do *pai* (mais "nenhuma"). De um modo geral, as respostas situam-se entre os dois pólos definidos por Grotevant e Cooper (1986). No entanto, chamam a atenção algumas respostas que, apesar de pouco frequentes, contêm em si duas afirmações (e os dois pólos da individualidade e da vinculação), em que a segunda relativiza a primeira: "nenhuma, só apoiar". Este tipo de resposta mereceu um estudo mais aprofundado e foi posteriormente analisada num estudo qualitativo.

-oOo-

FAM 1.14

O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL: O INTERJOGO DA INDIVIDUALIDADE E DA VINCULAÇÃO. *Fernanda Silva Destri e Rita de Cassia Sobreira Lopes.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O presente trabalho investiga o processo de escolha profissional como parte integrante do processo de desenvolvimento da autonomia na adolescência. Este último é compreendido dentro de uma perspectiva relacional, como um duplo processo de desenvolvimento da individualidade e da vinculação. Foram realizadas entrevistas individuais com sete adolescentes, de 17 a 19 anos, em processo de escolha profissional. Os mesmos adolescentes

participaram de entrevistas familiares (com pais e irmãos), baseadas num instrumento padronizado, desenvolvido a partir de estudos com famílias brasileiras, constituído de seis tarefas familiares (Cameiro, 1983). As entrevistas individuais, organizadas sob a forma de depoimentos, visavam investigar as *representações* dos adolescentes sobre a escolha profissional e a família. As entrevistas familiares objetivavam oferecer uma visão das *interações* existentes nas famílias, através de trocas verbais e não-verbais estabelecidas durante as tarefas. Tanto as entrevistas individuais quanto as familiares foram analisadas tendo como referência os pólos de individualidade (auto-asserção e diferenciação) e vinculação (mutualidade, permeabilidade), de acordo com os critérios propostos por Grotevant e Cooper (1986). Os resultados demonstram o quão elucidativo pode ser cruzar as fronteiras entre o interativo e o representacional ao se analisar o processo de desenvolvimento da autonomia e a escolha profissional na adolescência. Pode-se destacar, por exemplo, o caso de um adolescente que, na entrevista individual, mostrou-se bastante auto-assertivo, apresentando-se como alguém que busca a sua liberdade e que se reconhece como uma pessoa diferente das pessoas do mundo (pólo da individualidade). Já na entrevista familiar, monopolizada pelo pai, o adolescente demonstrou extrema permeabilidade, concordando com quase tudo o que o pai dizia (pólo da vinculação). O que parece contraditório à primeira vista, faz sentido quando observado à luz do processo de desenvolvimento da autonomia ou do interjogo da individualidade e da vinculação.

-oOo-

FAM 1.15

"ELES DIZEM QUE SEUS PAIS NÃO OS ENTENDEM, MAS ELES NÃO ENTENDEM OS SEUS PAIS". *M. M. Medeiros, L. C. Toledo e I. A. Günther.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Conforme Rice e Mulkeen (1995) o estudo da relação adolescente / pais tem uma rica história teórica. Inicialmente foi enfatizada a dimensão problemática deste relacionamento (A. Freud, 1958; Hall, 1904). Estudos mais recentes chamam atenção para as transformações deste relacionamento no decorrer da adolescência, indicando que perpassa uma "atmosfera de continuada conectividade" (Montemayor e Flannery, 1991, p. 730). O presente estudo tem como objetivo investigar a relação e avaliação do adolescente sobre seus pais. Buscou-se comparar a relação real com a relação desejada pelo adolescente. Esta comparação foi feita através de questões que levassem o adolescente a pensar o que poderia mudar na maneira de ser dos pais. Aplicou-se um questionário a 66 adolescentes, sendo 33 do sexo feminino e 33 do sexo masculino, com idades variando entre 13 e 18 anos, pertencentes em sua maioria a uma escola pública do Plano Piloto do Distrito Federal. Os resultados indicaram que adolescentes de ambos os sexos consideraram as mães em um nível intermediário entre moderna e conservadora. Os pais foram considerados mais conservadores. À pergunta de como desejariam que seus pais fossem, responderam que prefeririam que suas mães e seus pais fossem mais modernos, no entanto, com um nível de exigência menor para os pais. Não obstante estes dados, 84% dos jovens e 56% das jovens afirmaram não querer mudar nada no relacionamento com a mãe. Afirmaram o mesmo com relação ao pai 54% dos jovens e 47% das jovens. Notou-se, ainda, que quando há desejo de mudança, os termos utilizados foram 'mais compreensão', 'mais diálogo', 'mais atenção'. Pode-se afirmar, portanto,

que a avaliação que os adolescentes fizeram da relação com os pais foi positiva. Foram bastante utilizados adjetivos como fácil, afetuoso e compreensivo, principalmente para as mães. Os dados deste estudo não apontaram diferenças entre o real e o desejado na relação pais / adolescentes. A maior limitação desta pesquisa é que os resultados podem, apenas, ser generalizados para adolescentes de classe média, que vivem com a família e freqüentam a escola. CNPq.

-oOo-

FAM 1.16

A INSTALAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM UM "POSTO DE SAÚDE": CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA. S. H. S. Avanci, D. S. P. Previdelli, R. T. Miura, E. B. L. Petean. Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. J. C. Daneluzzi. Departamento de Pediatria, Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, RP.

A realização de estudos que possibilitem a caracterização da clientela que busca serviços gratuitos de atendimento psicológico tem sido premente. O número escasso de pesquisa na área tem dificultado o desenvolvimento de programas efetivos que venham atender as reais necessidades da população. Após o primeiro ano de atendimento psicológico no Centro Médico Social Comunitário de Vila Lobato, foram atendidos 69 pacientes de ambos os sexos, de recém-nascidos até adolescentes, encaminhados pela pediatria. Realizou-se um levantamento da população que buscou este serviço, tendo por objetivo caracterizar a problemática que motivou a procura. As queixas foram agrupadas em categorias e analisadas em função da idade, do sexo e tempo de permanência do problema. Dos pacientes atendidos, as queixas mais freqüentes foram: agressividade (birra, nervosismo) 24,64%; dificuldade de aprendizagem 21,74%; distúrbio de alimentação 8,70% e distúrbios esfincterianos 4,35%, independente do sexo. Quanto ao tempo de permanência da queixa, o mesmo variou de 6 meses a 4 anos. Observou-se que a maioria das queixas não apareceram isoladas, estando associadas a outras, tais como: dificuldade de aprendizagem e birra, enurese e agressividade, dificuldade de aprendizagem e sexualidade precoce. A análise dos dados demonstrou a necessidade de se estruturar um atendimento de orientação de mães (grupal ou individual), grupo de orientação para gestantes, grupo de orientação para adolescentes e um serviço de triagem para atendimento psicológico. Estes recursos resultaram um atendimento mais efetivo às necessidades da população e tem propiciado aos profissionais (estagiários de psicologia) a oportunidade de formação em serviço de saúde e em equipe multiprofissional.

-oOo-

FAM 1.17

PAPEL MASCULINO: TRANSFORMAÇÕES NO IDEÁRIO EM UMA REVISTA CATÓLICA BRASILEIRA (1960-1970). Michele Candiani Santos, Regina H. Lima Caldana e Zélia M. M. Biasoli-Alves. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Há em andamento, na sociedade brasileira, um processo de transformação nos papéis familiares. Essas mudanças, que tiveram seu ápice no período pós-64, fomentaram um crescimento de pesquisas que estudam e discutem, entre outros, os papéis e a identidade

feminina. Contrariamente, são raros os estudos que se voltam para as transformações referentes ao universo masculino, principalmente no que diz respeito a suas funções ligadas à vida privada. O estudo presente pretende caracterizar os modelos de marido, pai e filho, veiculados pela revista FAMÍLIA CRISTÃ, nos anos 60 e 70. Com este objetivo, realizou-se uma análise qualitativa de 96 artigos, retirados de 24 exemplares referentes aos anos de 1963 e 1973. Os dados de 1963 evidenciam que, quando contraposto ao feminino, o papel masculino aparece tanto ligado à esfera pública, à ação (trabalho), como à privada (paternidade), em que caracteriza-se pela passividade/dependência. Esse discurso contraditório continua no campo moral, pois ora se afirma que a mulher é a responsável pelo desejo masculino, ora se mostra a necessidade de homens castos, sendo São José o modelo. Já em 1973, a revista traz como ideal a figura do homem público. Esses homens são completos por possuírem qualidades no campo intelectual, profissional, humano e familiar; conseguindo conciliar racionalidade e afetividade, família e trabalho. As responsabilidades da família e a educação de filhos devem ser divididas entre os cônjuges, devendo o pai e marido amoroso manter o diálogo aberto. Essa descrição aponta para a existência de contradições na revista, e de uma ênfase progressiva no papel masculino de pai protetor e afetivo, num modelo que contempla a dimensão pública e a privada. FAPESP.

-oOo-

FAM 1.18

HISTÓRIAS DE VIDA: UM MODELO DE TREINAMENTO DE PESQUISADORES NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA. Regina H. Lima Caldana, Zélia M. M. Biasoli-Alves e Fernanda Neisa Mariano. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

As abordagens qualitativas de pesquisa têm se mostrado frutíferas nas mais diferentes áreas da Psicologia, sendo por isso cada vez mais utilizadas. Entre estas abordagens encontra-se a entrevista na modalidade conhecida como história de vida. A utilização desta técnica evidencia, ao lado de suas potencialidades, a necessidade de um treinamento cuidadoso e específico, pois embora os procedimentos adotados na coleta e na análise dos dados sejam delineados previamente nas suas etapas mais gerais, dependem, para sua execução de decisões tomadas pelo pesquisador a cada momento; isto requer um pesquisador plenamente inteirado da literatura a respeito de seu objeto de estudo e familiarizado com a metodologia. Com objetivo de capacitar pesquisadores de iniciação científica para o trabalho com histórias de vida, delineou-se um procedimento em que o aluno, paralelamente ao estudo da literatura, recebe um treinamento que o introduz gradualmente no manejo da técnica, através de diferentes tarefas sistematizadas em etapas: Etapa 1) Preparação para a realização de entrevistas, composta de a) estudo de textos que apresentam a metodologia; b) treinamento prático através de leitura/transcrição/análise de um modelo de entrevista; e Etapa 2) Acompanhamento de entrevistas sessão a sessão, de tal forma que a discussão permita o planejamento da sequência a ser desenvolvida com o informante. Todas estas etapas devem ser acompanhadas de discussões que permitam explicitar para o aluno de que forma a condução da entrevista, sua transcrição e procedimento de análise são determinados pelos objetivos propostos pela pesquisa.

-oOo-

FAM 1.19

PANORAMA DA VIDA EM FAMÍLIA NO BRASIL. *Gláucia R. S. Diniz e Vanessa Canabarro Dios.* Universidade de Brasília.

Este trabalho parte do pressuposto que a família é um sistema complexo que se modifica ao longo do tempo. Estas modificações são o resultado dos desafios, dilemas e tarefas que os indivíduos e a família enfrentam em diferentes etapas de seu processo de desenvolvimento. Tanto o contexto socio-político-econômico-cultural, quanto a história, os mitos, segredos e cultura de cada família em particular afetam este processo. O significado e as funções da família têm mudado profundamente, tornando fundamental entender como seus membros estão avaliando seu papel na sociedade contemporânea. Tendo como base este processo do ciclo de vida familiar e a multiplicidade de fatores que exercem influência sobre ele, 180 famílias do Distrito Federal foram entrevistadas. Cada grupo de 30 famílias respondeu à questões abertas e fechadas sobre o momento específico do ciclo de vida que o

caracterizava. Este painel apresenta os resultados dessas entrevistas, e mostra a percepção que as famílias têm do casamento, das dinâmicas da família com filhos pequenos e depois com filhos adolescentes. Questões atuais como o divórcio e o recasamento; a ocorrência de violência na família; as mudanças nos papéis de gênero e a demanda da integrar a vida familiar e a vida no trabalho foram também abordadas. O trabalho congrega portanto dados importantes, criando um panorama vivo da realidade das famílias brasiliense e brasileiras. Ao fazê-lo, serve como ponto de partida para investigações futuras sobre o perfil das famílias, as mudanças que elas enfrentam no contexto social atual, e suas perspectivas futuras. Buscamos com esta atividade integrar a teoria e a pesquisa, dando às alunas da disciplina "Psicologia Conjugal e Familiar" a oportunidade de complementar de maneira rica o seu aprendizado.

-oOo-

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

FORM 1.01

PERFIL DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO. *Flávia de Lima Osório e Marisa Japur.* Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Um estudo anterior, relativo à avaliação de 20 ex-alunos do Curso de Psicologia da FFCLRP-USP a respeito de sua formação, concluiu pela necessidade de se verificar se essa avaliação guardava alguma relação com seus respectivos perfis de formação na graduação. Assim, o presente estudo teve por objetivos: a) traçar o perfil da formação desses ex-alunos tendo em vista as atividades desenvolvidas em disciplinas, estágios e pesquisa e b) tomar essas variáveis como parâmetros para a análise da avaliação por eles realizada. Utilizou-se seus respectivos históricos escolares e fichas de registro de atividades de estágio que foram analisados em função de: carga horária total (CHT), de disciplinas (CHD) e de estágio profissional (CHE), e ainda as atividades de pesquisa. A análise levou em conta: os conteúdos da formação (em áreas conexas, básicas e profissionais da Psicologia e licenciatura), as áreas em que foram realizados os estágios profissionais (CL, ORG e ED) e as modalidades de intervenção (individual/institucional). Os resultados obtidos indicaram que a variação da CHT deveu-se sobretudo à variação da CHE: ex-alunos com CHT acima da mediana do grupo, realizaram 21% de suas atividades acadêmicas em estágios profissionais, enquanto que os demais, apenas 14%. Esses dois subgrupos não diferiram com relação à distribuição de suas atividades em relação aos conteúdos da formação. Por outro lado, a realização de atividades de pesquisa foi maior entre os ex-alunos com CHT abaixo da mediana. Outra diferenciação marcada foi verificada em relação à distribuição da CHE por áreas: em ambos prevaleceu a CL, porém essa foi maior entre os ex-alunos com CHT acima da mediana - 66% de suas atividades de estágio foram realizadas nessa área. Assim, verificamos que a realização de atividades de pesquisa não implicou numa diminuição da CHD, mas numa diminuição da CHE; por outro lado, a realização de estágios na área clínica contribuiu de forma a aumentar a CHE e conseqüentemente a CHT, quando considerados os parâmetros do grupo total. Ambos os subgrupos tenderam a uma avaliação positiva do curso considerando o desenvolvimento de atitudes, a aquisição de conhecimentos teóricos e habilidades práticas e a habilitação inicial para as atividades profissionais. No entanto, o subgrupo com CHT abaixo da mediana considerou limitado o seu preparo para o mercado de trabalho, sugerindo que a realização de um montante menor de estágios pode ter sido discriminativo a esse respeito; porém, a avaliação mais global do curso não parece ter sido influenciada pelas variáveis da formação estudadas. CNPq.

-oOo-

FORM 1.02

PERFIL DE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E INSERÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM FUNÇÃO DE ÁREAS DE ATUAÇÃO. *Flávia de Lima Osório e Marisa Japur.* Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Esse estudo teve por objetivo comparar o perfil de formação na graduação em Psicologia, a avaliação dessa formação, a formação complementar (FC) e a inserção e o exercício profissional, tendo como parâmetro a área de atividade profissional predominante. Participaram do estudo 20 ex-alunos do Curso de Psicologia

da FFCLRP-USP, que em estudo anterior haviam realizado avaliações sobre sua formação e informado sobre seus estudos complementares e sobre sua inserção e exercício profissional. O perfil da formação na graduação foi traçado com base na análise de seus históricos escolares e fichas de registro de estágios, cuja análise levou às atividades de estágio como variável discriminativa. Os resultados indicam que os ex-alunos que atuam na área clínica (CL) tenderam a concentrar seus estágios nessa área e realizaram FC de longa duração na mesma. Os ex-alunos que atuam na área organizacional (ORG) tenderam a diversificar suas atividades de estágio e realizaram FC na sua área profissional, principalmente através de programas de curta duração. Os ex-alunos que atuam na área educacional (ED) tenderam também a diversificar suas atividades de estágio e realizaram FC em sua área principalmente em programas de longa duração. Os ED constituíram o subgrupo que avaliou de forma mais positiva sua formação na graduação em todos os aspectos pesquisados; enquanto entre os CL apesar de uma tendência à avaliação positiva, houve divergências; e os ORG tenderam a uma avaliação mais negativa do curso, sobretudo em relação à preparação para o mercado de trabalho. Entre os CL prevaleceu o trabalho no setor público em Instituições de Saúde, e onde realizam principalmente intervenções individuais, em geral necessitando implantar suas rotinas de trabalho. Os ORG atuam tanto no setor público como privado principalmente em empresas, também intervindo, em geral, de forma individual, mantendo ou apenas alterando rotinas de trabalho já existentes. Os ED trabalham em instituições educacionais tanto públicas como privadas, predominando intervenções grupais e pesquisa, e criando suas rotinas de trabalho. A análise desses dados sugere que correlação entre área de estágio e de atividade profissional não necessariamente garante uma avaliação positiva da formação, nem que não emergam necessidades de FC relacionadas ao confronto com a realidade de trabalho. Por outro lado, a não existência dessa correlação não impede que os ex-alunos avaliem positivamente sua formação e se sintam preparados para sua inserção no mercado e capazes de criar suas próprias rotinas de trabalho. CNPq.

-oOo-

FORM 1.03

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO EM PESQUISA NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. M. R. Serrano, F. A. Ferreira e J. R. Gonçalves. Universidade Metodista de Piracicaba.

Esta pesquisa teve por objetivo descrever como vem ocorrendo a formação em pesquisa dentro do curso de Psicologia da UNIMEP, assim como explicitar a importância atribuída a essa formação entre alunos e professores, tendo em vista, principalmente, aspectos da atuação profissional. Foram sujeitos desta pesquisa 20 professores e 20 alunos do último semestre do referido curso, selecionados aleatoriamente. Foi utilizado basicamente entrevista com questões abertas que versavam sobre o conceito de pesquisa, sua importância na formação e atuação profissional do psicólogo e aspectos específicos relacionados a presença da formação em pesquisa dentro do referido curso. A partir das entrevistas pode-se notar que a maioria dos alunos e uma parte dos professores entende pesquisa como produção de conhecimento novo, sendo que apresentam algumas dificuldades ao conceituar pesquisa, utilizando-se para isso de descrições das etapas envolvidas em um trabalho científico. Entre os professores é consenso a importância desse aspecto na formação e atuação profissional do psicólogo e a grande maioria descreve sua disciplina como trazendo con-

tribuições para a formação científica dos alunos. Por outro lado, a maior parte dos alunos e uma parte dos professores tem uma visão restrita de pesquisa e de formação em pesquisa referindo-se a ela apenas como uma área de atuação do psicólogo. Os resultados obtidos demonstram algumas contradições o que de maneira geral pode ser visto como reflexo de um processo de discussão que vem ocorrendo dentro da psicologia enquanto profissão, onde a formação em pesquisa ou formação científica vem sendo encarada como uma postura onde o profissional atua como produtor de conhecimento independentemente da sua área de atuação. Postura essencial para na formação de profissionais que possam "pensar cientificamente", refletindo e criticando a realidade e sua própria atuação. PIBIC/CNPq e FAP/UNIMEP.

-oOo-

FORM 1.04

LEVANTAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO EM BRASÍLIA - DF: ESTUDO PRELIMINAR I. *Áderson L. Costa Jr.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília e *Adriano Furtado Holanda.* Dep. de Psicologia, CEUB.

A descrição do exercício profissional da Psicologia e o estudo da influência de variáveis sobre a caracterização do perfil profissional do psicólogo, incluindo práticas emergentes e desafios para a formação profissional, tem despertado a curiosidade de pesquisadores, Instituições formadoras, Conselhos de classe, incluindo o Conselho Federal de Psicologia, e dos próprios psicólogos. Considerando a desatualização de dados sobre o exercício profissional da Psicologia no Distrito Federal e a relevância destas informações para a eficiência dos serviços prestados pelos diferentes segmentos envolvidos com a Psicologia na região, realizou-se um estudo preliminar de descrição do perfil profissional dos psicólogos, objetivando: a) levantamento geral de instituições formadoras dos profissionais; b) levantamento de áreas de atuação profissional e inserção dos psicólogos no mercado de trabalho e; c) delineamento de variáveis que caracterizem o perfil profissional e os serviços prestados pelos psicólogos no Distrito Federal. Os psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia, 1ª Região (CRP-01), quando da eleição da Plenária para a gestão 96-98, foram convidados a responder, individualmente, a um questionário, autoaplicável, que solicitava informações sobre formação e exercício profissional. Dos 995 respondentes (aproximadamente 40% dos inscritos no Distrito Federal) 890 exerciam a profissão (89,5% da amostra), sendo 660 formados em instituições privadas e 230 em instituições públicas. Observou-se que 709 eram formados em instituições do Distrito Federal (515 em instituição privada) e 181 formados em outros estados. 334 psicólogos (37,5% dos que exerciam a profissão) eram formados há mais de 16 anos e 158 (17,8%) formados há menos de 05 anos. Foram identificadas oito áreas de atuação profissional diferenciadas, com 55% apontando atuação em Psicologia Clínica, 16,5% em Psicologia Organizacional e pouco mais de 5,5% em Psicologia Escolar. Ressalta-se que 36% informaram atuar em mais de uma área da Psicologia e 45% exerciam a profissão como autônomos, observando-se, neste caso, ampla variabilidade percentual entre as áreas. Discute-se a existência de um modelo de atuação profissional restrito, com amplo predomínio de atividades clínicas e alta concentração de profissionais formados por instituições privadas. Sugere-se a consolidação de áreas da Psicologia como típicas geradoras de conhecimento específico e outras como de exercício profissional.

-oOo-

FORM 1.05

LEVANTAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO EM BRASÍLIA - DF: ESTUDO PRELIMINAR II. *Áderson L. Costa Jr.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília e *Adriano Furtado Holanda.* Dep. de Psicologia, CEUB.

Um dos aspectos mais polêmicos, quando se discute o perfil profissional do psicólogo, é o papel desempenhado pela formação profissional do mesmo, incluindo-se a modalidade da instituição formadora (privada ou pública), política, filosofia e qualificação institucional, análise e atualização de currículos, divisão entre formação teórica e formação técnica, avaliação da formação, entre outras variáveis. Observa-se que uma preocupação comum, de diferentes segmentos da Psicologia, é o reconhecimento da necessidade de rever a formação do psicólogo. Este estudo busca identificar possíveis aspectos da formação do psicólogo que condicionem a inserção do mesmo nas diferentes áreas de atuação profissional. A partir do dado obtido pelo estudo preliminar I, mostrando que ampla maioria (mais de 74%) dos psicólogos do Distrito Federal eram formados por instituições privadas, investigou-se a distribuição destes psicólogos pelas áreas de atuação profissional, considerando-se as variáveis *Instituição formadora e qualificação profissional do psicólogo*. A metodologia utilizada e a amostra considerada foram rigorosamente idênticas às do Estudo Preliminar I. Constatou-se, em relação à *Instituição formadora*, tendência à manutenção da distribuição de ¾ dos psicólogos atuando nas áreas de Psicologia Clínica (e psicotécnica), Organizacional, Escolar e Jurídica sendo formados por Instituições privadas; ampliação percentual de psicólogos formados por Instituições privadas na área de Psicodiagnóstico e redução significativa de psicólogos formados por instituições privadas nas áreas de Psicologia da Saúde e de docência. No que se refere à *qualificação profissional*, observou-se que 45% dos psicólogos possuíam, pelo menos, um outro curso em Psicologia, após a graduação. Maiores índices de qualificação foram verificados nas áreas de docência (82% dos psicólogos possuíam, pelo menos, um curso de pós-graduação, sendo 45% portadores do título de Mestre em Psicologia) e de Psicologia da Saúde (65% possuíam, pelo menos, um curso de pós-graduação). Menores índices de qualificação foram obtidos nas áreas de Psicologia Jurídica (14% com, pelo menos, um curso de pós-graduação) e psicodiagnóstico (30%). Considerando a existência de apenas dois cursos de graduação em Psicologia no Distrito federal, aponta-se a estruturação curricular de cada curso como uma das variáveis determinantes da atuação profissional de seus egressos, a carência de cursos de pós-graduação em áreas emergentes da Psicologia e a necessidade dos cursos buscarem maior conformidade às características do mercado de trabalho.

-oOo-

FORM 1.06

AValiação da EXPERIÊNCIA DE EX-BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR NA ÁREA DE PSICOLOGIA. *Elenice S. Hanna e Michela R. Ribeiro.* Universidade de Brasília

O presente estudo visou o levantamento de informações sobre a experiência pessoal e acadêmica de ex-bolsistas da CAPES e CNPq no exterior. Foram enviados 86 questionários para ex-bolsistas cujos prazos das bolsas venceram entre 1987 a 1991. O questionário era composto por questões certas e avaliações de acordo com uma escala de 0 a 10. Dos 25 respondentes, 21 são do sexo feminino; a idade média era de 39 anos; 10 tinham vínculo

emprego durante o treinamento; 11 fizeram pós-graduação na França, 8 na Grã-Bretanha e 6 nos Estados Unidos; apenas 1 não terminou o curso durante a vigência da bolsa. Em geral os cursos foram avaliados como bons ou excelentes, em termos de orientação, infra-estrutura e oportunidades de intercâmbio, entretanto, 2 ex-alunos da Grã-Bretanha não indicaram o curso para outras pessoas. Quanto à qualidade de vida, as avaliações variaram nos diferentes locais de moradia, sendo consideradas estas informações relevantes para a formação de um banco de dados que poderia ser acessado via INTERNET por pessoas com interesse em pós-graduação no exterior. Com relação a bolsa de estudos, em geral os respondentes da França e Grã-Bretanha consideraram o valor da bolsa suficiente para gastos básicos; 4 dos 6 bolsistas dos EUA consideraram a bolsa insuficiente; ocorreu atraso no pagamento da bolsa para 12 dos respondentes, sendo difícil a comunicação com o órgão de fomento. Quanto ao impacto e o aproveitamento do treinamento no exterior, em geral foram citados o aproveitamento para o ensino e a pesquisa no país, tendo sido produzidos a partir da experiência: 83 artigos, 13 capítulos de livro e 107 comunicações em congresso. Entre os problemas enfrentados para dar continuidade ao trabalho iniciado no exterior, os mais citados foram a falta de acesso a material bibliográfico atualizado, falta de equipamentos e de recursos para pesquisa. A relevância que as informações do presente estudo têm para subsidiar decisões sobre políticas de fomento e decisões pessoais de futuros bolsistas no exterior e para propor estratégias que maximizem o retorno do investimento na formação de profissionais de psicologia está, entretanto, limitada pelo tamanho e características da amostra deste estudo. Dos 25 respondentes, todos avaliaram a experiência profissional e 21 a experiência pessoal como excelentes (notas 8-10), tendo 24 deles cumprido com o objetivo da capacitação no exterior. Estes resultados contrastam com avaliações dos órgãos de fomento sobre os baixos índices de conclusão de cursos de pós-graduação no exterior. Apoio SBP.

-oOo-

FORM 1.07

IMPLANTAÇÃO DE UMA CONSULTORIA JÚNIOR EM PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM DIFERENCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. R. Pilati, E. São Paulo, P. T. Silva, P. C. O. Chabalgoity, A. M. D. Silvino, J. B. Porto, E. R. Magalhães, M. A. Azevedo, A. D. Cunha e A. J. Nonato. Universidade de Brasília.

O mercado de trabalho do Psicólogo no âmbito organizacional, social e do trabalho tem cada vez mais solicitado competência e preparo adequado destes profissionais para lidar com as exigências do seu campo de atuação. Tendo como um dos objetivos primordiais proporcionar uma maior integração entre o ensino acadêmico e a prática dos psicólogos, alunos do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília uniram-se na criação de uma Empresa Júnior em Consultoria. Esta apresentação visa descrever a experiência de criação e funcionamento da Praxis Consultoria Júnior, acreditando que ela poderá servir de estímulo para alunos e professores de outras universidades. A Praxis Consultoria Júnior é uma empresa privada sem fins lucrativos que funciona em convênio com a Universidade de Brasília (UnB). Devido a essa característica, ela é composta por alunos de graduação do IP e possui autonomia administrativa e financeira, porém seu trabalho tem que obrigatoriamente estar sob supervisão de um professor que orientará o projeto (juntamente com alunos da Pós-Graduação). A empresa encontra-se fundada e em fase de apreciação de demandas, bem como elaboração de projetos nas

áreas de Psicologia Organizacional, Social, Ambiental e do Trabalho.

-oOo-

FORM 1.08

A ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO, EXTENSÃO E ASSESSORIA À ESCOLA. Sandra Francesca C. de Almeida, Marisa M. Brito da J. Neves, Regina L. S. Pedrosa. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Claisy M. M. Araújo. Fundação Educacional do Distrito Federal.

Ao longo da nossa experiência docente e acadêmica, observamos que a área de formação em psicologia escolar se constituía em uma das áreas de menor atratividade para os alunos, perdendo espaço, sobretudo, para a clínica e a psicologia organizacional. Considerando os problemas enfrentados pela escola, por seus profissionais e pela sua clientela e a necessidade de formação de psicólogos escolares preparados para contribuir, de forma efetiva, com o processo de ensino-aprendizagem e com a melhoria das relações interpessoais, em nível institucional, o Laboratório de Psicogênese, do IP/UnB, planejou e colocou em prática duas modalidades de estágio em psicologia escolar, desenvolvidas a partir do 1º semestre de 1995: a) psicologia preventiva - planejamento, execução e avaliação de projetos, em escolas de formação de professores e do ensino fundamental e médio, cujo foco são as relações interpessoais na escola, a análise das condições objetivas e subjetivas presentes no processo ensinar-aprender e o trabalho interdisciplinar, que congrega a participação de professores e equipe psicopedagógica; b) psicopedagogia clínica - atividades desenvolvidas na Clínica-Escola do IP, com o objetivo de atender, através de procedimentos psicopedagógicos, às crianças encaminhadas com queixa de problemas no aprendizado. A atuação consiste na avaliação psicopedagógica da criança e no atendimento, individual ou em pequenos grupos, em nível pedagógico e/ou psicoterápico. O contato com os professores e com a família é procedimento de rotina nessa modalidade de atuação. Um segundo nível de atuação, em psicologia escolar, consiste na integração das atividades de ensino, extensão e assessoria às escolas, através de cursos teórico-práticos destinados aos psicólogos da rede oficial de ensino e da formulação, acompanhamento e supervisão periódica de seus projetos de atuação, nas escolas. Como resultado desse trabalho, pode-se citar: o aumento significativo da demanda de estágio na área de psicologia escolar (32 estagiários na área); a implantação de um modelo de psicologia preventiva na Escola Normal de Brasília; a formulação e implementação de dez projetos de psicologia escolar em escolas do ensino fundamental e médio; o atendimento de crianças com queixas de aprendizagem, com a conseqüente orientação de pais e professores; o envolvimento e o compromisso da universidade com a comunidade, através da formação continuada e da qualificação de seus profissionais.

-oOo-

FORM 1.09

PSICOLOGIA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO BASEADA NO ESTUDO E ANÁLISE DAS RELAÇÕES EXISTENTES NO COTIDIANO ESCOLAR. Sandra F. C. de Almeida. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Claisy M. M. Araújo e Marisa M. B. da J. Neves. Fundação Educacional do Distrito Federal. Ana Paula Queiroga, Cyntia M. Parro e Gleicimar G. Cunha, Universidade de Brasília.

Acreditando ser a escola uma instituição cujo papel fundamental está relacionado ao desenvolvimento do indivíduo, e que o espaço intra-escolar deve ser visto como um dos locus prioritários para a ação de profissionais comprometidos com idéias transformadoras, desenvolveu-se uma experiência de estágio em Psicologia Escolar, com o objetivo de: a) exercitar a relação dialética entre a teoria e a prática; b) atuar preventivamente, enfocando as relações interindividuais estabelecidas no cotidiano escolar, em seus aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Três alunas do curso de graduação em Psicologia estagiaram em uma escola de formação de professores (Escola Normal de Brasília), abrangendo diversas modalidades de ensino (pré-escola, 1º e 2º graus). O planejamento, a orientação e o acompanhamento do estágio foi coordenado por uma equipe de três supervisoras. A metodologia de análise das interações e relações existentes no cotidiano escolar orientou a inserção das estagiárias nas ações pedagógicas, através de atividades de observação e de intervenção, planejamento e execução de ações junto aos professores, pais, alunos e servidores. O estágio criou um espaço de interlocução, que permitiu refletir sobre a relação entre a Psicologia e a Educação, a questão da identidade e atuação do psicólogo escolar, os modelos de atuação, a função social e o papel político do psicólogo na escola, a importância do desenvolvimento de leituras multidisciplinares dos problemas emergentes no contexto escolar, as especificidades da atuação da Psicologia Escolar em uma escola de formação de professores, as relações interpessoais como foco de análise e compreensão dos problemas de ensino e aprendizagem. As reflexões e vivências advindas dessa experiência de estágio apontam para a necessidade de se privilegiar, na formação do psicólogo escolar, a conscientização de suas funções sociais e políticas, bem como técnico-profissional, e a sua instrumentalização teórico-prática, visando, pela ação interdisciplinar, a maximização do êxito das relações intersubjetivas no contexto escolar. Essa modalidade de atuação evidenciou, ainda, a importância da inserção do psicólogo escolar em uma escola de formação de professores, contribuindo para a formação de futuros agentes formadores, trabalhando as relações estabelecidas entre professores e alunos (futuros professores) e atuando, indiretamente, nos possíveis padrões relacionais que serão estabelecidos por esses alunos ao exercerem sua profissão.

-oOo-

FORM 1.10

REVENDO A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR DIANTE DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA. *Liliane Da Rosa Coll*, Universidade Federal do Paraná.

O tema central do presente estudo foi a atuação dos psicólogos escolares, nos Centros de Atendimento ao Educando (CAEs) em um município do Estado do Rio Grande do Sul, com crianças de primeira e segunda séries do ensino fundamental que apresentam dificuldades no processo de aquisição da leitura e da escrita. Trata-se de um estudo de caso, exploratório, onde foram coletados e analisados qualitativamente os dados: de entrevistas com oito psicólogos escolares; dos prontuários elaborados pelos psicólogos escolares e de entrevistas com os professores acerca dos motivos que os levaram a encaminhar os alunos, e dos resultados percebidos com o atendimento do psicólogo escolar. Dos resultados obtidos, verificamos que os psicólogos escolares da amostra em sua maioria, diante das dificuldades no processo de aquisição da lei-

tura e da escrita, seguem atuando conforme o modelo clínico com variações: curativa, psicométrica e preventiva. A conclusão é a de que novas formas de atuar deste profissional estão surgindo lentamente mas, modificações efetivas, quanto à sua atuação com as crianças com dificuldades no processo de aquisição da lecto/escrita, tem sido pouco empregadas. Então, aventamos que enquanto o psicólogo escolar não tiveram conhecimento da realidade educacional brasileira e do processo de construção da escrita da criança, uma mudança real, diferenciada do seu modelo de atuação, com esta população não acontecerá.

-oOo-

FORM 1.11

CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS COM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA MENTAL, PARTE II. *Eliane Aparecida Campanha Araújo e Maria Benedita Lima Pardo*. Universidade Federal de São Carlos.

A questão da formação do psicólogo vem se destacando como problema relevante de pesquisa. A presente pesquisa teve por objetivo sistematizar informações acerca da formação e atuação do psicólogo com portadores de deficiência mental (p.d.m.), por não haver estudos sistemáticos da atuação deste profissional com a referida população. Partiu-se da seguinte questão: que relações os psicólogos estabelecem entre aspectos de sua formação e aspectos de sua atuação? Para tanto foi construído um roteiro de entrevista, sob a forma estruturada, que foi aplicado em psicólogas que atuavam com p.d.m. nas APAEs (n=6) conveniadas com a LBA do município de São José do Rio Preto, totalizando cinco participantes. Os resultados mostraram que o curso de graduação não atendeu às suas necessidades de formação. A teoria preparou parcialmente para a atuação com p.d.m. em instituições. As participantes revelaram uma concepção de deficiência centrada nas pessoas e em fatores que lhe são próprios, o que representa uma visão ultrapassada, conduzindo à utilização de técnicas tradicionais. Indicaram continuar sua formação em grupos informais e não retornavam à Universidade para fazer outros estudos sistemáticos na área. A pesquisa apontou a necessidade de se atualizar as informações veiculadas pelos cursos de formação e a importância dos pesquisadores em Psicologia produzirem e divulgarem conhecimento acessível, de acordo com os problemas apresentados pelos psicólogos praticantes no decorrer da atuação com a população em questão.

-oOo-

FORM 1.12

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DO PSICÓLOGO EM PRESÍDIOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. *Luiza Aparecida Dias e Luiz Fernando de Lara Campos*, Universidade São Francisco e Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O objetivo do presente estudo foi caracterizar a prática do psicólogo que trabalha no sistema Penitenciário, em termos de suas práticas, condições de trabalho, principalmente diante do desconhecimento desta realidade. Para tanto, inicialmente foi elaborado o rol de psicólogos que trabalhavam no sistema penitenciário do Estado de S. Paulo, sendo posteriormente enviado a todos os sujeitos (N=40), via correio, um questionário com 15 perguntas abertas e fechadas, acompanhado de uma carta explicativa sobre a pesquisa. Dos instrumentos enviados, apenas 20 retornaram em um período de até 120 dias. Os resultados observados indicaram

a prática psicoterápica como a principal atividade dos sujeitos (70%), utilizando estratégias grupais (70%), seguido de psicodiagnóstico (10%). Os sujeitos indicaram que sua atuação muitas vezes é confundida com a de assistente social, onde executam tarefas de apoio ao penitenciário e sua família. As possibilidades de atuação, segundo os sujeitos, estão minimizadas pelas limitações técnicas e materiais presentes no sistema penitenciário brasileiro (100%), relatando ainda que a falta de formação específica para atuação nesta área em suas graduações constitui um obstáculo teórico e técnico. Os dados sugerem que a prática dos sujeitos é baseada em modelos de atuação clínicos provavelmente pela falta de formação específica durante as suas graduações. A falta de condições materiais, financeiras e técnicas parece ser o fator responsável pela execução de tarefas de outras profissões, o que representa uma distorção no exercício profissional. Os resultados observados não estão de acordo com a literatura.

-oOo-

FORM 1.13

ESTRESSE EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA: UM ESTUDO LONGITUDINAL. Luiz Fernando de Lara Campos, Universidade São Francisco e Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Roseli Lopes da Rocha e Patrícia Ribeiro Campos, PIBIC/CNPq.

O início da vida universitária é marcado por um período de transição, onde tensões e necessidades de adaptação podem gerar estresse e influenciar no desempenho intelectual. O estresse acadêmico é área pouco estudada no Brasil, principalmente na população universitária. Os objetivos do presente trabalho foram identificar as possíveis fontes de estresse e analisar seu desenvolvimento em primeiro anistas de Psicologia. Foram sujeitos 50 alunos que cursavam Psicologia em uma I.E.S. em S.Paulo, determinados acidentalmente. O material utilizado foi o Inventário de Personalidade A/B, a Escala de Reajustamento Social, o Inventário de Sintomas de Estresse e o Questionário de Auto-Avaliação. O procedimento baseou-se em três medidas ao longo do ano acadêmico com aproximadamente 100 dias de intervalo, sendo que os instrumentos foram aplicados sempre de modo coletivo por um mesmo pesquisador. Um dos principais resultados observados foi o tipo de personalidade dos sujeitos, com a predominância do padrão "Tipo A/B" (62%). Na primeira coleta, os sujeitos indicaram baixo nível de reajustamento social (76%), sendo que este tendeu a aumentar para o nível médio nas demais medidas (66.7%). Quanto aos sintomas de estresse, na primeira fase da pesquisa os sujeitos foram classificados na fase de resistência (72%), sendo que nas outras duas etapas de avaliação os mesmos

tenderam a diminuir (51.4%), apontando a tendência de regressão para a fase de alerta. A Auto-Avaliação dos sujeitos indicou uma avaliação mediana nas três medidas. Estes resultados sugerem que a maior adaptação para alunos de Psicologia está nas alterações formuladas em suas vidas para poderem iniciar seu curso. Outro fator é a ocorrência de duas variáveis (período noturno e condição sócio-econômica) que podem favorecer maior investimento de energia em seus estudos, o que possivelmente gera estresse que pode justamente dificultar o desempenho acadêmico.

-oOo-

FORM 1.14

HISTÓRIA DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NO RIO DE JANEIRO. Deise Mancebo, Adriana M. de Castro, Alexandre T. dos Santos, Gildete Silva, Leandro V. Osuna, Margarete Dias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O tema desta pesquisa é a construção da História dos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro, de sua criação até o final da década de 70, considerando a dinâmica das instituições onde se inserem e a "cultura psicológica" em expansão, no país. Objetivamos a análise da filiação teórica dos formadores e dos "modelos" profissionais apresentados aos futuros psicólogos, neste período histórico. A pesquisa, realizada junto ao CRP-05, consistiu no tratamento estatístico dos dados contidos nos processos de inscrição dos psicólogos e na análise da legislação, periódicos e livros. Como resultados encontramos: (1) a transposição, na criação dos cursos, de um conjunto de experiências e alinhamentos teóricos, já existentes anteriormente, de forma dispersa, em vários campos de saber; (2) resistências quanto à criação da nova profissão, o que motivou debates na corporação para enfrentá-las, sem que aprofundassem a discussão epistemológica; (3) uma formação teórico-prática do psicólogo diluída, fragmentada e, não raramente, baseada no senso comum; (4) um crescimento vertiginoso e desordenado dos cursos, na direção do ensino privado (73% ao final do período) e (5) por fim, um baixo índice de desenvolvimento de pesquisas, que somado aos aspectos anteriores, marcou um ensino reprodutivo, com currículos caracterizados pela apropriação acrítica de modelos estranhos à nossa realidade. Estes resultados não devem levar, contudo, à conclusão de "fragilidade" deste campo do saber. Na base das múltiplas tendências teórico-técnicas, localizamos uma clara hegemonia do modelo clínico-individual, que combinado a outros dispositivos sociais, ultrapassa o estrito campo de formação do psicólogo, conformando uma verdadeira "cultura psicológica". CNPq, UERJ.

-oOo-

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

HIST 1.01

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO CONCEITO DE AMOR EM DUAS OBRAS DA LITERATURA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI. *Raquel Martins de Assis e Marina Massimi*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.

O tema do amor é relevante na história da cultura ocidental e para a Psicologia, já que a construção histórica desse conceito tem uma íntima ligação com a emergência do conceito de individualidade e da intimidade. O presente trabalho insere-se na área de História das Idéias Psicológicas na cultura luso-brasileira, destinando-se à caracterização psicológica do conceito de amor (entendido como "paixão" ou fenômeno psicológico) em duas obras literárias portuguesas do século XVI. As obras utilizadas foram "Menina e Moça" (1554, ed. de Ferrara; 1557, ed. de Évora) de Bernardim Ribeiro e "Imagem da Vida Cristã" (1572) de Heitor Pinto. Tratando-se de um trabalho de História das Idéias Psicológicas, a metodologia utilizada foi a leitura e análise das obras, fazendo-se um levantamento de trechos expressivos que pudessem retratar o conceito de amor entendido como um estado individual do sujeito. O objetivo da análise foi portanto, apreender a concepção teórica do conceito de amor contida nessas obras, levando em consideração o fato de que o estudo do amor e das demais paixões insere-se no domínio da psicologia filosófica incluída na literatura filosófico-científica da época. Através da análise realizada pôde-se evidenciar concepções sobre o que se pode denominar como comportamento do apaixonado, o amor excessivo, efeitos e consequências do amor, o casamento, bem como obter relações entre os conceitos de amor inserido nas duas obras em questão. FAPESP.

-oOo-

HIST 1.02

A IMAGEM DO HOMEM COMO PEREGRINO NA OBRA "HISTÓRIA DO PREDESTINADO PEREGRINO E SEU IRMÃO PRECITO" (1682) DE ALEXANDRE DE GUSMÃO SJ. *Paulo José Carvalho da Silva e, Marina Massimi*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

A peregrinação é uma forma especificamente religiosa de viagem que representa uma maneira de entender a própria vida humana. Esta imagem tem sido amplamente utilizada na tradição literária ocidental. O objetivo desta pesquisa é compreender, numa perspectiva psicológica, o significado da imagem da vida humana como peregrinação na obra "História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito", escrita em 1682 pelo jesuíta Alexandre de Gusmão. Tal estudo insere-se no campo da História das Idéias Psicológicas na Cultura Luso-brasileira e sua metodologia consiste na leitura e análise da obra, estruturada em dois níveis: a reconstrução histórica do conceito de peregrinação e a busca da compreensão do significado que a este conceito é dado pelo universo cultural de sua época. A leitura da obra mostra que esta expressa, de maneira alegórica, conceitos da psicologia aristotélico-tomista. Seu eixo central reside na questão do "desengano do mundo", na execução das normas eternas enunciadas na doutrina de Santo Agostinho, e na questão revisitada por São Tomás de Aquino que, na retórica aristotélica, se coloca como excelência moral. Estes conceitos estão articulados na obra de Gusmão, na medida em que, a razão figura como determinante na escolha do melhor itinerário da peregrinação, metaforicamente, na escolha da melhor maneira de se posicionar frente ao mundo, no desenvolvimento da vida,

que em última instância conduz à comunhão com o divino. FAPESP.

-oOo-

HIST 1.03

RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ATRAVÉS DE FONTES INÉDITAS (1912-1974). *Regina Helena de Freitas Campos, Erlaine Laponez Guerra, Geraldo Izaías Diniz, Gilda Ribas Andrade e Silva, Márcia Hallak Martins da Costa e Voluzia Oliveira Reis*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

O Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) mantém na Fazenda do Rosário, em Ibititê, Minas Gerais, o acervo de documentos que pertenceram à psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, que, após ter feito sua formação em Paris, São Petersburgo e Genebra, viveu no Brasil entre 1929 e 1974. O acervo contém fontes inéditas de grande relevância para a reconstrução da história da Psicologia e da Educação no Brasil, e para a História da Ciência no país. O objetivo do trabalho é proceder ao inventário, catalogação, registro e localização histórica dos documentos inéditos do acervo. Cada documento é examinado, fichado e submetido a processo de conservação ou restauração, quando necessário. A seguir, os documentos são acondicionados em pastas e caixas confeccionadas em papel sem ácido. As fichas contendo as informações básicas sobre cada documento (título, autor, data, resumo do conteúdo, etc.) são então inseridas em Base de Dados informatizada de acordo com o programa Micro-Isis, que permite a busca por autor e assunto. Até o momento, foram inventariados cerca de 2500 documentos. O catálogo informatizado dos documentos será colocado à disposição de pesquisadores interessados no próprio CDPHA e no Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. CNPq, CAPES, FAPEMIG, UFMG.

-oOo-

HIST 1.04

BREVE ESTUDO SOBRE O TRABALHO ECOLÓGICO DE HELENA ANTIPOFF: CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DAS IDÉIAS PSICOLÓGICAS. *Luciana Santoro Campanário e Regina Helena de Freitas Campos*. Universidade Federal de Minas Gerais.

O estudo objetivou detectar se a prática pedagógica de Helena Antipoff na Fazenda do Rosário, (localizada em Ibititê, Minas Gerais) entre as décadas de 40 e 60, caracterizava-se como um sistema de ensino voltado para a valorização do meio ambiente. Realizou-se pesquisa historiográfica sobre uma seleção de documentos inéditos acerca da Ecologia e Educação Rural na obra de Antipoff, e pesquisa bibliográfica sobre o tema. A análise histórica dos documentos aponta na direção de uma prática pedagógica ecológica, voltada para a valorização do meio ambiente e a fixação do homem ao campo. Os resultados indicam que, através do conjunto formado por diversas práticas cotidianas - como o ensinamento de técnicas não poluentes de trabalhos agrícolas, valorização da cultura rural (através de festas tradicionais e gincanas), atividades como o escotismo - a proposta da Fazenda do Rosário nas décadas de 40 a 60 confirmou a hipótese deste estudo, podendo ser considerada um modelo pedagógico voltado para a valorização do meio ambiente em seus aspectos social, econômico, estético e lúdico. CAPES.

-oOo-

HIST 1.05

CONCEITO DE INTELIGÊNCIA NA OBRA DE HELENA ANTIPOFF E OUTROS PIONEIROS (1910-1935). *Erlaine Laponez Guerra e Regina Helena de Freitas Campos*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

A definição do termo inteligência pelos agentes históricos que contribuíram para o desenvolvimento do campo do saber psicológico, sobretudo na área da educação a partir da primeira década deste século, foi, não só marcadamente engendrado no contexto do espírito de época (*Zeitgeist*), mas também, de um modo interessante e peculiar veio assumindo o espírito de lugar (*Ortsgeist*) onde foi demandado como referência teórica para orientar uma prática educativa ou de seleção profissional. Surgem conceitos tão diversos quanto os lugares e finalidades de seu uso, daí gran-

des dificuldades no entendimento da aplicação do termo _ que é isto, afinal, a que um psicólogo busca mensurar através dos testes de inteligência? Mesmo as tentativas de Binet, para esclarecer a questão, é vista por um estudioso contemporâneo da história como sendo frequentemente confusas, ou no melhor, complicadas. Foram analisados, literatura pertinente e documentos inéditos do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, ela uma das assistentes psicometristas do laboratório de Binet-Simon em Paris na década de 10. Existem vários conceitos de inteligência e alguns foram tratados neste trabalho, para que numa retrospectiva histórica (1910-1935) fosse contextualizada a idéia de inteligência utilizada por Antipoff na década de 30, quando empreendeu análises do quociente intelectual de crianças brasileiras. CNPq.

-oOo-

METODOLOGIA DE PESQUISA E INSTRUMENTAÇÃO

METD 1.01

PADRÕES PSICOMÉTRICOS DA ESCALA DE LOCUS DE CONTROLE PARENTAL - PLOC. *Cristina Maria de Souza B. Dias e Mardonio Rique Dias.* Universidade Federal da Paraíba; *Bartholomeu T. Tróccoli.* Universidade de Brasília.

Este trabalho consistiu no estabelecimento dos padrões psicométricos de Validade e Fidedignidade da Escala de Locus de controle Parental (PLOC), criada por Campis, Lyman e Prentice-Dunn (1986). A referida escala foi respondida por 256 mães, profissionais e com escolaridade mínima de segundo grau. A Análise Fatorial realizada apontou resultados semelhantes aos encontrados pelos autores. Verificou-se a existência de dois fatores, medindo, respectivamente a Internalidade e a Externalidade no locus de controle parental [Fator I (15,8% de variância, = 0,88) e Fator II (6,6% de variância, = 0,63)]. As análises revelaram ainda a existência de 5 fatores subjacentes às duas dimensões encontradas, ou seja, Eficácia Parental (15,8%, = 0,86), Controle Parental (7,3%, = 0,78), Responsabilidade Parental (5,5%, = 0,59), Crença na Sorte ou no Destino (3,0%, = 0,69), e Incompetência Parental (2,4%, = 0,72). Pode-se observar que a escala apresenta razoáveis índices de Validade e Fidedignidade, demonstrando com isto ser um instrumento eficaz para o estudo do controle parental na nossa realidade.

-oOo-

METD 1.02

ESTRUTURA FATORIAL DA ESCALA MULTIDIMENSIONAL DE LOCUS DE CONTROLE DA SAÚDE. *Martina Claire Brun e Anamélia Lins e Silva Franco,* Universidade de Brasília.

O conceito de locus de controle multidimensional da saúde foi formulado como fatores relativos ao comportamento promotor de saúde. A versão brasileira da escala multidimensional de locus de controle da saúde (MHLCS) foi administrada a uma amostra de moradores de três superquadras de Brasília. A coleta dos dados foi integrada ao Programa de Captação de Hipertensos (PCH) do Centro de Saúde No. 13 / FHDF - Plano Piloto de Brasília. Aos usuários desse programa foi solicitada a participação voluntária. A amostra foi composta por 284 sujeitos, de ambos os sexos (112 homens e 172 mulheres), com idade média de 41,53 anos (D.P.= 13,19). Os dados foram analisados fatorialmente através do método PAF (Principal Axis Factoring) e com eigenvalue = 1,5. Foram realizadas rotações ortogonal (varimax) e oblíqua (oblimin). A rotação oblíqua apresentou fatores mais consistentes, com baixa intercorrelação fatorial. Foram também calculados os coeficientes alpha de Cronbach para cada uma das escalas referentes aos fatores. Os resultados revelaram três fatores empíricos congruentes com os teoricamente postulados, com exceção de um item. Os três fatores são (1) Internalidade, que pressupõe uma responsabilidade (controle interno) do indivíduo quanto aos seus atos; (2) Externalidade, que pressupõe uma causalidade externa ao indivíduo, como o acaso e/ou sorte - fator fora do controle pessoal; e (3) Outros-Poderosos, que indica que embora o indivíduo não tenha um controle sobre a questão, ele busca ajuda, podendo no futuro vir a exercer um controle pessoal. Um dos itens, referente a Outros-Poderosos, obteve carga maior no fator Internalidade - o que é um alerta para se tomar cuidado no tratamento deste item em aplicações futuras da versão brasileira da escala. Em conclusão: os resultados demonstram a validade fatorial para a população estudada. O uso da escala, em sua versão brasileira em língua portuguesa, é recomendado particularmente na pesquisa básica. Recomendamos cautela quanto ao seu uso na psicologia aplicada. Recomendamos ainda pesquisas fu-

turas com a finalidade de verificar a estrutura fatorial deste instrumento para todo o contexto social brasileiro.

-oOo-

METD 1.03

VALIDADE DISCRIMINANTE DAS MEDIDAS DE PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL CALCULATIVO E COGNIÇÕES DE SAÍDA DA ORGANIZAÇÃO. *M. M. M. Siqueira, S. Gomide Júnior, O. I. E. Moura e T. M. Marques.* Universidade Federal de Uberlândia.

O campo teórico da Psicologia Organizacional tem sido ampliado através da concepção de novos constructos, os quais deveriam aumentar a capacidade de compreensão da conduta humana no trabalho. Como várias dessas novas variáveis costumam representar dimensões psicológicas conceitualmente muito próximas entre si, os pesquisadores dessa área têm sistematicamente procurado demonstrar a identidade daquelas que ocupam campos teóricos fronteiriços. O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de investigar a validade discriminante das medidas de três variáveis cognitivas: escala de percepção de justiça distributiva (EPJD), escala de comprometimento organizacional calculativo (ECOC) e escala de cognições de saída da organização (ECSO), usando dados coletados de 217 trabalhadores dos setores público e privado. Os dados foram submetidos a análise dos componentes principais extraíndo-se seis fatores com eigenvalues superiores a 1,0, os quais explicaram 61,7% da variância total. Após rotação oblíqua (oblimin), foi observado que o Fator I era formado pelos 11 itens da ECSO, o Fator III pelos 5 itens da EPJD enquanto os 15 itens da ECOC agruparam-se nos fatores II, IV, V e VI. Considerando-se que a ECSO e a EPJD são, originalmente, duas escalas unifatoriais e a ECOC uma medida multifatorial, composta por quatro fatores, os resultados do presente estudo atestam que essas três escalas medem conceitos cognitivos distintos entre si. Correlações significativas e diferenciadas entre as três escalas citadas e quatro critérios do comportamento organizacional (satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho, comprometimento organizacional afetivo e intenção de rotatividade) reafirmaram os resultados das análises fatoriais, provendo mais evidências empíricas acerca da validade discriminante das três medidas.

-oOo-

METD 1.04

VALIDADE DISCRIMINANTE DAS MEDIDAS DE PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA DE DISTRIBUIÇÃO E PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA DE PROCEDIMENTOS. *S. Gomide Jr., D. M. Lima e W. Faria Neto.* Universidade Federal de Uberlândia.

A ampliação do campo teórico da Psicologia Organizacional, através da concepção de novos constructos, tem gerado a necessidade de investigar a distinção da identidade entre eles, quando representam dimensões psicológicas próximas entre si. Este trabalho teve por objetivo investigar a validade discriminante de duas medidas previamente validadas, denominadas Escala de Percepção de Justiça de Distribuição (EPJD - com alfa de Cronbach = 0,91) e Escala de Percepção de Justiça de Procedimentos (EPJP - com alfa de Cronbach = 0,76), utilizando dados coletados de sessenta e dois trabalhadores do setor público e privado da região do Triângulo Mineiro. Os dados foram submetidos à análise dos componentes principais, extraíndo-se dois fatores com eigenvalues superiores a 2,0, os quais explicaram 62,7% da variância total. Após rotação oblíqua (oblimin), foi observado que o Fator I era

formado pelos cinco itens da EPJD, enquanto os seis itens da EPJP agruparam-se no Fator II. Considerando-se que ambas as medidas são, originalmente, escalas unifatoriais, os resultados deste estudo atestam que estas escalas medem constructos distintos entre si. CNPq, nº 121324/95-8

-oOo-

METD 1.05

A CONSTRUÇÃO DE UM INVENTÁRIO DOS ATRIBUTOS DO SIGNIFICADO DO TRABALHO. *Livia Borges.* Universidade de Brasília.

A literatura sobre o significado do trabalho aponta a necessidade de um instrumento sobre as atribuições de características ao trabalho (atributos) mais adequado à brasilidade e às categorias ocupacionais, nas quais há analfabetismo. Fundamentou-se, então, em proposta de tipologia dos atributos, elaborada em estudo anterior, consistindo na análise de conteúdo de 134 entrevistas com trabalhadores da construção civil, comércio e confecções e costura, no Distrito Federal e em Natal. Esta tipologia inclui atributos como sobrevivência e exploração, respaldando-se melhor na realidade local. Desenvolveu-se um inventário com 58 itens, para os quais os participantes apresentavam duas respostas - uma valorativa e outra de descrição de realidade - utilizando cartões coloridos. Dispensou-se, assim, a necessidade de ler e escrever. O referido inventário foi aplicado em 586 trabalhadores da construção civil e do comércio no Distrito Federal. A análise fatorial ("Principal Axis-Factoring", com rotação oblíqua) das respostas valorativas gerou quatro fatores: (1) *Independência Financeira e Prazer*; (2) *Justiça Social*; (3) *Esforço Físico*; (4) *Aprendizagem e Dignidade Social*. Explicam, respectivamente, 55,9%, 10,3%, 4,4% e 3,0% da variância compartilhada. Todos apresentam "alpha" a partir de 0,80. Entre o segundo fator e os demais, as correlações são negativas, revelando a contradição entre os objetivos individuais e as exigências do trabalho. Para as respostas de descrição de realidade, foram encontrados três fatores: (1) *Expressão e Independência Financeira*; (2) *Respeito* e (3) *Execução e Função Social*. Explicam, respectivamente, 58,8%, 19% e 9,7% da variância compartilhada. O primeiro e terceiro apresentam "alpha" superior a 0,80, porém o segundo de 0,75, permitindo-lhe, apenas, ser considerado para uma explicação promissora. Encontrou-se ainda um fator que explicava 13,3% da variância compartilhada. Foi desprezado pela inconsistência no número de itens reunidos e no "alpha". Entre o segundo fator e os demais, há a mesma contradição encontrada para as respostas valorativas. Assim, foram testados (1) a tipologia que fundamentou o estudo e (2) o inventário em construção, assinalando-se a necessidade de aperfeiçoamento na mensuração das respostas de descrição de realidade.

-oOo-

METD 1.06

ELABORAÇÃO DE UM PROTOCOLO PARA RECONHECIMENTO DE VARIÁVEIS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE ADESÃO AO TRATAMENTO. *Suely Sales Guimarães, Marilei Tavares Gomes Monteiro, Heila Magali Silva Veiga, Lilian Maria Borges e Alessandra Nunes Feitosa.* Universidade de Brasília.

O índice de adesão dos pais ao tratamento médico de seus filhos é de aproximadamente 50%. Ao focar o estilo parental, as práticas nele envolvidas e suas implicações para a saúde global da criança, a literatura aponta a necessidade de promover a adesão dos pais à orientação médica, durante o período de internação da criança, e quando do retorno ao lar. Um programa de intervenção foi proposto para aumentar o índice de adesão ao tratamento en-

tre mães de crianças internadas em um hospital escola. Como instrumento auxiliar foi desenvolvido um protocolo de registro que permitisse: (a) o reconhecimento de famílias com baixo índice de adesão, (b) a identificação de variáveis envolvidas no processo de adesão, (c) a descrição dos comportamentos alvo e (d) o registro da evolução dos comportamentos alvo ao longo do processo interventivo. Adesão foi definida como o rigoroso uso de medicamentos, seguimento da orientação alimentar, dos procedimentos de alimentação e cuidados diários, como prescritos. O procedimento incluiu observações assistemáticas da rotina de prescrições e adesão na enfermagem, registro de falas ocasionais de mães e médicos sobre adesão, descrição das características da clientela assistida, e uma revisão de variáveis relevantes apontadas na literatura sobre adesão, tais como crenças familiares, culturais e religiosas, falta de condições e recursos sociais mínimos e pouca confiança na competência ou responsabilidade médica. Cinco pesquisadores trabalharam na elaboração e aplicação diária das primeiras versões do instrumento junto às famílias assistidas na unidade, revisaram todos os prontuários, e entrevistaram médicos, enfermeiras e acompanhantes até haver consenso de que o protocolo atendia aos objetivos propostos. O instrumento resultante permite o registro de dados sociais e demográficos da família, evolução clínico-sintomatológica da criança, variáveis afetivo-emocionais e cognitivas da mãe, sua comunicação com a equipe de saúde e, como principal característica, o instrumento permite o registro prospectivo, a partir de observação direta, da evolução diária da prescrição, intervenção e comportamentos da mãe. *Trabalho parcialmente financiado pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.*

-oOo-

METD 1.07

CIÚME: UMA QUESTÃO DE DOSAGEM. *Anelise Salazar, Vilma D. Couto, Lilian Gonçalves e Carlos Américo Pereira.* Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O ciúme é um assunto que desperta bastante o interesse das pessoas em geral, pois trata-se de um aspecto do relacionamento amoroso que poucos revelam mas que sem dúvida faz parte da vida íntima de cada um. A presente pesquisa objetivou traçar o perfil dos estudantes de graduação em Psicologia da UFRJ acerca do ciúme na relação amorosa. Contou-se com a participação de 30 pessoas, sendo 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, solteiras, faixa etária entre 18 e 25 anos. Os dados foram obtidos através de dois instrumentos: uma escala de ciúme romântico e um questionário. Para responder ao primeiro, os participantes deveriam indicar numa escala de 5 pontos - de *discordo completamente* a *concordo completamente* - seu grau de assentimento para cada uma das 40 proposições apresentadas (situações especiais). O questionário constou de seis perguntas fechadas e abertas. Efetuou-se uma análise quantitativa e qualitativa dos dados. Na escala foi medida a intensidade de ciúme e no questionário colheram-se informações a seu respeito que envolviam definições, sua importância na relação amorosa e auto-avaliações. Os resultados obtidos na escala indicaram que a maior parte dos alunos mostrou-se *moderadamente ciumenta*. No questionário, o ciúme foi definido como *insegurança*, aspecto já apontado em estudos anteriores (Mathes & Severa, 1981) e *sentimento de posse*. As respostas indicaram que o ciúme envolve uma questão de *limites*, podendo ser um sentimento positivo ou negativo no relacionamento amoroso conforme a sua dosagem.

-oOo-

METD 1.08

EFICÁCIA ADAPTATIVA E O NÍVEL DE PATOLOGIA. *Elisa Medici Pizão Yoshida*, Pontifícia Universidade de Católica de Campinas. *Daniela Wiethaeuper, Serge Lecours, Helene Dymetryszyn, Marc-André Bouchard*, University Montréal.

Examina o grau de associação entre a eficácia adaptativa e o grau de patologia. T. Millon propõe dividir as desordens de personalidade em três grandes categorias de severidade. A menos severa, inclui as desordens: dependente, histriônica, narcísica e antissocial. A medianamente severa: compulsiva, passivo-agressiva, esquizóide e evitante. A mais severa: borderline, paranóide e esquizotípica. As hipóteses supunham: associação entre: 1. uma medida global de severidade e eficácia adaptativa; 2. primeira categoria de Millon e adaptação não-eficaz moderada; b. segunda e terceira categorias de Millon e adaptação não-eficaz severa. N= 36 Ss., 18 M e 18 F, 21 a 45 anos, M=30,4, procuravam psicoterapia no *The General Hospital of Montreal*, consentiram formalmente com a pesquisa, completaram o *Millon Clinical Multiaxial Inventory-I/MCMI-I*, foram entrevistados e avaliados através da *Global Assessment Scale / GAS*, por cinco psiquiatras psicanaliticamente orientados (experiência 5 a 20 anos). As entrevistas, gravadas em áudio e transcritas, foram avaliadas por dois juízes independentes através da *Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada/EDAO*. Os resultados apontam para a associação entre diferentes níveis de funcionamento global e eficácia adaptativa ($r=.362, p<.01$; GAS e AR/EDAO, $r=.4670, p<.01$; GAS e setores PR e SC/EDAO, respectivamente, $r=.3580, .5239, p<.05$). Para o teste da 2a. hipótese foi utilizada ANOVA entre categorias de Millon e EDAO. Os resultados indicam diferença significativa entre adaptados não-eficaz severos e moderados nas 2a. e 3a. categorias: $F(2,35)= 12.465, p < .001$ e $F(2,35) = 4.921, p < .033$. A diferença entre adaptados não-eficaz severos e moderados não foi significativa para a 1a. categoria de Millon ($F(2,35)= 1.504, p<.229$). Concluiu-se: GAS e EDAO podem ser usadas na determinação da severidade de patologia. A adaptação não-eficaz severa está associada a índices mais severos de patologia, enquanto que adaptação não-eficaz moderada não necessariamente indica patologia menos severa. Novas pesquisas devem envolver amostras com índices mais baixos de comorbidade. FAPESP.

-oOo-

METD 1.09

FORMRULES 1.0: SISTEMA COMPUTADORIZADO PARA ANÁLISE EXPERIMENTAL DA AUTO-FORMULAÇÃO DE REGRAS E CONTROLE INSTRUCCIONAL. *Loris Mario Simonassi¹, Weber Martins² e Lauro Nalini¹*. ¹Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás / ²Grupo PIRENEUS (Pesquisa em REdes NEUraiS), Escola de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Goiás.

Desde o advento dos primeiros circuitos eletromecânicos, os instrumentos e técnicas de controle e registro de eventos em Análise Experimental do Comportamento evoluíram enormemente. Modernamente, esta evolução tem sido caracterizada pela utilização da revolucionária tecnologia das ciências computacionais. Interfaces gráficas (como o Windows na plataforma de micros PC e o X-Windows em estações de trabalho UNIX) aumentaram a interatividade usuário final-computador, incrementando o interesse por estas tecnologias em áreas distantes dos conceitos de programação e algoritmos. O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de um esforço multidisciplinar de implementação de um sistema computadorizado para análise experimental da auto-formulação de regras e do controle instrucional. O FORMRULES

1.0 é um sistema computadorizado que tem por base o uso de uma tela sensível ao toque (TPIS/VideoTek) e um programa desenvolvido para ambiente Windows. A tela sensível, única unidade de entrada para os sujeitos experimentais, atua com resolução de 16 por 16 em monitor colorido (SVGA) de 14 polegadas. O programa, desenvolvido nas linguagens Visual Basic e C++, inclui também chamadas às bibliotecas da API do Windows e alguns trechos em Assembler utilizados para otimizar o código produzido. O sistema processa saídas em texto (relatório), para visualização em vídeo e para arquivos independentes. A estrutura básica oferecida pelo FORMRULES 1.0 para arranjo das situações experimentais é definida por uma tela principal com três loci de interação (áreas retangulares, de 3.5cm de largura por 5.5cm de altura, com quinas arredondadas). Um locus superior central (azul) apresenta estímulos visuais (letras, números, palavras, símbolos, etc.) quando tocado. Os estímulos apresentados podem, também mediante toques, ser alocados a um dos dois outros loci na parte inferior da tela, um à direita (verde) e outro à esquerda (vermelho). Contadores estão dispostos na parte superior esquerda da tela. Interrupções programáveis da tela principal e apresentação simultânea de instruções ao sujeito podem ocorrer. Nesta estrutura básica, o FORMRULES 1.0 permite a programação de várias contingências em tentativas discretas, de acordo com o interesse do experimentador. São parâmetros programáveis: 1] o tipo de estímulo visual a ser apresentado, 2] a quantidade de estímulos a ser apresentada, 3] que resposta de alocação do estímulo, se à direita ou à esquerda, será considerada correta, 4] a quantidade de tentativas até a interrupção para solicitação de relatos verbais ao sujeito e 5] o tipo de instrução a ser dada ao sujeito nas interrupções. O sistema registra respostas, latências e consequências do responder (sons, pontos com valor monetário e as palavras "CERTO" ou "ERRADO" na tela básica) a cada tentativa, e o ponto de interrupção para instrução e relato. Testes e experimentos realizados em computadores 486 sobre o efeito de variáveis controláveis pelo FORMRULES 1.0 demonstraram que o sistema é fidedigno e confiável. A implementação de situações de operante livre e do registro automático dos relatos verbais pelo sistema é o objetivo futuro do desenvolvimento. CNPq 301.881.88/0, VPG/VAD/UCG.

-oOo-

METD 1.10

CONCEPT 1.0: SISTEMA COMPUTADORIZADO PARA ANÁLISE EXPERIMENTAL DA EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS E COMPORTAMENTO CONCEITUAL. *Lauro Nalini¹, Weber Martins² e Loris Mario Simonassi¹*. ¹Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás / ²Grupo PIRENEUS (Pesquisa em REdes NEUraiS), Escola de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Goiás.

Desde o advento dos primeiros circuitos eletromecânicos, os instrumentos e técnicas de controle e registro de eventos em Análise Experimental do Comportamento evoluíram enormemente. Modernamente, esta evolução tem sido caracterizada pela utilização da revolucionária tecnologia das ciências computacionais. Interfaces gráficas (como o Windows na plataforma de micros PC e o X-Windows em estações de trabalho UNIX) aumentaram a interatividade usuário final-computador, incrementando o interesse por estas tecnologias em áreas distantes dos conceitos de programação e algoritmos. O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de um esforço multidisciplinar de implementação de um sistema computadorizado para análise experimental da formação de classes de estímulos equivalentes e comportamento

conceitual. O **CONCEPT 1.0** é um sistema computadorizado que tem por base o uso de uma tela sensível ao toque (TPIS/VideoTek) e um programa desenvolvido para ambiente Windows. A tela sensível, única unidade de entrada para os sujeitos experimentais, atua com resolução de 16 por 16 em monitor colorido (SVGA) de 14 polegadas. O programa, desenvolvido nas linguagens Visual Basic e C++, inclui também chamadas às bibliotecas da API do Windows e alguns trechos em Assembler utilizados para otimizar o código produzido. O sistema processa saídas em texto (relatório), para visualização em vídeo e para arquivos independentes. A estrutura básica oferecida pelo **CONCEPT 1.0** para arranjo das situações experimentais é definida por telas com matrizes selecionáveis que variam quanto a quantidade de loci de interação (de três a nove) e a funcionalidade de cada locus. Em cada matriz, um dos loci pode ser especificado como chave de amostra e os outros como chaves de comparação. Toques nos loci possibilitam a apresentação e/ou indicação de estímulos visuais. Contadores estão dispostos na parte superior esquerda das telas. Nesta estrutura básica, o **CONCEPT 1.0** permite a programação de várias contingências em tentativas discretas, de acordo com o interesse do experimentador. São parâmetros programáveis: 1] a sequência de condições de treino e teste de relações condicionais entre estímulos, 2] os estímulos relacionados (se letras, números, palavras, símbolos, figuras, etc.) e a quantidade de relações amostra-comparação num bloco de tentativas, 3] a frequência das relações e o número de tentativas em cada bloco, 4] a base probabilística para aleatorização da ordem das amostras e posições das comparações e 5] o incremento da quantidade de estímulos de comparação ao longo das tentativas (acréscimo por número fixo de tentativas, randômico ou por número de acertos prévios da relação). O sistema registra, a cada tentativa, as respostas, latências e consequências do responder (sons e pontos com valor monetário), a relação amostra-comparação em vigor e o locus de ocorrência do estímulo de comparação na matriz e, ainda, calcula a porcentagem de acertos, total e por blocos, de cada relação. Testes e experimentos realizados em computadores 486 sobre o efeito de variáveis controláveis pelo **CONCEPT 1.0** demonstraram que o sistema é fidedigno e confiável. A implementação de procedimentos de correção, fading in e fading out controláveis pelo sistema é o objetivo futuro do desenvolvimento. CNPq 301.881.88/0, VPG/VAD/UCG.

-oOo-

METD 1.11

LIBERTY 1.0: SISTEMA COMPUTADORIZADO PARA ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO DE ESCOLHA HUMANO. Lauro Nalini¹, Weber Martins² e Lorismario Simonassi¹. ¹Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás / ²Grupo **PIRENEUS** (Pesquisa em REdes NEUraiS), Escola de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Goiás.

Desde o advento dos primeiros circuitos eletromecânicos, os instrumentos e técnicas de controle e registro de eventos em Análise Experimental do Comportamento evoluíram enormemente. Modernamente, esta evolução tem sido caracterizada pela utilização da revolucionária tecnologia das ciências computacionais. Interfaces gráficas (como o Windows na plataforma de micros PC e o X-Windows em estações de trabalho UNIX) aumentaram a interatividade usuário final-computador, incrementando o interesse por estas tecnologias em áreas distantes dos conceitos de programação e algoritmos. O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de um esforço multidisciplinar de implementação de um sistema computadorizado para análise experimental da es-

colha humana. O **LIBERTY 1.0** é um sistema computadorizado que tem por base o uso de uma tela sensível ao toque (TPIS/VideoTek) e um programa desenvolvido para ambiente Windows. A tela sensível, única unidade de entrada para os sujeitos experimentais, atua com resolução de 16 por 16 em monitor colorido (SVGA) de 14 polegadas. O programa, desenvolvido nas linguagens Visual Basic e C++, inclui também chamadas às bibliotecas da API do Windows e alguns trechos em Assembler utilizados para otimizar o código produzido. O sistema processa saídas em texto (relatório), para visualização em vídeo e para arquivos independentes. Duas situações experimentais para estudo do comportamento de escolha (E01 e E01), ambas em tentativas discretas, são oferecidas pelo **LIBERTY 1.0** como opções principais. E01 arranja esquemas concorrentes encadeados onde um elo inicial com dois *operanda* permite, a uma resposta de escolha específica, acesso ao respectivo elo final. Os elos finais variam quanto ao número de *operanda* disponíveis. E01 arranja esquemas concorrentes com dois *operanda* que são colocados disponíveis mediante resposta a um *operandum* de entrada. Em ambas as situações 1] respostas, latências e consequências do responder (sons e pontos com valor monetário numa base probabilística) são registradas a cada tentativa, em qualquer elo, e têm o *locus* de ocorrência indicado no relatório; 2] são computadas e/ou calculadas todas as medidas relativas e absolutas típicas no estudo da escolha, 3] a probabilidade de pontos e o valor de cada ponto são parâmetros programáveis pelo experimentador para cada *operandum* independentemente (0 a 1 de variação permitida para a probabilidade), e 4] instruções podem ser programadas para ocorrer em campos específicos das telas. E01 permite ainda o registro de relatos verbais sobre o número ou a probabilidade de ocorrência das consequências, e a especificação da forma e da cor dos *operanda*. Testes e experimentos realizados em computadores 486 sobre o efeito de variáveis controláveis pelo **LIBERTY 1.0** demonstraram que o sistema é fidedigno e confiável. A implementação de situações de operante livre é o objetivo futuro do desenvolvimento. CNPq 301.881.88/0, VPG/VAD/UCG.

-oOo-

METD 1.12

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDO, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ: IMPLANTAÇÃO DE BANCOS DE DADOS. Gláucia Valéria Pinheiro, Samia Chamseddine, Rosana L. da Silva, Luciana Alves e Beatriz C. Bevilacqua. Universidade Estadual de Maringá.

O Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, da Diretoria de Extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com o intuito de facilitar o acesso de pesquisadores, estudantes e comunidade em geral, a informações acerca de obras bibliográficas e das Instituições atuantes na área de pesquisa e assistência à infância e adolescência, decidiu implantar um Banco de Dados referente a cada um destes itens. O Banco de Dados Bibliográfico, já aberto ao público, têm listado, por enquanto, o acervo disponível na Biblioteca Central da UEM. Está prevista, na próxima fase, a expansão de seus dados, a ponto de cobrir as principais Bibliotecas do Estado do Paraná. O Banco de Dados sobre Instituições já dispõe de informações detalhadas sobre 34 Universidades, e enquanto se aguarda o recebimento de informações sobre as demais Universidades nacionais e sobre outras Instituições não-Universitárias, vêm sendo realizadas avaliações da base de dados e testes de acesso às informações. Há a previsão de que ele seja aberto ao público já no segundo semestre deste ano. CNPq.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

ORG 1.01

IMPACTOS DO USO DE HORÁRIOS DE TRABALHO ALTERNATIVOS NO BEM-ESTAR PESSOAL E NO DESEMPENHO NO TRABALHO. *Lisa Barham, Benjamin Gottlieb, Mônica Gignac e E. Kevin Kelloway, Universidade de Guelph (Canadá).*

Muitos trabalhadores têm, além das tarefas relativas ao seu emprego, tarefas familiares que envolvem cuidar de membros da família (filhos ou parentes idosos). No Canadá, um número cada vez maior de trabalhadores está usando horários de trabalho alternativos para conciliar as demandas da família e do emprego. Este estudo compara o uso de horários de trabalho tradicionais com horários de trabalho alternativos em termos dos impactos no bem-estar pessoal e no ambiente de trabalho. Os dados foram coletados num grande banco canadense através de dois tipos de questionário: um para empregados e outro para os seus gerentes. Os questionários foram respondidos por 287 empregados (taxa de resposta de 79%) e por 214 gerentes (taxa de resposta de 84%). A amostra continha sete grupos de empregados usando horários de trabalho diferentes: dois deles usando horários tradicionais e cinco deles usando horários alternativos. As medidas de bem-estar pessoal incluíam escalas referentes a estresse, conflitos entre família e emprego, apoio familiar etc. As medidas de desempenho no emprego incluíam escalas tais como absenteísmo, insatisfação, intenção de trocar de emprego, qualidade do relacionamento com os colegas de trabalho etc. Os dados coletados foram analisados através de ANOVA e testes *t*. Os resultados de um conjunto de cinco testes ANOVA mostram ($p < 0,05$) que os gerentes tendem a julgar o desempenho dos seus subordinados de uma forma que independe do tipo de horário de trabalho do empregado (tradicional ou alternativo). Um outro conjunto de cinco testes ANOVA indica ($p < 0,05$) que os empregados também não acham que o seu desempenho no emprego seja influenciado pelo tipo de horário de trabalho. Todavia, uma série de testes *t* sugere que os empregados que usam o tipo de horário de trabalho de sua preferência (tradicional ou alternativo) apresentam um conjunto de atitudes mais favoráveis em relação ao trabalho e sofrem menor estresse e menos conflitos entre o trabalho e a família. A principal conclusão do estudo é que o tipo de horário de trabalho usado pouco influi no desempenho do empregado, desde que ele possa escolher o arranjo que lhe permita melhor conciliar as responsabilidades familiares com as do emprego.

-oOo-

ORG 1.02

REVISANDO O CONCEITO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. *Roberto Moraes Cruz, Universidade do Sul de Santa Catarina.*

As ações voltadas à formação e ao desenvolvimento do trabalhador partem sempre do pressuposto de estarem atualizadas em relação às exigências do consumo e da dinâmica social, ainda que se deparem com uma formação profissional infinitamente mais lenta do que a objetividade das transformações criadas no cenário produtivo. Desse modo, o significado social do trabalho, hoje, frente às mudanças tecnológicas e ao quadro de demandas cada vez mais urgentes por qualificação e profissionalização dos trabalhadores, tem apontado para uma reflexão mais acurada sobre os valores e o espaço de formação profissional construídos no âmbito das relações de trabalho. Optou-se por uma investigação de caráter qualitativo, em uma empresa de transporte coletivo de

médio porte, na cidade de Salvador, junto a três grupos profissionais: a) 4 dirigentes da empresa; b) 11 profissionais remanescentes à construção do empreendimento; c) 3 profissionais mais recentes na empresa. As fontes básicas de pesquisa consistiram na análise dos programas de Recursos Humanos desenvolvidos e dos relatos orais gravados. Os resultados apontam para uma ampliação do conceito de formação profissional, reconhecendo-o como um conceito organizador da identidade dos sujeitos frente ao cenário organizacional-produtivo. Desse modo, a formação profissional dos trabalhadores não se constitui apenas em um desafio a ser enfrentado diante das novas tecnologias e dos novos modelos gerenciais, mas particularmente em função das particularidades da aprendizagem do trabalho e das relações profissionais construídas historicamente.

-oOo-

ORG 1.03

PODER E COMPROMETIMENTO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS. *Alice Moreira, Erenice N. S. Carvalho, Darlene Coelho, José Luís Thadeu Pereira Martins, Universidade de Brasília.*

O estudo tem como objetivo geral verificar a aplicabilidade da Teoria do Poder de Mintzberg (1983), cuja premissa básica é que o comportamento organizacional é determinado por um complexo jogo de influências, onde atores provenientes das Coalizões Externa e Interna tentam exercer o controle das decisões e ações, através de Sistemas de Influência e de Metas. Diferentes combinações entre estes elementos resultam em configurações de poder (Instrumento, Autocrática, Meritocrática, Missionária, Sistema Fechado e Arena Política); e combinações das configurações podem ser detectadas na mesma organização em diferentes momentos de sua história, afetando outras variáveis organizacionais, como o comprometimento organizacional, que tem sido geralmente relacionado a variáveis demográficas e funcionais. Neste estudo, testou-se a possibilidade de detectar as configurações de poder predominantes em uma empresa pública de processamento de dados, através da percepção dos empregados, e de utilizá-las como variáveis antecedentes para o comprometimento, hipotetizando-se que elas aumentariam significativamente a variância explicada por variáveis demográficas e funcionais. Foi utilizada uma amostra randômica e estratificada de 149 sujeitos, representando 11% da população alvo, com aplicação de escalas já validadas, para o comprometimento e as configurações, e um questionário de dados pessoais e funcionais. Os dados foram submetidos à análise estatística, através do SPSS, descritiva e regressão múltipla hierarquizada, priorizando o conjunto das variáveis demográficas e funcionais sobre o das configurações de poder. Os resultados confirmaram as hipóteses teoricamente deduzidas sobre a combinação de configurações esperada na empresa e o acréscimo da variância explicada pelo conjunto das configurações ($R^2 = 44,97$) foi significativo ($F = .0000$) em relação à variância explicada pelo conjunto das variáveis demográficas e funcionais ($R^2 = 25,62$). A contribuição específica de cada variável componente de ambos os conjuntos também apresentou-se compatível com as hipóteses. Dentro dos limites da organização focalizada neste trabalho, a aplicabilidade da Teoria do Poder Organizacional pode ser verificada e comprovada sua relevância para a explicação do comprometimento organizacional.

-oOo-

ORG 1.04

CONSEQUÊNCIAS DA SUPERQUALIFICAÇÃO EM FUNCIONÁRIOS DO SETOR BANCÁRIO. *Lúcia H. Soratto, Andréa A. Gazzotti, Patrícia C. Chabalgary, Patrícia Cl-Moor, Erenice Carvalho, Wanderley Codo.* Laboratório de Psicologia do Trabalho. Universidade de Brasília.

A superqualificação, assim como a subqualificação da mão-de-obra, são portadoras de problemas tanto para a empresa, quanto para o trabalhador. No caso da subqualificação potencializam-se as falhas, os erros ou os acidentes, prejudicando o desempenho para a empresa e expondo o trabalhador a situações estressantes e a maior desgaste físico e mental. No caso da superqualificação, os efeitos são menos evidentes para as empresas e muitas vezes acabam sendo desconsiderados, porém não são menos importantes e merecem tanta atenção quanto os anteriores. Um estudo realizado com 338 bancários de instituições públicas e privadas do interior de São Paulo permitiu identificar a presença de superqualificação através da superescolarização dos quadros de funcionários, tendo sido observado que 60% de funcionários no setor privado e 80% no setor público já haviam cursado ou estavam cursando nível superior, ocupando, em sua grande maioria, funções que exigiam apenas o curso secundário. Não foi encontrada qualquer relação entre o nível de escolaridade e as funções. Postos de trabalho menos qualificados, como o de atendente, continuavam mostrando nível tão alto de escolarização como as gerências. Através de uma escala de avaliação do trabalho, foi possível examinar as relações entre escolaridade e os níveis de: 'adaptação ao trabalho', 'fontes de insatisfação' e 'desafios existentes no trabalho'. O grupo menos escolarizado (até 2º grau completo), quando comparado ao grupo 'superescolarizado', avalia melhor seu trabalho em termos de presença de desafio (39,6% para 25,8%); possibilidades de prazer (45,4% para 29,4%); possibilidades de aprendizagem (51,2% para 31,4%); prestígio (29,5% para 17,4%) e importância social do trabalho (29,1% para 16,9%), todas as diferenças se mostraram significantes ($p < 0.05$). A alta concorrência dos concursos públicos, as facilidades que o horário de trabalho oferece e a dificuldade de absorção de mão-de-obra qualificada no mercado parece estar selecionando trabalhadores para atividades menores do que a sua qualificação profissional, gerando um nível de expectativa impossível de ser atingido e transformando-se numa fonte de insatisfação constante para o trabalhador.

-oOo-

ORG 1.05

EFEITOS DE POLÍTICAS DE ENXUGAMENTO DE QUADROS DE FUNCIONÁRIOS EM BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS. *Fátima Senna, Cristiane O. Heckler, Andréa A. Gazzotti, Lúcia H. Soratto, Wanderley Codo.* Laboratório de Psicologia do Trabalho. Universidade de Brasília

Em resposta às mudanças na conjuntura atual no país e no mundo, muitas empresas têm adotado a redução de seus quadros de funcionários, como tentativa de se adaptar às novas exigências de mercado. Isto é verdadeiro tanto no que diz respeito a organizações públicas quanto privadas. Particularmente o setor bancário, tem sofrido grandes alterações nos últimos anos, devido a variações na política econômica e ao rápido processo de automação do setor. Um estudo com bancários de instituições públicas e privadas possibilitou observar a diferença no impacto destas políticas. A pesquisa foi realizada com 194 trabalhadores de bancos públi-

cos e 91 de privados. Foram aplicados instrumentos para avaliar as condições gerais de trabalho e saúde mental da categoria. Entre estes, constava uma Ficha de Identificação Geral (FIG) que tem por objetivo levantar as características demográficas da população em questão e através da qual podem ser observadas algumas consequências destas políticas. A análise da curva de idade mostrou uma grande diferenciação no que tange à idade dos funcionários: enquanto nos bancos públicos a maior concentração está na faixa de 31 a 40 anos, nos bancos privados esta concentração está entre 21 e 30 anos. Visto de outra forma, enquanto apenas 2,5% dos trabalhadores têm entre 1 e 5 anos de empresa nos bancos públicos, 33,3% têm o mesmo tempo nos bancos privados. De modo inverso, enquanto apenas 4,2% no setor privado chega a mais de 20 anos na empresa, a porcentagem sobe para 24,6% no caso do setor público. Dados recolhidos através de entrevistas e análise estatística das respostas permitiram observar que as consequências são negativas para a qualidade do trabalho nos dois casos. No caso dos bancos públicos, com o envelhecimento do quadro de funcionários, perdem em agilidade e capacidade de se adaptar às inovações tecnológicas, tendo apenas a opção de remanejar seus funcionários. No caso do setor privado, se ganham em agilidade, perdem em experiência e estabilidade da força de trabalho, impedindo a construção de uma carreira dentro da empresa devido à alta rotatividade que a política de demissão dos funcionários mais antigos acaba gerando.

-oOo-

ORG 1.06

O SALÁRIO COMO SÍNTESE E REPRESENTAÇÃO DA INSATISFAÇÃO COM O TRABALHO. *Cristiane O. Heckler, Maurício R. Tamayo, Lúcia H. Soratto, Andréa A. Gazzotti, Wanderley Codo.* Laboratório de Psicologia do Trabalho, Universidade de Brasília.

A insatisfação com o trabalho é um dos aspectos que mais influenciam na baixa produtividade do indivíduo, além de ser um dos fatores desencadeantes de sofrimento psíquico, conforme a literatura mais recente tem apontado. Desta forma, uma análise organizacional que vise compreender as condições de trabalho em sua totalidade não pode ater-se na superficialidade da constatação da insatisfação, necessitando de um aprofundamento em suas possíveis causas. Foi realizado um estudo comparativo com bancários de bancos públicos e privados; 338 sujeitos foram submetidos a um inventário onde constavam perguntas sobre salário e formas de satisfação no trabalho. Verificou-se que a insatisfação salarial estava presente em 77,7% dos sujeitos, aparecendo como o fator preponderante. No entanto, não foram encontradas correlações significativas ($p < .05$) entre a queixa sobre salário, o salário efetivamente recebido, a renda familiar ou mesmo o peso do salário na renda total da família. Por outro lado, foi encontrada correlação de .30 e $p = .0000$ entre avaliação da remuneração e uma escala que avalia características do trabalho, como criatividade, iniciativa, prazer, desafio, aprendizagem e rotina. Particularmente o item rotina apresentou correlação de .34 e significância $p = .000$. Neste caso, as reclamações sobre salário poderiam ser melhor compreendidas como uma forma de expressar a insatisfação com as condições de trabalho. A falta de autonomia, de desafios, o trabalho excessivamente rotineiro acabam desaguando em uma queixa sobre salário, porque sendo este concreto, pode ser reivindicado mais diretamente, enquanto os problemas com as condições de trabalho, muitas vezes sequer chegam a atingir a consciência do trabalhador. A função do dinheiro

na sociedade é a de representar os valores embutidos na mercadoria. Quando pensamos no trabalho como mercadoria, não é surpreendente o fato de que, ali também, o dinheiro apareça como síntese (representante) de outras fontes de insatisfação no trabalho, neste caso, os problemas foram relacionados com as condições de trabalho. Estes dados recomendam que se avalie com mais rigor as reivindicações salariais, pois podem ser sintoma de que algo mais estrutural esteja errado com a organização do trabalho. Em consequência, a queixa sobre o salário se transformaria em crônica, já que os problemas reais não são considerados.

-oOo-

ORG 1.07

PERCEPÇÃO DA INFLUÊNCIA DOS TRAÇOS PESSOAIS E DO AMBIENTE DE TRABALHO NA EXPRESSÃO DA CRIATIVIDADE. *Maria de Fátima Bruno-Faria, Alessandro Carvalho de Oliveira, Ana Paula Pinheiro de Oliveira, André Luiz Ferreira Moniz e Gabriela Jardon Guimarães.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Foi objetivo do estudo investigar a percepção de profissionais que lidam com a produção criativa, quanto aos estímulos e os obstáculos à expressão de sua criatividade presentes onde trabalham. Investigou-se, ainda, as características pessoais desses sujeitos que, segundo a sua percepção, se relacionam com a criatividade, bem como a sua consideração dos aspectos de um indivíduo criativo. A amostra foi composta por 30 sujeitos de várias profissões e organizações do Distrito Federal, sendo 24 do sexo masculino e 6 do sexo feminino e a maior parte deles tinha menos de 30 anos de idade (53,3%). Todos foram entrevistados e responderam a um questionário a respeito do ambiente de trabalho e de características individuais relacionadas à criatividade. A busca constante de novas informações foi o aspecto pessoal mais salientado pelos sujeitos. Segundo eles, um indivíduo criativo apresenta: facilidade em expressar idéias e em se relacionar com os outros, senso de humor e curiosidade, ou mesmo não têm nenhum aspecto específico que os caracterizem como criativos. Quanto ao ambiente de trabalho, os estímulos mais frequentes foram: a presença de desafios, de recursos materiais e de informações. As barreiras mais indicadas foram: a inadequação e escassez de recursos materiais, falta de autonomia e prazos curtos. Segundo os sujeitos, a curiosidade, o entusiasmo e a dedicação são os aspectos pessoais que mais têm contribuído para o seu desempenho no trabalho. O desempenho criativo dos sujeitos é, ainda, favorecido pela liberdade e autonomia e afetado, de forma negativa, pelos baixos salários e a falta de recursos materiais. Os resultados apontam a necessidade de se desenvolver estudos que contemplem uma visão interacionista da criatividade, onde o indivíduo e o ambiente exercem importantes papéis na expressão e desenvolvimento de idéias novas.

-oOo-

ORG 1.08

FATORES FACILITADORES E INIBIDORES À PRODUÇÃO CRIATIVA DO PESQUISADOR. *Eunice Maria Lima Soriano Alencar.* Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Foi o objetivo do estudo investigar os fatores facilitadores e inibidores à produção criativa em uma amostra de 29 pesquisadores que se destacavam em áreas diversas, como Antropologia, Biologia, Linguística, Matemática, Psicologia, Sociologia, entre outras. A seleção da amostra foi feita pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação de uma universidade pública, atendendo solicitação da primeira autora para indicar os pesquisadores que vi-

nam se sobressaindo pela sua produção criativa. Dentre os 29 pesquisadores, 20 eram brasileiros e 9 estrangeiros, sendo 22 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com uma média de 20,3 anos de trabalho na Universidade onde os dados foram coletados. Esses pesquisadores foram entrevistados no seu local de trabalho, ocasião em que se abordaram entre outros aspectos, os fatores que mais contribuíram para a sua escolha profissional, o processo de produção de novas idéias para pesquisa, traços de personalidade, além de fatores considerados relevantes para um produção criativa em sua área e barreiras encontradas para o desenvolvimento de sua atividade de pesquisa. Quanto aos fatores mais relevantes para uma produção criativa, cinco aspectos foram mais salientados pelos pesquisadores, a saber: interlocução com pares, dedicação ao trabalho, acesso permanente a informações relevantes, preparação sólida e boas condições de trabalho, em termos de recursos materiais e apoio administrativo. Por outro lado, falta de apoio técnico e de pessoal, recursos financeiros limitados, dificuldade de acesso a material bibliográfico e burocracia (tanto na universidade como fora dela) foram as principais barreiras apontadas por estes pesquisadores para o desenvolvimento de seu trabalho, embora outras barreiras tenham sido também lembradas com menor frequência, como isolamento intelectual, disponibilidade de tempo para pesquisa e barreiras de ordem emocional. Tais resultados chamam a atenção tanto para fatores de ordem individual como do ambiente de trabalho que têm influência no trabalho do pesquisador, seja favorecendo, seja dificultando a sua produção. CNPq.

-oOo-

ORG 1.09

PROPOSIÇÃO E ANÁLISE DE UM MODELO PÓS-COGNITIVO PARA CIDADANIA ORGANIZACIONAL. *M. M. M. Siqueira.* Universidade Federal De Uberlândia.

Em 1983, Bateman e Organ introduziram o termo cidadania organizacional na literatura do comportamento organizacional para representar gestos dos trabalhadores que se transformavam em contribuições informais e benéficas ao sistema empregador. O objetivo desse estudo foi submeter à comprovação empírica hipóteses acerca das relações entre o critério cidadania organizacional e antecedentes atitudinais (satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo) e cognitivos (percepção de reciprocidade organizacional, percepção de suporte organizacional e comprometimento organizacional calculativo), cuja interdependência pôde ser estabelecida através de um modelo pós-cognitivo, concebido para representar um processo psicológico de troca social entre empregado e organização. Participaram do estudo 520 trabalhadores dos setores público e privado aos quais foi aplicado, em seus locais de trabalho, um instrumento contendo sete escalas relativas às variáveis incluídas no modelo bem como questões para levantamento de dados pessoais e funcionais da amostra. Os dados foram analisados através de regressões hierárquicas e stepwise. As análises demonstraram que as variáveis afetivas explicavam maiores porcentagens da variância de cinco classes de gestos de cidadania organizacional do que as variáveis cognitivas, quando posicionadas como antecedentes diretos (32,9%, 9%, 6,2%, 3,6%, 2,8%), ocorrendo o mesmo quando colocadas na posição de antecedentes indiretos (15,1%, 7,2%, 6,3%, 4,2%, 4,1%). As variáveis cognitivas, por sua vez, revelaram-se preditores das variáveis atitudinais, explicando 41,6% de satisfação no trabalho, 34,2% de comprometimento organizacional e 24,9% de envolvimento com o trabalho. Os resultados do presente estudo trazem evidências empíricas para a

hipótese de relação pós-cognitiva entre os antecedentes atitudinais e cognitivos de cidadania organizacional, revelando que as crenças dos trabalhadores acerca das relações de troca que entabulam com a organização empregadora constituem a base informacional dos seus vínculos afetivos com o trabalho e a organização, os quais mostraram-se capazes de prever, de forma bastante particular, a emissão de cinco classes distintas de gestos de cidadania organizacional.

-oOo-

ORG 1.10

ANÁLISE DE UM MODELO PÓS-COGNITIVO PARA INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE. M. M. M. Siqueira, S. Gomide Jr., T. M. Marques, e I. O. Moura. Universidade Federal de Uberlândia.

Intenção de rotatividade tem sido, ao longo das últimas décadas, um dos critérios mais amplamente investigados por pesquisadores da área de psicologia organizacional. No Brasil, embora haja um número crescente de pesquisas sobre esse tema, existe, ainda, carência de trabalhos cujos objetivos são os de compreender a natureza da relação entre ele e outras variáveis de natureza estritamente psicológica que expliquem sua variância. Com o objetivo de verificar quais seriam os melhores preditores de intenção de rotatividade, foi concebido um modelo pós-cognitivo composto por antecedentes diretos de natureza afetiva (comprometimento organizacional afetivo, satisfação no trabalho e envolvimento com o trabalho) e indiretos de natureza cognitiva (comprometimento organizacional calculativo, percepção de justiça distributiva e cognições de saída da organização). Para testar o modelo, 217 sujeitos (60,4% do sexo masculino) empregados de empresas públicas e privadas da Região do Triângulo Mineiro, responderam a um instrumento contendo sete escalas relativas às variáveis do modelo. Submetidos à análise de regressão hierárquica, os dados indicaram que as seis variáveis independentes explicavam 52% da variância de intenção de rotatividade. Quando posicionadas no primeiro bloco como regressores diretos, as variáveis afetivas explicaram maior porcentagem (47%) da variância de intenção de rotatividade do que as cognitivas (32%). Estes resultados demonstram que os afetos relativos ao trabalho e à organização são antecedentes diretos da intenção de rotatividade e que as crenças elaboradas pelo trabalhador acerca da organização constituem seus antecedentes indiretos. As evidências empíricas obtidas nesse estudo tendem a fortalecer as hipóteses de relações pós-cognitivas entre os antecedentes psicológicos de intenção de rotatividade, bem como a reafirmar achados recentes obtidos por investigadores nacionais e internacionais.

-oOo-

ORG 1.11

RELAÇÕES ENTRE PODER ORGANIZACIONAL E AUTO-CONCEITO NO TRABALHO. Patrícia C. Gama da Costa e Maria das Graças Torres da Paz. Universidade de Brasília.

A variável poder tem surgido como uma variável relevante, porém pouco estudada. Considerando-se que a percepção da organização pode ser influenciada pela autopercepção, o presente estudo teve como objetivo investigar as relações entre a percepção dos indivíduos sobre sua atuação no trabalho (Autoconceito no Trabalho) e a percepção do sistema de poder existente em sua organização. Para tal foram consideradas como variáveis independentes: idade, sexo, escolaridade, tempo total de trabalho (TT), tempo de serviço na organização atual (TSO) e função (chefe,

subordinado). Fizeram parte da amostra, duas organizações, uma pública, voltada para a área de saúde (empresa 1) e a outra privada, voltada para atividades educacionais (empresa 2), com um mínimo de 10% dos empregados em cada uma delas. No total, participaram deste estudo 130 sujeitos, sendo 84 da empresa 1 e 46 da empresa 2. Foram utilizados dois instrumentos auto-aplicáveis para a coleta de dados, a Escala de Autoconceito no Trabalho e a Escala de Configuração de Poder. Foram realizadas estatísticas descritivas, além da ANOVA e análise de regressão múltipla para a obtenção dos resultados do estudo. Verificou-se que os funcionários da empresa 1 se percebem como colaboradores e em relação à empresa, percebem-na como missionária, sendo sua principal missão o bem-estar da comunidade e como sistema fechado, isto é, a organização não sofre pressões do ambiente externo, os influenciadores estão dentro da organização. Na empresa 2, os funcionários se percebem como competentes e em relação à empresa, tendem a percebê-la como autocrática. Conclui-se com estes resultados, que a percepção de colaboração leva à uma percepção do trabalho da empresa como missão, visto que em uma empresa missionária o espírito de colaboração é mais valorizado. Já a percepção de competência leva a percepção da empresa como mais autocrática, visto que a autocracia é exigente no que diz respeito à competência na realização das tarefas executadas.

-oOo-

ORG 1.12

PODER E JUSTIÇA EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS. Maria das Graças Torres da Paz, Érika Rodrigues Magalhães e Cristiane Pereira do Carmo. Universidade de Brasília.

O objetivo da pesquisa consiste em relacionar a percepção das configurações de poder organizacional com os critérios de justiça ideais para serem utilizados em avaliação de desempenho, e os critérios de justiça que são efetivamente usados nos sistemas de recompensas de organizações públicas e privadas. A amostra foi estratificada em cada empresa, sendo constituída por no mínimo 10% da população. Como instrumentos foram utilizados: (a) a Escala de Configuração do Poder Organizacional; (b) um cenário caracterizando o desempenho de alguns empregados de uma empresa fictícia (este cenário subsidiou a medida dos critérios de justiça distributiva, equidade, igualdade e necessidade no sistema de avaliação de desempenho) e (c) uma escala com 5 itens para avaliar os critérios de justiça distributiva usados nos sistemas de recompensas. Estes instrumentos foram respondidos individualmente e aplicados coletivamente nas respectivas empresas. Os resultados revelaram que na empresa A, pública, as configurações de poder mais percebidas foram de instrumento partidário, ou seja, a organização é vista como instrumento de partidos políticos e como autocrática, onde as decisões são centralizadas pelo mais alto chefe da organização. A empresa B, também pública, foi percebida como instrumento partidário e como missionária, o que significa que sua principal missão é o bem estar da comunidade. A empresa C, privada, foi percebida como um sistema fechado que não sofre pressões do ambiente externo e também como autocrática. Quanto às relações com os critérios de justiça, os respondentes das três empresas consideraram que o critério ideal de justiça para a utilização em avaliação de desempenho é o da equidade, independentemente do tipo de configuração de poder percebida. Já com relação à percepção dos critérios de justiça efetivamente usados nos sistemas de recompensas, o grupo da empresa A admitiu ser a igualdade o critério mais usado, o da

empresa B salientou a injustiça como marca da distribuição de recompensas e o grupo da C considerou o critério da equidade como mais utilizado. Constatou-se ainda, que as percepções das configurações de poder e dos critérios de justiça são explicadas pelas variáveis nível de escolaridade, idade e tempo de serviço na organização que foram as variáveis independentes do estudo. Conclui-se que há correlações positivas entre as percepções de poder organizacional e critérios de justiça efetivamente usados nos sistemas de recompensas. CNPq.

-oOo-

ORG 1.13

PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA SALARIAL E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL. *Áurea Fátima Oliveira e Maria das Graças Torres da Paz, Universidade de Brasília.*

O presente estudo foi realizado com objetivo de explorar as possíveis relações entre percepção de justiça salarial e comprometimento organizacional. Este último constructo foi estudado de acordo com duas perspectivas: Comprometimento afetivo e comprometimento calculativo. Para medir o primeiro, utilizou-se o instrumento construído por Mowday (1992); para o segundo, o instrumento construído por Becker (1982). Ambos foram validados no Brasil por Bastos (1994). A percepção de justiça salarial foi avaliada por um instrumento de 10 itens, com uma escala de 3 pontos (justo/injusto), construído especialmente para este trabalho. Este instrumento constitui-se de um único fator (símbolo 97 χ^2 "Symbol" χ^2 9=0,88). As cargas fatoriais de seus itens variaram entre 0,51 e 0,79. Os questionários foram aplicados em uma organização pública, que emprega pessoas concursadas, bem como prestadoras de serviços. Dentre os 135 questionários distribuídos, 65% retornaram. A análise da variância (ANOVA) mostrou que, nesta amostra, quanto menor o nível de escolaridade maior o comprometimento calculativo (símbolo 97 χ^2 "Symbol" χ^2 9=0,02). Quanto ao comprometimento afetivo, sujeitos com idade entre 26 e 46 anos mostraram-se mais comprometidos (símbolo 97 χ^2 "Symbol" χ^2 9=26 e 46 anos mostraram-se mais comprometidos (símbolo 97 χ^2 "Symbol" χ^2 9=0,005); Os sujeitos de sexo feminino apresentaram apenas uma tendência à significância. Através da análise de regressão múltipla, observou-se que: a) Comprometimento calculativo e percepção de equidade salarial explicam apenas 22 % da variância do comprometimento afetivo. b) Comprometimento afetivo e equidade salarial explicam somente 15 % da variância do comprometimento calculativo. Assim, a existência dos dois tipos comprometimento, afetivo e calculativo, tem sua explicação em outras variáveis, tais como "imagem externa da organização e políticas de recursos humanos, como relata por Borges-Andrade (1994).

-oOo-

ORG 1.14

CULTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO PARTICIPATIVA: UM ESTUDO SOBRE AS RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS DAS PRÁTICAS DE CHEFIA - PROJETO I. *Lúcia Helena Cavagione e Wilson Moura, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

Esta pesquisa realizada no âmbito de uma Instituição Governamental surgiu de uma demanda de mudança das práticas gerenciais vigentes, tendo em vista possibilitar condições mais facilitadoras para a participação e envolvimento dos escalões subordinados nas decisões organizacionais. Durante o período de negociações preliminares foram entrevistados os principais dirigentes e elab-

orada a lista dos cinquenta (50) participantes, todos gerentes de diferentes níveis, do sexo masc. (80%), mais de 15 anos de serviço prestados à Instituição, a maioria com 3º grau. Durante a realização do Seminário (três dias consecutivos) foram propostas diferentes questões sobre chefia, liderança, autoridade e participação, respondidas individualmente e através de consensos, em pequenos grupos e em plenária (todos os participantes). Foram ainda conduzidas discussões dirigidas e dramatização semi-estruturada versando sobre o processo decisório em grupo. Os resultados obtidos indicam: a) uma forte tendência a compartilhar de crenças de que o exercício do poder vincula-se ao exercício da dominação e da submissão o que, talvez, explica a rejeição e a negação observados aos papéis dotados de poder formal; b) uma certa tendência a confundir o exercício do controle com autoritarismo, o que dificulta a compreensão sobre o lugar e o papel da chefia no processo de integração organizacional; c) um tendência de atribuírem a fatores externos a responsabilidade pelas dificuldades encontradas no desempenho dos papéis de chefia. Tais manifestações sugerem, ainda, uma grande resistência à mudança das práticas de chefia relacionadas, principalmente, ao foco central do programa de gestão participativa - o binômio autonomia e responsabilidade para os subordinados - devido, ao que tudo indica, as fortes marcas (crenças e valores) construídas ao longo do processo de socialização a que foram submetidos.

-oOo-

ORG 1.15

CULTURA ORGANIZACIONAL E PODER: UM ESTUDO SOBRE A CAPACIDADE DAS ESTRUTURAS FORMAIS DE PODER IMPLEMENTAREM MUDANÇAS - PROJETO II. *Elizabeth Ana Bonavito e Wilson Moura, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

Esta pesquisa realizada no âmbito de uma Instituição Governamental teve como objetivo estudar a capacidade que a estrutura gerencial possui para implementar e administrar as mudanças consideradas fundamentais à sobrevivência da organização. Esta pesquisa que atualmente se encaminha para a sua segunda fase teve a sua origem em pesquisas anteriores, ainda que com propósitos distintos, realizadas na mesma Instituição. A demanda inicial surgiu da constatação, pelos dirigentes, de que o escalão gerencial tinha dificuldades em assumir o seu papel e as responsabilidades de chefia, criando, assim, enormes dificuldades para a administração das mudanças impostas pelo Governo Federal, como condição necessária à sobrevivência da instituição. A 1ª fase desta pesquisa consistiu em se trabalhar todo o material empírico acumulado de pesquisas anteriores realizadas nessa Instituição no sentido de se construir as representações sociais mais significativas relacionadas ao tema da chefia e poder. Em seguida foi estruturado e definido o universo de atores a ser pesquisado que ficou, assim, composto: 65 gerentes de diferentes escalões hierárquicos, 80% do sexo masculino e tempo de exercício de papéis de chefia que variam de dois (2) a vinte (20) anos. Como conclusão da fase inicial pode-se afirmar que: a) existe uma forte crença, compartilhada pela maioria dos membros da organização, da falta de utilidade das chefias, tendo em vista a tendência a omissão generalizada; b) existe uma forte preocupação manifestada pelos chefes de serem percebidos como não autoritários, o que os leva a serem menos controladores que os subordinados; c) uma tendência a manipular afetivamente os subordinados através de práticas sedutoras.

-oOo-

ORG 1.16

A RELAÇÃO ENTRE SUPORTE SOCIAL E SAÚDE MENTAL EM POLICIAIS. *Renata F. Pegoraro e Wanderley Codo.* Universidade de São Paulo.

A literatura apresenta várias definições de Suporte Social (SS), muitas delas assumindo um caráter multidimensional. O conceito está sempre relacionado com o bem-estar psicológico do indivíduo, podendo "proteger" o mesmo contra a incidência de doenças mentais. Para Thoits (1982) o Suporte Social refere-se ao grau de afeição, aprovação, crença e segurança em pessoas significativas de que o indivíduo precisa. Neste trabalho foram analisados os dados de 1275 sujeitos que eram funcionários ou candidatos da Polícia Militar do Estado de São Paulo em 1992. Utilizou-se o M.M.P.I. (Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade) para a avaliação da personalidade, uma ficha referente a dados demográficos e a SS (subescalas social - com 5 itens e familiar - com 3 itens). Avaliou-se a distribuição do SS em relação aos resultados do MMPI; a correlação entre as escalas de SS e os resultados dos sujeitos no MMPI através do critério normal (< 60 pontos) versus não normal (> 60 pontos). Utilizou-se também regressões múltiplas englobando as escalas clínicas do MMPI e os resultados das escalas de SS familiar e social. A amostra é composta basicamente por homens (96,5%) sendo que 54,6% dos sujeitos possui entre 20 e 29 anos de idade, 61,3% têm o 1º grau completo e 56,1% são casados. As correlações obtidas entre SS (familiar e social) e as variáveis do MMPI foram baixas ($r < 0,20$ e nível de significância $> 0,10$) e regressões múltiplas indicaram que o SS tem pouco peso quanto à incidência de doenças mentais. É importante distinguir os diferentes tipos de suporte pois alguns autores apontam para a possibilidade de que eles tenham efeitos independentes na saúde e funções psicológicas. Cada tipo de SS deve produzir diferentes resultados pois as funções não são necessariamente intercambiáveis em sua utilidade. Demonstrações dos valores sociais de alguém podem ajudar no suporte/apoio da auto-estima e fazer com que a pessoa esteja vulnerável à depressão e também contribuir para diversão ou felicidade apesar do stress, acentuando a saúde e o senso de bem-estar (Lazarus, 1980). Há um valor potencial em desenvolver medidas capazes de distinguir múltiplas funções de SS. Deste modo, poderíamos colocar que os resultados obtidos e que contrariam os dados da literatura devem-se, em parte, a um problema referente à escala usada não ser caracterizada como de natureza multidimensional, sendo categorizada como Campanha Social (Winemiller, 1993).

-oOo-

ORG 1.17

APRENDIZAGEM NO CANTEIRO DE OBRAS E QUALIDADE TOTAL. *Francisco Ritter.* Professor Assistente do Departamento de Psicologia. Universidade Federal de Santa Maria.

O trabalhadores no setor da construção civil sofrem, hoje, os efeitos da introdução de tecnologias de gerenciamento da Qualidade Total no seu ambiente de trabalho. Estas tecnologias impõem uma série de mudanças na forma de conduzir as tarefas do dia-a-dia, além de imporem uma nova estrutura de transmissão do conhecimento entre os sujeitos envolvidos. A partir de uma visão fenomenológica de Ciência, e utilizando o método biográfico ("histórias de vida") para o levantamento de dados junto aos sujeitos entrevistados, pesquisaram-se as formas de transmissão do conhecimento e formação profissional entre trabalhadores da construção civil, da maneira como vinham tradicionalmente se dando, e como ocorrem hoje, diante das mudanças em torno da Qualidade

de Total. A partir de um referencial teórico baseado em Piaget e Vigotsky, o autor pretende mostrar os resultados a que chegou após investigar o fenômeno da introdução de conceitos de Qualidade, como padronização e treinamento, em um ambiente marcado pela formação intelectual através da relação interpessoal, da imitação e do aparente informalismo. Os resultados desta pesquisa serão comparados com os dados levantados no trabalho que atualmente é desenvolvido pelo autor, envolvendo a Universidade Federal de Santa Maria e a Associação da Construção Civil desta mesma cidade.

-oOo-

ORG 2.01

CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE IMAGENS ORGANIZACIONAIS. *J. E. Borges-Andrade, R. Pilati e A. M. D. Silvino.* Universidade de Brasília.

O objetivo desta pesquisa foi a construção de um questionário baseado nas oito imagens ou metáforas propostas por Morgan - em seu livro "Imagens da Organização", editado no Brasil pela Atlas em 1996 - para analisar organizações: máquina, organismo, cérebro, cultura, sistema político, prisão psíquica, mudança e transformação e instrumento de dominação. Foi elaborado um instrumento com 85 assertivas, aproximadamente 10 para cada uma das oito imagens, para serem avaliadas numa escala de concordância de sete pontos. Foi aplicado em 1233 sujeitos de organizações públicas e privadas do Rio de Janeiro, Salvador, Uberlândia e Brasília. Realizada uma análise fatorial PAF, rotação oblíqua, encontrou-se 6 fatores primários. Uma nova análise foi feita entre os itens dos 4 melhores fatores, ocorrendo uma agregação em 2 fatores secundários. Nenhum fator acima emergiu claramente em termos das imagens propostas. O de Cronbach variou de .89 a .73 para os fatores primários e foi de .92 e .86 para os secundários. Dentre os fatores primários confiáveis e interpretáveis encontrou-se predominância de itens de mudança e transformação, sistema político, máquina e cérebro. Quanto aos fatores secundários, ambos confiáveis, eles sugerem que as imagens medidas pelo questionário construído são duas e antagônicas: organização rígida, irracional e exploradora versus organização flexível, racional e possuidora de visão estratégica. Os fatores secundários obtidos referem-se, pois, a duas imagens: organização mecanicista e organização orgânica. Embora o instrumento tenha sido construído originalmente para medir várias dimensões organizacionais, sua característica psicométrica o torna adequado para diagnosticar o continuum rigidez-flexibilidade ou irracionalidade-razionalidade. Quanto ao objetivo originalmente definido, relativo às oito imagens, é meta ainda a ser alcançada.

-oOo-

ORG 2.02

SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO. *Ana Magnólia Mendes, Daniele Horowitz, Marcelo Medeiros e Silvia Costa.* Universidade de Brasília.

O sofrimento psíquico vem sendo estudado na França, desde a década de 80, através de metodologia qualitativa, fundamentado no pressuposto que o trabalho é uma relação intersubjetiva e a divisão de tarefas e divisão de homens, refletidos na organização do trabalho, são responsáveis pela sua emergência. Neste estudo pretendemos integrar as abordagens qualitativas e quantitativas validando um instrumento de medida do sofrimento no trabalho. O construto sofrimento e a delimitação de seus atributos foram

construídos com base teóricas a partir das pesquisas realizadas por Dejours (1985;1987;1990) com operários da construção civil e telefonistas, e a partir de estudos empíricos realizados por Mendes (1994) com engenheiros e enfermeiras. Definimos o sofrimento como vivência depressiva do trabalhador, sentimento de indignidade, imagem de inutilidade e desqualificação quando esgotadas todas as suas tentativas cognitivas e psicoafetivas para mudar as situações atuais de trabalho. Neste sentido, propomos 04 fatores conceituais: *Vivência depressiva*- desinvestimento afetivo no trabalho dominado pelo cansaço, desânimo e indisposição para continuar produzindo; *Sentimento de indignidade*- frustração narcísica diante da percepção de que o trabalho é robotizado, despersonalizado, não permite a utilização da inteligência e imaginação, causa o isolamento psicoafetivo e é subjulgado a um sistema de poder; *Imagem de inutilidade*- percepção de que o trabalho não tem finalidade e significação para si mesmo, para a família, para a Organização e para a sociedade em geral e *Imagem de desqualificação*- percepção de que suas tarefas são pouco complexas e não exigem conhecimentos específicos, implicando na desmotivação e não realização profissional. A escala apresenta, em sua primeira versão 61 itens, tendo sido aplicada até o momento em 425 sujeitos. Os resultados confirmam 04 fatores com "eigenvalue" superior a 1,5, explicando 37,1% da variância total, conceitualmente relacionados a desqualificação (Fator 1; = .74), vivência depressiva (Fator 2; = .74), inutilidade (Fator 3; = .79), indignidade (Fator 4; = .79). Estes resultados indicam um instrumento com 40 itens (cargas fatoriais > .40) e fatores com precisão acima de .70.

-oOo-

ORG 2.03

AValiação DO NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO DE TAREFAS GRUPAIS ATRAVÉS DE ESCALAS EM SETE PONTOS. Daniela Carnio Costa Marassia; Marco Antonio de Castro Figueiredo. Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo.

Este trabalho está incorporado em um projeto maior que visa estabelecer algumas bases para o estudo de relações entre atitudes frente ao trabalho em grupo e a liderança situacional. Considerando que as estratégias para o funcionamento dos grupos de trabalho são função da estrutura da tarefa grupal e que a liderança situacional é subproduto desta relação, o objetivo do presente trabalho foi determinar, em função do nível da estruturação da tarefa, os subgrupos que deverão ser objeto de estudo da pesquisa principal. Um elenco de 10 equipes de trabalho definidas com base nas normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1958) foi submetido a 30 juízes de nível universitário para que, com o auxílio de escalas tipo Likert em 7 pontos, avaliassem o nível de estruturação da tarefa característica de cada equipe. Tomando, como critério, a média e a variância dos julgamentos, uma chave de ponderação foi estabelecida para selecionar as equipes em função de 3 níveis de estruturação. Estudos complementares, através do teste de Friedman, verificaram a homogeneidade entre os blocos de equipes: a) vendedores, policiais e saúde pública ($p=.16$) considerados de baixa estruturação; b) técnicos em saúde, calçadistas, mecânicos, ferramenteiros, e esportistas ($p=.28$) considerados de média estruturação; c) técnicos bibliotecários e pilotos de aeronave ($p=.27$) considerados de alta estruturação. Com base na chave de ponderação, foram destacadas 4 equipes, que deverão ser objeto da pesquisa principal: a) vendedores (VD) com pouca estruturação ($x=4.00$, $s=1.70$); b)

mecânicos (TM) e técnicos calçadistas (TC) com média estruturação ($x=4.80$, $s=1.40$ e $x=5.30$, $s=.90$); c) pilotos (PA) com alta estrutura ($x=6.10$, $s=.61$). Finalmente, estudos realizados através do teste de Wilcoxon comprovaram, para as equipes selecionadas, diferenças intergrupos ($VD<TM$: -3.84, $p<.001$); ($TC<PA$: -3.23, $p<.001$) e semelhanças intragrupos ($TM=TC$: -.57, $p=.56$) quanto à estruturação da tarefa. Com base nestes resultados, estudos diferenciais deverão ser realizados no sentido de determinar alguns condições estruturais das tarefas grupais que poderiam determinar o surgimento e as características de do líder nos diversos grupos de trabalho.

-oOo-

ORG 2.04

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE UMA ESCALA AFETIVO-COGNITIVA DE ATITUDES FRENTE AO TRABALHO EM EQUIPE. Marco Antonio de Castro Figueiredo, Wilson Ferreira Coelho e Rodrigo Vitor Ferreira Paiva, Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP, Universidade de São Paulo.

Este trabalho é continuidade de uma série de estudos realizados com um instrumento de avaliação de atitudes frente ao trabalho em equipe elaborado por FIGUEIREDO E GALERA (1982), que culminaram com a transposição para o modelo afetivo/cognitivo proposto por FISHBEIN e AJZEN (1975). Escalas de probabilidade e de avaliação, do tipo Likert, em sete pontos, foram aplicadas sobre os 64 itens do modelo original do questionário de atitudes. Uma amostra de 100 profissionais das áreas administrativas e técnicas do Campus USP de Ribeirão Preto, de ambos os sexos, universitários e não universitários, foi estudada com o objetivo de verificar as dimensões de avaliação deste questionário sob o novo modelo. Estudos sobre Componentes Principais pela aplicação do Sistema Varimax de Rotação, considerando como critério saturações acima de .50 para inclusão de itens e Eigenvalues superiores a 1.00 para aceitação de Fatores, aplicados nas categorias do questionário de atitudes em separado, indicaram a presença de fatores específicos para cada componente: *Autocracia* (3 fatores, sat. .08<.77, EV. 1.18<2.0); *Democracia* (3 fatores, sat. .00<.83, EV. 1.08<1.65); *Contestação* (3 fatores, sat. .06<.84, EV. 1.17<2.02); *Conformismo* (4 fatores, sat. .00<.85, EV. 1.09<1.72); *Dependência* (3 fatores, sat. .01<.82, EV. 1.15<2.19); *Independência* (3 fatores, sat. .04<.86, EV. 1.12<2.11); *Introversão* (2 fatores, sat. .00<.84, EV. 1.02<3.68) e *Extroversão* (3 fatores, sat. .00<.86, EV. 1.10<2.26), selecionando um total de 55 locuções. Com base nessa análise, novos estudos de conteúdo através da técnica de Mc-Quitty foram realizados a partir do julgamento de cinco juízes universitários definindo sete grupamentos: *Busca de Integração*, *Fuga à Auto-determinação*, *Busca de Socialização*, *Negação de Dependência*, *Afirmação à Autoridade*, *Fuga à Integração* e *Busca de Autodeterminação*. CNPq.

-oOo-

ORG 2.05

O TESTE DAS RELAÇÕES OBJETAS COMO INSTRUMENTO COMPLEMENTAR AO DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE TREINAMENTO. O. I. Moura; R. C. Gandini; J. C. V. V. Vieira Da Silva; M. B. Souza; A. H. M. Barros. Universidade Federal de Uberlândia.

Através da integração das abordagens organizacional e clínica buscou-se realizar o diagnóstico dos recursos humanos de uma equipe paramédica, que trabalha com pacientes de alto risco e oncológicos, em um hospital de uma cidade do Triângulo Mineiro, tendo como objetivo: 1. Identificar necessidades de treina-

mento; 2. Diagnosticar o Sistema Tensional Dominante Inconsciente (S.T.D.I.); 3. Planejar intervenções necessárias. Participaram deste estudo 19 dos 22 membros da equipe (86%). Suas idades variaram de 21 a 53 anos e em sua maioria (63%) possuíam o 2º grau completo. O diagnóstico foi realizado nas seguintes etapas: 1. Solicitou-se que cada sujeito respondesse à questão: "Para você, qual é o maior problema do setor?" As respostas foram categorizadas em 10 itens, pelos pesquisadores, de acordo com seu conteúdo temático e em seguida foram hierarquizadas pelos sujeitos em ordem decrescente. 2. Aplicou-se o Teste das Relações Objetivas (T.R.O.) coletivamente, que foi interpretado qualitativa e quantitativamente. Como resultado da 1ª etapa obteve-se com maior frequência as respostas: dificuldade no relacionamento como equipe; inadequação do espaço físico; e sobrecarga de trabalho de alguns funcionários. Na 2ª etapa, somente a série "C" do T.R.O., foi estatisticamente significativa ($P < 0,05$), demonstrando que a análise do S.T.D.I., ou seja, a angústia sentida, a mobilização de defesas e do desejo indicaram que o ego, de cada sujeito, não pôde enfrentar com sucesso os relacionamentos vinculares, emocionais e objetivos mais positivos. A utilização do T.R.O. evidenciou aspectos do relacionamento interpessoal, até então detectados em sua globalidade. Esses dados subsidiarão o planejamento e execução das intervenções que se fizerem necessárias, propiciando ao grupo a oportunidade de vivenciar as separações através de técnicas que propiciem formas de manifestações emocionais, além de propiciar a elaboração de critérios de funcionamento para o próprio grupo, minimizando assim as características negativas e persecutórias do ambiente de trabalho, provavelmente sustentadas pelo sofrimento tanto do paciente como da equipe.

-oOo-

ORG 2.06

CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM PROFISSIONAIS QUE ATENDEM PACIENTES COM A SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (AIDS), COM BASE NA TÉCNICA DO PLANO DE OITO PONTOS. Wilson Ferreira Coelho e Marco Antonio de Castro Figueiredo. Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Este trabalho é parte integrante de um projeto mais amplo que visa buscar subsídios para a elaboração de programas de capacitação junto a profissionais da saúde que atendem o paciente com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Com o objetivo de identificar características de avaliação psicossocial do desempenho destes profissionais, foi formado um grupo multidisciplinar, composto por 17 profissionais do Serviço de Internação e Controle de Leitos do Hospital das Clínicas da F.M.R.P. USP. Visando a construção de uma escala de avaliação de desempenho, foram realizadas 23 sessões de dinâmica de grupo onde foram estabelecidos conteúdos referentes à organização e estrutura do trabalho, para conceber modelos de atendimento que pudessem se aproximar do considerado ideal às necessidades psicossociais do paciente. Com base na Técnica do Plano de Oito Pontos (Jackson, 1977), uma série de conteúdos foram definidos operacionalmente, enquanto características de avaliação do desempenho, segundo o procedimento de Composição de Padrões Analíticos. Para estas características, um sistema de ponderação, variando de 1 a 10, foi estabelecido em função do seu caráter *essencial* ou *desejável*. Protocolos para ponderação das caracte-

rísticas definidas foram elaborados, estabelecendo-se como critério as médias dos pesos atribuídos, definindo os conteúdos para avaliação do desempenho: *Disposição para Interação* com peso 9 ($X=9.4$; $SD=.13$), *Comunicação* com peso 8 ($X=8.1$; $SD=.04$), *Iniciativa* com peso 7 ($X=7.2$; $SD=.11$), *Disposição para o Atendimento* com peso 9 ($X=9.2$; $SD=.18$) e *Conhecimento da Função* com peso 10 ($X=10.0$; $SD=.01$). Este instrumento deverá fazer parte do elenco de conteúdos a ser administrado em etapas posteriores da Avaliação do Desempenho Profissional em saúde que, conjugado com medidas de atitude, constituirá o embasamento para projetos de desenvolvimento de Recursos Humanos para o atendimento em AIDS.

-oOo-

ORG 2.07

FATORAÇÃO DO MMPI E ELABORAÇÃO DE UM INVENTÁRIO PARA INVESTIGAÇÃO DAS ATITUDES E CONDIÇÕES DE TRABALHO. Iône Vasques de Menezes, Patrícia C Chabalgoity, Waleska Alvarenga, Wanderley Codo. Laboratório de Psicologia do Trabalho - Universidade de Brasília.

Desde 1986, o MMPI vem sendo aplicado pelo Projeto Saúde Mental e Trabalho como instrumento auxiliar de diagnóstico nas organizações. No entanto, trata-se de um instrumento longo e de aplicação demorada, ao mesmo tempo que busca um detalhamento do diagnóstico que não se aplica às situações do trabalho. Este estudo consistiu na tentativa de criação de um inventário para o diagnóstico de saúde mental no trabalho baseado no MMPI, combinando três técnicas: análise fatorial, alpha de cronbach, e análise clínica de conteúdo item a item (Graham 1975, 1995). Foi utilizada uma base de dados de 3020 sujeitos, de várias categorias profissionais. Os itens resultantes foram correlacionados (Pearson) com a escala original, assim como cada item selecionado foi correlacionado com os resultados das duas escalas, a do MMPI e a do novo instrumento. No caso do cotejamento com o MMPI, as correlações entre os dois inventários estiveram em torno de 70% para todas as escalas, exceto a MF (masculino-feminino), retirada da análise por se encontrar ultrapassada e por não ser de interesse específico para a situação de diagnóstico nas organizações. O produto final resultou em um inventário significativamente mais breve e ao mesmo tempo mais sensível para a detecção de problemas ligados à saúde mental no trabalho, composto de questões oriundas do MMPI acrescentadas de outras, escolhidas com critério de avaliação clínica. O instrumento assim construído foi aplicado em 400 sujeitos, os resultados foram submetidos à análise fatorial e entrevistas qualitativas. Uma segunda análise implicou na reformulação da escala de histeria, assim como no rephraseamento de várias questões e supressão de outras, em um formato likert de 7 pontos. O resultado foi reaplicado em 200 sujeitos, resultando em um instrumento de 65 questões e tempo de aplicação médio de 20 minutos. A análise fatorial e as entrevistas clínicas mostraram que o novo inventário é sensível para a detecção de problemas de saúde mental ligados ao trabalho.

-oOo-

ORG 2.08

ABORDAGEM PSICODRAMÁTICA EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL. I. V. Menezes, V. M. Barbosa, M. T. Frade e P. C. O. Chabalgoity. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Este trabalho visa divulgar uma estratégia de Orientação Vocacional e sua metodologia como subsídio para o desenvolvimento de pesquisas. A abordagem do processo é psicodramática, pois parte de conceitos da teoria Moreniana, de espontaneidade e criatividade, teoria dos papéis e *acting out*. O programa de extensão em Orientação Vocacional tem sido desenvolvido desde 1990 com os objetivos de oferecer atendimento à comunidade, aonde já atendeu mais de 400 adolescentes, e favorecer o campo de estágio. O processo de Orientação Vocacional é desenvolvido em grupo, numa média de 8 sessões, sendo 2 horas de duração cada uma, com periodicidade semanal e utilizando técnicas e jogos dramáticos. O processo é composto por três momentos: 1) auto-conhecimento; 2) embasamento de processo decisório; e 3) identificação da escolha profissional ou fechamento do processo. As vivências, a interação do grupo e as trocas de sentimentos e experiências proporcionam ao orientando um maior auto-conhecimento e uma melhor compreensão de sua identidade pessoal e vocacional, já que a indicação de área para a escolha profissional está mais relacionada à conscientização e à interiorização dos interesses e dos motivos que embasam-nos, do que às habilidades que o orientando possui. Outro aspecto a ser mencionado é o fato deste processo poder ser utilizado, com algumas adaptações, noutras atividades da área da Psicologia do Trabalho e Organizacional, tais como: em diagnósticos; em seleção de pessoal; em treinamento funcional e de equipe; e em avaliação de desempenho, entre outras possibilidades. Mostra-se, desta maneira, um processo rico em possibilidades de atuação. Os subsídios que esta metodologia oferece para o desenvolvimento de pesquisas estão relacionados à escolha profissional e à própria identidade do sujeito, uma vez que a escolha é o momento em que este reflete e articula seu projeto profissional, buscando assim determinar a trajetória de sua futura relação produtiva com o mundo, e portanto, optar por caminhos que o levem no sentido de sua própria humanização.

-oOo-

ORG 2.09

ABORDAGEM ERGONÔMICA DE ESTAÇÕES DE TRABALHO LOCALIZADAS EM PLATAFORMA SEMI-SUBMERSÍVEL DE PRODUÇÃO OFFSHORE. F. Nunes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. D. Silveira, PETROBRÁS. A. B. Bernat, A. Carvalhosa, C. Brito, D. Nunes, F. Corrêa, I. Araújo, J. Crespo e V. Carvalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro. A. Nunes, Instituto Nacional de Tecnologia. I. Sampaio, COPPE.

Os projetos de pesquisa em Ergonomia constituem-se em tema de interesse nas unidades flutuantes de produção de petróleo. A partir da demanda - queixa referente aos efeitos das incompatibilidades entre as respostas dos trabalhadores e as exigências ocupacionais - o objetivo desse estudo é a análise ergonômica de postos de trabalho localizados em plataforma semi-submersível de produção de petróleo *offshore*. A pedido da própria empresa, foi realizada uma pesquisa descritiva sobre os modos de interação entre os trabalhadores e o ambiente físico e social desse trabalho confinado. Participaram como sujeitos 53 operadores alocados em 7 estações de trabalho, ocupando cargos de eletricitista, mecânico, almoxarife, operador de produção, sistema de lastro e movimentação de carga. Instrumentos e procedimentos de análise do trabalho envolvendo escalas de satisfação-insatisfação no trabalho, diagrama corporal (Corlett e Manenica, 1989), fotografi-

as, entrevistas, questionários e análise de riscos foram utilizados. O processo de coleta de dados teve a duração de dois meses, exigindo que os assistentes de pesquisa, subdivididos em cinco equipes de dois elementos, permanecessem embarcados na plataforma por um período de cinco dias. Os resultados apontaram a satisfação dos trabalhadores com as tarefas que realizam. Foram confirmadas as incompatibilidades entre as características dos operadores e as condições de trabalho na plataforma. As fontes de estresse *offshore* observadas assemelham-se às descritas na literatura. Foi registrada a presença de riscos químicos, riscos ergonômicos e riscos mecânicos sob as formas de ruído excessivo, condições precárias de luminosidade para leitura de painéis e mostradores, vazamento de gás e posturas corporais inapropriadas. Atividades de lazer foram consideradas insatisfatórias pelos trabalhadores. Propostas de mudanças estão sendo examinadas no sentido da humanização dos postos de trabalho pesquisados. PETROBRÁS e UERJ.

-oOo-

ORG 2.10

VALIDAÇÃO DO INVENTARIO DE BURNOUT DE MASLACH. Maurício Robayo Tamayo. Universidade de Brasília.

A Síndrome de Burnout (esgotamento profissional) foi definida por Maslach e cols. (1979, 1981), como um constructo multidimensional que compreende três componentes relacionados, mas independentes: a) Exaustão emocional, definida como sentimentos de fadiga que se desenvolvem e que favorecem o esgotamento energético emocional; b) Despersonalização, definida como o desenvolvimento de atitudes negativas e de despreocupação com respeito às outras pessoas; e c) Redução da Realização Pessoal, definida como uma deterioração da autocompetência e uma falta de satisfação com as realizações pessoais e os próprios sucessos. O Burnout é uma reação à tensão emocional crônica gerada por trabalhos que envolvam o contato extensivo e exclusivo com seres humanos, em situação de risco ou com problemas. A síndrome de Burnout já foi encontrada em diferentes categorias tais como: enfermeiras, professores, advogados, conselheiros e policiais. Para valorar as três áreas da síndrome de Burnout foi desenvolvido por Maslach & Jackson (1979) um inventário que atualmente tem versões em Holandês, Alemão, Francês, Espanhol, Polonês e Sueco. Este instrumento já foi utilizado em países como os Estados Unidos, Canada, Israel, África do Sul e alguns países Árabes entre outros. O objetivo da presente pesquisa foi validar o Inventário de Burnout de Maslach para o Brasil. A metodologia utilizada foi tradução e adaptação do instrumento do Inglês para o Português, tradução reversa, validação semântica, validação estatística e validação de critério. O instrumento apresenta na sua primeira versão 22 itens, tendo sido aplicado até o momento em 118 sujeitos; o tratamento estatístico dos dados foi feito através da análise fatorial com rotação oblíqua e ortogonal e o alpha de Cronbach. Os resultados confirmam 02 fatores com "eigenvalue" superior a 1,3, explicando 47,8 % da variância total, conceitualmente relacionados a Exaustão emocional (Fator 1; alpha = .83), Redução da Realização Pessoal (Fator 2; alpha = .75). Estes resultados indicam um instrumento com 19 itens (cargas fatoriais > .30) e fatores com precisão acima de .70, o que permite a aplicação do instrumento em pesquisas.

-oOo-

PERCEPÇÃO E PSICOFÍSICA

PERC 1.01

PERCEPÇÃO DE FORÇA EM INDIVÍDUOS ATLETAS E NÃO-ATLETAS. *R. Moraes, J. Schuller e E. Mauerberg-deCastro.* Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

O objetivo deste estudo foi avaliar a percepção de força exercida por indivíduos atletas e indivíduos não-atletas utilizando-se para isso de métodos psicofísicos. Foram selecionados 20 sujeitos adultos para comporem este estudo, sendo 10 atletas do grupo experimental (GE) e 10 não-atletas do grupo controle (GC). O método psicofísico de estimação de magnitude foi utilizado nos aparelhos: supino e "leg-press" e o método psicofísico de produção de magnitude no aparelho dinamômetro. No experimento de estimação de magnitude, o sujeito foi solicitado a indicar, baseado em um padrão determinado pelo teste de carga máxima, qual a quantidade de força presente durante a execução do movimento no respectivo aparelho. Para o método de produção de magnitude, o sujeito foi solicitado a produzir no dinamômetro uma quantidade de força previamente estabelecida também baseado em um valor padrão. Foram realizadas três tentativas em cada aparelho, sendo que uma foi com os estímulos randomizados, outra com os estímulos em ordem ascendente e outra em ordem descendente. A análise psicofísica nos permitiu a obtenção de duas variáveis, que seguem: expoente (n) e constante escalar (K). No aparelho supino não houve diferença entre as tentativas e o expoente médio para o GE foi maior, 1.54 enquanto que o GC obteve um expoente médio de 1.09. No aparelho "leg-press" houve diferença, com relação ao valor do expoente, para o GC na tentativa randomizada com um expoente de 0.97 enquanto que nas tentativas ascendente e descendente o expoente foi de 1.21 e 1.33, respectivamente. O GE obteve expoente médio de 1.89. No aparelho dinamômetro o GC obteve expoente superior ao GE tanto para a mão direita quanto para a esquerda nas três tentativas. Para a mão direita o GC obteve expoente médio de 0.69 enquanto que o GE obteve 0.57, e para a mão esquerda o GC obteve 0.62 e o GE 0.53. Através destes resultados podemos concluir que houve diferença entre os grupos testados, com uma tendência maior do GE a superconstância nos aparelhos supino e "leg-press" e uma subconstância no aparelho dinamômetro para os dois grupos, com uma tendência maior para o GE..

-oOo-

PERC 1.02

PRODUÇÃO DE DISTÂNCIAS ATRAVÉS DE CORRIDA COM MUDANÇA DE DIREÇÃO. PARÂMETROS PSICOFÍSICOS E BIOMECÂNICOS. *J. Schuller, R. Moraes, E. Mauerberg-deCastro, S. Cardoso, e A. C. Palla.* Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

O ser humano, em sua evolução e aperfeiçoamento do comportamento, reflete a organização adaptativa entre esforço e percepção. Experiências específicas podem promover desempenhos bastante acurados em torno das mudanças nas dimensões particulares de um estímulo. Por exemplo, no ambiente dos esportes, os atletas são solicitados em suas modalidades esportivas, a responderem acuradamente ao ambiente. Estas respostas dependem de precisão, otimização de gasto energético e, portanto, são calibradas para atender as demandas do ambiente dinâmico. Os atletas também se deparam com a necessidade de eliminar redundâncias no ambiente de modo a manterem uma determinada ação. Esta redundância pode incluir vínculos específicos necessários para dar suporte à ação/percepção, assim como, incluir estratégias de controle para eliminar vínculos desnecessários. Na percepção dinâmica do espaço, quando o indivíduo está em movimento, siste-

mas de ação/percepção atuam integradamente na solicitação de uma avaliação subjetiva da magnitude de uma distância. A magnitude se torna o produto final de um comportamento cujo processo dependeu de vários sistemas de ação/percepção. Com a preocupação de investigar questões relacionadas 1. aos vínculos impostos aos sistemas de percepção-ação e, 2. a variabilidade no funcionamento do organismo e sua tendência à estabilidade, a percepção de distância percorrida durante uma corrida com mudança de direção foi analisada em seus parâmetros psicofísicos (expoente e constante escalar) e biomecânicos. Indivíduos atletas e não-atletas foram avaliados numa tarefa de deslocar-se correndo e mudando de direção segundo distâncias de diferentes magnitudes. O método psicofísico utilizado foi o de produção de magnitude, onde a tarefa do sujeito consistiu em percorrer 4 distâncias estabelecidas previamente pelo experimentador (28; 36; 52 e 60 m), e mudar de direção durante o trajeto, com desvio de 90 graus à direita. A mudança foi solicitada a partir de um som (vínculo). O som (silvo de um apito) foi apresentado a 30%, 50% e 75% da duração total média gasta em cada distância. Três condições experimentais: visão normal, monocular, e sob privação artificial de visão foram executadas aleatoriamente e uma distância padrão foi sempre percorrida entre as tentativas (padrão = 36 m). Toda sessão experimental foi filmada para análises posteriores do comportamento biomecânico durante a corrida. Os resultados dos expoentes obtidos através do cálculo da função de potência no estudo piloto realizado para a condição de 50% nas condições visual (CV), monocular (CM) e sob privação visual (CNV) foram: 0.984, 0.845 e 0.769, respectivamente. Estes resultados preliminares sugerem que o vínculo apresentado não foi suficiente para produzir efeitos restritivos ao comportamento pelos valores de expoente encontrados, uma vez que o comportamento do sujeito em relação à dimensão percebida manteve-se constante em comparação com estudo anterior (Schuller, 1995).

-oOo-

PERC 1.03

IDENTIFICANDO DOIS PROCESSOS PERCEPTUAIS EM DIFERENTES ORIENTAÇÕES ESPACIAIS. *Alexandre Roure, Carlos A. Absalão de Souza, Gino do Vale e Nilton P. Ribeiro Filho.* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A análise do espaço visual percebido deve conter informações sobre a orientação angular do objeto no mundo físico. A percepção da orientação provê o observador com informação espacial para guiar o seu comportamento com acurácia e precisão. Na presente pesquisa investigou-se a acurácia, precisão e constância perceptiva dos registros verbais de distâncias exocêntricas alinhadas aos planos visuais, apresentadas em diversas configurações de estímulos de diferentes distâncias entre si montadas em um campo aberto. Considerou-se três fatores: instrução (objetiva e aparente), modalidade visual (bino e monocular), e orientação determinada pelo alinhamento das distâncias relativas aos planos visuais (profundidade proximal e distal, e a de largura). No experimento 1 os registros verbais obtidos em uma condição completa de indícios visuais indicaram na modalidade visual monocular uma tendência à estimativas acuradas para a orientação largura em relação a orientação profundidade (proximal e distal), e para instrução aparente em ambas as modalidades visuais. As distâncias alinhadas em profundidade foram subestimadas, com evidência para condição distal. Em um segundo experimento repetiu-se o método aplicado ao experimento inicial, porém sob condição empobrecida de indícios. Os registros verbais foram mais

acurados para largura em ambas modalidades visuais quando associados a instrução aparente. A profundidade proximal e distal foram fortemente subestimadas em relação aos resultados do experimento 1. Nos grupos sob a condição completa de indícios observou-se uma tendência a constância perceptiva. A tendência à subconstância no espaço em profundidade distal foi evidente. Os resultados possibilitam inferir que o espaço em ambas orientações introduzem erros perceptuais de origens diferentes, sendo na orientação em profundidade governado por um processo de tendência do observador (tendência eqüidistante) e na orientação largura pelo fenômeno da compensação. CNPq (523572/94-8) e UFRJ (330205P014-7).

-oOo-

PERC 1.04

FACILITAÇÃO E INIBIÇÃO DO TEMPO DE REAÇÃO MANUAL A UM 2º ESTÍMULO VISUAL POR UM 1º ESTÍMULO NÃO-INFORMATIVO. Ana L. N. Carvalho, Luiz G. Gawryszewski, Luiz R. R. Carreiro & Edmilson F. da Silva, Dep. de Neurobiologia, Universidade Federal Fluminense.

A ocorrência de um 1º estímulo (E1) pode reduzir ou aumentar o tempo de reação (TR) a um segundo estímulo (E2) ocorrendo no mesmo hemisfério. O TR diminui (facilitação precoce) para um intervalo E1-E2 de até 150 ms, mas aumenta (inibição tardia) quando este intervalo cresce para 200-1500 ms. O aparecimento e o desaparecimento de E1 também influenciam o TR ao E2. O aparecimento facilita a 100 ms e inibe a 800 ms e o desaparecimento inibe nos dois intervalos. O objetivo deste trabalho foi comparar os efeitos provocados pelo aparecimento ou desaparecimento do E1 num fundo uniforme com os provocados pela sua diferenciação ou sua integração em uma figura (uma circunferência com raio de 4°). Nas várias condições empregadas, o E1 consistia de um arco com raio de 4° e comprimento de 0.8° ocorrendo à esquerda ou à direita de PF e o E2, de um quadrado de 0.5° de lado ocorrendo 2° à esquerda ou à direita de PF. Os sujeitos eram instruídos a fixar o PF, não responder ao E1 e responder o mais rapidamente possível ao E2, pressionando um interruptor. Foram testados 16 sujeitos destros e com acuidade visual normal ou corrigida. O experimento era constituído por testes ON e OFF, cada qual com 3 tipos. No teste ON-1, 1200 ms após o PF, E1 surgia 4° à direita ou à esquerda do PF. Depois de 100 ou 800 ms, E2 aparecia 2° à esquerda ou à direita de PF. No ON-2, 500 ms após o PF, aparecia uma circunferência com 4° de raio. Após 700 ms, E1 aparecia como uma descontinuidade na figura (ausência de um arco de 0.8°). Depois de 100 ou 800 ms, surgia o E2. O ON-3, era idêntico ao anterior, exceto que E1 destacava-se do fundo devido ao desaparecimento do resto da circunferência. No teste OFF-1, 500 ms após PF, surgia E1, permanecendo por 700 ms. 100 ou 800 ms depois do desaparecimento de E1, surgia E2. No OFF-2, 500 ms após o PF aparecia uma circunferência de 4° de raio, sem um segmento de 0.8° (E1). Após 700 ms, esta circunferência era completada. Depois de 100 ou 800 ms, surgia E2. O OFF-3 era idêntico ao anterior, só que primeiro aparecia o segmento de arco (E1) que após 700 ms era complementado. Os sujeitos participaram de cinco sessões com 336 testes cada. Ao final, as médias das medianas dos TRs obtidos nas 4 últimas sessões foram calculadas e submetidas a uma ANOVA com os fatores: Teste (ON/OFF), Tipo (1/2/3), Intervalo E1-E2 (100/800 ms), Campo de E2 (Esq/Dir) e Condição (ipso/contralateral). Os principais resultados foram: 1) no teste ON-1, para um intervalo de 100 ms, o TR na condição ipso (E1 e E2 no mesmo hemisfério) foi menor que na condição contra (E1 e E2 em hemisférios opo-

tos); 2) Nos testes ON-1, 2 e 3, para um intervalo de 800 ms, o TR é maior na condição ipso que na contra; 3) no teste OFF-1, o TR na condição ipso foi maior do que na condição contra, tanto no intervalo de 100 quanto no de 800 ms e 4) no teste OFF-2, para um intervalo de 800 ms, o TR é maior na condição ipso do que na contra. Conclusão: Os efeitos facilitatórios ou inibitórios sobre o TR ao E2 resultam não somente da variação de luminosidade devido ao aparecimento ou desaparecimento de E1, mas também da diferenciação de E1 em relação a um fundo homogêneo ou a uma figura simétrica. (Apoio financeiro: CNPq, FAPERJ, PROPP-UFF).

-oOo-

PERC 1.05

FUNÇÕES PSICOFÍSICAS PARA COMPRIMENTO E ÁREA RELEMBRADOS ATRAVÉS DAS MODALIDADES SENSORIAIS VISUAL E TÁTIL-CINESTÉSICA. Paula Mariza Zedu Alliprandini, Andréa de Paula, Ricardo Tadeu Sandrini Barcellos e Ana Paula Reis Varjão. Dep. de Psicologia Experimental e do Trabalho, UNESP-Assis.

O objetivo desta pesquisa foi verificar os expoentes da função-potência para comprimento e área na condição memória, através das modalidades sensoriais visual e tátil-cinestésica. Participaram desta pesquisa 200 observadores, sendo que a metade estimou comprimento e área através da visão e a outra metade através do tato-cinestesia. A faixa etária dos observadores variou de 17 a 30 anos com nível de escolaridade foi universitário. As áreas dos estímulos foram irregulares e variaram de 6,11cm² à 434,57cm² e os comprimentos dos estímulos variaram de 0.19 mm. à 20.00 mm. Na fase de aquisição da informação os estímulos foram associados à letras do alfabeto e utilizado o critério de 100% de acerto para que os observadores passassem para a fase relembrar. Os intervalos de tempo utilizados entre as duas fases foram: 2 minutos, 8, 24, 48 horas e 1 semana. O método utilizado foi de estimação de magnitude. A análise de variância indicou não haver diferenças significativas entre as modalidades sensoriais; assim como entre os estímulos unidimensionais e bidimensionais. Houve diferenças significativas entre os intervalos de tempo. O Teste de Duncan evidenciou que os intervalos de 2 min. e 8 horas não diferem entre si e diferem dos intervalos de 24, 48 horas e 1 semana, que também não diferem entre si. Não houve interação significativa entre os efeitos modalidades sensoriais e intervalos de tempo, assim como entre os efeitos modalidades sensoriais, estímulos e intervalos de tempo. Houve interação significativa entre os efeitos modalidades sensoriais e estímulos, indicando existir respostas diferenciadas para os estímulos unidimensionais e bidimensionais dentro de cada modalidade sensorial. Tomados em conjunto, os dados sugerem um mesmo processo mnemônico visual e tátil-cinestésico e a necessidade de investigações sobre o processo mnemônico tátil-cinestésico para área. FAPESP.

-oOo-

PERC 1.06

EFEITO DO TAMANHO SUGERIDO NOS JULGAMENTOS DE TAMANHO E DISTÂNCIA. Fabiana B. Ferreira, Ana Irene F. Mendes, José Aparecido da Silva e Sérgio S. Fukusima. Universidade de São Paulo.

Os processos perceptivos se distinguem dos processos cognitivos tanto nos julgamentos de tamanho quanto nos de distância. O processo perceptivo é resultante dos indícios visuais imediatos e

disponíveis ao observador, gerando a percepção de tamanho e distância. O processo cognitivo, além de depender do processo anterior, é mediado pela memória ou conhecimento prévio de certos indícios. Instruções objetivas favorecem as ponderações cognitivas, enquanto que instruções aparentes favorecem os processos perceptivos. Esse experimento tem por objetivo evidenciar a distinção entre esses dois processos. Serão utilizados 120 sujeitos, com visão normal ou corrigida por lentes. Os estímulos são 5 cartões em branco, com tamanhos de 0,5N; 0,75N; N; 1,5N e 2,0N (onde N equivale ao tamanho de uma carta de baralho de 9,0 X 5,4 cm), posicionados a 1,5m; 3,0m e 4,5m do observador. Estes estímulos são apresentados de forma aleatória na tela de um computador VGA-386, sob condições reduzidas de indícios visuais. Serão dadas instruções objetivas para um grupo de 60 sujeitos, enquanto o outro grupo de 60 sujeitos receberá instruções aparentes; os sujeitos farão os julgamentos de tamanho e distância dos estímulos. Os resultados parciais obtidos, no primeiro momento de coleta de dados, sob instruções objetivas e sob instruções aparentes foram subestimados em relação ao tamanho e as distâncias simuladas. Portanto, foi possível evidenciar os processos perceptivo e cognitivo nos julgamentos de tamanho e distância. CNPq.

-oOo-

PERC 1.07**O TAMANHO FAMILIAR E A TEORIA DOS DOIS FATORES.**

Ana Irene Fonseca Mendes, Fabiana Barberato Ferreira, José Aparício da Silva e Sérgio S. Fukusima. Universidade de São Paulo.

A teoria bifatorial, proposta por Gogel e Da Silva (Perception & Psychophysics, 41, 318-328), explica os julgamentos de tamanho e distância de um modo diferente da hipótese de invariância (HITD), distinguindo-se os processos perceptivos dos cognitivos tanto no julgamento direto de tamanho quanto no de distância. Para verificar a abrangência da teoria bifatorial foram realizados experimentos em que os sujeitos fizeram o julgamento de tamanho e distância aparentes de retângulo branco e de carta de baralho (pelo método de estimação de magnitude onde o estímulo padrão foi uma carta de baralho de tamanho normal valendo 10) de cinco tamanhos diferentes (0,5N, 0,75N, N, 1,5N, 2,0N; onde N é o tamanho normal) apresentados em três distâncias diferentes (1,5m, 3,0m, 4,5m) na tela de um computador. Estes foram observados monocularmente através de uma pupila artificial numa câmara escura (condições reduzidas de indício visual). Uma ANOVA aplicada aos resultados parciais indicou que não há diferença significativa nem de tamanho nem de distância entre o grupo de carta de baralho e o do retângulo branco. As estimativas de distância das cartas de baralho foram próximas da distância simulada; para o retângulo branco os julgamentos tendem a se situar entre 1,5 e 4,0m. As estimativas de tamanho da carta de baralho ficaram abaixo do valor do estímulo padrão (EP=10). Os julgamentos dos retângulos brancos foram próximos ao valor do estímulo padrão. Os resultados corroboram a teoria acima mencionada. CNPq.

-oOo-

PERC 1.08**EFEITO DO PONTO CEGO NA PERCEPÇÃO DE TAMANHO.**

Sérgio S. Fukusima. Universidade de São Paulo.

Estímulos apresentados no hemisfério temporal podem ser projetados sobre a retina de maneira que incidam sobre o ponto cego. Entretanto, mesmo em condições monoculares, a região do campo visual correspondente à área cega e os estímulos projetados

que a cruzam nunca são percebidos como se fossem descontínuos. Existem três hipóteses sobre este fenômeno designado por filling-in. A primeira apóia a existência de um processo cortical que preenche a área cega de maneira que não haveria distorções perceptivas do campo visual. A segunda apoia a existência de um mapeamento cortical em que as bordas das áreas cegas são colapsadas e que conseqüentemente causaria distorções do campo visual. E a terceira apoia a existência de um processo conciliatório em que tanto o preenchimento da área cega quanto o colapso das bordas compartilham o fenômeno. Considerando que essas hipóteses podem indicar processos relacionados com a percepção de tamanho, este experimento objetivou checar a existência da distorção de tamanho sobre o ponto cego. Através de um microcomputador 486DX2-50MHz acoplado a uma monitor NEC4FG no modo gráfico de 1024x768 pixels, o experimento consistiu em (1) mensurar pelo método staircase o erro de comparação de tamanho de uma linha de 21,8 graus apresentado por 100ms no hemisfério nasal do olho direito com uma outra linha variável no hemisfério temporal do mesmo olho; e (2) em mensurar o tamanho do ponto cego pelo método dos estímulos constantes e compará-lo com os erros de tamanho. Os resultados mostraram que os erros de tamanho são menores que o tamanho do ponto cego, sugerindo que a hipótese conciliatória entre a teoria do preenchimento e do colapso seja a mais plausível para explicar as distorções de tamanho. CNPq.

-oOo-

PERC 1.09**O ACOPLAMENTO DA FREQUÊNCIA ANGULAR n A FREQUÊNCIAS RADIAIS MODULADAS POR J_n AUMENTA A SENSIBILIDADE AO CONTRASTE E REDUZ AS LARGURAS DE BANDA DE PASSAGEM. M. L. B. Simas e N. A. Santos. Laboratório de Percepção Visual, LabVis-UFPE1, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.**

Nossas pesquisas têm caracterizado o sistema visual humano, SVH, pela detecção e filtragem do contraste de estímulos de frequências angulares (Simas, MLB, Frutuoso, JT e Vieira, FM, Braz. J. Med. Bio. Res., 25:919-923, 1992). Uma eventual decomposição da imagem pelo SVH definida em termos de coordenadas polares com centro(s?) na fóvea (e ponto cego?) implicaria no acoplamento de frequências radiais e angulares se seguirmos a equação de Sneddon, IN (*Special functions of mathematical physics and chemistry*, New York: Interscience Publishers, 1961). O presente estudo compara as curvas de detecção de frequências radiais para perfis de Bessel J_1 e J_4 com as curvas de frequências angulares e radiais acopladas, $J_1.ANG1$ e $J_4.ANG4$. Fizemos três medições de quatro curvas, com 11 condições cada, para cada um de três observadores (NAS, MLS e FMR) com o método da escolha forçada (perfazendo um total superior a 132 sessões experimentais por observador). FMR foi paga. As frequências radiais utilizadas em cada uma das curvas foram: 0,2, 0,3, 0,5, 0,8, 1,0, 2,0, 3,0, 4,0, 5,0, 6,0 e 9,0 ciclos por grau de ângulo visual, cp/g. Todas as medições foram a uma distância de 150 cm, binocularmente, sendo a luminância média 1,8 fL. Os estímulos circulares mediram 7,25 graus de ângulo visual. Nas curvas $J_1.ANG1$ e $J_4.ANG4$ os pares de estímulos apresentados foram: um contendo a frequência angular de 1 ou 4 ciclos multiplicada (ponto por ponto) por uma das 11 frequências radiais e o outro contendo somente a frequência angular de 1 ou 4 ciclos, respectivamente, a 42% de contraste. A tarefa do observador foi escolher corretamente o estímulo de frequências radial/angular acopladas. Nos-

soos resultados mostram que, o acoplamento da frequência angular às radiais aumenta significativamente a sensibilidade para todas as condições, sobretudo na faixa de 2.0 a 9.0 cpg, em comparação aos contrastes obtidos na detecção das frequências radiais com perfis de J1 e J4. As larguras das bandas de frequência tendem a ser reduzidas de cerca de 4.5 e 3.75 oitavas para cerca de 3.5 e 3.25 oitavas, respectivamente. Estes resultados favorecem a existência de alguma forma de acoplamento entre frequências radiais e angulares. CNPq.

-oOo-

PERC 1.10

A LARGURA DAS BANDAS DE FREQUÊNCIA DE SENSIBILIDADE AO CONTRASTE DIMINUI COM O AUMENTO DA ORDEM n NA MODULAÇÃO POR PERFIS DE BESSEL J_n . *Maria Lúcia de Bustamante Simas e Natanael Antonio dos Santos, Laboratório de Percepção Visual, LabVis-UFPE1, Universidade Federal de Pernambuco.*

Em prosseguimento aos experimentos que buscam caracterizar a sensibilidade do sistema visual humano a frequências radiais, i.e. moduladas por funções esféricas de Bessel de ordem J0 (Simas, MLB, Frutuoso, JT & Santos, NA, submetido), o presente estudo investigou a sensibilidade ao contraste de estímulos de frequências radiais definidas por perfis de Bessel J_n , sendo n a ordem da função. Medimos curvas de detecção de contraste para frequências radiais com perfis de ordem J0, J1, J2, J4, J8 e J16 para três obser-

vadores. Seis curvas, com 11 condições experimentais cada, foram medidas três vezes por cada um de três observadores (NAS, MLS e FMR) com o método da escolha forçada (perfazendo um total superior a 198 sessões experimentais por observador). FMR foi paga. As frequências radiais utilizadas para caracterizar cada uma das seis curvas foram de 0.2, 0.3, 0.5, 0.8, 1.0, 2.0, 3.0, 4.0, 5.0, 6.0 e 9.0 ciclos por grau de ângulo visual, cpg. Todas as medições foram feitas a uma distância de 150 cm, binocularmente, com luminância média equivalente a 1.8 fL. Os estímulos circulares tinham um diâmetro de 7.25 graus de ângulo visual. Em cada sessão experimental pares de estímulos são apresentados, um contendo a frequência radial e outro luminância média. A tarefa do observador é escolher corretamente o estímulo de frequência radial. Nossos resultados mostram que as larguras das faixas de frequências encompasadas pelas curvas de sensibilidade ao contraste para cada ordem n tende a diminuir com o aumento de n . A razão entre as máximas e as mínimas frequências (na metade da sensibilidade) para J1, J2, J4, J8, J16 é da ordem de 25, 16.7, 12.5, 10 e 7.5, respectivamente. Para J0 e grades senoidais estas razões são 20 e 12. Estas razões se traduzem em 4.75, 4.5, 3.75, 3.25 e 3.0 oitavas para J1, J2, J4, J8 e J16, respectivamente. E em 4.25 e 3.5 oitavas para J0 e grades senoidais, respectivamente. Consideramos estes resultados compatíveis com o esperado da equação de Sneddon para uma transformada de Fourier em coordenadas polares onde as faixas de filtragens seriam cada vez mais seletivas partindo da fóvea para a periferia. CNPq.

-oOo-

PSICOLOGIA DA SAÚDE

SAU 1.01

CARACTERIZAÇÃO BIO-PSICO-SOCIAL DE GESTANTES ADOLESCENTES. C. Q. Correia; M. L. Bom Angelo; E. Chalem; M. F. Bonavina; M. G. Silva; S. R. Correa; E. Akao e E. M. S. P. Kahhale - HMME Dr. Mario M. Altenfelder Silva (Maternidade Escola Vila Nova Cachoeirinha) e PUC-SP.

O objetivo do presente estudo foi traçar o perfil bio-psico-social das gestantes adolescentes, levantando fatores que possam predispor à gravidez nessa fase. Trata-se de um estudo prospectivo de 1115 gestantes adolescentes no período de 1 ano (01.05.94 e 30.04.95), conforme protocolo padronizado do Grupo de Assistência Multiprofissional à Adolescência (GAMA) destinado a gestantes com até 19 anos. Foram estudadas 1115 gestantes, com idade média de 17 anos, das quais 52,6% eram brancas; 65,1% católicas e 23,2% sem religião; 71,1% procedentes de São Paulo e 22,4% do Nordeste. Quanto à escolaridade, 76,1% cursaram até 1º grau incompleto. Do total, 81,6% abandonaram os estudos em média há 24,5 meses, devido à: gravidez (29,5%), trabalho (18,9%) e desmotivação para o estudo (19,4%). Das que continuaram estudando, 90,3% eram primigestas; 44,4% cursavam o 2º grau; 62,6% eram solteiras e moravam com familiares. Do total, apenas 18,5% trabalhavam e 4,3% o faziam concomitantemente com o estudo. Sobre o estado civil, 61,1% viviam maritalmente. O tempo médio das uniões foi de 16 meses, antecedido por 16,5 meses de namoro. Tiveram em média 1,6 parceiros sexuais. Sobre os companheiros, tinham em média 22,1 anos, 82,9% trabalhavam, 19,6% faziam uso habitual de álcool, 13,7% consumiam drogas. As adolescentes eram originárias de famílias com média de 5,36 filhos. Dos casais parentais, 57,9% eram separados em média há 9,3 anos, sendo que destes 51,3% dos pais e 42,1% das mães tiveram nova união. Pais e mães tinham respectivamente: idade média de 46,5 e 42,1 anos; 70,9% e 81,4% cursaram até 1º grau incompleto; 89,4% e 52,5% trabalhavam; 43,2% e 9,9% faziam uso abusivo de álcool; 2,2% e 1% usavam outras drogas. A idade média das mães das adolescentes no 1º parto foi de 19 anos e 33,6% das adolescentes referiram irmãs que também engravidaram na adolescência. Foi observado que 58,7% das gestações não foram desejadas e 26,3% das pacientes pensaram em abortar. A população estudada apresenta baixa escolaridade e pouca inserção no mercado de trabalho, com alto grau de evasão escolar pouco relacionado com a gravidez atual. A maior parte dos parceiros são também adolescentes ou adultos jovens. As adolescentes não são promíscuas e os relacionamentos costumam não ser fugazes. A população estudada provém de famílias com fatores de risco associados à ocorrência de gestação na adolescência: instabilidade familiar, gravidez em irmã adolescente, mãe com história de gestação na adolescência, uso de álcool.

-oOo-

SAU 1.02

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA. PERDAS E DANOS ou PERDAS E GANHOS? M. L. Bom Angelo, E. Chalem, M. F. Bonavina, M. G. Silva, S. R. Correa, E. Akao, C. Q. Correia. Dr. Mario M. Altenfelder Silva. Maternidade Escola Vila Nova Cachoeirinha.

Apresentar, através de imagens fotográficas, organizadas em um painel, as repercussões emocionais e sociais da gravidez na adolescência, a fim de sensibilizar os profissionais de saúde para a variabilidade das vivências possíveis para a situação. Metodologia: Foram fotografadas colagens realizadas por adolescentes gestantes que participaram do Grupo Educativo para Gestantes Adoles-

centes (constituído de 9 encontros cada) realizado pelo Grupo de Assistência Multiprofissional à Adolescência-GAMA da Maternidade Escola Vila Nova Cachoeirinha. Tais colagens são fruto de técnica projetiva criada em 1989 por psicólogas e assistentes sociais da equipe, e que vem sendo utilizada no encontro intitulado "NOSSAS EMOÇÕES". Nesta técnica, solicita-se às participantes que demonstrem, através de colagens com recortes de revistas, dois momentos de suas vidas: o ANTES e o DEPOIS da gravidez. Foram selecionadas as produções mais representativas dentre 308 realizadas em 30 grupos ocorridos no período de julho de 1991 a julho de 1995. O painel foi organizado distribuindo-se as fotos a fim de facilitar a visualização das perdas e ganhos e/ou danos decorrentes da gestação. Resultados: As produções são significativas e extremamente variadas, representando as perdas, os ganhos, as contradições e ambivalências das duas situações de crise evolutiva que se somam e se mesclam num mesmo momento: ADOLESCÊNCIA E GRAVIDEZ. Percebe-se que, para muitas adolescentes, a gestação significa sobrecarga emocional, perda da liberdade, alteração forçada do ritmo de desenvolvimento. Porém, quando não há perspectivas de outros tipos de inserção social, algumas delas atribuem ao bebê o encargo de preencher-lhes um vazio e fazer-lhes ingressar num mundo mais valorizado: o de ser MÃE. Conclusão: A expressão das emoções em forma visual facilita a identificação e reflexão sobre os conflitos próprios da situação de gravidez na adolescência, podendo ser utilizados tanto na assistência quanto posteriormente para ensino e pesquisa.

-oOo-

SAU 1.03

REPERCUSSÕES DA ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL EM GESTANTES ADOLESCENTES. M. L. Bom Angelo, E. Chalem, M. G. Silva, S. R. Correa, M. F. Bonavina, E. Akao, C. Q. Correia e A. F. Morona. HMME Dr. Mario M. Altenfelder Silva (MEVN Cachoeirinha).

O objetivo do estudo é comparar dados da assistência multiprofissional de Pré-Natal recebida por gestantes adolescentes na Maternidade Escola Vila Nova Cachoeirinha (MEVNC) e fora dela, correlacionando-os com resultados obstétricos e parentais. Estudo prospectivo no período de um ano (de 01.05.94 a 30.04.95), conforme protocolo do Grupo de Assistência Multiprofissional à Adolescência (GAMA), destinado a gestantes de até 19 anos internadas na MEVNC. Foram estudadas 1145 adolescentes: 99 (9%) não receberam qualquer assistência Pré-Natal (PN), 593 (49,6%) realizaram PN em outros serviços e 453 (41,4%) na MEVNC-GAMA. A equipe do GAMA (psicólogas, obstetras, pediatra, enfermeiras, assistentes sociais e nutricionista), procura proporcionar suporte afetivo às pacientes através de atendimentos grupais e individuais (com a participação específica do psicólogo ou em co-coordenação), de interconsultas e de treinamentos da equipe. daquelas que fizeram PN no serviço, 138 (30,5%) frequentaram o Grupo Educativo para Gestantes Adolescentes, realizado pela equipe. O Grupo constitui-se de 9 encontros semanais, coordenados por psicólogas e assistentes sociais, tendo espaço, além dos temas específicos, para elaboração das vivências emocionais que emergem. Comparando-se dados das adolescentes dos quatro segmentos (A - sem PN; B - com PN externo; C - em PN na MEVNC que não frequentaram Grupo Educativo; e D - com PN na MEVNC com Grupo), observamos, respectivamente: média de idade de 17,3; 17,5; 16,4 e 15,8 anos; continuavam estudando 11%, 12,2%; 23,9% e 33,6%; eram primigestas 60%; 78,3%; 76,7% e 93,4%. A idade gestacional no

início do PN foi semelhante, em torno de 20ª semana, sendo o número médio de consultas de 3,6 em B e 4,6 em C e D. Quanto ao tipo de parto, a incidência de cesárea foi de 28,8% em B, 23,2% em C, diminuindo para 18,4% em D. Quanto à incidência de Baixo Peso do RN (<2500g), houve 32%, 23,2%, 13,9% e 9,4% nos segmentos A, B, C e D respectivamente e 30%, 21,7%, 13,9% e 10% de prematuridade. Quanto ao retorno às consultas de Pós-Parto e de Planejamento Familiar, cujo acesso é oferecido a todas às adolescentes que dão à luz na MEVNC, houve baixa frequência para aquelas dos segmentos A (12,8% e 10,6%) e B (7,2% e 6,1%). Esses índices elevam-se para as pacientes com PN no serviço, sendo de 60,8% e 47,9% para C e 79,6% e 68% para D. Nesses retornos, observa-se que o índice de adolescentes que estão amamentando é de 50%, 63,4%, 73,6% e 84,5% em A, B, C e D, nessa ordem. Conclui-se que sendo semelhantes o perfil psicossocial e os antecedentes de saúde das adolescentes dos quatro subgrupos, podemos pensar que o que as diferenciou foi o nível de complexidade e integralidade da assistência a que cada um dos segmentos teve acesso. Aquelas que frequentaram Grupo Educativo parecem ter adquirido uma melhor percepção corporal, apropriando-se de seu processo gestacional a partir da elaboração de conflitos, seguindo mais as indicações médicas, de enfermagem, nutrição, etc. Quando se oferece às adolescentes assistência global e suporte afetivo, em serviço especializado há indicações de menor incidência de cesáreas, de prematuridade e de baixo peso do RN; de maior adesão às consultas de Pós-Parto e de Planejamento Familiar e de aumento da prática do aleitamento materno. Ademais, o trabalho em grupo é muito efetivo para abordar adolescentes e fortalecer o vínculo destas com o serviço.

-oOo-

SAU 1.04

AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E EMOCIONAIS DAS GESTANTES QUE BUSCAM O SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO PRÉ-NATAL. C. P. Simon, J. M. Pina-Neto, E. B. L. Peteane. Departamento de Psicologia e Educação da F.F.C.L.R.P., Universidade de São Paulo.

Os constantes avanços em Medicina Fetal quanto às técnicas de Diagnóstico Pré-Natal (DPN); vêm suscitando questões éticas, sociais e religiosas. Em relação a gestante, sabe-se que a realização de DPN desencadeia situação ímpar. Neste trabalho foi realizado um estudo prospectivo em que analisou-se qualitativamente e quantitativamente os aspectos psicossociais e emocionais de 21 gestantes e 14 cônjuges que buscaram o Serviço de DPN do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, através de entrevistas semi-estruturadas em quatro fases distintas do processo gestacional. Dentre as 21 gestantes, 9 têm idade igual ou superior a 35 anos e 12 têm menos que 35 anos; sendo que a maioria atingiu o 2o. grau de escolaridade. A procura pelo exame foi, principalmente, pela idade materna e/ou filho anterior com anomalia genética. Os dados permitiram verificar que o período de espera pelo resultado é o de maior ansiedade tanto para a gestante quanto para seu companheiro, além deste ser o momento que propicia fantasias e leva o cônjuge e/ou casal a fazer uma auto-análise. A ansiedade só é amenizada com a obtenção do negativo (ou seja, a criança não apresenta anomalia cromossômica). A grande maioria das gestantes caso o exame detectasse alguma anomalia optariam pela interrupção da gravidez. Portanto, os resultados nos mostram que é necessário oferecer exame que propicie menor tempo de espera pelo resultado e que a formação do profissional desta área deve ser analisada e revista, necessitando da presença do profissional

de Saúde Mental, afim de orientar e dar suporte a equipe. FAPESP processo no. 91/5099-4.

-oOo-

SAU 1.05

ASSISTÊNCIA MULTIPROFISSIONAL À ADOLESCENTE GRÁVIDA: DIFICULDADES SOMATO-PSICO-SOCIAIS. Edna M. Peters Kahhale, Isabel C. Odierna e Mathilde Neder. Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O objetivo proposto é relatar a experiência de trabalho em equipe multiprofissional no PIAEGA (Programa Integral de Assistência e Educação à Gestante Adolescente), com análise das dificuldades corporais, psicológicas e sociais enfrentadas pelas adolescentes grávidas. Os dados são referentes às dinâmicas de grupo aberto realizadas antes da consulta médica de pré-natal, no período de janeiro/91 a dezembro/94. Estas dinâmicas eram coordenadas pela psicóloga, pela assistente social e/ou pela fisioterapeuta, além de contar com a participação do método ou residente da equipe, que trabalhavam a demanda trazida pelas gestantes. Os dados foram registrados em protocolos: os temas e as falas. Neste período foram feitas 185 dinâmicas de grupo, perfazendo um total de 1896 atendimentos. Tais pacientes tinham de 12 a 18 anos, com 65% delas na faixa de 16 - 17 anos e 23% na faixa de 14 - 15 anos. Analisando a distribuição dos temas centrais, que aglutinaram as falas durante as dinâmicas temos que 35% referem-se ao parto; 19% ao corpo gravídico/esquema corporal e 12% à dinâmica da relação afetivo-sexual. Se, por outro lado, analisarmos todas as queixas, questões e sintomas trazidos pelas adolescentes e assistidas pela equipe multiprofissional, verificamos que em 95% das dinâmicas as questões sobre parto eram sobre dor e medo; em 93% dos encontros houve queixas de sintomatologia músculo-esquelética; em 90% dos encontros referiam-se às dificuldades de separação da família de origem para assumirem uma relação afetivo-sexual com o companheiro. É importante salientar que 91% destas adolescentes estavam com o companheiro durante o período que participaram do programa, no entanto, somente 33% moravam juntos independentes da casa paterna. Em 52% das dinâmicas os profissionais introduziram questões referentes à inserção social das adolescentes através da escola e do trabalho, uma vez que 66% delas não trabalham e 79% abandonaram a escola. Aparentemente, a sintomatologia gravídica na adolescente não difere de gestantes em outra faixa etária, porém na análise qualitativa dos protocolos discuti-se que entre os fatores de risco da gravidez na adolescência situam-se a dificuldade de integrar o corpo sexuado (ainda em formação) ao corpo grávido, os conflitos em abandonar os papéis da infância para assumir o papel de mãe e companheira, "desligando-se" das figuras parentais e a falta de estrutura do casal adolescente como continente da maternagem / paternagem para recém-nascido.

-oOo-

SAU 1.06

OS DISCURSOS DE MULHERES SOBRE PREMATURIDADE NUMA MATERNIDADE PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Magda D. B. Dimenstein. Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A pesquisa teve como objetivo investigar a fala de mulheres sobre sua experiência de terem tido filhos nascidos de parto prematuro, qual o significado atribuído a essa vivência; e analisar de que forma elas pensam seus bebês, o modelo de mãe considerado

adequado para os cuidados e criação de crianças prematuras. Focalizamos também a comunicação estabelecida entre médicos e pacientes dentro dessa enfermaria com o intuito de analisar os impasses vividos na interação cotidiana entre as partes. Entrevistamos 14 pacientes (entrevista semi-estruturada) na enfermaria de Obstetrícia do Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ) durante o período de maio à julho de 1995. Outros dados foram obtidos através de uma atividade de grupo realizada com as pacientes semanalmente e pela análise dos prontuários. As conversas não foram gravadas. Os dados apontam que 71,4% das pacientes atribuem ao nascimento prematuro de seus filhos fatores relacionados à situações de stress ocasionadas por conflitos familiares, no trabalho, por dificuldade de assistência médica e ansiedade frente ao parto, mais do que a problemas de ordem biológica tal como entendem os médicos. 10 pacientes consideram que os bebês prematuros são diferentes dos normais, são mais frágeis, adoececem mais rápido e são mais lentos na recuperação, como também a nível psíquico e intelectual. A hospitalização forçada deixa as pacientes muito ansiosas, gerando muitos conflitos com a equipe de saúde, dificuldades de adaptação à rotina do hospital e aceitação do lento processo de recuperação dos filhos. Muitas pacientes não se sentem aptas para cuidar de seus filhos sozinhas e por isso solicitam ajuda da família e vizinhos. Foi possível perceber que diferentemente dos médicos, as mulheres inserem a prematuridade dentro de um contexto mais amplo de significação (visão mais holística). Observamos que muitos entraves se estabelecem entre médicos e pacientes em função dos diferentes estilos discursivos, códigos e valores, de forma que há uma distância a nível da comunicação derivando para uma baixa contratualidade e baixa adesão das pacientes às prescrições médicas.

-oOo-

SAU 1.07

SAÚDE REPRODUTIVA: UMA ABORDAGEM SÓCIO-PSICOLÓGICA DA INFERTILIDADE FEMININA. Zeidi A. Trindade, Sônia R. F. Enumo. Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Carmen R. E. Silva, Janaina F. de Souza, Joice S. da Silva, Regina L. de Souza e Tânia P. Duarte. Universidade Federal do Espírito Santo.

Um dos objetivos da presente pesquisa é descrever e analisar as concepções, atribuições e crenças de mulheres estéreis sobre a infertilidade, conhecimento que têm adquirido fundamental importância, em função da relevância da maternidade para a mulher. Este resumo analisa quinze entrevistas realizadas no Ambulatório de Infertilidade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Os dados foram coletados entre mulheres de classe baixa da Grande Vitória, com escolaridade de primeiro grau incompleto e faixa etária que varia de 23 a 37 anos. O roteiro de entrevistas utilizado como instrumento apresenta questões como: concepções em relação à infertilidade e à maternidade; sentimentos; ações; apoio; atribuições; relações conjugais. Os dados obtidos demonstram que a concepção de infertilidade está relacionada a sentimentos de culpa, perda e muita tristeza e que a maternidade é super-valorizada, gerando sentimentos positivos. As entrevistadas atribuem a infertilidade a problemas do marido, ao uso de anticoncepcional, à seqüela de alguma doença contagiosa e à vontade divina. Com o passar do tempo, na fase em que procuram o médico, os sentimentos se reverterem em conformismo e esperança em Deus. As entrevistadas já realizaram outras ações para tentar solucionar o problema, como benzimentos e simpatias. Os maridos, seguidos da família, são as pessoas com quem mais compartilham o problema, ajudando a conviver com a situação e incentivando o

tratamento. A análise dos dados aponta a infertilidade como uma situação dramática na vida da mulher mesmo quando já possuem filhos biológicos, o que, curiosamente, acontece com a maioria das entrevistadas. Pretendemos explorar este fato dentro da complexidade psicossocial da saúde reprodutiva. CNPq e UFES.

-oOo-

SAU 1.08

PARTO NORMAL X CESÁRIA? - REPRESENTAÇÕES DE MULHERES SOBRE MATERNIDADE E PARTO. Laila Mata, Marina Rossi e Edna M. S. Peters Kahhale. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O objetivo de trabalho é investigar quais as representações das mulheres sobre a maternidade e parto, o que subjetivamente as leva a optar por uma maneira de dar à luz: parto vaginal e cesárea. Existe pouco material e estudos, dentro da realidade brasileira, sobre os fatores que levam uma mulher a optar por um tipo específico de parto. Maldonado (1976) coloca como fatores envolvidos na escolha do parto cesárea o medo do trabalho de parto; medo da dor; medo da deformação na vagina e, conseqüentemente, prejuízos na sexualidade. Foram entrevistadas 22 gestantes que freqüentavam ambulatórios de pré-natal de três hospitais públicos/escolas de São Paulo. As entrevistas foram semi-estruturadas e investigou-se as vivências gravídicas, de parto e informações/preparo sobre a maternidade e parto. Foi feita uma análise qualitativa dos dados, onde surgiu os seguintes temas: planejamento da gravidez e suporte emocional, assistência e vínculo com o médico, pressões sociais e crenças, expectativas e preparo para o parto. Constatou-se alguns fatores que interferem na escolha do tipo de parto como: falta de informação e de estruturação interna que impedem que a gestante alcance uma liberdade de escolha, levando-a a transferir toda decisão para o médico; falta de apoio emocional por parte dos familiares e companheiro, o que prejudica a vivência da gravidez e, portanto, o parto. Estes fatores aparecem muitas vezes em falas que referem vários tipos de medo, que na realidade camuflam as questões citadas anteriormente. A assistência à gestante e parturiente deveria englobar um trabalho num nível mais profundo, que desse conta dessas questões emocionais, as quais tornam a gestação e o parto um momento de crise na vida da mulher. Isto evitaria sobrecarregar a assistência médica e, principalmente, os médicos com problemas familiares/emocionais da gestante, que muitas vezes dificultam seu trabalho.

-oOo-

SAU 1.09

PARTO NORMAL OU CESÁRIA? - PAPEL DO MÉDICO NA RELAÇÃO COM A MULHER GRÁVIDA NO TOCANTE À DECISÃO SOBRE O TIPO DE PARTO QUE PREFERE. Patrícia Caetano, Gabriela Basílio, Edna Kahhale. Faculdade de Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP/SP.

Objetivos: Tem-se por objetivo investigar quais os subsídios e condições oferecidos pelos médicos para as gestantes poderem decidir sobre o tipo de parto a que gostariam de se submeter. Segundo questionário respondido por 177 médicos (I Fórum sobre Parto Normal e Cesariana - FEBRASGO), 90% dos médicos consideram o índice de cesarianas elevado no Brasil, atribuindo este índice aos seguintes motivos: despreparo médico (18,5%); exigência da paciente (15,5%); condições relacionadas aos honorários (11,5%); outras causas (12,5%). Método: Foram entrevistados quinze médicos, que trabalhavam em três hospitais públi-

co/escola de São Paulo. As entrevistas foram semi-estruturadas, investigou-se a formação médica, avaliação do trabalho desenvolvido junto à gestante e parturientes, visão do sistema de saúde, visão sobre os diferentes tipos de parto, visão sobre o pré-natal e o atendimento às mulheres. Resultados: Os dados foram analisados qualitativamente e organizados nos seguintes temas: formação e opção por GO; sistema público de pré-natal; vivência da gestação pelas mulheres; expectativas e frustrações do trabalho em GO; escolha do parto. Em relação à formação ocorre uma fragmentação entre teoria e prática, onde o médico sabe teoricamente os procedimentos, mas pelas condições adversas da própria profissão, não consegue ter confiança no momento em que atua, optando pela cesariana, que pode ser melhor controlada tecnicamente. Os médicos em sua maioria tendem a classificar sua relação com as pacientes como boa ou ruim dependendo do nível socioeconômico delas. Eles percebem as labilidades emocionais, os medos e ansiedades das gestantes, mas sentem que precisam ignorá-las para poderem realizar tecnicamente seu trabalho. Conclusão: Não é possível fazer uma relação de causa e efeito onde o médico é culpabilizado pelo alto índice de cesáreas. É necessário lembrar que existe um processo social e individual, em constante movimento dialético, dificultando a conscientização da mulher sobre seu papel na hora do parto, tanto quanto ao médico. É evidente que a comodidade não é um fator isolado e determinante do alto índice de cesáreas, mas que vem atrelada ao despreparo, tendo sua base na formação fragmentada do médico e não nos ganhos financeiros, como se tem afirmado. (CEPE-PUCSP).

-oOo-

SAU 1.10

ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE: UM ESTUDO PREVENTIVO. Ana Alayde Saldanha de Lucena e Suy Mey C. de Mendonça Gonçalves. Universidade Federal da Paraíba.

Sabe-se que a adolescência é um período turbulento, onde o adolescente não sabe determinar com exatidão seu papel. Esta situação tende a se agravar em relação à adolescência, particularmente no que se refere à sua sexualidade. Com o objetivo de se verificar o nível de conhecimento do uso de métodos preventivos relacionados à gravidez indesejada e às doenças sexualmente transmissíveis, foi realizada uma pesquisa na Maternidade Municipal Cândida Vargas, na cidade de João Pessoa - PB. A amostra foi constituída de 26 adolescentes na faixa etária dos 12 aos 19 anos, pertencentes à classe operária, em sua maioria moradora de bairros periféricos e com instrução escolar mínima. Os resultados das entrevistas revelaram que, deste total, 46% afirmaram conhecer os métodos anticoncepcionais (tabela, pílula, camisinha), mas não os usavam, enquanto que 34% disseram desconhecer qualquer método e apenas 20% faziam uso destes métodos. As principais justificativas dadas variaram na emissão de crenças do tipo "tal fato não aconteceria comigo", e na falta de intencionalidade, não querendo ser vista como "mulher experiente". Estes tipos de crenças a colocam em situação de risco, devido ao fato de que não existe uma propensão à prevenção diante das relações sexuais, acarretando gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, incluindo-se aí a AIDS. Conclui-se que, de modo geral, a adolescente, mesmo tendo conhecimento dos principais métodos de prevenção, não os utiliza devido à presença de crenças de onipotência de que não será atingida pelas consequências indesejáveis das relações sexuais.

-oOo-

SAU 1.11

HOMOSSEXUALISMO: ALGUNS ASPECTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS NO FENÔMENO. Daniela Ribeiro Schneider. Dep. de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Na sociedade ocidental-cristã a sexualidade ocupa um espaço central na definição do ser do homem. É imposto um modelo de comportamento sexual "saudável", através do qual se busca enquadrar o desejo e a atividade sexual dos indivíduos. Qualquer comportamento que fuja aos padrões estabelecidos é considerado anormal, sendo submetido à repressão. Desta forma, a vivência da sexualidade se torna um dos aspectos centrais da problemática psicológica ocidental, ainda mais para os homossexuais, que realizam uma escolha contrária à lógica dominante. Pesquisa qualitativa, realizada através do estudo de caso de uma mulher homossexual, realizado ao longo de 1(um) ano, com cerca de 30 encontros. Alguns aspectos psicológicos envolvidos na sua escolha, conhecidos através do resgate de sua história de vida, ressaltaram a problemática dos homossexuais fazerem da sua escolha sexual o eixo central da existência. Todas as demais questões (profissionais, sociais...) são, geralmente, postas em segundo plano. Um outro aspecto marcante é a vivência da "escolha" sexual como sendo um fatalismo: "sou assim e não posso deixar de sê-lo", "não consigo deixar de gostar de mulheres; é mais forte do que eu". A maioria dos homossexuais diz que "assim se descobriu" e, portanto, deve "se assumir". Tal inteligibilidade é sustentada pelas concepções deterministas do homossexualismo: ou a visão da definição inconsciente do desejo, ou a visão da sua determinação fisiológica (hormônios, hereditariedade). O homossexualismo é, assim, vivido como um caminho irreversível, uma definição existencial. O resgate da história dessa mulher mostra-nos, no entanto, que o seu homossexualismo foi uma escolha, mesmo que alienada, realizada em função das mediações que os outros lhe possibilitaram, da lógica formal com que era ensinada a se apropriar dos valores sociais impostos: "correr, pular, 'fazer arte' é coisa de menino"; logo, ela tinha de ser menino! A superação da problemática psicológica que envolve o homossexualismo implica em que a sexualidade seja vivida como uma escolha existencial, como uma possibilidade de ser e não como um dever ser, um fatalismo. Deve-se inverter a compreensão que considera que a personalidade é definida em função da sexualidade; na verdade esta é que deve ser definida no conjunto da existência da pessoa. Para tanto, é necessária uma compreensão científica e dialética da personalidade, como aborda o Existencialismo Moderno.

-oOo-

SAU 1.12

ABUSO SEXUAL EM MENINOS. Christian H. Kristensen e William B. Gomes. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A experiência do abuso sexual traz fortes consequências ao desenvolvimento emocional das vítimas. Focalizam-se, comumente, os efeitos dessa experiência traumática em meninas. Entretanto, meninos são vitimados frequentemente, apresentando seqüelas no seu desenvolvimento psicológico não menos graves do que as meninas. Foram estudados seis casos de abuso sexual em meninos com idades entre 7 a 13 anos. Estes meninos e suas famílias estavam sendo atendidos em um Programa de Extensão da UFRGS para prevenção e tratamento de abuso físico e sexual, desenvolvido num Conselho Tutelar e numa Escola Municipal de Primeiro

Grau. Para cada caso entrevistou-se, a partir de um roteiro tópico flexível, um ou mais familiares, o professor ou a orientadora educacional da Escola que o menino frequentava e os Conselheiros Tutelares envolvidos diretamente no caso. Quanto aos meninos vitimados, o roteiro de entrevista utilizado fazia parte do processo de avaliação clínica que precedia o tratamento psicológico. Ao todo, foram realizadas gravadas e transcritas 64 entrevistas reconstituindo-se, assim, o contexto no qual ocorreu a experiência do abuso. A partir da descrição da experiência da vitimação (experiência consciente do pesquisador), procurou-se definir sua estrutura fenomenológica revelando a relação de sentido que meninos sexualmente abusados estabelecem com o mundo, consigo mesmo e com os outros, através da decodificação do sistema de signos que constitui seus discursos (consciência da experiência do pesquisador). A comunicologia foi utilizada como argumento metodológico para o delineamento qualitativo dos procedimentos de análise e como argumento teórico na interpretação dos resultados. Enquanto estudo do discurso humano, a comunicologia recorreu à fenomenologia existencial para o exame dos modelos discursivos de ser humano e utilizou-se da semiótica para o exame dos modelos humanos de discurso. A experiência da vitimação foi estudada através da descrição, redução e interpretação dos contextos de abuso, revelação e reações. A interpretação dos resultados indicou que, inicialmente, o contexto do abuso é experienciado pelos meninos na forma de prejuízos nas múltiplas relações afetivo-cognitivo-comportamentais que estabelecem com o mundo, isto é, prejuízos vivenciais (relação consigo mesmo) e prejuízos relacionais (relação com os outros). Indicou também que o contexto da revelação é experienciado pelos meninos, no seu encontro com o mundo, como relações comunicativas que estabelecem consigo mesmo (intrapessoais) e com os outros (interpessoais), na forma de possibilidades expressivas e perceptivas: revelar ou não revelar o abuso. Finalmente revelou que o sentido do contexto de reações é experienciado pelos meninos na potencialização e atualização de uma relação abusiva com o mundo: consigo mesmo (revitimação) e com os outros (comportamento abusivo). Sugestões terapêuticas para o atendimento de meninos abusados sexualmente são apresentadas utilizando-se como referência a compreensão do processo comunicativo. CNPq/CAPES/FAPERS

-oOo-

SAU 1.13

ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA SOBRE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS PARA ADOLESCENTES. *Sirlene C. G. Silva, José Luiz Gonzaga Jr., Neucideia Ap. S. Colnago, Maria Benedita L. Pardo, São Carlos - SP.*

Estudos têm comprovado que os adolescentes não têm conhecimentos sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A partir desses dados elaborou-se um programa de orientação sobre DSTs com os objetivos de instrumentalizar o adolescente sobre seu auto-conhecimento enfatizando a importância da saúde física e psicológica em nível de prevenção e orientação das DSTs e verificar a eficácia de diferentes tipos de metodologias utilizadas no programa. Foram sujeitos deste estudo 30 alunos na faixa etária de 14 à 21 anos, de uma escola da rede pública de São Carlos - SP. Foram planejados 7 encontros cujos temas versaram sobre o conceito saúde, anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino, doenças sexualmente transmissíveis e auto-conhecimento. Os resultados preliminares revelaram que quanto ao conhecimento e as formas de prevenção das DSTs houve me-

lhora do desempenho do grupo do pré-teste em relação ao pós-teste final aplicado. Também houve significativa melhora quanto ao conhecimento dos serviços disponíveis e especialidades médicas a quem recorrer em caso de suspeita de contágio. Tais análises permitiram constatar aumento dos conhecimentos sobre DSTs objetivado pelo programa. CNPq.

-oOo-

SAU 1.14

ABORDAGEM DO COMPORTAMENTO SEXUAL DO ADOLESCENTE E AVALIAÇÃO DO RISCO PARA AQUISIÇÃO DO HIV. *Carla Carvalho, Mariana Melo, Zaida Cavalcanti, Paula Magalhães e Vera Magalhães.* Departamento de Medicina Tropical da Universidade Federal de Pernambuco.

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) vem aumentando entre os adolescentes, sendo este o grupo alvo mais recente de programas educativos e preventivos nos Estados Unidos. Sabendo-se que a profilaxia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) baseia-se fundamentalmente na mudança de comportamento dos indivíduos, resolveu-se estudar as principais práticas de risco para aquisição da infecção pelo HIV entre adolescentes recifenses. O presente estudo foi realizado através da aplicação de questionário em estudantes, entre 13 e 19 anos de idade, pertencentes a duas escolas públicas (EPB) e duas escolas privadas (EPR), localizadas no bairro de Boa Viagem, no Recife. Foram pesquisados 227 alunos, sendo 93 da EPB e 134 da EPR. Observou-se que 30.1% dos alunos da EPB e 52.9% dos da EPR eram sexualmente ativos, e que o início da atividade sexual ocorreu entre os 10 e 16 anos na quase totalidade desses estudantes. Foi observado também que 35.7% dos jovens da EPB e 28.2% dos da EPR referiam prática de sexo anal, que é sem dúvida a atividade sexual de maior risco para a aquisição do HIV. Um outro aspecto observado é que 28.6% dos alunos da EPB e 33.8% dos EPR referiam mais de três parceiros sexuais no último ano. Já entre os adolescentes da EPR, verificou-se que 11.3% apresentaram mais de cinco parceiros no último ano, o que aponta para uma multiplicidade de parceiros, que os coloca em maior risco para aquisição da infecção pelo HIV. Por outro lado, nenhum dos estudantes da EPR e apenas 2.1% da EPB referiam uso de droga endovenosa. Os jovens pesquisados demonstraram bom nível de conhecimento sobre AIDS, e a maioria deles relatou fazer uso de preservativo durante o relacionamento sexual (75% na EPB e 90% na EPR). Entretanto, apenas 46.4% dos alunos da EPB e 69% dos da EPR referiram utilização rotineira do condom. Concluiu-se que: o uso de drogas endovenosas não é importante na transmissão da infecção do HIV entre adolescentes recifenses; que o uso de preservativos, embora frequente, ainda parece inadequado; e que apesar de pouco valorizada na avaliação do comportamento heterossexual, a prática anal demonstrou índices consideráveis.

-oOo-

SAU 1.15

A DEVOLUÇÃO DO DIAGNÓSTICO ANTI-HIV POSITIVO, SOB O PONTO DE VISTA DA PESSOA CONTAMINADA. *Daniela de Figueiredo Ribeiro e Marco Antonio de Castro Figueiredo, Universidade de São Paulo.*

Considerando a abordagem psico-social da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), um grande número de trabalhos têm demonstrado que a formação do profissional de saúde carece

de conteúdos que possibilitem um atendimento que, ultrapassando os limites técnicos da especialidade, que enfoca a doença em si, se estenda às necessidades da pessoa que está sendo atendida. Neste sentido, a formação de vínculos significativos com o paciente capacita o profissional para a atuação no plano afetivo, facilitando a aderência ao tratamento. Levando em conta a importância do momento do conhecimento do diagnóstico positivo do anti-HIV para a formação do vínculo com a pessoa contaminada, o presente trabalho é uma tentativa para verificar, junto a portadores do HIV e pacientes com AIDS, opiniões e crenças a respeito de como suas necessidades afetivas foram consideradas no momento em que souberam que estavam contaminados. Uma amostra composta por 11 sujeitos, de ambos os sexos, portadores do HIV, foi entrevistada através de técnicas semi-estruturadas, no sentido de verificar crenças associadas às condições em que a devolução do diagnóstico positivo do anti-HIV foi realizada. Uma análise de conteúdo, realizada sobre a transcrição integral das sessões, identificou percepções quanto às dificuldades psicológicas do profissional para a devolução do diagnóstico positivo, além de relações determinantes entre a adaptação ao diagnóstico, suas decorrências imediatas para o sujeito e a maneira como lhe foi comunicado o fato de ser portador do HIV. Foram também identificadas necessidades relacionadas à individualização dos procedimentos de devolução, à transparência das informações e à capacitação do profissional para acolher o sofrimento da pessoa que acabou de receber o diagnóstico positivo do teste anti-HIV. CNPq

-oOo-

SAU 1.16

PERCEPÇÃO DO RISCO DE CONTAMINAÇÃO PELO HIV EM DEPENDENTES DE DROGAS INJETÁVEIS. Vera L. E. Villela, Daniela S. Turck, William B. Gomes, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A incidência de HIV positivo em usuários de drogas injetáveis continua em ascensão e é um dos principais fatores na transmissão da doença. Estes indivíduos parecem não valorizar e, portanto, não responder ao esforço de publicidade preventiva. Desta forma, estudou-se seis casos de ex-usuários de drogas injetáveis (com idades entre 22 e 36 anos), que estavam sendo atendidos em programas de recuperação para a drogadição. Quatro destes casos eram de soropositivo para o HIV. O objetivo do estudo foi, em primeiro lugar, compreender em cada caso e no conjunto dos casos a história familiar, a visão de mundo, a experiência como dependente, e o processo de reabilitação. Em segundo lugar, obter subsídios para a compreensão do insucesso de programas de prevenção à AIDS em usuários de drogas injetáveis. O instrumento de pesquisa foi uma entrevista fenomenológica decorrente de uma convivência entre um dos pesquisadores e estes indivíduos, por um período de dois anos. Na ocasião o pesquisador colaborava como estagiário na Instituição. As entrevistas duravam aproximadamente uma hora, foram integralmente gravadas em audiotape e transcritas. Os procedimentos de análise orientaram-se pelo método das três reflexões fenomenológicas: descrição, redução e interpretação. A descrição organizou o relato dos entrevistados, indicou categorias emergentes, as quais demarcaram as contradições relativas à experiência dos sujeitos em suas relações inter e intrapessoais. Por exemplo: amar e detestar a família, responsabilizar a si e a outros por sua drogadição, reconhecer e esquecer os riscos de contaminação. A redução selecionou para análise as seguintes partes do todo constitutivo da descrição: 1) relacionamentos familiares pobres, 2) carência afetiva e despreparo

para expressar afeto, 3) dificuldades para conviver socialmente, 4) baixa auto-estima e objetivos pessoais fracamente demarcados 5) a escalada da droga como fuga de problemas familiares, e 6) desatenção aos riscos de contaminação pelo HIV. A interpretação, através do confronto sinérgico entre partes e todo, entendeu que a experiência dos dependentes é estruturada em função da droga. O uso e a obtenção da droga são privilegiados em detrimento da relação familiar e social, gerando prejuízos nas áreas afetiva, cognitiva e conativa. A droga é usada como um meio 'para alcançar o prazer que o mundo não lhes oferece e anestesia para os seus sofrimentos. Também a percepção espacial e temporal é organizada em função de estar ou não sob o efeito de substâncias psicoativas. A droga se torna tão prevalente, que a preocupação com a contaminação com o HIV é totalmente abandonada, apesar de haver conhecimento dos procedimentos de prevenção. Numa perspectiva existencial, os depoimentos destes jovens revelam uma ausência radical de sentido de vida em que viver ou não viver pouco importa. Nestes termos compreende-se o insucesso das campanhas publicitárias e sugere-se, enfaticamente, a necessidade para o desenvolvimento de programas de reabilitação mais efetivos. CNPq-PIBIC/FAPERGS.

-oOo-

SAU 1.17

PREVENÇÃO DA AIDS/DST NO CONTEXTO DO ABUSO DE DROGAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA FORMAÇÃO DO MULTIPLICADOR¹. M. F. Olivier Sudbrack, Eliane M. F. Seidl, Liana F. Costa, Denise Doneda, Paulo R. Proto de Souza, Célia C. Moraes. Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas (PRODEQUI) - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

A educação em saúde através dos pares vem sendo documentada como método eficaz para a prevenção da AIDS/ DST, junto a diversos públicos-alvo. Esta estratégia envolve a formação de multiplicadores: pessoas institucionalizadas, pertencentes a órgãos oficiais ou a organizações não-governamentais, que coordenam ações educativas de monitores. Os monitores, selecionados e treinados pelos multiplicadores, informam aos seus pares, aliando credibilidade e facilidade de comunicação, viabilizando a adoção de práticas seguras de prevenção da AIDS / DST, em diferentes contextos. O presente trabalho tem por objetivos: a) descrever a metodologia adotada nos três cursos de formação de multiplicadores para a prevenção da AIDS/DST no contexto do abuso de drogas, desenvolvidos pelo PRODEQUI, em Brasília, de outubro/95 a maio/96; b) descrever a metodologia de avaliação do trabalho do multiplicador. A proposta técnica fundamenta-se na concepção de que a formação de multiplicadores constitui processo de ensino-aprendizagem nos níveis informativo (abarca os conhecimentos teóricos e de instrumentalização prática necessários ao desempenho do papel de multiplicador) e formativo (refere-se às atitudes e representações sociais concernentes aos temas estudados e à clientela-alvo). A integração dos aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais é favorecida pela aplicação de técnicas de dinâmica de grupo. A partir da experiência prévia de cada treinando, este é orientado quanto à elaboração de um projeto, a ser executado em sua instituição de origem, ao longo de 01(um) ano. Os multiplicadores que participaram destes cursos (N=77), de várias categorias profissionais e com inserção institucional diversificada, vêm sendo acompanhados e supervisionados pelos técnicos do PRODEQUI, com base em um instrumento de avaliação que investiga os seguintes fatores: habilidades e comportamentos do multiplicador, apoio institucional, aspectos facilitadores

e dificultadores percebidos quanto ao trabalho junto aos monitores e ao público-alvo. Pretende-se, a médio prazo, investigar as variáveis psicossociais associadas ao sucesso e/ou fracasso do trabalho de multiplicador e a eficácia da metodologia proposta no que tange à formação do multiplicador para a prevenção da AIDS/DST no contexto do abuso de drogas. 1- Projeto resultado de Convênio entre o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde e Prodequi / Deptº de Psicologia Clínica / IP/ Universidade de Brasília.

-oOo-

SAU 1.18

ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA A PORTADORES DE ANOMALIA DA DIFERENCIAÇÃO SEXUAL. T. C. C. F. Araújo, N. Tamayo e A. A. M. Lima, Universidade de Brasília.

A anomalia da diferenciação sexual (ADS) pseudo-hermafroditismo masculino, feminino e hermafroditismo verdadeiro caracteriza-se pela ambigüidade dos órgãos sexuais internos e/ou externos, podendo também apresentar ambigüidade nos cromossomos sexuais. O presente estudo teve por objetivos: efetuar avaliação psicológica do paciente, oferecer apoio e orientação para a criança e seus familiares, no intuito de oportunizar: a) a integração social do paciente, particularmente no que se refere à identidade sexual, b) o manejo e orientação da criança pelos familiares, c) a adesão ao tratamento, d) a tomada de decisão informada quanto à cirurgia. Constituíram a amostra, pacientes atendidos no Ambulatório de Genitália Ambígua do Hospital Universitário de Brasília, com idade variando entre dois e sete anos. Aplicou-se um roteiro de entrevista aos familiares e forneceu-se material lúdico aos pacientes. Foi possível constatar que, de modo geral, os sujeitos não apresentam distúrbios comportamentais. Apenas em um caso, os pais relataram recusa alimentar, pouca receptividade ao contato físico e dificuldades de relacionamento. Os pais expressaram ansiedade com relação à fertilidade do paciente e tenderam a apresentar auto-atribuição de culpa pela situação da criança. São necessárias maiores investigações psicológicas sobre a ADS. O conhecimento científico e a experiência clínica, assim gerados, contribuirão para uma melhor compreensão do desenvolvimento da identidade de gênero.

-oOo-

SAU 1.19

DOR NA MAMA: DESCRIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VARIÁVEIS FUNCIONAIS - UM ESTUDO PRELIMINAR. Cibele A. Chapadeiro C. Sales; Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e Rachel R. Kerbauy; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Dor na mama (mastalgia) é relatada por metade das mulheres das clínicas de mastologia (Mansel, 1994). As condutas médicas adotadas não têm conseguido minorar a dor de determinadas pacientes, e as queixas têm persistido. Consideramos relevante identificar variáveis relacionadas com a dor para posterior tratamento. O objetivo deste trabalho foi investigar nas pacientes que foram à consulta com o mastologista do HE da FMTM: a ocorrência, descrição e variáveis funcionalmente relacionadas à dor na mama. Foi realizada entrevista semi-estruturada, obtendo a intensidade, a forma e a duração da dor, se existente; a história médica recente e a relação que as pacientes faziam entre uma lista de eventos e dor na mama. As pacientes realizaram registro em

casa, da ocorrência da dor, e eventos que a antecediam ou seguiam, durante uma semana. Dezoito mulheres, com 47,6 anos em média, foram sujeitas. Onze relataram dor na mama e 7 não. As pacientes avaliaram sua dor em 5,3 pontos em média, em uma escala de 10 pontos. Descreveram a dor como queimação, doríada, ferroadada, fincada, sensação de mama cheia e de caroço, ocorrendo há mais de 3 anos. A história médica mostrou que as mulheres com dor na mama procuram médicos tanto quanto as que não têm dor, mas só as primeiras procuram psiquiatras. As pacientes relacionaram os eventos mamografia, mama dura, menstruação e câncer com a ocorrência da dor. Os registros mostram que a dor ocorre mais à noite, em atividades sociais ou não, e que os Ss não emitem comportamento para minorar a dor. Conclui-se que a maioria das mulheres desta amostra têm dor na mama (11/18), que é de intensidade média (5,3), sendo as formas de ocorrência diversificadas, com duração significativa (>3 anos), e possível relação com outros problemas. A dor foi relacionada pelos Ss com eventos potencialmente geradores de dor e a outros neutros quanto a dor. Discute-se a informação, o medo, nas relações que as pacientes estabelecem ou não com a dor. CNPQ.

-oOo-

SAU 1.20

CLIMATÉRIO: LEVANTAMENTO DE SINTOMAS E CONDOTA MÉDICA ADOTADA EM DUAS DIFERENTES INSTITUIÇÕES DE SAÚDE. Maura Alves Nunes Gongora e Denise Hurtado. Universidade Estadual de Londrina.

Frente à constatação de que, na literatura, não há precisão ou clareza quanto aos sintomas definidores do climatério, nesta pesquisa procurou-se levantar tais sintomas e, ao mesmo tempo, verificar a conduta médica adotada em relação aos mesmos. Por tratar-se de pesquisa na área de Psicologia houve interesse especial em verificar a frequência relativa de sintomas emocionais em comparação com os demais. Foram consultados 198 prontuários de pacientes femininas, na faixa etária de 35 a 60 anos, de duas instituições públicas - um posto de saúde e um ambulatório de climatério - da cidade de Londrina. Após a coleta dos dados sobre os sintomas e as medidas médicas registradas, foram elaboradas, por dois juízes, 26 categorias da sintomatologia e sete grupos da medicação. Os resultados, do total de sujeitos, mostraram que as três categorias de sintomas mais frequentes foram fogacho, 63%; ansiedade, 45%; e, depressão, 44%. Quanto à conduta médica, detectaram-se, no total, 71% de terapia hormonal; 23% de terapia para a dor e 15% de ansiolíticos. Verificaram-se, ainda, marcantes diferenças entre as duas instituições. Quanto à prevalência de sintomas, no posto de saúde, o fogacho apresentou frequência de 44%; ansiedade 28%; e depressão 50%; enquanto que no ambulatório, o fogacho alcançou 71%; depressão 42% e ansiedade 54%. Quanto à conduta médica, no posto de saúde, a terapia mais frequente foi prescrição de ansiolíticos com 35% e no ambulatório foi terapia hormonal, com 96%. Através destes resultados pode-se observar que, embora com frequência elevada, nem todas as mulheres apresentaram o fogacho, tido como sintoma principal do climatério; por outro lado, pode-se considerar altas, as frequências de dois sintomas emocionais: ansiedade e depressão. Verificou-se ainda que posto e ambulatório apresentaram diferentes enfoques de tratamento com marcantes divergências, tanto nos sintomas detectados quanto na conduta médica adotada. Em nenhuma das instituições havia encaminhamento para tratamento psicológico. CAPES.

-oOo-

SAU 1.21

COMPETÊNCIA SOCIAL DE PSICÓTICOS. *M. Bandeira, C. S. Cardoso, M. L. Fernandes, R. A. Resende e S. C. A. Santos.* Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei - FUNREI.

O novo modelo brasileiro de saúde mental comunitária (lei 3.657) requer o planejamento cuidadoso da reinserção social dos doentes mentais, a fim de prover as condições necessárias para mantê-los adequadamente na sociedade, com o mínimo de rehospitalizações. Quanto mais elevado o nível de competência social do doente mental, em particular o esquizofrênico, menor é o número e a gravidade de suas rehospitalizações (Liberman et al., 1986; Donahoe e Driedenga, 1988; Hogarthy et al., 1991). Torna-se portanto essencial prepará-lo em termos de sua competência social. Para isto, é preciso identificar suas principais dificuldades nesta área, em termos de comportamentos verbais e não-verbais validados socialmente. O objetivo deste trabalho é identificar estas dificuldades em termos operacionais e comparativos. Método: Participaram desta pesquisa 70 indivíduos do sexo masculino, com faixa etária entre 20 e 60 anos de idade, de classe social baixa: 35 sujeitos são psicóticos desinstitucionalizados, com CID 295 e 298, e os outros 35 sujeitos são indivíduos da população em geral, que habitam na mesma comunidade dos pacientes. Os sujeitos participaram de 4 desempenhos de papel, filmados em vídeo, representando situações cotidianas de interação social. Em uma segunda etapa, dois juízes treinados observaram e cotaram o grau de competência social dos sujeitos, segundo uma escala tipo Likert de 6 pontos. Dois outros juízes observaram e cotaram a presença ou ausência de cada componente das habilidades sociais requeridas nas 4 situações. Resultados: Os resultados indicam que: 1. O grupo clínico apresenta um grau de competência social inferior ao do grupo não-clínico, em cada situação estudada; 2. Esta dificuldade se refere aos comportamentos verbais e não-verbais, à dimensão para-lingüística, à solução de problemas e à expressão de afeto, sendo estes dois últimos itens os mais deficitários; 3. O grupo clínico apresenta uma baixa frequência das habilidades de: dar soluções realistas, pedir esclarecimentos, reformular a fala do outro, verificar se o outro concorda com a solução proposta, entre outras; 4. As situações de reagir à críticas são mais difíceis do que as situações de expressar insatisfação ao outro. Conclusão: O treinamento de habilidades sociais do doente mental deve incluir as dimensões deficitárias específicas identificadas, utilizando-se as situações segundo uma ordem crescente de dificuldade.

-oOo-

SAU 2.01

LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE FAMILIARES DE CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS COLETADAS EM UMA SALA DE ESPERA DE UMA UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA. *Virgínio Monteiro Cardoso, Eliana Maria Reis e Silva, Andréa de Barros Mendes e Silvana Raquel Costa Pinheiro.* Universidade Federal do Pará.

Objetivando efetuar um levantamento das necessidades apresentadas por familiares de crianças portadoras de deficiências, referentes à qualidade do atendimento prestado em uma Unidade de Referência Especializada (Materno-Infantil), utilizou-se um questionário e um roteiro de entrevistas para a coleta de dados. Participaram como sujeitos 40 familiares de crianças portadoras de deficiências de origens diversas, de baixo nível sócio-cultural, atendidas em um programa de estimulação precoce para crianças de 0 a 7 anos. A entrevista e a aplicação do questionário realizou-

se em uma sala de espera de atendimento profissional com o entrevistador ao lado dos familiares entrevistados em uma situação informal, mantendo-se o sigilo das informações. Os resultados indicaram: 1) insatisfação com as informações sobre o diagnóstico e o prognóstico da problemática da criança, com propostas de implantação de um serviço de informação, orientação, e acompanhamento médico e psicológico aos familiares de crianças deficientes; 2) insatisfação com o espaço físico da sala de espera, com propostas de reformas do referido espaço e desenvolvimento de atividades recreativas para as crianças e seus familiares; 3) necessidade de maior contato com familiares de outras crianças deficientes atendidas, com propostas de implantação de um serviço que promova atividades grupais com tais familiares; e, 4) necessidade de maior disponibilidade de profissionais com sugestões de ampliação do quadro funcional em todos os níveis (técnico, administrativo e de apoio). Estes resultados demonstraram que, ao serem consultados, os usuários atendidos pelo SUS podem contribuir significativamente para direcionar a inserção de um serviço de maior qualidade.

-oOo-

SAU 2.02

REAÇÕES FAMILIARES FRENTE À CRIANÇA PORTADORA DE FISSURA LÁBIO-PALATAL. *Naura da Rocha Bauermann e Berta Weil Ferreira.* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Fissuras labiais e/ou palatais podem acarretar uma série de problemas de ordem biopsicossocial que podem comprometer o bom desenvolvimento daqueles que portam tal malformação congênita. Para estudar as reações de familiares de crianças portadoras de fissuras, atendidas em serviço específico para tratamentos de defeitos da face, em faculdade de odontologia, foram entrevistadas dez famílias, de renda até cinco salários mínimos, com meninos ou meninas, com idades entre cinco e dez anos. As verbalizações oriundas de entrevista não diretiva foram examinadas sob a ótica da análise de conteúdo e permitiram a construção de seis categorias acerca da vivência das famílias com portadores (gravidez, nascimento, desenvolvimento, atitudes) e de sua experiência com o atendimento no serviço para portadores de defeitos da face (importância do serviço e atuação do serviço social no contexto do atendimento ao portador de fissuras). Os resultados apontam para os problemas tratados na literatura, tais como impacto causado pelo nascimento de um bebê portador de fissura, as preocupações com sua criação, principalmente, de início, ao redor do aleitamento e alimentação, seu desenvolvimento psicossocial e a experiência de estigmatização; em relação ao serviço foi salientada sua eficiência e importância, e, quanto ao trabalho do serviço social, foi ressaltado seu papel de definidor no atendimento global para os familiares e para a equipe, conforme a visão dos familiares.

-oOo-

SAU 2.03

DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE PORTADORES DE FISSURAS LÁBIO-PALATAIS. *Marcia Luconi Viana,* Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Maria Lucia Tiellet Nunes,* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Pesquisas realizadas com portadores de fissuras lábio-palatais são criticadas por não estarem baseadas em uma teoria, por não eliminarem da amostra sujeitos com retardo mental ou psicopatologia

mais grave e por envolverem um foco improdutivo, que é comparar portador com não-portador. Assim, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de examinar, pela teoria psicanalítica, através dos conceitos de separação-individuação e de conflito edípico, o desenvolvimento psicossocial de 40 crianças todas portadoras de fissuras labial e/ou palatal (20 meninas e 20 meninos), de 5 anos a 5 anos e 9 meses e de 6 anos a 6 anos e 9 meses, excluindo-se crianças com suspeita de retardo mental ou de psicopatologia mais grave. A todos os sujeitos foi administrado o Teste das Fábulas com resultados quantitativos que permitem concluir que, independentemente de sexo ($\chi^2=1.6928$, $p=0.1932$) e de idade ($\chi^2=0.0818$, $p=0.7749$), as crianças atravessaram com êxito o processo de separação-individuação e, também, que independentemente de sexo ($\chi^2=0.0170$, $p=0.8962$) e de idade ($\chi^2=0.4257$, $p=0.5141$), estão matriculadas na fase edípica, vivenciando o conflito edípico - portanto, cumpriram ou estão cumprindo, no devido período, as tarefas evolutivas previstas teoricamente para sua faixa etária. A análise qualitativa das verbalizações, entretanto, mostra que, com menor idade, as meninas estão mais separadas-individuadas que os meninos, mas que ambos os sexos se igualam quando atingem a faixa etária seguinte. As crianças pesquisadas não evidenciam ainda, apesar da previsão teórica para a faixa etária mais alta, sinais de reparação em relação a aspectos da situação edípica e, portanto, não se dirigem ainda à solução da conflitiva.

-oOo-

SAU 2.04

ESTIGMATIZAÇÃO EM CRIANÇAS PORTADORAS DE FISSURAS LÁBIO-PALATAIS. *Maria Lucia Tiellet Nunes*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *Daniela Wiethaeuper*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Por não se ajustar às normas sociais de beleza e perfeição, portadores de fissuras lábio-palatais são frequentemente estigmatizados, o que acarreta prejuízos de ordem psicossocial para seu desenvolvimento mais pleno. Para examinar a questão da estigmatização, 30 mães de crianças portadoras de fissuras lábio-palatais, 30 estudantes de Odontologia e 30 odontólogos foram submetidos a um instrumento, derivado de outro já existente, que foi composto por fotografias de meninos e meninas, portadores e não-portadores de fissuras lábio-palatais, acompanhadas por uma lista de 25 adjetivos positivos e 25 negativos alocáveis pelo sujeito de pesquisa às fotografias. Os resultados de análise de variância permitem concluir que os odontólogos são mais críticos na alocação de adjetivos negativos às crianças portadoras de fissuras do que os outros dois grupos, atentando mais para o fator fissura em si ($p<0.05$); as mães de crianças portadoras de fissuras não diferenciam entre crianças portadoras e não-portadoras, conduzindo suas reações mais pela atratividade física-facial e menos pela fissura em si; o grupo dos estudantes de odontologia são menos críticos que os odontólogos e, ao mesmo tempo, empáticos como as mães de portadores de fissuras. Torna-se necessário maior divulgação das reais condições de desenvolvimento de portadores de fissuras para que ele/ela não sofra os efeitos de estigmatização; é necessário trabalho preventivo, junto à família, logo do nascimento de uma criança portadora de fissura; ainda, é necessário um trabalho de conscientização dos odontólogos sobre aspectos psicossociais da questão da fissura.

-oOo-

SAU 2.05

UMA ANÁLISE DE CONTEÚDOS SOBRE CRENÇAS PREVALENTES MODAIS A RESPEITO DA DESORDEM TEMPOROMANDIBULAR COM PORTADORES DESTA DISFUNÇÃO. *Isabel Cristina Carniel; Marco Antonio de Castro Figueiredo*. Departamento de Psicologia e Educação, FFCLRP, USP.

A Desordem Temporomandibular (DTM), disfunção que prejudica a mastigação de alimentos, acarreta para o portador, além da dor característica de musculatura, ossos e articulações envolvidas, efeitos psicológicos que incidem sobre a vida diária, seja na interação social, comunicação verbal, atenção concentrada, seja no equilíbrio afetivo/cognitivo do manejo de suas limitações. Voltado para estas questões e no sentido de subsidiar tratamentos de suporte, o presente trabalho teve por objetivo verificar como a DTM se apresenta para o portador enquanto cognições formadas com base nas características acidentais da disfunção como componente afetivo originado pelas circunstâncias limitantes para a pessoa. Uma amostra constituída por 18 pessoas portadoras de DTM, de ambos os sexos, atendidos na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, USP, foi entrevistada com base em procedimentos semi-estruturados para verificar cognições relacionadas a três aspectos da disfunção: a) Origem, b) Limitações e c) Formas de Superação. Uma análise de conteúdo, processada com base em julgamentos realizados por nove profissionais, distribuídos equitativamente entre as áreas de atuação em odontologia, fonoaudiologia e psicologia, agrupou os dados das entrevistas em categorias de significados comuns, tomando-se o consenso como critério de inclusão, definido pela interseção dos julgamentos dispostos em Diagramas de Venn. Conteúdos modais foram salientados relacionados com origens mecânicas ($p=.50$; $Z=3.01$), limitações para a alimentação ($p=.78$; $Z=5.35$) e atenção concentrada ($p=.38$; $Z=1.98$) e placas de acrílico como forma de superação ($p=.61$; $Z=5.14$). A ausência de conteúdos relacionados ao tratamento psicológico como uma das formas de superação da DTM, indica que, a despeito das consequências afetivas para o portador, este não está ainda sensibilizado para essa possibilidade.

-oOo-

SAU 2.06

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO DE PESQUISA E ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA PACIENTES ESPECIAIS - CEPAE. *Maria Elisabeth Salvador Caetano*. Universidade Federal de São Carlos. *Antonio Bento Alves de Moraes*. Universidade de Campinas).

O Centro de Pesquisa e Atendimento Odontológico para Pacientes Especiais (Cepae) é vinculado à área de Psicologia Aplicada da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP-UNICAMP). Seu objetivo é a promoção da saúde bucal do paciente especial (bebês com até 36 meses de idade) através da realização de procedimentos odontológicos preventivos e o ensino de comportamentos de saúde no paciente e na família. Para atingir esse objetivo procura-se aliar pesquisa e serviço de forma a produzir conhecimentos relacionados à saúde bucal, à adesão dos pais ao tratamento e à administração das atividades. O serviço foi estruturado em 3 áreas de atuação: I- Atendimento Odontológico. II- Atividades de Ensino. III- Atividades de Pesquisa, cujo objetivo é a formação de pesquisadores, elaboração e desenvolvimento de estudos que subsidiem os serviços. Em 24 meses de funcio-

namento (1993-1995) verifica-se que foram atendidos 165 pacientes e suas respectivas mães. Foram realizadas 836 práticas clínicas no Atendimento Odontológico, acompanhadas de orientação de mães individuais e em grupo. Nas Atividades de Ensino foram ministrados 24 seminários, 5 programas de orientação de mães, 2 palestras para profissionais da comunidade e recebidas 2 consultorias. Quanto as Atividades de Pesquisa, um projeto "Projeto Integrado", contendo 8 estudos, foi aprovado pelo CNPq e todos os estudos foram realizados. Esses estudos abordaram os temas: anestesia bucal em crianças, orientação de mães, medo e controle durante o tratamento odontológico e a implantação e a administração dos serviços. A realização dos estudos e a dinâmica do serviço geraram novas questões de pesquisa que estão sendo desenvolvidas em 1996. Este trabalho reflete a dinâmica de um serviço que busca integrar pesquisa e serviço, assim como as áreas de Odontologia e Psicologia. Embora caminhando em direção aos objetivos propostos, ainda o Cepae enfrenta dificuldades quanto ao desempenho da equipe, administração dos serviços e obtenção de recursos.

-oOo-

SAU 2.07

ESTUDO COMPARATIVO DAS VIVÊNCIAS FEMININAS EM UM PROGRAMA MULTIPROFISSIONAL DE ONCOLOGIA GINECOLÓGICA. C. Q. Corrêa, S. Rizzo, H. A. Caldeira, S. Bercovici, J. E. Nestarez. Hospital Maternidade Escola de Vila Nova Cachoeirinha (MEVNC) HMMEDr.MMAS-São Paulo, SP.

Na rotina de grupos de sala de espera com pacientes do Programa Multiprofissional de Oncologia da MEVNC, (com psicóloga, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionista e fisioterapeuta) objetivou-se uma análise comparativa entre mulheres com câncer de mama e de pelve. Foram analisados 10 grupos de cada ambulatório, nos de mama coordenados pela psicóloga e assistente social, com a presença da enfermeira; nos de pelve, pela psicóloga e enfermeira. A média de pacientes por reunião foi de 4 nos grupos de mama e de 6 nos de pelve, perfazendo os totais de 41 e 55 pacientes. Foram anotadas as falas de cada paciente e os assuntos abordados foram posteriormente categorizados em 6 grandes temas: Adaptação pós-cirúrgica, Tratamento, Doença, Esquema Corporal, Interação Social e Diagnóstico. O foco de atenção das pacientes centrou-se em questões de sua adaptação no cotidiano, verificando-se uma divergência entre os grupos na forma e no conteúdo apresentado. As pacientes mastectomizadas parecem adaptar-se mais facilmente, estabelecendo com mais tranquilidade uma nova rotina diária, com menos queixas somáticas e variadas referências ao apoio da família, diferente do que foi observado nas pacientes com câncer de pelve. Embora pouco freqüente em ambos os grupos, o esquema corporal, levantando questões da feminilidade e da sexualidade, é abordado mais no grupo da pelve. Para estas mulheres do ambulatório de Oncologia, o impacto do diagnóstico de câncer é sentido como inesquecível, com muitos preconceitos e tabus, e o tratamento é descrito como longo e penoso. As consequências da cirurgia de mama são mais visíveis/públicas, no entanto, as pacientes da pelve sentem-se dolorosamente expostas/invasadas em sua intimidade. Talvez a mutilação da mama afete sua auto-estima, enquanto que a mutilação pélvica atinja diretamente a identidade feminina.

-oOo-

SAU 2.08

O ATENDIMENTO AO PACIENTE ONCOLÓGICO: UM LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL NAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES DE FLORIANÓPOLIS. Angela Schillings, Carla Henrique, Ivânia Jann, Mônica Duarte, Nilo de Souza, Valéria Mattos. Dep. de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta pesquisa consiste num estudo exploratório a respeito do tipo de atendimento prestado pelos profissionais de saúde, que atuam nas instituições hospitalares de Florianópolis, aos pacientes de câncer. Para tanto, buscou-se conhecer as técnicas clínicas e de tratamento utilizadas, dificuldades referentes ao trabalho em oncologia, o tipo de contato estabelecido com o paciente e a família, o fornecimento de diagnóstico e prognóstico ao paciente e a família, a relevância do acompanhamento psicológico junto ao paciente e da psicologia junto a equipe técnica, bem como, o posicionamento destes profissionais frente a questões como morte, cura e a influência da religião sobre o tratamento. Foi composta uma amostra de 30% do total de profissionais (306) que correspondeu a 93 sujeitos, entre: assistentes sociais, atendentes e auxiliares de enfermagem, enfermeiros, médicos, nutricionistas, psicólogos e técnicos de enfermagem). O instrumento de coleta de dados foi um questionário composto por 40 perguntas abertas e fechadas, sendo que 7 referentes a dados sociográficos, 7 referentes a inserção do profissional na instituição e as 26 restantes referentes aos temas acima descritos. Observou-se que os profissionais de saúde enfrentam uma série de dificuldades no trabalho com pacientes oncológicos, sendo que estas se diversificam de acordo com o cargo ocupado na instituição. De um modo geral, como principais, os profissionais apontam a falta de recursos financeiros, a precariedade da estrutura hospitalar, bem como dificuldades pessoais relacionadas ao contato com o paciente de câncer e sua família. Os posicionamentos frente a cura do câncer, morte e a influência da religião sobre o tratamento foram bastante divergentes; de um modo geral, os profissionais mais especializados tendem a enfocar estas questões de modo científico e racional, enquanto que os menos especializados acessam suas crenças, mitos e experiências cotidianas no hospital, demonstrando um certo negativismo, principalmente em relação a cura do câncer. O acompanhamento psicológico junto ao paciente foi unanimemente apontado como necessário, bem como, a atuação do psicólogo junto a equipe; no entanto, percebeu-se que os profissionais de saúde não possuem um noção clara do trabalho da psicologia. Tendo em vista estes resultados, observou-se que as diversas dificuldades levantadas pelos profissionais de saúde refletem-se diretamente no tipo de atendimento prestado ao paciente oncológico. No entanto, percebeu-se um movimento de superação quando indicavam a necessidade de um trabalho interdisciplinar na área de oncologia e principalmente a demanda de um trabalho psicológico junto a essa área. UFSC, CNPq.

-oOo-

SAU 2.09

PSICO-ONCOLOGIA: DIVULGAÇÃO DA ÁREA JUNTO A DOIS EVENTOS CIENTÍFICOS DIFERENCIADOS. Áderson L Costa Jr. e Eliane M. Fleury Seidl. Universidade de Brasília.

Em expansão e consolidação, a Psico-oncologia tem apresentado estudos que enfatizam: a) a associação entre variáveis psicológicas e desenvolvimento de diferentes tipos de neoplasmas; b) a substituição de modelos médico-organicitas por abordagens que

priorizem atenção global ao indivíduo; c) a relevância da participação ativa do paciente e de seus familiares nos processos de promoção da saúde, tratamento e reabilitação do câncer. Este trabalho teve por objetivo analisar o perfil de divulgação da área de Psico-oncologia junto à Reunião Anual de Psicologia e ao congresso Brasileiro de Psico-oncologia. Efetuou-se levantamento de temas livres apresentados nas últimas dez Edições da Reunião Anual de Psicologia, de 1986 a 1995, e na última Edição do Congresso Brasileiro de Psico-oncologia (realizado em abril de 1996), considerando-se as variáveis afiliação institucional e variabilidade temática. Observou-se, em relação à Reunião Anual de Psicologia, 14 apresentações, sendo 11 vinculadas a instituições de ensino e pesquisa e 03 vinculadas a serviço de Psicologia Hospitalar. Os temas mais frequentes foram, em ordem: aspectos psicológicos de pacientes mastectomizadas, assistência à criança com câncer, representação social da doença e estratégias de enfrentamento. Em relação ao Congresso Brasileiro de Psico-oncologia, observou-se 130 apresentações, sendo 56 vinculadas a instituições de ensino e pesquisa e 74 vinculadas a serviços de Psicologia Hospitalar. Os temas mais frequentes foram: assistência à criança com câncer, aspectos psicológicos dos vários tipos de câncer feminino, morte e terminalidade, serviços prestados a pacientes transplantados, assistência psicológica a outros pacientes oncológicos e realização de grupos de pacientes oncológicos. Discute-se estimular a maior divulgação do conhecimento, na área, junto a eventos de caráter acadêmico e não somente em eventos específicos da Psico-oncologia, cujo perfil é caracteristicamente mais profissionalizante e assistencialista. Sugere-se o estreitamento da relação entre a produção de conhecimento na área, a profissionalização e a prestação de serviços especializados em Psico-oncologia.

-oOo-

SAU 2.10

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A PACIENTES EM UNIDADE DE TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA: ESTUDO DE CASO. L. P. Venturini, A. L. F. Silva, A. Sponholz Jr, J. O. B. Contel, e M. H. C. Sarti. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

A Unidade de Transplante de Medula Óssea funciona há aproximadamente quatro anos no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, realizando transplantes halotípicos HLA-idênticos de pacientes portadores de leucemias. Faz parte desta unidade uma equipe multidisciplinar composta por quatro médicos, um psiquiatra, nove enfermeiros, um assistente social, dois psicólogos, dois fisioterapeutas e um nutricionista, todos interagindo no acompanhamento do paciente durante o processo do transplante. O papel da psiquiatria diz respeito à orientação e avaliação clínica dos pacientes. O papel da psicologia consta das seguintes etapas: anamnese para colher informações da história de vida; avaliação psicológica e posterior encaminhamento para grupo de apoio e orientação a pacientes pré-transplantados, acompanhamento individual durante a internação e acompanhamento em grupos de apoio e orientação aos pacientes pós-transplantados e suas famílias. O presente trabalho pretende descrever, através de um estudo de caso, as fases esperadas (típicas) de adaptação psicológica pelas quais passa o paciente transplantado em decorrência dos diversos processos peculiares ao transplante de medula óssea. São descritas quatro fases de adaptação divididas conforme o momento do processo de transplante. São as seguintes: 1ª fase - Internação, colocação do cateter e condicionamento (quimioterapia para destruir a me-

dula "doente"); 2ª fase - Recebimento da medula óssea; 3ª fase - Mucosite (feridas em orofaringe, decorrentes do efeito da quimioterapia); 4ª fase - Expectativa da alta da enfermaria. Através do relato de caso, pôde-se observar que o paciente passou pelas várias fases do processo de transplante apresentando reações emocionais e orgânicas esperadas como, por exemplo, sonolência, náuseas, ansiedade e irritação, principalmente na fase da mucosite. Pôde-se perceber também algumas características de personalidade do paciente como isolamento e medo de depender das pessoas. Tais características podem ter cooperado na sua reação ao adoecimento e processo do transplante. Assim, no decorrer deste relato de caso, é descrito como a psicologia pode contribuir dentro da equipe multidisciplinar acompanhando o paciente de transplante de medula óssea como forma de apoio.

-oOo-

SAU 2.11

FATORES DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DE UMA EQUIPE DE SAÚDE EM INSTITUIÇÃO DE TRATAMENTO A IRRADIADOS POR FONTE IONIZANTE. T. C. C. de Araújo e S. B. Costa Neto. Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia.

A presente pesquisa teve por objetivo central descrever e compreender os fatores presentes no processo de tomada de decisão (TD) de uma equipe de saúde que presta assistência às vítimas do acidente radioativo com Césio 137, ocorrido em Goiânia, em 1987. Assim sendo, examinou-se a existência do fenômeno de "pensamento de grupo" (Janis, 1992), e verificou-se a influência da percepção interprofissional estabelecida entre os membros da equipe. Para tanto, aplicou-se uma escala de percepção interprofissional (Ducanis e Golin, 1979), seguida de uma entrevista semiestruturada com integrantes de diferentes categorias profissionais. Foram igualmente realizadas sessões de observação das reuniões de trabalho da equipe. A análise dos resultados não evidenciou a síndrome de "pensamento de grupo". A percepção interprofissional não se mostrou homogênea entre as diferentes categorias. Os fatores de TD foram analisados de acordo com os seguintes parâmetros: binômio tempo/demanda; natureza; vicissitudes; beneficiados; funções; determinantes de sua estabilidade; determinantes do retardamento da TD; atribuição do controle motivacional; fases processuais; funções desenvolvimentais; preferência ao agente da TD; motivações para reapropriação do papel de decisor e estados intrapsíquicos. Os conteúdos de TD relatados individualmente pareceram mais complexos do que os observados em situação natural de decisão do grupo. Conclui-se que os fatores de TD foram influenciados pela percepção da fase emergencial e por contingências de natureza técnica, econômica e político-social. Sugere-se, ainda, que futuras investigações focalizem a influência da liderança sobre o processo de TD, assim como, proponham estudos comparativos entre equipes.

-oOo-

SAU 2.12

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE E DOENÇA. Flávia Berton.

Somente nas duas últimas décadas, a Teoria das Representações Sociais passa a ser debatida e utilizada por sociólogos, psicólogos sociais e psicossociólogos. Em poucas linhas esta Teoria seria uma tentativa de dar conta do mundo e de seus fenômenos através de explicações e conceitos surgidos no dia-a-dia dos indivíduos. Neste trabalho, tal teoria foi utilizada a fim de perceber como usuários e não-usuários do sistema público de saúde repre-

sentam saúde e doença. Partiu-se do pressuposto de que ambos

não tem uma mesma representação desses fenômenos, uma vez que o primeiro grupo estaria recebendo informações preventivas que tornariam sua representação diferenciada dos que só se utilizam de serviços de saúde em casos extremos (fraturas, acidentes graves, etc.). Como se trata de pesquisa qualitativa, foram entrevistados 10 indivíduos, sendo 5 de cada grupo (usuários e Não-usuários). A metodologia de análise dos dados se deu através da Análise do Discurso, onde foram preservadas as falas dos usuários, e relacionadas categorias como: *disposição para o trabalho, ausência de doenças, corpo e espírito em harmonia* para a representação de saúde e *cansaço, falta de saúde, falta de disposição para o trabalho e dependência de remédios* para representar a doença. Em ambos os grupos, os resultados apontam para uma certa falta de crença na atuação médica, principalmente devido à precariedade dos serviços públicos, apesar do médico ser considerado o maior responsável pela manutenção da saúde da população. O grupo de usuários diferentemente do de não-usuários não se utilizam praticamente de nenhum remédio caseiro, acreditando ser perigoso e antiquado o seu uso; enquanto que o outro grupo, recorre ao médico apenas quando a auto-medicação e os remédios caseiros não solucionam o problema. A relevância deste trabalho está na obtenção de dados, que em cooperação ao trabalho médico possam fornecer um modelo assistencial mais humano e que integre, na medida do possível, o saber de médicos e pacientes em benefício da Saúde Pública. Programa EICOS/UFRJ-CAPES/CNPQ.

-oOo-

SAU 2.13

O PROJETO PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE DE BAIXA RENDA, COM FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE. *Elizabeth da Silva Nakano*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Identificar e compreender o projeto profissional como um componente do processo de construção da identidade de adolescentes de baixa renda é o problema investigado e envolvem várias questões complexas que tentamos apreender no decorrer do estudo de nossa pesquisa. A amostra dessa pesquisa constitui-se na escolha aleatória de 10 adolescentes, na faixa etária de 16 à 22 anos, que participaram das entrevistas. São adolescentes que foram aprovados no curso profissionalizante do Programa "Turma da Rua" realizado no BANESPA e que trabalham, atualmente, nesta empresa. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com questões abertas, em dois encontros, com cada participante, que nomeamos como 1ª etapa e 2ª etapa das entrevistas. De um modo geral os resultados da pesquisa apontam: a) um adolescente que é inserido no mercado de trabalho sem saber ao certo o que o espera e o compromisso laboral que assume tem a miséria familiar como "testemunha" da relação contratual; b) o projeto profissional desse adolescente de forma fragmentada e irreal enquanto concretização, pois ele não percebe a ausência de condições subjetivas e objetivas como elementos imprescindíveis para a concretização de um projeto; c) uma auto-descrição de um "eu" fragmentado nas relações que articula no mundo social; d) um processo de construção da identidade de um adolescente alienado que acredita que pode tudo sozinho, que não se torna outro, enfraquecendo o reconhecimento da unidade da objetividade e da subjetividade, da igualdade e da diferença e reforçando o movimento de reposição no seu processo de construção da iden-

tidade. Na conclusão de nosso trabalho apontamos um diagnósti-

co que desvela o adolescente real de uma camada social pobre e identificamos como ele vê, interpreta e significa o seu projeto profissional no seu processo de construção da identidade. Apon-
tamos que a superação no movimento de construção da identidade desse adolescente real está atrelada à perspectiva emancipatória de uma política de identidade direcionada à educação formal, pois acreditamos que idéias e crenças com base nas relações de determinações impostas ideologicamente não são herança genética da condição humana e podem ser combatidas e metamorfoseadas através de políticas de condições que comportem a garantia de que todos realmente tenham acesso à escolaridade. CNPq.

-oOo-

SAU 2.14

SEQÜELAS PSICOLÓGICAS EM PACIENTES QUEIMADOS. *Cibele Freire Santoro, Débora Bliacheriene e Rosa Helena dos Santos Malheiros*. Universidade Mackenzie.

Problemas emocionais como seqüela tem sido há tempos apontados como presentes em pessoas que sofreram queimaduras. West e Shuck, já em 1978, discutiram esses problemas como coadjuvantes do intenso desequilíbrio fisiológico e do comprometimento de funções vitais que muitas vezes ocorrem nos pacientes queimados, decorrentes possivelmente da rapidez do acidente e da mudança das condições pessoais, bem como da hospitalização que não é eletiva por parte da pessoa. A limitação imposta pela queimadura induz a vivências conflituosas crônicas ao entre a onipotência e a impotência, vivências de "desabrigado" e alto índice de angústia, o paciente pode desenvolver atitudes "crônicas" ao nível da invalidez física e/ou psíquica (Amaro, 1985, Arenales, 1992). O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar mais detalhadamente as seqüelas psicológicas em pacientes queimados. Foram estudados 30 pacientes que sofreram queimaduras, submetidos a procedimentos médicos em ambulatório. Os dados necessários foram coletados utilizando-se um protocolo de identificação e um roteiro de entrevista estruturada. Os pacientes foram observados e entrevistados individualmente no próprio ambulatório do hospital. Os resultados mostram a expectativa de volta ao estado de vida anterior, embora muitas vezes com atitudes idealizadas e pouco realistas. Pacientes relataram vários tipos de sentimentos, como insegurança, raiva, medo, revolta e punição. Quanto ao tratamento, mostraram consciência quanto ao prognóstico, com diferentes graus de idealização. As expectativas de mudanças relatadas pelos pacientes vão de encontro com seu estado emocional, história de vida e sentimentos a respeito do acidente, muito mais do que o grau da queimadura, local do corpo atingido ou área queimada. Neste sentido, observou-se que os pacientes que sofrem queimaduras são vulneráveis às mudanças psicológicas e o sucesso do tratamento vai depender do estado emocional do paciente. Por mais variados que sejam os tipos de queimaduras, é a somatória dos estados somático e psíquico que irá contribuir para seu tratamento.

-oOo-

SAU 2.15

PREVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA MENTAL NUMA MATERNIDADE DE VITÓRIA/ES. *Sônia R. F. Enuno, Zeidi A. Trindade*. Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento. *Elizabeth S. Amaral, Evelyn G. Louzada, Eduardo H. G. Torre e Marcus W. Batista*, Universidade Federal do Espírito Santo.

A realização de ações de prevenção (AP) da Deficiência Mental (DM) em gestantes e recém-nascidos são uma das formas de se promover a saúde materno-infantil e evitar futuros distúrbios no desenvolvimento. Visando identificar essas AP "primária" (promoção de saúde e proteção específica contra a DM) e "secundária" (diagnóstico precoce e pronto-atendimento) no sistema de saúde pública das 6 cidades da Grande Vitória/ES, estão sendo gravadas entrevistas com os responsáveis pelos serviços pré-natal (122 AP), perinatal (15 AP), neonatal (46 AP) e berçário (28 AP) de 6 hospitais, através de 4 roteiros de entrevista, totalizando 211 questões abertas e fechadas (Enumo e Kerbauy, 1993). A análise inicial do levantamento na maternidade de Vitória (Promatre; beneficente) mostrou uma falta de dados estatísticos sistematizados e acessíveis sobre os serviços e que a população atendida é de classe social baixa. No período pré-natal, poderiam ser executadas 122 AP; dessas, 73,31% (87 AP) estavam em curso, 22,13% (27 AP) não eram executadas (identificação de anomalias uterinas ou fetais, controle de condições sócio-econômicas da família, por exemplo) e 6,55% (8 AP) não foram informadas. As AP primária, como a assistência materna e programas educativos para gestantes, não eram realizadas formalmente. A prevenção secundária era realizada por um berçário patológico, sem UTI completa. Neste, eram realizadas 71,42% (20 das 28 AP previstas), não existindo, porém, programas de estimulação precoce (visual, auditiva, social e multimodal) para recém-nascidos internados. Esses dados serão comparados com outras unidades de saúde, complementando o quadro atual de saúde reprodutiva na região, e possibilitando a proposição de programas preventivos baseados em dados da realidade local. CNPq e UFESSÓCIO-PSICOLÓGICA.

-oOo-

SAU 2.16

O CONCEITO DE SAÚDE, DOENÇA E MORTE EM CRIANÇAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS E TERMINAIS. *Cássia Maria Ramalho Salim*, Psicóloga HML-SARAH-Brasília e *Maria Helena Fávero*, Universidade de Brasília.

Na pediatria, o atendimento a crianças doentes crônicas e doentes terminais, pressupõe relações particulares com a psicologia, tendo em vista o desenvolvimento psicológico e as relações sócio-afetivas destes pacientes. É portanto, indiscutível a importância do estudo de certos conceitos- presentes, explícita ou implicitamente na situação de trabalho com estas crianças. É o caso do conceito de saúde, de doença e de morte, e a inter-relação entre eles. O objetivo central deste estudo é pesquisar uma metodologia que se mostre apropriada ao estudo da relação entre estes conceitos, não utilizando somente a linguagem verbal e buscando a interdependência do fenômeno com o contexto cultural no qual a criança está inserida. Um estudo piloto foi realizado com crianças saudáveis, com o objetivo de verificar a possibilidade de tal metodologia. (Fávero e Salim, 1989). Foi utilizado então o desenho, enquanto linguagem não verbal e portanto meio não fonético de simbolização da representação e a história contada pela criança, enquanto linguagem verbal e portanto meio fonético de simbolização da representação. Assim o desenho e a história podem ser os veículos para tornar explícito um conhecimento, que pode ser entendido como inexistente ou ausente. Participaram deste estudo 20 sujeitos de ambos os sexos, na faixa etária de 6 a 14 anos, 10 portadores de doença crônica e 10 portadores de doença terminal. Foi solicitado à criança que fizesse desenhos através de quatro ordens subsequentes (uma de cada vez) para três elementos determinados- flor, animal e "hominho". "Desenhe uma

flor saudável, uma doente, uma flor morta e o que aconteceu com ela depois que morreu". E desta forma foi solicitado o desenho para os outros elementos. Num segundo momento foi solicitado que os sujeitos continuassem contar uma história iniciada pelo pesquisador, utilizando um fantoche. A história contada teve como fundamentação o desenvolvimento de um tema central- "estar saudável e adoecer". O que pudemos concluir é que a busca metodológica a que nos propusemos foi efetivada. Os veículos simbólicos utilizados, mostraram-se adequados para que a criança pudesse exprimir seu conhecimento e seu sentimento. Independente de grandes diferenças etárias, as crianças têm conhecimento sobre sua situação de portador de doença, e a implicação que isto traz à sua vida cotidiana. Foi verificado ainda que há inter-relação entre os conceitos investigados, demonstrado sobretudo através da sequência que a criança utilizou na situação de contar história. Com relação ao conceito de doença, verificou-se que as crianças não só sabem o que é doença, como parece que conseguem tecer proposições acerca de diagnósticos, sintomas e as seqüelas.

-oOo-

SAU 2.17

MORTE EM CRIANÇAS DE 04 A 07 ANOS DE IDADE. *C. Berthoud, C. Felizari, M. Morth, B. Soares.*

A pesquisa teve como objetivo verificar como se desenvolve a concepção de morte em crianças de 04 a 07 anos e, como esta se relaciona com a vivência ou não da morte ou perda de uma figura significativa de apego. Participaram 46 crianças e os autores construíram como instrumento de avaliação, uma montagem do filme "O Rei Leão". Após assistirem ao filme as crianças foram individualmente entrevistadas sobre o conteúdo do mesmo e um questionário foi enviado às mães dos sujeitos para verificar como estas lidam com o assunto "Morte" com as crianças. Estes dados foram analisados através de categorias elaboradas a partir das teorias de Bowlby e Piaget. Os resultados, de modo geral, mostram que a maioria das crianças de 04 a 06 anos (72%) que vivenciaram a experiência da morte de um ente querido, explicam-na como sendo reversível, o que caracteriza o predomínio do egocentrismo. Já as crianças de 05 a 07 anos (71%) que viveram tal experiência assim com as crianças de 4, 5, 6 e 7 anos (84,38%) que não a viveram, possuem a concepção de irreversibilidade, o que precisa ser interpretado tanto à luz da teoria piagetiana, como também em função dos componentes afetivos que influenciam na construção cognitiva. A maioria das mães (61%) dão explicações baseadas nas causas da morte, à criança, diante da perda de uma pessoa significativa. Conclui-se que a forma como os temas morte e perda são abordados pela família, é fundamental na construção cognitiva e afetiva que a criança faz, acrescidas das vivências de perdas pelas quais ela passa. Finalizando, os autores analisam as implicações clínicas e pedagógicas de trabalhos de orientação que podem e devem ser realizados sobre o luto na infância.

-oOo-

SAU 2.18

ASPECTOS EMOCIONAIS DA OBESIDADE: ANSIEDADE E RAIVA. *Janine Monteiro Alves da Costa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O presente estudo se propôs a investigar as relações entre obesidade e as variáveis psicológicas de ansiedade e raiva. Em uma amostra constituída de 60 sujeitos adultos obesos, no início de

tratamento em uma clínica de emagrecimento, e de 60 sujeitos não obesos, foram administrados três instrumentos: o Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), o Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço (STAXI) e um questionário complementar. Os resultados demonstraram relações significativas entre obesidade e as variáveis de ansiedade-estado, ansiedade-traço e raiva voltada para dentro. Ainda foi feita uma análise de conteúdo das respostas ao questionário complementar. Os dados foram discutidos em termos de consequências da condição de ser obeso e estar em tratamento. Sugere-se que os profissionais que tratam do emagrecimento devem estar atentos para estas dificuldades emocionais e prestar um serviço que inclua em seu programa de trabalho um apoio emocional e psicológico a seus usuários. CNPq.

-oOo-

SAU 2.19

O "MODELO DE CRENÇAS EM SAÚDE" COMO PREDITOR DE COMPORTAMENTOS PREVENTIVOS DO ENFARTO DO MIOCÁRDIO. *Marília Ferreira Dela Coleta*. Universidade Federal de Uberlândia

O Modelo de Crenças em Saúde (Rosenstock, 1974) foi testado quanto a seu poder de predição de 13 comportamentos benéficos à saúde cardiovascular. A amostra foi constituída por três grupos de sujeitos do sexo masculino (N=237), com idade entre 40 e 70 anos, sendo um sem sintomas de doenças cardiovasculares (sau-

dável), outro de sujeitos diagnosticados como hipertensos e o terceiro de sujeitos que já haviam sofrido um enfarto do miocárdio. Estes foram entrevistados, utilizando-se um questionário composto por uma seção sobre dados pessoais e clínicos, outra contendo escalas para medida de variáveis motivacionais (locus de controle da saúde, interesse geral pela saúde, avaliação da saúde) e das crenças em saúde (severidade e susceptibilidade percebidas com relação ao enfarto, benefícios e barreiras percebidos nos comportamentos de saúde cardiovascular). A última seção continha medidas da frequência em que os sujeitos emitiam cada um dos comportamentos considerados preventivos do enfarto. Através de análises correlacionais e de regressão múltipla, foram evidenciadas as relações entre as variáveis do modelo, bem como identificados os principais preditores de cada um dos comportamentos em cada grupo de sujeitos e na amostra total, apresentados em *path diagrams*. Confirmando a literatura, a variável "barreiras percebidas" foi o melhor e o mais consistente preditor dos comportamentos preventivos, enquanto a percepção de "susceptibilidade ao enfarto" não contribuiu significativamente. O melhor resultado se refere ao controle do peso pelos sujeitos enfartados, com 41% de sua variância total explicada pela idade, percepção de barreiras e interesse pela saúde. O modelo proposto mostrou-se adequado para explicar a prevenção do enfarto, porém sugere-se a importância de considerar as características da doença e do comportamento no planejamento de novos estudos.

-oOo-

PSICOLOGIA SOCIAL

SOC 1.01

PROJETO "OFICINA-ESCOLA" - 2ª EDIÇÃO: RESULTADOS PRELIMINARES DE SUA AVALIAÇÃO. Denise R. Bandeira, Luciano Lorenzatto, Adriana C. Loguercio e Sílvia H. Koller. Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos(as) de Rua, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Projeto "Oficina-Escola" tem sido implementado por uma empresa de transporte público, com objetivo de oferecer a adolescentes de risco treinamento em algum ofício bem como reforço escolar, atividades culturais e de lazer, alimentação, salário e demais benefícios trabalhistas. Na sua segunda edição, os 38 adolescentes (66% e 34%) que finalizaram o Projeto foram avaliados no início e no final do mesmo (intervalo de oito meses) com o objetivo de investigar-se possíveis mudanças no seu perfil psicológico através dos seguintes instrumentos: entrevista semi-estruturada enfocando aspectos psicossociais, Teste de Bender, Desenho da Figura Humana, Teste de Raven e Teste de Inteligência Não-Verbal - INV. Os resultados avaliados até o momento incluem um levantamento demográfico da amostra e os resultados dos testes. Sua idade variou de 13 a 16 anos ($X=14,68$). Todos cursavam a escola, sendo que dois estavam em escolas abertas. Do grupo, 11% dormiam em albergues ou nas ruas, 5% moravam em instituições fechadas, 76% com a família, 5% com tios ou avós e 3% possuíam moradia instável. Apesar de parte não morar com a família, 97% mantinham contato regular com esta. Como resultados dos testes, pode-se observar que as médias de todos os testes mantiveram-se estáveis, com exceção do Teste de Raven, onde o número de acertos aumentou de forma significativa (39,55 a 41,84; $t=-2,98$, $p<0,005$). Já o INV, outro teste de inteligência geral, inspirado inclusive no Raven, não apresentou diferença significativa entre o teste e o re-teste (45,10 e 46,18; $t=-1,59$, $p<0,121$). Discute-se a possibilidade de que aspectos relacionados a treinamento escolar e para o trabalho (regras, limites, organização, respostas certas e rápidas) claramente incentivados pelo Projeto, estejam afetando mais diretamente o Raven e não o INV. Questiona-se a validade de tais instrumentos para tal proposta de avaliação. FAPERGS.

-oOo-

SOC 1.02

PROJETO "OFICINA-ESCOLA" DO TRENSURB: COMPARANDO-SE AS DUAS EDIÇÕES. Denise R. Bandeira, Adriana C. Loguercio, Luciano Lorenzatto, Sílvia H. Koller e Cláudio Hutz. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O projeto "Oficina-Escola" tem sido implementado pelo Trensurb, um empresa de transporte público, tendo como objetivo oferecer a adolescentes em situação de risco pessoal e social, treinamento em algum ofício bem como reforço escolar, atividades culturais e de lazer, alimentação, salário e demais benefícios trabalhistas. Sua primeira edição ocorreu em 1994, contando com a participação de 40 adolescentes e a segunda, em 1995, com 38 adolescentes de ambos os sexos. A diferença básica entre os dois grupos deu-se na seleção dos candidatos. No primeiro, a sua indicação deu-se somente pelo critério de necessidade econômica. No segundo, devido à avaliação realizada pelo CEP-RUA e à grande procura de adolescentes pelo Projeto, realizou-se uma seleção composta de provas de português e matemática de nível primário e uma avaliação de aspectos intelectuais e neuropsicológicos. Em ambas as edições com o objetivo de verificar-se mudanças no perfil psicológico dos adolescentes, estes foram avaliados no início e do

final do Projeto (intervalo de oito meses) com os seguintes instrumentos. Teste de Bender, Desenho da Figura Humana (DFH) - itens evolutivos e indicadores emocionais e Teste de Raven. Para o primeiro grupo os resultados foram os seguintes: Bender (teste=4,51 e reteste=2,97*), Raven (teste=23,07 e reteste=26,25*), DFH-Evolutivos (teste=19,30 e reteste=19,75) e DFH-Emocionais (teste=2,72 e reteste=1,90*). Para o segundo grupo os resultados foram os seguintes: Bender (teste=1,42 e reteste=1,23, Raven (teste=39,55 e reteste=41,84*), DFH-Evolutivos (teste=21,97 e reteste=21,63) e DFH-Emocionais (teste=2,31 e reteste=2,47). Os resultados mostram que a seleção foi efetiva e favoreceu as necessidades da empresa, já que o primeiro grupo apresentou uma série de problemas comportamentais, tendo alguns adolescentes obtido pouco proveito do Projeto. Além disso, indicam um questionamento quanto a influência que aspectos relacionados ao treinamento para o trabalho e para a escolarização exercem sobre o Teste de Raven. * diferenças significativas (de $p<0,00$ a $p<0,05$). FAPERGS.

-oOo-

SOC 1.03

O QUE SENTEM AS CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM RELAÇÃO A SEUS PAIS BIOLÓGICOS E O FUTURO? Adriana Pellanda Gagno e Lídia Natália Dobrianskyj Weber. Universidade Federal do Paraná.

Esta pesquisa visou identificar junto a todas as crianças institucionalizadas de Curitiba, na faixa etária de 7 a 18 anos e que não têm mais vínculo familiar (76 sujeitos), quais são os seus sentimentos em relação a seus pais biológicos e suas expectativas em relação ao futuro, particularmente frente à possibilidade de serem adotadas. Foi utilizado o critério de não receber visitas dos pais há mais de um ano para caracterizar o fim do vínculo familiar. Os dados foram coletados através de um questionário semi-estruturado com 40 questões abertas e 18 fechadas. Os resultados revelaram que 61% das crianças estão na instituição há mais de 3 anos ou não lembram mais há quanto tempo (chegando a 15 anos); a maioria absoluta nunca recebeu visitas de seus pais (67%); 67% atribuem valorização negativa ou ambivalente aos pais biológicos; 58% trazem recordações negativas ou ambivalentes de sua vida familiar; as respostas relativas às expectativas de futuro são, na maioria absoluta, monossilábicas, estereotipadas e inconsistentes; apenas 50% desejam casar ou ter filhos sendo que, entre as meninas, a rejeição ao casamento (51%) e a ter filhos (49%) é mais expressiva; 53% preferem morar na instituição do que com sua família biológica, mas seu maior desejo é serem adotadas (80%). Conclui-se que: 1) O afastamento da família biológica (abandono) e o caráter negativo da experiência familiar progressiva determinaram a valorização negativa atribuída por estas crianças e adolescentes a seus pais biológicos - mostrando que a veiculação afetiva nas relações parentais é construída e não dada biologicamente; 2) os sujeitos apresentaram dificuldades em planejar e refletir sobre seu futuro e expressaram significativo pessimismo no plano afetivo - sendo que um dos fatores que influenciou nestas expectativas foi a ausência de vínculo familiar; 3) a necessidade de apego seguro, sob a forma de adoção, revelou-se premente nestas crianças institucionalizadas, posto que é tal "nutrição afetiva" que possibilita ao homem fazer-se "humano", através da sua criatividade, da sua habilidade de planejar o futuro e da sua capacidade de amar o outro. CNPq.

-oOo-

SOC 1.04

EXPLICAÇÕES DAS DIFERENÇAS SOCIAIS DADAS POR MENINOS DE RUA. *Carla Maciel, Karinia Abrantes, Niedja Silva e Leoncio Camino*. Universidade Federal da Paraíba.

Fundamentado na Teoria da Atribuição, a qual constitui um conjunto de proposições que descrevem o processo pelo qual o homem comum infere as causas dos acontecimentos sociais, o presente trabalho objetiva verificar se a inserção de meninos de rua em diferentes meios sociais (Rua x ONGs) exerce alguma influência em suas explicações sobre as diferenças sócio-econômicas (riqueza e pobreza). Entrevistaram-se, neste estudo, 60 meninos de rua do gênero masculino, de 12 a 17 anos, sendo 30 vinculados ao Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e 30 sem vínculo com esta ONG. Utilizou-se um roteiro de entrevistas para identificar o processo de socialização dos meninos na rua e/ou no Movimento, e uma técnica baseada no trabalho lúdico, composta por um jogo de fotos, retratando situações de pobreza e de riqueza, a partir da qual os meninos emitiram suas explicações para tais fenômenos. As respostas foram individualmente gravadas, transcritas, categorizadas e analisadas. Constatou-se que os meninos não vinculados ao Movimento apresentaram mais explicações em termos de traços pessoais para a riqueza e para a pobreza, ao passo que os meninos vinculados explicaram tais fenômenos sociais mais em termos da estrutura social, enfatizando também, os traços pessoais. A grande concentração de explicações a nível social dadas pelos meninos do Movimento era esperada, por presumir-se que nele os meninos compartilhassem de uma visão mais politizada da sociedade, uma vez que tal ONG tem por finalidade a educação social e política dos meninos que a integram. Quanto as explicações dos meninos não vinculados, elas também foram como o esperado, pois refletiram as idéias amplamente propagadas pela sociedade de que a existência de ricos/pobres se deve a presença/ausência de esforço pessoal (traços pessoais). Conclui-se então, a partir destes dados, que a inserção dos meninos de rua no meio social foi determinante das suas explicações para a riqueza e a pobreza.

-oOo-

SOC 1.05

DISTRIBUIDORAS DE FOLHETOS: UM OUTRO OLHAR SOBRE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA. *Marli de Oliveira*, PUC-SP.

O objetivo da minha dissertação de mestrado foi aprofundar a conceituação e caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua. Para tanto, focalizei um subgrupo específico - o das distribuidoras de folhetos na cidade de São Paulo. Ao procurar entender porque este subgrupo tem sido excluído das conceituações e caracterizações de adolescentes em situação de rua, e por que os *meninos de rua* são considerados pessoas de rua, já que encontram-se entre eles adolescentes e jovens trabalhadores em faixa etária próxima das distribuidoras de folhetos, baseei-me em um tripé teórico-conceitual, ou seja, os significados atribuídos à casa e à rua de Da Matta; a segregação racial de Rosenberg e Pinto e o conceito de estigma de Goffman. Para aprofundar o tema, orientei a análise para o discurso proferido pelos envolvidos com a questão de *adolescentes em situação de rua* (empresários, pesquisas de contagem de meninos de rua, legislação, personalidades do mundo jurídico e de movimentos sociais), o perfil sócio-demográfico, as condições de trabalho e as aspirações das moças que distribuem folhetos. Foram usados procedimentos de

coleta e análise de dados diversificados, como: contagem de moças distribuindo folhetos, questionários, entrevistas, análise de textos diversificados e observação participante. A pesquisa revelou que este trabalho é exercido por um número expressivo de moças (1304), na maioria brancas, sensualmente vestidas, cuja seleção para este trabalho, do ponto de vista da empresa, tem dois objetivos complementares: demarcá-las do estigma de menino de rua e orientar o olhar do passante. As distribuidoras de folhetos, mesmo constituindo um grupo de adolescentes que trabalham na rua, não trazem no corpo a marca do estigma do *menino de rua* (pobre, feio, maltrapilho). Estando fora desse estigma, permanecem alheias à preocupação das autoridades. Ao mesmo tempo, a conceituação de *meninos de rua* ao rejeitá-las, deixa de efetuar diferenciações internas ao grupo, reforçando o estigma.

-oOo-

SOC 1.06

LOCUS DE CONTROLE DE ADOLESCENTES INFRATORES DE TRÂNSITO X LOCUS DE CONTROLE DE ADOLESCENTES VOLUNTÁRIOS. *Maria Inês Gandolfo Conceição*. Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor.

O estudo analisa as diferenças no locus de controle entre os grupos participantes do Projeto Adolescente - uma experiência de educação de trânsito desenvolvida pelo Hospital SARAH-Brasília. Participaram do projeto, dois grupos: o primeiro, composto por voluntários encaminhados por estabelecimento de ensino da rede particular e, o segundo, composto por infratores de trânsito encaminhados pela Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal para cumprimento de medida sócio-educativa. O estudo foi feito com 65 sujeitos, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 20 anos, com escolaridade de 1o e 2o graus, residentes em cidades-satélite e no plano piloto. O instrumento utilizado foi a escala multidimensional de locus de controle de Levenson que agrupa três categorias de escalas: (a) internalidade; (b) externalidade/acaso e; (c) externalidade/ outros poderosos. Foram testadas as três escalas em relação às variáveis: (a) grupo; (b) sexo; (c) faixa etária; (d) local de moradia e; (e) nível de escolaridade. Os resultados mostraram que a média da escala internalidade foi significativamente maior em ambos os grupos. Os sujeitos pertencentes aos grupos: "sexo masculino", "residentes na periferia da capital" e "escolaridade 1o grau"; apresentaram maior crença de que o controle sobre suas vidas estaria nas mãos de pessoas poderosas - medida pela escala externalidade/ outros poderosos. As diferenças encontradas entre os subgrupos referem-se principalmente à escala externalidade/ acaso. Acreditaram mais fortemente que são controlados pelo acaso, sorte ou destino, os sujeitos pertencentes aos grupos: "infratores de trânsito", "sexo masculino", "idades entre 18 a 20 anos", "residentes na periferia da capital" e "escolaridade 1o grau". Conclui-se, a partir da análise das médias das três escalas na amostra estudada, que a escala internalidade obteve escores maiores. Porém, entre os agrupamentos testados, a crença de manterem o controle sobre suas próprias vidas foi significativamente maior no grupo de voluntários. Nota-se que o grupo de sujeitos infratores obteve escores mais altos na escala externalidade/ acaso, isto é, denotam ter maior percepção de serem controlados pelo acaso, sorte e destino. A crença de que as relações no trânsito dão-se de modo fortuito nos leva a indagar se a transgressão neste meio estaria associada aos altos escores obtidos nesta escala.

-oOo-

SOC 1.07

A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE INFRA-TOR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO PELA EXCLUSÃO.
Hedwig Knist, Universidade Católica de São Paulo e Universidade de São Marcos.

Reintegração pressupõe a existência de um passado de integração; pressupõe que houve um processo de desintegração e implica na possibilidade de reintegração. Nossa reflexão sobre programas de reintegração social toma em conta os conceitos de integração e de reintegração e como eles se realizam hoje numa realidade concreta de globalização e informatização. Por isso falamos na inclusão pela exclusão. A pesquisa tem por objetivo conhecer o adolescente infrator, pobre, masculino (amostra: dez adolescentes infratores da Zona Leste de São Paulo, em regime de Liberdade Assistida), pensando-o a partir de uma concepção de homem que se constrói nas relações sociais. Para isto procuramos no adolescente aspectos como sua concepção da vida, suas perspectivas de futuro e as significações dadas aos valores morais, considerando estes os aspectos mais relevantes a serem investigados e, também, como indicadores capazes de contribuir para uma reflexão sobre programas de reintegração social que se propõem a atender adolescentes infratores. Buscamos na teoria de Lawrence Kohlberg sobre o desenvolvimento moral a metodologia que nos ajudou a pesquisar estes aspectos nos adolescentes. Através de entrevistas recheadas com dilemas, a presente pesquisa procura conhecer as significações que os adolescentes atribuem aos valores morais. Constatamos que a afetividade, além do vínculo e da utilidade, é um dos argumentos mais fortes para justificar qualquer ato. Foi possível desvelar o pensamento e a ação moral e as significações atribuídas aos valores no seu discurso, isto é, a afirmação de um valor pela relativização de outro. Os adolescentes entendem por reintegração a resignação à uma vida em sociedade. Pareceu-nos que eles preferem uma vida feliz, mesmo na infração, do que uma vida honesta de trabalhador, quando isto significa para ele ser infeliz. CNPq.

-oOo-

SOC 1.08

EFEITO DA MIGRAÇÃO NO AUTOCONCEITO DE JOVENS GUATEMALTECOS REFUGIADOS NO SUL DO MÉXICO.
Elieze Ávila Wolff, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.

A presente investigação foi realizada em uma população de jovens guatemaltecos, refugiados em acampamentos do Sul do México. Seu exílio a México se deu devido à guerra e à repressão exercida pelo exército guatemalteco, contra a população camponesa deste país, destruindo mais de 400 aldeias indígenas. Este trabalho, portanto, teve como objetivo o estudo do autoconceito dos jovens que viveram quando pequenos tais situações de perseguição, expulsão de seu país e a adaptação, no México, como refugiados. Se utilizou a técnica de redes semânticas (Figueira, 1981 e Reyes Lagunes, 198) para encontrar o significado psicossocial de diferentes aspectos do autoconceito, (eu como refugiada (a), eu como mulher(homem), eu como filha(o), eu como guatemalteco(a), eu como amiga(o) a partir da própria linguagem da população. A população estudada foi formada por 44 jovens (23 homens e 21 mulheres) de distintos acampamentos. Os dados foram analisados de acordo com os passos seguidos nos estudos de Reyes y Ferreira (1989) y Valdez (1994). As palavras definidoras foram analisadas, por sexo. Os resultados indicam que os homens apresentam uma maior riqueza de significados

psicológicos em seu autoconceito que as mulheres refugiadas. Ambos sexos revelam uma forte obediência em relação aos pais. O autoconceito familiar é melhor estruturado que a identidade como guatemalteco. A identidade migrante dos jovens refugiados está totalmente formada por conceitos negativos e desintegradores. Os resultados são analisados em função dos efeitos na formação do autoconceito e da identidade dos refugiados, causados pela experiências negativas vividas em Guatemala e no México.

-oOo-

SOC 1.09

UM ESTUDO SOBRE A CONCEITUALIZAÇÃO DO MEDO.
Antonio Roazzi e Fabiana Federicci. Universidade Federal de Pernambuco.

O presente estudo tem por objetivo reconstruir a trama primitiva da representação social do medo em adultos, como também analisar o papel da experiência na construção deste tipo de representação. Inicialmente, com um grupo de 60 sujeitos de ambos os sexos coletou-se, através do método da associação livre, a informação da representação entendida como meio de acesso ao campo das representações, ou seja, as palavras-item que foram utilizadas no experimento (foram selecionadas 20 palavras). Posteriormente, com um grupo de 72 sujeitos, sendo 34 homens e 38 mulheres, investigou-se o nível de consenso da representação social do medo através da técnica não-verbal de classificação. Cada sujeito foi submetido individualmente a duas tarefas: uma de classificação livre, na qual era convidado a agrupar as 20 palavras selecionadas, mais a palavra 'medo', em grupos diferentes de acordo com alguma relação entre elas (o critério para tal associação era dado pelo próprio sujeito); e outra de classificação dirigida, na qual o sujeito foi solicitado a ordenar as 20 palavras de acordo com uma escala de valores que lhe foi fornecida pelo examinador. Os dados foram analisados por métodos estatísticos multidimensionais (MSA, SSA). Encontrou-se que os critérios que norteiam as classificações de ambos os sexos são os mesmos: 'Abandono', 'Saúde', 'Violência Social', 'Entidades Sobrenaturais'. Percebeu-se, também, que as mulheres apresentam as médias significativamente superior às dos homens para as palavras-item 'solidão', 'separação', 'escuro', 'violência sexual' e 'menino de rua'. Pode-se dizer, então, que tanto homens como mulheres apresentam o mesmo tipo de representação social do medo, ressaltando porém que apesar destas similaridades, ambos os sexos apresentam algumas particularidades com relação à emoção medo, visto que foram apresentadas diferenças significativas, o que pode ser atribuído ao tipo de experiência na construção deste tipo de representação.

-oOo-

SOC 1.10

COMPONENTES COMPORTAMENTAIS E COGNITIVOS DO SENSO DE INVULNERABILIDADE. *M. M. M. Siqueira, R. D. Fonseca, A. F. Lacerda, A. R. B. Miranda e J. S. Santiago. Universidade Federal de Uberlândia.*

Senso de invulnerabilidade é definido como a probabilidade percebida de ocorrência de eventos ameaçadores, incontroláveis e indesejáveis, tornando-se um conceito bastante estudado pelos psicólogos sociais que se interessam pelo tema vitimação. O propósito desse estudo foi rediscutir o conceito em questão, buscando

do evidências empíricas para a suposição de que o senso de invulnerabilidade seria composto por um complexo sistema de proteção, constituído por comportamentos e cognições, usado pelo indivíduo para evitar que eventos vitimadores o atingissem, permitindo-lhe vivenciar a sensação de imunidade frente a eles. Para tanto, foram realizadas entrevistas com 50 pessoas do sexo masculino e 50 do sexo feminino, às quais foi perguntado (a) qual fato elas consideravam extremamente indesejável para suas vidas, (b) o que elas faziam para se proteger e (c) em que acreditavam para se sentir protegidas desses fatos. Aplicando-se procedimentos de categorização temática às respostas dos sujeitos, observou-se a presença de 26 categorias de fatos indesejáveis; 11 de comportamentos de proteção e nove categorias de crenças protetoras. Os fatos mais citados como indesejáveis referiam-se a ameaças à integridade física do respondente ou de entes queridos. Como alternativa comportamental de proteção, a conduta mais indicada foi a prevenção, enquanto no campo cognitivo as crenças mais frequentemente citadas foram de natureza religiosa. Esses resultados parecem indicar que o senso de invulnerabilidade constitui-se num complexo sistema psicológico, com predominância de atos que revelam uma tendência à manutenção da noção de poder de controle e autonomia dos indivíduos sobre os eventos indesejáveis, bem como um conjunto de crenças em que a fé religiosa parece ser o escudo cognitivo mais poderoso de proteção contra a vitimação.

-oOo-

SOC 1.11

AValiação Pós-OCUPACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE IDOSOS NO DISTRITO FEDERAL. A. P. Cupertino e H. Günther. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Segundo dados de trabalhos realizados por Moos e Lemke (1994), Baltes e Baltes (1994) e Stevens-Long (1979), o ambiente é a variável fundamental e possibilitadora do envelhecimento saudável quando a capacidade funcional decresce. Neste sentido este estudo relata a avaliação de ambientes específicos de idosos, com o referencial da Psicologia Ambiental, utilizando a metodologia da Avaliação Pós-Ocupacional. Os objetivos do trabalho foram: (a) avaliar as instituições do DF; (b) comparar estes resultados com a amostra normativa de Moos e Lemke (1994) e, por último, (c) verificar a relação existente entre as variáveis mensuradas. A amostra consistiu de seis instituições. Para proceder com a avaliação, foram utilizadas as escalas de Moos e Lemke (1992), composta de quatro partes: Características dos Residentes e Funcionários; Aspectos Físicos e Arquitetônicos; Política de Atuação e Clima Social. As instituições (a) atendem a uma população de baixas renda, com pouca atividade dentro e fora da instituição. Existe baixo investimento em recursos humanos especializados. Avaliação de aspectos físicos e arquitetônicos, mostra a falta de sensibilidade às necessidades do atendimento dessa população. A política da instituição mostrou-se controladora, segregadora e congregadora sobre os residentes. O clima social descrito pelos idosos é amistoso, com baixa vivência de conflito. Os idosos se percebem como dependentes e com pouca influência sobre o programa da instituição e avaliam a organização e conforto físico positivamente. Comparando (b) os resultados do DF com a amostra normativa de Moos e Lemke, as características dos residentes e funcionários apresenta proximidade em seu perfil, exceto para recursos sociais dos residentes. Para aspectos físicos e arquitetônicos, os valores da amostra do DF estão distantes dos valores da amostra referencial. Para política de atuação existem

maiores discrepâncias, com características mais positivas para a amostra referencial. Para a escala do clima social, os valores são próximos entre as duas amostras, com valores mais positivos na amostra referencial para independência, influência dos residentes, organização e conforto físico. Para encontrar a relação (c) entre o conjunto de variáveis (características dos residentes e funcionários, aspectos físicos e arquitetônicos, política de atuação e clima social) foram realizadas correlações de Spearman. As poucas correlações significativas apontam, sobretudo, para a necessidade de mais estudos futuros com um maior número de instituições. Apesar do contexto sócio-cultural diferente entre as amostras, verifica-se a possibilidade de utilização das escalas para avaliação de ambientes de idosos. Concluindo, o instrumento é sensível para avaliar a congruência entre pessoa e ambiente, sobretudo como recurso de orientação de programas de intervenção que visem possibilitar o processo do envelhecimento saudável. CNPq.

-oOo-

SOC 1.12

MOTIVAÇÃO PARA AFILIAÇÃO, SOLIDÃO E ISOLAMENTO SOCIAL NO ENVELHECIMENTO. Célia Regina Oliveira, Ricardo Krüger, Eliane Gerk Carneiro. Psicologia Social da Universidade Gama Filho, RJ.

Uma pesquisa foi conduzida no Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar as seguintes hipóteses: 1) existência de correlação entre necessidade de afiliação e solidão; 2) existência de correlação entre necessidade de afiliação e isolamento social; 3) existência de correlação entre solidão e isolamento social; e 4) existência de correlação entre necessidade de afiliação, solidão e isolamento social. Participaram desta pesquisa 402 idosos, sendo 247 do sexo feminino e 155 do sexo masculino, com faixa etária entre 60 e 80 anos. A amostra foi decomposta em três sub-amostras: 1) instituições de amparo à velhice, sendo suas privadas e duas públicas ($n=91$); 2) idosos não-institucionalizados ($n=166$); e 3) idosos integrantes de quatro Grupos de Terceira Idade ($n=145$). Para a coleta dos dados foram utilizados três instrumentos: a) Escala de Orientação Interpessoal - IOS; b) Escala UCLA de Solidão; e c) Questionário de Isolamento Social, construído especialmente para esta pesquisa. Os resultados confirmam as predições, revelando a existência de correlação altamente significativa entre necessidade de afiliação e solidão ($r = -.23$; $p < 0,001$), e necessidade de afiliação e isolamento social ($r = -.17$; $p < 0,001$), no sentido de que quanto maior a afiliação, menor o sentimento de solidão e o isolamento social. Também indicam correlação altamente significativa entre solidão e isolamento social ($r = .61$; $p < 0,001$). O coeficiente de .43, com nível de significância $p < 0,001$, depõe a favor da validade do instrumento de isolamento social. Os resultados das avaliações diferenciais mostram que o estado civil, o grau de escolaridade, a renda mensal e as condições de moradia interferem na busca e na manutenção de contato social. A análise das sub-amostras revela que existem diferenças significativas no que se refere às três variáveis pesquisadas, indicando que os idosos asilados vivenciam com mais intensidade o sentimento de solidão e o isolamento social. Conclui-se que a satisfação da motivação para a afiliação é imprescindível em qualquer fase da existência, principalmente na velhice, onde um trabalho ao nível da remotivação pode propiciar a recuperação das motivações reduzidas e favorecer a formação de outras motivações e, conseqüentemente, contribuir para a elevação da auto-estima.

-oOo-

SOC 1.13

IDENTIDADE DE GÊNERO MASCULINA EM HOMENS CIVIS E MILITARES. Marcos Aguiar de Souza e Maria Cristina Ferreira. Universidade Gama Filho.

A identidade de gênero consiste na auto-percepção da vivência de um papel masculino ou feminino, que se configura em traços masculinos, orientados para a realização de metas, e em traços femininos, orientados para o contato interpessoal (Spence, 1985). Seu desenvolvimento ocorre através de mecanismos de aprendizagem social, que modelam atributos, atitudes e comportamentos que se adequam às expectativas sociais sobre os gêneros (Spence, 1993). Entretanto, a reavaliação e integração de valores masculinos e femininos pode ocorrer durante o processo normal de amadurecimento, levando a mudanças na identidade de gênero (O'Neil, 1990). Considerando-se que a doutrina militar se constitui em um processo de socialização secundária (Arkin e Dobrofsky, 1978), que possui um caráter masculinizador, o objetivo do presente trabalho foi testar a hipótese de que no meio militar haveria um número significativamente maior de indivíduos com identidade masculina que no meio civil. A amostra se constituiu de 100 sargentos do Exército Brasileiro e de 100 homens civis que nunca haviam pertencido a nenhuma instituição militar, com idade média de 27,87 anos, que responderam às escalas de masculinidade e feminilidade do Questionário de Atributos Pessoais (Spence, Helmreich e Stapp, 1975). Foram observadas diferenças significativas entre a proporção de sujeitos com identidade masculina pertencentes ao meio militar e ao meio civil ($P_{obs} = 0,59 > P_{calc} = 0,53$), o que permitiu a comprovação da hipótese do estudo. Concluiu-se que a doutrina militar se constitui em um agente de socialização do papel masculino, na medida em que recompensa a posse de características masculinas em intensidade maior que a sociedade em geral, levando, inclusive, à representação do Exército como uma "escola para ser homem".

-oOo-

SOC 1.14

IDENTIDADE DE GÊNERO E SATISFAÇÃO CONJUGAL. Cláudia Lins Cardoso, Universidade Federal de Minas Gerais. Maria Cristina Ferreira, Universidade Gama Filho.

A identidade de gênero se configura em traços instrumentais masculinos, orientados para a realização de metas, e em traços expressivos femininos, orientados para o contato interpessoal, que apresentam uma correlação positiva com as preferências que se enquadram, respectivamente, em um domínio instrumental ou expressivo (Spence, 1985). Para Pick de Weiss e Andrade Palos (1988), a satisfação conjugal consiste em uma realidade construída pelos membros da díade conjugal, que se manifesta no grau de favorabilidade para com os aspectos do cônjuge. A partir de tais proposições, o objetivo do presente trabalho foi testar a hipótese de que os indivíduos com predominância de traços instrumentais preferem os aspectos instrumentais do cônjuge, demonstrando, assim, maior satisfação com a presença dos mesmos, na relação conjugal. Analogamente, os indivíduos com predominância de traços expressivos preferem os aspectos expressivos do cônjuge, demonstrando, assim, maior satisfação com a presença dos mesmos, na relação conjugal. A amostra se compôs de 101 sujeitos de ambos os sexos, casados há, pelo menos, três anos, que responderam às escalas de instrumentalidade e expressividade do Questionário de Atributos Pessoais (Spence, Helmreich e Stapp, 1973) e à Escala de Satisfação Conjugal (Pick de Weiss e Andrade

Palos, 1988), cujos itens foram categorizados em duas subescalas: satisfação com os aspectos instrumentais e satisfação com os aspectos expressivos do cônjuge. Foi observada uma correlação positiva significativa entre a instrumentalidade e a subescala de satisfação com os aspectos instrumentais do cônjuge, bem como entre a expressividade e a subescala de satisfação com os aspectos expressivos. Os resultados obtidos comprovaram as hipóteses do estudo, e se mostraram coerentes com a proposição teórica de Spence (1985), segundo a qual a instrumentalidade e a expressividade estão diretamente relacionadas às preferências que se enquadram num domínio instrumental ou expressivo.

-oOo-

SOC 1.15

CIÚME E INFERIORIDADE. André Luiz Moraes Ramos. Faculdades Salesianas de Lorena.

O ciúme romântico é um sentimento negativo, despertado pela percepção de que um relacionamento afetivo valorizado está sendo ameaçado, pela interferência de um rival real ou imaginário. Esta ameaça, segundo as teorias tradicionais de ciúme de Harry S. Sullivan e Margaret Mead, é decorrente de uma inadequação entre os parceiros, de modo que a pessoa que se encontra em posição de inferioridade neste relacionamento tende a ser mais ciumenta. A inadequação é expressa através das diferenças entre os parceiros e pode ser encontrada em casais cuja atração baseia-se no princípio da complementaridade, identificada principalmente em relacionamentos em que predomina a situação de dominação-submissão ou receptividade-doação. Este trabalho comparou o ciúme entre casais formados por complementaridade, investigando a hipótese de que as pessoas que estão em posição de inferioridade apresentam um grau mais elevado de ciúme do que aquelas que se sentem superiores aos seus parceiros, nos fatores que determinam a atração intersexual: estético, afetivo, moral e social. Participaram desta pesquisa 96 sujeitos da região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, envolvidos em um relacionamento afetivo por um período superior a 3 meses, casados ou não, com idade entre 18 e 35 anos (média = 24 anos e 5 meses; desvio-padrão = 5 anos e 2 meses). O ciúme foi avaliado pela Escala de Ciúme Romântico (Ramos, Yazawa & Salazar, 1994), através do fator geral de ciúme. A complementaridade foi identificada através da comparação entre os escores médios obtidos nas tarefas de autodescrição e descrição do parceiro, para os fatores estético, afetivo, moral e social da Escala de Atração Intersexual e Autoconceito (Ramos, Santos & Costa, 1994). Por este critério, foram selecionados em cada fator os sujeitos cuja diferença entre estes escores superasse em um desvio-padrão o valor médio da variabilidade da amostra, sendo que quando esta diferença era positiva o sujeito fora classificado no grupo superior, e o inverso identificava inferioridade. Os resultados encontrados nos 4 fatores ("t" de Student entre 0,137 e 1,611) rejeitaram a hipótese investigada. Caso a inferioridade tenha influência sobre o ciúme, de acordo com os dados obtidos, esta não deve ser específica em relação ao parceiro, mas determinada pelas diversas interações sociais estabelecidas pelo indivíduo ao longo do seu desenvolvimento. Por outro lado, o ciúme pode ter a sua construção baseada na estruturação das informações, segundo o referencial de cada sujeito, com base em outros fatores que não a inferioridade.

-oOo-

SOC 1.16

TÉCNICA DA CARTA-PERDIDA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA SOBRE PRECONCEITO E COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS. L.F. Cunha, A. V. Silva, H. Günther, A. A. Lara e V. J. S. Almeida. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Desenvolveu-se uma variação da técnica da carta-perdida para verificar se características étnicas e de preferência sexual influenciam brasileiros quanto à probabilidade de se receber ajuda. Um total de 180 cartas foram colocadas "por engano" nos parabrisas de veículos particulares estacionados numa grande área do Distrito Federal. Um bilhete anexo à carta explicitava o desencontro do remetente com o(a) amigo(a), dono do carro. O bilhete variou, dando a entender que o remetente era masculino ou feminino (fator 1) e tinha características pessoais distintas (fator 2): homossexual (G1), negro (G2) ou sem nenhuma especificação (G3), num delineamento 2 x 3. O telefone de um segundo amigo do remetente, para o qual o dono(a) do carro deveria telefonar em caso de problemas, foi acrescentado ao bilhete. Desta maneira, dois comportamentos pró-sociais dos Ss eram esperados: (A) telefonar informando o estravio da carta e (B) enviar a carta diretamente pelo correio. Um total de 97 pessoas (52,7%) telefonaram (comportamento pró-social A), relatando ter encontrado a carta e concordando em enviá-la pelo correio. Nenhuma diferença significativa na frequência de ligações foi encontrada em função do sexo (fator 1) ou da característica pessoal (fator 2). Observou-se que 121 (67,2%) das cartas retornaram, também sem diferenças significativas entre os grupos. Entretanto, as cartas de remetentes femininos foram enviadas mais rapidamente que as de remetentes masculinos (Mann-Whitney U = 1476.5, $p = .0308$). Verificou-se que as cartas do grupo G1 (homossexuais) demoraram um pouco mais a serem enviadas, porém, as diferenças não são estatisticamente significativas. Os dados mostraram que aspectos étnicos ou de preferência sexual, bem como de sexo, não exerceram influência significativa na disposição de ajuda, podendo sugerir ausência de preconceitos entre a população brasileira, quando estes expressam ajuda em situações semelhantes. CNPq.

-oOo-

SOC 1.17

ESTUDO TRANSCULTURAL DO SENTIMENTO DE SATISFAÇÃO E DE FELICIDADE. Jose Augusto Dela Coleta. Universidade de São Paulo. Marília Ferreira Dela Coleta. Universidade Federal de Uberlândia. Ed Diener. University of Illinois.

Este estudo envolveu 41 países, com colaboradores locais e coordenação do *Subjective Well-Being Laboratory, University of Illinois*. Seus objetivos foram a identificação de variáveis relacionadas ao sentimento de satisfação e de felicidade com a vida e com alguns de seus domínios e a comparação destes resultados entre diferentes culturas. O *SWB Laboratory* desenvolveu um questionário com 171 itens, incluindo dados demográficos e escalas para medida da satisfação com a vida, de humor e afeto, de extroversão, de orientação individualista/coletivista e de normas para o sentimento de felicidade e de satisfação. O questionário foi traduzido pelos colaboradores para aplicação em cerca de 150 sujeitos em cada país, resultando em uma amostra de 6949 respondentes, a maioria de estudantes universitários. Os cálculos foram basicamente correlacionais e de regressão múltipla, observando-se semelhanças e diferenças culturais. Os resultados relativos à amostra total indicaram que a satisfação com a vida se

correlaciona com a satisfação consigo, com a situação financeira, com a família, com os amigos e, por último com a renda familiar, todos significativos a $p < 0,0001$. Ao se comparar os países nestas escalas, observou-se que as maiores médias em satisfação com a vida encontram-se nas amostras de um grupo de países predominantemente da Europa ocidental, seguido de países de origem latina (Brasil, Itália, Argentina, Espanha, Portugal) junto com alguns europeus e asiáticos. No grupo de médias mais baixas encontram-se predominantemente países africanos (Tanzânia, Zimbábue, Nigéria) e orientais (Japão, Formosa, Coreia, Hong Kong), sugerindo a interação da origem cultural e do nível de desenvolvimento do país como relacionada ao sentimento de felicidade. Quanto à satisfação com a situação financeira, a amostra brasileira está acima apenas da China e Lituânia.

-oOo-

SOC 1.18

EFEITOS DE COMUNICAÇÕES PERSUASIVAS NA PREVENÇÃO DA SIDA/AIDS. Mardonio Rique Dias, Universidade Federal da Paraíba. Bartholomeu Torres Tróccoli, Universidade de Brasília e Maria Alice D'Amorim, Universidade Gama Filho.

O objetivo deste trabalho foi o de testar a influência de três tipos de mensagens persuasivas (positiva, negativa e irrelevante), baseadas na teoria da Ação Racional, sobre a Intenção dos sujeitos em adotar dois comportamentos preventivos em relação a Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST's e a Síndrome da deficiência Imunológica Adquirida - AIDS (Usa a Camisinha - UC e reduzir o Número de Parceiras - RP). Uma amostra de 240 estudantes universitários (120 para o UC e 120 para a RP) foi aleatoriamente distribuída em oito grupos experimentais submetidos a diferentes tipos de mensagens. Os resultados revelaram diferenças significativas entre as três condições experimentais de mensagens persuasivas e o grupo de controle apenas para a Intenção de adotar o comportamento UC [$F_{(3,112)} = 24,50$ $p < 0,000$]. Para se analisar as razões da ausência de diferenças significativas entre as três condições experimentais de mensagens persuasivas para o comportamento RP, uma nova amostra de 200 estudantes universitários foi entrevistada. As suas respostas forneceram evidências indiretas da ocorrência de Efeitos de Reatância, provocados pelas mensagens persuasivas para a adoção do comportamento de RP.

-oOo-

SOC 1.19

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA AIDS E A IDÉIA DE GRUPO DE RISCO. Ana Magalhães, Karla Galvão, Patrícia Sampaio, Paula Magalhães e M. Fátima Santos. Departamento de Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco.

Este trabalho tem como objetivo investigar a Representação Social da AIDS, verificando a presença ou não da idéia de grupo de risco nos estudantes de dois Centros da UFPE. A idéia de grupo de risco foi abandonada na Medicina pelas evidências do aparecimento da AIDS em diversos grupos, sem discriminação; o que levou à elaboração do conceito de *comportamento de risco*. Este é fundamental na construção da Representação Social desta doença, pois irá orientar o comportamento preventivo. Pesquisas revelam (Joffe, 1994) que indivíduos abordados com relação à origem do vírus, tendem a indicá-lo dentro de uma realidade dis-

tante das suas. O grupo ao qual pertence "nunca" é atrelado à doença AIDS. Dentro desta mesma linha de pensamento, foi questionado no presente trabalho a existência e abrangência da idéia corrente no saber do senso comum "de colocar no outro o risco de contaminação". Foram realizadas 16 entrevistas semi abertas e padronizadas, com oito estudantes do Centro de Artes e Comunicação, considerado pelo universo consensual como "mais liberal", e com oito estudantes da Faculdade de Direito do Recife, considerados "mais conservadores". Numa análise inicial, percebe-se que o perigo de contrair a AIDS está sempre relacionado ao sexo que o "outro" pratica, ao grupo de que o "outro" faz parte (grupo de risco). O comportamento homossexual continua sendo invocado dentro do ideário do senso comum, apesar dos drogados surgirem como o "grupo de risco" em potencial, onde o perigo seria sempre iminente. Os sujeitos não se reconhecem dentro de nenhum grupo de risco, sendo os comportamentos do "outro" vistos como propensos à punição, tendo como consequência uma "doença punitiva". Não houve diferença entre os grupos. Tais resultados demonstram que a manutenção da idéia de grupo de risco, servem como mecanismo de defesa à ameaça da doença, ao mesmo tempo que explicita preconceitos ligados às diferentes práticas sexuais e ao uso de drogas.

-oOo-

SOC 1.20

EDUCAÇÃO E SAÚDE NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE BAIRROS DE PERIFERIA DA GRANDE VITÓRIA/ES. *Maria de Fátima Quintal de Freitas, Adriana R. A. do Nascimento, Isabele S. Eleotério e Maria das Dores A. Francisco.* Universidade Federal do Espírito Santo.

Identificar as concepções dos moradores a respeito do oferecimento dos serviços de saúde e educação, no local de moradia, contribui para que sejam detectadas estratégias derivadas das suas condições de vida, maximizando as possibilidades de resolução dos mesmos. Com essa preocupação, realizaram-se entrevistas através de um roteiro estruturado, com sete mulheres e quatro homens, moradores de sete bairros da Serra/ES. Os entrevistados caracterizam-se por terem idade variando de 30 a 65 anos, com maioria na faixa de 56 a 65; maioria casados, possuindo família de 03 a 09 filhos; maioria originários de outros estados, residentes no bairro há mais de 10 anos; predominando escolaridade até a 4ª série; com ocupações variando de aposentados a desempregados, passando por atividades no lar, motoristas de ônibus e camelô. A maioria já utilizou os serviços de saúde, apontando como motivos, em ordem de procura, atendimentos emergências para pequenos ferimentos; realização de exames e solicitação de receitas e guias. A avaliação que fazem sobre o serviço de saúde aponta para incertezas no tipo de atendimento médico, devido às greves, insuficiência e inexistência de técnicos; e para confiabilidade na qualidade do serviço prestado, nos casos em que ele existe. As escolas existentes nos bairros são utilizadas pela moradia da família dos entrevistados, que apontaram como importância a proximidade à residência e ocupação do tempo livre das crianças. As críticas localizam-se nos períodos de greve, falta de vagas, inexistência de cursos mais avançados e salários baixos dos professores. Verifica-se que há, em parte, uma acomodação dos moradores às limitações existentes no tipo de serviço oferecido, de modo a percebê-los dentro de uma perspectiva de que "não há muito o que fazer". CNPq e UFES.

-oOo-

SOC 1.21

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EFICÁCIA DAS PRÁTICAS DE CURA DA UMBANDA NO RIO DE JANEIRO. *Roberto Bello.* Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O presente trabalho é parte de um projeto mais amplo sobre a eficácia das práticas de cura da Umbanda e dá continuidade a estudo exploratório prévio envolvendo tanto a Umbanda quanto o Candomblé. São aqui focalizadas as representações sociais sobre essas religiões mantidas por seus respectivos praticantes e por não praticantes. Questionários elaborados em função dos resultados do estudo anterior foram aplicados a 31 praticantes - entre pais de santo, iniciados, não iniciados e público - de cada religião e a 64 não praticantes. Para uma investigação específica das representações segundo a teoria do núcleo central, todos os sujeitos foram solicitados, antes da aplicação do questionário, a dizer de 3 a 5 palavras ou expressões que lhes viessem à mente em associação aos estímulos verbais *Umbanda* e *candomblé*. Os resultados proporcionados por esta técnica, obtidos através da análise conjunta da frequência e ordem de evocação das palavras, mostram que as representações dos praticantes das duas religiões não diferem muito entre si, em seus elementos centrais, que têm em comum as divindades de origem africana e a fé, mas na Umbanda acrescenta-se as divindades especificamente brasileiras e a caridade. Na representação dos não praticantes, Umbanda e Candomblé igualmente pouco se distinguem, englobadas na designação algo pejorativa de *Macumba* e no reconhecimento que lhes é dado como religiões, embora bastante associadas a feitiçaria. Quanto à Umbanda é um tanto mais enfatizada a produção do mal, enquanto ao Candomblé se associam mais centralmente os aspectos rituais e sacrificiais. Os dados obtidos através dos questionários propriamente ditos confirmam os resultados da evocação livre e os desdobram, revelando semelhanças e diferenças mais específicas entre as representações dos três grupos estudados. CNPq e FAPERJ.

-oOo-

SOC 2.01

ÁRVORES DE BRASÍLIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A PREFERÊNCIA DE FORMAS. *Susana Martins Alves.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

As pesquisas na Psicologia Ambiental têm enfatizado as atitudes positivas dos indivíduos em relação às árvores (Sommer, Günther & Barker, 1990). Contudo, uma das questões que têm recebido pouca atenção tem sido a avaliação da preferência em relação à forma de árvores. A relevância desse estudo justifica-se na medida em que a questão da preferência tem muitas implicações práticas para a qualidade de vida urbana. O conhecimento da preferência de formas de árvores é relevante para o planejamento e *design*, incluindo a avaliação da estética dos ambientes, plantio, seleção de vegetação em parques e cidades e questões relacionadas à recreação. Através de estudos de preferências de formas pode-se selecionar as espécies mais desejáveis, eliminando as indesejáveis e evitando os custos com a derrubada de árvores. Alguns estudos encontrados na literatura sobre preferência de formas baseiam-se na etologia. Appleton (1990) sugere os conceitos de '*prospect*' e '*refuge*'. As árvores mais preferidas seriam aquelas que ofereceriam maior proteção e *affordances* positivas. Orians & Heerwagen (1992) apóiam a teoria do *habitat* formado por savanas, acreditando que porque a maior parte da evolução humana aconteceu no leste africano, os indivíduos tenderiam a

preferir as árvores com esse tipo de forma. Arnheim (1977) propõe uma teoria baseada na estética morfológica. As árvores com troncos altos seriam preferidos a de troncos baixos. Sommer & Summit (1995) investigaram a preferência de árvores em relação aos atributos: tamanho da copa, altura e largura do tronco. As árvores mais preferidas apresentaram copas largas, troncos finos e pequenos. Os resultados foram consistentes com a teoria do *habitat* do leste africano. Com base nessas pesquisas, o objetivo dessa pesquisa foi: (a) avaliar a preferência de formas de árvores de Brasília; (b) verificar se existe alguma relação entre a preferência de formas e a familiaridade do sujeito com as árvores do local de sua residência. A amostra foi constituída por 97 sujeitos, a maioria do sexo feminino e com nível educacional superior. O instrumento foi elaborado baseando-se no questionário de Sommer & Summit (1995), onde se apresentava aos sujeitos um conjunto de 10 estímulos e pediu-se para que esses ordenassem de 1 a 5 as árvores mais preferidas em relação à forma. Os resultados indicaram que as árvores mais preferidas são a *palmeira* e a *merindiba*. Essa árvores apresentam um tronco alto, copa moderadamente densa e troncos finos. Os resultados mostraram-se consistentes com as teorias propostas por Arnheim e Appleton. Com relação à familiaridade do sujeito, não encontrou-se nenhuma relação significativa. Conclui-se que as proposições de Appleton e Arnheim são mais viáveis para explicar a preferência de forma de árvores. CNPq.

-oOo-

SOC 2.02

DISPOSIÇÃO DE CASAS GEMINADAS E SENSO DE COMUNIDADE. L. F. Cunha, A. V. Silva e H. Günther. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Tendo como referencial as críticas dirigidas ao clima social entre os moradores de Brasília, tais como, a frieza e a distância entre as pessoas, o presente estudo teve como objetivo verificar o nível de senso de comunidade, definido por Nasar & Julian (1994) como o senso individual de pertencimento e ligação a um lugar específico, entre os moradores de casas do Plano Piloto (Brasília). Estas residências são geminadas e dispostas da seguinte forma: (a) conjunto de casas no qual as relações de vizinhança com um outro conjunto paralelo de casas ocorre por meio da porta principal de cada casa e, entre eles, há um espaço físico gramado; (b) conjunto de casas no qual as relações de vizinhança com um outro conjunto paralelo de casas ocorre por meio da porta dos fundos/garagem de cada casa e, entre eles, existe uma rua pública usada para circulação de veículos e pessoas na quadra; e (c) casas de um mesmo conjunto dispostas de forma paralela em uma rua fechada (semelhante a um condomínio fechado). Foi utilizado o questionário do estudo sobre senso de comunidade em superquadras elaborado por Günther, Flores & Silva (1992); acrescido de uma escala de solidão adaptada de Pinheiro (1983). Relacionou-se o senso de comunidade com essa escala e com os dados demográficos. Moradores de 483 endereços, selecionados aleatoriamente de um universo de aproximadamente 3360, receberam, através dos Correios, questionários juntamente com envelopes pré-franqueados. Foram devolvidos 108 questionários. A média de idade dos respondentes foi de 47 anos, o tempo médio de residência em Brasília 30 anos, e no atual endereço pelo menos 11 anos. A grande maioria tem nível de escolaridade de terceiro grau. O senso de comunidade foi determinado por uma escala de 18 itens, dividida em duas vertentes: (a) disposição para ajudar e (b) identificação, tanto ao nível de conjunto (i.e., rua na

cidade tradicional) e da quadra (i.e., bairro). Uma MANOVA indicou diferenças significativas entre ajuda e identificação ($F = 114.12, p < .000$), bem como entre conjunto e quadra ($F = 33.46, p < .000$), mas nenhuma interação entre os dois fatores. Numa escala de 1 a 4, sendo 1 (pouca identificação e disposição de ajuda) e 4 (alta identificação e disposição de ajuda), as médias foram: ajuda - conjunto = 2,82; ajuda - quadra = 2,59; identificação - conjunto = 3,31; identificação - quadra = 3,15. Quanto à disposição das residências, não foram encontradas diferenças significativas entre os três grupos. As correlações entre disposição de ajudar e identificação com solidão sugerem que pessoas menos solitárias identificam-se e ajudam mais, tanto na quadra quanto no conjunto. De maneira geral, observou-se que a identificação no conjunto e na quadra é maior do que a disposição em ajudar, corroborando os resultados obtidos por Günther, Flores & Silva (1992). CNPq.

-oOo-

SOC 2.03

SENSO DE COMUNIDADE ENTRE MORADORES DE CEILÂNDIA. V. J. S. Almeida, A. Silva, e H. Günther, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Estudos sugerem que a qualidade de vida e mais especificamente, o senso de comunidade, tem consequências para o homem, como comportamentos desviantes, depressão, impactos na saúde mental, etc., no sentido de uma relação inversa: quanto menor a qualidade de vida maiores as consequências. Foram realizadas duas pesquisas em Brasília (DF), para obtenção de dados sobre senso de comunidade, este sendo definido como *senso individual de pertencimento e ligação a um lugar específico* (Nasar e Julian, 1994). O objetivo deste estudo foi o de estender a coleta à cidade de Ceilândia, verificando o nível de senso de comunidade e sua possível relação com quatro grupos de variáveis: 1) Nível de solidão; 2) Avaliação das características físicas e sociais da vizinhança; 3) Características das moradias; e 4) Características dos respondentes. Moradores de 1000 endereços, selecionados aleatoriamente do universo de aproximadamente 56.000, receberam, através dos Correios, um questionário. Foram devolvidos 199. Foi feita análise fatorial das escalas utilizadas, sendo estabelecido para a de solidão um fator, para a de avaliação de vizinhança, cinco (aspectos sociais, infra-estrutura, conservação, suporte e segurança) e para a de senso de comunidade, dois (ajuda e identificação), em dois níveis: conjunto (que corresponderia à rua nas cidades tradicionais) e quadra (aglomeração de em média 25 conjuntos). Os resultados indicaram haver correlação entre senso de comunidade e nível de solidão, em todos os níveis e fatores. Quanto à avaliação da vizinhança houve correlação, em todos os níveis, com os aspectos sociais, sendo que infra-estrutura, segurança e conservação só obtiveram correlação com o fator ajuda no conjunto. Em relação às características das moradias, houve diferença significativa entre os grupos (casas alugadas, próprias e cedidas) no que tange a ajuda no conjunto; Em relação às características dos respondentes: Tempo de moradia em Ceilândia e no atual endereço tiveram correlações com o fator ajuda no conjunto, sendo que este último também com ajuda na quadra; Satisfação com a moradia só não obteve correlação no fator identificação no conjunto; Possibilidade de mudança prevista pelo morador só não obteve correlação no fator identificação no conjunto. As pessoas que estudam e as mais idosas apresentaram correlação com o fator identificação seja no conjunto, seja na quadra. Os dados sugerem que intervir em senso de comunidade é também trabalhar com saúde mental (solidão), e que devem ser priorizados contex-

tos micros (conjuntos), sendo que em relação a moradia, satisfação e tempo devem ser considerados. Contudo, entender senso de comunidade como a união de ajuda e identificação, fez com que esta população mais comumente se identificasse com o ambiente micro e macro ao seu redor, na mesma medida que não concordou que seria ajudada caso precisasse, ou que estaria disposta a ajudar caso alguém precisasse. O que não pode ser considerado senso de comunidade, no sentido usado neste estudo. CNPq.

-oOo-

SOC 2.04

AValiação do sistema self-service num restaurante universitário. *J. E. Caixeta, L. F. Cunha, e H. Günther.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Considerando a necessidade de que modificações no ambiente do Restaurante Universitário (RU) da Universidade de Brasília fossem avaliadas pelos usuários, o objetivo deste estudo, foi verificar o nível de satisfação dos usuários com estas modificações realizadas pela nova diretoria no início de 1996. Também foi objetivo desta pesquisa comparar o nível de satisfação entre antigos e novos usuários. As mudanças incluíram a substituição do sistema de bandeja para self-service, a instalação de uma sorveteira self-service, implantação de manifestações culturais e de som ambiente, além de diversas reformas externas do prédio. Um total de 305 usuários de ambos os sexos foram entrevistados. Utilizou-se um questionário com 43 itens, sendo 25 itens relativos à avaliação de aspectos gerais do ambiente do RU e 18, relativos a afirmações sobre as mudanças no ambiente. Cabe esclarecer que nestes 18 itens, os sujeitos respondiam às afirmações segundo uma escala de grau de concordância. Os primeiros 25 itens foram agrupados em 8 fatores (aspectos físicos internos, aspectos físicos externos, comida, atendimento, banheiros & lavatórios, limpeza, preço, facilidade de orientação) e os 18 itens restantes agrupados em 5 fatores (sinalização, interação social, toldo, agradabilidade e sistema self-service). Os resultados mostraram uma avaliação média geral do RU de 3,88 numa escala de 1 (péssimo) a 6 (excelente). Nos primeiros oito fatores, as médias variaram entre regular e bom. Para os cinco fatores restantes utilizou-se uma escala de 1 (discordo plenamente) a 4 (concordo plenamente). As médias ficaram em torno do nível "concordo" para as afirmações sobre as modificações no ambiente do RU. Comparando-se usuários com usuárias, não foram encontradas diferenças significativas entre os primeiros oito fatores. Já para o segundo grupo de fatores, as mulheres indicaram maior satisfação com agradabilidade do ambiente novo ($p = 0,00$), o potencial de interação social ($p = 0,00$), sinalização ($p = 0,002$) e toldo ($p = 0,001$). Uma ANOVA mostrou que novos usuários avaliaram melhor que antigos usuários o fator banheiro & lavatório ($p = 0,008$); e quem vai diariamente ao RU avaliou melhor os fatores facilidade de orientação ($p = 0,01$), atendimento ($p = 0,01$), comida ($p = 0,00$) e limpeza ($p = 0,00$) em comparação com quem vai freqüentemente. De maneira geral, os dados indicam uma melhora no nível de satisfação do usuário do RU já que passou de "regular" (Caixeta & Cunha, 1994) para "bom". A implantação do sistema self-service foi vista como mais eficaz, evitando o desperdício de comida. A instalação de música ambiente, segundo o usuário, deixou o ambiente mais agradável, complementando os achados de Caixeta & Cunha (1994) de que a implantação de música ambiente era considerada importante para os usuários. CNPq.

-oOo-

SOC 2.05

UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE IDENTIDADE COMO SUBSÍDIOS PARA A APREENSÃO DO URBANO NO CENTRO DA CIDADE DE LONDRINA. *Cléia Rúbia de Andrade Castro e Antônio Fernandes Nascimento Júnior.* Universidade Estadual Paulista.

Nas últimas décadas, planejadores e arquitetos começam a buscar soluções projetuais que reintegrem os valores sócio-culturais e afetivos da população no desenho da cidade. Isto se deve a adoção de categorias de análise de diversas áreas do conhecimento para a apreensão da complexidade do urbano. Além dos aspectos funcionais, os novos paradigmas também trabalham a heterogeneidade e os contrastes dos referidos valores como componentes do conjunto. Entre os principais desafios destes profissionais, destaca-se a elaboração de propostas para revitalização, reestruturação ou renovação de regiões centrais deterioradas. Assim, este estudo teve como objetivo, identificar, no centro da cidade de Londrina, as principais qualidades ambientais que inibem e as que motivam o desenvolvimento da identidade. A área delimitada para estudo corresponde ao perímetro do projeto original da cidade, demarcado em 1934. Durante três anos, utilizou-se da observação e assistemática para se identificar padrões de comportamento consequentes de estímulos do ambiente e, também da vida cotidiana dos habitantes. Os dados levantados foram anotados em fichas e locados em mapas, e as imagens registradas em fotografias. Neste contexto, foi possível delimitar e classificar pela predominância de determinadas características ambientais, formas de apropriação e uso dos espaços, cinco regiões distintas na área de estudo. Considerando-se as especificidades de cada uma, constatou-se, entre outros, que: (1)- os espaços são organizados de maneira a estabelecer territorialidades, tanto em relação ao público e o privado, quanto no interior de cada um destes; (2)- a falta de vitalidade espacial a principal causa da sub-utilização em determinados períodos e, (3)- sua estruturação objetiva ao consumo faz com que este, gradativamente, perca o significado de local de encontro e permanência.

-oOo-

SOC 2.06

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO NUM ESTACIONAMENTO UNIVERSITÁRIO. *Lara, A. A., Silva, A. V. e Günther, H.* Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Alguns programas de modificação comportamental têm sido desenvolvidos, aplicados e analisados em situações do trânsito urbano (e.g. segurança de pedestres, utilização do cinto de segurança). Inspirado no crescente problema de estacionamento em local inapropriado, o presente estudo visou implementar um programa semi-experimental de modificação do comportamento entre motoristas de um estacionamento universitário, verificando se a utilização de folhetos educativos, contendo ilustrações e frases bem humoradas sobre as infrações cometidas, poderiam produzir alguma modificação no comportamento de estacionar o veículo de forma inapropriada. Utilizou-se um delineamento do tipo A-B-A-B-A, sendo que o procedimento completo foi realizado em 5 semanas; a 1a., 3a. e 5a. semanas destinaram-se as observações de linha de base (A) e a 2a. e 4a. semanas destinaram-se às intervenções (B) por meio da fixação dos folhetos educativos nos pára-brisas dos carros infratores. Durante as cinco semanas de realização do projeto foram registradas 609 ocorrências (incluindo car-

ros com mais de uma infração) e 331 veículos infratores foram notificados. Um maior número de ocorrências foi registrado nas semanas de intervenção (22.1 % e 25.6%). A análise dos dados das semanas de intervenção e de linha de base indicam que as diferenças encontradas podem ser atribuídas em parte ao programa implementado, porém os dados das duas semanas de intervenção não são homogêneos. Esta heterogeneidade nos dados pode ter ocorrido devido à características típicas do estacionamento, em especial à alta rotatividade dos veículos. O aumento da rotatividade dos veículos deve ter influenciado o aumento no número de infrações nas semanas de intervenção. Isto porque alguns dos motoristas que recebiam os folhetos não mais estacionavam em locais proibidos, mas os percentuais de novos carros infratores (não notificados anteriormente) também eram superiores nas semanas de intervenção (sempre próximos a 50%). Assim, é possível que o programa tenha tido impacto positivo sobre o comportamento de alguns motoristas que passaram a deixar de parar em "vagas proibidas", embora estas vagas possam ter sido logo ocupadas por outros novos motoristas infratores. CNPq.

-oOo-

SOC 2.07

COMPORTAMENTOS DE AJUDA ENTRE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS URBANO. A. V. Silva e H. Günther. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Estudos sugerem que a vida nos grandes centros urbanos pode afetar o comportamento social dos indivíduos. Estereótipos associados ao habitante urbano, tal como sua baixa disposição para ajudar pessoas estranhas, têm encontrado respaldo em estudos realizados em diferentes culturas. Observa-se, porém, que sob determinadas situações, habitantes urbanos podem apresentar altas taxas de comportamento pró-social. Estas contradições entre os dados sobre comportamento de ajuda sugerem a necessidade de novas pesquisas. Em quais situações pode-se encontrar taxas mais altas de comportamento pró-social entre habitantes de uma determinada área urbana? Num estudo realizado via telefone encontramos uma baixa taxa geral de ajuda entre brasileiros (39%). No presente estudo, um homem realizou um total de 40 viagens em duas linhas de ônibus do Distrito Federal (20 viagens em cada linha), quando as mesmas estavam "lotadas" de passageiros, a fim de verificar se quem viajava sentado o auxiliava, oferecendo-se para carregar sua bagagem. Observou-se um nível geral de 60% de ajuda e diferença significativa no grau de ajuda recebido entre as linhas estudadas. Maior índice de ajuda (76.7%) foi observado numa linha de ligação entre o Plano Piloto (Área Central) e uma de suas Cidades Satélite (Periferia), em comparação ao índice de 47.5% de ajuda obtida numa linha que circula exclusivamente no Plano Piloto ($c^2 = 6.08$, $p = .0137$). Os dados indicaram que, de maneira geral, nenhuma diferença na taxa de ajuda pode ser atribuída à posição que a pessoa necessitada está dentro do ônibus, nem mesmo ao horário ou dia da semana, porém, argumenta-se que as diferentes taxas de ajuda encontradas entre as linhas podem ter ocorrido em função de certas características distintas entre os passageiros (passageiros provenientes de regiões periféricas X centro-urbanas, trabalhadores X estudantes). Além disso, observou-se que, na linha que circulava na periferia, mais frequentemente encontrava-se os mesmos passageiros (de um dia para o outro), o que pode ter exercido influência significativa na ajuda (pessoas tornam-se "conhecidas" por viajarem sempre nos mesmos horários, podendo ficar mais dispostas a ajudar). Os achados reforçam o estereótipo do morador urbano sendo menos

prestativo. Sugere-se a colocação de artifícios educativos dentro dos ônibus, como decalques ou cartazes, que incentivem a colaboração para com as pessoas que carregam bagagem. CNPq.

-oOo-

SOC 2.08

COMPORTAMENTOS DE AJUDA NO CONTEXTO URBANO: REALIZANDO EXPERIMENTOS POR MEIO DO TELEFONE. A. V. Silva e H. Günther. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Segundo Milgram (1970), aspectos da vida urbana podem afetar comportamentos pró-sociais das pessoas. Tal influência seria uma decorrência de certas características das cidades, como a densidade, região geográfica, etc., bem como de especificidades do momento em que uma pessoa estranha necessita de ajuda. Estudos sobre comportamentos pró-sociais foram realizados via telefone, na tentativa de controlar tanto aspectos de contato visual entre as pessoas envolvidas numa situação de ajuda (Simon, 1971; Gaertner, 1970), quanto da vulnerabilidade física de quem ajuda. No presente estudo realizou-se solicitações de ajuda por meio do telefone a um total de 320 moradores de casas e apartamentos de duas áreas urbanas do Distrito Federal, onde estes deveriam realizar um telefonema para um amigo de quem pedia ajuda e informar que aquele o aguardava num aeroporto, após ter chegado de viagem. Procurou-se verificar o nível geral de ajuda entre os moradores, possíveis diferenças entre moradores de casas e apartamentos, entre as regiões pesquisadas, em diferentes horários e dias da semana, entre homens e mulheres (quem pedia ajuda), quando quem ligava se identificava como futuro morador da mesma quadra (bairro) ou bloco (rua) do morador, ou ainda, quando este não se identificava numa dessas possíveis relações de vizinhança. Aspectos metodológicos no uso do telefone nas situações experimentais, também foram analisados. Em geral, observou-se um índice de 39.3% de ajuda. Uma regressão logística indicou uma influência significativa do sexo de quem pediu ajuda ($c^2 = 6.36$, $p = .0117$), no sentido de mulheres receberem mais ajuda. As demais variáveis (tipo de residência, região, tipo de vizinho, horário, dia da semana) não influenciaram na taxa de resposta. Necessita-se estudos adicionais para verificar se diferenças na disposição de ajuda entre moradores de casas versus apartamentos podem existir em situações envolvendo diferentes níveis no potencial de vulnerabilidade do morador (e.g. um estranho batendo à porta e solicitando o uso do telefone). Metodologicamente, a utilização do telefone mostrou-se eficaz, porém, uma série de cuidados devem ser tomados no controle experimental, em especial no que se refere ao treinamento do experimentadores e ao *setting* onde serão realizadas as ligações. CNPq.

-oOo-

SOC 2.09

A COOPERATIVA COMO SUPORTE SOCIAL NO MEIO RURAL. Wema D'gma do O'Lucena e Francisco José B. Albuquerque. Universidade Federal da Paraíba.

Historicamente, o surgimento da cooperativa no meio rural tem tido como função primordial estabelecer uma forma de suporte social aos trabalhadores rurais em momentos de crise. O suporte social é um tipo de apoio em que o indivíduo, quer isolado ou em grupo, pode se firmar para resistir a uma dificuldade. Segundo Barreira (1986) pode-se estudar o suporte social em três níveis: o

Encaixado (descrição de fontes de apoio: parentes, amigos e organizações da comunidade); o Ordenado (descrição do apoio concreto recebido das fontes) e o Percebido (classificação geral do apoio recebido de cada fonte: positivo ou negativo). Neste estudo objetivou-se avaliar o papel da Cooperativa enquanto fonte de suporte social para trabalhadores rurais. Com este fim, realizou-se uma pesquisa de campo no Município de Nova Olinda-PB, cuja amostra foi constituída por 22 sujeitos de ambos os sexos, vinculados à Cooperativa Mista de Irrigantes de Gravatá. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-aberta, realizada individualmente. Através de uma análise de conteúdo observou-se que, no nível Encaixado de investigação do suporte social dos sujeitos, 29% das respostas indicou o governo como a maior fonte disponível de suporte social; 26,3% indicou a família, 26,3% os amigos e apenas 18,4% a cooperativa. No nível Percebido, constatou-se que a Cooperativa é percebida negativamente por 54,5% dos sujeitos e positivamente por 45,5%. Uma compreensão preliminar do porque 45,5% dos sujeitos vêem positivamente a cooperativa mas apenas 18,4 % das respostas a têm como uma fonte de suporte social, apresentam dois aspectos: 1) Os sujeitos podem estar associando fortemente os aspectos positivos da Cooperativa ao Governo, dado que, de fato, esta Cooperativa constitui um empreendimento estatal; 2) No nível Ordenado foi possível observar que a cooperativa não fornece todo o apoio de que os trabalhadores necessitam. Nestas circunstâncias, a família e os amigos podem apresentar-se como fontes de suporte social mais importantes que a Cooperativa, ajudando a assegurar a produção através de trabalho coletivo, mas menos importante que o governo, que apresenta vários subsídios, dentre os quais a Cooperativa. Portanto, conclui-se que a cooperativa estudada não está servindo de suporte social aos trabalhadores do campo.

-oOo-

SOC 2.10

CONCEITO DE MESTRE: LEVANTAMENTO DAS PERSPECTIVAS DE GRADUANDOS, GRADUADOS, MESTRANDOS, MESTRES, DOUTORANDOS E DOUTORES EM PSICOLOGIA. *Joaquim Gonçalves Coelho Filho, Antonio Carlos Possa, Marcelo Raymundo e Maurício Cordeiro Neves, Universidade São Marcos.*

Examina o conceito de Mestre junto a 60 Ss, da área da Psicologia, selecionados aleatoriamente - graduandos (8M e 2H, entre 21 e 44 anos), graduados (9M e 1H, entre 24 e 51), mestrando (9M e 1H, entre 25 e 50), mestres (8M e 2H, entre 28 e 55), doutorandos (9M e 1H, entre 28 e 48) e doutores (4M e 6H, entre 37 e 59). Para cada nível são coletadas, por escrito, 10 respostas à questão: "Qual o seu conceito de mestre?", de forma espontânea e sem consultas. Cada entrevista é analisada pelos pesquisadores, visando a identificação dos conteúdos semânticos para uma classificação por dimensão do conceito pesquisado. Observa-se que para o nível de *graduandos* são identificados 28 conteúdos em 14 dimensões do conceito, destacando-se, por ordem de frequência, capacidade de penetração; posse de conhecimento; qualidade da comunicação; e condição de ser referencial para os alunos. Para o nível de *graduados*, 38 conteúdos em 16 dimensões: qualidade do mestre em favorecer o crescimento do aluno; reconhecimento da competência; capacidade de orientação; e posse do dom do ensino. Para o nível de *mestrando*, 33 conteúdos em 16 dimensões: posse de titulação; capacidade de orientação; estudo especializado; e condição de referencial para o aluno. Para o nível de *mestre*, 33 conteúdos em 14 dimensões: posse de titulação;

qualidade da comunicação; e iniciação na investigação. Para o nível de *doutorando*, 35 conteúdos em 12 dimensões: posse de titulação; iniciação na investigação; e estudo especializado. Por último, o nível de *doutor* com 57 conteúdos em 16 dimensões: iniciação na investigação; sistematização do conhecimento; e especialização no estudo. Observa, ainda, que na somatória das respostas dos 6 níveis são levantadas 24 diferentes dimensões do conceito em 224 conteúdos semânticos. Conclui que o conceito pesquisado apresenta um movimento ao longo dos 6 níveis: no extremo do nível de graduando o mestre é percebido como detentor de virtudes, do saber e de qualidades que o diferenciam do homem comum; no extremo do nível de doutor o mestre é percebido como um homem comum, envolvido com a sua profissão. Conclui também que o conceito pesquisado apresenta uma grande diversificação de conteúdos com associações bastante idealizadas do que vem a ser um Mestre, a despeito do nível estudado.

-oOo-

SOC 2.11

A CONFIGURAÇÃO DA REDE SÓCIO-EMOCIONAL: UMA ANÁLISE EM FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE E DA SÓCIO-DEMOGRAFIA. *Marcos Ribeiro Mesquita, Carla de Sant'Ana Brandão, Marcus Eugênio O. Lima e Leoncio Camino. Universidade Federal da Paraíba.*

As redes sociais são formadas por um conjunto de diversos grupos com objetivos e pressupostos semelhantes. Com base nesta definição, a rede sócio-emocional seria aquela que se caracterizaria por um tipo de inserção calcada nas relações de trocas afetivas ou de suporte social. Dentre os grupos que compõem esta rede destacam-se a família e os pares. Vários estudos têm demonstrado a importância da Rede Sócio-Emocional sobre os diversos aspectos da socialização dos indivíduos (Prado, 1985; Torres, 1990). Com base nesses estudos interessava analisar a configuração da Rede Sócio-Emocional dos universitários, bem como a relação desta com o tipo de universidade (Pública ou Privada) e com variáveis sócio-demográficas (idade, sexo, renda e trabalho). Para tanto foram entrevistados 550 universitários em João Pessoa; sendo 350 de uma Universidade Pública e 200 de uma Universidade Privada. A inserção social foi medida através de uma escala Likert de participação em grupos formais e informais da sociedade (1- nenhuma, 2- pouca, 3- média, 4- muita integração). Aos dados foi aplicada uma Multidimensional Scaling, uma Cluster Analysis e Correlações Parciais. A configuração da Rede Sócio-Emocional na Universidade Pública se deu pela junção dos grupos de amigos com a família. Na Universidade Privada esta rede se compôs do grupo dos amigos, com a família e os colegas do trabalho. Foi verificado nas duas Universidades que o aumento da idade dos estudantes implica numa diminuição na inserção destes na Rede Sócio-Emocional. Além disto, as pessoas de maior renda familiar foram as que mais se inseriram nesta rede. Outras variáveis como gênero e trabalho não se correlacionaram com a Rede Sócio-Emocional. As diferenças na configuração desta rede nas duas Universidades podem ser entendidas a partir do fato de que na Universidade Privada, quase 70% dos sujeitos trabalham, ao passo que na Universidade Pública o percentual é inverso. Pode-se concluir que as variáveis sócio-demográficas (idade e renda) desempenham um importante papel na inserção dos universitários na Rede Sócio-Emocional. No entanto, a influência destas variáveis se dá de maneira indistinta tanto na Universidade Pública quanto na Universidade Privada.

-oOo-

SOC 2.12

A INSERÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS DA PARAÍBA. *Cícero Roberto Pereira; Jean Carlo de C. Costa; Marcus Eugênio O. Lima e Leoncio Camino.* Universidade Federal da Paraíba.

Os valores são concepções centrais sobre o que é desejável, servindo como padrões que orientam tanto a ação como as avaliações, as escolhas, as atitudes e as atribuições de causalidade (Rokeach, 1979). No entanto, são os sistemas de valores que se deve analisar e não cada valor abordado isoladamente. Os sistemas de valores dizem respeito a uma organização hierárquica de valores em função de sua importância. Considerando que esta importância é mediada pelo nível de inserção social do indivíduo, analisaram-se como esta se vincula com a formação dos sistemas de valores dos universitários. Para tanto, entrevistaram-se 350 estudantes de universidade pública (UFPB) e 200 de uma privada (UNIPÊ). Aos sujeitos foi solicitado que atribuissem uma nota, que variava entre 1 e 10, a uma escala contendo 27 valores sociais; solicitaram-se também que indicassem a sua participação em categorias sociais. Os resultados apontaram a formação de quatro sistemas de valores. O sistema Bem-estar Econômico, Hierárquico-religioso e o da Ética Social apareceram nas duas universidades. Contudo, na universidade pública, o quarto sistema foi o da Realização Profissional, enquanto que, na universidade privada emergiu o sistema do Bem-estar Individual. Aplicaram-se um conjunto de Regressões Múltiplas (Stepwise), a fim de explicar a formação desses sistemas. Os melhores preditores dos sistemas foram o sexo e a idade, bem como a inserção dos universitários nas diversas redes sociais, exceto para o sistema Bem-estar Econômico, que foi melhor explicado pelos outros sistemas de valores. Os resultados permitiram concluir que a estrutura dos sistemas de valores dos universitários da Paraíba é relativamente semelhante nas duas universidades e que a formação dessa estrutura é diretamente influenciada pelo nível de inserção social dos universitários, pela diferença de idade e de sexo, além do fato destes trabalharem ou não. PIBIC/CNPq.

-oOo-

SOC 2.13

ATITUDES SOBRE O HOMOSSEXUALISMO, ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *Giorgia Paula Frohlich, Juliane Moretto, Ricardo Sanches Pinheiro e Eliete Avila Wolff.* Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.

O propósito do presente estudo foi o de conhecer a opinião de estudantes de psicologia sobre a homossexualidade. Sendo a sexualidade uma dos elementos envolvidos no debate e na formação de um psicólogo, a pesquisa buscou identificar a coerência entre as atitudes, entendidas como intenção para a ação, e os limites de condutas relatados pelos próprios sujeitos. O estudo consistiu de 50 estudantes, pertencentes ao curso de psicologia, através de um questionário com múltiplas escolhas, contendo perguntas relacionadas com os objetivos. Os resultados encontrados indicam que a maioria dos sujeitos (90%) não tem nada contra ou é indiferente ao homossexualismo, considerando as causas um conjunto de fatores sociais, biológicos, psicológicos e situacionais. Menos de 50% dos entrevistados tem amigos homossexuais. Se tivessem um filho homossexual aceitariam (40%) sua opção ou

procurariam ajuda (40%). Quase 60% da amostra é a favor do casamento homossexual e 70% não aceitaria a homossexualidade de seu próprios pais, porém se fossem homossexuais, cerca de 50% afirma que não assumiria enquanto que quase 40% se considera capaz de encarar sua própria homossexualidade. Com tais resultados se pode afirmar que aparece uma relativa coerência entre as atitudes em relação ao homossexualismo e as situações relacionadas com sua própria vida. Aqueles que aceitariam a homossexualidade dos filhos também consideram que assumiriam sua própria homossexualidade. No entanto, aqueles que não assumiriam sua própria homossexualidade, buscariam ajuda para o filho homossexual. De acordo com os resultados se pode dizer que a formação do curso de psicologia provavelmente permite aos estudantes um debate mais intenso sobre as opções sexuais dos indivíduos, diminuindo os preconceitos a respeito. É necessária, no entanto, a realização de estudos comparativos com outros cursos, buscando identificar diferenças de atitudes e condutas relacionadas com a homossexualidade.

-oOo-

SOC 2.14

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E EXCLUSÃO SOCIAL NO CAMPUS DA UFPE. *Ana Sundfeld, Julia Costa Lima, Patrícia Sampaio, Wedna Galindo e Paulo Henrique Martins.* Universidade Federal de Pernambuco.

A ocorrência de dois suicídios, em novembro de 1994, de residentes da Casa do Estudante da Universidade Federal de Pernambuco, representa o desfecho de um processo de deterioração das condições de sobrevivência dos estudantes pobres que se desenvolve há vários anos. Para além das desigualdades econômicas, este fato parece apontar para uma falta de reconhecimento do estudante carente enquanto ator social pertencente à comunidade universitária. Neste contexto, o presente estudo procura analisar a possível exclusão social na universidade, relativa às Casas do estudante masculina e feminina, além de realizar uma experiência de intervenção sociológica com o objetivo de trabalhar o reconhecimento da identidade e das relações entre os atores, bem como suas opções enquanto instituições da universidade. Foram realizadas entrevistas semi dirigidas, gravadas em áudio, com oito sujeitos, de ambos os sexos, sendo três ex-residentes e cinco residentes. A análise parcial revela uma origem humilde em que os pais são incentivadores da educação dos filhos. A vinda para a capital representa novas oportunidades, sendo permeada por dificuldades como o choque cultural, a solidão afora a manutenção que é conquistada através de esforços dos próprios sujeitos. Ademais foi realizada uma pesquisa de opinião com o intuito de apreender o imaginário que predomina da Comunidade Universitária em relação às Casas de Estudantes, esta foi aplicada a uma amostra de 72 pessoas dos centros de ciências exatas, saúde e humanas. De cada centro, foram entrevistados oito professores, 10 alunos e quatro funcionários, também foram entrevistados seis funcionários da reitoria. O resultado aponta para atribuições de valor predominantemente negativas, assim como a caracterização principal da Casa como lugar com problemas de infra-estrutura. Com base nestes resultados, pretende-se reunir material para a montagem e realização das oficinas acima citadas. CNPq e PROPESQ.

-oOo-

TÉCNICA DO EXAME PSICOLÓGICO

TEP 1.01

ESTUDO DA EXCITABILIDADE, AGRESSIVIDADE E IMPULSIVIDADE ENTRE DOIS GRUPOS DE MULHERES CASADAS: UM QUE EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA EXTRA DOMICILIAR E OUTRO QUE SE DEDICA APENAS ÀS ATIVIDADES DO LAR. *Angela Coelho Moniz e Rosenilse Fava Cereser, Jundiaí, SP.*

O objetivo foi verificar possíveis diferenças nos parâmetros de excitabilidade, impulsividade e agressividade entre as mulheres casadas que exercem atividade remunerada extra domiciliar (grupo A) e as mulheres casadas que se dedicam às atividades do lar (grupo B). Foram examinadas 148 mulheres alfabetizadas, casadas, com idade entre 20 e 50 anos. O grupo A foi composto por 68 mulheres e o grupo B foi composto por 80 mulheres. Estas foram submetidas à avaliação de personalidade através do teste Psicodiagnóstico Miocinético e seus dados mensurados de acordo com a tabela relativa à população com características determinadas por idade, sexo, instrução e padronizadas de acordo com a realidade brasileira, proposto por Mira y Lopes (1987). Segundo Mira Y Lopes, excitabilidade está relacionada à energia química (metabólica) cerebral, podendo ser aumentada e por vezes desmedida na presença da estimulação. Impulsividade é caracterizada pela atividade irrefletida ou que não pode ser controlada pelo próprio indivíduo. A agressividade é entendida como uma força que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio pessoal perante qualquer situação, podendo ser positiva ou negativa considerando sua intensidade. O resultado obtido indicou que 16% das mulheres do grupo A apresentaram excitabilidade acima dos parâmetros de normalidade, enquanto que 44% das mulheres do grupo B apresentaram o mesmo traço. Em 16% das mulheres do grupo A a impulsividade está acima da normalidade, o mesmo se verificando em 32% das mulheres do grupo B. A agressividade mostrou-se predominantemente dentro da normalidade em ambos os grupos. Desta forma podemos concluir que existe uma tendência maior à excitabilidade e impulsividade no grupo composto por mulheres do lar que não desenvolvem atividades remuneradas extra domiciliares.

-oOo-

TEP 1.02

CRIANÇAS COM DIFICULDADE ESCOLAR AVALIADAS ATRAVÉS DO DESENHO DA FIGURA HUMANA (DFH) - INDICADORES EVOLUTIVOS E EMOCIONAIS. *Liliane Gonçalves Goulardins, Cristiana Del Guerra Prota, Sonia Regina Loureiro.* Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

As técnicas gráficas tem sido amplamente utilizadas inclusive na caracterização das dificuldades de aprendizagem. Objetivou-se avaliar crianças com dificuldade escolar através do Desenho da Figura Humana pontuando os indicadores evolutivos e emocionais propostos por Koppitz, visando comparar os escores com os dados normativos, construídos para a população brasileira em 1995. Foram sujeitos 20 crianças do sexo masculino de 8 a 12 anos de idade, cursando da 1ª a 3ª série do primeiro grau com desempenho cognitivo pelo menos limítrofe a média (Colúmbia e WISC), cujos pais ou responsáveis procuraram atendimento psicológico junto ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo referindo como queixa dificuldade escolar. Procedeu-se a aplicação da técnica gráfica conforme as recomendações normativas. Os proto-

colos foram cotados independentemente e submetidos a acordo. Os dados foram quantificados e tratados estatisticamente através da técnica das diferenças entre proporções e do teste "t" de Student. Quanto aos indicadores evolutivos, 90% das crianças com dificuldade escolar apresentaram um desempenho significativamente inferior a média, ($p < 0.002$). Apresentaram ainda maior proporção de indicadores emocionais, a saber, a presença de má integração, tamanho pequeno e transparência. De um modo geral, observou-se no grupo estudado a presença de indicadores de imaturidade afetiva relacionados a dificuldade de controle dos impulsos, de percepção e ajuste ao meio, o que possivelmente está dificultando a aprendizagem escolar destas crianças

-oOo-

TEP 1.03

APLICAÇÕES DO PROCEDIMENTO DE DESENHOS DE FAMÍLIA COM ESTÓRIAS (DF-E) NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE ADOLESCENTES. *Manoel Antônio dos Santos e Maísa Alves de Sousa Peixoto.* Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

O Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) foi introduzido por Trinca como um instrumento gráfico projetivo de investigação da personalidade de crianças e adolescentes. Como descendente direto do Procedimento de Desenhos-Estórias, tem neste a referência imediata de sua fundamentação. Contudo, sua aplicação como recurso auxiliar no processo psicodiagnóstico requer ainda estudos de validação em relação a grupos específicos. Nesse sentido, este estudo se dispõe a apurar o alcance da técnica no psicodiagnóstico de adolescentes com problemas emocionais e/ou comportamentais, que afetam sua capacidade de ajustamento social e escolar. Participaram como sujeitos dez clientes de ambos os sexos, com idades entre 12 e 16 anos, e constelação familiar semelhante, atendidos na Clínica Psicológica do Centro de Psicologia Aplicada da FFCLRP-USP, durante o ano de 1996. O processo de avaliação foi concluído em sessões individuais, em que a díade adolescente-mãe era avaliada, de maneira independente, por duas psicólogas. O material foi obtido a partir da aplicação da técnica projetiva e de entrevista clínica, sendo esta realizada tanto com os adolescentes como com as mães. O tratamento dos dados compreendeu uma avaliação efetuada por dois psicólogos clínicos, com familiaridade na técnica em questão. Dentro do quadro referencial de um diagnóstico do tipo *compreensivo*, aplicou-se o método de livre inspeção do material clínico, utilizando-se, como critério de análise, o conhecimento empírico dos avaliadores em técnicas gráficas e teoria psicanalítica. Procurou-se, desse modo, levantar os índices mais relevantes que permitam a compreensão do funcionamento psíquico do paciente, bem como da dinâmica familiar tal como ela é vivenciada pelo mesmo. A comparação entre o material gráfico e os conteúdos verbais obtidos no DF-E, por um lado, e destes com o material produzido pela análise das entrevistas e dos contatos com a mãe e o adolescente, por outro lado, revelou inúmeros pontos de convergência, contribuindo para aumentar a consistência dos resultados e a fidedignidade das inferências diagnósticas, além de sugerir o caráter complementar dos dados provenientes dessas diferentes fontes. Apesar das restrições metodológicas impostas pelo estudo de caso abreviado, os resultados obtidos a partir das avaliações evidenciaram que o material clínico obtido oferece elementos suficientes não apenas para uma análise diagnóstica dos aspectos interpessoais presentes na situação familiar (divisão de

papéis dentro do lar, grau de discriminação das funções entre os diversos componentes da família, focos de conflito e de perturbações da homeostase psicológica no ambiente doméstico, defesas empregadas pelo sistema familiar face às situações de estresse psicossocial), como também contribui para a elucidação dos aspectos da dinâmica intrapsíquica do paciente designado (a saber: principais áreas de conflito psicológico apresentadas pelo indivíduo, angústias básicas, modalidades defensivas e relação êxito/fracasso nos processos adaptativos, vivenciados na tentativa de melhorar seu ajustamento social). Os resultados são promissores quanto ao potencial de uso clínico do instrumento, o que permite inserir o presente estudo no quadro de uma contribuição preliminar à validação dessa técnica recentemente proposta. (Projeto Bolsa-Trabalho n.º 283/96).

-oOo-

TEP 1.04

A PROVA DO BESTIÁRIO: ESTUDO COMPARATIVO DOS RESULTADOS ATUAIS COM OS DA DÉCADA DE 70. Mariana Araújo Noce e André Jacquemin. Departamento de Psicologia e Educação - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

Elaborada em 1950, na França, por René Zazzo e Tania Mathon, a Prova do Bestiário objetiva enriquecer os meios de diagnóstico do domínio da afetividade em crianças em idade pré-escolar e escolar. É constituída por três partes - o Bestiário propriamente dito, as Idades da Vida e a Dualidade dos Sexos e o Casamento - onde a criança é convidada a exprimir, através de escolhas, rejeições e justificativas, todo um conjunto de atitudes, valores e simbolizações relativas aos animais, às idades da vida (bebê, pessoa grande e idade atual), suas representações dos sexos, do casamento e sobre "ter filhos". Jacquemin e Xavier realizaram um trabalho na década de 70 visando verificar a aplicabilidade da prova a crianças brasileiras. Seus resultados demonstram que variáveis culturais e geográficas interferem nas respostas das crianças ao Bestiário não afetando significativamente as respostas à segunda e terceira partes do teste. Tendo em vista as transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, as modificações no casamento, na família, no papel desempenhado pelos sexos e a ampliação dos meios de comunicação, este trabalho objetiva verificar a estabilidade das respostas das crianças à Prova do Bestiário, comparando-se os resultados àqueles obtidos por Jacquemin e Xavier (Brasil, década de 70) e aos obtidos por Zazzo e Mathon (França, década de 50). A amostra foi constituída por 120 crianças de ambos os sexos, de 3 a 9 anos, que obedecem a um critério de normalidade escolar e de desenvolvimento, investigado a partir de um questionário enviado aos pais. As técnicas utilizadas foram o "Desenho da Figura Humana" de Machover, como *rapport* e a "Prova do Bestiário". Para os animais foram calculados índices de identificação, contra-identificação, escolha, rejeição, presença total e polaridade. Para as demais partes foram calculadas frequências de ocorrência e porcentagens. A análise de conteúdo foi utilizada para as perguntas abertas. Os resultados demonstram certa estabilidade na significação dos animais, que permanecem os mesmos mais citados da década de 70. Observou-se um aumento da aceitação da idade atual com diminuição da aceitação da idade adulta em relação ao estudo anterior. A terceira parte sofreu maiores modificações, com o aumento da preferência pelo próprio sexo (*autofilia sexual*) e diminuição da aceitação do sexo masculino pelas meninas. Em ambos os sexos observou-se a diminuição na aceitação do casamento e de

filhos. Os dados evidenciam semelhanças e modificações, não sendo necessárias novas padronizações. Na utilização clínica, tais modificações deverão ser relativizadas e melhor investigadas através de outras técnicas. FAPESP.

-oOo-

TEP 1.05

CRIANÇAS COM ATRASO ESCOLAR: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ATRAVÉS DO HTP E TPC. Adriana Vilela Jacob e Sonia Regina Loureiro. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Objetivou-se caracterizar, através de técnicas de avaliação psicológica HTP e TPC, o funcionamento afetivo de 25 crianças de 1ª à 3ª série, com idade entre 8 e 12 anos, de ambos os sexos, encaminhadas ao Ambulatório de Psicopedagogia do HCFMRP-USP, e que apresentavam atraso escolar, apesar de obter na avaliação de nível intelectual através do Colúmbia e WISC escores correspondentes à uma inteligência pelo menos limítrofe à média, em uma dessas técnicas. Procedeu-se a comparação do funcionamento psicológico desse grupo de sujeitos nas duas técnicas, HTP e TPC, com o perfil afetivo de um grupo de 25 sujeitos com desempenho escolar satisfatório e idade compatível à série cursada, balanceadas pelo sexo dos sujeitos e escolaridade dos pais. Os dados do HTP foram quantificados e submetidos à análise univariada e multivariada, visando identificação dos índices significativos e a comparação dos grupos. Os dados do TPC foram submetidos à análise univariada e para a comparação entre grupos e com o padrão teórico utilizou-se o teste "t" de Student. As técnicas permitiram a compreensão do perfil afetivo de cada um dos grupos estudados e sua diferenciação. Observou-se nas técnicas de avaliação indicadores de dificuldades afetivas nas crianças estudadas, uma vez que no grupo com atraso escolar o rendimento escolar rebaixado pareceu relacionado à sentimentos de fracasso, fortalecendo uma identidade fragilizada, e no grupo sem atraso escolar a necessidade de um bom rendimento pareceu mobilizadora de muitas defesas, favorecendo uma formação de identidade marcada pela angústia e alta exigência. Conclui-se que o estudo das variáveis afetivas e sua associação ao rendimento escolar pode favorecer uma compreensão aprofundada das crianças em início de escolarização, tendo-se em conta o seu momento do desenvolvimento. FAPESP.

-oOo-

TEP 1.06

ANÁLISE FATORIAL DA ASSERTIVIDADE. Cláudia Cristina Fukuda e Luiz Pasquali. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

A presente pesquisa estudou o Inventário de Assertividade de Gambrell e Richey (1975) com o objetivo de verificar quais os fatores de assertividade medidos pelo instrumento e estudar a influência do sexo, idade, escolaridade e renda nesse construto. A amostra foi composta de 82 estudantes do 2º grau de duas escolas públicas do Distrito Federal. Foram utilizadas as técnicas de Principal Components (PC) e Principal Axis Factoring (PAF) com rotação Oblimin nas análises estatísticas de fatoração. Oito fatores de assertividade foram encontrados no inventário (confronto vs. amizade, exigir vs. condescender, auto-elevação, admitir ignorância, dizer não, iniciativa, resistir à pressão de vendedores, auto-afirmação). Nenhuma correlação significativa entre os fato-

res foi detectada e a variância total explicada pelos fatores foi de 41,2%. Houve correlação inversa entre renda e o fator 3 (auto-elevação), indicando que pessoas com menor renda se auto-elevam mais. Também houve correlação inversa entre escolaridade e os fatores 3 e 7 (resistir à pressão de vendedores), indicando que pessoas com menor escolaridade se auto-elevam mais e resistem mais à pressão de vendedores. Nenhuma outra correlação significativa foi encontrada. Concluiu-se que a assertividade medida pelo inventário é um construto psicológico multifatorial e que seus fatores são independentes. A variância total obtida foi considerada boa, mas com uma amostra maior ela poderia ser aumentada. As correlações entre características demográficas e assertividade não foram suficientemente altas para demonstrar uma influência delas no construto estudado. Pretende-se replicar esta pesquisa utilizando uma amostra maior.

-oOo-

TEP 1.07

A MENSURAÇÃO DO AFETO POSITIVO E NEGATIVO NA AVALIAÇÃO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO. Claudia H. Giacomoni e Cláudio S. Hutz. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O objetivo do presente trabalho é a construção de uma escala de afeto, considerado o segundo componente do bem-estar subjetivo. O bem-estar subjetivo está interessado em como as pessoas experienciam suas vidas de forma positiva. Este construto tem sido apresentado como tendo dois componentes básicos: o componente cognitivo e o componente afetivo. Este último componente é dividido em afeto positivo e afeto negativo. A presente escala foi baseada na escala PANAS (Positive and Negative Schedule). Foram selecionados inicialmente 87 termos descritores de estado de espírito. Após a avaliação de juízes, foram eliminados 35 adjetivos restando 52. A amostra foi composta por 200 estudantes universitários de ambos os sexos. Após realizada uma análise fatorial, a escala foi reduzida para 20 itens descritores de afeto positivo e negativo. Para as subescalas de afeto positivo e negativo foi encontrado o mesmo índice de Alpha de Cronbach de .90. Este instrumento, caracterizado como de aplicação rápida e não onerosa, vai permitir o desenvolvimento de pesquisa na área, no Brasil. CAPES.

-oOo-

TEP 1.08

LIMITES NA AVALIAÇÃO DE DEPRESSÃO PELA VERSÃO RESUMIDA DO MMPI 168. Miriam F. Almeida, Iône Vasques, Erenice S. Carvalho, Wanderley Codo. Laboratório de Psicologia do Trabalho - UnB.

A versão 168 do MMPI é apontada pela literatura como a que produz os resultados que mais se assemelham aos encontrados através da aplicação da versão integral deste inventário (566). Os resultados de trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Saúde Mental & Trabalho apontaram na mesma direção, ao estabelecer correlações importantes entre os resultados ponderados obtidos através das duas formas do inventário (SBP, 1995). A fatoração e análise de conteúdo clínico da escala de depressão mostra diferenças preocupantes. No MMPI original, depois de submetido a um processo de fatoração e análise de alfa de cronbach e de conteúdo,

ressalta-se a presença de 4 fatores bem delimitados que chamamos de 'torpeza mental', 'falta de confiança em si mesmo', 'menos valia' e 'desesperança'. Ao se cotejar o MMPIhandicap integral com os itens da versão 168, nota-se que apenas o fator 'menos valia', mantém presença significativa (dos 11 itens que compõe o fator, permanecem oito itens no MMPI 168). Os outros fatores, clinicamente importantes para o fenômeno da depressão, não aparecem significativamente. O MMPI resumido transforma-se, na prática, em uma medida de 'menos valia'. Com isto, os resultados de aplicação do 168, apresentam um 'handicap' importante na estrutura do fenômeno depressivo, podendo estar reduzindo-o a apenas um dos seus fatores, distorcendo a avaliação dos resultados. Esta análise serve para indicar a necessidade de relativizar os resultados de eventuais aplicações do MMPI 168, ou desaconselhá-lo quando houver suspeitas de comprometimento em nível de depressão. Por outro lado, se ainda for necessário, esta pesquisa pode ser útil aos que depositam confiança maior na avaliação exclusivamente estatística para tomar suas decisões e construir/demonstrar suas hipóteses.

-oOo-

TEP 1.09

ESTUDO E PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA ESCALA DE HISTERIA DO MMPI. Viviane M. Barbosa, Iône Vasques, Wanderley Codo. Laboratório de Psicologia do Trabalho, Universidade de Brasília.

O Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade (MMPI) foi construído na década de 40 (Hattaway, 1945) com base nas respostas fornecidas por pacientes psiquiátricos. Por esta razão, é de se esperar que apresente defasagens em relação ao avanço da teoria em Psicopatologia e/ou às mudanças sociais ocorridas desde então. O fato tem motivado o surgimento de várias subescalas e recodificações, incluindo a construção do MMPI II (Graham et alii 1995). A escala de histeria é uma das que se encontra desatualizada, tanto histórica, quanto conceitualmente. Para verificar a composição desta escala, submetemos a mesma a uma análise fatorial, tomando por base o inventário completo aplicado em 3020 sujeitos. Os resultados mostraram a presença consistente de 4 fatores ligados a sintomas relacionados à cabeça, estômago, "fraqueza geral" e "dificuldades no contato social". O resultado é semelhante ao da literatura (V.G. Winggis 1966), considerado pelos autores como "problemas de saúde", afastado portanto da conceituação moderna de histeria. Foi criada uma nova escala de histeria, acrescentando "mal estar generalizado" e "aspectos afetivos e satisfação sexual" e mantendo os itens antigos do MMPI que resistiram estatisticamente a critérios definidos na análise fatorial (.40 de carga fatorial) e ao exame do seu conteúdo clínico. O resultado foi submetido a 500 sujeitos para a validação estatística e confirmação através de entrevistas clínicas, visando uma padronização de critério. Os resultados mostraram a presença de dois fatores, denominados de 'mal estar geral e conversão' e 'dificuldades afetivas e sexuais', ambos correlacionados entre si a 0.499 %, KMO = 0.8086. As entrevistas mostraram uma concordância de critérios ao se comparar a avaliação clínica com os resultados da escala. As evidências estatísticas e o exame clínico parecem indicar uma escala de histeria coerente com o significado atual atribuído ao fenômeno.

-oOo-

TEP 1.10

PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO IHS: ANÁLISE DE ÍTENS E ESTRUTURA FATORIAL Zilda A. P. Del Prette, Almir Del Prette e Maria Cecília M. Barreto. Universidade Federal de São Carlos.

Um dos problemas de pesquisa no campo das Habilidades Sociais (HS) refere-se à questão da avaliação. Além das múltiplas dimensões constitutivas do conceito, a maioria dos inventários de auto-relato contempla situações sociais próprias de outros contextos culturais e nem sempre com informações psicométricas suficientes. Este trabalho constitui a primeira etapa do exame das propriedades psicométricas de um Inventário de Habilidades Sociais (IHS) para estudantes universitários, com 38 itens de situações sociais críticas detectadas em estudos prévios. O IHS foi aplicado a uma amostra de 527 universitários de ambos os sexos, de início e meados de cursos das áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas de duas instituições (uma pública e outra particular de Uberlândia-MG). Foi feita a análise de itens (coeficiente de correlação item-total e índice de discriminação por comparação entre os grupos de maior e menor escore total) e a análise fatorial alfa considerando 6 fatores e rotação varimax. Os resultados mostraram que: a) todos os índices de discriminação foram positivos, variando de 3.0 a 14.2, com apenas seis deles situando-se na metade inferior desse intervalo; b) todos os índices de correlação foram positivos, com apenas dois não significativos e 10 abaixo de 0.30; d) três fatores principais com consistência interna (alpha de Cronbach) acima de 0.81, nos quais 11, 7 e 6 itens possuíam cargas relevantes, com eigenvalues de 16.5, 6.4 e 4.9, respectivamente. Com base nesses dados foram reformulados os itens que apresentaram problemas e, considerando-se a dimensão situacional das HS, identificados os três fatores em termos de: (F1) Enfrentamento e auto-afirmação com risco, (F2) Auto-afirmação na expressão de afeto positivo e (F3) Sociabilidade/desenvoltura social. Conclui-se que o IHS apresenta indicadores de validade de critério e de constructo. Uma análise descritiva da distribuição dos escores mostrou que a amostra se aproxima da normalidade, indicando a possibilidade de seu uso para a padronização. Discute-se os encaminhamentos da pesquisa. CNPq/FAPESP.

-oOo-

TEP 1.11

USO DE TESTES PSICOLÓGICOS EM BRASÍLIA. Maria Mazzarello Azevedo, Heila Magali S. Veiga e Luiz Pasquali. LABPAM, Universidade de Brasília.

Este estudo preliminar objetiva conhecer a utilização de Testes Psicológicos (objetivos e projetivos) pelos psicólogos de Brasília/DF. Neste, averigua-se: a opinião destes profissionais sobre a aplicabilidade e validade de uso dos Testes; e também sobre a formação deste profissional em relação ao Instrumental de Avaliação. Sabe-se que os Testes são muito usados como ferramenta de trabalho pelos psicólogos e apesar disto, pouco sabe-se do "Estado da Arte" dos Testes e qual a opinião e formação do profissional que os utiliza. Este fato agrava-se mais ainda pela precariedade do Instrumental de Avaliação que não são validados e padronizados para a população brasileira. Tenta-se fazer um levantamento dos Testes mais utilizados e outras questões como: formação específica do psicólogo; qualidade do ensino na graduação e qual repercussão deste fato na prática profissional; porque da opção pelo uso do Instrumental pelos psicólogos no exercício de profissão; o que eles acham deste instrumento de medida; e finalmente, se eles acreditam que os Testes medem o que pretendem medir. Foram aplicados 40 questionários (perguntas abertas e fechadas) a psicólogos de Brasília que lidam com Testes, seja no exercício profissional ou em sala de aula. Houve bom aceite por parte dos entrevistados. Após a aplicação dos questionários (através de entrevista) procedeu-se à codificação das perguntas em aberto. Os dados foram tratados via computador (SPSS). Dos 56 Testes listados, mais da metade dos psicólogos utilizam o HTP e o RAVEN (22 sujeitos), seguindo-se, com números significativos o PMK, G36, DAT, R1, 16 PF, D-48, Wartegg, Bateria CEPA, com respectivamente 17, 17, 17, 13, 12, 12, 12, 12 sujeitos. Interessante notar que 1/3 dos entrevistados definiu como excelente e bom o ensino de Testes na graduação; entretanto, o local que mais aprenderam foi na prática profissional. Outro dado a ressaltar é que 2/3 utilizam-se dos Testes como ferramenta adicional de trabalho e também acreditam que os Testes medem o que pretendem medir. Para finalizar, houve concordância elevada quanto à necessidade de uma formação profissional específica, sem poder se deixar de lado a questão da ética profissional; contudo, os psicólogos pouco referem-se e sabem sobre a validação e padronização dos Instrumentos à população brasileira.

-oOo-

ÍNDICE DE AUTORES

- Abrantes, K. SOC 1.04
 Abreu, J. N. S. BIO 1.01
 Abreu-Rodrigues, J. AEC 2.05, AEC 2.06
 Adriana F. M. DES 2.08
 Aguiar, L. CUR 1.01
 Aiello, A. L. R. ESC 1.09
 Akao, E. SAU 1.01, 1.02, 1.03
 Albuquerque, F. J. B. SOC 2.09
 Albuquerque, P. AEC 3.05
 Albuquerque, A. C. CLIN 1.12
 Alencar, E. M. L. S. CUR 1.03, ESC 1.05, 2.16, 2.17, ORG 1.08
 Alencar, H. M. ESC 2.11
 Alfano, B. AEC 3.06
 Alice, S. DES 2.11
 Alina, G. S. COG 1.04, 1.05
 Aline, C. T. ESC 2.18
 Alliprandini, P. M. Z. PERC 1.05
 Almeida, J. L. V. COG 1.03
 Almeida, L. A. FAM 1.07
 Almeida, L. M. A. C. ESC 1.04
 Almeida, M. A. MR 2.02.1
 Almeida, M. F. TEP 1.08
 Almeida, S. F. C. ESC 1.06, FORM 1.08, 1.09, SIMP 2.01.1
 Almeida, V. J. S. SOC 1.16, 2.03
 Alvarenga, W. ORG 2.07
 Álvares, S. M. M. AEC 2.16
 Alves, A. ESC 1.03
 Alves, C. R. R. BIO 1.03
 Alves, K. ESC 2.10
 Alves, L. METD 1.12
 Alves, M. V. FAM 1.01
 Alves, P. B. DES 2.01, 2.02
 Alves, S. M. SOC 2.01
 Amaral, E. S. SAU 2.15
 Amaral, T. ESC 1.14
 Amorim, C. B. AEC 3.06
 Amorim, G. AEC 3.12
 Amorim, K. AEC 3.10, CLIN 1.23
 Amorim, K. S. DES 1.04
 Amorim, L. CLIN 1.24, 1.26
 Andrade, G. A. CLIN 1.07
 Andrade, M. P. AEC 1.06
 Angelo, M. L. B. SAU 1.01, 1.02, 1.03
 Anton, M. DES 2.11
 Antonakopoulou, A. AEC 3.10
 Antoniazzi, A. S. DES 2.10
 Araújo, C. M. M. ESC 1.06, FORM 1.08, 1.09
 Araújo, E. A. C. FORM 1.11
 Araujo, T. C. C. SAU 2.11, 1.18
 Arendt, R. J. J. McCONF 1.06
 Argeu, A. C. FAM 1.09
 Arraes, A. K. ESC 2.07
 Arreguy, M. E. AEC 1.16
 Assis, G. J. A. AEC 2.16
 Assis, R. M. HIST 1.01
 Augustin, J. CLIN 1.24, 1.26
 Avanci, S. H. S. FAM 1.16
 Avelar, T. ESC 2.07
 Azevedo, C. ESC 2.07
 Azevedo, M. A. FORM 1.07
 Azevedo, M. M. TEP 1.11
 Badan, B. AEC 3.02
 Baleeiro, E. P. S. CLIN 1.07
 Bandeira, D. DES 2.04, 2.05, FAM 1.02
 Bandeira, D. R. SOC 1.01, 1.02
 Bandeira, M. CLIN 1.22, SAU 1.21
 Baptista, M. Q. G. AEC 2.16
 Barbanti, L. CLIN 1.12
 Barbatto, L. M. CLIN 1.18
 Barbosa, A. J. G. ESC 2.01, 2.02
 Barbosa, M. V. L. ESC 1.04
 Barbosa, V. M. ORG 2.08, TEP 1.09
 Barcellos, R. T. S. PERC 1.05
 Barcelos, C. S. DES 1.03
 Barham, L. FAM 1.03, ORG 1.01
 Barreto, L. R. O. AEC 3.02
 Barreto, M. C. M. TEP 1.10
 Barros, A. H. M. ORG 2.05
 Barros, R. S. AEC 3.19
 Basílio, G. SAU 1.09
 Bastos, A. B. B. I. DES 1.12
 Bastos, A. V. B. CUR 1.04, MnCONF 1.01, MR 2.01.4,
 Batista, M. W. SAU 2.15
 Bauermann, N. R. SAU 2.02
 Bay, C. K. AEC 1.04, 1.08, 3.03
 Bello, R. SOC 1.21
 Bellodi, P. L. MnCUR 1.08
 Beltrame, E. C. C. CLIN 1.04, 1.05
 Benassi, M. T. ESC 2.01
 Bento, L. C. AEC 2.05, AEC 2.06
 Benvenuti, M. F. AEC 2.02
 Bercovici, S. SAU 2.07
 Bernat, A. B. ESC 1.13, 2.08, 2.09, ORG 2.09
 Berthoud, C. M. E. FAM 1.09, SAU 2.17, SIMP 1.01.2
 Berton, F. SAU 2.12
 Bevilacqua, B. C. METD 1.12
 Bezerra, A. C. A. AEC 2.01
 Biasoli-Alves, Z. M. M. FAM 1.04, 1.17, 1.18, SIMP 2.01.2
 Bio, E. FAM 1.12
 Biseto, A. CLIN 1.23
 Bittelbrum, E. AEC 3.13
 Bliacheriene, D. SAU 2.14
 Blos, I. DES 1.05
 Bonavigo, E. A. ORG 1.15
 Bonavina, M. F. SAU 1.01, 1.02, 1.03
 Borba, A. ESC 1.14
 Borges, L. METD 1.05
 Borges, L. M. METD 1.06
 Borges, M. M. MR 2.01.3
 Borges-Andrade, J. E. ORG 2.01
 Borrego, M. R. M. V. SIMP 1.01.4
 Bortolozzi, A. C. P. AEC 3.11
 Bouchard, M. A. METD 1.08
 Branco, A. DES 1.01, 1.09
 Brandão, A. M. AEC 2.01
 Brandão, C. S. SOC 2.11
 Brasileiro, F. C. AEC 1.12, 1.13
 Bréscia, S. R. MnCUR 1.08
 Brito, C. ORG 2.09
 Brito, M. R. F. SIMP 1.04.3
 Bromberg, M. H. P. F. SIMP 1.01.1

- Bruel, A. L. O. DES 1.11
 Brun, M. C. METD 1.02
 Bruno-Faria, M. F. ORG 1.07
 Buchiniani, A. L. ESC 1.03, SIMP 1.03.2
 Bussab, V. S. R. ESC 1.11
 Cabral, R. DES 1.13
 Caetano, M. E. S. SAU 2.06
 Caetano, P. SAU 1.09
 Caetano, S. S. AEC 3.13
 Caixeta, J. E. SOC 2.04
 Caldana, R. H. L. FAM 1.04, 1.17, 1.18
 Caldeira, H. A. SAU 2.07
 Camargo, C. C. AEC 1.16
 Camino, L. SOC 1.04, 2.11, 2.12
 Campanário, L. S. HIST 1.04
 Campos, C. A. S. ESC 2.03
 Campos, L. F. L. FORM 1.12, 1.13, MnCUR 1.05
 Campos, L. M. AEC 2.01
 Campos, P. R. FORM 1.13
 Campos, R. H. F. HIST 1.03, 1.04, 1.05, MnCONF 2.01
 Capovilla, A. S. AEC 1.06, ESC 2.08, 2.09
 Capovilla, F. C. AEC 1.06, ESC 1.13, 2.08, 2.09, MnCUR 1.06, MR 2.02.3
 Cardoso, C. L. SOC 1.14
 Cardoso, C. S. SAU 1.21
 Cardoso, S. PERC 1.02
 Cardoso, V. M. SAU 2.01
 Carmo, C. P. ORG 1.12
 Carmo, J. S. AEC 3.01
 Carneiro, E. G. P. MR 2.03.3, SOC 1.12
 Carniel, I. C. SAU 2.05
 Carreiro, L. R. R. PERC 1.04
 Carvalho M. V. AEC 1.17
 Carvalho, A. L. N. PERC 1.04
 Carvalho, A. M. ESC 1.11, SIMP 1.03.1
 Carvalho, C. SAU 1.14
 Carvalho, E. ORG 1.04
 Carvalho, E. N. S. ORG 1.03, TEP 1.08
 Carvalho, G. DES 1.03
 Carvalho, G. M. M. DES 1.10
 Carvalho, I. L. DES 2.12
 Carvalho, M. V. AEC 1.01
 Carvalho, V. ORG 2.09
 Carvalhosa, A. ORG 2.09
 Castro, A. M. FORM 1.14
 Castro, C. R. A. SOC 2.05
 Castro, E. M. PERC 1.01, 1.02
 Castro, P. F. COG 1.09
 Cavaggione, L. H. ORG 1.14
 Cavalcanti, Z. SAU 1.14
 Cereser, R. F. AEC 2.13, TEP 1.01
 Cezário, A. F. ESC 2.11
 Chabalgoity, P. C. O. FORM 1.07, ORG 1.04, 2.07, 2.08
 Chalem, E. SAU 1.01, 1.02, 1.03
 Chamseddine, S. METD 1.12
 Chapman, M. C. L. DES 2.09
 Chaves, T. L. M. DES 2.12
 Civiletti, M. V. P. MR 2.03.2
 Cl-Moor, P. ORG 1.04
 Codo, W. CONF 2.03, CUR 1.08, ORG 1.04, 1.05, 1.06, 1.16, 2.07, TEP 1.08, 1.09
 Coelho, C. AEC 2.07
 Coelho, D. ORG 1.03
 Coelho, D. S. AEC 1.12, 1.13, AEC 1.14, AEC 1.15
 Coelho, W. F. ORG 2.04, 2.06
 Coelho Filho, J. G. CLIN 1.13, SOC 2.10
 Coll, L. R. FORM 1.10
 Colnago, N. A. S. SAU 1.13
 Conceição, M. I. G. AEC 1.17, SOC 1.06
 Contel, J. O. B. SAU 2.10
 Corrêa, D. L. FAM 1.07
 Corrêa, F. ORG 2.09
 Correa, J. SIMP 1.04.2
 Correa, S. R. SAU 1.01, 1.02, 1.03
 Correia, C. Q. SAU 1.01, 1.02, 1.03, 2.07
 Corsini, C. F. ESC 2.05
 Cortegoso, A. L. ESC 1.07, ESC 1.08
 Costa, E. ESC 2.05, ESC 2.10
 Costa, J. C. C. SOC 2.12
 Costa, J. M. A. SAU 2.18
 Costa, K. DES 1.03
 Costa, L. F. SAU 1.17
 Costa, M. H. M. HIST 1.03
 Costa, M. P. R. MnCUR 1.07
 Costa, P. FAM 1.13
 Costa, S. ORG 2.02
 Costa, V. DES 1.09
 Costa Jr., A. L. FORM 1.04, 1.05, SAU 2.09
 Costa Neto, S. B. SAU 2.11
 Couto, S. P. AEC 1.16, AEC 2.12
 Couto, V. D. METD 1.07
 Crespo, J. ORG 2.09
 Cruz, M. N. DES 1.08
 Cruz, R. M. ORG 1.02
 Cruz-Höffling, M. A. BIO 1.04
 Cunha, A. C. B. ESC 1.02
 Cunha, A. D. FORM 1.07
 Cunha, G. G. FORM 1.09
 Cunha, L. F. SOC 1.16, 2.02, 2.04
 Cupertino, A. P. DES 2.15, SOC 1.11
 Cyrillo, A. D. DES 1.03
 D'Amorim, M. A. SOC 1.18
 D'Avila, R. C. AEC 2.05, AEC 2.06
 Dacanal, J. N. AEC 2.01
 Dainese, C. A. ESC 1.12
 Daneluzzi, J. C. FAM 1.16
 Dani, D. DES 2.05, FAM 1.02
 de Rose, J. C. C. AEC 3.04, 3.11, 3.17, 3.20, ESC 1.09, MR 2.02.4
 de Rose, T. M. S. COG 1.10, COG 1.11
 Debert, P. AEC 3.06
 del Prette, A. D. ESC 2.18, 2.19, TEP 1.10
 del Prette, Z. A. P. ESC 2.18, 2.19, TEP 1.10
 Dela Coleta, J. A. SIMP 1.02.1, SOC 1.17
 Dela Coleta, M. F. SAU 2.19, SIMP 1.02.1, SOC 1.17
 Delabrida, Z. N. C. AEC 2.05, AEC 2.06
 Dessen, M. A. DES 2.09, FAM 1.05, SIMP 2.01.3
 Destri, F. S. FAM 1.13, 1.14
 Dias, A. N. CLIN 1.07
 Dias, A. P. A. AEC 2.05, AEC 2.06
 Dias, C. M. S. B. METD 1.01
 Dias, H. CLIN 1.22
 Dias, L. A. FORM 1.12

- Dias, M. FORM 1.14
 Dias, M. G. B. DES 2.07, 2.08
 Dias, M. R. METD 1.01, SOC 1.18
 Diener, E. SOC 1.17
 Dimenstein, M.D.B. SAU 1.06
 Diniz, G. I. HIST 1.03
 Diniz, G. R. S. FAM 1.19, SIMP 2.01.1
 Dios, V. C. FAM 1.19
 Domit, M. AEC 3.13
 Doneda, D. SAU 1.17
 Duarte, M. SAU 2.08
 Duarte, T. P. SAU 1.07
 Dube, W. V. AEC 3.17, 3.18, 3.20,
 BIO 1.06, MnCUR 1.09,
 SIMP 1.09.4
 Dubeux, M. H. ESC 2.13
 Duduchi, M. AEC 1.06
 Dumont, A. V. AEC 3.03
 Dumont, M. R. Q. CLIN 1.22
 Duran, A. P. MR 2.04.4
 Dyer, C. A. BIO 1.06
 Dymetriszyn, H. METD 1.08
 Eleotério, I. S. SOC 1.20
 Elias, A. DES 1.13
 Enéas, M. L. E. CLIN 1.01, 1.10, 1.11
 Engelmann, A. MnCONF 2.04
 Enumo, S. R. F. SAU 1.07, 2.15, SIMP 1.10.2
 Erbolato, R. M. P. L. ESC 2.15
 Erwig, L. R. P. COG 1.02
 Fagundes, A.J.F.M. COG 1.06
 Faria, J.B. AEC 1.12, 1.13
 Farret, R. L. DES 2.12
 Fávero, M. H. COG 1.03, DES 2.13, 2.14, SAU 2.16,
 SIMP 2.02.4
 Federicci, F. SOC 1.09
 Feitosa, A. N. METD 1.06
 Feitosa, M. A. G. DES 1.07
 Felizari, C. SAU 2.17
 Féres-Carneiro, T. CUR 1.05
 Fernandes, K. C. AEC 1.01, 1.04, 1.05, 3.03
 Fernandes, M. L. SAU 1.21
 Fernandes, S. L. C. MR 2.03.1
 Ferrari, E. A. M. BIO 1.04
 Ferreira, B. W. SAU 2.02
 Ferreira, C. ESC 2.10
 Ferreira, F. A. FORM 1.03
 Ferreira, F. B. PERC 1.06, 1.07
 Ferreira, J. M. C. ESC 2.12
 Ferreira, M. C. SOC 1.13, 1.14
 Ferreira, M. C. C. MR 2.02.2
 Fetter, M. A. SIMP 2.01.4
 Figueiredo, M. A. C. ORG 2.03, 2.04, 2.06,
 SAU 1.15, 2.05
 Filizzola, R. D. FAM 1.09
 Flores, E.P. AEC 1.14, 1.15
 Fonseca, M. G. AEC 3.11
 Fonseca, M. L. AEC 3.11
 Fonseca, R. D. SOC 1.10
 Frade, M. T. ORG 2.08
 Francisco, A. L. MR 2.01.2
 Francisco, D. ESC 2.04
 Francisco, M. D. A. SOC 1.20
 Franco, A. L. S. METD 1.02
 Franco, A. P. J. COG 1.06
 Freitas, M. F. Q. SOC 1.20
 Fróes, A. C. AEC 1.02
 Frohlich, G. P. SOC 2.13
 Fukuda, C. C. TEP 1.06
 Fukusima, S. S. PERC 1.06, 1.07, 1.08
 Gagno, A. P. SOC 1.03
 Galetta, M. A. FAM 1.12
 Galindo, W. SOC 2.14
 Galvão, K. SOC 1.19
 Galvão, L. CLIN 1.12
 Galvão, O.F. AEC 2.10, AEC 2.11, 3.01, 3.19
 Gama da Costa, P.C. ORG 1.11
 Gandini, R. C. ORG 2.05
 Gangora, M. A. N. CLIN 1.16, SAU 1.20
 Garbin, T. R. ESC 1.12
 Garcia, F. Á. ESC 2.19
 Garcia, M. R. CLIN 1.07
 Gatti, A. L. CLIN 1.11
 Gauer, G. CLIN 1.27
 Gawryszewski, L. G. PERC 1.04
 Gazzotti, A. A. ORG 1.04, 1.05, 1.06
 Giacomoni, C. H. TEP 1.07
 Gignac, M. ORG 1.01
 Gil, M. S. C. A. SIMP 1.07.3
 Gilio, A. ESC 1.14
 Gimenes, K. R. ESC 1.04
 Gimenes, L.S. AEC 2.01, AEC 2.04
 Godeli, M. R. C. S. SIMP 1.03.3
 Góes, M. C. R. ESC 2.14, SIMP 2.03.2
 Gomes, J. C. ESC 2.11
 Gomes, W. B. CLIN 1.25, 1.27, SAU 1.12, 1.16,
 SIMP 1.07.2
 Gomide Jr., S. METD 1.03, 1.04, ORG 1.10
 Gonçalves, A. L. D. ESC 2.03
 Gonçalves, F. M. S. COG 1.05
 Gonçalves, J. R. FORM 1.03
 Gonçalves, L. METD 1.07
 Gonçalves, M. D. AEC 3.13
 Gonçalves, S.M.C.M. SAU 1.10
 Gonçalves, V. F. ESC 1.14
 Gonzaga Jr., J. L. SAU 1.13
 Gosh, C. AEC 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.08,
 3.02
 Gottlieb, B. ORG 1.01
 Goulardins, L. G. TEP 1.02
 Gouveia, A. B. DES 1.11
 Gouveia Jr., A. BIO 1.05
 Grinkraut, M. L. ESC 2.02
 Guareschi, P. MR 2.03.4
 Guerra, E. L. HIST 1.03, 1.05
 Guerra, L.G. AEC 3.06
 Guimarães, A.H.R. AEC 1.17
 Guimarães, G. J. ORG 1.07
 Guimarães, S. S. CUR 1.02, METD 1.06
 Günther, H. DES 2.15, SOC 1.11, 1.16, 2.02, 2.03,
 2.06, 2.04, 2.07, 2.08
 Günther, I. A. DES 2.12, ESC 1.13, 2.08, 2.09, FAM
 1.15, ORG 2.09
 Halpern, M. CLIN 1.12
 Hamburger, A. I. MR 2.04.2

- Hanna, E. S. AEC 1.09, 1.18, 2.07, AEC 2.08, AEC 2.09, 3.04, 3.11, 3.15, 3.16, FORM 1.06
- Haydu, V. B. AEC 1.06
- Heckler, C. O. ORG 1.05, 1.06
- Henrique, C. SAU 2.08
- Hermi, A. H. BIO 1.02
- Hickmann, J. COG 1.01
- Holanda, A. F. FORM 1.04, 1.05, MR 2.01.1
- Horowitz, D. ORG 2.02
- Hübner, M. M. C. COG 1.09, SIMP 1.09.2
- Hülle-Coser, A. C. CLIN 1.12
- Hunziker, M. H. L. AEC 1.10, 1.11, BIO 1.05
- Hurtado, D. SAU 1.20
- Hutz, C. S. DES 2.10, 2.11, SIMP 1.08.2, SOC 1.02, TEP 1.07
- Jacob, A. V. TEP 1.05
- Jacomino, A. P. AEC 3.12
- Jacquemin, A. TEP 1.04
- Jann, I. SAU 2.08
- Japur, M. FORM 1.01, 1.02
- Jardim, A. B. CLIN 1.12
- Jensen, L. C. CLIN 1.10
- Jesus, C. ESC 1.03
- Kahhale, E. M. S. P. FAM 1.12, SAU 1.01, 1.05, 1.08, 1.09
- Kassar, M. C. M. SIMP 2.03.1
- Kawasaki, C. S. DES 2.06
- Kehig, A. CLIN 1.23
- Kelloway, E. K. ORG 1.01
- Kerbaui, R. R. SAU 1.19
- Knist, H. SOC 1.07
- Koller, S. H. DES 2.01, 2.02, 2.03, 2.04, 2.05, FAM 1.02, SIMP 1.08.1, SOC 1.01, 1.02
- Kristensen, C. H. SAU 1.12
- Kroeff, L. ESC 2.04
- Krüger, R. SOC 1.12
- Kuschick, M. DES 2.05, FAM 1.02
- Lacerda, A. F. SOC 1.10
- Lam, U. CLIN 1.12
- Lanter, A. P. ESC 1.14
- Lara, A. A. DES 2.15, SOC 1.16, 2.06
- Lara, L. R. CLIN 1.22
- Lara, R. M. B. CLIN 1.22
- Lassance, M. C. R. CLIN 1.25
- Lecours, S. METD 1.08
- Legal, E. J. CLIN 1.23, 1.24, 1.26
- Leite, H. DES 1.13
- Lemes, W. R. AEC 1.12, 1.13
- Lerner, R. CLIN 1.12
- Lima, A. A. M. SAU 1.18
- Lima, C. M. ESC 2.02
- Lima, D. M. METD 1.04
- Lima, J. C. SOC 2.14
- Lima, M. E. O. SOC 2.11, 2.12
- Lionço, T. DES 2.13
- Lira, P. O. ESC 2.12
- Loguercio, A. C. SOC 1.01, 1.02
- Lopes, R. C. S. FAM 1.14, 1.13
- Lorenzatto, L. SOC 1.01, 1.02
- Loupe, P. S. BIO 1.06
- Loureiro, S. R. TEP 1.02, 1.05
- Louzada, E. G. SAU 2.15
- Lucena, A. A. S. SAU 1.10
- Luque, S. A. DES 1.16
- Luzia, J. C. AEC 1.06
- Lyra, M. C. D. P. MnCONF 1.03
- Macedo, E. C. AEC 1.06, ESC 1.13
- Macêdo, S. M. CLIN 1.09
- Machado, C. M. C. COG 1.06
- Machado, L. M. C. M. ESC 1.10
- Machado, N. P. CLIN 1.08
- Maciel, C. SOC 1.04
- Madeira, M. J. P. COG 1.01, 1.02
- Maffessoni, C. S. E. S. FAM 1.08
- Magalhães, A. SOC 1.19
- Magalhães, A. C. AEC 2.12
- Magalhães, C. M. C. DES 1.13 1.14, MnCUR 1.10
- Magalhães, E. R. FORM 1.07, ORG 1.12
- Magalhães, M. O. CLIN 1.25
- Magalhães, P. SAU 1.14, SOC 1.19
- Magalhães, V. SAU 1.14
- Maggi, A. DES 1.05
- Magina, S. SIMP 1.04.4
- Malcher, C. DES 1.13
- Malheiros, R. H. S. SAU 2.14
- Mancebo, D. FORM 1.14
- Marassia, D. C. C. ORG 2.03
- Mardegam, R. ESC 1.12
- Maria, M. R. S. FAM 1.01
- Mariano, F. N. FAM 1.18
- Marques, P. ESC 2.13
- Marques, T. M. METD 1.03, ORG 1.10
- Martincowski, T. M. ESC 2.14
- Martinez, A. M. SIMP 2.01.1
- Martins, A. L. A. R. COG 1.05
- Martins, J. L. T. P. ORG 1.03
- Martins, P. H. SOC 2.14
- Martins, R. A. SIMP 1.08.3
- Martins, W. AEC 1.08, METD 1.09, 1.10. METD 1.11
- Marturano, E. M. FAM 1.01
- Massimi, M. HIST 1.01M, 1.02
- Mata, L. SAU 1.08
- Matos, M. A. SIMP 1.09.2
- Matos, R. A. F. AEC 2.05, AEC 2.06
- Mattos, M. M. ESC 2.03
- Mattos, V. SAU 2.08
- McIlvane, W. J. AEC 3.18, SIMP 1.09.3
- Medeiros, A. P. COG 1.04
- Medeiros, C. A. AEC 1.12, 1.13, AEC 2.07
- Medeiros, J. G. AEC 3.07, 3.08, 3.09, 3.10, 3.12, 3.13, 3.14, CLIN 1.19, MnCONF 1.02
- Medeiros, M. A. AEC 3.06
- Medeiros, M. M. FAM 1.15
- Medeiros, M. ORG 2.02
- Mello, R. M. COG 1.03, DES 2.14
- Melo, A. C. ESC 2.13
- Melo, C. DES 1.01
- Melo, K. ESC 2.07
- Melo, M. SAU 1.14
- Melo, S. ESC 2.07
- Mendes, A. B. SAU 2.01
- Mendes, A. I. F. PERC 1.06, 1.07
- Mendes, A. M. ORG 2.02
- Menezes, I. V. CUR 1.07, ORG 2.07, ORG 2.08, TEP 1.08, 1.09

Mengarda, G. T.	CLIN 1.24, 1.26	Nucci, N. A. G.	ESC 2.05
Mesquita, M. R.	SOC 2.11	Nunes, A.	ORG 2.09
Mestre, M. B. A.	AEC 1.10	Nunes, A. L.	CLIN 1.12
Miranda, A. R. B.	SOC 1.10	Nunes, C.	DES 2.11
Miranda, E. M.	ESC 2.12	Nunes, C. R. O.	CLIN 1.23, 1.24, 1.26
Miranda, R. B.	ESC 2.11	Nunes, D.	ESC 1.13, 2.09, ORG 2.09
Mito, T. I. H.	CLIN 1.14	Nunes, L.	ESC 1.13, 2.08, 2.09
Miura, R. T.	FAM 1.16	Nunes, L. R. O. P.	SIMP 1.10.1
Molin, F. D.	CLIN 1.27	Nunes, M.	ESC 1.14
Moniz, A. C.	AEC 2.13, TEP 1.01	Nunes, M. L. T.	SAU 2.03, 2.04
Moniz, A. L. F.	AEC 2.08, AEC 2.09, ORG 1.07	Nunes Sobrinho, F. P.	SIMP 1.103
Montagneri, D. C.	ESC 2.03	O'Lucena, W. D.	SOC 2.09
Montalvão, T. C.	AEC 2.15	Odierna, I. C.	FAM 1.12, SAU 1.05
Monteiro, C. A. S.	AEC 2.14	Oliveira, A. C.	AEC 2.09, ORG 1.07
Monteiro, C. R.	CLIN 1.19	Oliveira, A. F.	ORG 1.13
Monteiro, G.	AEC 3.14, CLIN 1.23	Oliveira, A. P. P.	ORG 1.07
Monteiro, M.	AEC 3.19	Oliveira, C. I.	AEC 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.17
Monteiro, M. T. G.	METD 1.06	Oliveira, C. R.	SOC 1.12
Moraes, A. B. A.	SAU 2.06	Oliveira, F. C.	CLIN 1.06
Moraes, C. C.	SAU 1.17	Oliveira, G. S.	AEC 1.12, AEC 1.13, 1.14, AEC 1.15
Moraes, C. G. A.	CLIN 1.06, 1.07	Oliveira, L.H.R.	AEC 1.16, AEC 2.12
Moraes, R.	PERC 1.01, 1.02	Oliveira, M.	AEC 2.11
Moraes, F. P.	AEC 1.12, 1.13	Oliveira, M.	SOC 1.05
Moraes, R. S.	DES 1.17	Oliveira, S. A.	AEC 3.07
Morato, H. T. P.	CLIN 1.12	Oliveira, S. C. M.	DES 1.03
Moreira, A.	ORG 1.03	Oliveira-Castro, J.M.	AEC 1.12, 1.13, 1.14, 1.15, 2.17
Moreira, M. F.	CLIN 1.22	Ortega, A. C.	ESC 2.11
Moretto, J.	SOC 2.13	Ortigosa, A. R.	COG 1.06
Morona, A. F.	SAU 1.03	Osório, F. L.	FORM 1.01, 1.02
Morth, M.	SAU 2.17	Osuna, L. V.	FORM 1.14
Motta, M. A. P.	MR 2.05.3	Pagotti, A. W.	ESC 2.10
Moura, I. O.	ORG 1.10	Pagotti, E. S.	ESC 2.10
Moura, M. L. S.	DES 1.02, 1.03, MnCONF 2.02	Paiva, R. V. F.	ORG 2.04
Moura, O. I. E.	METD 1.03	Paiva, W. C.	CLIN 1.22
Moura, O. I.	ORG 2.05	Palla, A. C.	PERC 1.02
Moura, S. S.	ESC 2.03	Pardo, M. B. L.	FORM 1.11, SAU 1.13
Moura, W.	ORG 1.14, 1.15	Parro, C. M.	DES 1.09, FORM 1.09
Mujalli, M.	AEC 1.01, 1.04, 1.05, 1.08, 3.02	Pasquali, L.	TEP 1.06, 1.11
Murari, S. C.	CLIN 1.06	Paula, A.	PERC 1.05
Murta, S. G.	AEC 1.01	Paz, M. G. T.	CUR 1.04, ORG 1.11, 1.12, 1.13
Nabinger, S.	MR 2.05.1	Pedrosa, I.	ESC 2.13
Nakano, E. S.	SAU 2.13	Pedrosa, M. I.	MR 2.04.1
Nalini, L.	AEC 1.08, METD 1.09, 1.10, 1.11	Pedrosa, R. L. S.	FORM 1.08
Nascimento, A. R. A.	SOC 1.20	Pegoraro, R. F.	ORG 1.16
Nascimento, G. H.	DES 1.05	Peixoto, M. A. S.	TEP 1.03
Nascimento, V.	AEC 1.05, 3.03	Pereira, A. B.	AEC 3.02, 3.03
Nascimento Jr, A. F.	SOC 2.05	Pereira, C. A.	METD 1.07
Nasciutti, J. C. R.	CLIN 1.21	Pereira, C. R.	SOC 2.12
Neder, M.	FAM 1.12, SAU 1.05	Pereira, D. G.	BIO 1.02
Nelson, T.	AEC 2.10, DES 1.13	Peres, E. A.	CLIN 1.06
Nepomuceno, N.H.C.	ESC 1.12	Pessoa, L.	ESC 1.14
Nery, M. A.	AEC 3.02	Petean, E. B. L.	FAM 1.11, 1.16, SAU 1.04
Nestarez, J. E.	SAU 2.07	Petry, T.	FAM 1.13
Neto, W. F.	METD 1.04	Piccinini, C. A.	DES 1.05
Neves, M. C.	SOC 2.10	Pilati, R.	FORM 1.07, ORG 2.01
Neves, M. M. B. J.	FORM 1.08, 1.09	Pimentel, S.	COG 1.04
Neves, S. M. M.	AEC 1.16, AEC 2.12	Pina Neto, J. M.	FAM 1.11, SAU 1.04
Neves-Pereira, M. S.	ESC 1.05	Pinheiro, G. V.	METD 1.12
Nico, Y.	AEC 3.06	Pinheiro, R. S.	SOC 2.13
Noce, M. A.	TEP 1.04	Pinheiro, S. R. C.	SAU 2.01
Nogueira, D.	ESC 1.13, 2.08, 2.09	Piotto, D. C.	DES 1.15
Nonato, A. J.	FORM 1.07	Pires, E.	ESC 2.07
		Pontes, A. C.	ESC 2.18

- Pontes, F. A. R. MNCUR 1.10
 Pontes Neto, J. A. S. ESC 2.06
 Porto, J. B. FORM 1.07
 Possa, A. C. SOC 2.10
 Presotto, E. A. ESC 1.04
 Previdelli, D. S. P. FAM 1.16
 Prota, C. D. G. TEP 1.02
 Quaresma, C. R. A. AEC 2.14
 Queiroga, A. P. DES 1.09, FORM 1.09
 Quintas, V. L. COG 1.04
 Mardegam, R.
 Rabinovich, E. P. DES 1.18
 Raffaelli, M. DES 2.05, FAM 1.02
 Raimundo, M. DES 2.04
 Ramalho, S. CLIN 1.12
 Ramonda, C. ESC 2.03
 Ramos, A. L. M. SOC 1.15
 Ramos, C. Q. ESC 1.01
 Ramos, L. S. CLIN 1.03, 1.02
 Raymundo, M. SOC 2.10
 Reigota, M. MnCONF 1.04
 Reis, E. ESC 2.10
 Reis, F. G. SIMP 2.02.3
 Reis, M. J. D. AEC 3.17, 3.20, BIO 1.06
 Reis, V. O. HIST 1.03
 Reppold, C. T. DES 2.01, 2.02, 2.05, FAM 1.02
 Resende, R. A. SAU 1.21
 Resende, V. CLIN 1.02, 1.03
 Rey, F. G. SIMP 2.013
 Ribas, A. F. P. DES 1.02, 1.03
 Ribas Júnior, R. C. COG 1.07
 Ribeiro, A. ESC 2.08, 2.09
 Ribeiro, A. F. AEC 1.05, 1.17
 Ribeiro, D. F. SAU 1.15
 Ribeiro, M. R. AEC 2.08, AEC 2.09, FORM 1.06
 Ribeiro, R. G. DES 1.17
 Ribeiro Filho, N. P. PERC 1.03
 Righetto, A. C. AEC 3.10
 Ritter, F. ORG 1.17
 Rizzo, S. SAU 2.07
 Roazzi, A. SOC 1.09
 Robert, P. AEC 3.19
 Rocha, A. M. AEC 3.15, 3.16
 Rocha, J. AEC 3.03
 Rocha, J. B. A. AEC 2.15
 Rocha, R. L. FORM 1.13
 Rodrigues, M. A. CLIN 1.08
 Rodrigues, O. M. P. R. ESC 1.10
 Rodriguez, S. T. AEC 3.06
 Roloff, T. M. DES 1.03
 Rosado, E. M. S. ESC 2.01
 Rossetti-Ferreira, M. C. DES 1.04, MR 2.04.3
 Rossi, M. SAU 1.08
 Roure, A. PERC 1.03
 Rozestraten, R. J. A. AEC 2.14
 Rubiano, M. R. B. DES 1.15, 1.16, DES 1.17
 Salazar, A. METD 1.07
 Sales, C. A. C. C. SAU 1.19
 Salgado, H. O. DES 1.04
 Salim, C. M. R. SAU 2.16
 Salomão, S. J. COG 1.03
 Sampaio, I. ORG 2.09
 Sampaio, P. SOC 1.19, 2.14
 Sanábio, E. T. AEC 1.02, 3.02
 Santarém, E. M. M. BIO 1.03
 Santiago, J. S. SOC 1.10
 Santoro, C. F. SAU 2.14
 Santos, A. ESC 2.13
 Santos, A. C. CLIN 1.24, 1.26
 Santos, A. C. G. AEC 1.18
 Santos, A. C. S. AEC 1.07
 Santos, A. T. FORM 1.14
 Santos, C. L. DES 2.01, 2.02
 Santos, C. V. AEC 2.06
 Santos, M. AEC 3.09
 Santos, M. DES 2.07
 Santos, M. A. CLIN 1.04, 1.05, 1.17, TEP 1.03
 Santos, M. C. FAM 1.17
 Santos, M. F. SOC 1.19
 Santos, N. A. PERC 1.09, 1.10
 Santos, S. C. A. SAU 1.21
 São Paulo, E. FORM 1.07
 Sarti, M. H. C. SAU 2.10
 Satler, F. CLIN 1.24, 1.26
 Sazonov, G. C. AEC 1.17
 Schelini, P. W. ESC 2.05
 Schillings, A. SAU 2.08
 Schincariol, M. F. CLIN 1.11
 Schneider, A. ESC 2.04
 Schneider, D. R. SAU 1.11
 Schuller, J. PERC 1.01, 1.02
 Schwarz, E. AEC 1.12, 1.13, 1.14, 1.15
 Seco, D. C. AEC 2.07
 Seidl, E. M. F. SAU 1.02, 1.17, 2.09
 Senna, F. ORG 1.05
 Serra, J. DES 2.11
 Serrano, M. R. FORM 1.03
 Sigolo, S. R. R. L. DES 1.06
 Silva, A. AEC 1.08
 Silva, A. L. F. SAU 2.10
 Silva, A. S. DES 2.01, 2.02, 2.03
 Silva, A. V. SOC 1.04, 1.05, 1.08, 1.16, 2.02, 2.04, 2.06, 2.07, 2.08
 Silva, C. R. E. SAU 1.07
 Silva, E. F. PERC 1.04
 Silva, E. M. R. SAU 2.01
 Silva, F. M. DES 2.13
 Silva, G. FORM 1.14
 Silva, G. R. A. HIST 1.03
 Silva, J. A. PERC 1.06, 1.07
 Silva, J. C. V. V. V. ORG 2.05
 Silva, J. S. SAU 1.07
 Silva J. T. AEC 3.03
 Silva, K. I. B. AEC 1.09
 Silva, K. Z. AEC 3.14, CLIN 1.23
 Silva, L. C. C. AEC 3.01
 Silva, L. Z. AEC 1.06
 Silva, M. C. R. FAM 1.10
 Silva, M. G. SAU 1.01, 1.02, 1.03
 Silva, M. M. AEC 1.17
 Silva, M. R. DES 2.01, 2.02
 Silva, M. S. DES 2.03
 Silva, M. T. A. BIO 1.03
 Silva, N. SOC 1.04
 Silva, O. R. ESC 1.12

- Silva, P. J. C. HIST 1.02
 Silva, P. T. FORM 1.07
 Silva, P. V. B. COG 1.08
 Silva, R. L. METD 1.12
 Silva, S. C. G. SAU 1.13
 Silveira, E. F. M. CLIN 1.06, 1.16
 Silveira, D. ORG 2.09
 Silvino, A. M. D. FORM 1.07, ORG 2.01
 Simas, M. L. B. PERC 1.09, 1.10
 Simioni, L. DES 2.06
 Simon, C. P. SAU 1.04
 Simonassi, L. E. AEC 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.08, METD 1.09, 1.10, 1.11
 Siqueira, M. M. M. METD 1.03, ORG 1.09, 1.10, SOC 1.10
 Soares, B. SAU 2.17
 Soares, F. P. CLIN 1.20
 Soares, M. B. CLIN 1.12
 Soratto, L. H. ORG 1.04, 1.05, 1.06
 Souza, A. V. AEC 1.04, 1.05
 Souza, C. A. A. PERC 1.03
 Souza, C. B. A. AEC 1.14, AEC 1.15
 Souza, D. G. AEC 3.04, 3.11, SIMP 1.09.1
 Souza, E. C. AEC 3.09
 Souza, J. F. SAU 1.07
 Souza, L. M. N. AEC 2.17
 Souza, M. A. SOC 1.13
 Souza, M. B. ORG 2.05
 Souza, M. L. CLIN 1.27
 Souza, N. SAU 2.08
 Souza, P. R. P. SAU 1.17
 Souza, R. L. AEC 1.17, SAU 1.07
 Spinillo, A. G. SIMP 1.04.1, MnCUR 1.04
 Spink, P. MnCONF 2.03
 Sponholz Jr, A. SAU 2.10
 Stefani, E. L. M. CLIN 1.22
 Straub, A. CLIN 1.12
 Sudbrack, M. F. O. SAU 1.17
 Sundfeld, A. SOC 2.14
 Sylvestre, L. A. DES 1.06
 Szenészi, J. S. CLIN 1.24, 1.26
 Tamayo, M. R. ORG 1.06, 2.10
 Tamayo, N. SAU 1.18
 Teani, C. E. O. CLIN 1.15
 Teixeira, A. ESC 2.13
 Teixeira, C. M. AEC 3.08
 Teixeira, N. A. BIO 1.02
 Tenan, S. H. G. DES 1.16
 Todorov, J. C. AEC 2.07
 Toledo, L. C. FAM 1.15
 Torre, E. H. G. SAU 2.15
 Torres, W. C. MnCONF 2.05, MnCUR 1.03
 Toschi, E. MnCUR 1.04
 Tourinho, E. Z. AEC 1.07, 2.03
 Toyoda, M. S. S. BIO 1.04
 Trindade, A. SAU 1.07
 Trindade, Z. A. SAU 2.15
 Tristão, R. M. DES 1.07
 Tróccoli, B. T. METD 1.01, MnCUR 1.11, SOC 1.18
 Tunes, E. SIMP 2.03.4
 Turck, D. S. SAU 1.16
 Unali, A. MnCONF 1.07
 Vale, G. PERC 1.03
 Valente, T. S. DES 1.11
 Vandenberghe, L. M. A. AEC 1.16, 2.12, MnCUR 1.01
 Vanderlei, R. B. DES 2.07
 Vanícua, A. C. AEC 3.05
 Vargas, M. M. FAM 1.06, MR 2.05.4
 Varjão, A. P. Reis PERC 1.05
 Vasconcellos, M. B. ESC 2.03
 Vasconcellos, V. ESC 1.14
 Vasconcelos, A. AEC 3.02
 Vasconcelos, L. A. AEC 2.04
 Vasques, I. (vide Menezes, I. V.)
 Vectore, C. ESC 1.15
 Veiga, H. M. S. METD 1.06, TEP 1.11
 Vendramim, P. FAM 1.04
 Venturini, L. P. SAU 2.10
 Viana, M. L. SAU 2.03
 Vicente, C. M. SIMP 1.08.4
 Viegas, R. F. AEC 2.05, 2.06
 Vieira, T. CLIN 1.08, 1.18, SIMP 1.03.4
 Villela, V. L. E. SAU 1.16
 Weber, L. DES 2.04
 Weber, L. N. D. FAM 1.06, 1.08, MR 2.05.2, SIMP 1.01.3, SOC 1.03
 Werner, J. SIMP 2.03.3
 Wiethaeuper, D. METD 1.08, SAU 2.04
 Wolff, E. A. SOC 1.08, 2.13
 Wood, G. M. O. AEC 1.16, 2.12
 Yano, Y. AEC 1.11
 Yoshida, E. M. P. MnCONF 1.05, METD 1.08
 Yukimitsu, T. ESC 1.03
 Zannon, C. M. L. C. AEC 2.17
 Zanotto, M. A. C. COG 1.12
 Zarella, N. F. ESC 2.03
 Zen, P. F. FAM 1.09
 Zugaib, M. FAM 1.12